

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

Gustavo Oliveira Teles de Menezes

Estado, elite e sociedade na política da Rússia para a Ucrânia

Doutorado em Relações Internacionais

São Paulo  
2024

Gustavo Oliveira Teles de Menezes

Estado, elite e sociedade na política da Rússia para a Ucrânia

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Governança, Política Internacional e Política Externa”, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

São Paulo

2024

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Menezes, Gustavo Oliveira Teles de.

M543 Estado, elite e sociedade na política da Rússia para a Ucrânia /  
Gustavo Oliveira Teles de Menezes. – São Paulo, 2024.  
484 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em  
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2024.

1. Rússia (Federação) – Relações exteriores – Ucrânia. 2.  
Ucrânia – Política e governo. 3. Ucrânia – História. 4. Conflito  
Ucrânia, 2014-. XXI. I. Título.

CDD 327.47

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Esta tese analisa as perspectivas e políticas da Rússia sobre a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e as relações com atores da elite política e da sociedade da Ucrânia, provendo elementos para a compreensão das dinâmicas de poder na Europa que têm impactado significativamente a segurança global.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This thesis analyzes Russia's perspectives and policies on the configuration of the Ukrainian state, state-society relations in Ukraine and relations with members of Ukraine's political elite and society, providing elements for the understanding of the power dynamics in Europe that have significantly impacted global security.

## **IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN**

Esta tesis analiza las perspectivas y políticas de Rusia sobre la configuración del Estado ucraniano, las relaciones Estado-sociedad y las relaciones con actores de la élite política y de la sociedad de Ucrania, proporcionando elementos para comprender las dinámicas de poder en Europa que han impactado significativamente la seguridad global.

Gustavo Oliveira Teles de Menezes

Estado, elite e sociedade na política da Rússia para a Ucrânia

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Governança, Política Internacional e Política Externa”, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz (Universidade Estadual de Campinas)

Profa. Dra. Maria Raquel de Sousa Freire (Universidade de Coimbra)

Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

---

---

---

---

---

São Paulo, 3 de outubro de 2024

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – processos número 88887.495066/2020-00 e 88887.622508/2021-00. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser, pela orientação, os ensinamentos e a confiança no meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz, à Profa. Dra. Maria Raquel de Sousa Freire, à Profa Dra. Cristina Soreanu Pecequilo e ao Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk, pela participação na banca.

Ao corpo docente do Programa San Tiago Dantas, pela cordialidade e o compromisso com o ensino em alto nível.

Ao quadro de funcionários do Programa San Tiago Dantas, em particular Giovana Vieira, Isabela Silvestre e Graziela Jackyman, pela prestatividade.

Aos colegas discentes do Programa San Tiago Dantas, pelo aprendizado conjunto na pós-graduação.

Ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU), pelas bolsas de pesquisa, o acolhimento e a confiança em meu trabalho como pesquisador, assim como pelo espaço para a pesquisa e a exposição do meu trabalho.

Aos colegas do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI/PUC-SP), pelo aprendizado, as valiosas contribuições intelectuais e o espaço para a exposição do meu trabalho.

Aos colegas do grupo Leste Europeu em Movimento (LEEM), pelo aprendizado conjunto e o espaço para debates e a exposição de trabalhos sobre a região.

À minha família e às pessoas, em Fortaleza e São Paulo, que me apoiaram na trajetória do doutorado.

## RESUMO

Esta tese analisa o papel da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e das relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas na política da Rússia para a Ucrânia na era pós-soviética (1991-2024). A pesquisa buscou responder às seguintes questões: como as questões da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e das relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas estiveram presentes na política da Rússia para a Ucrânia ao longo do período considerado? Como a Rússia se relacionou com atores da elite política da Ucrânia com vistas à consecução de seus interesses nesse país? Como processos e acontecimentos relacionados à configuração do Estado ucraniano, às relações Estado-sociedade na Ucrânia e à elite política da Ucrânia afetaram as perspectivas e ações da Rússia quanto à crise de 2013-2014 e à invasão russa em larga escala à Ucrânia iniciada em 2022? A pesquisa argumenta que a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e as relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas foram entendidas pela Rússia como importantes fatores na conceptualização da influência e dos interesses de Moscou quanto à Ucrânia. Além disso, o trabalho aponta que a Rússia se envolveu nas dinâmicas de poder na elite política ucraniana com vistas a lograr seus objetivos na Ucrânia, em um processo condicionado pelas percepções que a Rússia tinha sobre seus interesses e capacidades. Por fim, a investigação argumenta que transformações concretizadas ou potenciais na configuração do Estado ucraniano, nas relações Estado-sociedade e na composição da elite política da Ucrânia influenciaram as perspectivas e ações do governo russo em 2013-2014 e 2022. Em termos teórico-metodológicos, a pesquisa emprega as abordagens transnacionalista e da Teoria das Elites, chamando atenção para o papel de atores políticos e organizações para além dos governos centrais nacionais. Com sua delimitação temática e abordagem teórica-metodológica, a pesquisa objetiva contribuir para o preenchimento de lacunas na literatura sobre as relações Rússia-Ucrânia e fornecer elementos para a compreensão das dinâmicas de poder relacionadas a esse tema, que tem atraído relevante atenção da sociedade e gerado um grande impacto nas dinâmicas de segurança internacionais.

**Palavras-chave:** Rússia; Ucrânia; Guerra Russo-Ucraniana; Elites.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the role of the configuration of the Ukrainian state, state-society relations in Ukraine and relations with members of Ukraine's political elite and society in Russia's Ukraine policy in the post-Soviet era (1991-2024). The research sought to answer the following questions: how the issues of the configuration of the Ukrainian state, state-society relations in Ukraine and relations with members of Ukraine's political elite and society were present in Russia's Ukraine policy throughout the analyzed period? How did Russia interact with members of Ukraine's political elite in order to achieve its goals in that country? How did processes and events related to the configuration of the Ukrainian state, state-society relations in Ukraine and Ukraine's political elite affect Russia's perspectives and actions regarding the 2013-2014 crisis and Russia's large-scale invasion of Ukraine launched in 2022? The research argues that the configuration of the Ukrainian state, state-society relations in Ukraine and relations with members of Ukraine's political elite and society were seen by Russia as important factors in the conceptualization of Moscow's influence and interests in Ukraine. Furthermore, the work points out that Russia involved itself in the power dynamics within Ukraine's political elite in order to achieve its goals in Ukraine, in a process conditioned by Russia's perceptions of its own interests and capabilities. Finally, the thesis argues that actual or potential transformations in the configuration of the Ukrainian state, in state-society relations in Ukraine and in the composition of Ukraine's political elite influenced Russia's perspectives and actions in 2013-2014 and 2022. The research employs Transnationalist and Elite Theory approaches, drawing attention to the role of political actors and organizations beyond central governments at the national level. With its thematic framework and theoretical-methodological approach, the research aims to contribute to filling gaps in the literature on Russia-Ukraine relations and provide elements for the understanding of the power dynamics related to this theme, which has attracted significant attention from society and generated a major impact on international security dynamics.

**Keywords:** Russia; Ukraine; Russo-Ukrainian War; Elites.

## RESUMEN

Esta tesis analiza el papel de la configuración del Estado ucraniano, de las relaciones Estado-sociedad en Ucrania y de las relaciones con actores de la élite política y de la sociedad ucraniana en la política de Rusia hacia Ucrania en la era postsoviética (1991-2024). La investigación buscó responder a las siguientes preguntas: ¿cómo las cuestiones de la configuración del Estado ucraniano, las relaciones Estado-sociedad en Ucrania y las relaciones con actores de la élite política y de la sociedad ucranianas estuvieron presentes en la política de Rusia hacia Ucrania durante todo el período considerado? ¿Cómo interactuó Rusia con actores de la élite política de Ucrania para lograr sus intereses en ese país? ¿Cómo procesos y acontecimientos relacionados con la configuración del Estado ucraniano, las relaciones Estado-sociedad en Ucrania y la élite política de Ucrania afectaron a las perspectivas y acciones de Rusia con respecto a la crisis de 2013-2014 y la invasión rusa a gran escala de Ucrania iniciada en 2022? La investigación sostiene que Rusia entendió la configuración del Estado ucraniano, las relaciones Estado-sociedad en Ucrania y las relaciones con actores de la élite política y de la sociedad ucranianas como factores importantes en la conceptualización de la influencia y los intereses de Moscú en Ucrania. Además, el trabajo señala que Rusia se involucró en las dinámicas de poder dentro de la élite política ucraniana para lograr sus objetivos en Ucrania, en un proceso condicionado por las percepciones que Rusia tenía sobre sus intereses y capacidades. Finalmente, la investigación sostiene que las transformaciones reales o potenciales en la configuración del Estado ucraniano, en las relaciones Estado-sociedad y en la composición de la élite política de Ucrania influyeron en las perspectivas y acciones del gobierno ruso en 2013-2014 y 2022. En términos metodológicos, la investigación emplea los enfoques transnacionalista y de la Teoría de Élites, llamando la atención para el papel de actores políticos y organizaciones más allá de los gobiernos centrales nacionales. Con su delimitación temática y enfoque teórico-metodológico, la investigación pretende contribuir a llenar vacíos en la literatura sobre las relaciones Rusia-Ucrania y proporcionar elementos para comprender las dinámicas de poder relacionadas con este tema, que ha atraído una importante atención de la sociedad y generado una importante impacto en las dinámicas de seguridad internacional.

**Palabras clave:** Rusia; Ucrania; Guerra ruso-ucraniana; Élites.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Pesquisas de opinião pública: visões sobre a Rússia na Ucrânia (abril de 2008 - fevereiro de 2022).....	319
Gráfico 2 –	Pesquisas de opinião pública: visões sobre as relações com a Rússia na Ucrânia (abril de 2008 – fevereiro de 2022).....	319
Gráfico 3 –	Pesquisas de opinião pública: apoio à entrada da Ucrânia na OTAN: (sim x não) (outubro de 2009 – janeiro de 2022).....	320
Gráfico 4 –	Pesquisas de opinião pública: preferências de projetos de integração na Ucrânia (UE x União Aduaneira/UEE) (setembro de 2013 – junho de 2021).....	320

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	A Rus’ Kievana (1054-1132).....	53
Mapa 2 –	O Hetmanato cossaco partilhado entre a Rússia e a Comunidade Polaco-Lituana (1667).....	60
Mapa 3 –	Territórios da Ucrânia contemporânea no Império Russo (fim do século XVIII - início do século XIX).....	66
Mapa 4 –	Território reivindicado pela UNR em 1919 (em vermelho, a Ucrânia contemporânea).....	75
Mapa 5 –	A URSS (1922).....	83
Mapa 6 –	A Galícia histórica (verde escuro) sobreposta aos territórios de Ucrânia e Polónia contemporâneas (verde claro).....	91
Mapa 7 –	A URSS (1954-1991).....	97
Mapa 8 –	A URSS e a RSFSR na União Soviética (1954-1991).....	98
Mapa 9 –	A Ucrânia e suas principais subunidades administrativas ( <i>oblasti</i> , República Autônoma da Crimeia e cidades de Kiev e Sevastopol).....	108
Mapa 10 –	Percentual de votos a favor da independência da Ucrânia por região no referendo de independência de 1991.....	108
Mapa 11 –	Os Estados-membro da CEI ao longo de sua história.....	109
Mapa 12 –	Percentual de russos étnicos por região da Ucrânia (censo de 2001).....	120
Mapa 13 –	Percentual de classificação do russo como língua natal por região da Ucrânia (censo de 2001).....	121
Mapa 14 –	Percentual de votos dos candidatos no segundo turno da eleição presidencial de 1994 na Ucrânia por região.....	127
Mapa 15 –	Percentual de votos dos candidatos no segundo turno da eleição presidencial de 1999 na Ucrânia por região.....	132
Mapa 16 –	Percentual de votos dos candidatos no segundo turno final da eleição presidencial de 2004 na Ucrânia por região.....	169
Mapa 17 –	Votação dos candidatos no segundo turno da eleição presidencial de 2010 na Ucrânia por região.....	226
Mapa 18 –	Situação territorial na Ucrânia (2015 – fevereiro de 2022).....	302
Mapa 19 –	Situação territorial na Ucrânia (julho de 2024).....	371

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Acordo de Associação com a União Europeia
ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ARK	República Autônoma da Crimeia
BIuT	Bloco Iuliia Tymoshenko ( <i>Blok Iulii Tymoshenko</i> )
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEE	Comunidade Econômica Eurasiática
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CPE	Conceito de Política Externa da Federação Russa
CSONU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DCFTA	Zona de Livre Comércio Abrangente e Aprofundada da União Europeia ( <i>Deep and Comprehensive Free Trade Area</i> )
DNR	República Popular de Donetsk ( <i>Donetskaia Narodnaia Respublika</i> )
DR	República de Donetsk ( <i>Donetskaia Respublika</i> )
DUE	Donbass pela União Eurasiática
EaP	Parceria Oriental ( <i>Eastern Partnership</i> )
EEC	Espaço Econômico Comum
ENP	Política de Vizinhança Europeia ( <i>European Neighbourhood Policy</i> )
ESM	União Eurasiática da Juventude ( <i>Evraziiskii soiuz molodezhi</i> )
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMN	Frota do Mar Negro da Federação Russa
FSB	Serviço Federal de Segurança ( <i>Federal'naia sluzhba bezopasnosti</i> )
GUAM	Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia
GUAM	Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia
IPCEI	Instituto dos Países da Comunidade dos Estados Independentes
KASSR	República Socialista Soviética Autônoma da Crimeia ( <i>Krymskaia Avtonomnaia Sotsialisticheskaia Sovetskaia</i> )

	<i>Respublika)</i>
KGB	Comitê de Segurança Estatal ( <i>Komitet gosudarstvennoi bezopasnosti</i> )
KMIS	Instituto Internacional de Sociologia de Kiev ( <i>Kyïvs'kyi mizhnarodnyi instytut sotsiologhii</i> )
KPRF	Partido Comunista da Federação Russa ( <i>Kommunisticheskaia partiia Rossiiskoi Federatsii</i> )
KPSS	Partido Comunista da União Soviética ( <i>Kommunisticheskaia partiia Sovetskogo Soiuzu</i> )
KPU	Partido Comunista da Ucrânia ( <i>Komunistychna partiia Ukraïny</i> )
KPU-URSR	Partido Comunista da Ucrânia do período soviético
KSU	Comitê de Salvação da Ucrânia ( <i>Komitet spaseniia Ukrainy</i> )
LDPR	Partido Liberal Democrata da Rússia ( <i>Liberal'no-demokraticheskaia partiia Rossii</i> )
LNR	República Popular de Luhansk ( <i>Luganskaia Narodnaia Respublika</i> )
MAP	Plano de Ação de Associação da OTAN ( <i>Membership Action Plan</i> )
NDR	Nossa Casa é a Rússia ( <i>Nash dom – Rossiia</i> )
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
Opoblok	Bloco de Oposição ( <i>Opozytsiïnyi blok</i> )
OPZZh	Plataforma de Oposição - Pela Vida ( <i>Opozytsiïna platforma - Za zhyttia</i> )
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
OUN	Organização dos Nacionalistas Ucrânicos ( <i>Orhanizatsiïa ukraïns'kykh natsionalistiv</i> )
PIB	Produto Interno Bruto
PR	Partido das Regiões ( <i>Partiia rehioniv</i> )
PSPU	Partido Socialista Progressista da Ucrânia ( <i>Prohresyvna</i>

	<i>sotsialistychna partiia Ukraïny)</i>
PTsU	Igreja Ortodoxa da Ucrânia ( <i>Pravoslavna tserkva Ukraïny</i> )
PZZhM	Plataforma Pela Vida e a Paz ( <i>Platforma za zhyttia ta myr</i> )
RI	Relações Internacionais
RK	República da Crimeia
RNBO	Conselho de Segurança Nacional e Defesa da Ucrânia ( <i>Rada natsional'noi bezpeky i oborony</i> )
ROK	Comunidade Russa da Crimeia ( <i>Rusaskaia obshchina Kryma</i> )
RPTs	Igreja Ortodoxa Russa ( <i>Rusaskaia pravoslavnaia tserkov'</i> )
RSFSR	República Socialista Federativa Soviética Russa ( <i>Rossiiskaia Sovetskaia Federativnaia Sotsialisticheskaia Respublika</i> )
RUE	RosUkrEnergó
SBU	Serviço de Segurança da Ucrânia ( <i>Sluzhba bezpeky Ukraïny</i> )
SDPU-O	Partido Social-Democrata da Ucrânia (Unido) ( <i>Sotsial-demokratychna partiia Ukraïny - Ob'iednana</i> )
SE	Solidariedade Europeia
SN	Servo do Povo ( <i>Sluha narodu</i> )
SPU	Partido Socialista da Ucrânia ( <i>Sotsialistychna partiia Ukraïny</i> )
SVOP	Conselho de Política Externa e de Defesa ( <i>Sovet po vneshnei i oboronnoi politike</i> )
TSE	Tratado de Segurança Europeia
UAPTs	Igreja Ortodoxa Autocéfala Ucraniana ( <i>Ukraïns'ka avtokefalna pravoslavna tserkva</i> )
UE	União Europeia
UEE	União Económica Eurasiática
UHKTs	Igreja Greco-Católica Ucraniana ( <i>Ukraïns'ka hreko-katolyts'ka tserkva</i> )
UNR	República Popular da Ucrânia ( <i>Ukraïns'ka Narodna Respublika</i> )
UPA	Exército Insurgente Ucraniano ( <i>Ukraïns'ka povstans'ka armiia</i> )
UPTs-KP	Igreja Ortodoxa Ucraniana - Patriarcado de Kiev ( <i>Ukraïns'ka pravoslavna tserkva – Kyïvs'kyi patriarkhat</i> )
UPTs-MP	Igreja Ortodoxa Ucraniana - Patriarcado de Moscou ( <i>Ukraïns'ka</i>

	<i>pravoslavna tserkva – Moskovs'kyi patriarkhat)</i>
URSR	República Soviética Socialista Ucraniana ( <i>Ukrains'ka Radians'ka Sotsialistychna Respublika</i> )
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ( <i>United States Agency for International Development</i> )
UV	Escolha Ucraniana ( <i>Ukrains'kyi vybir</i> )
VGA	Administração Militar-Civil ( <i>Voенno-grazhdanskaia administratsiia</i> )
VR	Conselho Supremo ( <i>Verkhovna Rada</i> )
VTsIOM	Centro Russo de Estudo da Opinião Pública ( <i>Vserossiiskii tsentr izucheniia obshchestvennogo mneniia</i> )
VU	Restauração da Ucrânia ( <i>Vidnovlennia Ukraïny</i> )
ZUNR	República Popular Ucraniana Ocidental ( <i>Zakhidnoukraïns'ka Narodna Respublika</i> )

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1</b>	<b>Apresentação do tema e revisão da literatura.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2</b>	<b>Perspectiva, abordagem teórica-metodológica e fontes da tese.....</b>	<b>37</b>
<b>1.3</b>	<b>Estrutura da tese.....</b>	<b>47</b>
<b>2</b>	<b>“PARA SEMPRE COM MOSCOU, PARA SEMPRE COM O POVO RUSSO”? A INCORPORAÇÃO DA UCRÂNIA AO IMPÉRIO RUSSO E A ASCENSÃO DO MOVIMENTO NACIONAL UCRANIANO.....</b>	<b>52</b>
<b>2.1</b>	<b>A incorporação de territórios ucranianos à Rússia tsarista.....</b>	<b>55</b>
<b>2.2</b>	<b>A Rússia tsarista e o movimento nacional ucraniano (século XIX-1905)</b>	<b>65</b>
<b>2.3</b>	<b>Rússia e Ucrânia entre revoluções e guerras (1905-1922).....</b>	<b>71</b>
<b>2.4</b>	<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>77</b>
<b>3</b>	<b>COOPTAÇÃO, CONTROLE E REPRESSÃO: MOSCOU E A UCRÂNIA NA UNIÃO SOVIÉTICA (1922-1991).....</b>	<b>80</b>
<b>3.1</b>	<b>O estabelecimento da Ucrânia soviética e o período entreguerras (1922-1939).....</b>	<b>82</b>
<b>3.2</b>	<b>A Segunda Guerra Mundial e o desafio nacionalista ucraniano (1939- 1945).....</b>	<b>88</b>
<b>3.3</b>	<b>A Ucrânia na União Soviética: 1945-1985.....</b>	<b>94</b>
<b>3.4</b>	<b>A desintegração da União Soviética e o surgimento da Rússia e da Ucrânia independentes (1985-1991).....</b>	<b>100</b>
<b>3.5</b>	<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>110</b>
<b>4</b>	<b>MOLDANDO A UCRÂNIA INDEPENDENTE: ENTRE O MINIMALISMO DE IELTSIN E O EXPANSIONISMO NA ELITE POLÍTICA RUSSA (1991-1999).....</b>	<b>113</b>
<b>4.1</b>	<b>A política russa e a questão da Ucrânia nos anos 1990: contextualização.....</b>	<b>113</b>
<b>4.2</b>	<b>Os governos Kravchuk e Kuchma na Ucrânia (1991-1999): política doméstica, externa e relações com a Rússia.....</b>	<b>124</b>
<b>4.3</b>	<b>A Rússia e a busca pela configuração do Estado ucraniano.....</b>	<b>133</b>

<b>4.4</b>	<b>A questão territorial-administrativa da Ucrânia.....</b>	<b>138</b>
4.4.1	O status da Crimeia e de Sevastopol: início.....	141
4.4.2	O movimento autonomista/separatista na Crimeia: o fator Rússia.....	145
<b>4.5</b>	<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>152</b>
<b>5</b>	<b>EXPANSÃO E LIMITES DA INTERFERÊNCIA: A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL UCRANIANA DE 2004 E A POLÍTICA DA RÚSSIA PARA A UCRÂNIA NOS PRIMEIROS ANOS DA ERA PUTIN (2000-2008).....</b>	<b>156</b>
<b>5.1</b>	<b>Os dois primeiros mandatos presidenciais de Putin (2000-2008): características de política doméstica e externa.....</b>	<b>160</b>
<b>5.2</b>	<b>Os governos Kuchma e Iushchenko na Ucrânia (2000-2008): política doméstica, externa e relações com a Rússia.....</b>	<b>163</b>
<b>5.3</b>	<b>A eleição presidencial ucraniana de 2004, a Revolução Laranja e a questão do separatismo no leste e no sul da Ucrânia.....</b>	<b>176</b>
<b>5.4</b>	<b>A Rússia e a elite do Partido das Regiões: laços políticos e econômicos..</b>	<b>189</b>
<b>5.5</b>	<b>O “compadre de Putin” na política ucraniana: a Rússia e Viktor Medvedchuk.....</b>	<b>195</b>
<b>5.6</b>	<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>199</b>
<b>6</b>	<b>A POLÍTICA DA RÚSSIA NA PRESIDÊNCIA DE DMITRY MEDVEDEV: ENTRE DUAS VISÕES DE UCRÂNIA NO PODER EM KIEV (2008-2012).....</b>	<b>203</b>
<b>6.1</b>	<b>O governo Medvedev (2008-2012): características de política doméstica e externa.....</b>	<b>204</b>
<b>6.2</b>	<b>Os governos Iushchenko e Ianukovych na Ucrânia (2008-2012): política doméstica, externa e relações com a Rússia.....</b>	<b>214</b>
<b>6.3</b>	<b>A Guerra Russo-Georgiana e suas implicações para a Ucrânia: as questões do intervencionismo russo e da autodeterminação.....</b>	<b>235</b>
<b>6.4</b>	<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>239</b>
<b>7</b>	<b>INTERVENÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO DE ALIANÇAS E REFORMA DE ESTADO: A RÚSSIA DIANTE DO MAIDAN E DA CRISE NO LESTE E NO SUL DA UCRÂNIA (2012-2014).....</b>	<b>243</b>

7.1	<b>O governo Putin (2012-2014): características de política doméstica e externa.....</b>	<b>243</b>
7.2	<b>O governo Ianukovych na Ucrânia (2012-2014): política doméstica, externa e relações com a Rússia.....</b>	<b>248</b>
7.3	<b>O Maidan e a derrubada de Ianukovych.....</b>	<b>257</b>
7.4	<b>A anexação da Crimeia pela Rússia.....</b>	<b>264</b>
7.5	<b>Os movimentos pró-russos no leste e no sul da Ucrânia e o início da guerra no Donbass.....</b>	<b>274</b>
7.6	<b>A Rússia, os movimentos pró-russos no leste e no sul da Ucrânia e a guerra no Donbass.....</b>	<b>287</b>
7.7	<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>303</b>
8	<b>A POLÍTICA DA RÚSSIA PARA A UCRÂNIA NO PÓS-MAIDAN: INFLUÊNCIA, OCUPAÇÃO E MUDANÇA DE REGIME.....</b>	<b>309</b>
8.1	<b>O governo Putin (2014-2024): características de política doméstica e externa.....</b>	<b>309</b>
8.2	<b>O governo Poroshenko na Ucrânia (2014-2019): política doméstica, externa e relações com a Rússia.....</b>	<b>314</b>
8.3	<b>A guerra no Donbass e a as relações entre a Rússia e a DNR e a LNR (2014-2019).....</b>	<b>333</b>
8.4	<b>O governo Zelensky na Ucrânia (2019-2021): política doméstica, externa e relações com a Rússia.....</b>	<b>344</b>
8.5	<b>Crise e guerra: a invasão russa em larga escala à Ucrânia.....</b>	<b>354</b>
8.5.1	Guerra, elite política e a questão da mudança de regime na Ucrânia.....	373
8.5.2	A configuração do Estado ucraniano e as relações Estado-sociedade na Ucrânia: impactos da guerra e a abordagem da Rússia.....	378
8.5.3	A ocupação russa no leste e no sul da Ucrânia.....	390
8.6	<b>Conclusões parciais.....</b>	<b>403</b>
9	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>409</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>419</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese investiga o papel da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e das relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas na política da Rússia para a Ucrânia no período pós-soviético (1991-2024). Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo principal responder aos seguintes questionamentos: como as dimensões da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e das relações com atores da elite política e da sociedade da Ucrânia estiveram presentes na política da Rússia para a Ucrânia ao longo do período analisado? Como a Rússia buscou se relacionar com atores da elite política da Ucrânia com vistas à consecução de seus interesses na Ucrânia? De que maneira processos e acontecimentos relacionados à configuração do Estado ucraniano, às relações Estado-sociedade na Ucrânia e à elite política da Ucrânia afetaram as perspectivas e ações da Rússia quanto à Ucrânia na crise de 2013-2014 (oposição ao Maidan, anexação da Crimeia e apoio aos separatistas pró-russos do Donbass) e em 2022 (invasão em larga escala à Ucrânia)?

Três hipóteses correspondem a tais questões: 1) a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e as relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas foram vistas pela Rússia como relevantes fatores na conceptualização da influência e dos interesses russos quanto à Ucrânia; 2) a Rússia buscou interferir nas dinâmicas de poder na elite política ucraniana, em um processo que teve intensidade condicionada pelas percepções de interesses e capacidades russas para influir sobre a Ucrânia; e 3) transformações, concretizadas ou potenciais, na configuração do Estado ucraniano, nas relações Estado-sociedade na Ucrânia e na composição da elite política ucraniana ocorridas em 2013-2014 e 2014-2022, que a Rússia avaliava como de impactos negativos para a consecução de sua influência e interesses, influenciaram as perspectivas e ações de Moscou em 2013-2014 e 2022. O trabalho emprega uma abordagem transnacionalista, isto é, que acentua a importância de diversos atores políticos e organizações da sociedade civil, além dos governos centrais nacionais, como atores da política internacional. A Teoria das Elites é usada como base para a análise das relações da Rússia com atores da elite política ucraniana.

### 1.1 Apresentação do tema e revisão da literatura

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala à

Ucrânia. A “Operação Militar Especial” (*Spetsial’naia voennaia operatsiia*, em russo) na Ucrânia, denominação oficial adotada pelo governo russo, notabilizou-se por uma escala operacional e objetivos políticos que excederam os parâmetros das ações bélicas russas no Pós-Guerra Fria. A quantidade de tropas mobilizadas, a amplitude do território invadido e o interesse declarado na mudança de regime em um Estado estrangeiro do tamanho da Ucrânia – país com o maior território no continente europeu após a porção europeia da Rússia – conferem à invasão russa de 2022 atributos não observados em comparação com as campanhas russas nas guerras da Chechênia (anos 1990 e 2000), Geórgia (2008) e Síria (2015-...), bem como com o envolvimento militar russo em fases anteriores do conflito com a própria Ucrânia (2014-2021).

As ações levadas a cabo contra a Ucrânia a partir de 2022 também trouxeram significativos riscos e impactos negativos para a Rússia, alguns dos quais razoavelmente antecipáveis em vista das tensões acumuladas nas relações com a Ucrânia e com as potências ocidentais desde a crise ucraniana de 2013-2014. Pode-se falar, por exemplo, no fortalecimento da ideia de “contenção” à Rússia como uma *raison d’être* da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tendência que já vinha ocorrendo desde 2014. Em 2022, a aliança militar ocidental, liderada pelos Estados Unidos, declarou considerar a Rússia como a ameaça “mais significativa e direta” à segurança de seus membros (OTAN, 2022a. Tradução nossa). Tal discurso foi acompanhado de diversas medidas práticas. A presença militar da OTAN em membros da aliança localizados na região entre os mares Báltico e Negro, incluindo em áreas de contato com a Rússia, foi intensificada (OTAN, 2022b). Por fim, deve-se mencionar a nova rodada de expansão da OTAN. Outrora países militarmente neutros, Finlândia e Suécia solicitaram a entrada na OTAN e tornaram-se Estados-membro da aliança, respectivamente, em 2023 e 2024. Nesse sentido, chama atenção particularmente o caso da Finlândia, que compartilha com a Rússia uma fronteira de mais de mil quilômetros. As ações da OTAN vão na direção diametralmente oposta dos interesses declarados pela Rússia, afinal, Moscou, por longos anos, tem buscado barrar a expansão da aliança militar liderada pelos Estados Unidos na Europa.

Pode-se falar, ademais, nas novas sanções impostas pelas potências ocidentais e seus aliados em retaliação à invasão russa de 2022. Sanções ocidentais voltadas contra oficiais, instituições e setores da economia russa já vinham sendo adotadas desde 2012, com particular crescimento na sequência da crise ucraniana de 2013-2014 (Timofeev, 2022). Mesmo levando em conta esse histórico, as sanções impostas a partir de fevereiro de 2022 adquiriram uma

escala sem precedentes, restringindo significativamente o alcance das relações econômicas da Rússia com outros países, incluindo no setor-chave da energia e no acesso a tecnologias ocidentais. Apesar de a economia russa ter demonstrado maior resiliência do que o esperado pelas potências ocidentais no curto prazo, e de a adesão internacional às sanções ter sido menor do que o nível idealizado pelas potências ocidentais, as novas sanções prejudicaram a economia russa e carregam potenciais efeitos negativos de mais longo prazo (Ferraro, 2022a, p.35-39; Nelson, 2022; Timofeev, 2022).

É razoável esperar, ainda, que as ações russas lançadas em 2022 tenham significativos efeitos colaterais negativos nas relações com a Ucrânia. As guerras têm comumente influenciado a conformação de Estados, identidades nacionais e preferências políticas de sociedades ao longo da História. Em meio ao estado de conflito com Moscou a partir de 2014, ano em que a Rússia anexou a Crimeia e lançou seu apoio a separatistas pró-russos na região do Donbass<sup>1</sup>, ocorreram, na Ucrânia, tendências nesse sentido desfavoráveis aos interesses russos. Nesse período, observa-se um fortalecimento da identidade nacional ucraniana em um sentido de afastamento em relação à Rússia (Ferraro, 2022a). Ademais, pesquisas de opinião pública diagnosticaram um notório crescimento do apoio à entrada do país na União Europeia (UE) e na OTAN (Zolkina; Haran, 2017; Zovnishn'opolitychni ..., 2023), enquanto que se elevaram as visões negativas sobre a Rússia na Ucrânia (Attitude ..., 2022; Kermach, 2017).<sup>2</sup> essas percepções se amplificaram com a invasão russa de 2022, embora a análise de dados de opinião pública em meio à guerra deva ser feita com cautela dadas as possíveis distorções demográficas e pressões comportamentais ocasionadas pelo conflito (Ferraro, 2022a, p.32-33; Hrushetskyi, 2022a; Rickard *et al.*, 2023).

A Ucrânia também se aproximou fortemente do Ocidente a partir de 2014, a ponto de emendas constitucionais adotadas em 2019 terem definido as entradas na UE e na OTAN como objetivos do país. A efetiva exclusão da Crimeia e das áreas sob controle separatista no Donbass da política ucraniana já havia se desdobrado em uma considerável redução do potencial eleitoral de forças pró-russas na Ucrânia a partir de 2014, o que pôs em questão a capacidade de forças pró-russas chegarem ao poder em nível nacional (D'Anieri, 2019). No contexto da invasão russa de 2022, diversos partidos políticos foram banidos na Ucrânia por

---

1 Donbass é a grafia em russo, enquanto que Donbas é o nome da região em ucraniano. Uma vez que a grafia em russo consolidou-se como a mais utilizada no Brasil, optou-se, neste trabalho, pela manutenção de seu uso. O mesmo critério se aplica no caso do uso de Kiev, grafia derivada do russo, em vez de Kyiv, derivada do ucraniano *Kyïv*.

2 Vale mencionar que tais mudanças de indicadores também se devem, em parte, à exclusão da Crimeia e dos territórios sob controle separatista do Donbass - ambas partes substanciais dos históricos redutos do eleitorado pró-russo - das pesquisas de opinião pública realizadas na Ucrânia.

acusações de terem posicionamentos pró-russos (Ferraro, 2022a, p.30-34). Ao longo da guerra, o governo ucraniano, após ter considerado um status de neutralidade militar em negociações com a Rússia (Charap; Radchenko 2024; Hill; Stent, 2022; Rustamova, 2022; Troianovski; Entous; Schwirtz, 2024), voltou a reiterar o objetivo de ingressar na OTAN e fortalecer a cooperação militar com as potências ocidentais (Ucrânia, 2022a; Zelensky, 2022) de modo a elevar suas capacidades diante da Rússia. Diante desses fatores, portanto, pode-se falar em um potencial cenário de redução dos prospectos de convergência da política doméstica e externa da Ucrânia com os interesses da Rússia, o que pode se traduzir em uma vizinhança tensa por um longo período.

Por fim, deve-se lembrar dos impactos da guerra para a política doméstica na Rússia. A popularidade de Putin na sociedade russa, ao longo de suas mais de duas décadas no poder, assentou-se, em grande medida, na estabilidade política e na notória melhoria econômica do país em comparação com o período pré-Putin. Sob Putin, a insurgência iniciada nos anos 1990 na Chechênia (e no Cáucaso Norte, de maneira mais ampla), que havia se desdobrado em ataques terroristas em diversas partes do território russo, foi efetivamente derrotada. A economia, por sua vez, cresceu, particularmente durante os anos 2000, período de altas taxas de crescimento em continuidade (Segrillo, 2014).

A assertividade da política externa de Putin e as narrativas sobre sua disposição para se contrapor às potências ocidentais também foram um importante fator a contribuir para que o presidente russo angariasse apoio doméstico. Os picos de popularidade de Putin, por exemplo, ocorreram exatamente em momentos de conflito, incluindo no caso da Ucrânia, em 2014. A narrativa de um cerco externo à Rússia também tem encontrado largo apoio na população do país (Ferraro, 2022a, p.35-37). Conforme pesquisas de opinião pública, após o início da invasão russa de 2022, o nível de aprovação de Putin elevou-se e voltou a se aproximar de seus picos históricos, ultrapassando, frequentemente, a marca de 80% (Indikatory ..., s.d.). O apoio às ações militares russas contra a Ucrânia, em média, tem girado em torno de mais de 70% na Rússia (Konflikt ..., 2024).

Por outro lado, as ações da Rússia quanto à Ucrânia trouxeram diversas pressões sobre alguns dos pilares do apoio a Putin. As sanções ocidentais, por exemplo, tensionam a situação econômica na Rússia, potencialmente dificultando sua capacidade de crescimento e provisão de bem-estar material à população. A guerra, ademais, elevou a presença da violência no cotidiano russo. Nesse sentido, pode-se falar nos possíveis impactos negativos de baixas militares. Além disso, regiões fronteiriças com a Ucrânia e mesmo grandes cidades,

como a capital Moscou, tornaram-se alvos de ataques atribuídos à Ucrânia. O governo russo também acusou a Ucrânia de envolvimento em atentados em cidades russas. No passado, a impopularidade do presidente Boris Ieltsin (1991-1999), antecessor de Putin, elevou-se significativamente por conta dos custos políticos, sociais e humanitários da Guerra da Chechênia. A repetição desse cenário no caso de Putin com a Ucrânia não podia ser descartada. Uma onda de mobilização de tropas em setembro de 2022, por exemplo, elevou preocupações com a guerra na sociedade russa, ocasionou diversos protestos e provocou a saída de milhares de cidadãos do país (Ferraro, 2022a, p.38-39).

Diante desses fatores, a invasão russa de 2022 reacendeu discussões sobre a política de Moscou quanto à Ucrânia. Nesse sentido, a maioria das análises tem se concentrado nas motivações russas quanto ao país vizinho. Quais fatores explicam o comportamento da Rússia quanto à Ucrânia? O que explicaria as decisões do governo russo com relação à Ucrânia em 2022 e 2014? Quais fatores atribuem à Ucrânia tamanha importância nas visões do governo russo, a ponto de justificarem, do ponto de vista do Kremlin, 1) a violação da integridade territorial do país vizinho e as declarações de anexação de partes de seu território; 2) ações bélicas mediante a mobilização de recursos na escala observada no contexto da invasão de 2022; e 3) a disposição para incorrer nos prejuízos e riscos mencionados acima?

Há diferentes respostas a essas perguntas na literatura, que frequentemente se aproximam, em maior ou menor grau, das principais escolas teóricas na área das Relações Internacionais (RI). Nesse sentido, uma das principais lentes empregadas – explícita ou implicitamente – em análises sobre a política da Rússia quanto à Ucrânia tem sido o Realismo. O Realismo nas RI tem longos antecedentes filosóficos e na prática dos assuntos de Estado, antecedentes esses que podem ser encontrados em diversas civilizações (Haslam, 2006, p.23-26, 35-37). A tradição realista, enquanto prática e pensamento, distingue-se pela noção da razão de Estado, isto é, a concepção de que os interesses do Estado, com foco na garantia de sua segurança, devem constituir a mais alta prioridade da vida política, prevalecendo sobre quaisquer outros interesses e valores (Haslam, 2006, p.21-23, 27-28, 31, 35-37).

Na área acadêmica contemporânea das RI, a escola realista, embora diversa internamente, possui diversos princípios característicos unificadores. Uma delas é o acento no caráter anárquico do sistema internacional, isto é, o sistema internacional é desprovido de uma autoridade central capaz de evitar o uso da violência (do que se segue que a guerra é um fenômeno constante). Outro fator comum no Realismo nas RI é a concepção de que os grupos

em conflito são os principais atores das relações internacionais – na época histórica dos Estados nacionais territorializados, estes atores exercem tal protagonismo e constituem as principais unidades de análise. Tais Estados, por sua vez, são concebidos como atores que buscam maximizar seus interesses nacionais em termos de poder,<sup>3</sup> levando em conta as circunstâncias sistêmicas em que atuam (Battistella, 2014, p.108-109).

Por fim, vale mencionar a noção de equilíbrio de poder enquanto outro fundamento da visão de mundo realista. Decorrente da noção de razão de Estado, o equilíbrio de poder pode ser entendido como a busca, pelos Estados do sistema internacional, pela preservação desse sistema como um todo enquanto maneira de evitar a extinção de Estados individualmente tomados diante de aspirações imperiais e hegemônicas de uma única potência estatal (Haslam, 2006, p.28). No Realismo, o equilíbrio de poder entre os Estados é considerado o único meio de garantir uma relativa estabilidade internacional. Uma relevante decorrência do pensamento realista, por fim, é a concepção de que a guerra pode ser um instrumento legítimo para a consecução dos objetivos de política externa de um Estado, dado que este não os atinja por meios pacíficos (Battistella, 2014, p.108-109).

Na visão de mundo realista, é de se esperar que os Estados se preocupem com as relações que seus pares estabelecem entre si, pois tais relações incidem sobre a distribuição e o equilíbrio de poder e, conseqüentemente, sobre a capacidade que cada Estado tem de atingir seus objetivos de política externa. Dessa maneira, os Estados podem buscar agregar às suas capacidades de poder as capacidades de outros Estados - formando, por exemplo, alianças político-militares - ou evitar que essas mesmas capacidades sejam agregadas às de outros Estados considerados rivais, obstruindo a formação de alianças tidas como prejudiciais a seus interesses (Mearsheimer, 2001, p.156-157; Waltz, 1979, p.118).

Nesse sentido, a questão das esferas de influência é um aspecto particularmente relevante. Na visão de mundo realista, as esferas de influência podem ser consideradas um reflexo natural da assimetria de interesses e capacidades entre os Estados do sistema internacional. Por conta de suas dimensões, as grandes potências tendem a ter interesses que extrapolam seus limites territoriais, de modo que esse tipo de Estado comumente busca manter esferas de influência - entendidas como áreas em que uma grande potência busca limitar a autonomia política de vizinhos menores de modo a torná-los amigáveis ou evitar que se aproximem de grandes potências rivais. Dentro dessa lógica, a ausência de entendimentos

---

3 O termo “poder”, no Realismo, é entendido tanto em sua dimensão social, quanto material. Na primeira dimensão, compreende-se o poder como a capacidade de influência e controle social; na segunda, como a dotação de recursos materiais capazes de dar sustentação à vontade política de um ator (Wohlforth, 2008, p.133).

mútuos entre as grandes potências sobre os limites de suas reivindicadas esferas de influência pode ocasionar instabilidade e elevar o potencial de grandes conflitos internacionais (Sankey, 2020). A reação fortemente negativa dos Estados Unidos ao prospecto de que Cuba sediasse armamentos nucleares soviéticos, quando da Crise dos Mísseis de 1962, é certamente o exemplo histórico mais ilustrativo dessa lógica (SEGRILLO, 2022, p.408).

A lógica realista e suas consequências têm sido frequentemente aplicadas em análises da política externa russa. Nesse sentido, uma dimensão particularmente relevante, como ilustrado pelo caso Rússia-Ucrânia, são as relações entre Moscou e os países que compõem o chamado espaço pós-soviético. No âmbito da visão realista, essa região, enquanto entorno geográfico imediato da Federação Russa, tem sido classificada como um espaço de grande interesse estratégico para Moscou. Escrevendo ainda na década de 1990, Aleksei Arbatov, um dos mais renomados intelectuais de política externa russos, afirmava que o preenchimento de um possível “vácuo” nessa região por outras grandes potências e alianças externas não necessariamente amigáveis poderia ser prejudicial para a Rússia. Isto porque a concretização de tal prospecto poderia limitar o acesso da Rússia a linhas de comunicação e a recursos materiais (naturais e industriais), bem como a instalações militares. Dessa maneira, a conservação da influência russa e a eliminação de ameaças vindas dessa região seriam relevantes interesses nacionais para a Rússia (Arbatov, 1999, p.134-135).

Deve-se ressaltar que tal concepção, de fato, possui notórios reflexos tanto no discurso quanto na prática da política externa russa. Um elemento constante da política externa russa contemporânea, desde os anos 1990, tem sido exatamente a busca pela manutenção e o reconhecimento de uma esfera de influência no espaço pós-soviético (Allison, 2013a; Zagorskii, 2017, p.5-18). Putin, na busca por assegurar o status da Rússia como grande potência independente no sistema internacional, promoveu iniciativas de integração regional sob liderança russa e objetivou evitar que países da região entrassem em alianças militares que não contavam com a participação de Moscou, como a OTAN (Trenin, 2011, p.86-87). Em uma célebre colocação feita na sequência da Guerra Russo-Georgiana de 2008, o ex-presidente russo, Dmitry Medvedev (2008-2012), afirmou que os países do entorno da Rússia compunham uma área de “interesses privilegiados” para Moscou (Rússia, 2008a).

Nesse sentido, a Ucrânia assume particular relevância por conta de seus atributos territoriais e econômicos, amplamente enfatizados na literatura enquanto fatores de interesse da Rússia pelo país (Arbatov, 1999; Menon; Rumer, 2015; Sakwa, 2015). Nessa lógica, a Ucrânia, conforme a formulação de Andrei Tsygankov, seria importante enquanto “extenso

território de fronteira”, o qual “serve para proteger a Rússia de potencial intervenção militar pelas potências ocidentais” (Tsygankov, 2015, p.288. Tradução nossa). Ainda do ponto de vista militar, a Ucrânia sediava parte da Frota do Mar Negro (FMN) russa, localizada na Crimeia, e tinha uma indústria militar significativamente integrada à indústria militar russa, para a qual tinha considerável importância (Sakwa, 2015; Tsygankov, 2015). Ademais, a Ucrânia conecta a Rússia à Europa economicamente, uma vez que seu território historicamente serviu como rota de trânsito para o fornecimento de gás russo a países da UE (Tsygankov, 2015, p.288).

Diante desses e de outros fatores, Andrei Tsygankov afirma que “Muitos no Kremlin percebem a conexão com a Ucrânia como o último pilar da estabilidade e do poder da Rússia que não deve ser minado” para que a Rússia preservasse sua soberania, independência e cultura política (Tsygankov, 2015, p.288. Tradução nossa). Em outra caracterização similar, Sergei Karaganov, membro do Conselho de Política Externa e de Defesa (*Sovet po vneshnei i oboronnoi politike*, SVOP), influente *think tank* que congrega intelectuais e políticos russos, a entrada (formal ou informal) da Ucrânia na OTAN criaria para a Rússia uma situação inaceitável na área da segurança (Karaganov, 2022). Nessa ótica, os eventos de 2013-2014 na Ucrânia e seus desdobramentos nos anos subsequentes na forma da aproximação da Ucrânia ao Ocidente constituiriam uma séria ameaça de segurança nacional do ponto de vista do governo russo (em 2013-2014, o Euromaidan, ou simplesmente Maidan, uma onda de protestos de orientação pró-ocidental apoiada pelas potências ocidentais, se desdobrou na derrubada do presidente Viktor Ianukovych, amigável à Rússia, em fevereiro de 2014). Dentro de tal visão realista, portanto, seria razoável esperar que esse cenário fizesse a Rússia tomar medidas drásticas de forma a evitar a incorporação da Ucrânia à esfera de influência ocidental e a garantir sua inclusão na esfera de influência russa.

Um dos maiores expoentes do Realismo, John Mearsheimer classifica as ações da Rússia em 2014 e 2022 como expressão de um clássico comportamento de uma grande potência, tipo de país que preza pela manutenção de esferas de influência e a eliminação de ameaças em sua vizinhança. De acordo com essa visão, o governo russo teria agido conforme uma lógica defensiva do ponto de vista das relações entre as grandes potências para evitar que a Ucrânia, considerada um Estado estrategicamente fundamental, fosse absorvida à esfera de influência ocidental em vista do prospecto de expansão das estruturas euroatlânticas para esse país. Mearsheimer acentua, nesse sentido, o papel da OTAN enquanto organização militar liderada pelos Estados Unidos com histórico de inimizade com a Rússia e ações ofensivas na

arena internacional (Mearsheimer, 2014; 2022).

Visão similar é compartilhada por outro destacado autor vinculado à corrente realista, Stephen Walt. Para Walt, a dinâmica de expansão da OTAN - uma poderosa aliança militar cujo líder, os Estados Unidos, possuem um histórico de frequente uso da força - foi percebida como uma ameaça pela Rússia. Conforme Walt, uma vez que tal questão não foi solucionada pela via diplomática, o governo russo, em 2022, lançou mão da força na tentativa de evitar que a Ucrânia fosse incorporada à OTAN (Walt, 2022). Para o referido Karaganov, que classificou a política externa russa como um “realismo duro” (*zhestkii realizm*) (Karaganov, 2022), a Ucrânia estava se transformando em uma “ponta de lança apontada para o coração da Rússia”, de modo que Moscou, antecipando-se a um conflito inevitável com o Ocidente, teria optado pela invasão de 2022 como uma medida preventiva para “ditar os termos do conflito” (Schmemmann, 2022. Tradução nossa). Para Fabiano Mielniczuk, a invasão russa de 2022 consistiu em uma iniciativa voltada “para forçar uma negociação com a OTAN”, tendo em vista a rejeição russa à expansão da aliança para a Ucrânia (Mielniczuk, 2022, p.13).

Além do Realismo, o Liberalismo é outra escola de pensamento das RI que tem tido presença destacada em análises sobre as ações da Rússia quanto à Ucrânia. A exemplo do Realismo, o Liberalismo nas RI é internamente diverso e possui raízes em uma longa tradição filosófica. Historicamente, a corrente liberal nas RI tem como uma de suas principais diferenças em relação à realista a noção de que os atores e estruturas domésticos de um Estado influenciam a conduta externa deste último. Esse argumento se diferencia do maior peso aos fatores sistêmicos internacionais, bem como da tese da indiferenciação qualitativa entre os países, elementos fortemente presentes no Realismo (Battistella, 2014, p.150).

Nos debates contemporâneos nas RI, a perspectiva liberal argumenta que os Estados expressam os interesses – materiais e ideacionais – de atores e grupos de sua sociedade. Dentro dessa lógica, as políticas adotadas por um Estado são resultado de disputas de poder entre setores de sua sociedade que objetivam influenciar o governo (Battistella, 2014, p.167-171). Segue-se, dessa maneira, que democracias e autocracias tenderiam a ter comportamentos de política externa diferentes, uma vez que as duas são formas de governo que “[...] representam interpretações e combinações diferentes dos interesses sociais em termos de segurança, de bem-estar e de valores expressos pelos membros mais influentes de suas respectivas sociedades civis” (Battistella, 2014, p.171. Tradução nossa).

Nesse sentido, uma tese historicamente relevante no Liberalismo, embora não

compartilhada unanimemente por autores vinculados a essa corrente, é a tese da “paz democrática”: o argumento de que a paz global é função da difusão internacional da democracia. Esse argumento é um desdobramento da proposição de que, em Estados com regimes políticos democráticos, os governantes, uma vez que estariam submetidos à vontade democrática popular, não entrariam em guerras diante da indisposição da sociedade em arcar com os custos de tais ações. Já em Estados com regimes políticos não democráticos, a ausência de mecanismos de controle popular sobre os governantes facilitaria o envolvimento de tais países em ações bélicas (Battistella, 2014, p.153-154).

Por outro lado, diversos autores argumentam que líderes autoritários, ainda que não expostos ao controle popular existente nas democracias, se preocupam com sua aprovação popular e pela elite de seus países. Nesse sentido, há uma longa tradição de debates em torno da Teoria Diversionista da Guerra (e da Política Externa, de modo geral), segundo a qual governantes, diante de problemas econômicos, políticos e sociais no campo doméstico, podem recorrer a artifícios para desviar a atenção do público doméstico com vistas a preservar e fortalecer seu poder interno. Por exemplo, narrativas e ações de conflito contra atores externos, por conta do potencial de unidade nacional diante de um inimigo estrangeiro (o chamado efeito *rally 'round the flag*), têm sido apontadas como recursos diversionistas utilizados por líderes políticos que enfrentam problemas domésticos (Kanat, 2013).

Em linha com tais concepções, análises de corte liberal sobre a política da Rússia para a Ucrânia atribuem grande atenção aos fatores domésticos russos – em particular ao regime político vigente no país e às ideologias de Putin e da elite política putinista. Nesse quadro analítico, o governo russo necessitaria de narrativas de combate a inimigos externos e de demonstrações de força no exterior, como as ações russas quanto à Ucrânia, para reforçar sua legitimidade e imagem doméstica de poder (Aleprete, 2017). Em outro exemplo ilustrativo de uma argumentação liberal, o acadêmico e ex-diplomata norte-americano Michael McFaul afirma que Putin, em meio à onda de contestação a seu regime no início da década de 2010, necessitava da imagem dos Estados Unidos como adversários para legitimar seu governo na Rússia. Nesse sentido, a Ucrânia seria, na visão do presidente russo, um palco de tal rivalidade de grandes potências, o que exigiria, do ponto de vista do Kremlin, ações combativas contra os Estados Unidos (Mcfaul, 2014).

Um outro argumento tipicamente liberal presente na literatura sobre as relações Rússia-Ucrânia acentua outro fator doméstico russo ligado à política ucraniana: o desenvolvimento da democracia na Ucrânia, em especial se acompanhado de prosperidade

econômica, poderia constituir uma ameaça ao governo de Putin na medida em que poderia ser visto pela sociedade russa como um modelo alternativo ao regime autoritário putinista. De acordo com essa visão, portanto, abolir a democracia na Ucrânia (e subjugar o país ao domínio russo) seria o principal objetivo de Putin ao lançar a invasão russa de 2022 (Person; Mcfaul, 2022). Em uma interpretação similar, Samuel Ramani argumenta que a decisão da Rússia pela invasão de 2022 à Ucrânia explica-se primariamente por uma agenda contrarrevolucionária de Putin, que desejaria reverter o Maidan de 2013-2014 impondo a hegemonia russa sobre a Ucrânia e promovendo sua agenda ideológica iliberal (Ramani, 2023). Sem deixar de considerar motivações realistas (asserção da primazia russa no espaço pós-soviético) e nacionalistas-imperialistas (a tese da unidade do “Mundo Russo” e a contestação do direito da Ucrânia de existir como Estado e nação) no comportamento da Rússia, Vicente Ferraro expõe um argumento convergente com a tese diversionista. O referido autor considera que Putin, ao lançar a invasão ao país vizinho em 2022, também buscou a sustentação doméstica de seu próprio regime autoritário ao mobilizar narrativas de oposição a um cerco externo, a “inimigos internos” e à ideia da democracia liberal associada ao Ocidente (Ferraro, 2022a; 2022b).

Uma visão que frequentemente complementa o argumento liberal é a que enxerga as ações da Rússia como expressão de um comportamento imperial ou imperialista. As concepções de “império” e “imperialismo” assumiram diferentes formas e significados ao longo da História, a depender do contexto sociohistórico e de particularidades geográficas (Lieven, 2000, p.3-26). Uma definição que comporte a diversidade histórica do fenômeno do imperialismo pode ser resumida no denominador comum de que o imperialismo se caracteriza essencialmente “[...] pelo exercício do poder por meio da conquista direta ou (tardiamente) por meio da influência política e econômica que efetivamente equivale a uma forma similar de dominação” (Young, 2016, p.26. Tradução nossa). De uma maneira ou de outra, todas as formas de domínio imperial envolvem o exercício do poder por meio de instituições e ideologias, e são produto tipicamente de um centro político que estende seu controle sobre espaços periféricos (Young, 2016, p.26).

Em um registro mais estritamente marxista, que subordina as relações interestatais às relações sociais de forma internacionalizada e transnacionalizada regidas pela dicotomia capital x trabalho, as noções de império e imperialismo assumem particular saliência histórica, associadas principalmente aos escritos de Lênin. Em linha com as concepções da luta de classes e do materialismo histórico características do pensamento marxista, o

Marxismo nas RI acentua que o Estado da era capitalista expressa os interesses da classe burguesa dominante no país. Nesse sentido, conforme a clássica argumentação de Lênin, o Estado capitalista assumiu políticas imperialistas em um estágio particular de desenvolvimento do sistema capitalista, marcado pela consolidação de tendências de concentração de capital na segunda metade do século XIX. O imperialismo, então, consistiria no envolvimento de Estados nacionais em movimentos de expansão territorial e de influência política voltados para a ampliação das oportunidades de lucro para suas classes burguesas dominantes (Battistella, 2014, p.211-216; Fernandes, 2018, p.41-42).

No debate marxista contemporâneo, em contraposição a visões que questionam a continuidade da validade das teses de Lênin, diversos autores têm acentuado a permanência de forças motrizes para o imperialismo no sistema internacional contemporâneo, uma vez que os Estados nacionais continuariam a agir para manter e conquistar espaços de acumulação de capital em benefício de suas classes capitalistas. Nesse sentido, a ascensão, ao longo do século XXI, de centros de poder político e econômico (como a própria Rússia) alternativos ao poder hegemônico dos Estados Unidos evidenciaria o potencial de acirramento de rivalidades entre as grandes potências (Fernandes, 2018, p.41-46).

A caracterização da Rússia pós-soviética como um país imperial/imperialista tem sido feita por diversos autores na literatura. Por exemplo, Viatcheslav Morozov descreveu a Rússia como um “império subalterno”, uma vez que o país conjugaria uma dependência econômica e ideacional em relação ao Ocidente a aspirações imperiais em seu entorno pós-soviético por meio de sua busca por uma esfera de influência nessa região (Morozov, 2013). Para Agnia Grigas, a política externa russa, especialmente na era Putin, demonstrou uma crescente tendência de “reimperialização”, em vista da busca pela asserção da influência russa e da tomada de territórios no espaço pós-soviético. Tais ações, em grande medida, seriam reflexo de um ideário nacionalista-imperial fortemente presente na elite política e na sociedade russas (Grigas, 2016). Similarmente, Marcel Van Herpen atribui a Putin “ambições imperialistas” com fortes raízes na história da Rússia, ambições essas proximamente associadas a períodos de recrudescimento do autoritarismo no país. Nesse sentido, conforme van Herpen, a “reunificação” da Rússia com a Ucrânia seria a “mais profunda ambição” do presidente russo, que Van Herpen descreveu como “pessoalmente obcecado” pelo país vizinho (Van Herpen, 2015. Tradução nossa).

Em uma análise de corte semelhante, Andrew Wilson argumenta que a crise na Ucrânia em 2013-2014 foi produto de um “vício” russo em “perigosos mitos”, entre os quais

o de que as porções do espaço pós-soviético localizadas fora do controle de Moscou seriam “território perdido” da “Rússia histórica” – o que, portanto, tornaria ilegítimas as fronteiras dos Estados pós-soviéticos aos olhos russos (Wilson, 2014, p.vii. Tradução nossa). Similarmente, Serhii Ploky classifica a Guerra Russo-Ucraniana, na perspectiva da Rússia, como uma guerra imperial clássica conduzida por membros da elite russa que se consideram herdeiros das tradições expansionistas do Império Russo e da União Soviética (Ploky, 2023). Em uma variante desse argumento, Taras Kuzio afirma que a Rússia invadiu a Ucrânia em virtude de uma obsessão de Putin pelo país vizinho. Tal obsessão seria relacionada a uma antiga tese nacionalista imperial russa que considera russos, ucranianos e bielorrussos como componentes de um só povo – do que se segue que a Ucrânia, de acordo com tal tese, não deveria ter uma vida separada da Rússia (Kuzio, 2022). Maria Popova e Oxana Shevel argumentam que, na raiz da invasão russa de 2022, está a escalada de uma incongruência histórica, que perpassa todo o período pós-soviético, entre as aspirações imperiais russas - que, por motivos identitários e geopolíticos, tinham como uma prioridade o controle sobre a Ucrânia - e a vontade da Ucrânia por sua afirmação como um Estado independente. Na visão das autoras, a Rússia enxergava que tais aspirações imperiais eram desafiadas pelo fortalecimento da identidade nacional e estatal ucraniana (promovido por diferentes políticas domésticas adotadas pelos governos em Kiev) e pela adoção de uma orientação externa pró-ocidental pela Ucrânia (Popova; Shevel, 2024).

Ainda conforme a tese do comportamento imperial/imperialista da Rússia, as ações do governo Putin na Ucrânia, na visão de Svetlana Ruseishvili, objetivariam “[...] uma divisão do mundo interimperialista na qual a Rússia possa reinar em sua área de controle de forma ilimitada” (Ruseishvili, 2023), incluindo por meio de uma “conquista neocolonial” de caráter imperialista sobre territórios ucranianos (Ruseishvili, 2022). Em linha com a interpretação marxista sobre o fenômeno do imperialismo, Volodymyr Ishchenko argumenta que a decisão de Putin pela invasão à Ucrânia em 2022 constituiu uma ação voltada para a proteção dos interesses da classe dominante russa. Nesse contexto, a expansão territorial associada à invasão significaria mais oportunidades de lucros para parte da burguesia russa (Ishchenko, 2022a).

As visões realista, liberal e imperial/imperialista possuem diversas qualidades e insuficiências explicativas. No que tange às interpretações realistas, cabe mencionar, como levantado por autores como Haslam (2006), Mearsheimer (2014) e Sankey (2020), que a visão realista enquanto filosofia e prática política possui uma significativa regularidade histórico-

empírica. Nesse sentido, o histórico empírico aponta que a política da Rússia para a Ucrânia (e o espaço pós-soviético de modo geral), de fato, revela aspectos dessa regularidade no comportamento da Rússia – em particular, na questão da postura de uma grande potência que busca estabelecer uma esfera de influência e afastar a presença de grandes potências rivais em sua vizinhança. Por outro lado, a interpretação realista no caso Rússia-Ucrânia tem sido questionada em diversos aspectos na literatura.

Um desses aspectos diz respeito à questão dos momentos específicos das ações da Rússia. Segundo Gerard Toal, a visão realista pressupõe uma coerência comportamental que não corresponde às políticas de fato adotadas pela Rússia (e às percepções de parte de sua elite política) em períodos específicos. O mesmo Putin que anexou a Crimeia e lançou a invasão de 2022, por exemplo, já sinalizou uma postura mais indiferente quanto às relações Ucrânia-OTAN no início dos anos 2000, período de relações notoriamente mais amigáveis entre Rússia e Ucrânia e entre a Rússia e as potências ocidentais. Ademais, Toal aponta que o argumento realista também tem dificuldades em explicar diferenças de comportamento da Rússia em situações similares. Por que a Rússia agiu da maneira como agiu quanto à Ucrânia em 2014 e 2022 - violando a integridade do país vizinho e atacando-o -, mas não tomou decisões similares quando, por exemplo, os países do Báltico, que também fazem fronteira com a Rússia, ingressaram na OTAN em 2004? Ou quando a própria Ucrânia buscava acelerar sua entrada na aliança militar ocidental, em 2008 (Toal, 2017, p.31-33)?

Ademais, como ressaltaram diversos autores, a entrada da Ucrânia na OTAN era um prospecto reconhecidamente incerto e longínquo às vésperas da invasão russa de 2022 (Ferraro, 2022b, p.114-123; Menon, 2023; Ramani, 2023), muito embora a aliança, é verdade, não tenha formalmente abandonado a promessa - sem prazo de cumprimento - feita na Cúpula de Bucareste, de 2008, segundo a qual a Ucrânia ingressaria na OTAN (OTAN, 2008). O status quo que se consolidou com a anexação da Crimeia e a estabilização das frentes de guerra no Donbass em 2015 significava que a Ucrânia, uma vez que estava envolvida em um conflito territorial com a Rússia, dificilmente teria seu pleito de entrada na aliança aceito na OTAN (D'Anieri, 2023, p.244).

Uma outra insuficiência que pode ser inferida da visão realista, em específico no que tange à tese de um comportamento reativo da Rússia quanto às ações das potências ocidentais, está no fato de que, como apontaram diversos autores, os governos russos ou membros da elite política do país demonstraram inclinações por algum tipo de influência ou controle político sobre a Ucrânia - em um extremo, a ponto de chegar à rejeição do Estado ucraniano

independente - mesmo na ausência de movimentações mais fortes e inequívocas de aproximação da Ucrânia à órbita geopolítica ocidental. Por exemplo, nos anos 1990, quando os prospectos de entrada da Ucrânia na OTAN eram ainda mais distantes do que no período pós-Maidan, parte substancial da elite política da Rússia questionava a integridade territorial da Ucrânia (D'anieri, 2023; Sasse, 2007; Solchanyk, 2001). Ademais, na década de 1990, o governo Ieltsin, apesar de comprometido com a integridade territorial da Ucrânia, buscava limitar o desenvolvimento das relações de Kiev com a OTAN, demandando do governo ucraniano compromissos nesse sentido (Sarotte, 2022).

Os elementos de questionamento da visão realista presentes na literatura relacionada às relações Rússia-Ucrânia sugerem que a importância da Ucrânia no pensamento de política externa russo transcende o fator material de poder estritamente tomado ou as movimentações nas relações com as potências ocidentais, e apontam que um elemento ideacional independente também compõe as percepções da Rússia sobre a Ucrânia. Diversos autores na literatura chamaram atenção para essa faceta ideacional na análise da política da Rússia para a Ucrânia. Por exemplo, Andrei Tsygankov argumenta que as ações do governo Putin em 2014 revelaram a insatisfação do governo russo com o fato de o Ocidente e a Ucrânia terem ignorado os valores e interesses da Rússia. Os valores de um Estado seriam responsáveis por “estabelecer lentes culturais por meio das quais os países formam suas percepções internacionais e avaliam seus interesses” (Tsygankov, 2015, p.287. Tradução nossa). No caso da Rússia, tais valores historicamente envolveriam a ideia de um Estado forte e capaz de se contrapor a ameaças externas. No âmbito dessa construção ideológica, a Ucrânia seria fortemente valorizada por conta de seus laços históricos e culturais com a Rússia (Tsygankov, 2015, p.287-288).

Nesse mesmo sentido, cabe destacar uma abordagem similar, proposta por Gerard Toal, centrada nas chamadas “culturas geopolíticas”, isto é, as concepções de um país sobre sua identidade espacial e inserção internacional, bem como sobre a ordem internacional (Toal, 2017, p.10). A corrente predominante na cultura geopolítica russa desde meados dos anos 1990, em termos de projeção na política oficial do país, tem sido a concepção da Rússia como uma grande potência independente, com primazia geopolítica no espaço pós-soviético e comprometida com a promoção de uma ordem internacional multipolar (Toal, 2017, p.69-92). As reivindicações de primazia russa no espaço pós-soviético têm sido comparadas à Doutrina Monroe dos Estados Unidos na região das Américas. O termo, inclusive, chegou a ser abertamente usado por Andranik Migranian, um famoso analista de política externa russo, nos

anos 1990, enquanto proposição para a política externa russa na região da ex-União Soviética (Toal, 2017, p.82-85). Vale mencionar que a percepção de similaridade entre a política russa para o espaço pós-soviético, incluindo a Ucrânia, e a Doutrina Monroe estadunidense é compartilhada, também, pelo referido Mearsheimer (Chotiner, 2022).

No que tange às interpretações liberais, cabe destacar que o reconhecimento da importância de interesses materiais e ideacionais de atores e grupos domésticos de poder pode contribuir para o entendimento das transformações, variações e nuances da política da Rússia para a Ucrânia. Por outro lado, diversas deficiências explicativas podem ser apontadas em relação a argumentos liberais. A partir da literatura sobre os regimes políticos de Rússia e Ucrânia, pode-se apontar inconsistências empíricas que permitem questionar a tese de um conflito entre autoritarismo e democracia na análise da política da Rússia para a Ucrânia. É verdade que, nos anos que precederam a invasão russa de 2022, o regime político e as relações Estado-sociedade na Ucrânia mantiveram um grau de democracia e pluralismo notadamente mais fortes do que na Rússia, se tomados como critérios aspectos como os contrapesos parlamentares ao poder executivo presidencial, a atuação de meios de imprensa críticos do governo e a competitividade de eleições (Way, 2019). Por outro lado, deve-se mencionar a existência de diversas tendências autoritárias na Ucrânia a partir de 2014 – tendências essas, inclusive, fortemente associadas ao estado de conflito com a Rússia que caracteriza tal período (Ferraro, 2022c; Way, 2019).

Além disso, a Rússia, apesar das características autoritárias do governo de Putin, possui boas relações com diversas democracias ao redor do mundo. Vale lembrar, nesse sentido, que tal tipo de distinção valorativa entre tipos de governo também é frequentemente ignorada por outras grandes potências, que consideram outras variáveis na formulação de suas políticas externas. Vide, por exemplo, a proximidade histórica dos Estados Unidos, país cuja política externa possui um discurso com elementos da tese da paz democrática, a governos autoritários em diversas regiões do mundo (Cook, 2019).

Na literatura sobre as relações Rússia-Ucrânia, também são apontadas deficiências na tese diversionista. Tal argumentação enxerga as ações do governo russo quanto à Ucrânia como um recurso para desviar atenções de problemas como protestos antigovernamentais e a estagnação econômica na Rússia e forjar uma mobilização política nacional em favor do regime putinista. Entretanto, tendo em vista o contexto da crise ucraniana de 2013-2014, deve-se mencionar que Putin já tinha um alto nível de aprovação popular, enquanto que diversas ações do governo russo à época indicavam confiança na estabilidade de regime

diante de protestos políticos e problemas econômicos (Tsygankov, 2015, p.295-296). Como indicam dados de pesquisas de opinião pública, o nível de popularidade de Putin permanecia alto também às vésperas da invasão russa de 2022 (Indikatory ..., s.d.).

Ao mesmo tempo, cabe mencionar que, nos anos que precederam de maneira mais imediata a invasão russa à Ucrânia de 2022, as autoridades russas tomaram diversas ações no sentido de reprimir setores opositoristas no país. Podem ser citados, nesse sentido, acontecimentos como a prisão do principal opositor de Putin, Aleksei Navalny (e a repressão a protestos em favor deste último), e o banimento de organizações críticas do autoritarismo (D'Anieri, 2022, p.73-74). De um lado, é possível interpretar ações desse tipo como indicativos de percepções de ameaças potenciais à estabilidade do regime governante. Do outro, elas também podem ser interpretadas retroativamente como um artifício para minimizar o potencial de oposição à invasão de 2022 na sociedade russa (D'Anieri, 2022, p.74).

Esses fatores permitem argumentar que o grupo governante russo chegou às vésperas da invasão russa de 2022 em uma posição relativamente mais segura no que tange à capacidade de manter a estabilidade política doméstica conforme seus interesses. Além disso, as ações de Putin quanto à Ucrânia, como a anexação da Crimeia, têm tido alto grau de apoio popular na Rússia. Por fim, como mencionado acima, parte substancial da elite política e da população da Rússia questionava a legitimidade da Ucrânia independente no período pós-soviético. Em vista de fatores como esses, pode-se dizer que a existência de um regime político mais democrático na Rússia não necessariamente se traduziria em um comportamento mais amigável em relação à Ucrânia (D'Anieri, 2023, p.19, 27).

Por fim, cabe considerar as interpretações sobre um caráter imperial/imperialista na política da Rússia para a Ucrânia. Como visto acima, as aspirações por algum grau de influência e controle político sobre a Ucrânia, no âmbito da busca por uma esfera de influência que garantisse a primazia geopolítica russa no espaço pós-soviético, possuem uma forte presença histórica na elite política russa. Tais ideias ganharam particular saliência na Rússia a partir da crise ucraniana de 2013-2014. Dmitry Trenin acentua que a elite russa considerava a Ucrânia independente como parte da herança histórica do Estado russo, de modo que uma possível entrada do país na OTAN era vista negativamente enquanto ação que transformaria parte do “patrimônio nacional russo” em um “baluarte ocidental contra a Rússia” (Trenin, 2011, p.90. Tradução nossa). O principal exemplo dessa tendência, certamente, é um polêmico artigo de Putin publicado em julho de 2021. Sugestivamente intitulado “Sobre a unidade histórica de russos e ucranianos”, o texto recupera a narrativa

histórica de que russos e ucranianos são parte de um mesmo povo. Além disso, o artigo questiona fortemente os fundamentos históricos do Estado ucraniano independente, em particular no quesito territorial (Putin, 2021a).

Pode-se dizer, ademais, que a concepção de esferas de influência subjacente às percepções russas sobre a Ucrânia pode ser relacionada a um enfoque interpretativo sobre império e imperialismo, uma vez que tal política russa subentende uma forma de influência ou controle sobre um território em nome dos interesses políticos, econômicos e de segurança de um centro político estrangeiro. Sobre essa questão, Timofei Bordachev, autor vinculado ao *establishment* intelectual da política externa russa, afirma que o comportamento da Rússia quanto a determinados países de sua vizinhança refletiria um clássico comportamento imperial, uma vez que Moscou tem exercido “[...] um papel decisivo nos assuntos dos vizinhos em nome da garantia da própria segurança” (Bordachev, 2021b. Tradução nossa). Para o mesmo autor, as ações russas quanto à Ucrânia em 2014 não seriam uma exceção nesse sentido (Bordachev, 2021b).

Por outro lado, os argumentos imperiais/imperialistas têm sido questionados em diversos aspectos na literatura que aborda a política externa russa e as relações Rússia-Ucrânia. Alguns autores, por exemplo, atribuem a essa argumentação uma tendência ao essencialismo, uma vez que ela negligenciaria o contexto histórico e as particularidades conjunturais e culturais que influenciaram as decisões da Rússia em situações específicas. No caso das relações com a Ucrânia, pode-se falar, nesse sentido, nas dinâmicas de interações entre a Rússia, os governos ucranianos e as potências ocidentais, em particular no que tange às disputas geopolíticas entre as grandes potências no leste europeu e às movimentações na Ucrânia pela aproximação ao Ocidente (Toal, 2017, p.26-27; Tsygankov, 2015, p.295). Pode-se levantar, ainda, a questão das especificidades nos modos de ação da Rússia em conflitos no espaço pós-soviético. Por exemplo, a Rússia, à diferença do ocorrido com territórios ucranianos ocupados por forças russas, não anexou as regiões separatistas da Transnístria (da Moldávia), da Abecásia e da Ossétia do Sul (ambas declararam secessão da Geórgia), mesmo tendo ambientes locais favoráveis e oportunidades políticas para tanto.<sup>4</sup> No caso da própria Ucrânia, a Rússia, em algumas situações, preferiu formas de controle administrativo direto, por meio de ocupações militares e anexações territoriais; em outras, optou por maneiras indiretas, a partir da influência sobre a sociedade e a elite política ucranianas. Como explicar

---

4 A Rússia reconheceu as independências de Abecásia e Ossétia do Sul em 2008, posição que permanece até a atualidade. A Transnístria, por sua vez, não é reconhecida como país independente pela Rússia. Mesmo após a Transnístria, em 2006, ter realizado um referendo cujo resultado oficial declarado foi favorável à incorporação da região à Rússia, esta última não procedeu a uma anexação territorial.

tais variações, que, mesmo que de natureza similar em seu objetivo político – manter a Ucrânia na esfera de influência russa -, possuem significados e impactos práticos distintos?

Por fim, cabe mencionar que as perspectivas realista, liberal e imperial/imperialista tendem a convergir em um aspecto: a centralidade atribuída aos governos incumbentes no poder executivo nacional, na Rússia e na Ucrânia, enquanto objetos de foco analítico. Contudo, para além dessa relevante esfera de análise, o que se pode dizer sobre a dimensão mais ampla das relações da Rússia com atores da sociedade ucraniana, incluindo atores de elite política não incluídos no governo central baseado em Kiev? Qual o lugar de tais atores na política da Rússia para a Ucrânia? De quais maneiras, na visão de membros da elite política russa e da intelectualidade de política externa do país, a Rússia poderia alcançar a consecução de seus interesses quanto à Ucrânia a partir das particularidades do Estado ucraniano e de articulações com setores da sociedade e da elite política ucranianas? Como essas questões influenciaram as ações da Rússia quanto à Ucrânia, em particular no contexto dos pontos de inflexão de 2014 e 2022?

Uma análise do histórico das relações russo-ucranianas traz diversos indícios que sugerem a importância dessa dimensão na política da Rússia para a Ucrânia. Pode-se, nesse sentido, mencionar os casos das duas maiores crises internacionais em torno da Ucrânia antes daquela que precedeu a invasão russa de 2022: a Revolução Laranja de 2004-2005 e o Maidan e seus desdobramentos em 2013-2014. Em ambos esses contextos, os posicionamentos e ações da Rússia foram determinados, em grande medida, não por ações específicas tomadas pelos governos ucranianos incumbentes no campo da política externa, e sim por situações de autoridade política doméstica contestada marcadas pelo prospecto de que atores políticos amigáveis à Rússia fossem excluídos do poder executivo central em Kiev em paralelo à ascensão de atores potencialmente adversários da Rússia.

Já a crise que se desdobrou na invasão russa de 2022 não teve como estopim uma decisão específica do governo ucraniano ou das potências ocidentais no campo da orientação externa da Ucrânia. Como visto acima, por exemplo, o prospecto de entrada da Ucrânia na OTAN não estava próximo. Por outro lado, os anos e meses que precederam a invasão russa em larga escala de 2022 foram marcados por uma gradual erosão da influência russa na política da Ucrânia como um todo, bem como por ações das autoridades ucranianas no sentido de cercear a atuação de atores da política e da sociedade ucranianas (como políticos e meios de comunicação) com posicionamentos, em maior ou menor grau, convergentes com as perspectivas e interesses da Rússia quanto à Ucrânia. Ademais, a invasão russa de 2022 foi

precedida pelo fracasso em rodadas de negociação sobre a implementação do Acordo de Minsk de 2015, que estipulava a reincorporação dos territórios sob controle separatista pró-russo no Donbass ao Estado ucraniano – medida por meio da qual a Rússia, com a reforma do Estado ucraniano, esperava inserir redutos de influência pró-russa na política ucraniana. Tais dados sugerem, portanto, que a Rússia, para além de questões específicas de política externa ou de benefícios econômicos, se interessava pela própria configuração do Estado ucraniano, a relação de forças na elite política ucraniana e as relações Estado-sociedade na Ucrânia.

## **1.2 Perspectiva, abordagem teórica-metodológica e fontes da tese**

Os elementos trazidos acima indicam, portanto, a importância de um fator transnacional na política da Rússia para a Ucrânia. A perspectiva transnacionalista nas RI considera enquanto importantes atores da política internacional, além dos governos centrais nacionais, atores e organizações da sociedade civil (como empresas e movimento sociais), bem como atores chamados infraestatais (isto é, ligados às subunidades administrativas dos Estados). As relações transnacionais são concebidas como relações transfronteiriças envolvendo agentes não vinculados ao Estado, incluindo quando tais relações ocorrem entre estes últimos e governos (Battistella, 2014, p.181-187). Fenômenos sociais de características transnacionais, portanto, não se limitam à esfera das relações intergovernamentais e incluem aspectos como a circulação de ideologias, as articulações entre atores não governamentais e relações econômicas fora dos circuitos de Estado (Halliday, 1994; 2005).

Uma das consequências de tal abordagem diz respeito à relativização da separação entre as esferas doméstica e externa da política, separação essa mais destacadamente presente particularmente na perspectiva realista (Battistella, 2014, p.194-195). A noção de um sistema internacional composto por Estados com autoridades exclusivas territorialmente delimitadas e por soberanias estatais mutuamente reconhecidas é uma simplificação relativizada empiricamente por recorrentes exemplos históricos de interferência externa, nas mais variadas formas, nos assuntos internos dos Estados (Krasner, 2001). Nesse sentido, Fred Halliday (1994) chama atenção para a interligação histórica entre os espaços externo e doméstico em processos políticos nos Estados componentes do sistema internacional. De particular relevância, nesse sentido, são as relações estabelecidas entre governos e setores da sociedade - entendidos, aqui, como indivíduos fora do controle direto do Estado - de um território estrangeiro. Assim, forças sociais de um país, interessadas em atingir seus objetivos políticos

*vis-à-vis* seus Estados de origem, buscam apoios externos - por exemplo, na forma do auxílio econômico ou militar. Similarmente, atores externos, em busca de fortalecer suas posições de poder no sistema internacional, podem, por exemplo, apoiar golpes de Estado ou agitação social em um outro país conectando-se a forças sociais amigáveis a seus interesses nesse território estrangeiro (Halliday, 1994, p.85-93).

Nesse sentido, pode-se constatar uma recorrência histórica de intervenções externas via uso da força, conduzidas principalmente pelas grandes potências, a partir do século XVI. Realizadas com o intuito de configurar instituições estatais em territórios estrangeiros sob a liderança de aliados locais dos interventores externos, esse tipo de ação na arena internacional historicamente objetivou assegurar esferas de influência para os Estados interventores e incidir sobre a balança de poder do sistema internacional em favor destes últimos (OWEN IV, 2022). Em outras palavras, os Estados historicamente demonstraram interesse sobre a configuração de Estados estrangeiros, bem como sobre quem e de que maneira governa outros Estados no sistema internacional. Nesse sentido, as relações estabelecidas entre atores externos e domésticos foram um fator de relevante papel histórico.

O que pode ser dito, preliminarmente, sobre tais dimensões de análise na política contemporânea da Rússia para a Ucrânia? Uma breve consideração do histórico das relações russo-ucranianas mostra como a Rússia e setores de sua elite política, em diversos períodos, buscaram interferir na política ucraniana de modo a apoiar atores com agendas convergentes com os interesses russos em relação à Ucrânia. Pode-se lembrar, por exemplo, das articulações entre políticos russos e o movimento autonomista e secessionista na Crimeia na década de 1990 (Klimin, 2009; Sasse, 2007). Posteriormente, há o caso do apoio russo à candidatura de Ianukovych na eleição presidencial ucraniana de 2004 (Petrov; Ryabov, 2006; Trenin, 2011, p.88-90; Zygar', 2016, p.112-120). Cerca de uma década depois, durante a crise de 2013-2014, o governo russo se articulou com lideranças pró-russas na Crimeia, estabelecendo relações que exerceram um importante papel no processo de anexação da região pelo Estado russo (Allison, 2014, p.1261-1265; Arel; Driscoll, 2023; Arutunyan, 2022; D'Anieri, 2023; Matveeva, 2018).

Ademais, a Rússia se envolveu nos levantes secessionistas pró-russos que eclodiram na região do Donbass em 2014. A Rússia proveu apoio militar e supervisionou assuntos políticos, econômicos e de segurança das Repúblicas Populares de Donetsk (DNR, de *Donetskaia Narodnaia Respublika*, em russo, e *Donets'ka Narodna Respublika*, em ucraniano) e Luhansk (LNR, de *Luganskaia Narodnaia Respublika/Luhans'ka Narodna*

*Respublika*). A DNR e a LNR foram as entidades separatistas pró-russas que passaram para um efetivo controle de Moscou e que controlaram partes das *oblasti* (províncias) ucranianas de Donetsk e Luhansk (Lugansk, em russo), componentes do Donbass, entre 2014 e a invasão russa de 2022 (Arel; Driscoll, 2023; Arutunyan, 2022; Matveeva, 2018, p.277-281; Toal, 2017, p.237-268). Em 2022, o governo russo reconheceu as independências da DNR e da LNR e, após a invasão em larga escala ao território da Ucrânia, declarou as anexações dos territórios por elas controladas ao Estado russo.

A Rússia também desenvolvia relações com atores da política institucional ucraniana fora do governo central. Nos anos que precederam de maneira mais imediata a invasão russa de 2022, o governo russo apoiou o partido ucraniano Plataforma de Oposição – Pela Vida (*Opozytsiina platforma – Za Zhyttia*, OPZZh), em particular no que tange a um dos líderes dessa organização, o ex-deputado ucraniano Viktor Medvedchuk (D’Anieri, 2023; Hurak; D’Anieri, 2022). Conhecido por sua proximidade à elite putinista, originária dos anos 2000 (Zygar’, 2016, p.105-107), Medvedchuk era o principal aliado do governo russo na Ucrânia. As pressões políticas durante o governo de Volodymyr Zelensky contra atores considerados pró-russos na Ucrânia, inclusive (e principalmente) contra Medvedchuk, têm sido apontadas como um possível fator a ter influenciado a decisão de Putin pela invasão à Ucrânia em 2022 (D’anieri, 2022, 2023; Ishchenko, 2022b, 2023; Zhegulev, 2023).

Cabe ressaltar, além disso, que a dimensão transnacional e das relações com atores de elite política é indicada, também, pela questão da mudança de regime que permeia o contexto da própria invasão russa de 2022. Desde antes mesmo do início dos ataques russos em fevereiro de 2022, governos ocidentais e meios de comunicação ucranianos e estrangeiros vêm circulando relatos, projeções e rumores sobre possíveis planos russos para a instalação de um governo pró-russo em Kiev articulado entre Moscou e políticos e ex-oficiais ucranianos (Harris *et al.*, 2022; Kravets; Romaniuk, 2023; “Krot” ..., 2022; Miller; Belton, 2022; Reino Unido, 2022; Saito; Tsvetkova, 2022; Schwirtz *et al.*, 2022; V Opzzh ..., 2022). O próprio Putin, no dia seguinte ao início da invasão de 2022, chegou a conclamar publicamente os militares ucranianos a tomarem o poder substituindo o governo Zelensky (Rússia, 2022a). Por fim, cabe mencionar que, em áreas da Ucrânia ocupadas por tropas russas e declaradas como anexadas por Moscou em 2022, pode-se falar na ocorrência de mudanças de regime em escala local/regional, uma vez que foram instituídas administrações de ocupação russas que contaram com a participação de cidadãos ucranianos - incluindo, em alguns casos, membros de elites políticas locais/regionais (Kudelia, 2022a; 2022b; 2022c; Skorkin, 2022a).

Mesmo quando não elaborado teoricamente, esse elemento também está frequentemente presente em análises de autores russos, não raro assumindo uma faceta normativa voltada para o *policy*, isto é, de recomendações de políticas a serem adotadas pelo governo russo. Um relevante exemplo disso é o pensamento do referido Sergei Karaganov. No que tem sido chamado de “Doutrina Karaganov”, o analista e ideólogo russo, ainda em 1992, levantou a questão de os russos étnicos e russófonos habitantes de países outrora componentes da União Soviética poderem constituir um elemento conducente para o exercício da influência russa em tais países. Na visão de Karaganov à época, um cenário possível seria, inclusive, o de a Rússia usar a força em nome da proteção de tais populações (e, conseqüentemente, dos próprios interesses de Moscou) (Grigas, 2016; Mackinnon, 2014). No caso da Ucrânia, especificamente, o pensamento de autores russos diz respeito, por exemplo, às ideologias e preferências da elite política ucraniana, bem como sobre as forças sociais na Ucrânia de modo geral e suas relações com as possibilidades de consecução dos interesses russos na Ucrânia (Arbatov, 1999, p.141-151; Bordachev, 2021a; Trenin, 2017; Zatulin, 2005a; 2022a; 2023).

Alguns exemplos ilustram a lógica analítica resumida acima. Dmitry Trenin chama atenção para a prevalência, na elite política ucraniana - apesar de diferenças regionais internas no país -, da valorização da independência e da soberania do país enquanto Estado separado em relação à Rússia (Trenin, 2017), o que traria, em tese, desafios para o exercício da influência russa sobre a Ucrânia. Já o referido Timofei Bordachev, outro famoso membro do SVOP e do Clube de Discussões Valdai (organização similar ao SVOP próxima ao governo russo), afirma que a Ucrânia contemporânea tornou-se um Estado *proxy*, sem soberania genuína, que se submeteu aos interesses de grandes potências rivais da Rússia (Bordachev, 2021a; 2023).

Andrei Sushentsov, um dos diretores do Valdai e pró-reitor da faculdade de RI do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, considera que a gênese do conflito com a Ucrânia, do ponto de vista russo, estaria no fortalecimento da ideologia nacionalista na Ucrânia e no crescimento da influência ocidental em sua política (Sushentsov, 2023). Similarmente, Konstantin Zatulin, famoso parlamentar do partido putinista Rússia Unida e diretor do Instituto dos Países da Comunidade dos Estados Independentes (IPCEI), um dos mais famosos *think tanks* russos voltados para o espaço pós-soviético, afirmou que uma guerra entre Rússia e Ucrânia seria inevitável diante da ascensão do nacionalismo na Ucrânia. Isto é, decorre, de tal argumentação, que as escolhas da elite política ucraniana e as ideologias

circulantes na elite política e na sociedade ucranianas afetariam a possibilidade de consecução dos interesses da Rússia quanto à Ucrânia (Zatulin, 2022b). Ainda no final dos anos 1990, Aleksei Arbatov alertava que seria fundamental para a Rússia não executar políticas agressivas que causassem insegurança na elite política ucraniana (incentivando-a, em consequência, a buscar possíveis apoios externos como a OTAN) e estimulassem o fortalecimento político de nacionalistas ucranianos contrários à cooperação com a Rússia (Arbatov, 1999, p.141-151).

Outros destacados analistas e políticos russos consideram que uma das falhas na política da Rússia para a Ucrânia, ao longo de todo o período pós-soviético, foi a incapacidade de estabelecer meios de influência sobre a política ucraniana e sua elite de modo que os rumos políticos da Ucrânia convergissem com os interesses de Moscou (Belkin, 2008; Lukianov, 2018; Strategii ..., 2016; Zatulin, 2005a, 2022a). Certamente o principal ideólogo sobre a política da Rússia para a Ucrânia na elite política russa, Konstantin Zatulin considerava que um dos principais potenciais instrumentos para a consecução dos interesses russos na Ucrânia seria o estabelecimento de arranjos institucionais - especificamente, a federalização e a descentralização da Ucrânia - que empoderassem representantes políticos do sul e do leste ucranianos enquanto contrapesos a forças pró-ocidentais no país (Zatulin, 2005a). De acordo com tal raciocínio, a configuração do Estado ucraniano e a relação de forças na elite política do país, portanto, seriam um elemento nas considerações de poder e influência da Rússia sobre a Ucrânia.

Similarmente, Fiodor Lukianov, outro membro do SVOP e editor da famosa revista *Russia in Global Affairs*, considerava que a presença do leste e de uma força política pró-russa na Ucrânia seria fundamental para evitar que Kiev adotasse políticas contrárias aos interesses russos (Lukianov, 2014a, 2014b). Em declarações feitas mais de um ano após o início da invasão russa de 2022, Zatulin chamou atenção para os desafios para a Rússia diante dos prospectos de sobrevivência do Estado ucraniano independente, afirmando, na sua visão, que “[...] pela primeira vez foi possível consolidar a Ucrânia com base na russofobia” (Zatulin, 2023. Tradução nossa).

Na literatura relacionada às relações Rússia-Ucrânia, no que tange especificamente às questões da configuração do Estado ucraniano e das relações Estado-sociedade na Ucrânia, Maria Popova e Oxana Shevel chamaram atenção para as insatisfações da Rússia com as políticas de promoção da identidade nacional e estatal ucraniana, fator que contribuiria para desafiar as concepções de controle russo sobre a Ucrânia (Popova; Shevel, 2024). Além disso,

diversos estudos têm abordado o aspecto transnacional e das relações com atores de elite política, com foco, em particular, nas dinâmicas de relações entre o governo russo e atores políticos identificados com segmentos russófonos, russófilos ou etnicamente russos da população da Ucrânia (Arel; Driscoll, 2023; Grigas, 2016; Mielniczuk, 2014; 2022; Toal, 2017). Nesse sentido, em caráter mais específico, um tema de particular atenção têm sido as relações entre a Rússia e seus aliados políticos na Crimeia e no Donbass no período 2014-2022 (Arel; Driscoll, 2023; Arutunyan, 2022; Grigas, 2016; Hauter, 2023; Matveeva, 2018; Toal, 2017) e nos territórios ucranianos ocupados por forças russas em 2022 (Kudelia, 2022a; 2022b; 2022c).

As relações da Rússia com partidos e atores políticos atuantes no sistema político ucraniano também têm sido abordadas, mas em menor escala (Hurak; D'Anieri, 2022). Como visto acima, diversos acadêmicos e investigações jornalísticas têm feito o argumento de que Putin julgava que forças amigáveis não poderiam chegar ao poder na Ucrânia pela via eleitoral ou pela participação em coalizões de governo, ou que os Acordos de Minsk não seriam implementados pelo governo ucraniano. Tais fatores, portanto, poderiam estar por trás da decisão do presidente russo pela invasão em larga escala e pela tentativa de imposição via força de um governo pró-russo em Kiev em 2022 (D'Anieri, 2022, 2023; Ishchenko, 2022b, 2023; Zhegulev, 2023).

Em diferentes aspectos, tais trabalhos fornecem importantes contribuições analíticas e teóricas. Por outro lado, percebe-se uma tendência de concentração temática em regiões e períodos específicos ou, em alguns casos, a ausência de elaborações analíticas (isto é, o fator transnacional e de elites políticas é considerado de maneira breve, em articulação com a análise da política da Rússia para a Ucrânia de uma maneira mais generalizada). Pode-se falar, portanto, em uma relativa carência de abordagens mais abrangentes, que considerem as perspectivas e ações da Rússia quanto à configuração do Estado ucraniano, às relações Estado-sociedade e às relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas enquanto um processo histórico mais amplo, com continuidades e mudanças ao longo do período pós-soviético.

Tendo em vista contribuir para o preenchimento dessa lacuna na literatura, o presente trabalho objetiva estudar o papel da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e das relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas na política da Rússia para a Ucrânia no período pós-soviético (1991-2024). Nesse sentido, a tese busca responder às seguintes perguntas: como as dimensões da configuração do Estado

ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e das relações com atores da elite política e da sociedade da Ucrânia estiveram presentes na política da Rússia para a Ucrânia ao longo do período analisado? Como a Rússia buscou se relacionar com atores da elite política da Ucrânia com vistas à consecução de seus interesses com relação a esse país? De que maneira processos e acontecimentos relacionados à configuração do Estado ucraniano, às relações Estado-sociedade na Ucrânia e à elite política da Ucrânia afetaram as perspectivas e ações da Rússia quanto à Ucrânia em 2013-2014 (oposição ao Maidan, anexação da Crimeia e apoio aos separatistas pró-russos do Donbass) e 2022 (invasão em larga escala à Ucrânia)?

A esses questionamentos, correspondem as seguintes hipóteses: 1) a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e as relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas foram entendidas como relevantes fatores na conceptualização da influência e dos interesses da Rússia quanto à Ucrânia; 2) a Rússia buscou interferir nas dinâmicas de poder na elite política ucraniana, processo cuja intensidade foi modulada pelas percepções de interesses e capacidades russas para influir sobre a Ucrânia; e 3) transformações, concretizadas ou potenciais, na configuração do Estado ucraniano, nas relações Estado-sociedade e na composição da elite política ucraniana ocorridas em 2013-2014 e 2014-2022, que a Rússia avaliava como de impactos negativos para a consecução de seus interesses, influenciaram as perspectivas e ações de Moscou em 2013-2014 e 2022.

Além do objetivo geral descrito acima, a tese possui os seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar um panorama da política externa russa e das relações Rússia-Ucrânia no período 1991-2024, provendo, dessa maneira, uma contextualização para a consideração das dimensões de análise específicas enfocadas no trabalho;
2. Apresentar e analisar o histórico de relações do Império Russo e da União Soviética com atores da elite política e da sociedade da Ucrânia;
3. Expor as visões sobre a Ucrânia, sua elite política, sua configuração estatal e sua sociedade presentes em documentos oficiais do governo russo e no pensamento de atores das elites política e intelectual russas no período 1991-2024;
4. Identificar atores políticos ucranianos pertinentes para a política da Rússia, apresentando sua trajetória histórica e perfil ideológico e político, bem como seu histórico de relações com o governo russo e atores da elite política russa.

A abordagem empregada neste trabalho não descarta elementos das interpretações realista, liberal e imperial/imperialista. O enquadramento analítico da presente pesquisa

reconhece o elemento da disputa de poder e de esferas de influência acentuado pelas análises de corte realista e imperial/imperialista na política da Rússia para a Ucrânia. O trabalho, ademais, também chama atenção para a diversidade dos atores políticos (em suas origens, interesses, visões de mundo e canais de atuação) e para a esfera transnacional nas relações Rússia-Ucrânia, ambos aspectos mais caros às correntes liberal e imperial/imperialista. Ao mesmo tempo, esta pesquisa busca contribuir para preencher lacunas explicativas e chamar atenção para um ângulo de análise frequentemente negligenciado em análises associadas às três correntes - em particular a realista, na qual a noção de separação entre as esferas doméstica e internacional é mais acentuada.

Ainda no que tange à potencialidade de contribuição para a literatura sobre as relações Rússia-Ucrânia mencionada acima, um outro aspecto específico nesse âmbito justifica a presente pesquisa: a contribuição para a literatura brasileira sobre esse tema. Diversos estudos sobre as relações Rússia-Ucrânia foram produzidos na área de RI no Brasil. Dentro desse corpo de literatura, há os trabalhos que abordam, em uma perspectiva generalizada, o desenvolvimento histórico das relações Rússia-Ucrânia e as potenciais fontes de conflitividade entre os dois países, destacando aspectos como as disputas geopolíticas, geoeconômicas e em torno das identidades nacionais russa e ucraniana (Adam, 2008; Mielniczuk, 2006).

Uma outra tendência observada na literatura brasileira é a que analisa eventos ou períodos específicos das relações Rússia-Ucrânia – em geral, os momentos de crise e conflito nas relações bilaterais – articulando os aspectos conjunturais enfocados a antecedentes históricos (geopolíticos, identitários, ideológicos, econômicos) mais longos nas relações Ucrânia-Rússia e Rússia-Occidente. Dentro dessa categoria, podem ser citados, por exemplo, estudos sobre a Revolução Laranja (Ortega, 2009) e, principalmente, sobre as ações da Rússia na crise de 2013-2014 (Makio; Fuccille, 2023; Mielniczuk, 2014; Fortes, 2017; Lima; Lima, 2021; Nunes, 2019; Nunes; Silva, 2018; Ribeiro, 2016; Vasconcellos, 2016). Em grau ainda maior do que a crise de 2013-2014, a invasão russa à Ucrânia de 2022 ocasionou uma grande elevação da atenção da sociedade, da mídia e da academia brasileiras sobre a Ucrânia, o que se traduziu, também, em diversas produções sobre as relações Rússia-Ucrânia centradas nesse período específico. Também em tais produções mais recentes, observa-se a tendência de articulação da análise do quadro conjuntural mais imediato aos antecedentes históricos e geopolíticos mais longos das relações russo-ucranianas e da política das grandes potências (Aarão Reis, 2022; Ferraro, 2022b; Loureiro, 2022a; Mielniczuk, 2022; Segrillo, 2022;

Velasco e Cruz, 2023).

Cabe mencionar os trabalhos na literatura brasileira cujos recortes temáticos e ângulos de análise possuem maiores aproximações com a proposta desta tese. Lima (2017), empregando o instrumental da Economia Política Internacional e da Teoria Crítica das RI, analisou a dimensão dos atores de elite ucranianos no conflito no Donbass e nas relações russo-ucranianas. Em linha com o mencionado referencial teórico, que enfatiza a influência do poder econômico sobre o exercício do poder político, Lima analisou o papel e os interesses de atores de elite ucranianos, agrupados nos chamados “clãs” político-econômicos regionalizados do país, na conformação da política externa da Ucrânia e nas suas relações com a Rússia e as potências ocidentais. Entretanto, o referido trabalho não desenvolve uma consideração mais aprofundada das perspectivas e ações da Rússia no relacionamento com atores da elite ucraniana.

Ferraro (2022c), por sua vez, analisou os impactos do conflito russo-ucraniano a partir de 2014 sobre as percepções de ameaças relacionadas à Rússia e atores políticos considerados pró-russos na Ucrânia. Nesse sentido, o autor abordou brevemente os efeitos do contexto de conflito para a atuação de forças consideradas pró-russas na Ucrânia, a exemplo das restrições impostas a políticos do referido OPZZh (Ferraro, 2022c). Esse tema também foi discutido em um outro trabalho do mesmo autor, referente ao período da invasão russa de 2022, em que são abordados os impactos de tal contexto para a atuação de forças consideradas pró-russas na Ucrânia (na forma, por exemplo, de processos contra cidadãos ucranianos que se aliam à Rússia e das novas restrições a atores políticos acusados de terem posturas pró-russas, como o OPZZh e diversos outros partidos ucranianos) (Ferraro, 2022b). Apesar de suas relevantes contribuições, esses trabalhos também não apresentam uma perspectiva analítica mais aprofundada e de longo prazo sobre como a política externa russa avaliou os temas da configuração do Estado, das relações Estado-sociedade e das relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas. A presente tese, portanto, objetiva contribuir para preencher tal lacuna na literatura brasileira ao analisar esses temas de maneira mais detalhada e enquanto um processo histórico mais amplo.

Antes de prosseguirmos, diversos esclarecimentos metodológicos são necessários no que tange à questão das elites políticas. A Teoria das Elites caracteriza-se pela premissa básica de que as sociedades são marcadas por assimetrias de poder entre seus componentes, isto é, parcelas minoritárias das sociedades - as suas elites - detêm mais recursos de poder e, conseqüentemente, capacidade de influência sobre os rumos da comunidade política (Bobbio,

1998). A partir do ponto de vista da Sociologia Política, tal definição aponta para a compreensão das elites como uma categoria conceitualmente ampla da sociedade, que engloba atores sociais atuantes tanto dentro, quanto fora do Estado. A posse de recursos materiais, posições em instituições e as articulações em redes sociais têm sido comumente consideradas as principais fontes de poder social que sustentam o pertencimento de indivíduos a uma elite (Yamokoski; Dubrow, 2008, p.321-322). No clássico entendimento de Wright Mills, as elites podem ser compreendidas como “elites do poder” formadas pelo entrelaçamento de interesses, indivíduos e instituições estatais ou não estatais que figuram no topo dos setores econômico, militar e político de um país (Wright Mills, 2000).

Dessa maneira, a delimitação do conceito de elites para fins analíticos específicos pode constituir um desafio. Uma vez que a Teoria das Elites reconhece que o exercício do poder é a variável-chave para a qualificação de determinado ator como membro de uma elite, tais atores podem ser provenientes de diversos setores da sociedade, como, por exemplo, movimentos sociais, a mídia ou grupos armados - desde que tais atores possuam fundamentos sociais necessários para o exercício do poder. Ademais, as elites, em sociedades complexas, não constituem um grupo homogêneo, nem são compostas por atores com as mesmas dotações de poder. Dessa maneira, há diversos tipos de elites conforme a natureza das organizações ou setores da sociedade da qual provêm seus atores. Assim, pode-se falar não somente em *uma* elite, mas também de elite política, elite de negócios, elite midiática ou elite religiosa, por exemplo (López, 2013, p.3). Além disso, os estudos de elite reconhecem as influências mútuas entre classe social, poder econômico e poder político (Vergara, 2013).

Tendo em vista tais considerações, esta pesquisa, ao lidar com o caso dos atores políticos ucranianos, adota a definição de elite política como sendo “o grupo de pessoas, corporações, partidos políticos e/ou qualquer outro tipo de organização da sociedade civil que administra e organiza o governo e todas as manifestações de poder político” (Vergara, 2013, p.33. Tradução nossa). Tal definição, portanto, inclui não só os políticos incumbentes no poder executivo central nacional. Um outro conceito específico relevante é o de contra-elites, isto é, os segmentos sociais que disputam o poder estatal de forma extrainstitucional, como, por exemplo, movimentos secessionistas armados (Tardelli, 2013, p.85-86). Desse modo, a presente pesquisa não se restringe às relações governo central-governo central enquanto esfera de análise das relações Rússia-Ucrânia. O trabalho aqui empreendido também estende seu olhar para as relações da Rússia com atores políticos da Ucrânia não atuantes no governo central nacional baseado em Kiev. Além disso, esta tese chama atenção para as perspectivas e

ações da Rússia no sentido de influenciar a composição e a relação de forças na elite política ucraniana em diversos níveis, entendendo tais perspectivas e ações como um arcabouço ideológico e de ações políticas voltado para inclinar a política ucraniana em um direcionamento consonante com os interesses da Rússia.

No que tange às fontes de pesquisa, são utilizadas fontes de uma variedade de tipos e proveniências. Incluem-se, nesse sentido, fontes primárias, com foco em documentos e comunicados oficiais das esferas executiva e legislativa, bem como de organizações políticas (como partidos), acadêmicas e intelectuais de Rússia e Ucrânia. Produções que expressam o pensamento de atores políticos pertinentes de Rússia e Ucrânia também são consideradas. No que tange à dimensão da intelectualidade de política externa russa, são consideradas particularmente as produções do SVOP e de seus membros, dada a importância dessa organização no *establishment* de política externa da Rússia e suas íntimas ligações com a elite política do país (Sakwa, 2008a, p.375). Produções do IPCEI e seus membros também serão consideradas com maior frequência, pois, apesar de menos influente nos debates de política externa russa de modo geral do que o SVOP, o IPCEI e suas lideranças, além de ligações na elite política russa, possuem um histórico de próximo e destacado envolvimento com temas relacionados à Ucrânia na Rússia.

São consideradas, ainda, declarações de membros dos governos de Rússia, Ucrânia e de suas elites políticas publicadas em meios de comunicação russos, ucranianos e estrangeiros. Entre as fontes secundárias, destaca-se o uso de matérias jornalísticas russas, ucranianas e de outros países, que também constituem um importante material de referência para o estudo da política da Rússia para a Ucrânia. Por fim, cabe mencionar a consulta à literatura especializada relacionada ao tema da presente pesquisa.

### **1.3 Estrutura da tese**

Após esta introdução, a tese se divide nas seguintes partes. O capítulo 2 aborda o processo de estabelecimento e consolidação da soberania do Império Russo sobre terras habitadas por ucranianos, processo retratado pelas autoridades imperiais e seus apoiadores como uma reunificação de russos (“Grão Russos”, conforme a nomenclatura oficial então vigente) e ucranianos (“Pequenos Russos”) enquanto parte de um só povo que fora separado na Idade Média. O capítulo mostra como as dinâmicas de aliança/cooptação ou oposição/repressão entre o Estado imperial russo e atores da sociedade da Ucrânia, em

particular seus setores de elite, foram uma dimensão fundamental em tal processo. O capítulo destaca as políticas adotadas pelo Império Russo nas relações com atores de elite da Ucrânia e na busca pela conformação das relações Estado-sociedade e da configuração estatal nos territórios ucranianos do império, como, por exemplo, as medidas de controle sobre o grau de autonomia político-administrativa da Ucrânia e as ações que objetivavam inibir a difusão do pensamento nacional ucraniano na elite e em camadas mais amplas da sociedade ucraniana.

O capítulo 3 considera o período da União Soviética, discorrendo sobre como o projeto socialista soviético, liderado desde a Rússia, se relacionou com a Ucrânia e a questão nacional ucraniana – a qual ganhou forte impulso com a tentativa de estabelecimento da autonomia e, posteriormente, da independência da Ucrânia no período de guerra e revolução de 1917-1922. Como na época do Império Russo, a questão das relações com a elite e a sociedade da Ucrânia recebeu grande atenção do centro político soviético. As lideranças bolcheviques, que já possuíam uma visão crítica sobre o domínio imperial tsarista na Ucrânia, buscaram cooptar elites e as massas da Ucrânia adotando uma abordagem mais permissiva com relação à questão nacional ucraniana, demonstrada pelo estabelecimento de uma república socialista ucraniana (com status político nominalmente igual ao da república russa), o empoderamento de quadros locais e, em determinados períodos, a promoção da língua e da cultura ucranianas. Por outro lado, esta parte da tese também expõe como o sistema político soviético concentrava poder nos aparatos estatal e partidário centrais, o que, na prática, limitava a autonomia da Ucrânia. Além disso, o desenvolvimento da identidade nacional ucraniana foi tolerado somente enquanto não punha em questão a adesão da Ucrânia ao projeto soviético. Também ilustravam tal tendência as ondas de russificação cultural e linguística, bem como o sufocamento do movimento nacionalista radical antissoviético que buscou a independência da Ucrânia entre a Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1950. Em suma, o capítulo aborda as dinâmicas de cooptação, controle e repressão que caracterizaram a postura das lideranças soviéticas com relação a atores da elite e da sociedade da Ucrânia. Nesse sentido, o capítulo se encerra mostrando como a independência da Ucrânia, em 1991, foi consequência, em parte, das falhas do centro soviético em oferecer um projeto de compartilhamento de poder considerado atrativo pelas lideranças políticas ucranianas.

O capítulo 4 analisa a política do governo Ieltsin (1991-1999) para a Ucrânia. A partir desse período, a Rússia, sem dispor do controle administrativo direto sobre a Ucrânia, passou a ter que lidar com a elite política e atores da sociedade de um país estrangeiro que, conforme difundidas percepções na Rússia, possuía enorme importância estratégica,

econômica e cultural. Nos anos 1990, eram comuns, na elite política russa, proposições sobre a manutenção da Ucrânia em uma esfera de influência russa, bem como, até mesmo, o questionamento da legitimidade da Ucrânia independente e suas fronteiras – em particular, no caso da Crimeia. Nesse sentido, o capítulo evidencia como a configuração do Estado ucraniano e as relações com segmentos da elite política e da sociedade do país eram vistas como temas importantes na Rússia e como potenciais canais para a consecução dos interesses russos quanto à Ucrânia. O governo Ieltsin, contudo, teve dificuldades para projetar a influência russa diante da resistência, na elite ucraniana, a iniciativas de integração regional que limitassem a soberania da Ucrânia. Ademais, o capítulo mostra como o governo Ieltsin, apesar de compartilhar o interesse em manter a Ucrânia na esfera de influência russa, adotou uma postura, na prática, mais minimalista, em comparação com abordagens mais expansionistas presentes nas elites política e intelectual russas, no que tange às possibilidades de interferência russa nas questões da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade e das dinâmicas de poder na elite política da Ucrânia. Tal postura do governo russo pode ser atribuída a fatores como a crise econômica russa, o envolvimento militar russo contra o movimento secessionista checheno e as próprias preferências ideológicas de Ieltsin.

O capítulo 5, por sua vez, aborda a política da Rússia para a Ucrânia ao longo dos dois primeiros mandatos presidenciais de Vladimir Putin. Sob Putin, a política externa russa nos anos 2000 foi marcada pela busca pela recuperação do status de grande potência da Rússia, esforço impulsionado pela estabilização da política doméstica e pela notória melhoria da situação econômica do país. Nesse sentido, a Ucrânia ocupava um lugar destacado nas prioridades de política externa de Putin, o que se traduziu em diversas características da política de Moscou. O capítulo destaca os esforços de elevação da influência russa na política ucraniana, ilustrados principalmente pela interferência de Moscou na eleição presidencial ucraniana de 2004, na qual a Rússia apoiou Viktor Ianukovych, candidato do Partido das Regiões (*Partiia rehioniv*, PR). O envolvimento russo nas dinâmicas de poder na elite política ucraniana, bem como as ações de Moscou no sentido de influenciar o eleitorado ucraniano, atingiram, naquele contexto, um nível muito mais intenso em comparação com a era Ieltsin. A derrota de Ianukovych, demarcada pela vitória da Revolução Laranja, acentuou a percepção russa de uma disputa por influência sobre a Ucrânia com as potências ocidentais. Nesse contexto, o capítulo destaca outro importante novo traço da política russa para a Ucrânia: a intensificação de relações com atores e grupos da elite política ucraniana, como, por exemplo, o PR, grupo político crescentemente importante na Ucrânia que favorecia laços de

proximidade com a Rússia. Por fim, o capítulo também discute o alcance da influência e do envolvimento da Rússia na Ucrânia, que também era limitado, em grande medida, pelos interesses e modos de atuação de atores da elite política ucraniana.

O capítulo 6 aborda o período da presidência de Dmitry Medvedev na Rússia, entre 2008 e 2012. Apesar do perfil ideológico mais próximo de visões liberais e ocidentalistas, Medvedev conservou o perene interesse russo em manter uma primazia geopolítica no espaço pós-soviético, como ilustrado pelas ações de Moscou na Guerra Russo-Georgiana de 2008. Consequentemente, a Rússia, sob Medvedev, questionava os rumos de política externa e doméstica da Ucrânia após a Revolução Laranja, que apontavam para um caminho de afastamento e ruptura em relação à Rússia. Conforme diversas fontes, o governo russo, inclusive, chegou a interferir nos bastidores da política ucraniana com vistas a mudar as lideranças do país. Com a chegada de Viktor Ianukovych à presidência da Ucrânia, em 2010, uma outra visão sobre política doméstica e externa ganhava ascendência, fazendo o país convergir com as preferências da Rússia sobre a configuração do Estado e as relações Estado-sociedade na Ucrânia. Desse modo, iniciava-se uma etapa de relações mais amigáveis entre Moscou e Kiev. Por fim, o capítulo chama atenção para as novidades doutrinárias da política externa russa no que tange às relações com os chamados compatriotas russos no exterior, ilustradas principalmente pela argumentação utilizada pela Rússia para fundamentar suas ações bélicas contra a Geórgia em 2008. Essas novidades sinalizavam uma crescente disposição russa para interferir em outros países do espaço pós-soviético em articulação com segmentos russófonos, russos étnicos ou cidadãos da Rússia em tais Estados, o que tinha importantes implicações potenciais para a política da Rússia para a Ucrânia.

A partir do capítulo 7, a tese concentra-se na política da Rússia para a Ucrânia a partir do retorno de Vladimir Putin à presidência da Rússia. O capítulo 7 discorre sobre a política do governo Putin com relação ao Maidan, seus antecedentes mais imediatos e seus desdobramentos – primariamente, a anexação da Crimeia pela Rússia e a eclosão da guerra no Donbass -, que representam um ponto de inflexão nas relações Rússia-Ucrânia. Essa parte da tese mostra como a crise do Estado ucraniano em 2013-2014 e a ascensão ao poder de forças de orientação pró-ocidental e nacionalista em Kiev estimularam uma reformulação dos meios de atuação da Rússia junto a atores da elite política e da sociedade da Ucrânia. Tendo em vista a consecução de seus interesses de influência sobre a Ucrânia, o governo Putin buscou apoiar a permanência de Viktor Ianukovych no poder e diversificar suas relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas. Nesse sentido, o capítulo chama atenção principalmente

para as articulações estabelecidas com atores políticos opostos ao Maidan no leste e no sul da Ucrânia. Tais articulações resultaram em ações, até então, inéditas na política da Rússia para a Ucrânia, com a tomada de parte do território da Ucrânia e o apoio militar russo a secessionistas pró-russos no leste do país. Além disso, o capítulo chama atenção para as novas ações de oficialização do interesse de Moscou em configurar o Estado e as relações Estado-sociedade na Ucrânia. Associadas primariamente à guerra no Donbass, tais ações evidenciaram o elevado interesse da Rússia em reformar o Estado ucraniano em linhas tidas como condizentes com os interesses de influência de Moscou.

As ações da Rússia em 2014 tiveram por efeito colateral o fortalecimento da identidade nacional e do nacionalismo na Ucrânia, bem como a redução do potencial eleitoral de forças pró-russas no país. No período pós-Maidan, esses e outros fatores ameaçavam a consecução dos interesses russos sobre a configuração do Estado, as relações Estado-sociedade e a elite política na Ucrânia. O capítulo 8 aborda em maior detalhe esse processo, examinando as reações da Rússia a tais tendências. O capítulo mostra como, em decorrência do questionamento das visões do governo Putin sobre a Ucrânia, a Rússia, com a invasão em larga escala de 2022, partiu de métodos de influência sobre a Ucrânia para a tentativa de imposição de um controle político mais direto sobre o país por meio da mudança de regime e da ocupação de territórios ucranianos em escala mais ampla. O capítulo dedica particular atenção a como a Rússia, no contexto da invasão de 2022, buscou impor suas visões sobre a configuração do Estado, as relações Estado-sociedade e a composição da elite política na Ucrânia em negociações de paz e no âmbito da ocupação russa de territórios ucranianos. Após o capítulo 8, o trabalho se encerra com a exposição de considerações finais.

## **2 “PARA SEMPRE COM MOSCOU, PARA SEMPRE COM O POVO RUSSO”? A INCORPORAÇÃO DA UCRÂNIA AO IMPÉRIO RUSSO E A ASCENSÃO DO MOVIMENTO NACIONAL UCRANIANO**

Um elemento comumente presente em estudos sobre as relações Rússia-Ucrânia, bem como no discurso político russo, é a afirmação de que russos e ucranianos, antes da desintegração da União Soviética e da formação de Rússia e Ucrânia contemporâneas, possuem uma longa história de laços culturais e políticos compartilhados, incluindo séculos de experiência histórica em um mesmo Estado.

Nesse sentido, o embrião das relações Rússia-Ucrânia tem sido comumente considerado o Estado medieval da Rus' Kievana. Nascido no século IX, o Estado Kievano foi uma comunidade política associada às invasões vikings e à mistura de representantes desses povos nórdicos (acredita-se que o próprio nome Rus' tenha origens escandinavas) com populações, predominantemente eslavas, que habitavam partes dos territórios contemporâneos de Belarus, Ucrânia e da atual porção europeia da Rússia. Nos séculos X e XI, a Rus' Kievana consolidou-se como uma federação descentralizada de principados, sob forte influência cultural bizantina. Com população predominantemente de língua eslava, a Rus' Kievana, como sugere seu próprio nome, tinha no Principado de Kiev seu centro político (mapa 1). A partir do século X, intensifica-se um processo de cristianização, na variante do cristianismo ortodoxo bizantino, da elite e da população da Rus' Kievana como um todo, o que contribuiu para inseri-la como um prestigiado membro do conjunto de Estados cristãos europeus (Kappeler, 2018, p.33; Plokhy, 2015, p.24-39, 46-48).

Ao longo do século XIII, os mongóis conquistaram principados componentes da Rus' Kievana, incluindo Kiev, conquistada em 1240. O domínio mongol demarcou o fim da unidade política e eclesiástica da antiga Rus', submetendo os principados desta última a variados graus de vassalagem. Nesse sentido, o domínio mongol foi especialmente forte no norte e no leste da antiga Rus' – isto é, em territórios largamente componentes da Federação Russa contemporânea. Os mongóis governaram tais regiões, com centro no Principado de Vladimir-Suzdal, até o fim do século XV. Já as porções mais ocidentais e do sudoeste da Rus' Kievana, correspondentes a partes da Ucrânia contemporânea, com centro no Principado de Galícia-Volínia, passaram por um domínio mongol mais breve (até meados do século XIV) e menos intrusivo. Posteriormente, essas regiões ocidentais e do sudoeste da antiga Rus' tornaram-se parte dos territórios do Grão Ducado da Lituânia e do Reino da Polônia. A partir

do século XIV, a Polônia e a Lituânia, por sua vez, passaram por um processo de unificação em um só Estado, processo esse que se consolidou com a União de Lublin de 1569, que estabeleceu a Comunidade Polaco-Lituana (também conhecida como a República das Duas Nações ou, simplesmente, Polônia-Lituânia). A desintegração da Rus' Kievana e o domínio de seus antigos territórios por outros Estados lançou as bases para o fortalecimento da diferenciação étnica e da criação das nações russa e ucraniana modernas (Kappeler, 2018, p.45; Plokyh, 2015, p.49-60, 63-67).

**Mapa 1 – A Rus' Kievana (1054-1132)**



Fonte: SeikoEN (2011).

Os ecos da experiência da Rus' Kievana podem ser observados em diferentes aspectos das narrativas históricas na Rússia e na Ucrânia modernas, que reivindicam ancestralidade na Rus' Kievana. Na Rússia, tradicionalmente prevalece a narrativa histórica

de que o Estado russo contemporâneo é um descendente direto da Rus' Kievana, tida como o primeiro Estado russo. Similarmente, o discurso oficial soviético descrevia a Rus' como o "berço compartilhado" de três povos irmãos – russos, ucranianos e bielorrussos. O discurso político russo contemporâneo também tem sido marcado por referências nesse sentido. Em diversas ocasiões, o próprio Putin invocou o passado da Rus' para afirmar que russos e ucranianos possuem laços de irmandade e reivindicar o direito da Rússia sobre a herança do Estado Kievano. Já na historiografia ucraniana moderna, comumente encontra-se a reivindicação de que a Ucrânia contemporânea é herdeira da Rus' Kievana. Além disso, ucranianos de partes do oeste da Ucrânia contemporânea comumente se autodenominavam como "russinos" ou "rutenos". Apesar de o termo "Ucrânia" ser utilizado para se referir a partes do território da Ucrânia contemporânea já a partir do século XVI, foi somente a partir do século XIX que o termo "ucraniano" no sentido etnonacional começou a adquirir maior difusão, quando do crescimento do movimento nacional ucraniano (Kappeler, 2018, p.32-42; Plokhy, 2015, p.71-72).

A seguir, este capítulo aborda como, após a separação ocorrida no período medieval, a maioria das terras habitadas pelos ucranianos passou a integrar novamente uma mesma comunidade política com os russos – o Império Russo. Não se trata, aqui, de buscar uma lógica primordialista que, supostamente, explicaria o comportamento da Rússia com relação à Ucrânia, e sim, em um esforço de análise histórica e sociológica que servirá de base para comparações com períodos futuros, de abordar os aspectos políticos, econômicos e culturais que caracterizaram a incorporação de partes da Ucrânia ao Império Russo e o governo do regime tsarista sobre tais regiões.

Em linha com a proposta deste trabalho, exposta na introdução, particular atenção será dedicada ao papel exercido pelas relações entre o Estado russo e a elite e a sociedade da Ucrânia ao longo desse processo. Quais políticas foram adotadas pelo Império Russo para instituir e assegurar sua autoridade política sobre tais territórios? Como tais políticas foram recebidas pela população da Ucrânia e sua elite? Que papel atores da elite política, econômica e intelectual ucraniana exerceram na viabilização ou, ao contrário, no questionamento da soberania do regime tsarista sobre a Ucrânia? A exposição a seguir busca fornecer respostas a tais questionamentos. Nesse sentido, o capítulo aborda as dinâmicas de aliança/cooptação ou oposição/repressão com relação a atores da elite e da sociedade ucranianas com vistas a assegurar o controle tsarista sobre os territórios ucranianos do Império Russo, políticas que ilustravam a importância atribuída à configuração estatal, das relações Estado-sociedade e da

elite nas considerações de poder do regime tsarista sobre a Ucrânia.

## 2.1 A incorporação de territórios ucranianos à Rússia tsarista

A partir do século XII, o Grão Ducado (ou Principado) de Moscou, que teve como precursor o Principado de Vladimir-Suzdal outrora componente da Rus' Kievana, começou a expandir-se territorialmente e estabelecer-se como um Estado plenamente independente em relação aos mongóis. Ao longo desse processo, o Estado moscovita teve apoio de parte das lideranças cristãs ortodoxas, incluindo algumas provenientes de Kiev, que reivindicavam representar toda a antiga Rus'. Em 1325, o metropolitano ortodoxo da Rus', outrora sediado em Kiev, estabeleceu-se em Moscou. Já nos séculos XVI e XVII, clérigos ortodoxos ucranianos nos territórios sob domínio polonês-lituano frequentemente buscavam proteção e apoio das autoridades políticas e cristãs ortodoxas do Principado de Moscou. Tais iniciativas nem sempre tinham sucesso, inclusive por conta de desconfianças na Rússia sobre as influências estrangeiras associadas aos cristãos ortodoxos que viviam nos territórios da República das Duas Nações. No século XV, o Principado de Moscou lançou iniciativas daquilo que os russos passaram a chamar de “reunião das terras da Rus'” (*sobiranie russkikh zemel'*), que incluía a Ucrânia. Ao longo desse processo, o governo de Moscou sobre territórios componentes da Ucrânia contemporânea ocorre pela primeira vez no século XVI (Kappeler, 2018, p.50-54, 66-70; Plokhy, 2015, p.56-57, 65-66).

Dadas as bases para a transformação do Estado de Moscou no futuro Império Russo, a incorporação dos territórios que hoje compõem a Ucrânia independente ganha impulso e se prolonga até o século XVIII. Nesse sentido, como se demonstrará adiante, deve-se ressaltar que as relações estabelecidas entre o Estado russo e atores da sociedade da Ucrânia exerceram um papel crucial para a consecução dos interesses russos.

O evento capital no processo de absorção da Ucrânia ao que viria a ser o Império Russo foi a revolta dos cossacos ucranianos de 1648-1654. Antes da exposição sobre esse evento e suas implicações para a política imperial da Rússia para a Ucrânia, cabe uma breve digressão sobre os cossacos. A partir do século XVI, camponeses, frequentemente em fuga das más condições de vida em grandes propriedades rurais, e aventureiros migraram para regiões fronteiriças ao sul dos territórios dos Estados polonês-lituano e russo, formando comunidades de organização própria - comunidades cossacas - lideradas pelos chamados “hetmans” (ou “otamans”) eleitos por representantes locais. Localizadas entre os rios Dnipro

(Dnieper, em russo) e Don, essas comunidades de cossacos desenvolveram atividades militares, frequentemente direcionadas para o combate contra os tártaros de territórios vizinhos. Inicialmente largamente autônomos em relação aos Estados polaco-lituano e russo, os cossacos defendiam as referidas regiões fronteiriças contra incursões tártaras, além de participarem de ações de pirataria no Mar Negro e liderarem levantes populares. Enquanto os cossacos do Don tinham identificação étnica predominantemente russa, os da região do rio Dniipro, que desenvolveram uma expressiva força militar para o contexto europeu de sua época, eram de identidade étnica predominantemente ucraniana (Kappeler, 2018, p.60-61; Plokhy, 2015, p.73-78). Na década de 1630, parte dos cossacos ucranianos foi reconhecida pela Polônia-Lituânia como um estamento social com certos direitos e privilégios (Plokhy, 2015, p.82-84).

O estopim da revolta cossaca ucraniana de 1648-1654 foi a perda de propriedades de um oficial cossaco, Bohdan Khmelnytsky, para um oficial da República das Duas Nações. Após fugir da prisão, Khmelnytsky juntou-se aos cossacos de Zaporizhzhia (Zaporozhie, em russo), região no sul da Ucrânia contemporânea. Lá, Khmelnytsky foi eleito o hetman dos cossacos ucranianos e lançou um levante armado contra o Estado polaco-lituano. Inicialmente voltado para a proteção dos direitos e privilégios dos cossacos na Polônia-Lituânia, o levante de Khmelnytsky atingiu um caráter de massa, desdobrando-se em um amplo movimento que buscava a formação de uma espécie de Estado autônomo cossaco que reivindicava continuidade com a Rus' Kievana. Em 1649, graças a seus sucessos militares, o movimento de Khmelnytsky conseguiu o reconhecimento, por parte do Estado polaco-lituano, de um Estado cossaco autônomo (efetivamente independente) dentro da República das Duas Nações. O chamado Hetmanato cossaco consistia das províncias de Kiev, Bratslav e Chernihiv, embora o movimento de Khmelnytsky também tenha reivindicado mais territórios componentes da Ucrânia e de Belarus contemporâneas ao longo do período da revolta (Plokhy, 2015, p.97-101).

Um aspecto crucial nos eventos de 1648-1654 foram as alianças e apoios externos buscados por Khmelnytsky em busca do fortalecimento militar e da consolidação do Estado cossaco. Em diversos momentos do levante, por exemplo, o movimento cossaco teve em forças de tártaros da Crimeia um aliado militar essencial contra o exército polaco-lituano. Ademais, a liderança do Hetmanato chegou até mesmo a negociar um status de protetorado do Império Turco-Otomano e a reconhecer a suserania deste último como forma de apoio, antevendo possíveis confrontações com a República das Duas Nações. As tentativas de

aliança com os tártaros da Crimeia e o Império Turco-Otomano, contudo, ficaram aquém das expectativas de Khmelnytsky, que se viu forçado a buscar alternativas de apoio externo. Foi nesse contexto que a Rússia surgiu como uma potencial aliada dos cossacos ucranianos. (Kappeler, 2018, p.70-71; Plokhy, 2015, p.102-104). Para além das implicações imediatas no sentido estritamente militar da guerra – isto é, a atuação bélica conjunta dos cossacos ucranianos e do exército russo contra a Polônia-Lituânia - as articulações russo-ucranianas daquele período tiveram implicações políticas capitais para a história de Ucrânia e Rússia nos séculos seguintes.

Em janeiro de 1654, na cidade ucraniana de Pereiaslav, membros da elite cossaca ucraniana, invocando o discurso da comunidade cristã ortodoxa com a Rússia e a herança da Rus' medieval, declararam lealdade ao tsar russo Aleksei Romanov (reinou de 1645 a 1676). A Rússia, por sua vez, justificou seu apoio aos cossacos ucranianos com base no argumento da proteção de cristãos ortodoxos. Vale mencionar, nesse sentido, que o elemento religioso ocupava um importante papel como traço das (à época) embrionárias identidades nacionais de russos e ucranianos. No caso dos ucranianos da época do levante de 1648-1654, vale mencionar, também, a difundida noção de pertencimento ao “povo da Rus’”. O próprio Khmelnytsky, por exemplo, considerava-se representante dos cristãos ortodoxos e do povo da Rus' (Kappeler, 2018, p.61-62, 70-71, 103-107; Plokhy, 2015, p.104-105).

O Conselho de Pereiaslav é tradicionalmente visto na historiografia russa e soviética, bem como na sociedade russa em geral, como um evento que selou a “reunificação” entre Rússia e Ucrânia, após a fragmentação e o colapso da Rus' ocorridos na Idade Média (Kappeler, 2018, p.72; Plokhy, 2001; 2015, p.104-105). Ilustrando tal interpretação, um célebre quadro da época soviética retratando o Conselho de Pereiaslav, feito pelo pintor ucraniano Mykhailo Khmelko em 1951, intitulava-se “Para sempre com Moscou, para sempre com o povo russo”. Na Ucrânia pós-soviética, por outro lado, parte da sociedade e dos historiadores adotaram postura crítica sobre o acordo de Pereiaslav, dadas as suas consequências em termos do estabelecimento do domínio russo sobre a Ucrânia. A caracterização dos eventos de 1654 como uma “reunificação” entre Ucrânia e Rússia também tem sido questionada na Ucrânia pós-soviética (Kappeler, 2018, p.72; Plokhy, 2001; 2015, p.104-105).

Isso não significa, contudo, que os cossacos ucranianos tenham ficado plenamente satisfeitos com as relações estabelecidas com Moscou. Os cossacos ucranianos viam o acordo de Pereiaslav de 1654 como um compromisso bilateral: de um lado, os cossacos ucranianos

prometeriam lealdade e serviço militar à Rússia; do outro, a Rússia estabeleceria uma relação de protetorado com o Hetmanato. Entretanto, o governo tsarista via as relações com os cossacos ucranianos de outra maneira: conforme a lógica do governo russo, os cossacos ucranianos seriam tratados como súditos com certos direitos e privilégios, mas perante os quais o monarca russo não tinha obrigações. Os territórios do Hetmanato, ademais, eram vistos em Moscou como parte do patrimônio dinástico russo, embora o Hetmanato tenha sido reconhecido como uma unidade autônoma no âmbito do Estado tsarista (Kappeler, 2018, p.71-72; Plokhy, 2015, p.104-105). Ilustrando a importância dos territórios ucranianos incorporados por Moscou, o Hetmanato, inclusive, foi a maior região autônoma no âmbito do Estado russo (Snyder, 2006, p.167).

Divergências políticas e historiográficas à parte, os acontecimentos de 1654 tiveram consequências políticas cruciais para o projeto imperial russo e a experiência histórica da Ucrânia. Nas palavras de Plokhy (2015, p.97. Tradução nossa), o levante cossaco iniciado em 1648 “lançou uma longa era de envolvimento russo na Ucrânia e é amplamente considerado o ponto de partida na história das relações entre Rússia e Ucrânia enquanto nações separadas”. Como os próprios acontecimentos de 1648-1654 atestam, as relações da Rússia com setores da elite e da sociedade ucranianas foram um aspecto central nesse processo, incluindo na viabilização da absorção de territórios ucranianos ao Estado russo. Nesse sentido, e tendo em vista a discussão proposta neste trabalho, vale trazer a afirmação do historiador suíço da Ucrânia, Andreas Kappeler, sobre os eventos de 1648-1654: “Vale enfatizar que o propulsor de tal reviravolta foram não as aspirações expansionistas de Moscou, e sim os cossacos ucranianos” (Kappeler, 2018, p.71. Tradução nossa).

Nos anos posteriores, todavia, o processo de incorporação do Hetmanato ao Estado russo foi bastante complexo, marcado por guerras e dissensos na elite cossaca ucraniana, em meio a uma disputa entre Rússia e Polônia-Lituânia (e, em menor grau, a Turquia otomana) pelo controle da Ucrânia. Tais eventos também tiveram importantes implicações para os esforços de Moscou pelo controle da Ucrânia.

Nesse sentido, o falecimento de Khmelnytsky, em 1657, foi um acontecimento crucial. Esse evento desencadeou disputas de poder na elite cossaca ucraniana que tiveram repercussões para as relações com a Rússia. Naquele ano, a eleição de Ivan Vyhovsky para a liderança do Hetmanato havia causado insatisfação em parte da elite cossaca ucraniana. A Rússia encorajou tais setores da elite cossaca em sua oposição a Vyhovsky, como forma de criar pressões sobre este último e impedir seu fortalecimento político. Após o grupo de

Vyhovsky ter acordado, em 1658, uma união do Hetmanato à Comunidade Polaco-Lituana, o tsar Aleksei declarou Vyhovsky como um traidor e mobilizou seu exército, em aliança com parte das forças cossacas ucranianas, contra o hetman. Nesse sentido, a Rússia se beneficiou do fato de o parlamento polaco-lituano ter aprovado uma união em termos desfavoráveis para a autonomia do Hetmanato, o que amplificou a revolta interna cossaca ucraniana contra o grupo de Vyhovsky (Plokhy, 2015, p.111-113).

Com a derrubada de Vyhovskiy, Iurii Khmelnytsky, filho de Bohdan, foi reeleito hetman em 1659. Um novo tratado para o Hetmanato foi acordado com Moscou sob intimidação de forças russas. Assim como no desfecho da empreitada de Vyhovsky junto à Polônia-Lituânia, tal evento ocorreu em termos desfavoráveis para a autonomia do Estado cossaco ucraniano: as eleições para a liderança do Hetmanato deveriam passar pelo crivo de Moscou; o Hetmanato não poderia conduzir relações externas e nomear líderes militares sem o consentimento do governo tsarista; e fortificações russas seriam estabelecidas nas principais cidades do Hetmanato (Plokhy, 2015, p.113-114). Entretanto, esse evento não selou o fim da instabilidade e das disputas domésticas-externas pelo controle do Estado cossaco.

A elite cossaca ucraniana permanecia dividida em torno da organização política do Hetmanato, havendo setores que favoreciam, de um lado, uma união à Comunidade Polaco-Lituana; e, do outro, partidários de um Hetmanato unido à Rússia. O período de instabilidade associado a essas disputas, inclusive, não raro registrou mudanças de lado quanto ao alinhamento externo do Estado cossaco ucraniano (o próprio Iurii Khmelnytskyi, por exemplo, voltou-se contra Moscou após o acordo de 1659). Nesse contexto, Rússia e Polônia-Lituânia articularam-se com diversos líderes cossacos em busca de estabelecer algum tipo de controle sobre os territórios ucranianos. Em 1667, esse quadro de disputas conectando as esferas doméstica e internacional em torno do Hetmanato culminaram na Trégua de Andrusovo, firmada entre a Rússia e a Comunidade Polaco-Lituana, que dividiu os territórios dos cossacos ucranianos em duas partes ao longo do rio Dnipro: a margem direita (a oeste do Dnipro), sob domínio polaco-lituano; a margem esquerda (a leste do Dnipro), sob domínio russo. Tal divisão consolidou-se em 1676, com o fim do levante liderado pelo cossaco Petro Doroshenko, que havia organizado um levante contra a Rússia e a Comunidade Polaco-Lituana. Kiev, embora originalmente destinada à soberania polonesa-lituana, foi incluída nos territórios sob controle russo (Kappeler, 2018, p.73-74; Plokhy, 2015, p.114-121). Em 1686, o Tratado da Paz Eterna, firmado pela Rússia e a Comunidade Polaco-Lituana, confirmou a divisão territorial de 1667 e o pertencimento da cidade de Kiev à Rússia (mapa 2).

## Mapa 2 – O Hetmanato cossaco partilhado entre a Rússia e a Comunidade Polaco-Lituana (1667)



Fonte: Edmaps.com (2022a).

Ao longo da segunda metade do século XVII, a Rússia buscou fortalecer seu controle sobre o território e a sociedade do Hetmanato ucraniano de diversas formas. Por exemplo, foram estabelecidas bases militares russas e instituições de supervisão sobre o Hetmanato. No âmbito religioso, o metropolitano ortodoxo de Kiev passou, em 1686, a subordinar-se ao patriarcado ortodoxo de Moscou, o que limitou seu peso político. Por outro lado, o Hetmanato conservou considerável autonomia política, ilustrada pela manutenção de privilégios e instituições como o cargo de hetman eleito. O Hetmanato, ademais, permaneceu uma zona econômica especial. Ainda no que tange às relações entre Moscou e a sociedade ucraniana, vale mencionar, por fim, que cossacos ucranianos estabeleceram-se também nas adjacências orientais do Hetmanato, na região que veio a ser conhecida como a “Ucrânia Sloboda”, que incluía a importante cidade de Kharkiv (Kharkov, em russo) – uma área administrada diretamente pela Rússia, sem os direitos de autonomia política do Hetmanato (Kappeler, 2018, p.74-75).

O século XVIII foi marcado por substanciais alterações nas relações entre o centro imperial russo e a Ucrânia. O Império Russo viria a se deparar com um último grande desafio cossaco ucraniano ao domínio russo sobre os territórios ucranianos, durante a Grande Guerra do Norte (1700-1721), que opôs a Rússia a diversas potências europeias. Após a invasão da Suécia ao Império Russo, cossacos ucranianos, liderados pelo hetman Ivan Mazepa, outrora próximo aliado do imperador russo Pedro I Romanov (1682-1725), aliaram-se à Suécia. Já há algum tempo, parte da elite cossaca ucraniana vinha insatisfeita com o governo imperial russo em virtude de fatores como o uso de tropas ucranianas fora do território do Hetmanato e da possibilidade de redução da autonomia do Hetmanato. No âmbito mais imediato da guerra, Mazepa considerou que a Rússia, ao não prover apoio militar suficiente aos ucranianos, havia violado os compromissos de protetorado sobre o Hetmanato. Aquele cenário, então, foi visto pelo grupo de Mazepa como uma oportunidade para reestruturar politicamente o Hetmanato autônomo em busca de uma unidade entre os territórios das margens esquerda e direita do Dniro (Plokhy, 2015, p.123-126).

O tsar russo reagiu energicamente às ações de Mazepa, a quem denominou como um traidor da Rússia, narrativa que permanece até hoje forte no país. O governo imperial russo não só executou uma violenta represália militar no território do Hetmanato, como mobilizou a eleição de um outro hetman leal à Rússia. Nesse sentido, vale mencionar que a maioria do baixo oficialato cossaco e da população dos territórios ucranianos como um todo ficou do lado de Pedro I. Tal também foi o caso de parte significativa dos altos oficiais cossacos ucranianos. Diante da possibilidade de que o Hetmanato ficasse sob domínio de uma potência de outra religião, a identidade cristã ortodoxa foi uma importante elemento a inclinar a maioria da população ao lado imperial russo. Diante dessa configuração de forças favoráveis, o Império Russo alcançou uma vitória decisiva na famosa Batalha de Poltava (1709). Na sequência de sua derrota, Mazepa estabeleceu-se no exílio (Plokhy, 2015, p.125-127).

Anos depois, a experiência do regime tsarista com Mazepa e a vitória russa na Grande Guerra do Norte também trouxeram uma série de consequências em termos de esforços pelo fortalecimento do controle político russo sobre a Ucrânia e sua integração ao Estado russo. Pedro I instituiu um novo sistema de administração sobre o Hetmanato com maior controle desde o centro, sob liderança de oficiais nomeados pelo governo imperial. Além disso, familiares de aliados de Mazepa foram presos e tiveram seus bens confiscados. Por fim, o próprio cargo de hetman chegou a ser extinto. Então, parte da elite cossaca ucraniana se opôs às ações do centro imperial russo, mas o líder dessa oposição também foi

preso (Kappeler, 2018, p.79-80; Plokyh, 2015, p.128-129). O cargo de hetman somente foi restabelecido em 1727 por Pedro II, sucessor de Pedro I, inaugurando um período de considerável autonomia para o Estado cossaco nas quatro décadas posteriores (Snyder, 2006, p.168). Ao incidir sobre o poder institucional e a composição da elite política cossaca ucraniana, tais ações evidenciam a importância que o regime tsarista atribuía às relações com a elite e a sociedade ucranianas em seus esforços pelo controle político sobre a Ucrânia do Hetmanato.

O domínio russo consolidado a partir de 1654 sobre territórios habitados por ucranianos também teve significativos impactos culturais, cujas repercussões para as relações Rússia-Ucrânia viriam a perdurar por séculos. Clérigos ortodoxos de Kiev, em busca de ressaltar sua lealdade ao tsar russo, obter seu apoio diante dos católicos poloneses e conquistar um lugar privilegiado no Estado russo, difundiram a ideia da unidade histórica da Rus' e de um único povo cristão ortodoxo, unido pela incorporação dos territórios ucranianos ao Estado russo (Kappeler, 2018, p.35-36; Miller, 2003, p.21). Como visto acima, essa ideia alcançou uma significativa inserção histórica na sociedade e na historiografia da Rússia, lançando as bases para a narrativa histórica russa moderna (Miller, 2003, p.21-22).

Nesse sentido, acentuava-se a narrativa sobre Kiev como berço histórico do Estado russo. Ademais, intelectuais ucranianos contribuíram para a difusão da ideia de uma única nação da Rus', da qual os ucranianos, definidos como os "Pequenos Russos" (*Malorossy*, em russo; *Malorosy*, em ucraniano), seriam uma parte integral, em conjunto com os "Grão-Russos" (*Velikorossy/Velykorosy*, correspondentes aos atuais russos étnicos) e os "Russos Brancos" (*Belorusy/Bilorusy*, correspondentes aos bielorrussos).<sup>5</sup> Após a derrota de Mazepa, mesmo que os cossacos ucranianos tenham conservado a ideia de uma autonomia política, consolidou-se a noção de lealdade ao tsar russo no âmbito de uma identidade "Pequena Russa" da Ucrânia (Plokyh, 2015, p.120-121, 127-130; Snyder, 2006, p.165-166).

A segunda metade do século XVIII foi outro período de importância crucial para a consolidação do domínio russo sobre a Ucrânia. De um lado, sob a liderança de Kyrylo

---

5 Vale mencionar que, etimologicamente, a distinção entre "Pequenos" e "Grão" russos não expressava a noção de tamanho dos povos, e sim a distância entre as respectivas partes do antigo Estado Kievano em relação a Constantinopla. Enquanto a "Pequena Rus'" (correspondente, grosso modo, à atual Ucrânia) ficava a uma distância menor da capital bizantina, a "Grande Rus'" (atual Rússia) localizava-se a uma distância maior. Tais designações foram recuperadas no século XVI, inicialmente por ucranianos que viviam no Estado polaco-lituano. A partir de 1654, o tsar russo Aleksei passou a se intitular como tsar da Pequena e da Grande Rus', enquanto que o termo "Pequena Rússia" (*Malorossiia/Malorosiia*) passou a ser uma designação oficial para a Ucrânia até a extinção do Império Russo. Na Ucrânia pós-soviética, o termo "Pequeno Russo" tem tido uma conotação pejorativa: a expressão é equacionada à noção de subordinação à Rússia (Kappeler, 2018, p.29-30).

Rozumovsky (hetman entre 1750 e 1764), o Hetmanato, após um novo interlúdio de administração por um colegiado russo, viveu uma época de elevação de poderes. Entretanto, o Hetmanato foi definitivamente extinto pela imperadora russa Catarina II (1762-1796) em 1764, após parte da elite cossaca ucraniana ter ensaiado o estabelecimento de instituições políticas mais autônomas modeladas nas tradições polonesas-lituanas. Inspirada no pensamento do Absolutismo Esclarecido, Catarina II buscava, com tal medida, atingir uma maior centralização e unificação administrativa do Império Russo. Posteriormente, as reformas centralizadoras de Catarina II também se desdobraram na criação de províncias ucranianas sem status especial, pertencentes a um sistema administrativo central único russo (Lieven, 2006, p.233-234; Ploky, 2015, p.134-136; Snyder, 2006, p.169-170).

No âmbito das reformas de Catarina II, o antigo Hetmanato sob domínio imperial russo assumiu a forma de diversas outras unidades administrativas. Por exemplo, em 1764, foi criada a *guberniia* da Pequena Rússia, administrada pelo oficial russo Piotr Rumiantsev. Lançou-se, então, um período de liquidação da autonomia histórica do Hetmanato e de resquícios de instituições cossacas. De forma paralela à maior integração político-administrativa da região ao aparato estatal unificado russo, houve, também, a absorção de unidades militares cossacas pelas forças armadas regulares do Império Russo. Cabe ressaltar que tais reformas não encontraram forte resistência por parte da elite cossaca ucraniana e da população de forma geral. A elite cossaca ucraniana se identificava largamente como uma classe social dominante integrada e com oportunidades de poder no âmbito do regime tsarista. Além disso, parte significativa da elite cossaca ucraniana era dona de terras, e medidas como a instituição da servidão camponesa durante o reinado de Catarina II eram consonantes com os interesses de classe de tal parte da elite cossaca ucraniana. Sob Catarina II, teve continuidade o processo de absorção de ucranianos, incluindo descendentes do oficialato cossaco, ao serviço burocrático e militar no Império Russo. Em medida significativa, a elite ucraniana no Império Russo russificou-se, isto é, assimilou-se política, cultural e linguisticamente à Rússia (Kappeler, 2018, p.80-90; Lieven, 2006, p.233-234; Miller, 2003, p.49-50; Ploky, 2015, p.134-138; Snyder, 2006, p.169-170).

Também na segunda metade do século XVIII, foi estabelecida a *guberniia* de Novorossiia (Nova Rússia), que incluía territórios do sul da Ucrânia contemporânea, incluindo áreas dos cossacos ucranianos. A região se caracterizou por um intenso processo de colonização multiétnica, incluindo por parte de russos étnicos, embora o elemento ucraniano tenha continuado predominante (Kappeler, 2018, p.90-92; Ploky, 2015, p.141-142). De

maneira similar, o processo de industrialização no leste e no sul da Ucrânia contemporânea, posteriormente, foi acompanhado de uma imigração em larga escala de russos. Como resultado, embora os ucranianos étnicos fossem a maioria da população em geral, os russos étnicos tinham uma grande presença nos maiores centros urbanos, como Kharkiv, Kiev e Odesa (Odessa, em russo), bem como no Donbass (ver mapas 3 e 5) (Kappeler, 2018, p.138-142; Plokhy, 2015, p.181-182).

No final do século XVIII, as partilhas da Comunidade Polaco-Lituana levaram à incorporação, pelo Império Russo, de territórios habitados por ucranianos na margem direita do Dnipro. A República das Duas Nações sofreu três partilhas, realizadas por Áustria, Prússia e Rússia, em 1772, 1793 e 1795 (em consequência da última partilha, inclusive, a República das Duas Nações foi definitivamente extinta). Do ponto de vista das relações históricas entre Rússia e Ucrânia, a segunda e a terceira partilhas foram as mais relevantes. Na segunda partilha, o Império Russo adquiriu territórios na margem direita do Dnipro. Por fim, na terceira partilha, a Rússia adquiriu mais territórios a oeste do Dnipro. Como resultado das partilhas da Polônia-Lituânia, as terras habitadas por ucranianos étnicos ficaram majoritariamente sob controle russo. Uma parcela menor, no oeste da Ucrânia contemporânea (regiões como a Galícia e a Bukovyna), ficou incorporada ao território da Áustria. As partilhas da Polônia-Lituânia foram descritas pelo regime tsarista como uma espécie de reunificação da Rus' Kievana, trazendo russos, bielorrussos e ucranianos para o mesmo Estado (Kappeler, 2018, p.93-94; Plokhy, 2015, p.142-145). Tal divisão territorial entre os dois impérios, como se verá adiante, viria a ter significativos impactos culturais e para a formação da identidade nacional ucraniana e suas relações com a Rússia.

Por fim, do ponto de vista da conformação do domínio russo sobre territórios da Ucrânia contemporânea, cabe mencionar a conquista da Crimeia pela Rússia. A região foi ocupada pela Rússia durante a Guerra Russo-Turca de 1768-1774. Na sequência de eventos relacionados à origem de tal guerra, o Império Russo havia encorajado uma revolta de cristãos ortodoxos, incluindo cossacos, nos territórios habitados por ucranianos na Comunidade Polaco-Lituana, que em larga medida desejavam viver em um Estado cossaco sob jurisdição russa. Tropas russas chegaram a atuar na margem direita do Dnipro (inclusive, atacando ortodoxos ucranianos, com vistas a conter uma instabilidade na região). Naquela época, o Império Russo também conseguiu fortalecer sua presença militar nas costas dos mares Negro e de Azov. Em 1783, a Rússia incorporou formalmente a Crimeia a seu território e, na sequência de mais uma Guerra Russo-Turca, entre 1787 e 1792, consolidou seu domínio sob o

restante dos territórios meridionais da Ucrânia contemporânea (Plokhy, 2015, p.138-140).

## **2.2 A Rússia tsarista e o movimento nacional ucraniano (século XIX-1905)**

Até o final do século XVIII, com as partilhas da Polônia, o domínio territorial russo sobre a maior parte da Ucrânia contemporânea havia sido estabelecido (mapa 3). No entanto, o século XIX testemunhou a intensificação de um processo que viria a se constituir como um significativo desafio ao domínio russo sobre os territórios habitados por ucranianos: o fortalecimento do movimento nacional ucraniano.

De início, a experiência do Hetmanato forneceu um fundamento essencial para a formação da ideia moderna de uma nação ucraniana (Plokhy, 2015, p.149-151). Inspirada na história dos cossacos ucranianos, surgiu, na década de 1840, a sociedade secreta Irmandade dos Santos Cirilo e Metódio, que tinha entre seus membros o famoso historiador Mykola Kostomarov e o poeta nacional ucraniano Taras Shevchenko. A Irmandade dos Santos Cirilo e Metódio defendia o fim da servidão e a reorganização do Império Russo em uma federação de repúblicas com status de igualdade, incluindo a Ucrânia (Kappeler, 2018, p.115-116; Plokhy, 2015, p.156-160). Particularmente a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu uma intensificação de debates e publicações em torno da questão nacional ucraniana, no âmbito da qual ativistas chamados “ucranianófilos” destacavam as particularidades identitárias dos ucranianos em relação aos russos. Tais debates, vale ressaltar, também envolviam ucranianos (segundo concepções contemporâneas) de identidade Pequena Russa que se opunham aos ucranianófilos (Miller, 2003, p.69).

De início, a experiência do Hetmanato forneceu um fundamento essencial para a formação da ideia moderna de uma nação ucraniana (Plokhy, 2015, p.149-151). Inspirada na história dos cossacos ucranianos, surgiu, na década de 1840, a sociedade secreta Irmandade dos Santos Cirilo e Metódio, que tinha entre seus membros o famoso historiador Mykola Kostomarov e o poeta nacional ucraniano Taras Shevchenko. A Irmandade dos Santos Cirilo e Metódio defendia o fim da servidão e a reorganização do Império Russo em uma federação de repúblicas com status de igualdade, incluindo a Ucrânia (Kappeler, 2018, p.115-116; Plokhy, 2015, p.156-160). Particularmente a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu uma intensificação de debates e publicações em torno da questão nacional ucraniana, no âmbito da qual ativistas chamados “ucranianófilos” destacavam as particularidades identitárias dos ucranianos em relação aos russos. Tais debates, vale ressaltar, também

envolviam ucranianos (segundo concepções contemporâneas) de identidade Pequena Rússia que se opunham aos ucranianófilos (Miller, 2003, p.69).

**Mapa 3 – Territórios da Ucrânia contemporânea no Império Russo (fim do século XVIII - início do século XIX)**



Fonte: Edmaps.com (2022b).

As atuações da Irmandade e da imprensa conduzida por ativistas ucranianos são marcos cruciais do movimento nacional ucraniano e foram acompanhadas de movimentações similares em regiões habitadas por ucranianos, incluindo a Galícia, outrora componentes da Comunidade Polaco-Lituana, que passaram a ser governadas pela Áustria com as partilhas territoriais do final do século XVIII (ver mapa 3). Cabe lembrar, nesse sentido, que, mesmo ocorrendo fora das fronteiras do Império Russo, o processo de fortalecimento do movimento nacional ucraniano na grande potência vizinha também teve importantes repercussões para o regime tsarista, uma vez que carregava a questão das conexões transnacionais com os ucranianos que habitavam a Rússia.

Um importante fator a se ressaltar, nesse sentido, é a postura mais permissiva das autoridades austríacas para com o movimento nacional ucraniano, em comparação com a das autoridades tsaristas. Movidas pelo mesmo motivo que o Império Russo – combater o nacionalismo polonês e criar contrapesos a este último, que também era considerado uma

ameaça pela dinastia Habsburgo governante na Áustria -, o governo imperial austríaco tolerava ou mesmo apoiava organizações e ativistas do movimento nacional ucraniano, além de não se opor à noção de uma identidade nacional ucraniana. Líderes do movimento nacional ucraniano, por sua vez, frequentemente declaravam lealdade ao regime imperial austríaco, pois muitos ucranianos o viam como aliado contra o nacionalismo polonês, rival do ucraniano. Ademais, cabe mencionar uma importante particularidade do sistema político da Áustria. O Império Austríaco tinha um sistema político mais liberal em comparação com o do Império Russo. Por exemplo, havia um parlamento eleito, no qual ucranianos, inclusive camponeses, se elegiam como deputados (Ploky, 2015, p.162-165). Embora os nacionalismos ucraniano e polonês fossem competidores latentes, deve-se lembrar que diversos poloneses na Áustria também apoiavam o movimento nacional ucraniano, pois viam nele um possível instrumento para questionar o domínio russo sobre territórios outrora componentes da Polônia-Lituânia (Miller, 2003).

As condições políticas na Áustria, em geral, ofereciam um ambiente mais conducente para a organização política e cultural dos ucranianos em comparação com as condições existentes no Império Russo à época. Dessa maneira, já na transição para o século XX, a ideia de uma identidade nacional ucraniana adquiria um caráter mais difundido em territórios habitados por ucranianos sob a soberania austríaca (Yekelchyk, 2006, p.529-530). Nesse sentido, vale mencionar que, desde o século XIX, passou a ser comum na Rússia a tese de que a identidade nacional ucraniana tem sido historicamente insuflada por terceiros, como a Áustria e a Polônia, para atingir a Rússia (Kappeler, 2018, p.129-131; Miller, 2003). Oficiais tsaristas no século XIX consideravam que uma perda da Ucrânia para os poloneses colocaria em questão a grandeza da Rússia (Miller, 2003, p.179-180). Naquele período, ideólogos russos e ucranianos favoráveis à visão identitária Pequena Russa descreviam o ativismo nacional ucraniano como uma “intriga” polonesa e/ou austríaca direcionada contra a Rússia (Miller, 2003, p.28, 106, 180-181). Evidenciando a força histórica de tais narrativas na Rússia contemporânea, o próprio Vladimir Putin, no referido artigo de julho de 2021, afirmou que a orientação externa da Ucrânia pós-Maidan tinha antecedentes no que chamou de ideia de uma “Rus’ antimoscovita” desenvolvida por “ideólogos poloneses-austríacos” (Putin, 2021a. Tradução nossa).

Por outro lado, cabe mencionar que uma das correntes políticas existentes entre os ucranianos que viviam na Áustria imperial era russófila. Esse grupo, à diferença daqueles que definiam os ucranianos da Áustria e da Rússia como parte de uma única nação ucraniana,

defendiam a ideia de que os ucranianos nos territórios dos dois impérios eram parte da nação russa de maneira mais ampla. Os chamados russófilos, inclusive, chegaram a ocupar um lugar predominante na política dos ucranianos da Áustria a partir do final da década de 1860. O ressentimento com o fato de a reorganização política da Áustria imperial – que levou à sua reestruturação como Império Austro-Húngaro, em 1867 – ter conferido autonomia aos poloneses, e não aos ucranianos, é um dos motivos por trás de tal tendência (Plokhy, 2015, p.164-165, 170-171).

Como as autoridades tsaristas reagiram ao processo de fortalecimento do movimento nacional ucraniano? De início, cabe lembrar que a Ucrânia tinha elevada importância estratégica e econômica para o Estado tsarista. Em meados do século XIX, por exemplo, a Ucrânia era responsável por 75% das exportações do Império Russo. Nesse sentido, a produção de grão dos territórios ucranianos assumia destaque, tendo grande importância para as receitas do Estado. Ademais, a cidade portuária de Odesa, no sul da Ucrânia contemporânea, era a principal via de conexão entre o Império Russo e os mercados da Europa (Plokhy, 2015, p.177).

Tal importância estimulava o regime tsarista a esforçar-se pela preservação e o fortalecimento de sua autoridade política na Ucrânia, o que se traduziu em diversas medidas e tendências políticas. A partir da primeira metade do século XIX, sob influência da experiência de repressão a levantes contra o domínio russo na Polônia (em particular na década de 1860), cresceram esforços de formulação de uma ideologia nacional articulada à defesa do regime tsarista. Nesse sentido, havia o temor de articulações entre os movimentos nacionais polonês e ucraniano, com o uso da identidade ucraniana separada manipulada pelos poloneses para seus próprios fins de reivindicações políticas e territoriais. Muitos ucranianófilos, ademais, tinham orientação socialista populista, fator que também era visto de maneira negativa pelas autoridades tsaristas (Miller, 2003, p.76, 109). A identidade imperial russa, conforme a ideologia oficial estabelecida durante o reinado do tsar Nicolau I (1825-1855), foi formulada sob os princípios de “Autocracia, Ortodoxia e Nacionalidade”. Este último pilar, vale lembrar, compreendia a nação russa (no sentido da Rus’) como uma amálgama de russos étnicos (“Grão Russos”), bielorrussos (“Russos Brancos”) e ucranianos (“Pequenos Russos”).

Entre as construções ideológicas associadas aos esforços de domínio russo sobre a Ucrânia, pode-se falar, por exemplo, na promoção da conversão dos uniatas (cristãos ortodoxos ligados ao catolicismo e, conseqüentemente, de maneira potencial, à nobreza polonesa) à ortodoxia russa. No campo educacional, a Universidade de Kiev (conhecida

atualmente como a Universidade Nacional de Kiev Taras Shevchenko) foi estabelecida na década de 1830 para formar quadros promotores da identidade russa. Ademais, no mesmo período, foi formada uma comissão com o objetivo de estabelecer o caráter historicamente de russo de terras habitadas por ucranianos (Plokhy, 2015, p.153-156, 162).

À diferença de membros de outras etnias, os ucranianos não sofriam discriminação no Império Russo em nível individual, visto que, conforme a ideologia oficial tsarista (compartilhada, em larga medida, também pela intelectualidade russa), eram considerados parte da nação da Rus' (Kappeler, 2018, p.150-152; Miller, 2003, p.26-29). Por outro lado, ao longo do século XIX, foram tomadas diversas medidas que visavam coibir a formação de uma identidade nacional ucraniana que pudesse, de alguma maneira, ensejar uma separação em relação à nação russa e, conseqüentemente, potencialmente desafiar a soberania do Estado tsarista sobre a Ucrânia. No âmbito de tais iniciativas, pode-se mencionar a proibição, em 1847, da Irmandade dos Santos Cirilo e Metódio e a prisão de seus membros. As autoridades tsaristas temiam que uma ideia nacional autonomista ucraniana associada ao pensamento do grupo se traduzisse em algum tipo de desafio à autoridade imperial, até mesmo no sentido de potencialmente se desdobrar em um secessionismo ucraniano (Kappeler, 2018, p.116-117; Miller, 2003, p.52-55; Plokhy, 2015, p.156-160).<sup>6</sup>

Na segunda metade do século XIX, elevaram-se as percepções de ameaça do governo russo diante do fortalecimento do movimento nacional ucraniano e suas ideias de teor potencialmente separatista. Desse modo, diversas medidas foram adotadas nos campos linguístico e cultural, considerados pelos idealizadores e apoiadores de tais ações como potenciais veículos de difusão de ideias do movimento nacional ucraniano e de questionamentos sobre a narrativa da nação russa (da Rus') triunfada (isto é, composta por Grão Russos, Pequenos Russos e Russos Brancos) (Miller, 2003).

Em 1859, por exemplo, as autoridades tsaristas proibiram a importação de livros na língua ucraniana em alfabeto latino (até hoje, somente o alfabeto cirílico é utilizado em ucraniano), pois temiam que tal tipo de produção poderia levar a uma maior influência polonesa sobre os ucranianos. Em 1863, no contexto de mais uma revolta polonesa, a chamada Circular de Valuev (em referência ao então ministro do interior do Império Russo, Piotr Valuev), impôs restrições à publicação de livros em língua ucraniana no Império Russo.

6 Conforme Alexei Miller, as autoridades tsaristas, temendo a radicalização dos ativistas da Irmandade, adotaram, em geral, medidas punitivas relativamente brandas contra estes últimos. Nos anos iniciais do reinado do tsar Alexandre II (1855-1881), conhecido por tendências relativamente liberais em relação a seus antecessores, membros da Irmandade puderam retornar do exílio interno, assumir postos universitários e ter suas obras publicadas. A vigilância sobre ativistas nacionais ucranianos também se reduziu (Miller, 2003, p.61, 247-248).

Por fim, o Decreto de Ems, de 1876, impôs restrições à importação de obras em língua ucraniana, bem como à execução pública de performances teatrais e musicais em ucraniano, além de estipular o monitoramento de professores universitários em províncias ucranianas com vistas a coibir o pensamento ucranianófilo (Miller, 2003, p.192-195, 241-242, 267-273; Plokhy, 2015, p.166-167). Vale ressaltar, nesse sentido, que um dos principais inspiradores do Decreto de Ems foi Mykhailo Iuzefovych, intelectual ucraniano natural da região ucraniana de Poltava e favorável à noção de identidade Pequena Russa (Miller, 2003, p.32, 251; Plokhy, 2015, p.167).

Ademais, nos anos 1860 e 1870, diversos ativistas ucranianófilos chegaram ser exilados. Paralelamente, cabe mencionar os planos e tentativas de intensificar a russificação das regiões ucranianas governadas pelo Império Russo e, conseqüentemente, fortalecer o controle político tsarista sobre tais áreas. Por exemplo, foram realizados esforços para inserir professores russos étnicos no sistema educacional das províncias ucranianas. Na década de 1860, foram instituídas medidas para enfraquecer economicamente os donos de terras poloneses e elevar o elemento etnicamente russo nessa classe social (Miller, 2003, p.129-136, 139-145, 267-273). A Circular de Valuev demarcou uma política de russificação cultural e linguística dos ucranianos que perduraria por mais quatro décadas, a qual foi mais severa em comparação com outras etnias não russas no império (Kappeler, 2018, p.129-130). Em conjunto, a circular de 1863 e o Decreto de Ems foram um significativo obstáculo para o desenvolvimento do movimento nacional ucraniano (Miller, 2003, p.257).

Chama atenção, entre algumas das medidas repressivas mencionadas acima, o fator transnacional, ilustrado pelas medidas relacionadas à importação de livros em ucraniano. Simultaneamente, o regime tsarista buscou se aproveitar da corrente russófila entre os ucranianos que viviam no império dos Habsburgo. Por exemplo, o Império Russo concedia auxílio financeiro a indivíduos ligados a tal corrente (Miller, 2003, p.216-217; Plokhy, 2015, p.168-169). Ademais, o referido Decreto de Ems estipulou a concessão de subsídios do governo russo para um jornal russófilo na Galícia, medida que diversos oficiais e ideólogos tsaristas viam como um potencial instrumento contra o pensamento ucranianófilo no Império Russo (Miller, 2003, p.211-214, 267-273). Tais ações do regime tsarista causavam desconfiânças no governo austro-húngaro. Na década de 1880, o regime dos Habsburgo intensificou a repressão contra os russófilos da Galícia. Líderes da corrente russófila foram presos sob acusações de crimes contra o Estado. Posteriormente, muitos desses indivíduos emigraram para o Império Russo (Miller, 2003, p.216-217; Plokhy, 2015, p.168-169).

A repressão aos russófilos do Império Austro-Húngaro contribuiu para que, a partir da década de 1880, se fortalecesse, entre os ucranianos desse país, a corrente ucranianófila. O pensamento ucranianófilo predominou, também, no início do século XX (período, inclusive, no qual atuavam organizações políticas ucranianas que defendiam uma maior autonomia ou mesmo uma Ucrânia independente). Nesse sentido, cabe lembrar de um importante aspecto transnacional. Um efeito colateral das referidas medidas repressivas e de russificação linguística e cultural do século XIX adotadas pelas autoridades tsaristas foi a emigração de intelectuais e ativistas ucranianos para territórios do Império Austro-Húngaro. Tais indivíduos tiveram importante participação no crescimento do movimento nacional ucraniano. Ademais, as medidas restritivas adotadas na Rússia estimularam autores ucranianos a publicarem suas obras na Áustria-Hungria, o que contribuiu para elevar o grau de homogenização cultural e linguística entre os ucranianos que viviam nos territórios dos dois impérios (Plokhy, 2015, p.169-172, 195-197; Snyder, 2006, p.181).

### **2.3 Rússia e Ucrânia entre revoluções e guerras (1905-1922)**

O primeiro quarto do século XX foi marcado por eventos cruciais para a história das relações Rússia-Ucrânia. A primeira delas foi a Revolução de 1905 no Império Russo, que se desdobrou em breves, porém significativas reformas políticas liberalizantes no Estado tsarista. A seguir, em 1914, eclodiu a Primeira Guerra Mundial e, em paralelo à guerra, as revoluções russas de 1917, que se desdobram na extinção do Império Russo, na guerra civil que perdurou até 1922 nos territórios que compunham este último e, finalmente, na formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Em janeiro de 1905, eclodiu no Império Russo, incluindo nos territórios ucranianos deste último, uma maciça onda de agitação social marcada por protestos, greves e motins militares. Em resposta a esses acontecimentos, o tsar Nicolau II (1894-1917) anunciou uma série de medidas liberalizantes, incluindo nas áreas de liberdade de associação e expressão. Também foi instituído o sufrágio masculino universal para um parlamento eleito - a Duma russa - cujas decisões deveriam, em tese, ser respeitadas pelo tsar. No que tange especificamente à questão nacional ucraniana, restrições a publicações em língua ucraniana foram abolidas, o que se traduziu em um notório crescimento das publicações em ucraniano no Império Russo (Kappeler, 2018, p.133; Plokhy, 2015, p.193-194).

A Revolução de 1905 foi uma oportunidade para a ativação do movimento nacional

ucraniano no território do Império Russo, embora, ainda antes da revolução, houvesse novas iniciativas políticas nesse sentido. Em 1900, por exemplo, foi fundado o Partido Revolucionário Ucraniano, que misturava ideias socialistas e nacionalistas – característica difundida entre partidos políticos ucranianos da época. Esse partido foi o primeiro no Império Russo a declarar a independência da Ucrânia como seu objetivo. A ideia de um Estado ucraniano independente separado da Rússia, contudo, não era predominante entre os ucranianos que viviam no Estado tsarista. À época da Revolução de 1905, a maioria dos políticos ucranianos defendia uma maior autonomia política dentro de uma Rússia reformada, federalizada e democrática. Muitos ucranianos, ademais, participavam de partidos políticos de orientação pan-russa (i.e., que concebiam suas pautas para todo o território do antigo Império Russo, não se restringindo a um alcance étnico ou regional particular) ou cooperavam como estes últimos. Deve-se mencionar, por fim, que também havia, nos territórios ucranianos do Império Russo, adeptos do regime monárquico tsarista, de orientação nacionalista russa (Kappeler, 2018, p.133; Plokhy, 2015, p.192-193).

Como visto acima, as reformas políticas no Império Russo nesse período abriram a possibilidade para a realização de eleições parlamentares. A primeira delas ocorreu em 1906. No que tange à Ucrânia, a Duma de 1906 teve a formação de uma bancada, chamada de Clube Ucraniano, voltada para causas políticas e culturais ucranianas, e que contou com 44 dos 95 deputados eleitos como representantes dos territórios ucranianos do Império Russo. Entretanto, conflitos entre o parlamento e o governo levaram a que o tsar dissolvesse a primeira Duma. A segunda Duma, eleita em janeiro de 1907, também teve uma bancada ucraniana, de 47 membros, que defendia o ensino da língua ucraniana no sistema escolar. Entretanto, o tsar Nicolau II novamente dissolveu a Duma, o que demarcou o encerramento da Revolução de 1905, em 1907. Essa ação foi acompanhada de significativas implicações para as relações entre o regime imperial e a questão nacional ucraniana. Por exemplo, organizações ucranianas e publicações em ucraniano foram fechadas e intimidadas. Ao mesmo tempo, partidos nacionalistas russos atuavam sem constrangimentos, o que permitia que tais organizações difundissem suas ideias nos territórios ucranianos do Império Russo. Cabe lembrar, nesse sentido, que o nacionalismo russo era forte nas partes ucranianas do Império Russo, como demonstrado pelo desempenho eleitoral de organizações de tal orientação ideológica – que, inclusive, contavam com ucranianos étnicos (Plokhy, 2015, p.194-198).

A Primeira Guerra Mundial e as revoluções russas de 1917 constituíram o próximo momento de maior agitação nacional ucraniana e possibilidades de transformações nas

relações com o centro imperial russo. Durante a guerra, o exército russo chegou a ocupar parte dos territórios habitados por ucranianos no Império Austro-Húngaro. O governo tsarista definia a ocupação como uma liberação do povo russo, entendido, segundo o paradigma oficial, conforme a tese da nação triunfada. Durante tal ocupação, a Rússia impôs restrições a organizações ucranianas e introduziu o russo como língua de ensino nas escolas, em vez do ucraniano. Com a ocupação, os referidos russófilos da Galícia, apoiados pela Rússia, reascenderam politicamente, enquanto que líderes ucranianófilos declararam lealdade a Viena. Vale ressaltar que, entre estes últimos, havia defensores da formação de uma Ucrânia independente a partir de territórios habitados por ucranianos no Império Russo (Plokhy, 2015, p.202-204; Yekelchuk, 2006, p.530).

Em um evento crucial na história da Rússia, o domínio da dinastia Romanov chegou a seu fim em março de 1917, nos eventos conhecidos como a Revolução de Fevereiro. Em março daquele ano, diante da grande agitação social marcada por greves operárias e motins militares (em virtude das más condições socioeconômicas no Império Russo), o tsar Nicolau II abdicou do trono. Parlamentares da Duma estabeleceram o chamado Governo Provisório com o objetivo de formar uma assembleia constituinte que seria responsável por reestruturar o Estado russo. Em setembro de 1917, o Governo Provisório declarou a formação da Rússia como uma república. Na Ucrânia, representantes de organizações políticas e culturais estabeleceram um órgão de coordenação política, a Rada (“Conselho”, em ucraniano) Central, liderada por Mykhailo Hrushevsky, eminente historiador e ativista do movimento nacional ucraniano. Hrushevsky acreditava que momento era favorável para demandar a autonomia política territorializada da Ucrânia em uma Rússia reformada e democrática (Plokhy, 2015, p.204-205).

A Rada Central se reivindicava como espécie de parlamento ucraniano e reivindicava jurisdição sobre grande parte da Ucrânia contemporânea. Além disso, a Rada Central estabeleceu um Secretariado Geral, que exercia funções de governo. Em julho de 1917, a Rada Central foi reconhecida pelo Governo Provisório como governo regional da Ucrânia. Em termos ideológicos, a Rada Central exibia uma mistura de nacionalismo liberal com ideias socialistas, além de prometer a paz e uma reforma agrária com distribuição de terras. Tal direcionamento programático contribuiu para elevar a popularidade da Rada Central junto à população da Ucrânia, de modo que a instituição alcançou apoio maciço, incluindo junto ao campesinato ucraniano e a membros ucranianos das forças armadas da Rússia. Houve, ainda, significativa adesão entre membros de minorias étnicas da Ucrânia, aos quais era prometida

autonomia cultural. De início, a Rada Central defendia a autonomia da Ucrânia dentro de um Estado russo democrático e reestruturado em bases federativas (Ploky, 2015, p.205-207).

A chegada dos bolcheviques ao poder, com a Revolução de Outubro de 1917, foi responsável por novas mudanças nas relações entre o centro russo e o movimento nacional ucraniano. Em resposta à Revolução de Outubro, a Rada Central, em primeiro momento, declarou, em novembro de 1917, a República Popular da Ucrânia (*Ukrains'ka Narodna Respublika*, UNR) como Estado em federação com a Rússia republicana do Governo Provisório. Já em janeiro de 1918, a UNR declarou-se um Estado independente. A UNR avançava reivindicações territoriais que transcendiam as fronteiras da Ucrânia contemporânea (mapa 4). Ao redor do mesmo período, os bolcheviques, por sua vez, proclamaram a República Popular Ucraniana dos Sovietes, precursora da Ucrânia soviética, em dezembro de 1917, com sede em Kharkiv, no leste mais industrializado da Ucrânia. Os bolcheviques buscaram conquistar o restante da Ucrânia em nome de tal Estado ucraniano soviético, utilizando, para tanto, inclusive tropas vindas da Rússia. A atuação dos bolcheviques constituiu-se como um enorme desafio para a sustentação de um Estado ucraniano independente, ainda mais tendo em vista as deficiências da Rada Central, que foi incapaz de criar instituições de Estado e forças armadas robustas. Ademais, a incapacidade de cumprir promessas políticas fazia a Rada Central perder apoio popular diante dos bolcheviques e seus soviets (conselhos, do russo *sovet*, equivalente ao ucraniano *rada*) (Ploky, 2015, p.207-209). Vale lembrar que, de forma geral, a classe trabalhadora da Ucrânia, concentrada particularmente no leste e no sul mais industrializados da Ucrânia contemporânea, tradicionalmente gravitava mais fortemente em torno de atores políticos e partidos socialistas de orientação pan-russa (Yekelchuk, 2006, p.529).

Em dificuldades, a Rada Central ucraniana buscou apoio externo para sustentar seu projeto político. Formou-se, dessa maneira, uma aliança com as chamadas Potências Centrais da Primeira Guerra Mundial, encabeçadas pela Alemanha e a Áustria-Hungria. Tal aliança baseava-se, em essência, em uma troca: de um lado, as Potências Centrais forneceriam apoio militar e reconheceriam a independência da Ucrânia; do outro, a Ucrânia se comprometia a fornecer produtos agrícolas às Potências Centrais. Assim, tropas das Potências Centrais ocuparam a Ucrânia, expulsando os bolcheviques de Kiev, o que possibilitou que a Rada Central se restabelecesse na cidade. Pelos termos do Tratado de Brest-Litovsk, de março de 1918, firmado entre a Rússia soviética e as Potências Centrais, o governo bolchevique removeu suas tropas da Ucrânia e comprometeu-se a uma paz com a UNR. Ademais, a Rússia

soviética, *de facto*, reconheceu a separação da UNR. Entretanto, em abril de 1918, a Alemanha dissolveu a Rada Central e instalou no poder um novo regime liderado pelo militar ucraniano Pavlo Skoropadsky, um conservador ligado à classe de donos de terra da Ucrânia. Sob o autointitulado hetman Skoropadsky, a UNR foi substituída pelo chamado Estado Ucraniano. Apesar do fortalecimento de instituições estatais, o Estado Ucraniano sucumbiu com o fim de seu pilar de sustentação militar: pelos termos do armistício de novembro de 1918, que encerrou a Primeira Guerra Mundial, tropas alemãs e austríacas deixariam o território da Ucrânia, o que abriu espaço para que o Estado de Skoropadsky fosse derrubado e substituído por uma UNR restabelecida (Kappeler, 2018, p.170-172; Plokyh, 2015, p.209-213; Yekelchuk, 2006, p.530).

**Mapa 4 – Território reivindicado pela UNR em 1919 (em vermelho, a Ucrânia contemporânea)**



Fonte: Yakiv Gluck (2018).

Nessa nova etapa, o chamado governo do Diretório da UNR protagonizou um importante acontecimento no movimento nacional ucraniano: em janeiro de 1919, em Kiev, o governo da UNR celebrou o chamado Ato de Unificação com a República Popular Ucraniana Ocidental (*Zakhidnoukrains'ka Narodna Respublika, ZUNR*), Estado proclamado por ucranianos nos territórios do antigo Império Austro-Húngaro em novembro de 1918, e que

disputava tais regiões com a nascente Polônia do entreguerras.

Além dos bolcheviques, um outro relevante oponente russo aos esforços de constituição de um Estado ucraniano durante a Guerra Civil Russa foi o chamado Movimento Branco. Embora um movimento amplo, descentralizado e sem uma forte coesão ideológica, o Movimento Branco tinha como características centrais o antibolchevismo e a busca pela restauração de uma Rússia unificada nos territórios outrora governados pelo regime tsarista – o que implicava, portanto, a negação a qualquer tipo de separatismo ucraniano. Além disso, o Movimento Branco, que contava com apoio das potências ocidentais, propunha o desmonte das reformas sociais adotadas pela UNR (Plokhy, 2015, p.218-219). Ao longo da guerra civil, o exército Branco do general Anton Denikin chegou a ocupar a maior parte da Ucrânia. O grupo de Denikin apoiava o monarquismo e o nacionalismo russo (com a ideia de unidade entre Grão Russos, Pequenos Russos e Russos Brancos) e negava a existência de uma nação ucraniana - ideia que, em linha com o paradigma historicamente predominante na Rússia, classificava como um produto artificial de potências externas. Sob Denikin, ativistas ucranianos foram perseguidos, enquanto que escolas de língua ucraniana foram fechadas e substituídas por escolas de língua russa na Ucrânia (Kappeler, 2018, p.174)

O Estado nacional ucraniano acabou por sucumbir diante da incapacidade de constituir instituições de Estado robustas, em particular no que tange às forças armadas. Havia, ademais, significativas divergências ideológicas entre as lideranças da UNR e as da ZUNR: enquanto estas últimas tinham um perfil político mais conservador, aquelas eram mais inclinadas à esquerda. Por fim, havia divergências quanto às relações com outros atores envolvidos na Ucrânia: enquanto a ZUNR enxergava a Polônia como sua maior inimiga, a UNR era mais aberta para uma aliança com esta última. Com a fragilidade do movimento nacional ucraniano, três forças principais passaram a competir pelo domínio da Ucrânia: além dos bolcheviques e do Movimento Branco russo (que viria a ser derrotado), a Polônia, que reivindicava regiões que outrora compunham a República das Duas Nações (Plokhy, 2015, p.217-219).

No âmbito dessas disputas, a alternativa bolchevique acabou prevalecendo. Ao fim da Guerra Soviético-Polonesa de 1918-1921, pelos termos do Tratado de Riga, a maior parte do território da Ucrânia ficou sob controle soviético, enquanto que porções menores a oeste passaram a fazer parte da Polônia. Derrotada, a UNR, por sua vez, estabeleceu-se no exílio (Kappeler, 2018, p.175). Outras porções das terras habitadas por ucranianos, por sua vez, passaram a fazer parte dos territórios da Romênia e da Tchecoslováquia do entreguerras. A

partir de então, teve início a experiência soviética de sete décadas, que passou por diferentes etapas no que tange às políticas do centro moscovita em relação à Ucrânia.

## **2.4 Conclusões parciais**

Ao longo de mais de dois séculos e meio, a maioria dos regiões que hoje compõem o território da Ucrânia contemporânea fez parte do Império Russo. O marco inicial dessa trajetória histórica foi o Acordo de Pereiaslav de 1654. Após novas ondas de incorporações territoriais, finalizadas com a terceira partilha da Polônia, em 1795, o Império Russo governou o grosso das terras habitadas pelos ucranianos até a própria desintegração do Estado tsarista, em 1917.

Este capítulo buscou chamar atenção para o papel exercido pelas relações entre o Estado russo, de um lado, e a sociedade ucraniana e seus atores de elite política, do outro, ao longo de tal período histórico. Como visto ao longo da exposição, esse fator exerceu um importante papel nas ações da Rússia quanto à Ucrânia, a começar pelo próprio Acordo de Pereiaslav. Então, os cossacos ucranianos, seguindo uma lógica fortemente pragmática, buscaram uma aliança com a Rússia, o que se desdobrou na incorporação de territórios do Hetmanato ao Estado russo. Nesse sentido, vale ressaltar, como visto acima, que as lideranças cossacas ucranianas que se articularam com Moscou também buscaram legitimar suas ações invocando aspectos identitários, como a herança da Rus' medieval e a religião cristã ortodoxa compartilhada com a Rússia – narrativas também encampadas pela monarquia russa.

A partir de então, a Rússia utilizou diversos métodos na busca por assegurar sua autoridade política e seus interesses na Ucrânia. Por exemplo, nos séculos XVII e XVIII, o regime tsarista buscou incidir sobre a elite política cossaca ucraniana, apoiando certos setores em detrimento de outros em épocas de dissensos no interior dessa elite. Ademais, a Rússia, com vistas a fortalecer seu controle sobre os territórios do Hetmanato, instituiu, em diversos períodos, medidas de restrição da autonomia política deste último, o que teve como consequência a diminuição da autonomia da elite local no governo do Hetmanato. Sob Catarina II, o Hetmanato foi definitivamente abolido, de modo que as províncias da Ucrânia passaram a ser unidades administrativas sem status especial no Império Russo.

O processo de redução da autonomia do Hetmanato foi contrabalançado pelas oportunidades de status político e prosperidade econômica aproveitados por membros da elite da Ucrânia no Império Russo. Essa dimensão de cooptação contribuiu não só para solidificar a

base de apoio local à soberania russa sobre a Ucrânia, como para intensificar a russificação política, cultural e linguística da elite ucraniana. No que tange à questão da adesão da população ucraniana ao Império Russo, cabe lembrar, ainda, dos fatores identitários. A religião cristã ortodoxa e a narrativa histórica da herança da Rus' (desdobrando-se na ideia de união entre Pequenos e Grão Russos) tanto constituíram um impulso, como foram manipulados na sociedade e na elite ucranianas de modo a legitimar a união com a Rússia. Ao longo do século XIX, muitos ucranianos no Império Russo eram adeptos da variante identitária Pequena Russa enquanto componente da nação triunida da Rus'. O Império Russo e seus ideólogos, por sua vez, também se utilizaram de tal arcabouço ideológico com o intuito de legitimar historicamente o domínio russo sobre a Ucrânia.

No século XIX, o movimento nacional ucraniano emergiu como um significativo desafio ao domínio tsarista sobre a Ucrânia. Em círculos intelectuais ucranianos, ganhavam força as ideias de acentuação das particularidades identitárias e linguísticas dos ucranianos, bem como de proposição de uma autonomia para a Ucrânia no âmbito de uma Rússia reestruturada em um sistema federal. Diante desses desafios, o Estado russo lançou medidas repressivas contra indivíduos e organizações associados ao pensamento ucranianófilo, como a Irmandade dos Santos Cirilo e Métódio. Ademais, foram introduzidas restrições nos campos linguístico e cultural, ilustradas pela Circular de Valuev e o Decreto de Ems, instrumentos que obstaculizaram consideravelmente o desenvolvimento do movimento nacional ucraniano no Império Russo. As medidas repressivas adotadas pelo regime tsarista, por outro lado, acabaram tendo como efeito colateral o estímulo a conexões transnacionais entre ativistas ucranianos nos Impérios Russo e Austro-Húngaro, conexões essas que contribuíram para o desenvolvimento da identidade e do movimento nacional ucranianos como um todo.

Em paralelo, o governo tsarista também adotou iniciativas de cunho assimilacionista. Podem ser citadas, nesse sentido, conversões religiosas ao cristianismo ortodoxo russo e o desenvolvimento de instituições educacionais que deveriam ser alinhadas ao paradigma de identidade russa favorecido oficialmente. Por fim, ilustrando a importância do elemento transnacional, a Rússia buscou se articular com o movimento russófilo de ucranianos da Galícia, com vistas a influir sobre os debates sobre identidade nacional existentes nas regiões ucranianas do Império Russo. O conjunto de políticas do regime tsarista com relação à Ucrânia levantado neste capítulo, bem como as proposições ideológicas de seus adeptos sobre tal tema, ilustram a importância atribuída à configuração estatal, às relações Estado-sociedade e à composição da elite política nos territórios ucranianos do império enquanto fatores

associados ao exercício do controle imperial sobre tais regiões.

No início do século XX, as revoluções russas, bem como a Primeira Guerra Mundial, criaram um contexto que permitiu uma alcance político inédito do movimento nacional ucraniano. Entretanto, os esforços de criação de uma Ucrânia independente sucumbiram diante do projeto soviético liderado pelos bolcheviques, bem como dos outros Estados que surgiram na Europa central e oriental. O projeto socialista soviético inaugurou uma nova era, com significativas mudanças em comparação com o período tsarista, nas relações entre o centro moscovita e a Ucrânia, sua elite e sua sociedade.

### **3 COOPTAÇÃO, CONTROLE E REPRESSÃO: MOSCOU E A UCRÂNIA NA UNIÃO SOVIÉTICA (1922-1991)**

A vitória da Revolução de Outubro de 1917 liderada pelos bolcheviques tem sido creditada a diversos fatores. Pode-se falar, por exemplo, na maior determinação e organização dos bolcheviques, em particular nos grandes centros urbanos, em comparação com seus oponentes no contexto revolucionário e da guerra civil. Ademais, o grupo encampou de maneira mais enérgica pautas socioeconômicas caras às massas operárias e camponesas do antigo Império Russo, o que contribuiu para a elevação de seu apoio popular (Aarão Reis, 1997). O que pode ser dito sobre a postura dos bolcheviques quanto às questões nacionais, como a ucraniana, herdadas da Rússia pré-soviética?

A prevalência bolchevique também ocorreu mediante uma notável consideração das questões nacionais, isto é, à consideração de questões como a autodeterminação e os direitos culturais e linguísticos dos povos não russos. A liderança bolchevique, em particular no caso de Lênin, enxergou a importância da exploração das questões nacionais como um recurso para que o projeto revolucionário soviético alcançasse maior adesão social e, lançando mão desse fator, fosse exitoso no objetivo de derrubada da ordem política vigente até 1917. Mesmo que tenham posteriormente afirmado a primazia somente dos soviets de trabalhadores enquanto veículos da soberania nacional – o que, dada a forte presença de russos étnicos no operariado e nos grandes centros urbanos, implicava um potencial elemento de oposição à desintegração territorial da Rússia tsarista -, os bolcheviques se posicionavam em favor dos direitos de povos não russos (Aarão Reis, 1997). Um dos primeiros atos do governo bolchevique foi a Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia, de novembro de 1917. A declaração, assinada por Lênin e Stalin, afirmava a igualdade e a soberania dos povos da Rússia, bem como o direito de autodeterminação destes últimos, a ponto até mesmo da possibilidade de secessão. Declarou-se, além disso, o fim de todas as formas de restrições e privilégios de caráter nacional e religioso (RSFSR, 1917).

Essas visões se refletiram nas políticas bolcheviques quanto à Ucrânia ainda durante a guerra civil e no período que precedeu a criação formal da União Soviética. Por exemplo, os bolcheviques passaram a utilizar a língua ucraniana, em um sinal de acomodação às particularidades culturais ucranianas – diferenciando-se, portanto, das políticas da Rússia tsarista. Além disso, com vistas a alcançar maior adesão junto ao campesinato ucraniano – a grande maioria da população ucraniana étnica à época era camponesa -, os bolcheviques

adiaram planos para a coletivização de terras e permitiram que terras fossem redistribuídas junto aos camponeses ucranianos. Por fim, cabe mencionar que o movimento bolchevique abriu suas portas para a entrada de outras correntes de socialistas ucranianos, que proveram quadros falantes de ucraniano e uma elite cultural local (Plokyh, 2015, p.220).

A política de nacionalidades soviética, que se associava intimamente à questão das relações políticas do centro moscovita com outras regiões e unidades administrativas internas, passou por significativas alterações e ambiguidades ao longo da história do Estado soviético. Segundo o historiador Terry Martin, os bolcheviques, apesar do discurso emancipacionista mencionado acima, desenvolveram uma estratégia de conduzir os processos de descolonização nos territórios do outrora Estado tsarista “de um modo que preservaria a integridade do antigo Império Russo e possibilitaria a construção de um Estado socialista novo e centralizado” (Martin, 2001, p.67. Tradução nossa). Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que diversos dos traços descentralizadores permaneceram. Por exemplo, a União Soviética manteve o conceito de nacionalidade (*natsional’nost’*) baseado no princípio de *jus sanguinis* – isto é, além da cidadania associada ao local de nascimento, os indivíduos se identificavam conforme sua ancestralidade étnica, o que contribuía para perpetuar identificações étnicas particulares para além da concepção de uma identidade ligada ao Estado soviético. Ademais, em sua estrutura final, a União Soviética era composta por 15 repúblicas, incluindo a Ucrânia. Cada uma delas correspondia a uma “nacionalidade titular” – no caso da Ucrânia, os ucranianos étnicos -, mas também contava com membros de outras nacionalidades/etnias (Segrillo, 2014, p.69-70, 220-221).

Este capítulo discorre sobre a trajetória histórica das relações entre o centro político soviético, baseado em Moscou, e a Ucrânia soviética. Em vista da situação similar à do Império Russo, em termos do status da Ucrânia não como um país independente, e sim como parte de um Estado mais amplo com centro na Rússia, esta parte da tese busca responder a questões similares às do capítulo anterior. Desse modo, o presente capítulo aborda as políticas adotadas pela liderança bolchevique/soviética com vistas a instituir e assegurar sua autoridade política sobre a Ucrânia, tendo em vista as questões da configuração do Estado, as relações Estado-sociedade e a composição da elite política na Ucrânia. Além disso, o capítulo discorre sobre a maneira como a população da Ucrânia e sua elite receberam tais políticas e se relacionaram com o projeto de poder soviético. Por fim, particular atenção será dedicada à inserção da Ucrânia no federalismo soviético, considerando as dinâmicas de poder entre o centro e a autonomia republicana. Em resumo, o capítulo mostra como as autoridades

soviéticas exploraram dinâmicas de cooptação, controle e repressão com relação a atores da elite e da sociedade da Ucrânia para viabilizar o projeto soviético na Ucrânia.

### **3.1 O estabelecimento da Ucrânia soviética e o período entreguerras (1922-1939)**

Desde os primórdios do Estado soviético e durante a trajetória histórica do partido comunista soviético, o tema das nacionalidades/etnias já era objeto de fortes debates entre as lideranças bolcheviques. Sua importância, ademais, se elevou diante da experiência dos diversos movimentos nacionais que eclodiram quando das revoluções de 1917. No caso da Ucrânia, Lênin, ainda durante os esforços de estabelecimento da autoridade soviética sobre a Ucrânia, defendia uma visão que atribuía maior autonomia à Ucrânia como forma de cooptar a população da república para o projeto socialista soviético – posição que se mostrava ainda mais oportuna, do ponto de vista bolchevique, em vista da força do nacionalismo ucraniano durante o período de revoluções e guerras entre 1917 e 1922. Vale lembrar, ademais, que prevaleceu entre os bolcheviques a visão sobre o nacionalismo russo como historicamente opressivo, dominador e mais perigoso que o nacionalismo de povos dominados pelo império tsarista, os quais expressariam, de acordo com tal lógica, ressentimentos legítimos quanto ao nacionalismo russo. Portanto, conforme a visão que veio a predominar nos anos iniciais da União Soviética, o nacionalismo russo era visto como uma potencial ameaça à unidade do Estado soviético multiétnico.<sup>7</sup> Tal postura alinhava-se à dos chamados “comunistas nacionais” ucranianos, isto é, os comunistas que defendiam de maneira mais veemente a autonomia da Ucrânia e enfatizavam a ideia de que o status de república para a Ucrânia era um recurso necessário para uma liberação nacional e social do povo ucraniano no âmbito da federação soviética (Kappeler, 2018, p.187-189; Martin, 2001, p.68-73; Plokhy, 2015, p.230-232). Ao longo da primeira década de existência do Estado soviético, a ideologia oficial comunista descrevia negativamente o domínio do Império Russo sobre territórios ucranianos como uma relação colonial. Ademais, a Rússia, por toda a existência do Estado soviético, foi a única república a não contar com um partido comunista (Kappeler, 2018, p.157, 186) e instituições como órgãos de segurança e uma academia de ciências próprios (Solchanyk, 2001, p.30).

Em linha com tais concepções, a Ucrânia soviética constituiu-se como uma república

---

<sup>7</sup> Uma outra relevante consequência prática de tal abordagem na década inicial da União Soviética, para além das políticas de promoção da autonomia e da identidade de povos não russos, foi a política bolchevique de impor concessões à nacionalidade russa, que incluiu a transferência de regiões de maioria étnica russa para os territórios de repúblicas de maioria não russa (Martin, 2001, p.78). Como se verá adiante neste trabalho, essa questão também viria a figurar de maneira destacada na retórica de Putin em meio ao conflito com a Ucrânia, no âmbito do discurso do presidente russo de deslegitimar o Estado ucraniano independente.

socialista. Oficialmente, a União Soviética foi formada em 1922 a partir da assinatura de um pacto federativo entre a República Socialista Soviética Ucraniana, renomeada posteriormente como República Soviética Socialista Ucraniana (*Ukrains'ka Radians'ka Sotsialistychna Respublika*, URSS),<sup>8</sup> a República Socialista Federativa Soviética Russa (*Rossiiskaia Sovetskaia Federativnaia Sotsialisticheskaia Respublika*, RSFSR)<sup>9</sup> e as repúblicas socialistas de Belarus e da Transcaucásia (ver mapa 5).

**Mapa 5 – A URSS (1922)**



Fonte: Edmaps.com (2022c).

No sentido *de jure*, as repúblicas que compunham a federação soviética eram Estados soberanos, com suas próprias instituições político-administrativas e o direito, em tese, de secessão (o qual, na prática, não foi respeitado pelo centro durante a formação do Estado soviético). Dessa maneira, pela primeira vez, o centro moscovita reconheceu os ucranianos não só como uma nação separada - rompendo, portanto, com o antigo paradigma do único povo triunfado -, como também como base para um território nacional com atributos de

8 Nomenclatura adotada em 1936, a qual, por motivos de simplificação, será adotada ao longo deste trabalho. Inicialmente, o nome da república ucraniana na União Soviética era República Ucraniana Socialista Soviética (*Ukrains'ka Sotsialistychna Radians'ka Respublika*)

9 Nomenclatura adotada em 1936, a qual, por motivos de simplificação, será adotada ao longo deste trabalho. Inicialmente, a república russa na União Soviética chamava-se República Soviética Federativa Socialista Russa (*Rossiiskaia Sotsialisticheskaia Federativnaia Sovetskaia Respublika*).

soberania, instituições administrativas e símbolos estatais (Kappeler, 2018, p.182-186).

Em paralelo ao estabelecimento da república ucraniana com status político-administrativo de igualdade com a Rússia no Estado soviético nominalmente federativo, a primeira década de existência da União Soviética também foi marcada por iniciativas de promoção tanto do desenvolvimento econômico de regiões periféricas, quanto da identidade cultural e linguística de povos não russos étnicos que habitavam o país. As chamadas políticas de “indigenização” (*korenizatsiia*, em russo e ucraniano)<sup>10</sup> da década de 1920 foram implementadas também na república soviética ucraniana. Cabe ressaltar aqui, outras importantes especificidades da Ucrânia no contexto da *korenizatsiia* soviética. Grande parte do campesinato ucraniano, que representava o grosso da população etnicamente ucraniana no território do antigo Império Russo, via o governo soviético como um regime de ocupação em suas terras. Além disso, os quadros partidários na Ucrânia eram compostos majoritariamente por russos étnicos, e não por ucranianos. Dessa maneira, as políticas de indigenização na Ucrânia soviética também tinham o intuito de fortalecer o controle soviético sobre o campesinato ucraniano e fortalecer uma elite local etnicamente ucraniana leal ao projeto socialista soviético (Ploky, 2015, p.231-232). De maneira mais ampla, pode-se falar que o intento das lideranças bolcheviques com tal tipo de políticas era “fazer com que o poder soviético parecesse indígena, em vez de uma imposição imperial russa estrangeira” (Martin, 2001, p.74. Tradução nossa).

A *korenizatsiia* na Ucrânia soviética teve significativos impactos linguísticos. O ucraniano ganhou status de idioma oficial no sistema educacional e na imprensa, o que contribuiu para uma elevação do uso da língua ucraniana na URSS (Kappeler, 2018, p.190-193; Yekelchuk, 2006, p.536). Houve, dessa maneira, uma evidente ruptura com o Império Russo, no qual não havia escolas em língua ucraniana. Políticas similares de promoção de identidades não russas étnicas também foram adotadas com relação a minorias que habitavam a Ucrânia soviética, como judeus, gregos, búlgaros e poloneses, entre outros (Kappeler, 2018, p.190).

A autoidentificação ucraniana étnica também se elevou. Todavia, a ucranianização linguística teve um alcance mais limitado no que tange ao operariado largamente russificado, do ponto de vista linguístico, dos grandes centros urbanos e industriais. Apesar de a presença

---

10 Deve-se ter em mente que, apesar de o termo *korenizatsiia* ter se tornado comum na literatura, a expressão mais utilizada por contemporâneos na elite bolchevique no período, inclusive por Stalin, era *natsionalizatsiia* (nacionalização, em russo e ucraniano), justamente por conta da ênfase no processo de construção de nação. Na União Soviética, a expressão *korenizatsiia* passou a ser usada para se referir a tais políticas em 1923, em um momento posterior à adoção inicial destas últimas (Martin, 2001, p.73-74).

étnica ucraniana ter se elevado agudamente nos grandes centros urbanos, a ponto de desconstruir em larga medida a histórica predominância de membros de outras etnias em tais cidades, as autoridades soviéticas temiam uma insatisfação na classe trabalhadora amplamente russificada da Ucrânia – o que, futuramente, teria importantes consequências para a identidade nacional dos habitantes do leste mais industrializado da Ucrânia (Kappeler, 2018, p.194; Ploky, 2015, p.232-235). Pode-se falar, ainda, em significativos impactos para a formação de uma elite comunista ucraniana étnica, uma vez que ocorreu uma aguda elevação de quadros ucranianos étnicos no partido comunista ucraniano (Kappeler, 2018, p.194-195; Yekelchuk, 2006, p.536).

Por fim, cabe lembrar que a época da indigenização teve importantes implicações do ponto de vista dos interesses de política externa da União Soviética em um nível internacional-transnacional. Como visto acima, o povo ucraniano, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, ficou dividido em basicamente quatro países: além da União Soviética, onde se concentravam na URSS, expressivas populações étnicas ucranianas viviam na Polônia, na Romênia e na Tchecoslováquia. Embora os governos de tais países adotassem políticas variadas com relação a suas populações ucranianas – indo desde políticas repressivas e assimilacionistas mais agressivas, em partes da Polônia e da Romênia, a uma abordagem mais permissiva na Tchecoslováquia -, nenhum desses três Estados instituiu um tipo de autonomia política e de promoção da identidade ucraniana nos níveis observados na União Soviética. Dessa maneira, o governo soviético propagandeava a URSS como uma espécie de Piemonte para a liberação nacional e social dos ucranianos que viviam fora da União Soviética, esperando, assim, atrair o apoio e a adesão destes últimos para o Estado soviético (Kappeler, 2018, p.189; Martin, 2001, p.72; Ploky, 2015, p.235-244).

É importante mencionar, por outro lado, os limites da política de nacionalidades soviética da época da *korenizatsiia*. A intenção da liderança soviética era promover formas de nacionalidade, como territórios, línguas, culturas e elites nacionalmente definidos, que não entrassem em conflito com a noção de um Estado central unitário. Dessa forma, as políticas soviéticas não envolviam o estabelecimento de uma federação genuína. No esquema soviético mencionado acima, a noção de federação limitava-se basicamente à formação de unidades administrativas desenhadas em conformidade com critérios de nacionalidade/etnia. Na prática, o Estado soviético formado no início dos anos 1920 concentrava poder decisório no centro do país, em particular no âmbito do Partido Comunista da União Soviética (*Kommunisticheskaia*

*partiiia Sovetskogo Soiuzu, KPSS*),<sup>11</sup> ao qual se subordinavam os partidos comunistas de outras repúblicas. Desse modo, as repúblicas nacionais tinham poderes políticos e econômicos subordinados, em última instância, à direção partidária e estatal central (Kappeler, 2018, p.184; Martin, 2001, p.73-75).

A política de indigenização soviética chegou a seu fim na transição dos anos 1920 para a década de 1930. Havia um ressentimento entre membros russos do partido com as políticas da *korenizatsiia*. Por fim, vale mencionar que a liderança bolchevique passou a considerar que a abordagem da *korenizatsiia* havia levado a um fortalecimento de comunismos nacionais não russos que poderiam potencialmente ameaçar a unidade do Estado soviético. Ao longo da década de 1930, o KPSS adotou medidas que distanciaram o país das políticas da época da indigenização, embora alguns dos elementos desta última, como a formação de quadros de elite locais, tenham permanecido. No campo linguístico, a promoção das línguas não russas foi gradualmente abandonada, o que fez com que o russo se tornasse o idioma predominante em instituições de governo, partidárias, em grandes empresas e na educação superior em regiões de maioria não russa étnica. Finalmente, cabe ressaltar a revisão da abordagem quanto aos russos étnicos, com o abandono da leitura de que o nacionalismo russo representava um perigo maior do que os nacionalismos não russos. Em consequência, houve uma maior abertura para a influência russa sobre outras culturas e línguas (Martin, 2001, p.80-81). Revertendo, em certo grau, as concepções ideológicas do início da União Soviética, Stalin, que consolidou-se como o líder soviético após a morte de Lênin, passou a exaltar a cultura e a língua russas e a promover uma ideia de um patriotismo soviético que exaltava aspectos do passado imperial tsarista (Kappeler, 2018, p.208).

Tais mudanças também implicavam uma postura de combate a nacionalismos e particularismos identitários de povos não russos, como os ucranianos. Desse modo, tiveram início medidas de repressão a intelectuais e políticos ucranianos, incluindo comunistas nacionais ucranianos e atores responsáveis pelas políticas de ucranianização da época da *korenizatsiia* (Kappeler, 2018, p.196-199, 208-211; Plokyh, 2015, p.233-235; Yekelchyk, 2006, p.536). Na década de 1930, também diminuiu agudamente o volume de publicações em língua ucraniana, enquanto que russos étnicos passaram novamente a assumir posições de liderança na elite da Ucrânia (Kappeler, 2018, p.210). Na visão de Kappeler (2018, p.199), as medidas de repressão no momento pós-*korenizatsiia* assimilavam-se às políticas tsaristas de

---

11 KPSS foi a designação oficial final adotada pelo partido, que teve outros nomes anteriormente, em 1952. Para fins de simplificação, a denominação como KPSS será utilizada ao longo deste trabalho, inclusive para períodos que precedem a mudança de nome de 1952.

sufocamento do movimento nacional ucraniano.

Por fim, vale lembrar que a fome em massa na Ucrânia na década de 1930, conhecida atualmente no país como o *Holodomor*, foi um contexto do qual Stalin se aproveitou para incidir sobre a composição da elite política da URSS por meio de mudanças nos quadros partidários e governamentais da Ucrânia. Nesse sentido, cabe, de início, fazer uma breve digressão sobre as concepções soviéticas sobre a importância geopolítica e econômica da Ucrânia, bem como sobre a relacionada questão da fome da década de 1930.

A URSS tinha alta importância nos planos para o desenvolvimento socialista da União Soviética e a consolidação de suas posições geopolíticas na Europa do entreguerras. No âmbito geoestratégico, destaca-se o fato de a URSS fazer fronteira com a Polônia, que viria a ser um dos principais rivais geopolíticos da União Soviética no entreguerras. Além disso, a URSS não só era a segunda maior república soviética em termos de população, como também tinha um forte potencial agrícola e industrial - este último, centrado no leste e no sul - que, como visto acima, remontava ao período do Império Russo. Esse potencial era visto como um instrumento a ser explorado para a provisão de recursos mobilizados na industrialização soviética (Kappeler, 2018, p.189; Plokhy, 2015, p.246-253).

Diante desses fatores, a coletivização de terras foi concebida pela liderança soviética como um meio para a extração de recursos do campo que seriam direcionados para o financiamento da industrialização do país. As políticas utilizadas na coletivização agrícola na União Soviética, que incluíam requisições de terras, grãos e equipamento agrícola, tinham forte caráter coercitivo, o que acabou por suscitar revoltas camponesas e outros tipos de resistência à coletivização na URSS. Diante de tal resistência, a liderança soviética buscou políticas mais severas de cumprimentos de metas, as quais contribuíram para ocasionar uma fome em massa na Ucrânia soviética. Estima-se que cerca de 4 milhões de habitantes da Ucrânia soviética morreram em decorrência da fome, atingindo uma proporção de um em cada oito habitantes no período 1932-1934 (Plokhy, 2015, p.246-253).

Entretanto, Stalin culpava pelas dificuldades nas metas do programa de coletivização não só a resistência camponesa, como também uma suposta resistência secreta e ações de sabotagem por parte de quadros do partido comunista na Ucrânia. Ademais, Stalin também considerava que nacionalistas ucranianos dentro e fora da União Soviética promoviam ações contrárias à coletivização (Plokhy, 2015, p.251-252; Yekelchuk, 2006, p.536).

Por fim, cabe mencionar que Stalin temia que a Polônia e membros do partido comunista na Ucrânia desenvolvessem algum tipo de desafio ao Estado soviético,

possivelmente no sentido de uma secessão ou anexação pela Polônia (Kappeler, 2018, p.204-205). Nesse contexto, a década de 1930 foi marcada por expurgos de quadros partidários e governamentais na URSS, por meios como prisão, execução e exílio. Com tal política, Stalin buscava forjar uma elite mais leal a Moscou (Ploky, 2015, p.253-255). Cabe mencionar que há controvérsias políticas e historiográficas sobre se a fome na Ucrânia no período referido foi ou não um genocídio contra o povo ucraniano. Entretanto, alguns analistas destacam que, apesar de ter ocorrido em outras regiões da União Soviética, a fome teve uma dimensão etnonacional na URSS, visto que ela ocorreu na sequência da decisão de Stalin por interromper o processo de ucranianização associado à *korenizatsiia* e em paralelo aos ataques a quadros partidários comunistas na Ucrânia (Kappeler, 2018, p.202-205; Ploky, 2015, p.254). Como se verá adiante, a questão da fome na Ucrânia no período da coletivização soviética tornou-se um assunto de fortes controvérsias nas relações contemporâneas entre Rússia e Ucrânia, fazendo parte do contexto mais amplo das disputas em torno da memória histórica que viriam a ocupar um lugar marcante na política e no discurso oficial russos na era Putin quanto à Ucrânia.

O encerramento da “indigenização” na Ucrânia lançada na década de 1920 marcou o fim do que Taras Kuzio classificou como o primeiro ciclo “ucranianófilo” (ou “europeísta”) na história política da Ucrânia desde o início da experiência soviética. Os chamados ciclos ucranianófilos seriam marcados por um maior apoio das lideranças ucranianas ao desenvolvimento da identidade étnica ucraniana, enquanto que ciclos chamados de “russófilos” (ou “eurasianistas”) seriam caracterizados por uma reversão das posturas ucranianófilas e sua substituição por abordagens mais russófilas e de elevação do status da língua russa na Ucrânia soviética. O ciclo ucranianófilo da indigenização foi substituído por um russófilo que perdurou até o final da era Stalin, marcado, além das referidas medidas de repressão, por políticas culturais russófilas e pela abolição de igrejas cristãs ucranianas, que foram fundidas à Igreja Ortodoxa Russa (*Russkaia pravoslavnaia tserkov'*, RPTs) (KUZIO, 2015a, p.3-8). Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as relações entre o centro soviético e a Ucrânia ingressaram em uma nova etapa de desafios, debates e transformações políticas.

### **3.2 A Segunda Guerra Mundial e o desafio nacionalista ucraniano (1939-1945)**

A Segunda Guerra Mundial constituiu o cenário para a incorporação de diversos territórios habitados por ucranianos à União Soviética. O ponto de partida para esse processo ocorreu ainda em 1939, o primeiro ano da guerra.

Em decorrência do Pacto Molotov-Ribbentrop, firmado entre a União Soviética e a Alemanha nazista em agosto de 1939, que estabeleceu uma divisão do território da Polônia entre as duas grandes potências, a União Soviética ocupou e anexou as regiões da Galícia e da Volínia oriental, que até então estavam sob a soberania de Varsóvia. Em 1940, a Romênia foi forçada a ceder à União Soviética a parte setentrional da região da Bukovyna e a parte meridional da Bessarábia. Por fim, no encerramento da Segunda Guerra Mundial, a região da Transcarpátia, que fazia parte da Tchecoslováquia (e que foi anexada pela Hungria durante a Segunda Guerra Mundial), foi incorporada ao território da Ucrânia soviética. De maneira similar à retórica tsarista quando da Primeira Guerra Mundial, a incorporação de regiões do oeste da Ucrânia contemporânea ao Estado soviético foi descrita oficialmente pelas lideranças soviéticas como uma reunificação do povo ucraniano (Kappeler, 2018, p.216; Ploky, 2015, p.260-263, 278-280; Yekelchuk, 2006, p.537).

O estabelecimento do controle soviético sobre os territórios incorporados à URSS foi marcado por diversas medidas. Além das medidas de adaptação ao modelo de organização socioeconômica do Estado soviético (nacionalização de indústrias e coletivização de terras, por exemplo), foi lançado um processo de ucranianização da vida política (com a nomeação de ucranianos locais para cargos administrativos), da imprensa, na educação e nas artes em moldes similares aos da *korenizatsiia* soviética. Tais medidas contribuíram para a elevação da simpatia à União Soviética por parte de muitos dos ucranianos que habitavam as regiões incorporadas por Moscou. Ao mesmo tempo, foram adotadas diversas medidas repressivas contra instituições e indivíduos considerados potenciais ameaças à autoridade da União Soviética. Instituições religiosas ucranianas, por exemplo, foram perseguidas. Além disso, atores políticos locais acusados de serem nacionalistas ucranianos foram presos e deportados para regiões orientais do Estado soviético. Por fim, cabe mencionar a promoção da imigração de russos étnicos e ucranianos de outras regiões da União Soviética para administrar as áreas incorporadas por Moscou (Kappeler, 2018, p.217; Ploky, 2015, p.261-263).

Cabe ressaltar que a União Soviética enfrentou sérios desafios nas regiões incorporadas a seu território, os quais teriam pesadas implicações históricas de longo prazo. Em virtude de políticas repressivas adotadas pelas autoridades soviéticas, muitos ucranianos da Galícia, por exemplo, saudaram a ocupação da Alemanha nazista, quando esta invadiu a União Soviética em 1941 e ocupou praticamente todo o território da Ucrânia contemporânea (Kappeler, 2018, p.217; Ploky, 2015, p.265-266).

A guerra, ademais, intensificou o embate entre a União Soviética e o movimento

nacionalista radical ucraniano nascido na Polônia do entreguerras. As origens do nacionalismo radical ucraniano em terras que viriam a ser incorporadas pela União Soviética em 1939-1945 relacionam-se, em grande parte, às condições políticas sob o Estado polonês do entreguerras. O governo polonês, que assumiu caráter crescentemente autoritário a partir de meados da década de 1920, executava políticas assimilacionistas e repressivas com relação a seus cidadãos de etnia ucraniana. As insatisfações com o domínio polonês e a incapacidade de alternativas moderadas de conciliação levaram ao crescimento de uma direita nacionalista radical que viria a se tornar um movimento de massas (Yekelchyk, 2006, p.534).

Esse processo foi marcado primariamente pela fundação, em 1929, da Organização dos Nacionalistas Ucranianos (*Orhanizatsiia ukrains'kykh natsionalistiv*, OUN). Anticomunista, a OUN tinha traços fascistas e era marcada por uma ideologia fortemente etnonacionalista, com elementos antisemitas e racistas (Rudling, 2011). Em sua atuação, a OUN utilizava a violência para atingir seus objetivos políticos. Seu objetivo era a independência da Ucrânia em bases irredentistas, isto é, a unificação de regiões habitadas por ucranianos que encontravam-se sob a soberania de outros países. Vale mencionar que o principal ideólogo inspirador da OUN, Dmytro Dontsov, era um ucraniano originário de uma região governada pelo Império Russo e, posteriormente, a União Soviética (informação que ilustra, portanto, a transnacionalidade da questão nacional ucraniana e suas implicações para o domínio imperial russo e soviético na Ucrânia). No período do entreguerras, a OUN se notabilizou por ataques a autoridades polonesas e teve diversos de seus membros presos. Embora centrada na Galícia (ver mapa 6), a OUN também atuava em outras regiões, como a vizinha Volínia (Kappeler, 2018, p.218; Ploky, 2015, p.239-240).

Desde os anos 1930, a OUN mantinha contatos cooperativos com o regime nazista na Alemanha, que incluíam o treinamento de membros da organização (Rudling, 2011, p.7-8). Todavia, tais relações tiveram ambiguidades durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1940, a OUN cindiu-se em duas facções: uma ala era liderada por Stepan Bandera, convencionalmente chamada de OUN-B, enquanto que outra tinha como chefe Andrii Melnyk, razão pela qual tal grupo é conhecido como OUN-M. Inicialmente, a fração de Bandera havia se aliado à Alemanha nazista, fornecendo, por exemplo, batalhões auxiliares à invasão alemã à União Soviética de junho de 1941. Na sequência desse evento, membros da OUN, liderados por Bandera, declararam, em Lviv (espécie de capital informal da Galícia), a criação de um Estado ucraniano independente aliado da Alemanha nazista.<sup>12</sup> Tal ação

---

12 Cabe mencionar que essa foi a segunda tentativa de formação de um Estado ucraniano durante a Segunda Guerra Mundial, visto que, em março de 1939, ucranianos da região da Transcarpátia, no contexto do

ocasionou conflitos entre a OUN-B e o regime nazista, visto que este último não apoiava a formação de um Estado ucraniano independente. Dessa forma, Bandera e diversos de seus aliados foram presos pelo governo nazista. A OUN-M, por sua vez, tinha postura de maior lealdade ao regime de Adolf Hitler, atuando nos territórios da Ucrânia ocupados pela Alemanha nazista (Rudling, 2011, p.3-9; Ploky, 2015, p.266-267). Entretanto, a OUN-M também teve conflitos com esta última em virtude das políticas alemãs de maior controle sobre os territórios ocupados na Ucrânia (Ploky, 2015, p.266-267).

**Mapa 6 – A Galícia histórica (verde escuro) sobreposta aos territórios de Ucrânia e Polônia contemporâneas (verde claro)**



Fonte: CMS Green (2020).

Em 1942, foi criado o Exército Insurgente Ucraniano (*Ukrains'ka povstans'ka armiiia*, UPA), atuante principalmente no oeste da Ucrânia. A UPA constituiu-se como uma espécie de braço armado da OUN liderado pela facção ligada a Bandera. A exemplo da OUN, a UPA ora colaborava com a Alemanha nazista, ora a combatia, e via a União Soviética e a Polônia como inimigas. Ao longo da Segunda Guerra Mundial, membros da OUN-UPA

---

desmembramento do Estado tchecoslovaco promovido pela Alemanha nazista, declararam a fundação da República da Cárpatos-Ucrânia. Esse esforço, contudo, logo sucumbiu à invasão pelo exército húngaro, que tomou a região sob apoio de Hitler (Ploky, 2015, p.256-257; Yekelchuk, 2006, p.535).

colaboraram com a ocupação nazista (incluindo por meio da participação da Divisão Galícia, unidade militar composta por ucranianos que se subordinava diretamente à Waffen-SS nazista) e participaram de perseguições e massacres perpetrados contra membros de etnias não ucranianas, particularmente judeus e poloneses. A OUN-UPA é cultuada por parte dos ucranianos, em particular na Galícia, como um organização que lutou pela independência da Ucrânia. Ao mesmo tempo, simpatizantes dessas organizações relativizam ou até mesmo negam os laços da OUN-UPA com os nazistas, bem como suas ações contra membros de outras etnias. Por outro lado, visões sobre a OUN-UPA são tradicionalmente mais negativas no leste e no sul da Ucrânia contemporânea (Ferraro, 2022b, p.135; Kappeler, 2018, p.218-220; Ploky, 2015, p.266-267, 280-284; Rudling, 2011).

A partir de 1943, a União Soviética começa a liberar a Ucrânia da ocupação nazista. Além de retomar os territórios que ocupara em 1939, a União Soviética conquistou, em outubro de 1944, a Transcarpátia, que também viria a fazer parte da URSS. Tais avanços na direção oeste puseram as tropas soviéticas diante dos focos da guerrilha nacionalista liderada pela OUN-UPA no oeste da Ucrânia, concentrada na Galícia, que constituiu um significativo desafio militar para o estabelecimento do controle soviético em tais regiões (Ploky, 2015, p.274-282).

Mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial, a UPA continuou ações de guerrilha (concentradas no interior da Galícia) contra a União Soviética, que só conseguiu sufocar definitivamente tal movimento nos anos 1950 (PLOKHY, 2015, p.295-296).<sup>13</sup> De maneira similar ao período inicial de expansão soviética para a região, em 1939, a consolidação da autoridade de Moscou foi acompanhada, além dos esforços militares de sufocamento do movimento nacionalista radical ucraniano, por outras medidas. Pode-se falar, nesse sentido, na adoção de novas medidas de ucranianização da vida política e cultural, o que viria a contribuir para que a russificação tivesse um alcance mais limitado em regiões como a Galícia. Similarmente ao que ocorreu no período 1939-1941, também foram adotadas medidas

---

13 Nesse sentido, vale mencionar que os Estados Unidos e o Reino Unido apoiaram as ações dos nacionalistas ucranianos em diversos períodos durante a Guerra Fria. Por exemplo, em 1951, essas duas grandes potências enviaram aliados de Bandera e membros de organizações nacionalistas ucranianas clandestinamente para a Ucrânia para a realização de missões de inteligência (Ploky, 2015, p.295-296). Cabe mencionar, ademais, que diversos indivíduos e organizações ligados à OUN-UPA continuaram a atuar politicamente no exílio no Ocidente durante a Guerra Fria – por vezes, contando com o apoio de agências de inteligência dos Estados Unidos e do Reino Unido. A União Soviética combatia tais atores por diversos meios, como, por exemplo, a propaganda política (Rudling, 2011, p.17-21). Em um episódio ilustrativo da continuidade de uma espécie de estado de guerra entre a União Soviética e o movimento nacionalista ucraniano, a União Soviética buscava reprimir atores ligados a tal movimento no exterior com o uso da violência (Ploky, 2015, p.295-296). O próprio Stepan Bandera, por exemplo, foi assassinado na Alemanha Ocidental por um agente soviético ucraniano em 1959.

repressivas contra atores e instituições considerados potenciais ameaças à autoridade soviética. Ao final da Segunda Guerra Mundial e nos anos imediatamente subsequentes a seu encerramento, com vistas a coibir uma resistência nacionalista ucraniana, o governo soviético deportou mais de 200 mil ucranianos para outras regiões da União Soviética sob acusações de nacionalismo ucraniano. Em 1946, a Igreja Greco-Católica Ucraniana (*Ukraïns'ka hreko-katolyts'ka tserkva*, UHKTs) foi desmontada e forçosamente fundida à RPTs. A UHKTs é um ramo do cristianismo com origens no cristianismo ortodoxo que passou a se subordinar à Igreja Católica romana. A UHKTs tem forte presença histórica na Galícia e é um tradicional elemento demarcador da identidade dos ucranianos dessa região. As autoridades soviéticas temiam que a UHKTs fosse um veículo para a influência ocidental no país. Por fim, cabe mencionar que, diante de desconfianças quanto a quadros locais, o governo soviético promoveu a imigração de ucranianos do leste e do centro da Ucrânia contemporânea, regiões com maior experiência de integração ao Império Russo e à União Soviética, para as porções ocidentais incorporadas territorialmente por Moscou (Kappeler, 2018, p.218-223; Plokyh, 2015, p.280-288; Yekelchuk, 2006, p.538-539).

A russificação limitada, em conjunto com a existência de uma cultura política pré-soviética marcada por uma forte identidade nacional ucraniana e uma maior tradição de organização política, contribuíram para tornar a Galícia um reduto cultural e do ativismo político nacional ucraniano (Plokyh, 2015, p.288). A insurreição nacionalista da Segunda Guerra Mundial, bem como as deportações em larga escala para a Sibéria promovida pelas autoridades soviéticas, também contribuíram para fortalecer um sentimento antissoviético no oeste ucraniano, região onde o regime soviético era frequentemente visto como russo e estrangeiro. Indivíduos do oeste da Ucrânia viriam a ser representados desproporcionalmente entre os dissidentes ucranianos na União Soviética (Kuzio, 2015a, p.27-29).

Em geral, a experiência soviética com o oeste da Ucrânia fez afirmar-se a percepção de que tal região, primariamente no caso da Galícia, era propensa ao nacionalismo ucraniano (Kappeler, 2018, p.218-220; Yekelchuk, 2006, p.538-539). Vale mencionar que o discurso russo, a partir de 2014, tem como um de seus elementos a classificação do conflito na Ucrânia como uma continuidade dos embates da Segunda Guerra Mundial contra “fascistas ucranianos” herdeiros de Bandera e Hitler (Kappeler, 2018, p.220). As políticas oficiais de exaltação da OUN-UPA adotadas na Ucrânia independente pós-soviética, tema que será abordado em maior detalhe adiante neste trabalho, também foram um dos elementos utilizados pelo governo Putin em suas acusações de nazismo feitas contra a Ucrânia pós-

Maidan (Ferraro, 2022b, p.134-144).

### **3.3 A Ucrânia na União Soviética: 1945-1985**

O período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a desintegração da União Soviética foi caracterizado por ambiguidades similares a épocas históricas anteriores no que tange à inserção da Ucrânia no Estado soviético. Concessões de status político prestigiado e momentos de incentivo à identidade nacional ucraniana alternaram-se com tendências de russificação e repressão contra atores e ideologias tidos como potenciais ameaças à autoridade soviética na Ucrânia.

Os anos finais da era Stalin tiveram importantes marcos. A URSS adquiriu status de Estado membro da Organização das Nações Unidas (ONU), em paralelo à própria União Soviética. Dessa maneira, a Ucrânia soviética adquiriu um novo grau de subjetividade internacional, em complemento a seus atributos de soberania já adquiridos no âmbito do federalismo soviético (Kappeler, 2018, p.184; Ploky, 2015, p.291-292). Ademais, graças aos avanços militares soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial, foram conformadas as fronteiras ocidentais expandidas da URSS, as quais foram herdadas pela Ucrânia pós-soviética. Por outro lado, durante os primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, houve esforços de reforço do controle ideológico do centro soviético sobre a Ucrânia, ilustrados pela repressão a artistas cujas produções foram consideradas como de teor nacionalista ucraniano (Ploky, 2015, p.294-295).

Após a morte de Stalin, Nikita Khrushchev, um russo étnico que havia chefiado o partido comunista na Ucrânia, tornou-se o primeiro-secretário (secretário-geral) do Comitê Central do KPSS, cargo político mais importante na União Soviética. Uma vez consolidado no poder, Khrushchev notabilizou-se por críticas a certos elementos da era Stalin durante o XX Congresso do KPSS, realizado em fevereiro de 1956. Khrushchev denunciou os expurgos de membros do KPSS promovidos por Stalin, o que incluiu a reabilitação de comunistas ucranianos vitimados pela repressão stalinista. Por outro lado, as críticas de Khrushchev não se estenderam, por exemplo, a políticas associadas à coletivização agrícola e à fome dos anos 1930 (Ploky, 2015, p.299-300).

Um outro aspecto relevante da era Khrushchev no que tange à inserção da Ucrânia no Estado soviético, foi a elevação da influência da elite comunista ucraniana não só na gestão da URSS, como na da União Soviética como um todo. Por conta da carreira política de

Khrushchev, o Partido Comunista da Ucrânia (*Komunistychna partiia Ukraïny*, KPU-URSR)<sup>14</sup> tornou-se uma de suas bases de poder na União Soviética.<sup>15</sup> Isso se traduziu na nomeação de cidadãos da Ucrânia para cargos no Estado central soviético. Assim, o percentual de ucranianos em postos de liderança partidária e governamental voltou a crescer, inclusive em órgãos do Estado central soviético. Em 1953, Oleksii Kyrychenko tornou-se o primeiro ucraniano étnico a dirigir o KPU-URSR. A elevação do status da Ucrânia na União Soviética foi acompanhada, ainda, por aspectos simbólicos: a ideologia oficial soviética colocava os ucranianos como o segundo povo mais importante da União Soviética (atrás dos russos, descritos ainda por Stalin como uma força de liderança). Vale ressaltar, nesse sentido, que os ucranianos eram descritos como um povo separado dos russos étnicos, embora histórica e culturalmente próximos a estes últimos - o que consolidava, portanto, a ruptura com o referido paradigma da nação triunida da época tsarista. Ademais, a era Krushchev caracterizou-se por relativa liberalização política, ilustrada pela redução de perseguições políticas e uma reabilitação parcial de presos políticos (Kappeler, 2018, p.223-230; Plokyh, 2015, p.297-301).

No que tange às questões identitárias e à posição da Ucrânia e dos ucranianos no Estado soviético, o período Khrushchev foi marcado por um relativo resgate de tendências da época da *korenizatsiia*. A morte de Stalin e as críticas, por parte de Khrushchev, a certas políticas a seu antecessor estimularam comunistas nacionais no KPU-URSR e intelectuais ucranianos a realizarem demandas no sentido de revisar a historiografia da Ucrânia (diminuindo a exaltação de personagens da Rússia tsarista), promover a língua ucraniana e reabilitar intelectuais e membros do partido que foram alvos de repressão (Kuzio, 2015a, p.23-25). No âmbito da URSS, houve um crescimento do interesse pela língua, a cultura e a história da Ucrânia, bem como pela circulação de críticas à russificação. Essa tendência foi, em parte, apoiada por Petro Shelest, primeiro-secretário (secretário-geral) do Comitê Central do KPU-URSR (1963-1972), que ficou conhecido pela defesa de um comunismo nacional ucraniano similar ao que havia tido maior força no período inicial da história da União Soviética. Shelest representava um novo tipo de identidade ucraniana soviética que se

---

14 Neste trabalho, o termo KPU-URSR será usado para diferenciar o KPU soviético do KPU que atuou na Ucrânia independente reivindicando-se como sucessor do KPU-URSR. A nomenclatura KPU utilizada pelo KPU-URSR passou a ser utilizada somente a partir de 1952, mas, para fins de simplificação, será usada para referir-se ao partido durante todo o período soviético.

15 Vale lembrar, nesse sentido, que, diante da inexistência de um partido comunista na Rússia soviética, o KPU era o maior partido republicano na União Soviética. Além disso, o KPU representava o maior bloco de votos no Comitê Central do KPSS (Plokyh, 2015, p.297), o que ilustrava o peso político potencial da Ucrânia na União Soviética.

esboçava, caracterizada tanto pela lealdade ao projeto socialista, quanto pela valorização da autonomia da Ucrânia e a celebração da história, da cultura e da língua ucranianas (Kappeler, 2018, p.230-233; Kuzio, 2015a, p.8-9, 38-40; Ploky, 2015, p.303-305).

Por fim, cabe abordar um episódio crucial da era Khrushchev que teria consequências de peso nas relações russo-ucranianas no período pós-soviético: a transferência da Crimeia para a URSS, em 1954, acontecimento que selou a conformação do território da Ucrânia contemporânea (mapas 7 e 8). Para melhor compreender a importância desse tema e as raízes de suas controvérsias nas relações russo-ucranianas, cabe, de início, uma breve digressão histórica.

Como visto anteriormente neste capítulo, a Crimeia foi incorporada ao Império Russo no final do século XVIII. A partir de então, a região passou por um intenso processo de russificação demográfica e linguística, acompanhado de ondas de emigração dos tártaros da Crimeia. Apesar da existência de uma expressiva população de língua ucraniana na região, a ideia da Crimeia como parte do espaço etnonacional ucraniano nem sempre figurou na intelectualidade e nas reivindicações territoriais associadas ao movimento nacional ucraniano nos séculos XIX e XX (Sasse, 2007, p.50-51, 79-87). Após consolidarem seu controle sobre a região, os bolcheviques estabeleceram a República Soviética Socialista Autônoma da Crimeia, posteriormente renomeada República Socialista Soviética Autônoma da Crimeia (*Krymskaia Avtonomnaia Sotsialisticheskaia Sovetskaia Respublika* – KASSR, em russo), no âmbito da RSFSR (Sasse, 2007, p.91-95).

O status de república autônoma da Crimeia permaneceu até 1945. Naquele ano, as autoridades soviéticas mudaram o status administrativo da região para o de uma *oblast'* (província) da RSFSR. Esse evento sucedeu um acontecimento de crucial importância para a história contemporânea da Crimeia. Ao longo da Segunda Guerra Mundial, parte da população tártara da Crimeia aliou-se aos invasores nazistas. Em 1944, Stalin usou esse fato como subterfúgio para acusações de responsabilidade coletiva utilizadas para promover a expulsão da população tártara da Crimeia, que foi deportada primariamente para a região da Ásia Central (em particular o Uzbequistão). Essa ação teve enormes implicações demográficas e políticas, uma vez que contribuiu para intensificar a eslavização, em particular no sentido de russificação, da Crimeia.<sup>16</sup>

No discurso político oficial da época, a transferência da Crimeia da RSFSR para a URSS foi justificada com base na proximidade territorial e em laços econômicos e culturais

---

16 Ao redor do período da transferência da Crimeia para a Ucrânia, os russos étnicos perfaziam 71% da população da região, enquanto que os ucranianos eram 22% (Ploky, 2015, p.299).

entre a Crimeia e a Ucrânia (Sasse, 2007, p.109). Apesar de ser retratada como um gesto simbolizando a fraternidade entre russos e ucranianos, a incorporação da Crimeia à Ucrânia soviética foi pautada por considerações econômicas, pois acreditava-se que a URSS estava melhor posicionada para oferecer um impulso à economia da Crimeia no pós-Segunda Guerra Mundial (Ploky, 2015, p.298-299).

**Mapa 7 – A URSS (1954-1991)**



Fonte: Edmaps.com (2022d).

Uma questão crucial a ser ressaltada, por conta de suas implicações futuras, diz respeito aos procedimentos institucionais realizados para a transferência da Crimeia. Como ocorria frequentemente no estilo de governança soviético, a decisão de transferência foi feita de cima para baixo pelas autoridades centrais em Moscou. Assim, representantes da própria Crimeia não tiveram participação ativa no processo deliberativo. Além disso, nominalmente, a transferência não observou estritamente os procedimentos institucionais necessários para a mudança de fronteiras – o que, como se verá adiante, abriria margem para reivindicações, na Rússia pós-soviética, de que a incorporação da Crimeia à Ucrânia teria sido ilegal e ilegítima (Sasse, 2007, p.107-114).

Mapa 8 – A URSS e a RSFSR na União Soviética (1954-1991)



Fonte: elaboração própria a partir de Sal ip (2008).

Polêmicas similares dizem respeito à cidade de Sevastopol, localizada na Crimeia, mas que tinha, desde 1948, o status de unidade administrativa separada subordinada diretamente ao centro republicano da RSFSR (ao lado de Moscou e Leningrado, atual São Petersburgo). Nominalmente, esse status não foi modificado mesmo após a transferência da *oblast'*, mas, a partir dessa ação, assuntos partidários e de governo de Sevastopol, em diversos aspectos, passaram a ser administrados *de facto e de jure* como parte da *oblast'* da Crimeia na URSS (Sasse, 2007, p.122, 229). A constituição da URSS de 1978, a primeira do período pós-transferência da Crimeia, atribuiu a Sevastopol um status análogo ao que a cidade possuía sob a RSFSR, classificando-a, ao lado de Kiev, como uma cidade de subordinação republicana na URSS. A Crimeia, por sua vez, foi definida como uma das *oblasti* da URSS (URSS, 1978). Já a constituição da RSFSR de 1937 passou por emendas, seguidas pela

adoção de uma nova constituição em 1978, que removeram referências à Crimeia como parte do território da república russa (Solchanyk, 2001, p.166).

Khrushchev foi derrubado em 1962 e substituído por Leonid Brezhnev, nascido no território da atual *oblast'* ucraniana de Dnipropetrovsk (sudeste da Ucrânia), que tornou-se secretário-geral do KPSS em 1964. De maneira similar ao período Khrushchev, a era Brezhnev foi marcada por uma grande influência de políticos da Ucrânia no governo da União Soviética, ilustrada por sua presença em postos de liderança no Estado central soviético. O grupo político ao redor de Brezhnev foi apelidado de “máfia” ou “clã de Dnipropetrovsk” (Kappeler, 2018, p.229).

Por outro lado, a era Brezhnev demarcou um retorno ao modelo de maior centralização político-administrativa no Estado central soviético. Ademais, revertendo a relativa liberalização política de Khrushchev, ocorreu uma nova onda de repressão política e restrições ao debate público na União Soviética. Na Ucrânia, tal tendência atingiu particularmente intelectuais e dissidentes, mas também alcançou a elite partidária comunista (Kappeler, 2018, p.230-233; Kuzio, 2015a, p.37-40; Ploky, 2015, p.303-305). É preciso lembrar, nesse sentido, que, na terminologia de Taras Kuzio, o KPU-URSR possuía uma forte ala russófila-eurasianista, concentrada principalmente em províncias do leste e do sul da Ucrânia soviética que tinham próximas relações com o Comitê de Segurança Estatal (*Komitet gosudarstvennoi bezopasnosti*, KGB) central soviético. Essa fração do KPU-URSR, que tendia a seguir fielmente as diretrizes de políticas de nacionalidades determinadas em Moscou, priorizava um Estado soviético centralizado em detrimento de autonomias republicanas mais extensas, e via como maior ameaça ao poder soviético os “nacionalismos burgueses” de povos não russos (Kuzio, 2015a, p.26, 35-36).

Nesse contexto, sob acusações de nacionalismo ucraniano, Petro Shelest foi removido da liderança do KPU-URSR em 1972 e substituído por Volodymyr Shcherbytsky, político leal a Brezhnev ligado ao grupo de Dnipropetrovsk, que ganhava influência nos aparatos central e republicano na União Soviética (Kappeler, 2018, p.230-233; Ploky, 2015, p.303-305). À frente da URSS, Shcherbytsky cercou-se de quadros ideologicamente próximos à visão de uma identidade Pequena Russa (russófila) da Ucrânia. A era Shcherbytsky, que perdurou até 1989, teve como um de seus elementos expurgos de comunistas nacionais do KPU-URSR, bem como de escritores considerados nacionalistas da mídia. Nesse sentido, vale mencionar que a repressão a nacionalistas ucranianos na época de Shcherbytsky foi capitaneada por um KPU-URSR em que ucranianos étnicos eram largamente predominantes, embora os

russos étnicos continuassem sobrerrepresentados no alto escalão dos congressos do partido (Kuzio, 2015a, p.17, 35-39). Na visão de Kappeler (2018, p.231), a ação repressiva do centro em Moscou quanto a Shelest representou um episódio similar a políticas adotadas em certos períodos históricos anteriores pelas autoridades tsaristas e soviéticas no sentido de reprimir tendências consideradas ameaçadoras para a autoridade russa/soviética na Ucrânia.

### **3.4 A desintegração da União Soviética e o surgimento da Rússia e da Ucrânia independentes (1985-1991)**

Após a morte de Brezhnev, em 1982, a União Soviética passou por um breve interlúdio sob os governos de Iurii Andropov e Konstantin Chernenko, que ocuparam o cargo de secretário-geral do Comitê Central do KPSS, respectivamente, nos períodos de 1982-1984 e 1984-1985. Após a morte de Chernenko, Mikhail Gorbachev tornou-se o secretário-geral do KPSS em março de 1985.

Gorbachev assumiu a liderança da União Soviética com ambiciosos planos de reforma do país, tendo em vista principalmente sua estagnação econômica e seu atraso tecnológico relativo em comparação com as economias capitalistas ocidentais mais desenvolvidas – deficiências que já eram amplamente constatadas no interior da elite comunista soviética. De modo geral, o projeto reformista liderado por Gorbachev ficou celeberramente conhecido como a *perestroika* (reconstrução, em russo). Esse termo se referia primariamente ao aspecto econômico das transformações propostas para o país, que incluía um crescente movimento de liberalização das atividades econômicas concomitante à redução do controle estatal e do sistema de economia planificado. Paralelamente, a *glasnost* (transparência) dizia respeito a aspectos políticos, como a democratização do sistema político soviético e a liberalização da imprensa (Segrillo, 2014, p.9-17). Gorbachev, portanto, buscava reformar o sistema soviético para resguardar sua existência. No entanto, suas reformas acabaram tendo como consequência a exacerbação de problemas no sistema soviético (Sakwa, 2008a, p.10). Dessa maneira, desencadeou-se um processo que acabaria por desembocar no próprio colapso do Estado soviético, em 1991, e na transição para o capitalismo nos países que emergiram de tal desintegração estatal.

Como de se esperar, o contexto político na União Soviética sob Gorbachev trouxe impactos cruciais para a Ucrânia. Pode-se falar, de início, na questão das mudanças na elite comunista soviética: para viabilizar a implementação de seu programa político, Gorbachev

promoveu alterações nos altos círculos partidários e governantes soviéticos, substituindo quadros antigos por novas lideranças mais abertas a reformas que constituiriam sua base de poder (Segrillo, 2014, p.19-26, 34). Isso aprofundou um processo de declínio da influência de políticos da Ucrânia na administração do Estado soviético, já em curso desde a morte de Brezhnev. Além de não possuir laços com o aparato partidário ucraniano (a exemplo de Andropov e Chernenko), Gorbachev via as redes clientelistas consolidadas sob Brezhnev como uma ameaça latente a sua posição política e ao programa de reformas que objetivava implementar na União Soviética. Com vistas a atingir seus objetivos, Gorbachev passou a lançar mão de quadros da RSFSR, onde construiu sua carreira política, para administrar a União Soviética, o que teria importantes implicações para as relações entre o centro e as repúblicas soviéticas (Plokhy, 2015, p.308-309).

No caso da URSS, as tensões entre a república e o centro soviético foram demonstradas de maneira ilustrativa quando do acidente nuclear de Chernobyl (Chornobyl, em ucraniano), na Ucrânia, em 1986. A usina de energia nuclear de Chernobyl, bem como outras instalações nucleares e a maioria de empresas industriais na Ucrânia, estavam sob jurisdição de ministérios centrais. A gestão das medidas de contenção do acidente foi dirigida largamente desde Moscou. As autoridades centrais soviéticas também impuseram medidas de maior risco para o bem-estar da população da URSS, o que ia na contramão das posições das lideranças da república. Esse contexto causou insatisfações com o centro soviético não só na sociedade ucraniana de modo geral, mas também na elite comunista ucraniana. Em geral, o acidente de Chernobyl e a gestão de suas consequências pelas autoridades soviéticas chamaram atenção para os limites do controle que as lideranças da Ucrânia tinham sobre sua própria república, o que estimulou debates públicos sobre a posição da Ucrânia na União Soviética (Plokhy, 2015, p.309-312).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a liberalização política promovida por Gorbachev foi conducente para novas atividades e organizações políticas fora do controle partidário comunista na Ucrânia. A *glasnost*, afinal, envolvia a sociedade como um todo, criando um ambiente mais permissivo para debates, inclusive no âmbito da imprensa, sobre a história e o sistema político-econômico da União Soviética. Nesse sentido, pontos de vista mais críticos à ortodoxia soviética começavam a ter maior circulação. Organizações da sociedade civil, fora do controle do KPSS, ganhavam saliência. Na elite soviética e da RSFSR, Boris Ieltsin, que ocupou o cargo de primeiro-secretário da seção partidária de Moscou e foi membro-candidato do Politburo, ascendia como uma relevante figura política no

campo reformista (Sakwa, 2008a, p.14-15; Segrillo, 2014, p.29, 36-38).

Apesar da liderança conservadora de Shcherbytsky<sup>17</sup> no KPU-URSR até 1989, o período de Gorbachev testemunhou uma ativação da sociedade civil ucraniana no sentido de chamar atenção para problemas do decadente regime soviético. Tal tendência foi ilustrada, por exemplo, pelas greves de mineiros no Donbass, pelos protestos contra a postura das autoridades soviéticas quando da catástrofe de Chernobyl e pelas demandas pela legalização da UHKTs na Galícia. Além disso, intelectuais crescentemente chamavam atenção para a questão dos direitos humanos, tanto individualmente quanto ao nível nacional. A defesa da cultura e da língua ucranianas foi outra importante pauta de debates e mobilizações no período. Por fim, cabe mencionar a intensificação de debates sobre a história da Ucrânia, com a maior difusão de leituras que desafiavam a ortodoxia ideológica e historiográfica soviética. Temas como a fome dos anos 1930 e a russificação, por exemplo, passaram a ser objeto de maiores debates públicos. Em 1989, Gorbachev mobilizou a remoção de Shcherbytsky do Politburo soviético, ao que se seguiu sua remoção do cargo de primeiro-secretário do KPU-URSR. Além disso, em um marco do processo de abertura política na URSR da *perestroika*, foi criado, em 1989, o Rukh (“Movimento”, em ucraniano),<sup>18</sup> primeira organização política de massa a surgir na Ucrânia fora do aparato partidário comunista. No mesmo ano, a UHKTs foi legalizada (Kappeler, 2018, p.235-236; Kuzio, 2015a, p.40-41; Plokyh, 2015, p.313-316). Com a liberalização política, organizações nacionalistas radicais ucranianas, inclusive algumas ligadas à OUN, também passaram a ter maior atuação pública (Kuzio, 2015a, p.41).

No que tange à Crimeia, apesar de decretos nas décadas de 1950 e 1960 terem reabilitado parcialmente os tártaros da Crimeia, em particular no campo dos direitos políticos, foi somente na época da *perestroika* que o direito de retorno dessa população à Crimeia foi reconhecido, em conjunto com o reconhecimento de que a deportação de 1944 havia sido um ato criminoso. A partir de então, tártaros da Crimeia começaram a retornar em massa à região (Sasse, 2007, p.149-153).

Em 1989, ocorrem as primeiras eleições relativamente livres na União Soviética. As eleições para o Congresso dos Deputados do Povo, instituição parlamentar soviética, não só tiveram um grau de debate público mais diversificado, como também tiveram a participação

17 Quando membro do Politburo soviético, inclusive, Shcherbytsky fazia parte de uma corrente mais conservadora que via de maneira negativa o que considerava serem excessos liberalizantes da *perestroika* (Segrillo, 2014, p.36).

18 Do nome original *Narodnyi Rukh Ukraïny za perebudovu* (em português: “Movimento Popular da Ucrânia pela Perestroika”). Em 1990, a menção à *perestroika* (*perebudova*, em ucraniano) foi removida do nome oficial da organização, ilustrando uma aspiração mais aberta à independência da Ucrânia (Solchanyk, 2001, p.39).

de candidatos independentes. Apesar de o KPSS (único partido político ainda oficialmente registrado) ter alcançado uma larga vitória (87% dos votos), diversos deputados de oposição e não ligados ao partido comunista foram eleitos. No início de 1990, o monopartidarismo centrado no KPSS foi oficialmente abolido na União Soviética. Em março desse mesmo ano, foram realizadas eleições para o Soviete Supremo da RSFSR, que se desdobraram na eleição, em maio de 1990, de Ieltsin – que defendia um programa político de maior soberania para a Rússia - para a presidência desse órgão. Tal evento demarcou o início das relações conflituosas entre a RSFSR, liderada por Ieltsin, e o Estado central soviético, liderado por Gorbachev, em um contexto no qual cresciam visões sobre a necessidade de a Rússia obter maior autonomia em relação ao Estado soviético. Em junho de 1990, a RSFSR declarou sua soberania, com o que se estabeleceu a primazia das leis republicanas sobre as federais no território da RSFSR (Sakwa, 2008a, p.15-19; Segrillo, 2014, p.44-46, 53-54, 78-79). Ilustrando a liberalização política então em curso na União Soviética, o Congresso dos Deputados do Povo aprovou diversas leis relacionadas às liberdades de imprensa, consciência e religiosa (Sakwa, 2008a, p.11-12).

Em março de 1990, foram realizadas as primeiras eleições relativamente livres na URSS, com a participação de organizações não comunistas. A eleição para o Conselho Supremo (*Verkhovna Rada* – VR, em ucraniano), resultou em uma larga vitória para o KPU-URSS, que alcançou 74% dos votos. Por outro lado, o Bloco Democrático, liderado pelo Rukh, obteve os 26% restantes. Mesmo que em minoria, a presença de um bloco de oposição ao KPU-URSS formado a partir do Bloco Democrático influenciou significativamente os debates políticos na Ucrânia. Nas regiões da Galícia e da Volínia (oeste da Ucrânia), forças políticas ligadas a dissidentes e intelectuais ucranianos chegaram ao poder. Mesmo no âmbito republicano como um todo, deve-se ressaltar que parte da elite do KPU-URSS abraçou elementos da agenda da oposição (em alguns casos, membros do KPU-URSS até mesmo aderiram ao bloco de oposição liderado pelo Rukh), contribuindo crucialmente para o caminho que viria a levar à independência da Ucrânia. Lideranças partidárias republicanas na União Soviética estavam insatisfeitas com as reformas adotadas por Gorbachev, que consideravam uma potencial ameaça a suas posições políticas. Ao mesmo tempo, intelectuais críticos do regime socialista consideravam que as reformas de Gorbachev eram insuficientes. No caso da Ucrânia, tais fatores fizeram essas duas forças, apesar de politicamente opostas, convergirem na oposição ao centro soviético e na busca pela soberania e, posteriormente, pela independência da Ucrânia. Em julho de 1990, Leonid Kravchuk, um destacado membro do

KPU-URSR que representava uma ala “soberanista” do partido (i.e., que defendia a autonomia política e econômica da Ucrânia), foi eleito presidente da empoderada VR (Kappeler, 2018, p.236; Kuzio, 2015a, p.41-43; Ploky, 2015, p.315-318).

Uma importante dimensão das reformas na União Soviética da época de Gorbachev foi a questão da revisão da estrutura federativa do Estado soviético, tema de complexas negociações envolvendo Gorbachev e líderes de diversas repúblicas soviéticas. No contexto da *perestroika*, as repúblicas soviéticas, em um processo inicialmente mais forte nas três repúblicas do Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia) viriam a assumir crescentemente a opção por maior soberania e, posteriormente, independência. A partir do final de 1990, o último líder do KPSS apresentou diversos projetos para um novo acordo de união, caracterizados, em geral, pela elevação da autonomia política das repúblicas e pela restrição das competências do Estado central soviético a funções como defesa e políticas macroeconômicas (Segrillo, 2014, p.62-63, 75-82).

Em meio a esse processo, vale mencionar as tendências políticas que ocorriam tanto na Rússia quanto na Ucrânia. Como visto acima, Ieltsin protagonizava uma disputa com o governo central soviético, liderado por um cada vez mais enfraquecido Gorbachev. Tal disputa tinha como um de seus elementos a questão da elevação da autonomia da Rússia perante o centro soviético. Em junho de 1991, Ieltsin foi eleito presidente da Rússia. Ao assumir o cargo, Ieltsin declarou seu apoio a uma reestruturação da federação soviética e à cooperação com as outras repúblicas, mas, apelando para o nacionalismo russo, ressaltou a necessidade de preservação da soberania da Rússia (Sakwa, 2008a, p.21-24).

Já a VR da URSS adotou, em julho de 1990, uma declaração de soberania estatal. Apesar de não significar uma ruptura secessionista definitiva em relação à União Soviética – o documento, inclusive, afirma que seus princípios seriam utilizados para a produção de um novo acordo de união com outras repúblicas –, a URSS definiu-se como um “Estado nacional soberano” em seu território, com base no exercício da autodeterminação da nação ucraniana (URSS, 1990). Declarou-se a garantia do “renascimento nacional-cultural do povo ucraniano, sua consciência histórica e tradições”, bem como do “funcionamento da língua ucraniana em todas as esferas da vida social” (URSS, 1990. Tradução nossa). Ao mesmo tempo, todos os cidadãos da URSS de todas as nacionalidades foram definidos como componentes do povo da Ucrânia. Nesse sentido, declarou-se a garantia de igualdade de todos os cidadãos da Ucrânia independentemente de sua ascendência, etnia e língua (URSS, 1990).

No que tange à política externa e de segurança, vale mencionar a definição da

“independência e igualdade” da URSS na condução de relações exteriores, inclusive no sentido de estabelecer relações diretamente com outros países (URSS, 1990). A URSS, ademais, declarou o direito de ter suas próprias forças armadas. Por fim, cabe ressaltar o fato de a URSS ter afirmado sua intenção de tornar-se um Estado permanentemente neutro – isto é, fora de alianças militares – comprometido com os princípios de não aceitar, não produzir e não adquirir armas nucleares (URSS, 1990). Vale ressaltar, nesse sentido, que até meados de 1991, a opção pela independência, embora forte na oposição e no oeste da Ucrânia, ainda não predominava na sociedade e na classe política da Ucrânia como um todo.<sup>19</sup> Os comunistas ainda eram maioria no parlamento e posicionavam-se a favor de uma maior autonomia para a Ucrânia dentro de uma reformada união estatal com outras repúblicas soviéticas (Plokhyy, 2015, p.317-318).

O ponto de inflexão para a independência da Ucrânia, no sentido de elevar o apoio interno a tal objetivo, e sua efetiva separação da Rússia ocorreu em agosto de 1991. Naquele mês, encaminhava-se a assinatura de um novo acordo de união entre ex-repúblicas soviéticas, fruto das negociações envolvendo Gorbachev. Conforme o projeto surgido de tais negociações, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas daria lugar à União dos Estados Soberanos (Zygar', 2023, p.148). O Tratado da União traria maior autonomia política para as repúblicas participantes e continha mecanismos que facilitavam o direito de secessão. O acordo estava previsto para ser assinado em 20 de agosto de 1991, inicialmente, pelas repúblicas da Rússia, Belarus, Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão (Segrillo, 2014, p.59-63). A Ucrânia relutava assinar um acordo de tal tipo. A liderança ucraniana, sob Kravchuk, buscava um arranjo ainda mais frouxo, uma espécie de confederação, na qual as repúblicas participantes, como a Ucrânia, teriam ampla autonomia e limitariam os poderes do centro (Plokhyy, 2015, p.317-318; Solchanyk, 2001, p.38-49).

Em 19 de agosto de 1991, às vésperas da planejada assinatura do novo Tratado da União, oficiais representantes de setores conservadores da elite soviética, sob liderança de dirigentes de órgãos de segurança e ministros de governo, articularam uma tentativa de golpe de Estado contra Gorbachev. Apesar de reconhecerem a necessidade de reformas e não repudiarem plenamente as intenções de Gorbachev nesse sentido, os golpistas não aceitavam a desintegração do Estado soviético. Assim, o golpe, de caráter conservador, visava primariamente manter a unidade da União Soviética, tendo em vista possíveis tendências

---

<sup>19</sup> Em março de 1991, um referendo organizado na URSS com taxa de comparecimento de 83,5% resultou em 81,7% de votos favoráveis à permanência da Ucrânia em uma união reformada, com base na declaração de soberania de 1990. Nas províncias de Lviv, Ternopil e Ivano-Frankivsk, as três *oblasti* componentes da Galícia, uma questão paralela resultou em 88,3% de votos favoráveis à independência.

desintegracionistas associadas ao novo acordo federativo. O golpe, contudo, acabou sendo derrotado graças a fatores como a oposição de Ieltsin e seus apoiadores na Rússia; a ausência de coesão interna e de extenso apoio na sociedade e nas forças armadas; a falta de um programa político definido; e a indecisão sobre o uso da força por parte dos golpistas (Sakwa, 2008a, p.25-28; Segrillo, 2014, p.59-67, 79-80). Segundo Kravchuk, o general Valentin Varennikov, um dos participantes da tentativa de golpe, ameaçou invadir a Ucrânia caso esta última não obedecesse à autoridade do grupo golpista (D'Anieri, 2023, p.48).

Ieltsin aproveitou-se do descrédito e do enfraquecimento do centro soviético no contexto da tentativa de golpe e da derrota desta última para suprimir o KPSS e efetivamente fazer a Rússia tomar controle de parte significativa do Estado central soviético. Por exemplo, Ieltsin promoveu a suspensão e, posteriormente, a proibição do KPSS no território da Rússia, além de transferir seus ativos para o controle do Estado russo. Ademais, no âmbito das disputas com Gorbachev, ocorreram nomeações de simpatizantes de Ieltsin e oficiais da RSFSR para cargos do Estado central (Plokyh, 2015, p.318-319; Sakwa, 2008a, p.28-30; Segrillo, 2014, p.68, 82-83; Solchanyk, 2001, p.55-56).

Tal processo de tomada de instituições centrais por parte da Rússia causou desconfianças e insegurança em outras repúblicas e teve como consequência diminuir o interesse, incluindo no caso da Ucrânia, por um novo acordo de união (D'Anieri, 2023, p.34; Plokyh, 2015, p.318-319; Sakwa, 2008a, p.32-33; Solchanyk, 2001, p.55-60). Após a fracassada tentativa de golpe e suas consequências, várias repúblicas soviéticas realizaram ou confirmaram suas declarações de independência. O Soviete Supremo, por sua vez, declarou a suspensão da legalidade do KPSS, sob acusações de apoio ao golpe (Segrillo, 2014, p.80-81). Como posto por Sakwa (2008, p.9), portanto, a tentativa de resguardar a existência da União Soviética na forma da tentativa de golpe acabou por contribuir para precipitar a própria desintegração do Estado soviético.

Em 24 de agosto de 1991, a VR declarou a independência da Ucrânia, em documento que fazia referência ao que foi descrito como o “perigo mortal” à Ucrânia representado pela tentativa de golpe ocorrida dias antes (URSR, 1991). Cabe ressaltar que a independência foi apoiada por esmagadora maioria no parlamento ucraniano: 346 deputados posicionaram-se em favor da declaração de independência, enquanto que cinco se abstiveram e somente dois foram contrários. Além da oposição, tanto a fração soberanista do KPU-URSR, quanto setores mais conservadores do partido – insatisfeitos com a percepção de traição de Moscou e sentindo-se ameaçados pelos tons anticomunistas da atuação de Ieltsin – endossaram o

estabelecimento da Ucrânia independente. Dias depois, a própria VR proscreevou o KPU-URSR (Kuzio, 2015a, p.45-46; Plokyh, 2015, p.319-320).

Em 1 de dezembro de 1991, em conjunto com a eleição que elegeu Leonid Kravchuk como primeiro presidente da Ucrânia (61,59% dos votos diante de 23,27% do opositor Viacheslav Chornovil, vencedor nas três províncias da Galícia), foi realizado o referendo de independência na Ucrânia. Já a independência da Ucrânia foi apoiada quase unanimemente, com 90,32% dos votos e uma taxa de comparecimento de 84,18%. Nesse sentido, cabe destacar que a independência teve elevados percentuais de apoio, também, no leste e no sul da Ucrânia, regiões com forte presença de russos étnicos e onde a sovietação cultural e a russificação linguística haviam atingido maior alcance historicamente. Por exemplo, as *oblasti* de Donetsk e Luhansk registraram, respectivamente, 83,9% e 83,86% de apoio à independência da Ucrânia. Embora com taxa de comparecimento muito menor do que a nacional, na *oblast'* da Crimeia, onde os russos étnicos eram uma maioria de 67%, o estabelecimento da Ucrânia independente foi apoiado por 54,19% dos eleitores. Na cidade de Sevastopol, 57,07% dos eleitores votaram a favor da independência da Ucrânia (ver mapas 9 e 10).

A independência da Ucrânia e o fim de sua união com a Rússia foram selados dias depois, nas negociações entre os líderes de Rússia, Ucrânia e Belarus realizadas na região da floresta de Belavezha, no território de Belarus. Durante as negociações, Ieltsin tentou convencer Kravchuk a recuar e assinar um novo acordo de união. O presidente da Rússia, bem como Gorbachev, consideravam a inclusão da Ucrânia um fator decisivo para o sucesso de tal projeto, mesmo antes dos eventos de dezembro de 1991. A rejeição do governo ucraniano, contudo, selou o abandono de tal iniciativa (Kappeler, 2018, p.237; Plokyh, 2015, p.321-322; Sakwa, 2008a, p.33; Solchanyk 2001, p.46-49, 62-65). Já no período que antecedeu de maneira mais próxima as negociações de Belavezha, a liderança ucraniana rejeitava algum tipo de união com órgãos de governo centrais. De corte confederativo, a abordagem ucraniana para uma possível nova associação de repúblicas favorecia um arranjo mais descentralizado, que envolvesse mecanismos de coordenação entre os membros (Sakwa, 2008a, p.32-34; Solchanyk, 2001, p.44-49).

As negociações em Belarus resultaram no chamado Acordo de Belavezha, assinado pelas lideranças de Rússia, Ucrânia e Belarus, e que é considerado o documento que pôs fim definitivo à existência do Estado soviético. O acordo afirmou constatar que “a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, enquanto ator do direito internacional e realidade

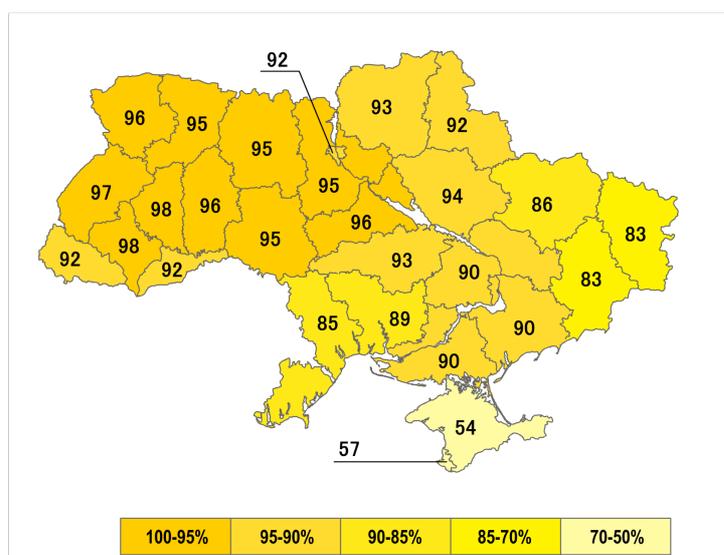
geopolítica, deixa de existir” (RSFSR, 1991. Tradução nossa).

**Mapa 9 – A Ucrânia e suas principais subunidades administrativas (*oblasti*, República Autônoma da Crimeia e cidades de Kiev e Sevastopol)**



Fonte: elaboração própria a partir de NordNordWest (2008).

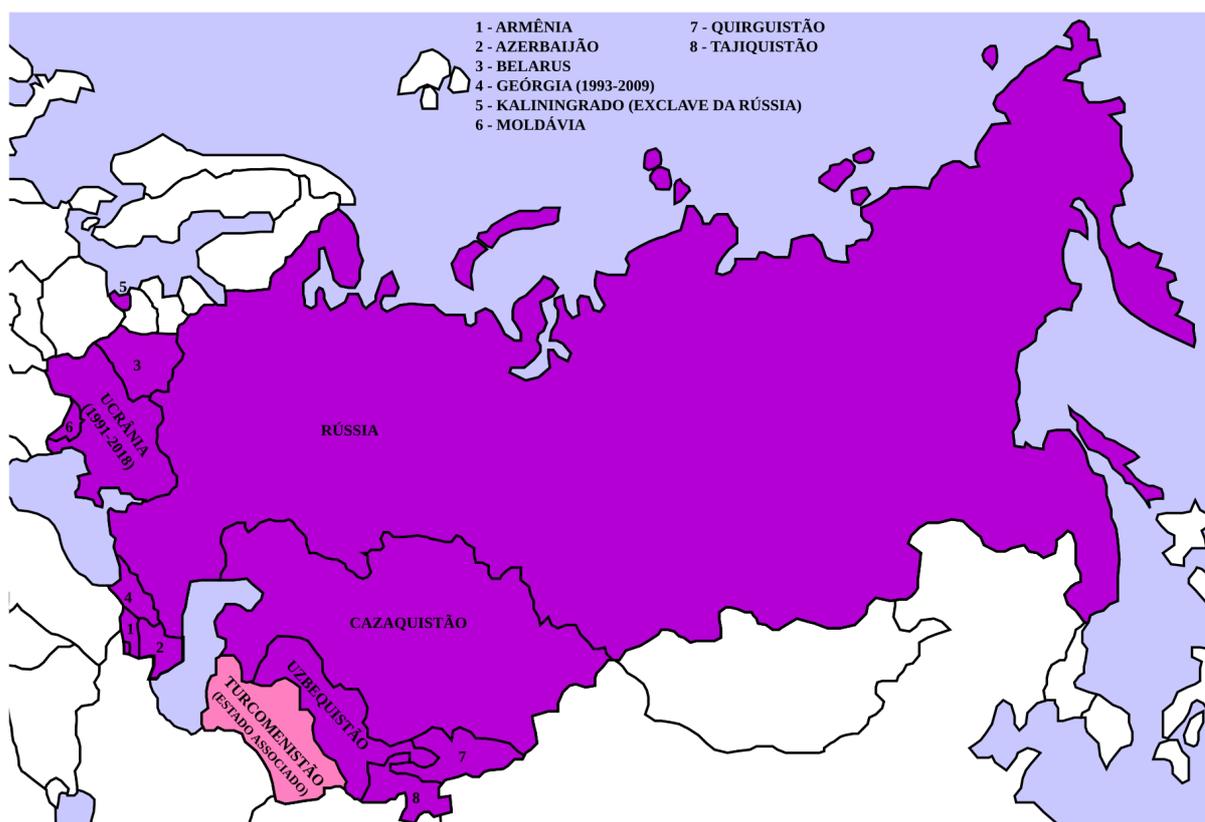
**Mapa 10 – Percentual de votos a favor da independência da Ucrânia por região no referendo de independência de 1991**



Fonte: Alex K (2011).

Paralelamente, o acordo declarou a fundação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), organização de integração e cooperação que congregaria diversas ex-república soviéticas (mapa 11).

**Mapa 11 – Os Estados-membro da CEI ao longo de sua história**



Fonte: elaboração própria a partir de Aris Katsaris (2009).

Ademais, o Acordo de Belavezha, em linha com a clássica linguagem da diplomacia moderna, estipulou que os países assinantes desenvolveriam suas relações em conformidade com os princípios de igualdade soberana, resolução pacífica de controvérsias e não interferência em assuntos internos. Além disso, o documento falou no compromisso com o respeito aos direitos humanos, às minorias étnicas e à integridade territorial dos Estados assinantes (RSFSR, 1991). Por insistência da Ucrânia, os compromissos estabelecidos no âmbito da CEI não tiveram caráter juridicamente vinculante (D'Anieri, 2023, p.36). Em 21 de dezembro de 1991, os governos das ex-república soviéticas, à exceção dos de Geórgia, Estônia, Letônia e Lituânia, assinaram oficialmente, no Cazaquistão, a criação da CEI. Em 26

de dezembro, o parlamento soviético aprovou o tratado da CEI e declarou oficialmente a dissolução da União Soviética (Segrillo, 2014, p.81-82). Dessa maneira, iniciava-se uma nova página na história das relações entre Rússia e Ucrânia, que passaram a ser países independentes após um longo período de união em diversas comunidades políticas estatais com diferentes configurações territoriais.

### 3.5. Conclusões parciais

O advento da União Soviética trouxe radicais transformações, em comparação com o período tsarista, nas relações entre o centro de poder estatal em Moscou e a Ucrânia. Como visto ao longo do presente capítulo, a liderança bolchevique, ainda durante o período de guerra civil e revolução que precedeu o estabelecimento oficial do Estado soviético, demonstrava, em diversos sentidos, políticas e propostas mais permissivas quanto à questão nacional ucraniana. Então, e em diversos outros períodos da história da União Soviética, políticas e propostas relacionadas à configuração estatal, às relações Estado-sociedade e à composição da elite política ucraniana foram adotadas pelas lideranças bolcheviques com vistas a elevar a adesão da elite e da população ucranianas ao projeto socialista soviético.

Por exemplo, com vistas a facilitar as relações com as massas ucranianas, os bolcheviques passaram a utilizar a língua ucraniana e adiaram planos para a coletivização de terras. Além disso, quadros socialistas ucranianos foram incorporados de modo a se estabelecer uma elite ucranianófona local alinhada ao projeto soviético. Por fim, deve-se destacar o fato de a Ucrânia ter assumido, na forma da URSS, um status político de igualdade com a Rússia no âmbito do Estado federal soviético criado em 1922. Essa abordagem teve continuidades na época da *korenizatsiia*, que teve significativos impactos em termos da difusão da identidade nacional ucraniana e do fortalecimento do elemento étnico ucraniano na elite comunista da URSS. Em certa medida, políticas nesse sentido também foram adotadas pelo governo soviético nos territórios incorporados à URSS durante a Segunda Guerra Mundial – incorporações, inclusive, descritas no discurso oficial soviético como uma unificação do povo ucraniano sob a égide do socialismo soviético.

Por outro lado, as políticas de promoção da autonomia e da identidade da Ucrânia tiveram limitações que expressavam as tensões no federalismo e na política de nacionalidades da União Soviética. Dada a busca da liderança soviética pela preservação de um Estado unido centralizado, e tendo em vista a importância geopolítica e econômica da Ucrânia, a autonomia

da URSS subordinava-se, em última instância, às diretrizes partidárias e governamentais centrais. A partir do final da década de 1920, sob Stalin, houve um alto grau de reversão da *korenizatsiia* na URSS, acompanhada de uma maior percepção de que os nacionalismos não russos poderiam representar uma ameaça à integridade do Estado soviético. Nesse contexto, intelectuais e políticos ucranianos passaram a ser alvo de medidas repressivas. No contexto da fome da década de 1930, Stalin promoveu uma intensa transformação na elite política da URSS de modo a forjar setores governantes considerados mais leais ao projeto soviético dirigido desde Moscou. Com vistas a diminuir o potencial de resistência à autoridade soviética nos territórios incorporados à União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial, medidas de caráter repressivo também foram adotadas em tais regiões, como deportações de acusados de nacionalismo ucraniano e a fusão das UHKTs às RPTs. Por fim, cabe mencionar o sufocamento do movimento nacionalista armado ucraniano por meio da força militar soviética.

As oscilações nas relações entre o centro soviético e a Ucrânia tiveram continuidade após a morte de Stalin. Sob Khrushchev, observou-se uma maior autonomia da elite comunista ucraniana na administração da URSS, bem como um certo resgate da abordagem da *korenizatsiia*. Em meio a uma relativa liberalização política, também houve maior espaço para discussões sobre a autonomia da Ucrânia, como ilustrado pela liderança de Petro Shelest no KPU-URSS. Vale ressaltar, ademais, o crescimento da presença de quadros originários da Ucrânia na gestão do Estado central soviético, fenômeno que perdurou até o fim da era Brezhnev. No período Brezhnev, por outro lado, ocorreram tendências de centralização político-administrativa na União Soviética, acompanhadas de um recrudescimento do autoritarismo que se traduziu em variadas formas de repressão a membros da elite comunista ucraniana e a intelectuais e dissidentes ucranianos. Ilustrando a permanência de dissensos intraucranianos sobre a questão das relações que a Ucrânia deveria estabelecer com o centro político baseado na Rússia, uma corrente mais russófila e leal a Moscou no KPU-URSS, representada primariamente por Volodymyr Shcherbytsky, ascendeu politicamente.

Sob Gorbachev no poder, iniciativas reformistas adotadas na União Soviética tiveram cruciais impactos nas relações entre Moscou e Kiev, que vieram a se desdobrar na própria independência da Rússia e da Ucrânia. A ascensão de uma nova base de poder associada a Gorbachev intensificou o declínio da presença de políticos da Ucrânia no aparato partidário e governamental central da União Soviética. Eventos como a gestão da catástrofe de Chernobyl e as reformas de Gorbachev estimularam debates e questionamentos, intensificados pelo

contexto da *glasnost*, sobre a experiência e o status da Ucrânia no Estado soviético. Nas negociações sobre um novo tratado de união entre repúblicas soviéticas, que atribuiriam maior autonomia política a estas últimas, a liderança da Ucrânia tendia a favorecer o estabelecimento de uma confederação altamente descentralizada. A opção pela independência, antes mais concentrada em setores da intelectualidade e em redutos regionais do nacionalismo ucraniano, expandiu-se com a tentativa de golpe de 1991 e os esforços de Ieltsin pela tomada de instituições centrais soviéticas, pois tais ações punham em questão a capacidade de a Ucrânia alcançar o grau de soberania que sua elite almejava. Vale ressaltar que, ao longo desse processo, tanto Gorbachev quanto Ieltsin, embora rivais políticos, viam a participação da Ucrânia como um fator determinante para a viabilidade de uma nova união estatal que agregasse repúblicas soviéticas.

Em suma, portanto, como mostrado ao longo deste capítulo, o regime socialista soviético centrado em Moscou buscou estabelecer e preservar sua autoridade na Ucrânia por um misto de políticas de cooptação e políticas repressivas em questões relacionadas à configuração do Estado, às relações Estado-sociedade e às relações com a elite política ucraniana. No caso das políticas de cooptação, são notáveis as diferenças entre os regimes tsarista e soviético, uma vez que este último, seja por conta de suas concepções ideológicas ou pelo pragmatismo político, mostrou-se muito mais aberto à acomodação da autonomia política da Ucrânia e da identidade nacional ucraniana. A adesão dos ucranianos ao projeto soviético, contudo, nem sempre foi algo garantido. A própria opção pela independência da Ucrânia em 1991, como visto, decorreu, em grande parte, da incapacidade da liderança central soviética e da liderança russa em oferecerem uma opção de compartilhamento de poder considerada atrativa pela liderança ucraniana. Por fim, cabe mencionar que, à semelhança da época do Império Russo, o controle político direto de Moscou sobre o território da Ucrânia também permitiu que a União Soviética pudesse manipular de maneira mais direta a composição da elite política da Ucrânia, bem como adotar medidas repressivas mais fortes para coibir resistências e oposição à autoridade soviética na Ucrânia.

#### **4 MOLDANDO A UCRÂNIA INDEPENDENTE: ENTRE O MINIMALISMO DE IELTSIN E O EXPANSIONISMO NA ELITE POLÍTICA RUSSA (1991-1999)**

O surgimento da Ucrânia independente com o fim da União Soviética lançou um dos grandes temas da política russa contemporânea. Como visto nos capítulos anteriores, a Ucrânia ocupava um lugar crucial no imaginário imperial e nacional russo, centrado nas narrativas históricas sobre a Rus' e a unidade entre russos, ucranianos e bielorrussos. Vale reiterar, nesse sentido, que grande parte da população da Ucrânia era largamente russificada cultural e linguisticamente ou se identificava como etnicamente russa. Ademais, a Ucrânia, desde o período tsarista, teve enorme relevância econômica para o centro imperial russo e soviético por conta de seu potencial agrícola, industrial e de acesso aos mares mundiais. Por fim, vale mencionar a dimensão estratégica, dada a amplitude populacional e territorial da Ucrânia e as possibilidades de projeção de poder naval a partir de sua costa.

Diante desses fatores, três questões centrais se colocavam na elite política russa: uma vez que Moscou já não poderia mais exercer controle administrativo direto sobre a Ucrânia, como a Rússia pós-soviética deveria se relacionar com a Ucrânia independente? Como garantir que a Ucrânia se desenvolvesse de uma maneira consonante com os interesses russos? Qual papel as relações com atores da elite e da sociedade ucranianas, bem como a configuração do Estado e as relações Estado-sociedade na Ucrânia, teriam nesse sentido

Dirigindo-se ao período principal de análise desta tese, o presente capítulo aborda em maior detalhe como tais questões foram tratadas na Rússia e como se desenvolveu a política de Moscou para a Ucrânia no período Ieltsin, evidenciando as distinções entre a política do governo russo e aquela defendida por relevantes atores da elite política e intelectual russa. De um lado, Ieltsin mostrava uma postura mais minimalista, que buscava preservar a Ucrânia na esfera de influência russa sem iniciativas robustas de interferência na política doméstica ucraniana. Do outro, destacados políticos e pensadores russos, em nome do mesmo fim de preservação da Ucrânia na esfera de influência de Moscou, defendiam esforços mais ambiciosos de interferência na conformação do Estado ucraniano e articulação com setores da sociedade do país. Nas circunstâncias dos anos 1990, contudo, prevaleceu, como se demonstrará ao longo do capítulo, a abordagem de Ieltsin.

##### **4.1 A política russa e a questão da Ucrânia nos anos 1990: contextualização**

No início dos anos 1990, a política externa russa foi marcada por esforços de aproximação e alinhamento às potências ocidentais, em uma época na qual havia expectativas de que estas últimas auxiliariam fortemente a transição da Rússia para uma democracia liberal capitalista. Nesse contexto, o período 1992-1993 foi marcado pela ideia de que a aproximação ao Ocidente deveria ter prioridade em relação ao envolvimento no espaço pós-soviético. Nos termos de Andrei Tsygankov, a corrente Ocidentalista do pensamento de política externa russo, caracterizada pela inspiração no Ocidente como modelo de desenvolvimento e de orientação externa da Rússia, predominou no governo Ieltsin em tal período. Simbolizada pelo ministro de relações exteriores, Andrei Kozyrev (1991-1996), essa orientação de política externa tinha apoio de ex-membros do aparato partidário comunista, interessados em consolidar-se como capitalistas na nova ordem (Tsygankov, 2022a).

Entretanto, essa orientação logo foi substituída. Os efeitos sociais negativos das políticas de transição para o capitalismo, incluindo um enorme decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB), tiveram como consequência o fortalecimento de críticas ao liberalismo e às políticas de Ieltsin como um todo na Rússia (Shevtsova, 1999, p.4; Segrillo, 2014, p.235; Tsygankov, 2022a). Nesse contexto, ganhou força, na Rússia, a corrente de pensamento de política externa historicamente mais influente no país, a Estadista. Essa vertente, que acentua o poder e a soberania da Rússia enquanto grande potência independente, era mais difundida não só na população como um todo, como também no âmbito da elite russa. O pensamento Estadista era particularmente presente nos setores industriais, na burocracia, nas forças armadas e em órgãos de segurança (Tsygankov, 2022a).

A nova abordagem de política externa, consolidada definitivamente com a nomeação de Evgenii Primakov como ministro de relações exteriores (1996-1998), enfatizava o status de grande potência independente da Rússia, apesar de ainda considerar uma parceria equitativa com o Ocidente. Fatores como a expansão da OTAN e suas intervenções nas guerras de desintegração da Iugoslávia; o desapontamento social com os resultados da reformas capitalistas liberais associadas à política Ocidentalista; a percepção de marginalização frente às potências ocidentais; e as pressões de setores na elite política russa influenciaram tal mudança na abordagem do governo Ieltsin (Sakwa, 2008a, p.368-372; Stent, 2015; Tsygankov, 2019, 2022). Nesse contexto, consolidou-se como uma característica perene da política externa russa ao longo de todo o Pós-Guerra Fria a promoção da integração regional no espaço pós-soviético e a busca pela manutenção e reconhecimento dessa região como uma esfera de influência russa (à exceção dos países do Báltico) (Allison, 2013a; Sakwa, 2008a,

p.368-372; Tsygankov, 2022a; Zagorskii, 2017).

No âmbito dos debates sobre a política externa russa, as relações com atores da elite e da sociedade em países do espaço pós-soviético, em particular no caso de russófonos e de minorias étnicas russas, eram um objeto de particular atenção. Para setores substanciais da elite política e da sociedade russas, a Rússia deveria ser uma defensora de tais segmentos sociais (Sakwa, 2008a, p.368-369). Diversos relatórios do SVOP colocavam entre os interesses regionais de Moscou, além da primazia geopolítica regional, a garantia de direitos das minorias étnicas russas nos países que outrora compunham a União Soviética (Strategiia ..., 1992, p.13; Strategiia ..., 1994, p.9; Vozrodit'sia ..., 1996, p.12-13; Strategiia ..., 1998, p.19). Sugeria-se, nesse sentido, a possibilidade de uso da força para se contrapor a violações dos direitos humanos de russófonos (e outras minorias) fora da Rússia (Strategiia ..., 1992, p.13; Vozrodit'sia ..., 1996, p.12). O relatório “Estratégia para a Rússia” do SVOP, na versão de 1994, propunha que a Rússia não poderia garantir a sobrevivência de regimes que violassem os direitos de minorias, entre as quais a russa (STRATEGIIA ..., 1994, p.9-10).

Tal fator, por sua vez, não era dissociado da questão da influência russa. Por exemplo, a versão de 1992 do “Estratégia para a Rússia” do SVOP afirma que o surgimento de uma diáspora russa (ou russófona) ocasionado pela desintegração da União Soviética constituía “trunfos políticos, econômicos e sociais de significativo poder potencial” (Strategiia ..., 1992, p.13. Tradução nossa). Além disso, documentos do SVOP recomendavam que o governo russo atuasse pela formação e fortalecimento, em países vizinhos, de grupos e estruturas sociais e econômicos que defendessem políticas que não contradissem os interesses da Rússia (Strategiia ..., 1992, p.12; Vozrodit'sia ..., 1996, p.22).

Formulações similares encontraram expressão em documentos do governo Ieltsin, apesar de, como posto por Sakwa (2008, p.215. Tradução nossa), Ieltsin não ter se comportado como um “militante defensor dos russos no exterior”. Em 1993, foi oficializada a primeira versão do Conceito de Política Externa (CPE), principal documento de política externa da Rússia. O CPE de 1993 definiu a garantia dos direitos dos russos étnicos, cidadãos da Rússia e russófonos do “exterior próximo” (*blizhnee zarubezh'e*) como um dos principais objetivos de política externa da Rússia. No âmbito geopolítico, a aspiração por uma esfera de influência no espaço pós-soviético foi ilustrada pelo declarado intento de evitar o fortalecimento da presença “político-militar” de outros Estados em países vizinhos da Rússia, bem como pelo reconhecimento da possibilidade de uma competição por influência com os Estados Unidos (Rússia, 1993a).

Posteriormente, em 1995, o governo russo, em documento referente à política de Moscou para a CEI e seus países-membro, declarou que “no território da CEI estão concentrados nossos principais interesses vitais na área da economia, da defesa e da segurança” (Rússia, 1995a. Tradução nossa). Nesse sentido, Moscou declarou como um dos seus objetivos a consolidação do status da Rússia como uma “força de liderança” no espaço pós-soviético, buscando, ademais, o reconhecimento internacional da região como uma zona de interesses da Rússia (Rússia, 1995b). O governo Ieltsin também declarou, entre seus objetivos, garantir os direitos e liberdades de minorias no espaço pós-soviético, mencionando, nesse sentido, que a Rússia condicionaria a cooperação com outros países da CEI ao respeito aos direitos e interesses de cidadãos russos em tais países (Rússia, 1995b).

Diante desses fatores, afirmou-se uma dinâmica de embate entre os interesses da Rússia por uma esfera de influência no espaço pós-soviético e o desejo da elite política da Ucrânia pela preservação da soberania e da independência do país, o que levou a periódicos atritos entre Moscou e Kiev ao longo do Pós-Guerra Fria (D’Anieri, 2023; Solchanyk, 2001). Nesse sentido, a Ucrânia inquietava-se com as reivindicações de Moscou sobre os direitos dos “concidadãos” russos no exterior, reivindicações essas que, por vezes, eram acompanhadas de promessas de apoio não especificadas (Solchanyk, 2001, p.59).

Cabe mencionar que havia, na elite política e na intelectualidade russas, visões de caráter mais expansionista sobre tais temas. Nos anos 1990, políticos, partidos e outras organizações políticas de orientação nacionalista e/ou nostálgica do período soviético, com atuação tanto no parlamento quanto nas ruas, ganharam força na Rússia em oposição a Ieltsin (Sakwa, 2008a, p.46-50; Segrillo, 2014, p.149; Shevtsova, 1999, p.34-35). Entre esses grupos, no campo partidário-parlamentar, cabe mencionar o Partido Comunista da Federação Russa (*Kommunisticheskaia partiia Rossiiskoi Federatsii*, KPRF) e o Partido Liberal Democrata da Rússia (*Liberal’no-demokraticheskaia partiia Rossii*, LDPR). O KPRF reivindicava-se como sucessor do KPSS. Além de tornar-se o principal partido de oposição a Ieltsin, o KPRF afirmou-se como o maior partido político da Rússia nos anos 1990 em termos de quantidade de membros. Apesar das reivindicadas ligações com o KPSS e do declarado apoio ao socialismo em longo prazo, o KPRF não repudiava totalmente a economia de mercado e caracterizava-se ideologicamente por um forte elemento nacionalista e imperial. Já o LDPR, na contramão de sua autodenominação de “liberal-democrata”, também tinha uma orientação fortemente nacionalista e imperial, que defendia a restauração da União Soviética. O partido centrava-se na figura de seu líder, Vladimir Zhirinovskiy, que, entre outros posicionamentos,

defendia a restauração territorial do Império Russo.<sup>20</sup> Com o tempo, por outro lado, o LDPR moderou sua atuação oposicionista, passando a ser frequentemente um apoiador do governo no parlamento (Sakwa, 2008a, p.135-136, 146-147, 172, 221; Segrillo, 2014, p.103-111, 146-151).

Durante a era Ieltsin, o KPRF e o LDPR tiveram desempenhos significativos nas eleições para a Duma Estatal – a câmara baixa do parlamento russo a partir de 1993 - realizadas em 1993, 1995 e 1999. Na sequência da eleição de 1993, o LDPR e o KPRF foram, respectivamente, os partidos com a segunda e terceira maiores bancadas na câmara baixa da Duma. Suas bancadas superavam, em conjunto, a bancada do governista Escolha da Rússia. Já em 1995, o KPRF foi o partido mais votado, formando uma bancada equivalente a quase três vezes a do governista Nossa Casa é a Rússia (*Nash dom – Rossiia*, NDR). O LDPR, por sua vez, formou uma bancada de tamanho quase igual ao da bancada do NDR. Por fim, na eleição parlamentar de 1999, a última da era Ieltsin, o KPRF manteve-se como o partido mais votado e de maior bancada, embora o LDPR (na forma do Bloco de Zhirinovsky) tenha decaído agudamente. Tais desempenhos eleitorais do KPRF e do LDPR sinalizavam o significativo apelo da agenda imperial restauracionista e nacionalista na política e na sociedade russas (Sakwa, 2008a, p.215-216, 221).

Nesse contexto, a prevalência da abordagem de Ieltsin devia-se, em larga medida, à estrutura do sistema político resultante da confrontação de 1992-1993 entre o presidente e o parlamento russos. Vencido por Ieltsin, esse embate desdobrou-se na aprovação de uma constituição em 1993, vigente – com modificações – até a atualidade. Esse sistema político caracterizou-se por uma figura presidencial com extensos poderes, inclusive no que tange ao controle sobre a política externa, o que colocava Ieltsin em uma posição mais favorável na condução da política externa russa em comparação com seus opositores e críticos no parlamento (formado, além da Duma Estatal, pelo Conselho da Federação, na função de câmara alta) (Sakwa, 2008a, p.67-68, 373-374).<sup>21</sup>

20 Tendo em vista os posicionamentos políticos de Zhirinovsky, Segrillo (2014, p.103) classifica o líder do LDPR, falecido em abril de 2022, como um neofascista e chauvinista russo.

21 Uma exposição detalhada sobre a confrontação de 1992-1993 entre Ieltsin e o parlamento fogem ao escopo deste trabalho, cabendo trazer, de maneira resumida, seus traços principais. No início da transição russa, o Conselho Supremo (antecessor da Duma) apoiou o intento reformista de Ieltsin, conferindo-lhe uma série de fortes prerrogativas temporalmente limitadas, que incluíam o uso de decretos presidenciais que poderiam, em alguns casos, ignorar o parlamento e até mesmo contradizer e suplantar leis existentes (Sakwa, 2008a, p.41-45; Segrillo, 2014, p.98; Shevtsova, 1999, p.20-22). Entretanto, diante das insatisfações com os rumos da Rússia sob Ieltsin, setores do legislativo russo, liderados por Ruslan Khasbulatov, presidente do Conselho Supremo, buscaram restringir os poderes presidenciais. Em reação às ações do parlamento, Ieltsin, em setembro de 1993, decretou a dissolução do parlamento russo. No início de outubro de 1993, o conflito culminou em um levante contra Ieltsin liderado pelo vice-presidente Aleksandr Rutskoi e por Khasbulatov. Contando com apoio das forças armadas, Ieltsin foi capaz de sufocar o movimento de oposicionistas, em um

No imaginário nacionalista e imperial russo, a Ucrânia ocupava um lugar de destaque (Sakwa, 2008a, p.212-214). Nesse sentido, vale trazer as palavras do historiador ucraniano Heorhii Kasianov:

As elites russas têm dificuldade em constituir a Ucrânia e os ucranianos como um ‘Outro’ fundamentalmente diferente. O desejo dos ucranianos por uma identidade cultural e pela sua afirmação como nação fora do ‘mundo russo’, especialmente se isso for acompanhado da partida para outro espaço cultural-civilizacional (o ‘Ocidente’), causa uma ‘dissonância cognitiva’, irritação e rejeição na Rússia. A autodeterminação estatal da Ucrânia é vista como um mal-entendido e uma piada de mau gosto da História. Em sua variante mais radical, também é promovida a tese da artificialidade e da não naturalidade do Estado ucraniano. [...] Nesse sentido, a ausência de continuidade do Estado ucraniano na história é percebida como uma evidência da inferioridade civilizacional da Ucrânia. A presença de terras ucranianas étnicas no âmbito do Estado russo é percebida como um dado. Além disso, as pretensões dos ucranianos por uma independência cultural e estatal são tradicionalmente vistas como consequência de uma intriga de forças externas, seja a partir do final do século XVIII, seja a partir da metade do século XIX: pode-se ver uma sucessiva mudança das intrigas ‘polonesa’, ‘austriaca’ e ‘alemã’. Atualmente, seu lugar foi tomado pelas intrigas ‘americana’, da ‘UE’ ou, em geral do ‘Ocidente’” (Kasianov, 2019a, p.240. Tradução nossa).

Uma das principais queixas dos opositores de Ieltsin nos campos da esquerda e da extrema-direita russas no início dos anos 1990 era exatamente a de que o presidente russo havia deixado a Ucrânia se separar (D’Anieri, 2023, p.311). O próprio Ieltsin afirmava publicamente ser difícil aceitar a ideia de que os ucranianos constituíam um povo separado dos russos, um sentimento que era amplamente presente na sociedade russa como um todo (Solchanyk, 2001, p.17). Da esquerda à direita, de liberais a nacionalistas imperiais no espectro político e intelectual russo, relevantes personalidades questionavam a legitimidade histórica da independência da Ucrânia e de suas fronteiras – em alguns casos, chegando até mesmo a vislumbrar algum novo tipo de união estatal com a Rússia (D’Anieri, 2023, p.10-11; Solchanyk, 2001, p.15-19).

Uma série de exemplos ilustra tal fenômeno. Em um famoso texto publicado em 1990, Aleksandr Solzhenitsyn, nacionalista russo e dissidente anticomunista da época soviética que ganhou o Prêmio Nobel de literatura em 1970, defendeu, invocando a narrativa histórica da Rus’ medieval, que a Ucrânia, ao lado de Belarus e de partes do Cazaquistão, deveria manter-se em união com a Rússia após uma (então, ainda hipotética) desintegração da União Soviética (Solzhenitsyn, 1995, p.538-546). Gennady Ziuganov, líder do KPRF e

---

embate marcado pelas famosas cenas de bombardeio ao prédio do parlamento russo, e avançar sua visão sobre a organização política da Rússia (Sakwa, 2008a, p.45-53; Segrillo, 2014, p.98-102).

principal oponente de Ieltsin na disputada eleição presidencial de 1996, defendia que a Rússia deveria ter como objetivo de longo prazo uma “reunificação” com Ucrânia e Belarus (Solchanyk, 2001, p.17-18). Nos anos 1990, um dos principais liberais da Rússia e ministro da energia de Ieltsin (1997-1998), Boris Nemtsov,<sup>22</sup> questionava a legitimidade do pertencimento de Sevastopol à Ucrânia (D’Anieri, 2023, p.11).

Fossem os interesses russos quanto à Ucrânia concebidos de maneira mais moderada ou expansionista, pode-se dizer que a sociedade ucraniana continha, pelo menos em tese, potenciais aliados de Moscou. Conforme o censo soviético de 1989, havia 11,4 milhões de autodeclarados russos étnicos no território da URSS, correspondentes a cerca de 22% da população (os ucranianos étnicos constituíam 72,2%). Pouco mais de uma década depois, o censo ucraniano de 2001 demonstrou que, apesar de em proporção decrescente, os russos étnicos continuavam uma expressiva parcela da população da Ucrânia, perfazendo 8,3 milhões de indivíduos (17,3% da população, diante de 77,8% de ucranianos étnicos). A população russa étnica na Ucrânia concentrava-se no sul e no leste do país (mapa 12).

Além da questão étnica, havia a linguística. Russo e ucraniano são línguas relativamente similares e a Ucrânia é, *de facto*, um país bilíngue. A maioria dos ucranianos étnicos é fluente em russo, enquanto que os russos étnicos do país, também em sua maioria, compreendem o ucraniano. Para muitas pessoas, contudo, o russo, independentemente da identificação étnica, tem sido a língua de preferência (Arel; Driscoll, 2023). O russo, portanto, tinha forte utilização na Ucrânia, com particular concentração no sul e no leste (mapa 13). Pesquisas realizadas na década de 1990 mostraram que o percentual de cidadãos da Ucrânia que consideravam o russo como sua “língua de conveniência” variava de 43% a 55% (Solchanyk, 2001, p.147, 153). Mesmo no início dos anos 2000, após mais de uma década de independência pós-soviética com promoção do ucraniano como língua oficial, o russo, conforme pesquisas, era a língua de uso preferido por mais de 90% dos habitantes do leste da Ucrânia (Arel; Driscoll, 2023).

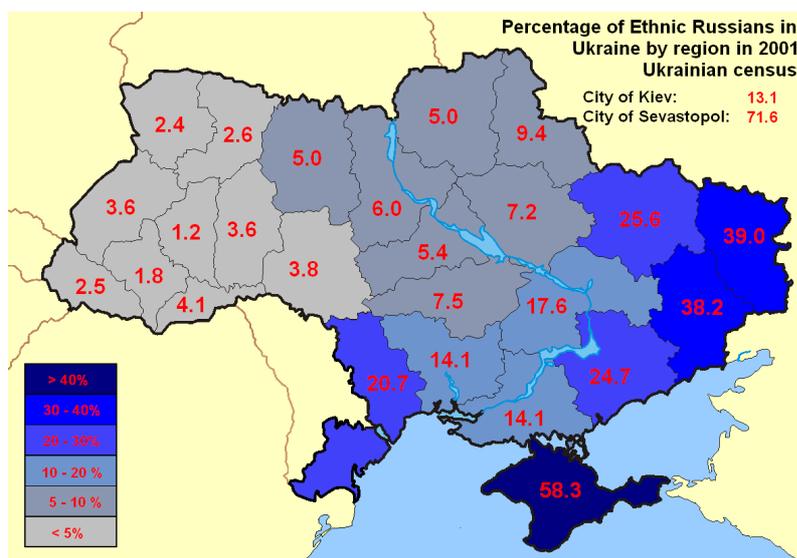
Mais do que para a população de modo geral, a questão linguística era particularmente importante para a elite cultural ucraniana e para o governo russo. Defensores da oficialização do russo argumentam que tal medida apenas institucionalizaria uma situação de bilinguismo realmente existente na Ucrânia, enquanto que opositores argumentam que a promoção do ucraniano contribuiria para fortalecer o senso de identidade nacional e estatal do país. Ainda que o período pós-soviético tenha sido acompanhado de esforços oficiais de

---

<sup>22</sup> Na era Putin, Nemtsov, assassinado em fevereiro de 2015, tornou-se um dos principais opositores do governo russo.

promoção da língua ucraniana, conservou-se, em certa medida, o estereótipo social, herdado dos períodos tsarista e soviético, de que o ucraniano era uma língua de menor valor em comparação com o russo. Governantes e oficiais ucranianos, embora utilizassem o ucraniano em atividades oficiais, frequentemente optavam pelo russo em nível particular individual. Embora, em porções da Ucrânia ocidental, a presença mais forte do nacionalismo ucraniano tenha frequentemente se traduzido em restrições ao uso do russo, não se podia falar, ao nível nacional como um todo, em uma discriminação sistemática de russófonos na Ucrânia (Szeptycki, 2014, p.332-334).

**Mapa 12 – Percentual de russos étnicos por região da Ucrânia (censo de 2001)**

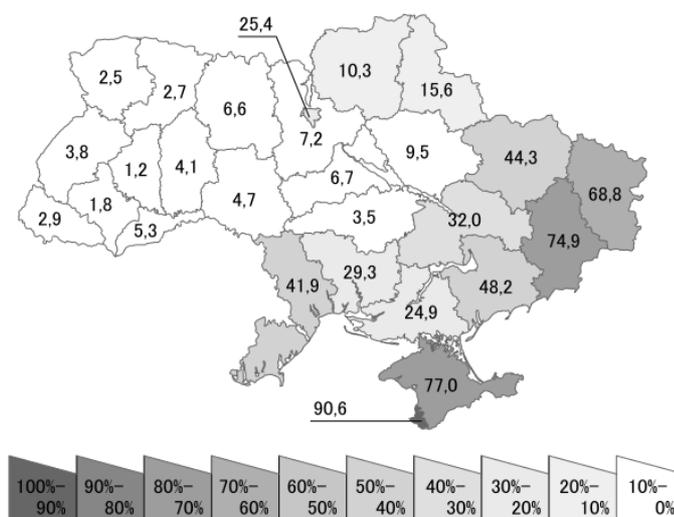


Fonte: Kuban kazak (2007).

As diferentes experiências de construção de Estado e nação na Ucrânia em interação com a Rússia/União Soviética e outros Estados europeus em séculos anteriores fizeram consolidar-se, na sociedade ucraniana, uma diversidade de perfil bastante regionalizado quanto à identidade nacional. Uma parcela da população da Ucrânia, concentrada no oeste do país, tendia a acentuar a individualidade do povo ucraniano em relação aos russos, bem como a enxergar de maneira negativa a experiência histórica da Ucrânia sob domínio russo e soviético. Já outra parte da população do país, concentrada no leste e no sul, tendia a aceitar a ideia de proximidade entre russos e ucranianos e o que considera como aspectos positivos da experiência histórica da Ucrânia no Império Russo e na União Soviética (Katchanovski, 2006;

Kuzio, 2015a; Petro, 2023; Sakwa, 2015). Nesse quadro, a língua assume particular importância, visto que, na narrativa nacional ucraniana, a língua ucraniana é um fator crucial a distinguir os ucranianos dos russos (Arel; Driscoll, 2023).

**Mapa 13 – Percentual de classificação do russo como língua natal por região da Ucrânia (censo de 2001)**



Fonte: Alex Tora (2008).

Como se verá em exemplos mencionados adiante neste trabalho, tais diferenças se refletiram de maneira bastante evidente no cenário político da Ucrânia. De um lado, o leste e o sul tendiam ser redutos eleitorais de políticos e partidos tidos como pró-russos, que apoiavam uma aproximação à Rússia, um status oficial para a língua russa na Ucrânia e políticas de memória histórica convergentes com os paradigmas soviéticos e russos. Do outro, o centro e, de maneira mais intensa, o oeste – particularmente as três províncias da Galícia (Ivano-Frankivsk, Lviv e Ternopil) – tendiam a apoiar forças políticas mais alinhadas à concepção de uma identidade nacional ucraniana individual separada da Rússia, o que incluía a promoção do ucraniano como língua oficial e visões de tendências negativas sobre a experiência histórica da Ucrânia sob domínio russo e soviético. A orientação externa pró-ocidental era outro fator característico das forças políticas mais apoiadas nessas regiões da Ucrânia. Referindo-se à Ucrânia ao final da primeira década de independência no período pós-soviético, Solchanyk (2001, p.136. Tradução nossa) afirmou que “... as sobrepostas

linhas de falha regionais, étnicas e linguísticas constituem um dos mais sérios obstáculos para a construção de Estado e nação e, por consequência, a estabilidade e a segurança do país”.

Esses fatores identitários interagiam com o descontentamento com a situação política e econômica da Ucrânia. Estima-se que, nos sete primeiros anos de independência pós-soviética da Ucrânia, o PIB do país decresceu em dois terços (Solchanyk, 2001, p.112-113). Uma vez que as economias das repúblicas soviéticas eram altamente integradas, a ruptura de certos laços econômicos ocasionada pela desintegração do Estado soviético levou a interrupções em cadeias produtivas que se refletiam em um forte decréscimo do produto econômico (Segrillo, 2014, p.85). Parcela significativa da população da Ucrânia atribuía a degradação da situação econômica do país exatamente a esse fator. Nesse contexto - em desconhecimento com as políticas de aproximação ao Ocidente adotadas pela liderança ucraniana -, pesquisas de opinião pública na primeira década da Ucrânia independente pós-soviética indicavam um maior apoio, na Ucrânia, à opção de aproximação à Rússia e aos países do espaço pós-soviético. O tema da entrada da Ucrânia na OTAN era divisivo, havendo parcelas substanciais da população que se opunham ao prospecto de ingresso do país na aliança (Solchanyk, 2001, p.94-99, 115-116).

Em comparação com os resultados do referendo de independência de 1991, pesquisas de opinião pública também mostravam um decréscimo no número de apoiadores da independência da Ucrânia nos anos 1990. Dados de pesquisas de opinião realizadas entre 1994 e 1998 indicaram que entre 30% e 36% dos entrevistados se diziam favoráveis a que Ucrânia e Rússia se unissem em um só Estado (por volta de 50% favoreciam a independência da Ucrânia com relações de amizade com a Rússia) (Solchanyk, 2001, p.114-118).

O maior partido político da Ucrânia nos anos 1990, o Partido Comunista da Ucrânia (*Komunistychna partiia Ukraïny*, KPU), que se reivindicava como sucessor do KPU-URSR, defendia próximos laços políticos, econômicos e securitários com a Rússia, bem como a integração da Ucrânia à CEI (Solchanyk, 2001, p.121-123, 130). Ademais, o KPU se posicionava como defensor dos russos étnicos e russófonos da Ucrânia (Haran; Belmega, 2010, p.2). Além do KPU, partido mais votado nas eleições parlamentares de 1994 e 1998 (com particular expressão no sul e no leste), outros relevantes partidos ucranianos que apoiavam a aproximação à Rússia e a integração na CEI eram o Partido Socialista da Ucrânia (*Sotsialistychna partiia Ukraïny*, SPU) e sua dissidência, o Partido Socialista Progressista da Ucrânia (*Prohresyvna sotsialistychna partiia Ukraïny*, PSPU) (Solchanyk, 2001, p.121-123, 130). Tanto o KPU, quanto o SPU e o PSPU descendiam do KPU-URSR (Haran; Belmega,

2010).

Diante desses fatores, levantava-se a questão das oportunidades e desafios que as particularidades políticas e sociais da Ucrânia poderiam significar para Moscou. Na mídia e na opinião pública russas, era comum a tese de que a independência da Ucrânia foi fruto de ações da elite que não correspondiam às opiniões “corretas” das massas ucranianas. De acordo com tal lógica, o maior obstáculo para uma unificação da Ucrânia com a Rússia seriam as elites ucranianas (Solchanyk, 2001, p.22). Em livro publicado em 1997, Gennady Ziuganov declarou enxergar duas principais fontes de dificuldades interligadas para uma “reunificação” da Ucrânia com a Rússia: a política das potências ocidentais voltadas para afastar a Ucrânia da Rússia; e a existência de setores da elite política ucraniana, concentrados no oeste do país, de orientação “independentista” e pró-ocidental. Essa parcela da elite política ucraniana, na visão de Ziuganov, prevalecia politicamente diante dos setores “Pequenos Russos”, de tendências pró-russas, concentrados no sul e no leste. Por outro lado, Ziuganov afirmava que a maioria da população da Ucrânia seria mais próxima de um pensamento “Pequeno Russo”, o que poderia beneficiar a Rússia. Dessa maneira, Ziuganov considerava que uma “diplomacia popular” seria mais eficiente do que a “diplomacia oficial” na busca pela “reunificação” da Rússia com a Ucrânia. Ainda na referida obra de 1997, chama atenção o fato de Ziuganov alegar que a maioria do oficialato militar ucraniano seria mais simpático à Rússia (ou a uma neutralidade) do que à aproximação às potências ocidentais promovida por Leonid Kuchma, presidente da Ucrânia eleito em 1994 (Ziuganov, 1997, p.247-252).

Embora em uma parte radicalmente diferente do espectro político em relação a Ziuganov, Aleksei Arbatov, deputado da Duma (1993-2003) pelo partido liberal Iabloko, também enfatizava a proximidade histórica entre russos e ucranianos como um elemento, que, em tese, estimularia Rússia e Ucrânia a desenvolverem relações amigáveis. Por outro lado, Arbatov chamava atenção para a possibilidade de nacionalistas ucranianos constituírem um obstáculo à amizade entre os dois países. Nesse sentido, o autor enfatizava que uma política moderada da Rússia com relação à Ucrânia (no sentido de respeito à independência e à integridade territorial da Ucrânia) contribuiria para a consolidação de forças políticas moderadas no país vizinho (Arbatov, 1999, p.141-151).

Em texto conjunto publicado em 1997, Konstantin Zatulin e Andranik Migranian propuseram que a Rússia deveria se envolver nos processos de formação de Estado no espaço pós-soviético, inclusive promovendo a “politização” dos russos étnicos fora da Rússia, de modo a manter uma influência predominante de Moscou e impedir a consolidação de forças

“antirrussas” em outros países. No caso da Ucrânia, Zatulin e Migranian, diante da ausência de influentes e genuínos adeptos de uma aproximação à Rússia nos círculos governantes em Kiev, consideravam que uma possível linha de comportamento da Rússia seria a promoção de uma unificação de forças pró-russas em boicote a eleições ucranianas. Para os dois autores, somente uma Ucrânia federalizada (o que significaria mais autonomia para províncias do leste e do sul) seria amigável à Rússia no longo prazo (Zatulin; Migranian, 1997).

#### **4.2 Os governos Kravchuk e Kuchma na Ucrânia (1991-1999): política doméstica, externa e relações com a Rússia**

As bases jurídico-diplomáticas para as relações Rússia-Ucrânia foram estabelecidas ainda durante o processo de desintegração da União Soviética. Em novembro de 1990, a RSFSR e a URSS assinaram um documento intitulado “Acordo entre a República Socialista Federativa Soviética Russa e a República Socialista Soviética Ucraniana” (Klimin, 2009, p.4). O acordo RSFSR-URSS de novembro de 1990 continha atributos típicos das relações entre Estados independentes, falando, por exemplo, no desenvolvimento de relações com base nos princípios da igualdade soberana e não interferência em assuntos internos (RSFSR, 1990).

Em viagem a Kiev para a assinatura do acordo, Ieltsin afirmou publicamente que acordos anteriores entre Rússia e Ucrânia haviam sido feitos em Moscou em uma lógica desigual (Solchanyk, 2001, p.35-37). Em discurso à VR, Ieltsin afirmou que as relações russo-ucranianas, ao longo da história, haviam sido marcadas por diversas injustiças. Ieltsin também declarou que as relações Moscou-Kiev deveriam ser construídas em conformidade com os princípios da igualdade e da não interferência mútua em assuntos internos. Ademais, o líder da RSFSR negou que a Rússia tivesse intenções imperiais com relação a outras regiões que compunham a União Soviética (Ieltsin, 1990, p.1-9).

Entretanto, as relações Rússia-Ucrânia nos anos 1990 caracterizaram-se por uma série de eixos problemáticos. Nesse sentido, destaca-se o tema da desnuclearização da Ucrânia. Como visto no capítulo anterior, a URSS, em sua declaração de soberania de 1990, afirmou a intenção de tornar-se um Estado permanentemente neutro sem posse de armamentos nucleares (URSS, 1990). No entanto, a desintegração da União Soviética e a independência da Ucrânia reabriram debates sobre esse assunto. Enquanto parte da elite política ucraniana favorecia o compromisso de desnuclearização, outros setores consideravam que essa questão poderia ser revista nas novas circunstâncias e exigia fortes contrapartidas

para a remoção do arsenal nuclear da Ucrânia (D'Anieri, 2020). Nacionalistas no parlamento ucraniano, bem como parte de oficiais do poder executivo, até mesmo consideravam desejável dispor de um deterrente nuclear tendo em vista temores de uma possível ameaça russa à soberania e à integridade territorial Ucrânia (Pifer, 2017, p.39).

Apesar de não ter controle operacional sobre o arsenal herdado da União Soviética - algo que oficiais russos sugeriam ser contornável -, a Ucrânia sediava o terceiro maior arsenal nuclear do planeta (Pifer, 2017, p.38, 54). Interessados em evitar que uma outra nova potência nuclear surgisse no sistema internacional, a Rússia e os Estados Unidos passaram a atuar pela desnuclearização da Ucrânia e a monopolização, pela Rússia, dos armamentos nucleares no espaço pós-soviético. Para tanto, Moscou e Washington pressionaram política e economicamente a Ucrânia (D'Anieri, 2020; Pifer, 2017, p.40-41).

O imbróglio do arsenal nuclear ucraniano foi solucionado em 1994. Por meio da Declaração Trilateral de janeiro daquele ano, a Rússia e os Estados Unidos, em essência, comprometeram-se a respeitar a independência e a integridade territorial da Ucrânia em troca da adesão da Ucrânia a tratados componentes do regime internacional de não proliferação nuclear. Além disso, estipulou-se que armamentos nucleares da Ucrânia seriam transferidos para desmonte na Rússia (Estados Unidos, 1994a). A Declaração Trilateral foi a base do Memorando de Budapeste de dezembro de 1994, assinado por Rússia, Ucrânia, Estados Unidos e Reino Unido. A Rússia, em conjunto com os Estados Unidos e o Reino Unido, se comprometeu a respeitar a independência, a soberania e as fronteiras da Ucrânia (Estados Unidos, 1994b). No entanto, as grandes potências não ofereceram garantias de segurança fortes a tais compromissos. Em 1996, os últimos armamentos nucleares outrora localizados na Ucrânia foram entregues à Rússia para desmonte (D'Anieri, 2020; Pifer, 2017, p.71).

Após os três anos da presidência de Kravchuk, a chegada de Kuchma ao poder em Kiev gerou expectativas de que a Ucrânia se aproximaria mais da Rússia. A campanha eleitoral de Kuchma havia se caracterizado por um discurso de restauração de laços com Moscou, em particular no sentido econômico. Ademais, Kuchma se posicionava em defesa da língua russa na Ucrânia, propondo um status oficial para o idioma no país (Solchanyk, 2001, p.70-71, 118-119). Além disso, quando Kuchma foi primeiro-ministro, entre outubro de 1992 e setembro de 1993, a Ucrânia tomou diversas medidas de relativa aproximação à Rússia e à CEI, particularmente no campo econômico (D'Anieri, 2023, p.71-73; Solchanyk, 2001, p.70-71, 118-119). Do outro lado, Kravchuk, seu rival na eleição presidencial de 1994, defendia o afastamento político, militar e econômico em relação à Rússia como meio para fortalecer a

independência e a soberania da Ucrânia (D'Anieri, 2023, p.71-73). Nas palavras de D'Anieri (2023, p.72. Tradução nossa), “muitos viram a eleição como um referendo sobre a política de Kravchuk de romper laços assertivamente com a Rússia”.

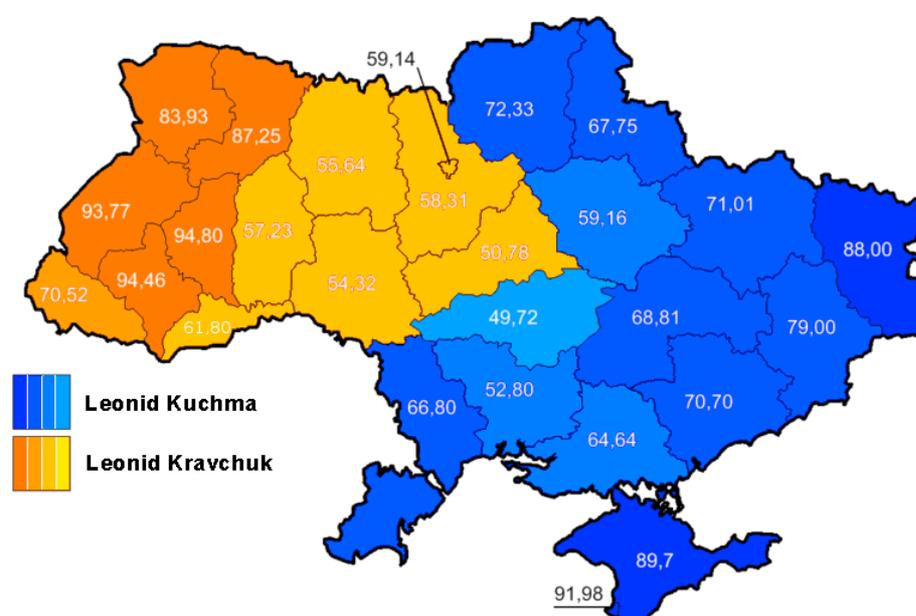
Ex-diretor de uma das principais fábricas do setor aeroespacial soviético, a Pivdenmash (Iuzhmash, em russo), localizada na cidade de Dnipro (ex-Dnipropetrovsk, no sudeste da Ucrânia), Kuchma possuía laços com o clã de Dnipropetrovsk e era o candidato preferido e apoiado pela Rússia (D'anieri, 2023, p.71-73; Szeptycki, 2014, p.162), em particular no que tange ao complexo militar-industrial russo (Klimin, 2009, p.14-15). Na mídia russa, por sua vez, Kuchma era comumente apresentado de maneira positiva, em contraste com Kravchuk, retratado negativamente como um nacionalista ucraniano (Szeptycki, 2014, p.162). A vitória de Kuchma na eleição de 1994 deveu-se, em larga medida, exatamente às insatisfações de parte da população da Ucrânia, concentrada no leste e no sul, com a deterioração da situação econômica e a ruptura de laços com a Rússia, questões amplamente vistas por tal segmento do eleitorado como problemas interligados. A agenda de restauração de laços com a Rússia também tinha o apoio de importantes parcelas do empresariado da Ucrânia, em setores como o agrícola, o metalúrgico e o industrial (D'Anieri, 2023, p.71-73; Solchanyk, 2001, p.70-71, 118-119).

Kuchma venceu em segundo turno com 52,3% dos votos frente a 45,2% de Kravchuk. A eleição de 1994 demonstrou um padrão que se repetiria em outras eleições na Ucrânia, segundo o qual a opção de voto se correlacionava com a região de origem dos eleitores e suas preferências linguísticas e de política externa (Arel; Driscoll, 2023). Desse modo, Kravchuk teve seu melhor desempenho em províncias do oeste da Ucrânia, enquanto que Kuchma foi predominante no leste e no sul (obtendo, por exemplo 88% dos votos na *oblast'* de Luhansk, 79% na de Donetsk, 89,7% na Crimeia e 91,98% na cidade de Sevastopol) (mapa 14). A vitória de Kuchma amorteceu insatisfações presentes na população do leste e do sul com a experiência da Ucrânia independente, contribuindo, nesse sentido, para esvaziar movimentos autonomistas em tais regiões e na Crimeia (que serão abordados em maior detalhe no decorrer deste capítulo). Ao deslocar poder para o leste ucraniano, o triunfo eleitoral de Kuchma também contribuiu para que atores da elite e eleitores dessa região elevassem seu compromisso com a independência da Ucrânia em detrimento de uma reintegração à Rússia (D'Anieri, 2023, p.72-73).

Em seu discurso de posse, em julho de 1994, Kuchma declarou a intenção de estabelecer o russo como segunda língua oficial da Ucrânia e definiu a Rússia como um

parceiro estratégico, destacando a importância do desenvolvimento dos laços econômicos com o país vizinho. Ademais, o segundo presidente ucraniano destacou que o espaço pós-soviético era uma região de interesse vital para a Ucrânia em função do acesso a mercados, matérias-primas e fontes de energia. Por outro lado, e com menor elaboração, Kuchma afirmou a necessidade de desenvolvimento das relações da Ucrânia com o Ocidente (Kuchma, 1994).

**Mapa 14 – Percentual de votos dos candidatos no segundo turno da eleição presidencial de 1994 na Ucrânia por região**



Fonte: No-itsme (2014).

Na prática, contudo, o governo Kuchma não se comportou conforme tais expectativas. O russo acabou não recebendo um status de língua oficial. Já no campo da política externa, Kuchma assumiu um comportamento ambíguo frente à Rússia e às potências ocidentais. De um lado, Ucrânia e Rússia mantiveram uma significativa interdependência econômica, cabendo destacar, nesse sentido, a forte dependência energética da Ucrânia em relação à Rússia. Além disso, diversos dos chamados “oligarcas” (grandes empresários) ucranianos tinham interesses de negócios na Rússia e, portanto, desejavam relações econômicas estáveis entre os dois países (D’Anieri, 2023, p.72-75).

Do outro lado, as aspirações russas por uma esfera de influência no espaço pós-

soviético e os questionamentos de parte da elite política russa sobre a legitimidade da Ucrânia independente e suas fronteiras (particularmente no caso da Crimeia) causavam desconfianças e insegurança em Kiev. Além disso, no campo econômico, Kuchma adotou a ideia de que uma burguesia nacional ucraniana deveria ser protegida frente a competidores estrangeiros, o que ia ao encontro dos interesses de setores do empresariado ucraniano que, ao mesmo tempo em que tinham interesses de negócios na Rússia, buscavam limitar a atuação do capital russo na Ucrânia. Desse modo, a Ucrânia, sob Kuchma, buscou obter benefícios econômicos das relações com a Rússia ao mesmo tempo em que evitava aderir a iniciativas de integração com Moscou que limitassem a soberania do país e facilitassem a penetração do capital russo em seus mercados. A tentativa de Kuchma de equilibrar as relações com o Ocidente e a Rússia fez com que sua política externa ficasse conhecida como uma “política externa multivetorial” (D’Anieri, 2023, p.72-75).

As relações da Ucrânia com os Estados Unidos e a OTAN assumem um lugar particularmente relevante nesse contexto, afinal, foi durante os governos Ieltsin e Kuchma que a aliança militar ocidental concretizou seu processo de expansão no Pós-Guerra Fria em direção às fronteiras da Rússia. Tal política, em conjunto com as intervenções armadas da OTAN nos conflitos na região da ex-Iugoslávia, que frequentemente enfrentavam fortes objeções da Rússia, contribuíram para sedimentar, na elite política russa, a percepção de que a OTAN era uma latente ameaça aos interesses nacionais russos, em particular no que tange à influência russa no espaço pós-soviético.

O uso da força por Ieltsin na Guerra da Chechênia e no conflito com o parlamento em 1993, bem como o referido resultado da eleição parlamentar russa de 1993, haviam fortalecido a determinação da Ucrânia e de outros países europeus em procurarem arranjos de segurança que reduzissem sua vulnerabilidade frente à possibilidade de uma Rússia agressiva no futuro (D’Anieri, 2023, p.311, 316; Radchenko, 2020; Sarotte, 2022). Já sob Kravchuk, a Ucrânia levantava, junto aos Estados Unidos, a questão de garantias de segurança junto às potências ocidentais. O governo ucraniano sugeria que Kiev recebesse garantias de segurança do tipo das do artigo 5 do tratado da OTAN, que estipula a defesa coletiva entre os membros da aliança. No entanto, o governo dos Estados Unidos rejeitava tal abordagem e dispunha-se a oferecer somente *assurances*, e não *guarantees*, à Ucrânia. Garantias do tipo *assurances* tinham menor peso do que as do tipo *guarantees*, em particular no sentido de não subentenderem o uso da força militar norte-americana (Pifer, 2017, p.48-49, 75-76, 91-98). No início dos anos 1990, a questão da entrada da Ucrânia na OTAN também não era

considerada pelo governo dos Estados Unidos (o governo do presidente Bill Clinton só deu sinal verde para a expansão da OTAN, no caso de República Tcheca, Hungria e Polônia, em 1993) (D'Anieri, 2020).

Diante da frequente insegurança quanto à Rússia, o governo Kuchma, no âmbito de sua política “multivetorial”, via as relações com os Estados Unidos e a OTAN como um contrapeso à Rússia (D'Anieri, 2023, p.87-92; Pifer, 2017, p.89-100, 123). Nas palavras do segundo presidente da Ucrânia, em encontro com o presidente dos Estados Unidos, Clinton, realizado em 1997, “Estamos lidando com a Rússia de Boris Nikolaevich [Ieltsin] hoje, mas pode haver alguém com uma política completamente diferente no futuro. A relação OTAN-Ucrânia é um aviso a todos” (Estados Unidos, 1997. Tradução nossa).

Diversas medidas concretas foram tomadas nesse sentido. Em novembro de 1994, Clinton e Kuchma assinaram a “Carta de Parceria, Amizade e Cooperação Ucrânio-Estadunidense”. Por meio desse documento, o governo norte-americano declarou que a independência, a segurança e a soberania da Ucrânia tinham grande importância para os Estados Unidos e afirmou sua intenção de desenvolver a cooperação militar da OTAN com a Ucrânia. Os Estados Unidos dispuseram-se a realizar consultas de segurança com a Ucrânia em caso de ameaças à independência, à integridade territorial e à segurança da Ucrânia (Ucrânia, 1994). Afirmações de natureza similar passaram a figurar em outros documentos bilaterais Estados Unidos-Ucrânia (Pifer, 2017).

Em 1997, foi assinada a Carta de Parceria Distintiva entre a OTAN e a Ucrânia, por meio do qual a aliança se declarou comprometida a apoiar a soberania, a independência e a integridade territorial da Ucrânia. OTAN e Ucrânia declararam o interesse em promover a interoperacionalidade entre suas forças armadas, bem como exercícios militares conjuntos e a realização de consultas de segurança (OTAN, 1997). No que pode ser entendido como uma alusão à Rússia, a carta também afirmou serem inadmissíveis reivindicações de esferas de influência na Europa (OTAN, 1997). A cooperação militar entre a Ucrânia e os Estados Unidos e outros países da OTAN ganhou impulso a partir de 1995 (PIFER, 2017, p.104-106).

A aproximação da Ucrânia às potências ocidentais, em particular no caso das relações com a OTAN, era vista com desconfianças na Rússia. O tema chegou ser abordado indiretamente no principal documento bilateral da década de 1990, o Acordo de Amizade, Cooperação e Parceria, conhecido informalmente como o “Grande Acordo” (*Bol'shoi dogovor*, em russo). Conforme o artigo 6 do acordo, Rússia e Ucrânia se comprometeram a não entrar em acordos com outros países voltados contra um dos lados. Além disso, Moscou e

Kiev prometeram não permitir que seus territórios fossem usados em detrimento da segurança das duas partes (RÚSSIA, 1997a). Em 1999, Ieltsin demandou de Kuchma o compromisso de limitar o escopo das relações entre a Ucrânia e a OTAN (Sarotte, 2022). Um dos argumentos dos opositores da ratificação do Grande Acordo no parlamento russo era exatamente o de que, caso a Rússia reconhecesse as fronteiras da Ucrânia, a entrada desta última na OTAN seria facilitada (Klimin, 2009, p.28-36; Solchanyk, 2001, p.79).

Em paralelo à OTAN, o governo Kuchma também buscou aproximar-se da UE, adotando um discurso de “escolha europeia” da Ucrânia (Solchanyk, 2001, p.89-93). Menos controversas para Moscou do que as relações Ucrânia-OTAN, as relações Ucrânia-UE nos anos 1990 incluíram a assinatura de acordos de cooperação, bem como a adoção, por Kiev, de planos de integração ao bloco europeu. Por outro lado, a indisposição do governo Kuchma em adotar reformas políticas e econômicas liberalizantes requeridas para tal integração acabaram por limitar o potencial de desenvolvimento das relações Ucrânia-UE (D’Anieri, 2023, p.93-96).

Já no campo da integração no espaço pós-soviético, o governo Kuchma envolveu-se em iniciativas da CEI no campo da economia, tendo em vista a dependência energética frente à Rússia e a necessidade de acesso aos mercados russos diante das dificuldades econômicas pelas quais a Ucrânia passava. No entanto, o governo Ieltsin condicionava concessões à Ucrânia à aceitação, por Kiev, da liderança política e econômica de Moscou no espaço pós-soviético, uma abordagem rejeitada pelo governo ucraniano (D’Anieri, 2023, p.75). Dessa maneira, à semelhança do governo Kravchuk, o governo Kuchma mostrava resistências a iniciativas de estruturas supranacionais e de aprofundamento da integração no âmbito da CEI, em particular no que tange a questões de política externa, militares de segurança (Solchanyk, 2001, p.65-73). Mesmo no campo econômico, a adesão da Ucrânia a iniciativas da CEI ocorreu apenas parcialmente (D’Anieri, 2023, p.75-78).

Ao mesmo tempo em que mostrava hesitações quanto à integração liderada pela Rússia no âmbito da CEI, a Ucrânia desenvolvia um projeto de cooperação paralelo com outros países que compunham a antiga União Soviética, sem a participação de Moscou. Em 1997, foi criado o chamado grupo GUAM, composto por Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia, que visava originalmente estabelecer rotas de fornecimento de energia da região do Cáspio à Europa sem passar pela Rússia. Com a entrada do Uzbequistão, que participou do grupo entre 1999 e 2005, o GUAM passou a ser conhecido como GUAAM (D’anieri, 2023, p.94; Kuzio, 2015a, p.437). Indo além de seu propósito original na área econômica, os países

do GUUAM também passaram a considerar iniciativas de cooperação em segurança regional e tinham o intento de desenvolver a cooperação com a OTAN (Solchanyk, 2001, p.106-107; Kuzio, 2015a, p.437). A Ucrânia era informalmente reconhecida como líder do GUUAM, e as atividades de Kiev no espaço pós-soviético, uma vez que significavam uma alternativa à integração nos marcos da CEI, eram vistas com desconfiança e preocupação na Rússia (Solchanyk, 2001, p.106-107).

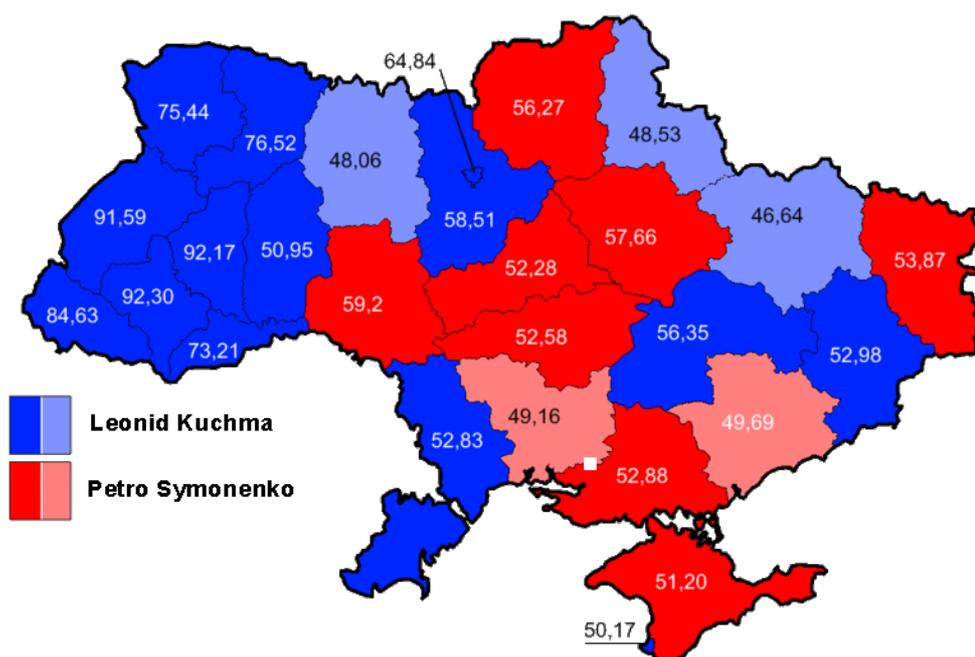
Kuchma reelegeu-se presidente na eleição realizada em 1999. Com vantagem de cerca de 20 pontos percentuais no segundo turno, Kuchma venceu Petro Symonenko, líder do KPU. Symonenko, ao mesmo tempo em que declarava-se comprometido com a independência da Ucrânia, defendia a aproximação à Rússia, a integração no espaço pós-soviético e criticava o Ocidente e a OTAN. Mesmo com tal discurso, contudo, Symonenko não foi capaz de predominar no leste e no sul, regiões em que as preferências do eleitorado (à diferença do oeste, onde Kuchma predominou inequivocamente) se dividiram (mapa 15) (Solchanyk, 2001, p.129-132). Symonenko também não teve o apoio do governo Ieltsin, que apoiou Kuchma. A indisposição de Ieltsin em relação a políticos comunistas – cabendo lembrar, nesse sentido, que o KPRF, ideológica e politicamente próximo ao KPU, era o principal partido opositor de Ieltsin – certamente foi um importante fator por trás da postura de Ieltsin. Isso ocorria embora Symonenko, como visto acima, defendesse com intensidade uma aproximação à Rússia e a participação da Ucrânia em projetos de integração regional na CEI (Szeptycki, 2014, p.162).

Por fim, uma outra questão relevante nas relações Ucrânia-Rússia durante o governo Ieltsin diz respeito ao status da FMN na Crimeia, sediada em Sevastopol. Com o fim da União Soviética, a jurisdição sobre a parte da frota localizada na Crimeia tornou-se objeto de disputas entre Moscou e Kiev. Em abril de 1992, Kravchuk, por meio de decreto sobre o desenvolvimento das forças armadas da Ucrânia, declarou que todas as forças militares localizadas em território ucraniano deveriam se subordinar ao Ministério da Defesa da Ucrânia. Nesse sentido, planejava-se que a parte da FMN localizada na Crimeia seria a base para a formação das forças navais ucranianas, o que privaria a Rússia de partes das forças navais no Mar Negro (Klimin, 2009, p.9, 165-166).

Essa medida, contudo, foi rejeitada tanto pelo governo russo quanto por parte de oficiais da FMN, que rejeitavam a jurisdição da Ucrânia (Sasse, 2007, p.223-225). O governo russo reagiu com um decreto em que afirmou a jurisdição da Federação Russa sobre a FMN e sua subordinação ao comandante das forças conjuntas da CEI. Ao mesmo tempo, o decreto de Ieltsin propunha negociações com a Ucrânia (Rússia, 1992a). Assim, o governo Ieltsin

envolveu-se em um difícil processo de negociações com os governos Kravchuk e Kuchma, que foi acompanhando de diversos episódios de tensões diplomáticas e militares (Klimin, 2009, p.173-174; Sasse, 2007, p.228).<sup>23</sup>

**Mapa 15 - Percentual de votos dos candidatos no segundo turno da eleição presidencial de 1999 na Ucrânia por região**



Fonte: Vasyl' Babych (2009).

Em junho de 1995, Ieltsin e Kuchma assinaram um acordo que a estabeleceu a divisão da FMN na Crimeia, com a qual 81,7% dos navios e embarcações da frota pertenceriam à FMN russa e 18,3% à Ucrânia. Ademais, reconheceu-se que a FMN russa poderia operar em Sevastopol e utilizar instalações na Crimeia (Rússia, 1995c). A cessão de um percentual maior da frota, por parte do governo Kuchma, estava relacionada à quitação de dívidas energéticas da Ucrânia perante a Rússia (Sasse, 2007, p.228). O acordo de 1995 serviu como base para três acordos finais a respeito da FMN, assinados por Rússia e Ucrânia em 1997 (Klimin, 2009, p.179). Com validade inicial de 20 anos, o principal desses acordos estabeleceu que a FMN russa atuaria no território da Crimeia respeitando a soberania da

<sup>23</sup> Em abril de 1994, houve até mesmo a possibilidade de uma confrontação armada quando forças ucranianas e russas disputaram o controle de instalações e embarcações da FMN (Klimin, 2009, 172-173).

Ucrânia (Rússia, 1997b).<sup>24</sup> Um outro acordo do pacote russo-ucraniano de 1997 confirmou que Sevastopol seria a sede da base principal da FMN russa e que esta poderia utilizar diversas instalações na Crimeia (RÚSSIA, 1997c). Por fim, um último acordo estipulou as condições de arrendamento, por parte da Rússia, de instalações a serem utilizadas pela FMN russa na Crimeia (Rússia, 1997d). Cabe mencionar que a abordagem de Ieltsin sobre a questão da FMN enfrentou significativa resistência na Rússia. Críticos da política de Ieltsin sobre esse tema argumentavam que ela implicaria o reconhecimento de que Sevastopol não fazia parte do Estado russo e que a capacidade de ação da FMN russa seria limitada, o que enfraqueceria as posições estratégicas da Rússia (Klimin, 2009, p.187-189).

### **4.3 A Rússia e a busca pela configuração do Estado ucraniano**

Ao longo de todos os anos 1990, os debates políticos sobre a Ucrânia na Rússia foram marcados por uma série de pautas que revelavam o perene interesse, na elite política russa, pela conformação do Estado ucraniano e as relações Estado-sociedade no país vizinho. Uma de tais questões é a do status da população etnicamente russa e dos falantes de russo na Ucrânia (independentemente da etnia).

A última constituição da URSS definiu o ucraniano como língua oficial, embora garantias de uso e promoção de outras línguas tenham sido declaradas (URSS, 1978). Além de reiterar esses princípios, a lei de línguas da URSS de 1989 afirmou que a república garantia o livre uso do russo como língua interétnica da União Soviética, bem como a possibilidade de uso do russo nas comunicações dos cidadãos com órgãos estatais (URSS, 1989). No período pós-soviético, a constituição da Ucrânia, aprovada em 1996 e ainda em vigor (com diversas emendas), também afirma o status do ucraniano como única língua oficial, enquanto que o russo (bem como línguas de outras etnias que habitam o país) teria o desenvolvimento, uso e proteção garantidos. A constituição da Ucrânia também afirmou a igualdade dos cidadãos independentemente de fatores como a língua utilizada ou identificação étnica (Ucrânia, 2020a).

Esses temas foram abordados no acordo RSFSR-URSS de 1990, que estipulou direitos iguais aos cidadãos de ambas as repúblicas, independentemente de sua nacionalidade

---

<sup>24</sup> Vale ressaltar que a presença da FMN russa na Crimeia foi acordada apesar de a constituição da Ucrânia, adotada em 1996, ter proibido o estabelecimento de bases militares estrangeiras no país (Ucrânia, 2020a). Somente uma provisão interina da constituição (que vigorou até 2019), tendo em vista a situação da FMN russa, autorizava o uso estrangeiro temporário de bases no território ucraniano, mediante arrendamento (Horody'skyi, 2019).

(etnia). O acordo também estabeleceu que a RSFSR e a URSS se comprometeriam com a proteção das minorias habitantes de seus territórios e suas particularidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas (RSFSR, 1990). No referido discurso à VR em 1990, Ieltsin, citando os dados sobre nacionalidades do censo soviético de 1989, declarou esperar que Kiev respeitasse o interesse da Rússia pela população etnicamente russa da Ucrânia (Ieltsin, 1990, p.9-11). Pouco após reconhecer a independência da Ucrânia, o presidente russo mencionou a confiança no desenvolvimento de boas relações bilaterais, com o respeito, por parte da Ucrânia, aos direitos humanos (Klimin, 2009, p.6-7).

A questão da língua russa e dos russos étnicos na Ucrânia também esteve fortemente presente nas negociações do Grande Acordo de 1997, um dos principais temas das relações russo-ucranianas nos anos 1990. A preparação do Grande Acordo teve início em agosto de 1994. Entre os assuntos debatidos na elite política e na intelectualidade de política externa da Rússia sobre o documento, estavam questões como a dupla cidadania na Ucrânia, que poderia ser instrumentalizada por Moscou para proteger cidadãos russófonos e russos étnicos da Ucrânia, e era rejeitada por esta última por ser percebida como um potencial facilitador de uma união com a Rússia (Sakwa, 2008a, p.234). Entretanto, esse e outros temas foram excluídos da versão base para negociações sobre um acordo final, produzida pelas equipes de negociação de Rússia e Ucrânia em fevereiro de 1995. Após cerca de dois anos de negociações adicionais, durante os quais Ieltsin esteve sob pressões de parte da elite política russa por demandas políticas mais expansivas com relação à Ucrânia (particularmente nas questões dos status da Crimeia, de Sevastopol e da FMN) (Klimin, 2009, p.17-20), o Acordo de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Federação Russa e a Ucrânia foi assinado em 31 de maio de 1997 em Kiev pelos presidentes Kuchma e Ieltsin.

O Grande Acordo afirmou o compromisso de Ucrânia e Rússia de coibir a violência baseada em fatores étnicos e religiosos, bem como de proteger e estimular a identidade étnica, cultural, linguística e religiosa das minorias em seus territórios. Destacou-se, ademais, o compromisso de se coibir tentativas de assimilação forçada (Rússia, 1997a). Finalmente, a questão da língua russa na Ucrânia foi explicitamente levantada no âmbito do compromisso com a “[...] criação de oportunidades e condições iguais para o estudo da língua russa na Ucrânia e da língua ucraniana na Federação Russa” (Rússia, 1997a. Tradução nossa).

Tendo como base para comparação o censo soviético de 1989, o percentual de alunos com instrução em russo no sistema educacional, incluindo o superior, ao final dos anos 1990 na Ucrânia excedia o percentual de russos étnicos na população e, mesmo quando não

correspondia exatamente ao percentual dos que classificavam o russo como sua língua natal, não era significativamente diferente de tal proporção. No que tange às escolas, o percentual de alunos com instrução em russo decresceu de 50%, em 1991-1992, para 34%, em 1998-1999. No mesmo período, a porcentagem de alunos com educação em ucraniano saltou de 49,3% para 65%. Apesar de decréscimos variantes de acordo com a região considerada, o russo continuava em amplo uso nas escolas e universidades do leste, do sul e da Crimeia. Por fim, nos campos editorial e da mídia (imprensa, livros, rádio e televisão), nos anos 1990, produções em ucraniano decresceram, ao passo em que elevaram-se produções em russo (que predominava no rádio e na televisão) (Solchanyk, 2001, p.147-151).

Apesar dos dispositivos domésticos e bilaterais sobre a proteção da língua russa e dos russos étnicos na Ucrânia, bem como dos dados mencionados acima, a Ucrânia tornou-se alvo de frequentes críticas na Rússia. Eram comuns, na mídia, na intelectualidade e na elite política russas, acusações de que, na prática, eram adotadas políticas ucranianizantes que tinham por efeito a repressão da língua russa e da identidade étnica russa na Ucrânia, bem como uma assimilação cultural dos russos que viviam no país. Apesar de o russo ter continuado em amplo uso na Ucrânia, críticos na Rússia chamavam atenção para a redução da instrução em língua russa em escolas e universidades na Ucrânia, bem como para as dificuldades na operação de certos meios de comunicação russos na Ucrânia. Por fim, deve-se mencionar as questões dos ataques a instituições vinculadas a russos étnicos e russófonos na Galícia, a depredação de monumentos relacionados à Rússia e à União Soviética e a retórica antirrusa de nacionalistas radicais ucranianos, fenômenos cuja ocorrência era atribuída por críticos na Rússia, em parte, à conivência das autoridades ucranianas (Klimin, 2009, p.377-414).

O governo e políticos russos sugeriam diversas medidas para lidar com essas questões. O turbulento processo de ratificação do Grande Acordo na Rússia, por exemplo, foi marcado por fortes críticas e cobranças a Ieltsin com relação ao tema da língua russa e dos russos étnicos na Ucrânia. Deputados na Duma afirmavam que o Grande Acordo, tal qual assinado por Ieltsin e Kuchma, não deveria ser ratificado por não solucionar as questões fronteiriça e da FMN em conformidade com o que deveria, na visão de tais políticos, ser o interesse da Rússia (Klimin, 2009, p.26-33).

Cabe destacar, nesse sentido, o posicionamento do referido Konstantin Zatulin, à época já deputado na Duma Estatal russa, por conta do destaque que esse político ocupa nos debates sobre a Ucrânia na Rússia. Acusando o governo russo de passividade e denunciando a Ucrânia por suposta supressão da língua russa e da influência russa na Ucrânia, Zatulin

propunha que a Rússia assumisse uma postura mais ativa no sentido de negociar o status da língua russa e o reconhecimento dos russos como nação formadora da Ucrânia (Zatulin, 1996). Entre as sugestões de Zatulin sobre como a Rússia deveria se relacionar com a Ucrânia – evitando que esta última se tornasse uma “cabeça de ponte para intrigas contra a Rússia” (Zatulin, 1996. Tradução nossa), figurava, além de uma série de medidas de integração econômica e cooperação em política externa e defesa, a adoção da dupla cidadania (Zatulin, 1996). O tema da cidadania, vale lembrar, poderia constituir um argumento invocado pela Rússia para interferir na Ucrânia e estabelecer relações mais próximas – inclusive no sentido de proteção militar – com habitantes do país vizinho.

Em abril de 1998, o Comitê da Duma Estatal para Assuntos da CEI e as Relações com os Compatriotas recomendou ao governo Ieltsin que negociasse um outro acordo com a Ucrânia que pusesse maior ênfase no status da língua russa e dos cidadãos e chamados “compatriotas” (*sootchestvenniki*) russos na Ucrânia (Klimin, 2009, p.26-33). Já em outubro de 1998, a Duma emitiu uma declaração em que acusou a Ucrânia de políticas discriminatórias contra os russos do país, além de afirmar que os russos constituem uma maioria étnica (ao lado dos ucranianos) e apelar para a oficialização da língua russa em todo o território da Ucrânia (Rússia, 1998).

Entretanto, as vozes críticas não foram capazes de prevalecer diante do governo Ieltsin. Ainda em 1995, o governo russo deixou de levantar a pauta da cidadania dupla em negociações sobre o Grande Acordo (Klimin, 2009, p.414-415). As disposições sobre língua também não atendiam às demandas mais expansivas de opositores de Ieltsin. Apesar das críticas a certos elementos do texto final do Grande Acordo, o documento foi aprovado na Duma Estatal, inclusive com votos da bancada do KPRF. Apoiadores da versão do acordo assinada por Ieltsin salientavam, entre outros argumentos, que sua não ratificação poderia afastar ainda mais os povos de Rússia e Ucrânia, após o fim da União Soviética, e estimular forças favoráveis à entrada da Ucrânia na OTAN (Klimin, 2009, p.32-34).

Em dezembro de 1998, a Duma ratificou o Acordo de Amizade, Cooperação e Parceria. Na sequência, em fevereiro de 1999, foi a vez de o Conselho da Federação ratificar o acordo – não sem argumentos, debates e polêmicas similares aos ocorridos na Duma. A título de comparação, a VR ucraniana, ainda em janeiro de 1998, ratificou o Grande Acordo com 305 votos favoráveis e 31 contrários (a VR possui um total de 450 assentos parlamentares) (Klimin, 2009, p.23). A ratificação do Grande Acordo, todavia, não cessou as discussões na Rússia a respeito do status dos russos étnicos e russófonos na Ucrânia. Em dezembro de 1998,

uma declaração da Duma chamou atenção para o que classificou como uma situação de restrições aos direitos dos russófonos da Ucrânia. Em fevereiro de 1999, o Conselho da Federação tomou uma iniciativa similar (Klimin, 2009, p.96; Solchanyk, 2001, p.135).

Diante de todo esse contexto, como se desenvolveram as relações entre a Rússia, atores de sua elite política e atores da elite política e da sociedade da Ucrânia? Em primeiro lugar, é necessário mencionar a diferença entre as representações da situação na Ucrânia feitas por políticos e intelectuais russos e as percepções existentes na própria Ucrânia a respeito da questão étnica e linguística no país. É verdade que havia, conforme pesquisas de opinião pública, um amplo apoio à elevação do status oficial do russo na Ucrânia, mas uma minoria (2%, segundo uma pesquisa de opinião realizada no início de 1999) considerava que a questão do status da língua russa era motivo de preocupação. Pesquisas de opinião pública realizadas na Ucrânia na década de 1990 apontaram que menos de 10% dos entrevistados afirmavam terem sofrido ou terem conhecimento de situações em que indivíduos sofreram discriminação por conta de sua etnia (incluindo na Crimeia). Não havia sinais de existência, entre os russos étnicos da Ucrânia, de uma difundida percepção de discriminação ou de que a Rússia era a protetora dessa parcela da população do país (Solchanyk, 2001, p.146-148).

Ainda assim, diversos partidos e organizações de alguma maneira vinculados à população russa étnica chamavam atenção para a questão etnonacional e linguística, acusando o Estado ucraniano de reprimir a cultura e a língua russas e defendendo a oficialização desta última na Ucrânia (Solchanyk, 2001, p.151). Nesse sentido, deve-se mencionar que há registros de diversas ocasiões em que líderes de organizações ligadas à população etnicamente russa na Ucrânia dirigiram-se ao governo e políticos russos em busca de apoio contra o que consideravam ser um estado de repressão cultural e linguística. Por exemplo, em 1998, Konstantin Shurov, líder da organização Comunidade Russa da Ucrânia, dirigiu-se ao primeiro-ministro russo, Viktor Chernomyrdin, denunciando a redução da instrução em russo nas escolas ucranianas, o que Shurov atribuía a uma política intencionalmente repressiva por parte das autoridades ucranianas (Klimin, 2009, p.381-382). Em 1999, o líder do Conselho das Associações Russas da Crimeia, Boris Zazhigaev, encontrou-se com o presidente da Duma, Gennadii Seleznev (então membro do KPRF), ocasião em que acusou a Ucrânia de praticar políticas repressivas contra cidadãos russos e remover a língua russa do sistema educacional (Klimin, 2009, p.406).

Como visto acima, o governo Ieltsin, apesar do declarado propósito de defender os direitos de russos étnicos e russófonos no espaço pós-soviético, não assumia políticas

assertivas em busca da consecução desse objetivo. O que se observava, em geral, era uma política reativa, que respondia a ações da Ucrânia e que tendia a se limitar à emissão de comunicados oficiais com críticas a Kiev. Em fevereiro de 1999, o próprio Ieltsin dirigiu-se a Kuchma chamado atenção para o status da língua russa e as condições de educação para os cidadãos russófonos na Ucrânia (Klimin, 2009, p.416). Segundo Anatol Lieven, o governo russo, nos anos 1990, não buscava estimular o sentimento nacional dos russos e russófonos da Ucrânia ou instrumentalizá-lo contra o governo central do país vizinho. O autor afirma que faltavam, da parte do Estado russo, políticas de apoio a organizações políticas e culturais russas na Ucrânia, bem como à atuação de meios de comunicação russos no país (Lieven, 1997, p.257 *apud* Klimin, 2009, p.417-418).

Klimin (2009, p.416-420) atribui tal postura do governo russo à forte crise econômica pela qual passava a Rússia nos anos 1990, ao desejo do governo Ieltsin de evitar questionamentos da independência da Ucrânia e ao desinteresse do presidente russo em encampar o papel de defensor de russófonos e russos étnicos no espaço pós-soviético. Deve-se mencionar, por fim, o fator ideológico. Como visto acima, o KPU era o maior partido político da Ucrânia nos anos 1990, além de ser a principal força de oposição a Kuchma. Nesse sentido, o KPU se notabilizava por posicionamentos pró-russos e contrários ao alinhamento geopolítico da Ucrânia ao Ocidente, além de se apresentar como defensor dos russos étnicos e falantes de russo no país. No entanto, a adesão do partido ao ideário socialista-comunista herdado da União Soviética constituía um empecilho para a cooperação com Ieltsin: o presidente da Rússia era ideologicamente contrário ao comunismo, além de enfrentar como principal força de oposição o KPRF, partido que possuía relações de amizade com o KPU e atuava, na prática, como um partido análogo deste último na Rússia (Szepticki, 2014, p.149-151).

#### **4.4 A questão territorial-administrativa da Ucrânia**

Em vista da existência de padrões de concentração regional da população russa étnica e do uso da língua russa na Ucrânia, bem como da experiência imperial russa e soviética, o tema das fronteiras da Ucrânia também assumia relevância nos debates políticos na Rússia (ver mapas 9, 12 e 13). O acordo RSFSR-URSR de 1990 estabeleceu o respeito mútuo das duas repúblicas às suas fronteiras administrativas existentes àquele momento no âmbito do Estado soviético (RSFSR, 1990), com o que a RSFSR, implicitamente, reconheceu

o pertencimento da Crimeia – e de outras regiões com forte presença russa étnica e uso da língua russa - à Ucrânia. Como visto no final do capítulo anterior, o governo Ieltsin, no âmbito dos acordos de Belavezha, reconheceu a Ucrânia nas fronteiras herdadas da União Soviética. Finalmente, o Grande Acordo de 1997 reiterou o compromisso mútuo de Rússia e Ucrânia com suas integridades territoriais, soberania e não interferência nos assuntos internos (Rússia, 1997a).

Entretanto, por grande parte da década de 1990, a questão territorial russo-ucraniana foi marcada por ambiguidades e tensões. No início dos anos 1990, era comum, na elite política da Rússia, a tese de que o reconhecimento mútuo de fronteiras seria válido somente no contexto de uma união entre Rússia e Ucrânia, de modo que, se a Ucrânia se tornasse independente, adeptos de tal visão consideravam ser legítimo levantar a questão territorial nas relações entre Moscou e Kiev (Solchanyk, 2001, p.159-163). Poucos dias após a declaração de independência da Ucrânia, o assessor de imprensa de Ieltsin, Pavel Voshchanov, fez uma controversa declaração em que, afirmando-se autorizado por Ieltsin, comunicou que a Rússia se reservava o direito de levantar a questão da revisão de fronteiras com as repúblicas vizinhas em caso do fim de relações de união estatal. As únicas exceções, conforme Voshchanov, seriam as três ex-repúblicas soviéticas do Báltico, visto que, àquela altura, a Rússia já havia reconhecido suas independências (Klimin, 2009, p.82).

No caso da Ucrânia, Voshchanov referiu-se explicitamente à Crimeia e ao Donbass enquanto regiões que estariam sujeitas a revisões de fronteiras (Sasse, 2007, p.222-223). Voshchanov justificou suas declarações invocando a necessidade de proteger as populações locais em regiões historicamente habitadas por russos (Solchanyk, 2001, p.56). Diante do rechaço ucraniano, ocorreu uma crise bilateral, solucionada com a visita de uma delegação russa liderada pelo vice-presidente Rutskoi à Ucrânia. As conversações resultaram em um comunicado conjunto que reiterou o compromisso com o acordo RSFSR-URSR de 1990 – incluindo no aspecto territorial – e afirmou a necessidade de se evitar uma desintegração desordenada do Estado soviético (Klimin, 2009, p.84-87; Solchanyk, 2001, p.57-59).

Deve-se mencionar que posicionamentos como os declarados por Voshchanov não eram algo isolado na elite política russa no período - pelo contrário, visões de tal cunho eram compartilhadas por parte substancial da elite política russa, seja na direita ou na esquerda, seja entre apoiadores ou opositores de Ieltsin. Vale citar uma série de exemplos ilustrativos, embora longe de exaustivos, nesse sentido. Em novembro de 1991, Gorbachev pôs em questão os fundamentos da soberania de Kiev sobre a Crimeia e partes do leste da Ucrânia

(Klimin, 2009, p.83-89). No início de 1992, o vice-presidente Rutskoi, por sua vez, afirmou que a consciência nacional russa não permitiria que as fronteiras da Rússia se restringissem às da Federação Russa herdadas do Estado soviético. No contexto da polêmica de Voshchanov, Gavriil Popov, o primeiro prefeito de Moscou (1991-1992) no período pós-soviético, considerado um liberal próximo a Ieltsin, defendia a realização de referendos sobre o status político de regiões como a Crimeia e Odesa. O também considerado liberal Anatolii Sobchak, prefeito de São Petersburgo (1991-1996) e patrão político de Putin no início da carreira política deste último, questionava, à época do referendo de independência da Ucrânia, o pertencimento de certas províncias à Ucrânia. Sobchak também alertava para os riscos de uma possível assimilação ucranianizante dos russos que viviam na Ucrânia e, ademais, afirmava que a rejeição de Kiev a uma confederação com a Rússia poderia levar a reivindicações territoriais de Moscou com relação à Ucrânia (Solchanyk, 2001, p.54-61).

Em paralelo, a Ucrânia era marcada por regionalismos que, em alguns casos, desdobraram-se em agendas autonomistas ou mesmo secessionistas no leste e no sul com pautas convergentes com as que circulavam na elite política russa. Por exemplo, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, surgiram iniciativas pela manutenção do Donbass na União Soviética (inclusive, em alguns casos, com partes da região sendo transferidas para a RSFSR) caso a Ucrânia não ingressasse no novo pacto de união de repúblicas negociado no período. Em 1990 e após a declaração de independência da Ucrânia, houve diversas iniciativas no Donbass, inclusive com envolvimento de membros da elite política da região, que reivindicavam autonomia política e econômica regional, bem como defendiam o uso da língua russa e a federalização da Ucrânia. Já na região de Odesa, em 1990, surgiu, entre intelectuais russófonos (com apoio de certos membros da elite política regional) a proposta de uma região autônoma composta pelas províncias de Odesa, Kherson, Mykolaïv, Zaporizhzhia e Dnipropetrovsk em uma Ucrânia federalizada (Kasianov, 2008, p.96-102; Solchanyk, 2001, p.137-138; Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.10-21; Skorkin, 2016a).

Em junho de 1993, eclodiu uma grande greve de mineiros no Donbass. Ocasionalmente inicialmente pela insatisfação com a situação econômica na região, o movimento também tinha entre suas demandas a autonomia regional do Donbass e a restauração de laços econômicos com a Rússia. Instrumentalizado pela elite política regional, interessada em elevar seu poder político e econômico frente ao governo central em Kiev, o movimento se desdobrou na realização, em março de 1994, de um referendo consultivo nas *oblasti* de Donetsk e Luhansk sobre a federalização da Ucrânia (somente na província de Donetsk), a

oficialização da língua russa e o aprofundamento da integração da Ucrânia na CEI. Conforme os resultados oficiais anunciados, a maioria esmagadora dos eleitores votou em favor de cada uma dessas propostas, com taxa de comparecimento superando os 70% (Arel; Driscoll, 2023; Kasianov, 2008, p.101; Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.25-28; Skorkin, 2016a; Solchanyk, 2001, p.137-138).<sup>25</sup>

No contexto da agitação na Crimeia no início dos anos 1990, que será abordada em maior detalhe adiante, e dos referendos no Donbass em 1994, a versão de 1994 do “Estratégia para a Rússia” do SVOP prognosticava a possibilidade de uma desintegração da Ucrânia. Conforme o relatório, crescia, no centro, no leste e no sul da Ucrânia, o apoio a uma união com a Rússia. De acordo com o documento, a situação na Ucrânia constituía “o mais sério desafio externo de longo prazo à segurança e à estabilidade da Rússia” (Strategiia ..., 1994, p.4. Tradução nossa). Em texto de janeiro de 1994, Andranik Migranian, que atuava como consultor de Ieltsin, afirmou que a Ucrânia era um Estado artificial, fator que, somado à degradação da situação econômica e social no país, intensificaria as divisões regionais a ponto de forçar a elite ucraniana a considerar a integração à Rússia ou à CEI como alternativa frente a um cenário de desintegração estatal ou mesmo guerra civil (D’Anieri, 2023, p.70-71).

Apesar de terem simpatizantes e articulações na Rússia (como no caso de Zatulin), organizações defensoras da autonomia regional ou de potencial secessionista no Donbass no final dos anos 1980 e durante a década de 1990 não encontraram interesse e apoio significativos na Rússia, o que gerava queixas dos próprios atores que encabeçavam tais iniciativas na região (Skorkin, 2016a). Um cenário diferente, contudo, ocorreu no caso da Crimeia. A região se tornou a polêmica territorial mais intensa entre Rússia e Ucrânia nos anos 1990, o que se deve, em grande medida, ao maior interesse da elite política e da sociedade russas por essa questão. Como posto por Kasianov (2008, p.97), o separatismo na Crimeia foi o único caso de regionalismo a ameaçar seriamente a integridade territorial da Ucrânia nos anos 1990.

#### 4.4.1 O status da Crimeia e de Sevastopol: início

A Crimeia ocupa um lugar de grande importância no nacionalismo russo e soviético.

---

25 Na *oblast’* de Donetsk, 79,69% votaram a favor da federalização da Ucrânia; 87,16% a favor da oficialização do russo, ao lado do ucraniano; e 88,72% a favor da maior participação da Ucrânia na CEI (por meio da assinatura do estatuto da organização e a participação em sua união econômica e na assembleia interparlamentar de seus Estados-membro). Na província de Luhansk, ao redor de 90% dos eleitores posicionou-se a favor da oficialização do russo e da maior participação da Ucrânia na CEI (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.27-28).

Reforçadas culturalmente ao longo da história, as percepções sobre a Crimeia se traduziram em uma “mentalidade de propriedade” na Rússia sobre a região (Sasse, 2007, p.52. Tradução nossa) e sua descrição como um “símbolo do poder imperial russo” (Sasse, 2007, p.69. Tradução nossa).

As raízes das disputas pós-soviéticas sobre o status da Crimeia e da cidade de Sevastopol remontam ao período da *perestroika* e da *glasnost*. Na segunda metade dos anos 1980, parte da elite política russa e soviética, incluindo o próprio Gorbachev, passou a questionar os fundamentos de tal decisão, embora não necessariamente propondo o retorno da Crimeia à jurisdição da RSFSR (Klimin, 2009, p.64-66). Com a aceleração do processo de desintegração da União Soviética, debates sobre o status da Crimeia e de Sevastopol tornaram-se mais frequentes na mídia e na classe política russas. Por exemplo, a questão foi levantada por diversos deputados durante discussões e deliberações sobre o referido acordo RSFSR-URSR de 1990 (Klimin, 2009, p.66-81). Ademais, ressurgiram reivindicações sobre a região na Rússia, especialmente no caso de Sevastopol, por conta das narrativas de glória militar russa associadas à cidade, que sediava a FMN (Sasse, 2007, p.44, 70-74, 230). Pesquisas de opinião na Rússia entre 1996 e 1999 apontaram que entre 70% e 78% dos entrevistados consideravam que Sevastopol deveria fazer parte da Rússia (D’Anieri, 2023, p.80; Solchanyk, 2001, p.178-179).

É crucial ressaltar que tais visões também eram bastante difundidas na própria Crimeia, fato que trazia uma série de implicações em termos das possibilidades de articulações entre atores locais e da elite política da Rússia. Conforme o censo soviético de 1989, 66,9% da população da *oblast*’ da Crimeia era de russos étnicos, enquanto que os ucranianos correspondiam a 25,8% (os tártaros só viriam a retornar em peso à Crimeia a partir de 1991). Na cidade de Sevastopol, o número de russos étnicos era ainda maior: 74,04%. Ademais, a língua russa era predominante na Crimeia, mesmo entre aqueles que não se identificavam como russos étnicos (Sasse, 2007, p.137). A ideia de uma identidade regional particular, mais simpática à Rússia, era amplamente compartilhada na elite e na população da Crimeia de modo geral. Pesquisas de opinião realizadas na década de 1990 apontavam que o nível de identificação com a Ucrânia enquanto pátria era menor do que a identificação com a União Soviética, a Rússia, a região da CEI e a própria Crimeia (Sasse, 2007, p.195-196; Solchanyk, 2001, p.141-142, 196-199). Em 1994, uma pesquisa de opinião pública apontou que 55% dos entrevistados na Crimeia teria votado contra a independência da Ucrânia (Solchanyk, 2001, p.140-141).

Nesse contexto, os esforços pela autonomia e, posteriormente, pela independência da Ucrânia foram recebidos com desconfianças na Crimeia. Para isso, também contribuíram temores de parte da população local de que ocorreria uma ucranianização política e linguística da região (Sasse, 2007, p.74). Ademais, deve-se destacar o fato de a Crimeia ser um bastião do conservadorismo soviético, marcado por uma tendência de não adesão aos direcionamentos reformistas promovidos por Gorbachev. A Crimeia também possuía uma forte concentração de instituições vinculadas ao complexo militar-industrial soviético, além de sediar uma importante setor turístico associado às estruturas de Estado e organizações da sociedade soviética (Sasse, 2007, p.130-133).

À medida em que avançava o processo de desintegração da União Soviética e formação da Ucrânia independente, afirmava-se uma disputa entre a Crimeia e o governo central em Kiev em torno da divisão de poderes entre o centro e a região. Nesse contexto, surgiram, também, reivindicações secessionistas baseadas no nacionalismo russo. Em janeiro de 1991, foi organizado um referendo sobre o status da Crimeia. Conforme os resultados oficiais, 93,3% dos eleitores (com taxa de comparecimento de 81,4%) aprovou a reinstituição da KASSR, enquanto ente federativo da União Soviética e participante das negociações sobre um novo tratado de união (SASSE, 2007, p.133-138).<sup>26</sup> Reagindo ao referendo, a VR declarou o reestabelecimento da KASSR, mas como parte da URSS (Klimin, 2009, p.97). Kravchuk, candidato mais votado na Crimeia na eleição presidencial ucraniana de 1991, apoiava o status de autonomia regional, que foi incorporado à constituição da URSS em junho de 1991 (Sasse, 2007, p.138-142). Um referendo sobre o status de Sevastopol também foi realizado. Segundo os resultados oficiais divulgados, 97% dos eleitores votaram a favor do status de Sevastopol como cidade vinculada ao Estado soviético (Klimin, 1997, p.118).

Em setembro de 1991, o Conselho Supremo da Crimeia adotou uma declaração de “soberania estatal” (KASSR, 1991). Vale ressaltar que a declaração de soberania estatal reconheceu a soberania do Estado ucraniano e não fez uso de expressões inequivocamente secessionistas – o documento não utilizou a palavra *nezavisimost’*, termo russo mais utilizado para denotar a independência estatal plena, e sim termos como *suverenitet* (soberania) e *samostoiatel’nost’* (que pode ser entendida como “independência”, “autonomia”, “autogoverno” ou “autossuficiência”, mas em uma conotação menos precisa do que o conceito de *nezavisimost’* estatal propriamente dita) (Sasse, 2007, p.143). Ademais, uma

<sup>26</sup> Os tártaros da Crimeia largamente boicotaram a votação, ao mesmo tempo em que reivindicavam autonomia regional e estabeleciam suas próprias instituições políticas não reconhecidas pelos órgãos político-administrativos da Crimeia. É importante ressaltar que os tártaros da Crimeia tendiam, em geral, a aderir à Ucrânia independente, e não à Rússia, após o colapso do Estado soviético (Sasse, 2007, p.152-153).

resolução do Conselho Supremo da KASSR questionou a legitimidade da transferência da região para a jurisdição da Ucrânia (Sasse, 2007, p.140).

Apesar de a maioria dos eleitores na Crimeia e em Sevastopol terem apoiado a independência da Ucrânia no referendo de dezembro de 1991, disputas sobre o status da região tiveram continuidade. Em fevereiro de 1992, o Conselho Supremo da Crimeia declarou a mudança de nome da KASSR para República da Crimeia (*Respublika Krym* - RK, em russo) (Klimin, 2009, p.98). Em maio de 1992, após impasses em negociações de divisão de poderes com Kiev (Sasse, 2007, p.145), o Conselho Supremo da RK adotou o Ato de Proclamação da Independência (*samostoiatel'nost'*) Estatal da República da Crimeia, documento que afirmou a criação do “Estado soberano” (*suverennoe gosudarstvo*) da RK, que desenvolveria relações com outros Estados com base no direito internacional (RK, 1992a).

O ato foi acompanhado de uma resolução sugerindo negociações para um “acordo bilateral” entre a RK e a Ucrânia (RK, 1992b). Simultaneamente, o Conselho Supremo da RK anunciou o agendamento de um referendo regional para agosto de 1992 no qual os habitantes da Crimeia votariam a respeito da independência (*nezavisimost'*) da região e sua união com outros Estados (RK, 1992c). Por fim, cabe ressaltar a declaração de uma constituição da RK, também em maio de 1992. De tom ambíguo, a constituição, ao mesmo tempo em que fez menções de pertencimento ao Estado ucraniano, definiu a RK como um Estado com poderes soberanos sobre seu território e capaz de conduzir suas relações exteriores de maneira independente (Sasse, 2007, p.146).

A Ucrânia reagia negativamente a tais ações, demandando, por exemplo, que o Conselho Supremo da RK anulasse as decisões relacionadas ao Ato de Independência Estatal e ao referendo de 1992 (Klimin, 2009, p.98-99). Sob pressão de Kiev, as lideranças da Crimeia recuaram, de modo que o Conselho Supremo da RK declarou a anulação da confirmação do Ato de Independência Estatal (RK, 1992d) e a suspensão do referendo (RK, 1992e). O parlamento ucraniano também declarou a constituição da RK inválida e demandou sua adequação à constituição ucraniana. Ainda em 1992, a constituição da RK passou por emendas. Apesar da inserção de mais referências ao pertencimento à Ucrânia e à sua soberania, a nova versão conservou os fortes atributos de soberania da RK presentes na concepção original (Sasse, 2007, p.146-149).

Inicialmente capitaneada pela elite regional do partido comunista soviético, a agenda da autonomia da Crimeia foi apropriada por organizações e partidos políticos pró-russos mais radicais, que intensificaram a agenda autonomista/separatista. Nesse sentido, o ano de 1994

representou um marco, com a eleição de Iurii Meshkov, do bloco nacionalista russo “Rússia” (*Rossia*), para a presidência da RK, ao que se seguiu o fortalecimento de forças pró-russas no parlamento da região. Em sua campanha eleitoral, Meshkov, apesar de não falar inequivocamente em secessão plena em relação à Ucrânia, empregava um discurso de união da Crimeia com a Rússia e tinha propostas como a realização do referendo de status da região e a inserção da Crimeia na zona do rublo russo (Sasse, 2007, p.156).

Apesar de amorfo, o movimento nacional russo, centrado nas ideias do separatismo da Crimeia, o nacionalismo russo e a reintegração com a Rússia, vinha ganhando força diante da depressão econômica e dos temores de uma ucranianização cultural e linguística (Sasse, 2007, p.140, 146-148, 155-160, 166-167). No poder, Meshkov tomou iniciativas no sentido de promover uma votação regional sobre o status da Crimeia, nomeou cidadãos russos para postos de governo e apelou para o boicote de eleições ucranianas na região (Sasse, 2007, p.161, 169). Em agosto de 1994, a câmara municipal de Sevastopol declarou seu apoio à jurisdição da Rússia sobre a cidade (Klimin, 2009, p.118). As novas ações tomadas pelas lideranças da Crimeia em 1994 suscitaram, como antes, reações negativas por parte do governo e do parlamento ucranianos. Disputas pelo controle de órgãos militares e de segurança na Crimeia entre o poder central e autoridades regionais elevaram a possibilidade de um conflito armado (Sasse, 2007, p.160-161, 167). Em paralelo, a questão da Crimeia se internacionalizava, com a posição da Rússia sendo um fator de bastante relevância.

#### 4.4.2 O movimento autonomista/separatista na Crimeia: o fator Rússia

Como o governo russo e outros grupos da elite política do país reagiram aos acontecimentos na Crimeia? De modo geral, os acontecimentos na Crimeia recebiam grande atenção na Rússia. Em abril de 1992, uma delegação russa composta por Ruskoi e figuras militares e políticas visitou, sem convite do governo ucraniano, Sevastopol. Nessa ocasião, oficiais russos afirmaram a ilegalidade da transferência da Crimeia para a Ucrânia no período soviético, insinuaram que a Crimeia deveria pertencer à Rússia e apoiaram a realização do referendo sobre o status da região. Já no campo de Ieltsin e seus apoiadores, havia opiniões divergentes. Cabe mencionar, nesse sentido, que mesmo Andrei Kozyrev questionava o pertencimento da Crimeia à Ucrânia, embora alertasse para a necessidade de se evitar um conflito entre Rússia e Ucrânia sobre o assunto (Sasse, 2007, p.226-227).

Também em 1992, Aleksandr Kruglov – um deputado do Conselho Supremo da

Crimeia, vereador no Conselho Municipal de Sevastopol e líder da seção de Sevastopol da organização nacionalista russa Frente da Salvação Nacional (que tinha entre seus membros Ziuganov e outros famosos parlamentares russos, como Sergei Baburin) – buscava mobilizar a região em torno da questão de Sevastopol, o que incluía apelos a Moscou sobre o tema. Kruglov coordenava suas atividades com o deputado russo Evgenii Pudovkin, o qual, por sua vez, buscava mobilizar o parlamento russo sobre a questão do status de Sevastopol. A atuação de Kruglov e Pudovkin resultou na formação de um comitê parlamentar russo responsável por analisar a questão do status de Sevastopol (Solchanyk, 2001, p.172-173).

Enquanto padrão geral, pode-se falar em uma notória diferença de comportamento entre o governo Ieltsin e grupos no poder legislativo russo sobre o tema da Crimeia. Enquanto o governo Ieltsin tendia a evitar envolvimento nas disputas entre as lideranças da Crimeia e o governo central ucraniano, parlamentares russos demonstravam maior interesse em envolver-se nessas questões em apoio às lideranças da Crimeia, embora nem sempre negando abertamente a integridade territorial da Ucrânia (Klimin, 2009, p.109).

Em maio de 1992, o Conselho Supremo da Rússia aprovou uma resolução sobre a transferência da Crimeia da RSFSR para a URSS. A resolução afirmou que a decisão de 1954 havia violado a constituição da RSFSR à época e declarou que ela não possuía valor jurídico. Ademais, o documento, apesar de se reportar ao acordo RSFSR-URSS de 1990, propôs a realização de negociações russo-ucranianas sobre a definição do status da Crimeia com a participação de representantes da região e levando em conta a vontade da população da Crimeia (Rússia, 1992b). Por outro lado, sinalizando ambiguidades sobre o tema, deputados russos, em comunicado à VR, afirmaram não se tratar de uma iniciativa de reivindicações territoriais (Klimin, 2009, p.100-102).

A resolução de maio de 1992 foi a primeira de uma série de documentos similares aprovados no parlamento russo. Em dezembro do mesmo ano, o Congresso de Deputados do Povo recomendou ao Conselho Supremo da Rússia avaliar a questão do status de Sevastopol – uma iniciativa precedida por esforços conjuntos de deputados dos parlamentos da Crimeia, de Sevastopol e da Rússia pra promover a união da cidade com a Rússia (Sasse, 2007, p.230). Em 1993, a comissão de Pudovkin sondou deputados do parlamento da Crimeia a respeito da ideia de uma confederação entre Rússia, Ucrânia e Crimeia, enquanto que o vice-presidente do parlamento russo afirmou ao parlamento da Crimeia que Moscou poderia agir como garantidora internacional de um referendo sobre a independência da região (Solchanyk, 2001, p.173). Em julho de 1993, o Conselho Supremo da Rússia aprovou uma resolução a respeito

de Sevastopol. O documento afirmou o “status federal russo” da cidade, sugerindo a preparação de um projeto de lei que inserisse tal status na constituição da Federação Russa (Rússia, 1993b). Em setembro de 1993, o deputado Oleg Rumiantsev, secretário do comitê constitucional da Rússia, visitou a Crimeia e assegurou a habitantes de Sevastopol que a cidade seria russa e, desse modo, seria incluída na constituição da Federação Russa (Solchanyk, 2001, p.174). Konstantin Zatulin, por sua vez, encabeçava atividades em torno do questionamento da soberania da Ucrânia sobre a Crimeia, chegando a discursar no parlamento da região em 1994 (Solchanyk, 2001, p.175-177).<sup>27</sup>

Entretanto, iniciativas desse cunho não foram levadas adiante pelo governo Ieltsin, embora deva-se mencionar a ocorrência de exceções a tal orientação política.<sup>28</sup> Ieltsin e o Ministério de Negócios Esstrangeiros da Rússia manifestaram publicamente discordância com a resolução do Conselho Supremo sobre Sevastopol (Klimin, 2009, p.121-124). Até mesmo em foros internacionais, o governo russo distanciou-se da decisão tomada pelo Conselho Supremo em 1993. Em julho daquele ano, o governo ucraniano dirigiu-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) denunciando a ação do parlamento russo como uma ameaça à integridade territorial da Ucrânia (Zlenko, 1993). Em resposta, o Ministério de Negócios Estrangeiros da Rússia afirmou que a resolução do Conselho Supremo não refletia a política oficial do governo russo (Rússia, 1993b). O representante da Rússia no CSONU, Iulii Vorontsov, afirmou o compromisso de Moscou com a integridade territorial da Ucrânia. Em comunicado coletivo, o CSONU também declarou seu compromisso com a integridade territorial da Ucrânia e rechaçou a resolução do parlamento russo, lembrando do acordo URSS-RSFSR de 1990 (CSONU, 1993). Por outro lado, o documento encaminhado pelo governo russo ao CSONU abria margem para ambiguidades na interpretação do status da Crimeia, de Sevastopol e da integridade territorial da Ucrânia como um todo (Sasse, 2007, p.131).

As tensões entre os líderes da Crimeia e o governo central ucraniano acirraram-se em 1995. Em março de daquele ano, a VR, entre outras medidas, declarou a nulidade da

---

27 Por conta de sua atuação em relação à Crimeia e suas opiniões sobre a Ucrânia, que incluíam o questionamento da independência deste país, Zatulin chegou a ser declarado *persona non grata* pelas autoridades ucranianas em 1996, sendo proibido de entrar na Crimeia (Klimin, 2009, p.436; Solchanyk, 2001, p.22).

28 Por exemplo, o governo russo, em negociações com a Ucrânia em 1993, teria feito uma demanda pelo reconhecimento de Sevastopol como uma cidade russa, o que foi rejeitado pelo governo ucraniano (Klimin, 2009, p.121). Em março de 1994, Ieltsin, apesar de reconhecer que a Crimeia era uma “república soberana” dentro da Ucrânia, afirmou que nem Kiev, nem Moscou deveriam interferir nos assuntos da região (Solchanyk, 2001, p.193). Já em março de 1995, a embaixada russa na Ucrânia passou a distribuir passaportes russos para habitantes da Crimeia, ação que foi cancelada diante da oposição do governo ucraniano (Kasianov, 2008, p.106).

constituição e do posto de presidente da RK, o que fez Meshkov exilar-se na Rússia. O Conselho Supremo da RK reagiu dirigindo-se ao presidente e ao parlamento da Rússia apelando para que Moscou, em suas relações com Kiev, levasse em conta os interesses da Crimeia. Por fim, parlamentares da RK também apelaram aos presidentes de Rússia e Ucrânia, bem como à comunidade internacional, para que atuassem como garantidores da realização de um referendo sobre o status da Crimeia (Klimin, 2009, p.110). O Conselho Supremo da Crimeia também apelou para que o Grande Acordo só fosse concluído se os interesses da região fossem levados em conta. Sergei Tsekov, o presidente do Conselho Supremo da Crimeia, chegou a visitar Moscou, ocasião em que discursou na Duma, para apelar pelo apoio da Rússia (Solchanyk, 2001, p.195).

No período 1994-1995, teve continuidade o padrão de divergências de abordagem entre o governo Ieltsin e grupos atuantes na esfera legislativa da Rússia. As relações de Ieltsin com Meshkov foram bastante ilustrativas nesse sentido. Logo após sua vitória eleitoral em 1994, Meshkov viajou à Rússia para encontros com altos oficiais russos. No entanto, o político da Crimeia não obteve o apoio que parecia esperar. Após a estadia em Moscou, Meshkov diminuiu a retórica sobre a realização do referendo de status da Crimeia. Ademais, supostamente após consultas com o governo russo, Meshkov recomendou ao Conselho Supremo da RK que não implementasse uma decisão sobre a reinstituição da constituição da RK de maio de 1992 (Sasse, 2007, p.164-165, 232).

Já deputados na Duma criticaram as ações do governo ucraniano, classificando-as como um desrespeito à vontade dos cidadãos da Crimeia que poderia influenciar negativamente as relações Rússia-Ucrânia. Nesse sentido, a Duma recomendou ao governo russo que levasse em conta os interesses e a vontade da população da Crimeia, ouvindo os líderes da RK. Vale destacar que, em documentos adotados à época, a Duma não se reportou ao acordo RSFSR-URSR de 1990 e fez insinuações de que Sevastopol pertencia à Rússia, embora tal postura não tenha tido repercussões práticas relevantes (Klimin, 2009, p.110-111). Em maio de 1995, diante dos planos de realização do referendo na Crimeia, a Duma, respondendo a apelos de apoio do Conselho Supremo da RK, autorizou o envio de observadores para a votação. Além disso, a Duma apelou às autoridades ucranianas que respeitassem a vontade da população da Crimeia e novamente sugeriu ao governo russo que, em suas relações com o governo ucraniano, levasse em conta a opinião dos habitantes da Crimeia e seus representantes eleitos (Rússia, 1995b). Entretanto, diante de novas pressões do governo central ucraniano, o referendo na Crimeia foi cancelado (Klimin, 2009, p.112).

O ano de 1996 também registrou ações na Duma e no debate público russo sobre a Crimeia. Em dezembro de 1996, deputados da Duma Estatal russa produziram um projeto de resolução declarando que a soberania russa se estendia a Sevastopol. Nesse sentido, afirmou-se o “status federal russo” de Sevastopol, em linha com a experiência da RSFSR (Rússia, 1996a). Iniciativas similares ocorreram no Conselho da Federação, particularmente sob iniciativa de um dos mais famosos políticos da Rússia, Iury Luzhkov, prefeito de Moscou (1992-2010) e futuro aliado de Putin. Em outubro de 1996, Luzhkov, que se notabilizou pelo ativismo em torno da questão da Crimeia, publicou uma carta aberta ao governo e aos congressistas russos, assinada também por militares aposentados, apelando pelo reconhecimento de Sevastopol como uma cidade russa (Klimin, 2009, p.127). No mesmo mês, o popular general Aleksandr Lebed, candidato na eleição presidencial de 1996 e nomeado por Ieltsin como secretário do Conselho de Segurança da Rússia no mesmo ano, declarou que Sevastopol era uma cidade russa (D’Anieri, 2023, p.80). Em dezembro de 1996, o Conselho da Federação emitiu uma declaração em que condenou a Ucrânia por “contrariamente à realidade objetiva”, não estar disposta a discutir “a questão sobre o status federal russo da cidade de Sevastopol” (Rússia, 1996b. Tradução nossa). Em 1997, a câmara alta do parlamento russo insistiu em negociações por uma resolução pacífica da questão do status de Sevastopol entre Rússia e Ucrânia (Rússia, s.d.a). Vale mencionar que mesmo membros do NDR e políticos nomeados por Ieltsin no Conselho da Federação apoiaram resoluções sobre a questão de Sevastopol (D’Anieri, 2023, p.82).

A questão da Crimeia também repercutiu em discussões sobre o Grande Acordo. Em 1995, o próprio Ieltsin, além de apelar para que o governo ucraniano negociasse com as lideranças da Crimeia, chegou a condicionar a conclusão do Grande Acordo ao respeito dos direitos da população da região (Sasse, 2007, p.234). Já Luzhkov criticou a confirmação implícita de que Sevastopol pertenceria à Ucrânia (Klimin, 2009, p.22). Para Zatulin, o Grande Acordo, na maneira como formulado para ratificação, era prejudicial aos interesses da Rússia por selar as questões da Crimeia e de Sevastopol e privar a Rússia de oportunidades de se envolver na situação dos russos étnicos e da língua russa na Ucrânia (Zatulin, 1998). Zatulin considerava que o reconhecimento das fronteiras da Ucrânia deveria ser condicionado à assinatura de um acordo federativo entre Kiev e a Crimeia. Nesse sentido, para o político, a Rússia deveria negociar sobre a Crimeia partindo do ponto de vista de que a cidade de Sevastopol, *de jure*, pertencia a Moscou (Zatulin, 1996).

A referida recomendação do Comitê da Duma Estatal para Assuntos da CEI e as

Relações com os Compatriotas, de abril de 1998, recomendou ao governo Ieltsin que negociasse um outro acordo com a Ucrânia que levasse em conta os fundamentos históricos e legais do status da Crimeia e de Sevastopol (Klimin, 2009, p.27-28). A ratificação do Grande Acordo no Conselho da Federação somente ocorreu após o governo russo ter proposto que o documento entrasse em vigor após a VR ratificar os acordos referentes à FMN em 1997. Levando em conta essa condicionalidade, o Conselho da Federação ratificou o Grande Acordo (Klimin, 2009, p.33-41).

A partir de 1994, o movimento nacional russo na Crimeia, com seu potencial separatista, entrou em decadência, em paralelo com a consolidação da soberania do Estado ucraniano sobre a região. A falta de unidade política, a ausência de um programa político claro e robusto<sup>29</sup> e a incapacidade de solucionar problemas econômicos degradaram o apoio a Meshkov e grupos mais fortemente proponentes da agenda separatista pró-russa. Ademais, o apoio que o movimento pró-russo da Crimeia esperava receber de Moscou não se materializou. Por fim, a eleição de Kuchma em 1994 enfraqueceu a narrativa sobre os perigos de um governo nacionalista ucraniano em Kiev (D’Anieri, 2023, p.79; Sasse, 2007, p.169-180; Solchanyk, 2001, p.196-197). Diante desses fatores, criou-se um ambiente mais conducente para compromissos entre a Crimeia e o Estado central ucraniano.

Em junho de 1996, a constituição da Ucrânia foi aprovada com o estabelecimento da República Autônoma da Crimeia (ARK, de *Avtonomna Respublika Krym*, em ucraniano; *Avtonomnaia Respublika Krym*, em russo). Sevastopol, por sua vez, foi confirmada como uma unidade administrativa separada, tornando-se, ao lado de Kiev, uma cidade de status especial na Ucrânia (Sasse, 2007, p.180-190). No final de 1998, a VR aprovou uma constituição regional negociada com representantes da Crimeia. Em linha com a constituição da Ucrânia, a constituição da ARK definiu esta última como uma parte inalienável do Estado ucraniano, com status de autonomia (vagamemente) garantido. O ucraniano foi definido como única língua oficial, enquanto que o uso do russo seria garantido. Atos normativos tomados pelo parlamento e o governo regionais deveriam estar em consonância com a constituição e as leis da Ucrânia. O escopo das relações exteriores da ARK foi limitado às áreas da economia,

---

29 Como destacou Solchanyk, a opinião pública e as lideranças políticas da Crimeia na época frequentemente articulavam seus objetivos de maneira ambígua ou mesmo contraditória. Por exemplo, uma pesquisa de opinião realizada em 1993 mostrou que 57% dos habitantes da Crimeia apoiava que a região tivesse “independência dentro da Ucrânia”. Já Meshkov, em sua campanha eleitoral, não formulava claramente o significado do status de “independência” da Crimeia, enquanto que Nikolai Bagrov, líder comunista da Crimeia e presidente do Conselho Supremo da região entre 1991 e 1994, apoiava simultaneamente a independência e a manutenção do status quo nas relações entre a região e o Estado central em Kiev (Solchanyk, 2001, p.191-192).

cultura, ciência, educação e meio ambiente (Sasse, 2007, p.201-205). Dessa forma, a ARK foi estabelecida com poderes significativamente reduzidos em comparação com as concepções mais expansionistas do movimento autonomista/secessionista, o que contribuiu para promover a integração da Crimeia ao Estado ucraniano.

A falta de um envolvimento mais assertivo do governo russo em apoio às lideranças autonomistas e separatistas da Crimeia também contribuiu para tal desfecho. Tal postura do governo russo tem sido atribuída a diversos fatores. Destaca-se, nesse sentido, o fato de a Rússia, ao longo da década de 1990, estar fortemente envolvida no conflito separatista em torno da Chechênia, o que diminuía a disposição para o envolvimento na questão da Crimeia, bem como a simpatia com movimentos separatistas de forma geral (Sasse, 2007, p.200, 233; Solchanyk, 2001, p.195). Outra questão doméstica que ajuda a compreender a postura de Ieltsin é o fato de a ascensão e o auge do secessionismo nacionalista russo na Crimeia, em 1992-1994, terem coincidido com as referidas disputas de Ieltsin com o parlamento russo. Nesse contexto, Ieltsin buscava distanciar-se de pautas, como o status da Crimeia, associadas aos setores mais radicais no parlamento russo (Sasse, 2007, p.222). Além disso, pode-se mencionar um possível temor do governo Ieltsin de que uma postura mais agressiva quanto à questão da Crimeia poderia reverter o processo de desnuclearização da Ucrânia. Ademais, a manutenção da Crimeia dentro da Ucrânia poderia funcionar como um reduto de influência pró-russa na política ucraniana (D'Anieri, 2023, p.79). Por fim, deve-se mencionar o próprio fato de a Rússia ter passado, como visto acima, por uma grave degradação econômica na década de 1990, o que afetou negativamente as capacidades do Estado russo.

O desfecho da questão da Crimeia nos anos 1990, por outro lado, não significou que a região tenha deixado de ser tema de tensões nas relações Rússia-Ucrânia. Após a aprovação da constituição da ARK, a Duma, na referida declaração de 1998, denunciou o documento afirmando que a instituição do ucraniano como única língua oficial implicava em uma discriminação contra os russos da Crimeia (Rússia, 1998). Ademais, permaneceram temores em Kiev sobre a possibilidade de um separatismo na região e suas possíveis articulações com a Rússia. Em contatos com o governo dos Estados Unidos, Kuchma afirmava considerar insuficiente o rechaço de Ieltsin ao questionamento do status de Sevastopol por parte de parlamentares russos (Pifer, 2017, p.89). Em 1997, a Ucrânia planejou a realização de exercícios militares multilaterais na Crimeia, com a participação dos Estados Unidos, de países da OTAN e da Rússia. O cenário planejado para tais exercícios era exatamente o auxílio às forças armadas ucranianas na repressão a um levante armado apoiado por um

Estado vizinho, o que era largamente interpretado como cenário de um hipotético apoio russo a um movimento separatista na Crimeia. Os planos suscitaram fortes objeções por parte da Rússia, que desistiu dos exercícios. Em meio à polêmica, os exercícios foram transferidos da Crimeia para a região de Odesa (Pifer, 1997, p.105-106; Sasse, 2007, p.236).

#### **4.5 Conclusões parciais**

O surgimento do Estado ucraniano independente foi um evento de impactos políticos, estratégicos e culturais de alta relevância para a Rússia. No espectro político e intelectual russo, eram comuns ideias de que a Ucrânia deveria manter-se na órbita geopolítica da Rússia ou mesmo de que a independência da Ucrânia e suas fronteiras não possuíam legitimidade.

O governo Ieltsin afastou-se de ideias expansionistas, presentes principalmente em setores nacionalistas russos, e reconheceu o status quo territorial pós-soviético nas relações com a Ucrânia. Após o breve período Ocidentalista na política externa russa, o governo Ieltsin, diante de pressões internas e de seus próprios desapontamentos com as potências ocidentais, aproximou-se do pensamento Estadista, que ascendia politicamente na Rússia. Uma das características centrais dessa corrente, como visto neste capítulo, era exatamente a proposição de uma esfera de influência russa sobre o espaço pós-soviético, considerado uma área de interesses vitais para o Estado russo. Isso se traduziu em esforços para atrair a Ucrânia para iniciativas de integração regional lideradas por Moscou, bem como na busca por evitar que a Ucrânia se integrasse às estruturas ocidentais - em particular, a OTAN.

A Rússia, no entanto, encontrou dificuldades para projetar seus interesses quanto à Ucrânia. Aprofundando uma tendência observada desde o processo de desintegração da União Soviética, a elite política ucraniana buscou preservar a soberania e a independência de seu país. Além disso, a formação de uma burguesia nacional ucraniana com a transição para o capitalismo fez com que influentes setores da sociedade do país atuassem pela proteção dos mercados ucranianos, que seriam penetrados com mais facilidade pelo capital russo caso Kiev aderisse aos projetos de integração regional capitaneados pela Rússia no espaço pós-soviético. Dessa maneira, muito embora a interdependência econômica e interesses do empresariado ucraniano estimulassem a manutenção de laços econômicos com a Rússia, os governos Kravchuk e Kuchma resistiram a uma integração regional no âmbito da CEI nos moldes defendidos pelo governo Ieltsin. Além disso, a Ucrânia buscou aproximar-se do Ocidente

enquanto contrapeso geopolítico à Rússia.

Nos debates na Rússia, os temas da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade e das relações com atores da elite e da sociedade ucranianas apareciam de maneira frequente em considerações sobre como a Ucrânia poderia se desenvolver em um sentido favorável aos percebidos interesses russos, em um contexto no qual a Rússia, à diferença dos períodos tsarista e soviético, já não exercia mais controle administrativo direto sobre a Ucrânia.

Nesse sentido, destaca-se o fator dos russófonos e da população étnica russa na Ucrânia. A reivindicação de que os direitos dos russos étnicos e russófonos fora da Rússia deveriam ser protegidos pelo Estado russo chegou a se tornar parte do discurso oficial do governo Ieltsin. Tais segmentos sociais, como visto ao longo deste capítulo, constituíam uma parcela substancial da população da Ucrânia, concentrada no leste e no sul do país, e poderiam ser, em tese, potenciais aliados de Moscou na busca pela influência sobre os rumos políticos da Ucrânia.

Pode-se falar, ademais, na questão identitária: por conta das particularidades do desenvolvimento histórico da Ucrânia, a sociedade do país dividia-se, grosso modo, entre aqueles (concentrados no oeste) que acentuavam a individualidade etnolinguística dos ucranianos em relação aos russos e tendiam a ver negativamente a experiência histórica da Ucrânia sob domínio russo e soviético; e aqueles, concentrados no leste e no sul, que aceitavam a ideia de proximidade entre russos e ucranianos e enxergavam aspectos positivos na experiência imperial russa e soviética da Ucrânia. Deve-se mencionar, por fim, que, durante boa parte dos anos 1990, parte substancial da população da Ucrânia atribuía a degradação econômica do país à ruptura de relações com a Rússia e apoiava a aproximação a Moscou e a integração regional no espaço pós-soviético. Essas ideias também encontravam forte expressão na cena político-partidária da Ucrânia, como demonstrado pelos resultados de diversas eleições realizadas no país ao longo da década de 1990.

Nesse sentido, como visto ao longo deste capítulo, foi perceptível, durante os anos 1990, o desejo de membros da elite política russa – em algum grau, também no caso do governo Ieltsin – pela interferência na política ucraniana e mesmo pela própria configuração do Estado ucraniano e as relações Estado-sociedade na Ucrânia, de maneira mais ampla. O governo Ieltsin, em suas relações com Kiev, buscou garantias dos direitos dos russófonos e dos russos étnicos da Ucrânia, como ilustram, entre outros, elementos do Grande Acordo russo-ucraniano de 1997. Entretanto, a política de fato do governo russo nesse sentido foi

bastante restrita e reativa. Tais bandeiras foram defendidas de maneira mais assertiva por outros atores da elite política russa, inclusive atuantes no parlamento. Vale lembrar, nesse sentido, que eram frequentes, na Rússia, em particular entre setores nacionalistas, acusações de que havia uma ampla discriminação contra russófonos e russos étnicos na Ucrânia, muito embora tal percepção não fosse fortemente difundida neste país - nem mesmo entre os próprios russófonos e russos étnicos. Ainda assim, ocorriam articulações entre partidos e organizações da sociedade civil da Ucrânia com políticos russos em torno da questão etnonacional e linguística. Nessas articulações, tais atores, de orientação pró-russa, buscavam apoio de políticos russos contra o que consideravam ser um quadro de repressão cultural e linguística com relação à língua russa e aos russos étnicos na Ucrânia.

Ainda no que tange às questões identitárias e etnonacionais na Ucrânia, cabe lembrar de suas possíveis implicações para a estrutura político-administrativa do país. Os regionalismos no leste e no sul da Ucrânia na primeira metade dos anos 1990, que possuíam uma série de pautas convergentes com interesses de atores da elite política russa, se traduziram, no Donbass, em movimentações pela autonomia regional, pela oficialização da língua russa e pelo aprofundamento das relações da Ucrânia com a Rússia e a CEI. Já no caso da Crimeia, no mesmo período, emergiu um movimento de autonomia regional com claras tendências secessionistas e pró-russas. Por uma série de fatores históricos, a questão do status da Crimeia e de Sevastopol, de longe, chamava mais atenção na Rússia em comparação com outros regionalismos na Ucrânia (incluindo o do Donbass). Isso se traduziu em um próximo envolvimento de atores da elite política russa, incluindo forças parlamentares, sobre tal questão. Como visto ao longo deste capítulo, parlamentares russos, por meio de diversas ações, questionaram o pertencimento da Crimeia à Ucrânia – em alguns casos, até mesmo reivindicando jurisdição russa sobre Sevastopol. Ademais, políticos russos estabeleceram relações de apoio político com membros do movimento autonomista/secessionista na região.

Apesar da simpatia de parlamentares russos, a questão dos direitos dos russos étnicos e russófonos da Ucrânia, bem como as iniciativas de autonomia no Donbass e de potencial secessionista na Crimeia, não foram encampadas de maneira assertiva pelo governo Ieltsin. Nos anos 1990, o governo russo, embora tenha criticado o governo ucraniano em diversas ocasiões quanto a tais temas, não buscou instrumentalizar e apoiar um movimento nacional russo na Ucrânia contra o Estado central em Kiev. Tal postura foi um dos fatores que contribuíram para a conformação do Estado ucraniano e das relações Estado-sociedade no país em um sentido que diminuiu as potencialidades de influência russa sobre a Ucrânia a

partir de articulações entre Moscou e atores da elite política e da sociedade do país vizinho.

A opção do governo Ieltsin por seguir uma política de corte mais minimalista, centrada na busca pela preservação da Ucrânia na esfera de influência russa sem esforços mais robustos de interferência no contexto doméstico ucraniano, pode ser atribuída a diversos fatores. Havia, por exemplo, a questão da degradação econômica na Rússia nos anos 1990, que dificultava a consecução de uma política externa mais ativista. Paralelamente, a Rússia estava envolvida na guerra contra o movimento secessionista checheno no Cáucaso Norte, o que dificultava a disposição para o envolvimento militar em outras regiões e estimulava o governo russo a defender o princípio da integridade territorial dos Estados diante de movimentos separatistas de modo geral. Nesse sentido, a manutenção da Crimeia sob a jurisdição de Kiev, levando em conta as fortes inclinações pró-russas presentes na população da região, oferecia uma potencial arena de projeção da influência russa sobre a Ucrânia em vez de uma potencialmente mais custosa, nos aspectos diplomático, militar e econômico, tentativa de estabelecimento do controle administrativo direto russo na região.

Um outro relevante fator no campo doméstico russo foi a busca, por parte de Ieltsin, pelo distanciamento em relação a pautas mais associadas a seus opositores na Rússia, entre as quais se destacavam, justamente, as proposições de uma política mais intervencionista no espaço pós-soviético, incluindo no que tange às relações com os russófonos e russos étnicos em países da região. Deve-se lembrar, por fim, de aspectos individuais associados à figura de Ieltsin. Apesar de compartilhar a visão sobre um predomínio geopolítico russo no espaço pós-soviético, o presidente russo comprometeu-se com a independência da Ucrânia e, possivelmente, temia que uma postura mais agressiva quanto às disputas em torno da Crimeia poderia gerar novas dificuldades no processo de desnuclearização da Ucrânia – questão que se apresentava como crucial interesse estratégico russo no espaço pós-soviético. Nesse sentido, deve-se lembrar que a concentração de poder na figura presidencial, baseada no sistema político associado à constituição russa de 1993, facilitou o controle de Ieltsin sobre a condução da política externa russa, o que contribuiu para afastar cenários de concretização de planos mais expansionistas quanto à Ucrânia que circulavam na elite política russa.

## **5 EXPANSÃO E LIMITES DA INTERFERÊNCIA: A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL UCRANIANA DE 2004 E A POLÍTICA DA RÚSSIA PARA A UCRÂNIA NOS PRIMEIROS ANOS DA ERA PUTIN (2000-2008)**

Em 31 de dezembro de 1999, Boris Ieltsin anunciou sua renúncia ao cargo de presidente da Rússia. Falando na necessidade de renovação das lideranças políticas do país, com a entrada de uma geração de novos e enérgicos políticos, Ieltsin, seguindo a constituição russa, nomeou seu primeiro-ministro, Vladimir Putin, como presidente interino pelos três meses restantes até a realização da eleição presidencial de março de 2000 (Ieltsin, 1999). *De facto* escolhido como sucessor presidencial pelo núcleo da elite ieltsinista, Putin venceu o pleito de 2000 em primeiro turno, com 53,44% dos votos diante dos 29,49% de Ziuganov, seu principal concorrente.

A chegada de Putin à presidência da Rússia representou a culminação de sua rápida ascensão na política do país, em nível nacional, a partir da segunda metade dos anos 1990. Após anos trabalhando na prefeitura de São Petersburgo, no governo de Anatolii Sobchak, Putin, em 1996, ingressou na administração presidencial russa, na qual ocupou diversos cargos até 1998. Nesse ano, Putin foi nomeado por Ieltsin como diretor do Serviço Federal de Segurança (*Federal'naia sluzhba bezopasnosti*, FSB), a principal agência de segurança e inteligência sucessora do KGB soviético na Rússia. Em agosto de 1999, foi a vez de Ieltsin nomear Putin como primeiro-ministro, o segundo cargo político mais importante da Rússia, em uma indicação da predileção de Ieltsin pela figura de Putin como seu sucessor à frente do país (Sakwa, 2020, p.3-6).

Ao tornar-se presidente, Putin herdou uma situação repleta de desafios no âmbito da política externa. A versão de 2000 da “Estratégia para a Rússia” do SVOP ressaltava que a Rússia iniciava os anos 2000 com um status de grande potência significativamente degradado. Já no que tange ao espaço pós-soviético, o relatório afirmou que a região passava por um processo de consolidação de um pensamento soberanista nas elites políticas nacionais, o que, em conjunto com dificuldades econômicas e a ausência de uma estratégia robusta da Rússia para a região, prejudicava iniciativas de integração regional. O relatório recomendou a promoção da integração econômica global da Rússia, bem como uma política externa pragmática, que evitasse confrontações externas e uma custosa busca pela restauração das posições geopolíticas do passado. No espaço pós-soviético, sugeriu-se que a integração regional deveria ser mais pragmática e centrada no fator econômico, sem subentender uma

subsidização excessiva por parte da Rússia. Conforme o documento, Moscou, apesar de buscar posturas amistosas, não deveria aceitar ações “antirrussas” nos países da região. A defesa da língua russa e dos russos étnicos foi classificada como um objetivo prioritário no espaço pós-soviético. O relatório do SVOP ressaltou, por fim, que uma política externa bem-sucedida deveria ser alicerçada na recuperação do poder estatal e da economia da Rússia, que, como visto no capítulo anterior, haviam se degradado notoriamente na década de 1990 (SVOP, 2000).

Apesar de sua inserção na elite ieltsinista, que possibilitou sua ascensão ao topo do poder político na Rússia, Putin apresentava um perfil ideológico particular, que se diferenciava do de seu antecessor na presidência do país. Trabalhando como agente do KGB na Alemanha Oriental, cujo regime socialista se desintegrava em paralelo às transformações na União Soviética sob Gorbachev, Putin testemunhou os efeitos da degradação do poder estatal soviético e da desordem social concomitante a tal processo. Essa experiência, em conjunto com a ciência tanto dos ganhos, quanto da devastação vividos pela União Soviética na Segunda Guerra Mundial, estão no centro de duas prioridades na visão de mundo de Putin: a necessidade de preservação da estabilidade política e a necessidade de defender a soberania da Rússia pela via militar e diplomática (Sakwa, 2020, p.3-9). Em texto que é considerado uma espécie de seu manifesto político à época da transição de poder de 1999-2000, Putin afirmou que a Rússia deveria manter a tradição de grande potência capaz de garantir sua segurança e defender seus interesses nacionais na arena internacional. Além disso, Putin defendeu a atuação de um Estado forte, garantidor da ordem e propulsor do desenvolvimento da Rússia (Putin, 1999).

Putin apresentava características do que pode ser entendido, na tradição política russa, como um *gosudarstvennik* - isto é, um defensor de um Estado forte. Tal característica, por sua vez, se traduzia em uma abordagem pragmática para a política externa, que não rejeitava a cooperação com Ocidente. Por outro lado, deve-se ressaltar, que, mesmo exibindo diversos traços ocidentalistas (como, por exemplo, a noção de que os russos são parte da civilização europeia), Putin não abria mão de defender assertivamente os percebidos interesses nacionais da Rússia diante de eventuais divergências com as potências ocidentais. Dessa maneira, Putin diferenciava-se do ocidentalismo mais aberto observado em Ieltsin (Segrillo, 2016, p.361-365).

O CPE de 2000, primeiro da era Putin, classificou a garantia do status de grande potência como um dos principais objetivos de política externa da Rússia. Nesse sentido, a

busca por uma ordem internacional multipolar, alternativa à predominância global dos Estados Unidos em uma estrutura unipolar, também foi definida como um objetivo da Rússia. Apesar de afirmar o interesse em cooperar com a OTAN, desde que esta respeitasse os interesses russos, Moscou declarou sua rejeição à expansão da aliança e aos intentos militares intervencionistas desta última. Por fim, cabe mencionar que a defesa dos interesses e direitos dos cidadãos e compatriotas russos no exterior também foi listada entre os principais objetivos de política externa de Moscou. O governo russo afirmou, ademais, o intento de desenvolver relações com tais segmentos sociais e suas organizações. Do ponto de vista da Rússia, o desenvolvimento de relações com os Estados-membro da CEI, listado como um relevante eixo da política externa russa, seria condicionado, entre outros fatores, pelo grau de respeito de tais países aos direitos dos compatriotas russos que habitavam seus territórios (Rússia, 2000). Em uma famosa declaração componente de seu discurso à Assembleia Federal (o congresso da Rússia, formado pela Duma Estatal e o Conselho da Federação) em 2005, Putin afirmou que o colapso da União Soviética havia sido uma catástrofe geopolítica – entre outros fatores, pelo fato de ter deixado milhões de “concidadãos e compatriotas” russos fora do território da Federação Russa pós-soviética (Putin, 2005).

Em paralelo às características individuais de Putin e às tendências ideológicas observadas em seu discurso e políticas, a Rússia dos anos 2000 notabilizou-se por transformações políticas e econômicas de alto impacto. Em forte contraste com os anos 1990, o período 2000-2008 foi marcado por altas taxas de crescimento econômico, que atingiram uma média anual de 7%. A melhoria da situação econômica, possibilitada principalmente pela alta dos preços internacionais do petróleo e pelas políticas fiscais e monetárias adotadas pelo governo russo, contribuiu para que Putin angariasse legitimidade e popularidade na sociedade russa, além de fortalecer o Estado russo. Ademais, Putin cerceou a influência dos oligarcas na política russa, submetendo estes últimos aos interesses do governo. Esse processo foi acompanhado por uma maior asserção do controle estatal sobre setores estratégicos da economia, em particular no que tange a empresas da área de energia, bem como sobre os meios de comunicação de veiculação nacional. Por fim, cabe ressaltar que a década de 2000 também se caracterizou por uma centralização político-administrativa e pelo fortalecimento da autoridade política do governo central, processos ilustrados pelo fim das eleições diretas para governadores regionais e pela instituição de cargos de supervisão federal sobre as subunidades administrativas da Rússia (Segrillo, 2014, p.162-176).

Como a Ucrânia se inseria nesse contexto de transformações na política doméstica e,

particularmente, na política externa russa, que assumia um caráter mais assertivo em meio a um processo de fortalecimento das capacidades de ação do Estado russo? Como visto no capítulo anterior, as relações Rússia-Ucrânia desenvolveram-se de maneira ambígua na era Ieltsin: se, de um lado, o governo russo reconheceu a Ucrânia independente em suas fronteiras pós-soviéticas, diversos aspectos da orientação externa e da configuração do Estado ucraniano eram vistos como problemáticos por Moscou. A deslegitimação do Estado ucraniano independente e de suas políticas pró-ocidentais nos debates políticos na Rússia era temida na Ucrânia. Já nesta última, em especial no oeste do país, era frequente a caracterização da Rússia como um país de aspirações imperiais e agressivas (Sakwa, 2008b, p.295).

Vale mencionar, nesse sentido, que uma pesquisa realizada com oficiais, empresários e analistas russos em fevereiro de 2000 (isto é, quando Putin já era presidente interino, às vésperas da eleição presidencial daquele ano) diagnosticou uma amplo grau de insatisfação na elite russa com as relações com a Ucrânia e aspectos internos desse país. Nesse sentido, chamam atenção os seguintes indicadores: 77% dos entrevistados diziam-se insatisfeitos com a situação dos falantes de russo na Ucrânia; 57%, com o desinteresse da Ucrânia pela CEI; 55%, com a política externa considerada inconsistente da Ucrânia; 50%, com a postura considerada negativa com relação à união estatal de Rússia e Belarus (Solchanyk, 2001, p.208-209). Conforme Mikhail Zygar, Putin, em conversações nos círculos de elite russos desde o início de sua estadia na presidência, considerava uma prioridade manter algum tipo de controle russo sobre a Ucrânia (Zygar', 2016, p.107; 2023, p.216). Já nos círculos governantes da Ucrânia, a chegada de Putin ao poder foi vista com apreensão. Em conversas com oficiais dos Estados Unidos, por exemplo, oficiais ucranianos expressavam o temor de que Putin assumisse uma postura mais agressiva, em comparação com Ieltsin, quanto à Ucrânia (Pifer, 2017, p.180, 197-198).

Tendo em vista o quadro inicial apresentado acima, o presente capítulo aborda a política da Rússia para a Ucrânia durante os dois primeiros mandatos presidenciais de Vladimir Putin, no período 2000-2008, com foco nas visões e políticas de Moscou a respeito da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e do papel de atores da elite e da sociedade ucranianas nas possibilidades de consecução dos interesses da Rússia quanto à Ucrânia. Esse foi um período no qual a Rússia, em linha com as visões de política externa de Putin e capacitada pela melhoria da situação econômica no país, buscou elevar sua influência na Ucrânia. Essa tendência foi ilustrada principalmente pelo envolvimento russo na eleição presidencial ucraniana de 2004, na qual observou-se um nível

de interferência russa na política ucraniana até então não visto. Com a derrota de Viktor Ianukovych, candidato apoiado pela Rússia, ocasionada pela Revolução Laranja, acentuou-se, na Rússia, a percepção de que havia uma disputa por influência sobre a Ucrânia com as potências ocidentais. Nesse contexto, o capítulo aborda o desenvolvimento de relações da Rússia com atores e grupos da elite política ucraniana, com foco no PR. Ao mesmo tempo, o capítulo chama atenção para os limites da influência e do envolvimento russo na Ucrânia, em grande medida oriundos dos interesses e modos de atuação dos próprios atores da elite política ucraniana.

### **5.1 Os dois primeiros mandatos presidenciais de Putin (2000-2008): características de política doméstica e externa**

As transformações na política doméstica russa não se restringiram às ações mencionadas acima. É importante ressaltar, nesse sentido, que, no âmbito da elite russa, as ameaças de segurança internas - primariamente a questão da insurgência no Cáucaso Norte -, somadas a fatores como a política de quadros de Putin, o fortalecimento da percepção de uma negativa interferência ocidental no espaço pós-soviético e a continuidade do processo de expansão da OTAN, tiveram como consequência o fortalecimento da presença dos *siloviki*, isto é, indivíduos ligados aos serviços de segurança e às forças armadas, na política russa e no governo Putin em particular (Kryshtanovskaia; White, 2003; Renz, 2007; Segrillo, 2014, p.177-178; Tsygankov, 2022a, p.234-242). Nos termos de Tsygankov (2022, p.207-209) trazidos no capítulo anterior, sedimentava-se uma coalizão entre Estadistas e Ocidentalistas na elite russa sob Putin.

Além disso, o governo russo conseguiu estabelecer uma hegemonia sobre a política partidária-parlamentar nacional com a criação, em 2001, do Rússia Unida, “partido do poder” (*partiiia vlasti*, isto é, um partido criado para apoiar o líder político incumbente) que congregou diversos setores da elite política russa em apoio a Putin. O Rússia Unida tornou-se o maior e mais popular partido do país (atingindo, por exemplo, mais de 60% dos votos na eleição de 2007), o que se traduziu em uma ampla maioria parlamentar que facilitava, para Putin, o avanço de decisões de maior impacto político na Rússia (Segrillo, 2014, p.178-179; 2012, p.102-105). A concentração de poder em torno de Putin ilustrada pelos fatores listados acima, bem como seus métodos autoritários em algumas áreas da política russa, deram origem a visões sobre um crescente autoritarismo na Rússia, embora o país tenha conservado diversos

elementos de uma democracia na primeira década da era Putin (Segrillo, 2012). Com um nível de apoio popular e controle sobre processos políticos internos que Ieltsin jamais fora capaz de alcançar, Putin foi reeleito presidente em 2004, novamente em primeiro turno, com mais de 70% dos votos.

No campo da política externa, o início da presidência de Putin foi marcado pelos esforços de cooperação com o Ocidente, mediante a busca pelo reconhecimento ocidental do status de grande potência da Rússia. Por exemplo, o governo russo buscou avançar a agenda de uma frente em comum contra o terrorismo (tendo em vista a experiência com a insurgência no Cáucaso Norte), cooperando em diversas áreas com os Estados Unidos em torno da invasão ao Afeganistão e do combate ao regime do Talibã, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A ênfase na cooperação com os Estados Unidos também foi ilustrada pelo fato de a Rússia ter evitado conflitos em torno da decisão norte-americana de saída do Tratado sobre Mísseis Balísticos, muito embora Moscou se opusesse a tal decisão oficializada pelo governo de George W. Bush em 2002. A Rússia também desenvolveu a cooperação com a OTAN, com a formação do Conselho OTAN-Rússia em 2002 (estrutura de cooperação e consultas entre os dois lados, mas sem direito de veto para Moscou), e reagiu contidamente à rodada de expansão de 2004 da aliança, que incluiu países outrora componentes do Pacto de Varsóvia, bem como Estônia, Letônia e Lituânia, países que faziam parte da União Soviética (Sakwa, 2008b, p.274-281, 289-290; Tsygankov, 2022a, p.199-202). A cooperação com os países da UE, em particular no campo econômico, também foi buscada pelo governo Putin, dados os extensos laços comerciais da Rússia com os Estados europeus, em particular no campo energético (Sakwa, 2008b, p.272-274, 285-288; Tsygankov, 2022a, p.199-202).

No que tange ao espaço pós-soviético, a Rússia buscou garantir sua predominância regional, em particular tendo em vista a diversificação da política externa de países da região (que frequentemente desenvolviam laços com as potências ocidentais) e os limites da integração no âmbito da CEI. No âmbito militar, um marco da política regional do primeiro governo Putin foi o estabelecimento da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), em 2002. A OTSC é uma aliança militar análoga à OTAN composta, além da Rússia, por Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão (o Uzbequistão também foi membro da organização entre 2006 e 2012). Já na área econômica, iniciativas de integração e cooperação comercial e alfandegária ganharam impulso, como ilustram o desenvolvimento da Comunidade Econômica Eurasiática (CEE) e do Espaço Econômico

Comum (EEC), organizações compostas, além da Rússia, por diversos outros países outrora componentes da União Soviética (Sakwa, 2008b, p.293-298; Tsygankov, 2022a, p.212-214). Vale ressaltar, nesse sentido, o fortalecimento de um pensamento mais pragmático nos círculos governantes russos, isto é, que defendia uma política regional com menos subsídios econômicos e concessões tidas como excessivas aos países do espaço pós-soviético. Um outro aspecto característico da política regional da Rússia na primeira década de Putin no poder foi a busca pelo estabelecimento de controle sobre ativos e infraestrutura do setor energético em Estados do espaço pós-soviético (Tsygankov, 2022a, p.207-212).

Por fim, vale mencionar que a recuperação econômica da Rússia permitiu que o governo Putin pudesse destinar mais recursos às relações com os *sootchestvenniki* no exterior. Em 2002, o governo Putin publicou um decreto que dispunha sobre a proteção dos compatriotas e cidadãos russos no exterior, o qual conferiu à diplomacia russa maiores atribuições no sentido de elaborar programas de apoio, inclusive, financeiros, a tais segmentos sociais (Klimin, 2009, p.420-421). Por outro lado, vale mencionar que, na primeira década de Putin no poder, o uso do termo “compatriotas” assumiu uma concepção mais centrada na cidadania russa (e não no aspecto étnico russo) (Sakwa, 2008b, p.294).

Por outro lado, os dois primeiros mandatos presidenciais de Putin foram marcados por novas tensões com países vizinhos no espaço pós-soviético e com as potências ocidentais, principalmente no caso dos Estados Unidos. A Rússia, por exemplo, se opôs à invasão ao Iraque de 2003 capitaneada pelos Estados Unidos, uma vez que tal ação, além das motivações dúbias levantadas pelo governo norte-americano, violava a autoridade do CSONU e poderia criar instabilidade no Oriente Médio (Tsygankov, 2022a, p.202-205). Os planos de expansão da infraestrutura militar estadunidense no leste europeu, com a intenção de instalação de elementos do sistema antimísseis dos Estados Unidos na República Tcheca e na Polônia, também foram um tema de objeções por parte do governo russo (Tsygankov, 2022a, p.262-264). Além disso, os anos 2000 também marcam o início da intensificação de uma disputa por esferas de influência no espaço pós-soviético opondo a Rússia e as dinâmicas de expansão da UE e da OTAN capitaneadas pelas potências ocidentais. Tais disputas tornaram-se especialmente agudas nos anos finais do segundo mandato presidencial de Putin, período em que a Rússia manifestava forte oposição à expansão da OTAN no espaço pós-soviético – em particular, no caso da Ucrânia. Ademais, a política energética da Rússia, que se tornou um elemento de disputas com países vizinhos – incluindo a Ucrânia – era alvo de críticas das potências ocidentais, que acusavam o governo russo de manipular o fornecimento de energia

como um instrumento de pressão política (Sakwa, 2008b, p.272-274, 285-288; Tsygankov, 2022a, p.199-202, 261-275).

Ainda no que tange à situação no espaço pós-soviético, vale destacar o tema das chamadas “revoluções coloridas”, isto é, a chegada ao poder, impulsionada por protestos populares, de atores políticos pró-ocidentais em países da região – incluindo, como se verá em maior detalhe adiante, no caso da Revolução Laranja, ocorrida na Ucrânia em 2004-2005. Em virtude do apoio ocidental a tais processos, descritos por seus apoiadores como revoluções democráticas contra regimes autoritários, os círculos governantes russos passaram a enxergar tais eventos como parte de uma estratégia geopolítica de criação de uma esfera de influência ocidental – em detrimento da influência russa – no espaço pós-soviético (Tsygankov, 2022a, p.228, 234-236).

Vale mencionar, por fim, que a questão do regime político na Rússia – isto é, se o regime político no país sob Putin era ou não democrático – se configurou como um ponto de divergências e tensões nas relações com os Estados Unidos e países europeus, dadas as frequentes acusações, feitas por políticos ocidentais, de que o regime russo era autoritário (e, portanto, carente de legitimidade) (Sakwa, 2008b, p.269-270, 284). Diante das “revoluções coloridas” e da retórica de promoção da democracia utilizada pelo governo dos Estados Unidos, a elite putinista considerava-se como potencial alvo de tentativas de mudança de regime instigadas desde o exterior, o que se desdobrou em esforços pelo cerceamento da influência ocidental sobre a sociedade russa (Tsygankov, 2022a, p.234-236).

Esse conjunto de questões teve por consequência o fortalecimento de um caráter mais assertivo na política externa russa, no sentido de Moscou passar a sinalizar de maneira mais veemente sua rejeição ao domínio global dos Estados Unidos e à percebida desconsideração ocidental quanto aos interesses da Rússia. Evidenciava-se, ademais, uma disposição mais forte para defender o que Putin considerava serem os interesses nacionais da Rússia (Tsygankov, 2022a, p.228). Esse novo direcionamento na política externa russa foi simbolizado pelas fortes críticas de Putin à política global dos Estados Unidos feitas em seu discurso na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2007 (Putin, 2007).

## **5.2 Os governos Kuchma e Iushchenko (2000-2008) na Ucrânia: política doméstica, externa e relações com a Rússia**

Ao início de seu segundo mandato presidencial, no final de 1999, Kuchma sinalizou

que daria continuidade à chamada política multivetorial desenvolvida ao longo de seu primeiro mandato. No discurso de posse de 1999, o então presidente da Ucrânia afirmou que a “multivetorialidade” e o status de neutralidade (“extrabloco”) seriam aspectos chave da política externa do país. Além disso, Kuchma declarou o caráter estratégico das relações da Ucrânia com a Rússia e os Estados Unidos, bem como do objetivo de entrada da Ucrânia na UE (Kuchma, 1999).

Em 2001, Putin nomeou o ex-primeiro-ministro (1992-1998) Viktor Chernomyrdin como embaixador na Ucrânia. Dado o status prestigiado desse político na elite russa, bem como sua experiência no setor energético - Chernomyrdin havia dirigido o ministério soviético da indústria energética nos anos 1980 e a Gazprom, gigante estatal russa de gás, no início dos anos 1990 -, tal nomeação foi amplamente interpretada como um sinal da alta importância atribuída à Ucrânia por Putin. Somente entre 2000 e 2002 os presidentes de Rússia e Ucrânia tiveram 18 encontros. Em 2003, mesmo com o fato de a Ucrânia não ser um Estado membro pleno da CEI, Kuchma aceitou um convite de Putin para dirigir o Conselho de Líderes da organização. No mesmo ano, Kuchma aprovou o ingresso da Ucrânia no EEC, embora a participação do país na organização, na prática, tenha sido bastante limitada. Durante o primeiro mandato presidencial de Putin, os dois países também assinaram uma série de acordos de cooperação nas áreas energética e militar (D’Anieri, 2023, p.108-116). No início dos anos 2000, a Ucrânia era a terceira maior parceira comercial da Rússia, a qual, por sua vez, se interessava em atraí-la como um membro pleno do EEC (Sakwa, 2008b, p.298).

No período do segundo mandato presidencial de Kuchma, Chernomyrdin era frequentemente descrito como uma figura com influência na política doméstica ucraniana. O embaixador russo era próximo do presidente da Ucrânia e apoiava Kuchma quando este último enfrentava problemas internos. Durante a campanha para a eleição parlamentar ucraniana de 2002, Chernomyrdin apelou publicamente para que os eleitores ucranianos votassem em forças pró-russas. Além disso, a Rússia apoiou os grupos políticos em torno de Kuchma, além de ter demonstrado uma aproximação ao KPU. Já na mídia russa, forças pró-ocidentais eram retratadas negativamente (Szeptycki, 2014, p.163).

A referida estratégia econômica da Rússia para o espaço pós-soviético, centrada na área energética, também pôde ser observada no caso da política de Putin para a Ucrânia. O governo russo controlava diversas empresas que, por sua vez, adquiriam ou influenciavam empresas ucranianas capazes de influenciar o Estado (D’Anieri, 2023, p.105). A Rússia e empresas russas buscaram estabelecer controle sobre instalações de infraestrutura energética

no território da Ucrânia, como, por exemplo, oleodutos. Houve, também, acordos para significativos investimentos russos em refinarias ucranianas. Além disso, o governo Kuchma concordou em ceder parte da infraestrutura de transporte de gás do país para a Rússia, como maneira para que Kiev quitasse débitos frente a Moscou (D'Anieri, 2023, p.114-116; Tsygankov, 2022a, p.209-212).

Por outro lado, diversos dos acordos energéticos bilaterais, que permitiriam um maior controle russo sobre tal setor da economia ucraniana, não foram implementados. Ademais, observou-se, no empresariado ucraniano, uma postura similar àquela vista nos anos 1990: as articulações com o capital russo eram exploradas somente até o ponto em que não subentendiam a perda de controle para oligarcas russos. Dessa maneira, em uma perspectiva mais ampla, os oligarcas ucranianos continuavam com incentivos para limitar uma integração econômica mais extensa entre Ucrânia e Rússia, visto que tal processo poderia acarretar uma maior vulnerabilidade à penetração do capital russo apoiado por Moscou. No âmbito mais específico da energia, a contínua dependência energética da Ucrânia com relação à Rússia permanecia um instrumento que permitia o exercício de barganhas políticas com relação a Kiev (D'Anieri, 2023, p.105, 114-116).

No que tange aos temas da Crimeia e da FMN, observou-se uma notória redução das polêmicas bilaterais em comparação com os anos 1990. Em visita a Sevastopol com Kuchma, em abril de 2000, Putin reiterou o respeito à soberania da Ucrânia sobre a cidade e a Crimeia como um todo – embora, deve-se ressaltar, diversos políticos russos tenham continuado a propor o envolvimento russo em torno da região (D'Anieri, 2023, p.110-111; Pifer, 2017, p.197). Por outro lado, o processo de demarcação de fronteiras viria a causar disputas entre os dois países. O caso mais sério, nesse sentido, foi o incidente da ilha de Tuzla. A ilha de Tuzla localiza-se no estreito de Kerch, que separa a Crimeia do território da Rússia na *oblast'* russa de Krasnodar. Em setembro de 2003, autoridades da *oblast'* de Krasnodar, agindo de maneira unilateral, deram início à construção de um dique ligando o território da província a Tuzla, no que parecia ser uma reivindicação territorial russa sobre a ilha, considerada parte administrativa da Crimeia. Por meios diplomáticos e de engenharia, a Ucrânia contestou as ações da Rússia, além de ter posto contingentes militares na ilha em estado de alerta durante a crise. Leonid Kuchma, que se encontrava em visita ao Brasil, retornou à Ucrânia e visitou Tuzla. Entre outubro e dezembro de 2003, o contencioso foi solucionado pela via diplomática, com negociações entre Moscou e Kiev. A Rússia parou a construção, a Ucrânia removeu seus contingentes militares de Tuzla e os dois países concordaram em negociar uma demarcação de

fronteiras na área do estreito de Kerch (D'Anieri, 2023, p.110-111; Pifer, 2017, p.242-244; V Nachale ..., 2023).

Ainda assim, e apesar de sua brevidade, o incidente de Tuzla teve importantes implicações, uma vez que renovou os temores ucranianos sobre uma eventual postura agressiva da Rússia e afastou a possibilidade de Kuchma buscar uma maior integração da Ucrânia no âmbito da CEI (D'Anieri, 2023, p.111). Durante a crise, políticos ucranianos buscaram apoio do governo norte-americano e da OTAN, ilustrando, em um caso prático, a lógica de contrapeso ocidental às ações da Rússia do ponto de vista da política externa e de segurança da Ucrânia. Em contatos com o governo russo, o governo ucraniano também ameaçava invocar o apoio ocidental por meio do Memorando de Budapeste (Pifer, 2017, p.243-244). Do lado russo, as ações em torno de Tuzla, certamente, tinham por objetivo forçar uma negociação sobre a demarcação de fronteiras e o controle da navegação no estreito de Kerch, questões de relevantes implicações estratégicas e econômicas. Antes do incidente, a VR encaminhava a aprovação da possibilidade de navegação de embarcações militares de países terceiros pelo mar de Azov. No contexto da aproximação da Ucrânia à OTAN, tal questão era vista negativamente pela Rússia, visto que, em decorrência de tal proposta de legislação ucraniana, embarcações de países da OTAN poderiam transitar na região. O acordo russo-ucraniano que selou o contencioso de Tuzla, em 2003, estipulou exatamente que a navegação de navios militares no mar de Azov e no estreito de Kerch deveria ser consentida por Rússia e Ucrânia – o que eliminaria, em tese, a possibilidade de navegação de países da OTAN no mar de Azov sem a anuência de Moscou (V Nachale ..., 2023).

Ao mesmo tempo em que se aproximava da Ucrânia em diversos quesitos, como os mencionados acima, a Rússia via o país vizinho continuar com políticas e discursos de aproximação ao Ocidente. A entrada da Ucrânia na OTAN (e na UE) foi assumida oficialmente como um objetivo do país pelo governo Kuchma, muito embora o apoio popular ao ingresso da Ucrânia não fosse amplo em sua sociedade (D'Anieri, 2023, p.102-107; Pifer, 2017, p.221-224, 238). Nesse sentido, o lançamento da chamada Política de Vizinhança Europeia (*European Neighbourhood Policy*, ENP) da UE, formato de cooperação do bloco com países do leste europeu (entre outros), era visto com desconfiança pela Rússia. Afinal, como já mencionado ao longo deste trabalho, a Rússia almejava ter o espaço pós-soviético como sua esfera de influência e preservar seus laços econômicos com países da região, laços esses que poderiam ser prejudicados em caso de aprofundamento da integração ou cooperação de tais Estados com a UE. Como resultado dessa dinâmica, intensificou-se uma percepção

mútua de rivalidade entre os projetos de integração regional liderados pela Rússia e aqueles liderados pelas potências ocidentais (D'Anieri, 2023, p.111-114; Pifer, 2017, p.241-242; Sakwa, 2008b, p.273).

Entretanto, apesar do discurso de integração europeia e de aprofundamento das relações com a OTAN, o recrudescimento do autoritarismo do regime de Kuchma, em conjunto com sua relutância em implementar as reformas necessárias para o acesso à UE e à OTAN, prejudicavam sua imagem junto às potências ocidentais, o que limitava o desenvolvimento de relações com a Ucrânia. A entrada da Ucrânia na OTAN, por exemplo, não assumiu encaminhamentos relevantes. À medida em que as relações do governo Kuchma com as potências ocidentais se deterioravam, a Ucrânia se aproximava da Rússia. Simbolicamente, a Ucrânia, em 2004, removeu a entrada na OTAN de sua doutrina militar, decisão elogiada publicamente pelo governo Putin. Em setembro do mesmo ano, Kuchma demitiu o ministro da defesa, Ievhen Marchuk, considerado o último defensor da entrada da Ucrânia na OTAN no governo ucraniano (D'anieri, 2023, p.102-108).<sup>30</sup>

Um importante fator na política ucraniana associado a esse processo foi a ascensão do clã político-oligárquico do Donbass na elite ucraniana, clã esse representado primariamente pelo PR, organização que será tema de maior atenção adiante neste capítulo. Com popularidade decrescente, Kuchma buscou novos apoios na cena política ucraniana, encontrando no PR e no eleitorado do leste ucraniano, de tendências pró-russas, importantes sustentáculos (a referida decisão de entrada no EEC, por exemplo, tem sido interpretada como um aceno a tal segmento do eleitorado ucraniano). Apelando para o eleitorado pró-russo da Ucrânia, o PR apoiava boas relações com a Rússia. Após a eleição parlamentar de 2002, o partido tornou-se um elemento fundamental na coalizão de apoio a Kuchma na VR. A ascensão do PR nos anos 2000 significou uma mudança fundamental no segmento da cena partidária da Ucrânia mais favorável a relações próximas com a Rússia, até então tradicionalmente dominado por partidos como o KPU e o SPU. A relevância adquirida pelo PR na política ucraniana também se traduziu em uma maior afirmação de forças pró-russas dentro do poder executivo da Ucrânia. Por exemplo, ainda em 2002, um dos líderes do PR, Viktor Ianukovych, foi nomeado primeiro-ministro por Kuchma. Em 2004, foi a vez de

---

30 Vale mencionar que, em 2002, na ocasião de um encontro com Kuchma, Putin afirmou que a questão do ingresso da Ucrânia na OTAN deveria ser um assunto tratado somente por essas duas partes (D'Anieri, 2023, p.117). Dessa maneira, o presidente russo insinuou uma postura mais indiferente com relação à entrada da Ucrânia na aliança. Cabe lembrar, nesse sentido, que, como mencionado no início deste capítulo, os primeiros anos da década de 2000 foram um período em que a Rússia buscou enfatizar a cooperação com as potências ocidentais. A declaração de Putin precedia, ademais, momentos de maiores tensões com os Estados Unidos e as potências ocidentais, como a invasão ao Iraque de 2003 e a Revolução Laranja de 2004.

Ianukovych ser escolhido por Kuchma como candidato sucessor na eleição presidencial daquele ano. Vale mencionar, por fim, que a consolidação do poder em torno de grupos políticos do leste ucraniano significou uma certa alienação política do oeste do país (D'Anieri, 2023, p.103-105, 110, 125-126).

Como já mencionado acima, o segundo mandato presidencial de Leonid Kuchma vinha sendo marcado por um recrudescimento do autoritarismo, o que gerava um considerável potencial de insatisfação popular no país.<sup>31</sup> Esse fator, somado às divergências identitárias regionais e a disputas de poder na elite política ucraniana e entre oligarcas do país, constituiu o pano de fundo para a Revolução Laranja de 2004-2005, nome dado aos protestos contra fraudes na eleição presidencial de 2004. Os protestos levaram à chegada ao poder, em janeiro de 2005, do político pró-ocidental e ex-primeiro-ministro (1999-2001) Viktor Iushchenko (D'Anieri, 2023, p.103-104, 123).

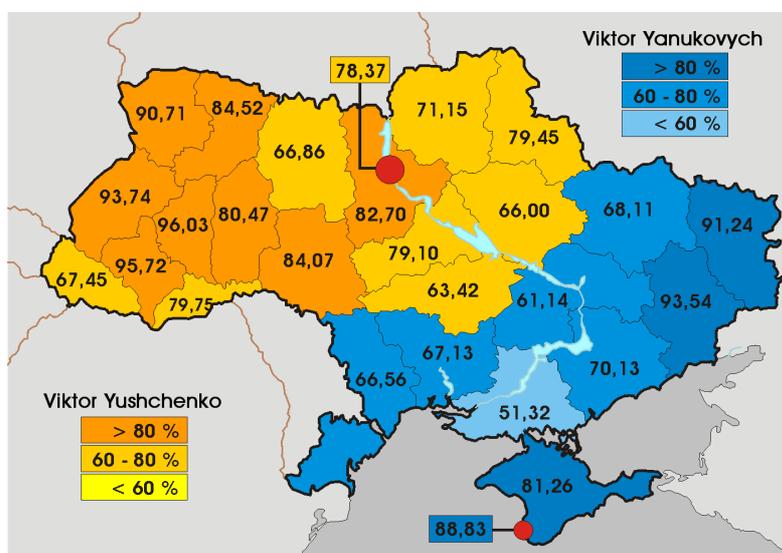
A Revolução Laranja teve início após o anúncio dos resultados oficiais do segundo turno, realizado em 21 de novembro. Os resultados indicavam a vitória de Ianukovych sobre Iushchenko por 49,46% x 46,61% dos votos, números discrepantes em relação a pesquisas de boca de urna, que colocavam uma vitória de Iushchenko por 54% contra 43% dos votos (Szeptycki, 2014, p.167). Tal resultado foi contestado por parte da elite e da população ucranianas, em particular eleitores de Iushchenko (o nome “Revolução Laranja” deve-se exatamente ao uso dessa cor no material de campanha de Iushchenko), em virtude de evidências de fraude eleitoral em favor do candidato do PR. Tal contestação desencadeou grandes protestos, enquanto que Iushchenko chegou a se autodeclarar como presidente eleito - ação que o campo de Ianukovych rejeitava. A solução para o impasse foi a realização de um novo segundo turno, realizado em 26 de dezembro de 2004, com vitória de Iushchenko, vítima de um envenenamento antes do primeiro turno,<sup>32</sup> sobre Ianukovych (51,99% x 44,20% dos votos). A eleição foi marcada por uma notória manifestação das diferenças regionais na Ucrânia: as regiões oeste, centro e norte votaram predominantemente em Iushchenko,

31 No final de 2000, vazaram ao público conversas atribuídas a Kuchma em que o presidente da Ucrânia revelava o desejo de livrar-se do jornalista Heorhii Honhadze, do portal *Ukrains'ka pravda* (“A Verdade Ucraniana”), que se notabilizava pela publicação de conteúdo crítico ao governo do país. Honhadze foi assassinado naquele ano. Embora até hoje não se saiba quem foi o mandante do crime, foi estabelecido que agentes do Ministério do Interior da Ucrânia executaram o assassinato. A publicação das gravações foi o estopim para o lançamento do movimento “Ucrânia sem Kuchma”, espécie de precursor da Revolução Laranja (D'Anieri, 2023, p.103-104). Algumas fontes sugerem que consultores russos podem ter se envolvido na publicização das conversas com vistas a enfraquecer Kuchma e, dessa maneira, torná-lo mais dependente da Rússia (Szeptycki, 2014, p.164). Ao mesmo tempo, tais atores também se envolveram em esforços de defesa de Kuchma, propagando versões de que os vazamentos seriam parte de um esforço dos Estados Unidos pela derrubada de Kuchma (Kuzio, 2005, p.492).

32 Algumas fontes acusam o FSB de envolvimento no envenenamento de Iushchenko (Kuzio, 2005, p.498-499).

enquanto que, no leste e no sul, a maioria dos eleitores votou em Ianukovych (mapa 16). Discordâncias na elite política e na sociedade ucranianas em torno da eleição levaram a disputas que puseram em questão a unidade do país, com o surgimento de ameaças de potencial secessionista pró-russo no leste da Ucrânia. Este tema será tratado em maior detalhe na próxima seção deste capítulo.

**Mapa 16 - Percentual de votos dos candidatos no segundo turno final da eleição presidencial de 2004 na Ucrânia por região**



Fonte: Sven Teschke (2004).

A Revolução Laranja também ficou marcada por fortes desdobramentos internacionais. O governo russo apoiava Ianukovych, enquanto que os Estados Unidos e a UE preferiam o pró-ocidental Iushchenko. Cabe mencionar, nesse sentido, que organizações ocidentais, com recursos tanto de Estados quanto de Organizações Não Governamentais (ONGs), haviam, no período precedente à eleição, financiado o treinamento de grupos que atuavam na contagem alternativa de votos e na realização de pesquisas de boca de urna. Os Estados Unidos e a UE anunciaram não reconhecer os resultados iniciais oficiais do segundo turno, que davam a vitória a Ianukovych. Governos ocidentais também pressionaram Kuchma para facilitar uma solução negociada para a crise e não usar a força contra os manifestantes. A Rússia, por sua vez, criticou o posicionamento ocidental, afirmando que este desrespeitava a vontade da população da Ucrânia e acusando as potências ocidentais de interferência indevida na eleição. A solução de compromisso foi a realização do novo segundo turno, apoiada por

Putin (após contatos com Kuchma), concomitante à adoção de emendas constitucionais que reduziriam os poderes presidenciais no sistema político ucraniano. Foram introduzidos, ainda, dispositivos para a prevenção de fraudes eleitorais. Mesmo assim, a visão de que as potências ocidentais orquestraram a Revolução Laranja, e de que o Ocidente manipulava o tema da democracia de maneira arbitrária e incoerente, com fins geopolíticos contrários à Rússia, tornou-se um aspecto característico da perspectiva da Rússia sobre os eventos de 2004. Uma organização de observação eleitoral da CEI, inclusive, considerou os resultados do novo segundo turno fraudulentos (D’Anieri, 2023, p.124-129; Pifer, 2017, p.263-276; Zygar’, 2016, p.117-120).

Por conta de suas implicações domésticas e internacionais, a Revolução Laranja foi um evento capital não só na história política da Ucrânia, como na política externa russa contemporânea. Como posto por D’Anieri (2023, p.102. Tradução nossa), “Após 2004, não havia mais dúvidas de que havia uma competição entre a Rússia e o Ocidente pela Ucrânia”. Nesse sentido, fortaleceu-se, na Rússia, a percepção de que a Ucrânia poderia ser “perdida” permanentemente sob instigação ocidental (D’Anieri, 2023, p.129). Dada a relevância dos episódios de 2004-2005, a política da Rússia para a eleição ucraniana de 2004, a Revolução Laranja e seus desdobramentos serão abordados em maior detalhe em uma seção própria dentro deste capítulo.

As relações da Rússia com o governo Iushchenko foram marcadas por turbulências. O campo da política externa e de segurança assumia particular relevância nesse sentido. Um dos traços característicos de Iushchenko no poder foi uma intensificada ênfase na busca pela entrada da Ucrânia na OTAN e na UE, evidenciada desde o início de seu mandato presidencial. Com a estadia de Ianukovych no cargo de primeiro-ministro, entre agosto de 2006 e dezembro de 2007, observou-se uma certa moderação nesse sentido (Ianukovych e o PR favoreciam a neutralidade da Ucrânia e, apesar de o então primeiro-ministro se declarar favorável à entrada na UE, pregava maior cautela nas relações com o bloco europeu). No entanto, com a aproximação da cúpula de Bucareste da OTAN, programada para abril de 2008, o tema ganhou novo impulso. O governo ucraniano esperava, naquela ocasião, receber um Plano de Ação de Associação (*Membership Action Plan*, MAP), considerado um passo crucial no processo de adesão de novos Estados-membro à aliança. Apesar de não haver consenso na OTAN a respeito do ingresso da Ucrânia, o governo dos Estados Unidos, sob a presidência de George W. Bush, declarava seu apoio a tal medida (D’Anieri, 2023, p.138-139, 146-148, 155-160).

A Rússia via o prospecto de aproximação da Ucrânia à OTAN de maneira fortemente negativa. Em encontro com Putin em Moscou em fevereiro de 2008, Iushchenko declarou que a política de segurança da Ucrânia não teria ações voltadas contra a Rússia. Putin, por outro lado, afirmou que, apesar de a questão ser um assunto interno da Ucrânia, uma hipotética instalação de infraestrutura militar ocidental nesse país forçaria a Rússia a adotar medidas de resposta drásticas, inclusive no que tange à possibilidade de direcionar mísseis nucleares à Ucrânia (Rússia, 2008b). Em uma reunião do Conselho Rússia-OTAN na Cúpula de Bucareste, Putin, de acordo com diferentes fontes, afirmou que a Ucrânia corria risco de desintegração caso ingressasse na OTAN. O presidente russo também teria utilizado uma retórica similar à de nacionalistas russos e à de seu próprio discurso sobre a Ucrânia a partir de 2014, no sentido de questionar a legitimidade das fronteiras do Estado ucraniano independente (Allenova; Geda; Novikov, 2008; Vystuplenie Vladimira Putina ..., 2008). Cabe mencionar que, em participações na mídia russa, analistas próximos ao Kremlin expressavam visões similares às declarações atribuídas a Putin a respeito do risco de desintegração da Ucrânia em caso de entrada na OTAN (Allenova; Geda; Novikov, 2008). Putin teria argumentando sua posição mencionando exatamente a existência de uma grande população de russos étnicos na Ucrânia (insinuando o interesse de Moscou em protegê-los), fator que dificultaria a entrada do país na OTAN (Vystuplenie Vladimira Putina ..., 2008).

Vale mencionar que uma lógica similar era observada na intelectualidade de política externa russa. Em fevereiro de 2008, no contexto das polêmicas em torno da então vindoura Cúpula de Bucareste, o SVOP promoveu uma reunião sobre as relações Ucrânia-OTAN-Rússia com membros da organização, de outros grupos similares e diplomatas e oficiais do governo russo. Membros do grupo de trabalho participante do evento chamaram atenção para a sociedade e a elite ucranianas enquanto importantes fatores. Nesse sentido, reconheceu-se que a elite russa, ao longo de todo o período pós-soviético, havia sido incapaz de formar um movimento pró-russo influente na Ucrânia, o que teria contribuído para a conflitividade em torno da questão Ucrânia-OTAN-Rússia. Para se contrapor à possível entrada da Ucrânia na OTAN, definida como uma ameaça aos interesses vitais da Rússia, as recomendações feitas no grupo de trabalho incluíam o envolvimento de ONGs russas nos debates sobre a OTAN na Ucrânia, bem como o apoio de tais organizações (ao invés de uma atuação governamental russa direta) a grupos da sociedade ucraniana contrários à entrada do país na aliança. O diálogo com a elite ucraniana, sugerindo as possibilidades de ganhos econômicos nas relações com a Rússia, foi outro eixo de ação recomendado. Por fim, em caso de encaminhamentos

mais concretos no processo de entrada da Ucrânia na OTAN, sugeriu-se a busca por um referendo nesse país, sob supervisão internacional, a respeito de tal questão - uma vez que, dado o apoio popular minoritário na Ucrânia ao ingresso na aliança à época, o resultado mais provável seria a não aprovação de tal medida (Belkin, 2008).

Similarmente, Mikhail Barabanov, editor-chefe da extinta revista *Moscow Defense Brief*, uma das principais publicações na área de defesa e segurança internacional da Rússia, propunha um ativo envolvimento russo na política doméstica ucraniana diante do cenário de aproximação da Ucrânia à OTAN no contexto da Cúpula de Bucareste. Especificamente, esse autor recomendou que a Rússia apoiasse, inclusive financeiramente, políticos e organizações anti-OTAN na Ucrânia. Além disso, o governo russo deveria, para Barabanov, preparar-se para uma possível intervenção militar em áreas russófonas da Ucrânia e apoiar um movimento étnico russo na Crimeia, a ponto até mesmo de considerar a possibilidade de anexação dessa região. Para além de todas as implicações militares-estratégicas negativas para a Rússia, a entrada da Ucrânia na OTAN, segundo Barabanov, levaria a uma separação do “povo russo unificado” (i.e., incluindo Grão Russos e Pequenos Russos), com a consolidação de um povo ucraniano separado e de um Estado ucraniano hostil à Rússia no qual Moscou perderia qualquer influência sobre territórios historicamente russófonos (Barabanov, 2008).

Por conta de dissensos internos na OTAN, a Cúpula de Bucareste acabou resultando na não concessão do MAP à Ucrânia. Apesar do posicionamento favorável dos Estados Unidos, Alemanha e França capitanearam um bloco que rejeitava a aceitação do pleito do governo Iushchenko. Entre os motivos que levaram a tal decisão, estava exatamente o temor de uma reação negativa por parte da Rússia (D’Anieri, 2023, p.156-160; Pifer, 2017, p.284-288; Stent, 2015, p.163-168). No entanto, em uma solução de compromisso, o comunicado final da cúpula afirmou que a Ucrânia e a Geórgia se tornariam membros da OTAN no futuro, embora sem especificar uma data ou prazo para a concretização de tal medida (OTAN, 2008).

Mesmo que a não concessão do MAP à Ucrânia tenha sido consonante com os interesses da Rússia, a expansão da aliança, com a possível incorporação da Ucrânia, continuou sendo objeto de forte rejeição por parte de Moscou. De todo modo, a ausência de reformas, a instabilidade política, temores ocidentais sobre reações da Rússia e a falta de um apoio popular amplo na sociedade ucraniana ao ingresso na OTAN fizeram com que a Ucrânia não tenha avançado substancialmente na integração às estruturas ocidentais (D’Anieri, 2023, p.146-148, 155-160). Ainda assim, como se verá adiante, a promessa feita pela OTAN à Ucrânia em 2008 continuaria a ter importantes repercussões para as relações

envolvendo Moscou, Kiev e as potências ocidentais. Fora a questão da OTAN, Iushchenko indicava que não autorizaria a extensão do arrendamento das instalações da FMN na Crimeia, o que também desagradava o governo russo (D'Anieri, 2023, p.142).

O campo econômico, por sua vez, caracterizou-se pelas disputas entre Rússia e Ucrânia em torno do fornecimento do gás russo. O governo russo passou a exibir uma postura mais rígida no que tange aos preços e dívidas de vizinhos na área energética. No primeiro quesito, a Rússia passou a propor preços para o fornecimento de gás em conformidade com padrões cobrados nos mercados europeus (reduzindo, portanto, a efetiva subsidização frente a países do espaço pós-soviético), o que levaria a uma forte elevação nos valores pagos pela Ucrânia. Dessa maneira, Moscou objetivava aproveitar-se da alta dos preços internacionais desse produto para elevar suas receitas. Por outro lado, tal comportamento da Rússia também foi frequentemente visto como uma retaliação pela orientação externa pró-ocidental de Iushchenko e, de maneira mais ampla, como um alerta para outros países que considerassem rumos políticos similares. Ademais, o governo russo continuou a buscar a aquisição de ativos de infraestrutura de gás da Ucrânia como moeda de troca pela quitação de dívidas. As divergências entre Moscou e Kiev sobre o preço do gás levaram, no início de 2006, a uma redução do gás fornecido pela Rússia à Ucrânia, que foi limitado somente aos níveis destinados para outros países da Europa. Uma vez que a Ucrânia optou por utilizar parte desse volume de gás para consumo doméstico, países europeus acabaram tendo seu fornecimento de gás reduzido, o que levou a uma crise internacional sobre o assunto. A Gazprom e sua homóloga ucraniana, a Naftohaz, acabaram acordando um novo regime com preços mais elevados para o fornecimento de gás russo à Ucrânia e para o trânsito dessa mercadoria pelo território ucraniano rumo a outros países europeus. Além de seus efeitos imediatos, a crise de 2006 teve por consequência fortalecer debates e iniciativas na Europa seja para diminuir a dependência energética em relação à Rússia, seja para estabelecer rotas de fornecimento de gás russo sem ter a Ucrânia como país de trânsito – cenário considerado como econômica e politicamente prejudicial para a Ucrânia (D'Anieri, 2023, p.150-155).

Para além de temas como a orientação externa da Ucrânia e as relações econômicas com esse país, a Rússia, sob Putin, continuou a demonstrar interesse na questão da configuração do Estado ucraniano e suas relações com a sociedade do país. A partir de 2000, o governo russo passou a ser mais vocal na questão da língua russa e dos russos étnicos na Ucrânia, acusando, à maneira como frequentemente fazia a oposição parlamentar a Ieltsin, o Estado ucraniano de políticas discriminatórias nessa área. Em contatos com o governo

ucraniano e em declarações públicas, membros do governo russo, incluindo Putin, levantavam questões como a instrução em russo no sistema educacional ucraniano. Tal discurso, por outro lado, coexistia com declarações de respeito à soberania da Ucrânia (Klimin, 2009, p.420-435). Na percepção de oficiais ucranianos, o governo russo se esforçava para transformar a questão da língua russa e dos russos étnicos em um tema de relevância nas relações bilaterais. Kiev rechaçava as acusações russas de que haveria uma discriminação contra russos étnicos e russófonos na Ucrânia (Pifer, 2017, p.197-198). As críticas russas, por outro lado, não eram acompanhadas de outras ações mais incisivas, e a Ucrânia continuou, em geral, seguindo o mesmo tipo de políticas que vinha sendo alvo de críticas na Rússia (Klimin, 2009, p.420-421, 428).

A questão cultural e identitária nas relações russo-ucranianas tornou-se ainda mais polêmica durante a presidência de Iushchenko, em particular no que tange às políticas de memória histórica. Com o surgimento da Ucrânia independente pós-soviética, a questão de uma historiografia própria ucraniana passou a ser vista como um importante elemento nos processos de construção de Estado e nação no país, o que contribuiu para uma politização dos temas históricos na Ucrânia. Nesse sentido, houve tendências, por exemplo, de interpretações com críticas à Rússia tsarista e à União Soviética em manuais escolares na Ucrânia (Szeptycki, 2014, p.334-335, 341). O potencial de conflitos russo-ucranianos nessa área estava latente ao longo de toda a história das relações bilaterais pós-soviéticas. Isso ocorria em razão de uma diferença fundamental entre as visões predominantes nas elites dos dois países: do lado ucraniano, o acento na fundamentação histórica do Estado e da nação ucranianos tinha como um de seus corolários a visão sobre o passado tsarista e soviético enquanto imposição externa para a Ucrânia; do lado russo, os mesmos períodos tsarista e soviético eram tidos como um importante elemento de legitimação para as elites política e cultural da Rússia (Kasianov, 2019a, p.240).

O governo Kuchma utilizou elementos de narrativas nacionalistas ucranianas com vistas a afirmar o caráter nacional da elite ucraniana pós-soviética, mas, ao mesmo tempo, celebrava diversos aspectos do período soviético. Iushchenko, entretanto, era mais alinhado ao nacionalismo ucraniano, o que se demonstrou em diversos aspectos das políticas adotadas na Ucrânia na área da memória histórica. Tal orientação ideológica subentendia, particularmente, críticas sobre a experiência histórica da Ucrânia na União Soviética. Já na Rússia, a elite putinista passou a buscar consolidar a sociedade em torno de uma narrativa histórica centrada na vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, acompanhada por uma

imagem, em geral, positiva exatamente do período soviético (à exceção de certos aspectos da era Stalin). Dessa maneira, durante o governo Iushchenko, elevou-se a conflitividade entre Rússia e Ucrânia no tema da memória histórica. Nesse sentido, vale destacar que, na Rússia, os aspectos ideológicos do governo Iushchenko foram explorados intensamente pelo governo e pela mídia. Desse modo, após a Revolução Laranja, fortaleceu-se, na sociedade russa, o estereótipo de que a Ucrânia encontrava-se sob o domínio de nacionalistas radicais que oprimiam a população, em particular no caso dos russófonos do país. Além disso, ganharam força estereótipos inspirados em padrões da época soviética que equacionavam o nacionalismo ucraniano ao nazismo (Kasianov, 2019a, p.198, 244-245).

A fome dos anos 1930 destacou-se como um tema de disputas entre Moscou e Kiev. Ainda na primeira metade dos anos 2000, sob Kuchma, lançaram-se esforços, em nível estatal, pelo reconhecimento doméstico e internacional da fome dos anos 1930 como um genocídio do povo ucraniano, o que já gerava um certo grau de desavenças com a Rússia. Entretanto, Iushchenko, sob particular influência e coordenação com grupos da diáspora ucraniana no Ocidente (incluindo indivíduos de círculos ligados à OUN-UPA), intensificou substancialmente tais esforços. Nesse sentido, o governo ucraniano, além de promover legislação doméstica que reconhecia o Holodomor como um genocídio do povo ucraniano (no final de 2006, por exemplo, a VR aprovou uma lei nesse sentido), agiu intensamente para que organizações internacionais, com destaque para a ONU, e Estados estrangeiros adotassem tal visão. Apesar de Iushchenko enfatizar que não responsabilizava a Federação Russa, e sim a União Soviética pela fome que vitimou os povos de Ucrânia e Rússia, o governo Putin via de maneira fortemente negativa os esforços ucranianos em torno dessa questão. Para Moscou, as ações do governo ucraniano constituíam uma tentativa de afastar Rússia e Ucrânia e cercear a influência política e cultural russa sobre a Ucrânia, bem como de descredibilizar o status de potência internacional da Rússia enquanto sucessora da União Soviética. Nesse sentido, a diplomacia russa agiu, frequentemente com sucesso, para obstruir os intentos do governo Iushchenko. O governo russo negava que a fome dos anos 1930 tivesse caráter genocida contra os ucranianos e acentuava que cidadãos de diversas etnias da União Soviética (e não só ucranianos étnicos) haviam sido vitimados por ela (Kasianov, 2019a, p.200-201, 243-250).

Além da questão do Holodomor, o período do Hetmanato foi outra fonte de notórias polêmicas nas relações russo-ucranianas no campo da memória histórica até o final do segundo mandato presidencial de Putin. O governo Iushchenko, por exemplo, instituiu ações de celebração da Batalha de Konotop, de 1659, na qual cossacos ucranianos, liderados pelo

hetman Ivan Vyhovsky, derrotaram o exército da Rússia na época dos conflitos pelo controle dos territórios do Hetmanato. Além disso, o governo ucraniano lançou iniciativas de celebração da figura de Ivan Mazepa. O governo russo criticava tais ações, classificando-as como ações nacionalistas antirrussas voltadas para instigar conflitos entre russos e ucranianos (Kasianov, 2019a, p.255-256). Por fim, deve-se mencionar que um outro elemento característico da política de memória histórica do governo Iushchenko foi a atuação pelo reconhecimento da OUN-UPA como um movimento de independência da Ucrânia, abordagem que era criticada fortemente pela Rússia (Szeptycki, 2014, p.348).

### **5.3 A eleição presidencial ucraniana de 2004, a Revolução Laranja e a questão do separatismo no leste e no sul da Ucrânia**

A eleição presidencial de 2004 na Ucrânia, para além da importância intrínseca de um acontecimento político de tal natureza, assumia maior relevância em virtude de suas implicações potenciais em termos de mudanças na elite política do país. A constituição da Ucrânia permite que os presidentes do país possam ter somente dois mandatos seguidos. Dessa maneira, com a finalização do segundo mandato presidencial de Kuchma, levantava-se a questão de sua sucessão, uma vez que o político desistira da opção de tentar um terceiro mandato por meio de emendas constitucionais. Dado que Kuchma governara o país por cerca de uma década, levantava-se, portanto, a questão de quais rumos a Ucrânia tomaria após a saída de seu líder mais longo no período pós-soviético, líder esse que consolidara um estilo particular de política externa e relações com as grandes potências.

Segundo o jornalista russo Mikhail Zygar, Kuchma considerou diversas pessoas de seu círculo de confiança para apoiar enquanto potenciais candidatos à “sucessão”. Kuchma acabou escolhendo seu primeiro-ministro, Viktor Ianukovych. Tal opção não agradava a Putin, mas Kuchma, que controlava tal processo, a julgava como a mais viável por conta da capacidade financeira do político do PR para sustentar uma campanha presidencial (Zygar, 2016, p.110-111).

A nível de discurso oficial, o governo russo declarava que respeitaria qualquer escolha feita pelo povo ucraniano (Szeptycki, 2014, p.165). No entanto, a Rússia demonstrou interesse e envolvimento na eleição presidencial ucraniana de 2004 em níveis jamais observados em comparação com as outras eleições realizadas no país a partir de 1991. Nesse sentido, apesar do discurso oficial de neutralidade, a Rússia, na prática, apoiou a candidatura

de Ianukovych por diversos meios. Ainda em 2003, o governo russo teria decidido apoiar qualquer candidato escolhido por Kuchma, rejeitando, nesse sentido, alternativas propostas por especialistas russos. A preferência de Moscou por Ianukovych foi sinalizada publicamente em julho de 2004, em um encontro de Putin, Kuchma e grandes empresários dos dois países na Crimeia, logo após a oficialização da escolha de Kuchma (Petrov; Riabov, 2006, p.146-148). Tais informações indicam, portanto, o limite da influência de Putin sobre as decisões de Kuchma e seu círculo imediato na questão da sucessão ucraniana de 2004. Nas palavras de Petrov e Riabov (2006, p.147. Tradução nossa), a política do governo russo, dessa maneira, tornou-se “refém dos interesses do presidente Kuchma e seus parceiros”.

Ademais, é importante mencionar os posicionamentos de Iushchenko e do grupo político do qual participava na Ucrânia. Iushchenko liderava a coalizão Nossa Ucrânia, surgida em 2001 e formada predominantemente por grupos de centro-direita, incluindo o Rukh. A base política da coalizão, de orientação de política externa pró-ocidental, era o oeste da Ucrânia. Apesar de o Nossa Ucrânia não ter uma orientação assumidamente antirrusa, os partidos que compunham a coalizão tendiam a desconfiar da Rússia. Vale mencionar, ademais, que o Nossa Ucrânia era próximo de setores da oposição liberal a Putin na Rússia. Por exemplo, o Nossa Ucrânia estabeleceu um acordo de cooperação com o partido União das Forças de Direita, liderado pelo opositor russo Boris Nemtsov, em 2002 (Szeptycki, 2014, p.147-148).

É verdade que Iushchenko, enquanto primeiro-ministro, havia adotado políticas mais favoráveis à entrada do capital russo na Ucrânia do que Ianukovych (Åslund, 2009, p.184). Apesar de sua reputação de pró-ocidental, e da simpatia ocidental a sua figura política, Iushchenko, em seu programa eleitoral, afirmou que, uma vez no poder, as relações da Ucrânia com a Rússia seriam “mutuamente benéficas, amigáveis e estáveis” (Iushchenko, 2004. Tradução nossa). Entretanto, os posicionamentos de Iushchenko sobre diversas importantes questões de interesse da Rússia, como o status da língua russa e da RPTs na Ucrânia, a cooperação entre os dois países na área militar-industrial, as relações da Ucrânia com a CEI e o possível ingresso da Ucrânia na OTAN, não estavam alinhados às preferências de Moscou. A liderança russa concluiu, portanto, que uma vitória de Iushchenko significava potenciais prejuízos para os interesses do Kremlin (Petrov; Riabov, 2006, p.147). Vale ressaltar, ademais, que, desde muito antes do início da campanha eleitoral de 2004, Iushchenko, em seu discurso político, retratava negativamente o presidente Kuchma e seu (então, ainda hipotético) potencial sucessor Ianukovych como representantes de um regime

pró-russo corrupto (V Nachale ..., 2003).

Em seu programa eleitoral, Ianukovych, por sua vez, prometia proteger o uso da língua russa da Ucrânia e garantir as liberdades religiosas (acendendo, portanto, que não forçaria a promoção estatal de uma igreja ortodoxa ucraniana independente da russa). O candidato do PR também sinalizou a continuidade da política multivetorial de Kuchma, ao declarar o objetivo de promover tanto o aprofundamento de relações com a Rússia (único país expressamente mencionado em seu programa) e a integração regional no espaço pós-soviético, quanto a integração europeia (Ianukovych, 2004). No decorrer da campanha, Ianukovych intensificou a exploração de temas caros ao eleitorado pró-russo e convergentes com interesses da Rússia. O candidato do PR, por exemplo, posicionou-se a favor da oficialização da língua russa na Ucrânia, bem como da autorização da cidadania dupla para cidadãos ucranianos. A simplificação do registro eleitoral de cidadãos ucranianos na Rússia foi outra promessa de Ianukovych (Petrov; Riabov, 2006, p.155). Quanto à questão da OTAN, Ianukovych sinalizou ser contrário ao ingresso da Ucrânia na aliança (afirmando que tal medida prejudicaria o complexo militar-industrial ucraniano). Por fim, o candidato do PR afirmou preferir um novo tipo de sistema de segurança na Europa, no qual a Ucrânia deveria participar somente em conjunto com a Rússia (Ianukovych predlozhil ..., 2004).

Deve-se mencionar que posicionamentos considerados pró-russos também eram explorados – por vezes, de maneira até mais intensa – por outros candidatos na eleição de 2004. Por exemplo, Petro Symonenko, candidato do KPU, prometia expressamente a neutralidade da Ucrânia; o aprofundamento das relações comerciais com a Rússia e os países da CEI; o desenvolvimento do EEC e da integração regional; e a oficialização da língua russa na Ucrânia (Peredvyborcha prohrama Symonenka ..., 2004). Similarmente, Oleksandr Moroz, do SPU, prometia expressamente a neutralidade da Ucrânia, conjugada ao desenvolvimento das relações com a Rússia e a UE (Peredvyborcha prohrama Moroza ..., 2004). Já a candidata do PSPU, Natalia Vitrenko, defendia a união da Ucrânia com Rússia e Belarus e propunha afastar seu país dos Estados Unidos e da OTAN (Vitrenko ..., 2004)

Dada a importância da eleição de 2004, em virtude de fatores como a polarização regional e a possibilidade de transformações associadas à saída de Kuchma do poder, Konstantin Zatulin, então deputado pelo Rússia Unida e membro do comitê para assuntos da CEI na Duma, enfatizou, analisando as preferências de Moscou, que a Rússia não poderia apostar em candidatos de potencial eleitoral marginal, isto é, abaixo dos projetados primeiro e

segundo lugar.<sup>33</sup> Uma vez que Iushchenko, na visão de Zatulin, representava o cenário de uma Ucrânia pró-ocidental e sem consideração devida para com a língua russa e os russos étnicos do país, a expectativa do governo russo seria de melhores relações com Ianukovych no poder. Dessa maneira, o governo russo apoiaria o candidato do PR (Zatulin, 2004a, 2004b). Ianukovych também tinha apoio em setores da oposição nacionalista russa, como no caso do KPRF de Ziuganov (Gorsovety ..., 2004).

Mesmo que alicerçada em considerações pragmáticas, uma escolha desse tipo, contudo, tinha críticos na intelectualidade de política externa russa. Por exemplo, Kirill Frolov, então diretor do departamento da Ucrânia no IPCEI de Zatulin, considerava que Ianukovych não era suficientemente comprometido com uma agenda “antípoda” ao nacionalismo ucraniano atribuído a Iushchenko, voltada para uma Ucrânia federativa e com a língua russa oficializada. Nesse sentido, Frolov considerava que a Rússia não deveria se esquivar de um maior envolvimento na política ucraniana, de modo que Moscou deveria, na visão desse autor, apoiar mais ativamente forças pró-russas na Ucrânia e diversificar suas relações com a elite ucraniana (Ianukovych Rossii ..., 2004). Já no espectro da oposição liberal da política russa, Boris Nemtsov considerava que a derrota de Ianukovych frente a Iushchenko seria importante para que a democracia se consolidasse na Ucrânia e se difundisse na Rússia (Gorsovety ..., 2004).

Do ponto de vista ideológico, a perspectiva russa sobre a eleição presidencial ucraniana de 2004 se assentava em diversos elementos articulados ao intento de influenciar a sociedade ucraniana. Nesse sentido, um elemento central foram as disputas identitárias de corte regional na Ucrânia, abordadas anteriormente neste trabalho. As disputas identitárias e regionais da Ucrânia vinham sendo crescentemente manipuladas por políticos ucranianos em busca da mobilização de seus eleitorados, o que contribuía para uma polarização política no país (D’Anieri, 2023, p.123). Nesse sentido, a Rússia baseava-se na premissa de que a eleição seria uma disputa entre dois polos da Ucrânia: o leste pró-russo, de um lado, e o oeste nacionalista do outro, de modo que a vitória de Ianukovych, conforme tal lógica, seria facilitada pela expansão da influência do leste na Ucrânia (Petrov; Riabov, 2006, p.148).

Tal percepção, vale mencionar, era compartilhada, também, por membros da elite política russa. Konstantin Zatulin, por exemplo, ressaltava que a eleição de 2004 repetiria a situação de 1994, com uma polarização entre o oeste e o leste da Ucrânia, polarização essa

---

33 Moroz e Symonenko terminaram o primeiro turno, respectivamente, no terceiro e quarto lugares, com cerca de 5% dos votos cada, fato que ilustra a decadência do KPU e do SPU e a ascensão do PR como principal partido vinculado ao eleitorado pró-russo da Ucrânia. Vitrenko, por sua vez, recebeu 1,53% dos votos.

centrada em torno de posicionamentos sobre a língua russa e “tudo o que se associa à Rússia” (Zatulin, 2004a. Tradução nossa). Como mencionado acima, as diferenças regionais da Ucrânia, de fato, refletiram-se no resultado das eleições (ver mapa 16). A título de ilustração, no segundo turno final, Iushchenko teve mais de 90% dos votos nas três províncias da Galícia, enquanto que Ianukovych obteve percentuais similares nas *oblasti* de Donetsk e Luhansk e mais de 80% na ARK e em Sevastopol.

O avanço de tais narrativas, associadas à campanha de Ianukovych, teve como um de seus aspectos centrais a atuação de diversos estrategistas e consultores políticos russos – no jargão russo, “tecnólogos políticos” (*politicheskie tekhnologi*, ou, abreviadamente, *polittekhnologi*). Entre eles, estavam nomes famosos ligados à elite putinista, como Gleb Pavlovsky, Marat Gelman, Viacheslav Nikonov e Sergei Markov (Åslund, 2009, p.182-183; Petrov; Riabov, 2006, p.148-150; Skorkin, 2016b; Zatulin, 2004a). Sergei Markov admitiu publicamente ter sido contratado pelo governo russo para defender os interesses de seu país (Åslund, 2009, p.183). Os estrategistas russos atuaram em dois centros da campanha de Ianukovych, em Kiev e Donetsk. Destacava-se, nesse sentido, o comitê de Donetsk, composto por indivíduos do círculo mais próximo de Ianukovych e mais acessível ao candidato do PR. Em Kiev, Pavlovsky também estabeleceu o chamado “Clube Russo”, que realizava eventos públicos de promoção da cooperação com a Rússia junto ao eleitorado ucraniano (Petrov; Riabov, 2006, p.153; Zygar’, 2016, p.112).

Com vistas a elevar os prospectos de sucesso eleitoral de Ianukovych, os *polittekhnologi* próximos ao Kremlin propunham o acento em elementos como a narrativa sobre o peso do leste na economia ucraniana - peso este associado aos laços com a Rússia. Ademais, os estrategistas políticos russos propunham explorar as fobias presentes no leste com relação ao oeste ucraniano e Iushchenko, associando-os ao nacionalismo radical ucraniano, ao fascismo e a um sentimento antirruso (Petrov; Riabov, 2006, p.148; Zygar’, 2016, p.113-114).

Além do envolvimento de estrategistas políticos, havia a questão da dimensão financeira do envolvimento da Rússia. Zatulin reconheceu que, apesar de a Rússia não destinar recursos de seu orçamento oficial para a campanha na Ucrânia, haveria diversas possibilidades de apoio velado a candidaturas, sem uso direto de canais estatais (Zatulin, 2004a). Anders Åslund, com base em informações de bastidores da política ucraniana, alega que o chefe da administração presidencial de Kuchma, Viktor Medvedchuk, teria acordado com seu homólogo russo, Aleksandr Voloshin, em julho de 2004, uma divisão de

responsabilidades na mobilização de recursos para a campanha de Ianukovych. Supostamente, o governo russo coletaria dinheiro para a campanha de Ianukovych de empresários russos que atuavam na Ucrânia (Åslund, 2009, p.182-183). Nesse sentido, algumas fontes sustentam que grandes empresas russas, como as gigantes Gazprom e Lukoil (petróleo), proveram apoio financeiro à campanha de Ianukovych (Åslund, 2009, p.180; Petrov; Riabov, 2006, p.152-153). O governo russo, ademais, teria pressionado empresários russos para que não apoiassem a campanha de Iushchenko (Petrov; Riabov, 2006, p.152). Houve, contudo, aqueles que conseguiram se desviar de tais pressões e apoiar o oponente de Ianukovych (Petrov; Riabov, 2006, p.152; Zygar', 2016, p.112).<sup>34</sup>

Um outro aspecto importante do envolvimento russo na campanha de Ianukovych foi a exploração da imagem de Putin, que, conforme pesquisas de opinião pública, tinha alta popularidade na Ucrânia. A imagem de Putin na eleição ucraniana, atrelada à campanha de Ianukovych, foi explorada de diversas maneiras. Putin declarava publicamente seu apoio ao candidato do PR. O presidente da Rússia também viajou à Ucrânia e teve diversos encontros e aparições públicas com Ianukovych, que também fez viagens à Rússia no contexto da campanha eleitoral ucraniana. Em uma de suas mais publicizadas visitas à Ucrânia, Putin, ao lado de Ianukovych, esteve em Kiev a três dias da realização do primeiro turno, no desfile de celebração dos 60 anos da liberação da capital ucraniana da ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial. A ideia de russos e ucranianos combatendo o fascismo, associado ao nacionalismo ucraniano, tornou-se um dos principais temas da campanha de Ianukovych (Petrov; Riabov, 2006, p.156; Zygar', 2016, p.112-116).

Além dos elementos já expostos acima, outro eixo de atuação da Rússia foram as concessões econômicas voltadas para sinalizar à sociedade ucraniana as possibilidades de benefícios na cooperação com a Rússia. Nesse sentido, pode-se mencionar o apoio a medidas como a dupla cidadania e a facilitação da estadia de imigrantes ucranianos na Rússia, pautas que tinham particular apelo entre ucranianos residentes na Rússia e no leste da Ucrânia. O governo russo também reduziu preços de itens de energia fornecidos à Ucrânia e adotou um regime tributário mais favorável a esta última para a importação de gás e petróleo (Petrov; Riabov, 2006, p.148-150; Zygar', 2016, p.113).

Vale mencionar, por fim, um último elemento da estratégia russa quanto à eleição presidencial ucraniana de 2004. Dada a larga quantidade de cidadãos ucranianos na Rússia,

---

<sup>34</sup> Um caso ilustre, nesse sentido, é o de Boris Berezovsky oligarca da era Ieltsin que se tornou um forte oponente de Putin no exílio. Berezovsky financiou a campanha de Iushchenko e enviou o famoso comentarista político e *polittekholog* russo Stanislav Belkovsky para trabalhar como conselheiro de Iushchenko (Zygar', 2016, p.112, 115).

estimada em mais de um milhão de indivíduos, tal segmento social poderia ter um peso não desprezível na votação. Acreditava-se que uma larga maioria (de acordo com pesquisas de opinião pública, cerca de 90%) dos ucranianos residentes na Rússia votariam em Ianukovych. Em outubro de 2004, um grande congresso político de membros da diáspora ucraniana na Rússia realizado em Moscou - com a presença de Dmitry Medvedev, à época chefe do gabinete presidencial de Putin - havia apelado para que os ucranianos votassem em Ianukovych. Gleb Pavlovsky e membros da diáspora ucraniana na Rússia também lançaram diversas iniciativas de promoção do candidato do PR junto a tal segmento social (Petrov; Riabov, 2006, p.155-157). Nesse contexto, o governo russo buscou que 400 seções eleitorais adicionais fossem estabelecidas na Rússia na ocasião da eleição presidencial ucraniana (Åslund, 2009 p.183-184). Entretanto, diante da resistência da campanha de Iushchenko, bem como da hesitação de Kuchma, a comissão eleitoral ucraniana e, posteriormente, a corte suprema do país autorizaram a abertura de um número reduzido de seções na Rússia. As autoridades russas, ademais, negaram a presença de observadores da campanha de Iushchenko (Petrov; Riabov, 2006, p.155-157).

Após o anúncio da comissão eleitoral ucraniana, em 24 de novembro, de que Ianukovych havia vencido a eleição, Putin congratulou oficialmente o político do PR. Dessa maneira, o governo russo expressou a visão de que Ianukovych seria o presidente legítimo da Ucrânia. Ainda antes disso, com base em resultados de boca de urna reportados por Kuchma, Putin, durante visita ao Brasil, já havia congratulado Ianukovych (Zygar', 2016, p.116).

Em meio aos referidos protestos contra o resultado oficial anunciado, o fato de Kuchma ter buscado negociar com a oposição fez a imagem do presidente ucraniano se desgastar perante o governo russo (Petrov; Riabov, 2006, p.157). De fato, era uma visão comum, entre observadores russos, a de que Kuchma não se devotava de todo a apoiar Ianukovych, pois acreditava-se que o então presidente tinha o interesse de preservar sua influência e margem de manobra na política ucraniana perante qualquer sucessor presidencial (Petrov; Riabov, 2006; Zatulin, 2004a, 2004b, 2005). Enquanto o governo russo favorecia uma atuação dura das autoridades ucranianas para controlar a situação no país diante dos protestos, Kuchma também se negou a usar a força para sufocar o movimento da Revolução Laranja. A postura de Kuchma e dos países ocidentais durante os eventos na Ucrânia desagradava intensamente Putin. Meios de comunicação russos, por sua vez, retratavam a Revolução Laranja como uma tentativa de golpe de Estado antirruso instigado pelo Ocidente (Petrov; Riabov, 2016, p.157; Zygar', 2016, p.117-120).

Com as dificuldades enfrentadas após o primeiro turno, a Rússia também teria atuado para que eleitores de outros candidatos no campo eleitoral pró-russo apoiassem Ianukovych no segundo turno. Conforme Nikolai Petrov e Andrei Riabov, o governo russo teria solicitado a Gennady Ziuganov para que este, em troca de concessões ao KPRF na Rússia, persuadissem Petro Symonenko a orientar seus eleitores a votarem em Ianukovych no segundo turno. Entretanto, Symonenko teria rejeitado tal proposta, em virtude de o candidato do KPU ter se considerado prejudicado pela fraude eleitoral realizada em favor de Ianukovych. Symonenko também temeria prejuízos à popularidade de seu partido caso este apoiasse a opção situacionista, vinculada à política oligárquica na Ucrânia. Assim, o KPU urgiu seus apoiadores a não votarem nem em Iushchenko, nem em Ianukovych (Petrov; Riabov, 2006, p.157-158).

Em negociações com envolvimento internacional (presidentes de Polônia e Lituânia, além do secretário-geral da OTAN) sobre uma resolução da crise, o governo russo demandou o reconhecimento da vitória de Ianukovych e o fim dos protestos (Petrov; Riabov, 2006, p.160; Zygar', 2016, p.117). Após consultas entre Putin e Kuchma no início de dezembro, os dois presidentes sugeriram a anulação dos dois turnos e a realização de uma nova eleição. Entretanto, a corte suprema da Ucrânia determinou a anulação somente do segundo turno e a realização de um novo segundo turno, realizado em 26 de dezembro de 2004 (Zygar', 2016, p.119-120). Como visto acima, Iushchenko foi o vencedor, no que configurou uma derrota política para a Rússia, apesar de todos os esforços sem precedentes para interferir na eleição ucraniana em favor do candidato preferido de Moscou. A derrota de Ianukovych, contudo, foi precedida por uma escalada de tensões instigada pelo PR e seus apoiadores. Nesse sentido, a questão separatista no leste assumiu um lugar central, engendrando o cenário de mais sérios debates sobre a unidade da Ucrânia independente pós-soviética até então.

Como visto acima, organizações que atuavam por algum tipo de autonomia ou mesmo secessão das províncias do Donbass surgiram desde o próprio período de desintegração da União Soviética e surgimento da Ucrânia independente. Embora setores abertamente defensores do separatismo tenham permanecido com peso político pequeno, a ideia de uma “particularidade” do Donbass tinha significativa ressonância na região (Skorkin, 2016a). As ideias de autonomia regional, proximidade à Rússia e defesa da oficialização do russo, em geral, tinham relevante circulação, inclusive – e crucialmente - entre círculos de elite. Nesse sentido, a Revolução Laranja proveu um contexto propício para uma revigorada exploração de tais temas.

O PR e membros das elites políticas do leste da Ucrânia reagiram à possível exclusão do poder executivo nacional, com uma eventual derrota eleitoral de Ianukovych, organizando uma série de ações que punham em questão a legitimidade do poder central em Kiev e tinham potencial secessionista. O governador da *oblast'* de Luhansk, Oleksandr Iefremov, e o presidente do parlamento da província, Viktor Tikhonov (ambos viriam a ser membros do PR) propuseram o estabelecimento de uma república autônoma no sudeste da Ucrânia. A proposta de Iefremov e Tikhonov foi apoiada pelos parlamentos das *oblasti* de Donetsk e Kharkiv (Skorkin, 2016b). Em 26 de novembro de 2004, o parlamento da *oblast'* de Luhansk aprovou (com 84 votos favoráveis e um contrário) uma reorganização político-administrativa da província, com a transferência do poder na região para um comitê executivo liderado por Iefremov e composto por membros de órgãos administrativos e de segurança da região (Lugansk khochet ..., 2004). Ao mesmo tempo, sugeriu-se a organização de um grupo de trabalho responsável pelo estabelecimento de instituições de Estado próprias (Conselho da província de Luhansk, 2004). Deputados do parlamento provincial também endereçaram apelos de apoio a Vladimir Putin (Luganskaia ..., 2004), solicitando que o governo russo reconhecesse uma república autônoma que se planejava estabelecer no leste e no sul ucranianos (Lugansk khochet ..., 2004).

Políticos da *oblast'* de Donetsk, por sua vez, propuseram a criação de uma república autônoma de Donetsk no âmbito de uma Ucrânia federalizada (Andrushko, 2024). Na província de Kharkiv, sob liderança do governador e presidente do parlamento regional, Ievhen Kushnariov, políticos da região subordinaram a polícia e as redes ferroviária e televisiva da região a comando local, além de cortarem a transferência de recursos para o orçamento nacional ucraniano (Andrushko, 2004).

Na *oblast'* de Odesa, um congresso de políticos da província declarou que, em caso de uma tomada de poder anticonstitucional – maneira como oponentes da Revolução Laranja classificavam as ações do campo pró-Iushchenko –, seria estabelecida, no território da *oblast'*, uma nova entidade política pautada pelas leis e a constituição da Ucrânia (Stenogramma ..., 2004). Políticos da cidade de Odesa, a terceira mais populosa da Ucrânia, demandaram, em caso de chegada ao poder dos grupos associados à Revolução Laranja, a formação de uma entidade autogovernada chamada Novorossiiia no leste e no sul da Ucrânia, bem como a reavaliação do status da cidade e da *oblast'* homônima (Rezoliutsiia obshchegorodskogo ..., 2004). A cidade também registrou manifestações pró-russas com *slogans* de apoio à federalização da Ucrânia e à ideia da Novorossiiia (Kaurov, s.d.). Discussões a esse respeito

chegaram a ser endossadas pelo prefeito de Odesa, Ruslan Bodelan (D’Anieri, 2004, p.129). Manifestações com pautas de apoio a Ianukovych, à federalização da Ucrânia (e até mesmo a uma união à Rússia, no caso da Crimeia) e à oficialização da língua russa ocorreram em diversas cidades do leste e do sul da Ucrânia (Net—gosudarstvennomu ..., 2004; Rezoliutsiia mitinga ..., 2004; Uchastniki ..., 2004; V Krymu ..., 2004).

Naquele contexto, as atividades de potencial secessionista encontraram sua maior expressão com a realização, encabeçada pelo PR, do “Congresso Pan-ucraniano de Deputados da Verkhovna Rada, da ARK e de Conselhos Locais de Todos os Níveis”. Realizado na cidade de Sievierodonetsk (Severodonetsk, em russo), na *oblast’* de Luhansk, o evento ocorreu em 28 de novembro de 2004. O chamado Congresso de Sievierodonetsk se notabilizou por ameaças de um referendo sobre mudanças na estrutura territorial e administrativa da Ucrânia (Arel; Driscoll, 2023). A mensagem geral do congresso era a de que Ianukovych havia vencido a eleição e de que a oposição, liderada por Iushchenko, buscava chegar ao poder de forma ilegal, ilegítima e antidemocrática (Stenogramma ..., 2004).

Cerca de 3.500 delegados participaram do congresso, incluindo 30 deputados da VR, prefeitos de grandes cidades (como Odesa e Zaporizhzhia), governadores de províncias e presidentes de parlamentos regionais (Stenogramma ..., 2004). Indivíduos do leste e do sul predominavam, mas participantes de 16 *oblasti* da Ucrânia, em conjunto com outros provenientes de Kiev, da ARK e de Sevastopol, estiveram presentes no congresso (Reshenie ..., 2004).<sup>35</sup> O próprio Viktor Ianukovych esteve no congresso, assim como um conselheiro da embaixada russa e Iury Luzhkov, então prefeito de Moscou e um dos líderes do Rússia Unida. Gritos de “Rússia!” foram ouvidos em certos momentos do congresso (Stenogramma ..., 2004).

Uma das propostas mais notáveis no congresso foi a do presidente do conselho da *oblast’* de Donetsk, Borys Kolesnikov, destacado membro do PR e aliado de Rinat Akhmetov, principal oligarca ucraniano ligado ao PR e dono do conglomerado System Capital Management. Kolesnikov sugeriu a realização de referendos regionais de não confiança a instituições estatais centrais em Kiev, bem como de estabelecimento de um “novo Estado ucraniano do sudeste na forma de uma república federativa” (Stenogramma ..., 2004. Tradução nossa), com capital em Kharkiv. Ainda de acordo com Kolesnikov, ilustrando a tendência pró-russa de tal iniciativa, a garantia de prosperidade econômica de tal Estado seria

---

<sup>35</sup> Ao todo, a Ucrânia possui 24 *oblasti*. A ARK e as cidades de Kiev e Sevastopol possuem status administrativos separados, distintos do de uma *oblast’* (ver mapa 9).

a participação no EEC (Stenogramma ..., 2004). Já Iefremov, que também discursou no congresso, propôs o estabelecimento de novos órgãos político-administrativos e de segurança regionais diante das ações dos partidários da Revolução Laranja (Stenogramma ..., 2004). Ievhen Kushnariov insinuou a possibilidade de algum tipo de apoio e envolvimento da Rússia (Stenogramma ..., 2004).

Como a Rússia se comportou quanto aos debates sobre o Estado ucraniano no contexto da Revolução Laranja e do Congresso de Sievierodonetsk? De início, cabe mencionar que, conforme diversas fontes, a Rússia não tinha um forte envolvimento com o separatismo pró-russo no leste da Ucrânia nos anos 2000 (Skorkin, 2016a).<sup>36</sup> Entretanto, no contexto específico da Revolução Laranja, segundo Petrov e Riabov, pelo menos uma parte da elite russa, especialmente entre os *siloviki*, pode ter sido favorável à opção radical de apoiar o separatismo no leste ucraniano (Petrov; Riabov, 2006, p.159). Ideias similares também circulavam na intelectualidade de política externa russa. O referido Kirill Frolov, por exemplo, propunha que, em caso de chegada ao poder ilegítima de Iushchenko, uma “República de Donetsk-Novorossia” deveria ser estabelecida (Frolov, 2004). Na visão de Konstantin Zatulin, a Rússia errou ao traçar uma estratégia pautada pelas opções de Kuchma, em vez de assumir uma perspectiva mais ampla de relacionamento com outros atores da sociedade e da política ucranianas (como partidos políticos, representantes de elites regionais e da mídia, por exemplo), em particular no caso de forças pró-russas (Kommentarii ..., 2004; Zatulin, 2005). Nesse sentido, o deputado russo considerava que as verdadeiras garantias de relações amigáveis com a Ucrânia seriam a federalização do país, a oficialização do russo (que, supostamente, impediria a assimilação de russos étnicos) e a unidade da Igreja Ortodoxa Ucraniana - Patriarcado de Moscou (*Ukrains'ka pravoslavna tserkva – Moskovs'kyi patriarkhat*, UPTs-MP) com a RPTs. A federalização da Ucrânia, na visão de Zatulin, garantiria que forças antirrussas não se consolidassem politicamente em nível nacional nesse país, de modo que tal reestruturação político-administrativa da Ucrânia deveria, de acordo com essa lógica, ser apoiada pela sociedade e o governo russos (Zatulin, 2005).

Segundo Viktor Tikhonov, que presidiu o Congresso de Sievierodonetsk, a Rússia auxiliou nas ações de transmissão televisiva do congresso (Stenogramma ..., 2004). Diversos dos principais meios de comunicação russos, ademais, realizaram uma cobertura simpática ao congresso, o que foi visto por certas organizações de jornalistas da Ucrânia como incitação do

36 Por exemplo, um dos líderes do movimento separatista na região de Donetsk no contexto do Maidan, Pavel Gubarev (Pavlo Hubariiev, em ucraniano), afirmou que, à época em que estudava História na Universidade de Donetsk, na primeira metade dos anos 2000, oficiais russos não se interessaram em apoiar, por meio da concessão de bolsas, o círculo de “simpatizantes da Novorossia” atuante na universidade (Skorkin, 2016a).

separatismo (Andrushko, 2024). Sob fortes aplausos e gritos de “Rússia!”, Luzhkov, em seu discurso, fez fortes críticas ao campo laranja e elogiou Ianukovych, a quem, em linha com o posicionamento oficial da Rússia, chamou de presidente eleito da Ucrânia. Luzhkov, por outro lado, absteve-se de endossar qualquer ameaça de potencial secessionista. O então prefeito de Moscou classificou Ianukovych e a Rússia como genuinamente comprometidos com a democracia e a unidade da Ucrânia (Stenogramma ..., 2004).

As ações da própria fração da elite política ucraniana que capitaneava a iniciativa de Sievierodonetsk, certamente, contribuíram crucialmente para que uma possível escalada de potencial secessionista, articulada ao apoio da Rússia, fosse deixada de lado. Deve-se lembrar que, embora a proposta de ruptura com o poder central em Kiev carregasse um potencial secessionista, os protagonistas do congresso frequentemente apresentavam suas ideias como possíveis respostas ao que classificavam como ações ilegítimas da oposição. Os participantes do congresso também afirmavam que suas ideias e ações visavam, sobretudo, à defesa da ordem constitucional, da integridade e da vontade popular na Ucrânia (Stenogramma ..., 2004) – isto é, a legitimidade do Estado ucraniano enquanto comunidade política não era negada incondicionalmente.

Kolesnikov, por exemplo, afirmava que a consecução de suas propostas somente ocorreria em caso de desrespeito às demandas do campo pró-Ianukovych quanto ao reconhecimento do resultado oficialmente anunciado da eleição presidencial (Stenogramma ..., 2004). O próprio Ianukovych, ademais, demonstrou moderação, não endossando abertamente as ameaças de potencial secessionista feitas por diversos participantes do congresso. Em seu discurso em Sievierodonetsk, o líder do PR apelou para que os participantes do congresso adotassem decisões que contribuíssem para a estabilidade e a unidade da Ucrânia e que não tomassem nenhuma iniciativa radical (Stenogramma ..., 2004). Já do lado russo, Luzhkov, provavelmente, não tinha autorização do Kremlin para expressar posicionamentos mais concretos da Rússia quanto às iniciativas discutidas em Sievierodonetsk (Zygar', 2016, p.118-119).

A declaração final do Congresso de Sievierodonetsk classificou Viktor Ianukovych como presidente eleito da Ucrânia e afirmou o compromisso de seus participantes com a integridade do país, acusando o campo pró-Iushchenko de provocar uma “divisão territorial” da Ucrânia. Declarou-se, ainda, a fundação de uma aliança de regiões autônomas da Ucrânia, com sede em Kharkiv, que seria responsável por avaliar sugestões feitas no congresso e elaborar medidas de resposta a “tentativas de chantagem econômica e política” (Reshenie ...,

2004. Tradução nossa). Por fim, em caso de agravamento da situação política na Ucrânia, os participantes do congresso declararam-se dispostos a organizar um referendo sobre a reorganização administrativa-territorial do país (Reshenie ..., 2004). A proposta do congresso possuía um caráter federalista, e não abertamente secessionista (D'Anieri, 2023, p.129).

Como visto acima, a crise de 2004-2005 foi contornada com uma solução de compromisso. Em troca de uma nova lei eleitoral para prevenir a ocorrência de fraudes, Iushchenko concordou com a redução constitucional do poder presidencial, que não mais poderia, por exemplo, demitir o primeiro-ministro. Dessa maneira, abria-se uma porta para que as elites do Donbass tivessem uma outra modalidade de acesso e controle sobre o poder executivo nacional, por meio da possibilidade de ocupação do cargo de primeiro-ministro e da participação em blocos parlamentares com capacidade de agir como contrapeso em relação ao presidente (Arel; Driscoll, 2023). Tal perspectiva de manutenção de influência na política ucraniana em nível nacional, portanto, certamente contribuiu para que opções mais radicais de ruptura com o centro fossem implementadas.

Na oposição após a Revolução Laranja e a chegada de Iushchenko ao poder, lideranças do PR, mesmo com a desistência da realização do referendo sobre a reestruturação político-administrativa da Ucrânia, continuaram a falar na necessidade de federalização do país (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.108-113). Em outubro de 2005, por exemplo, em texto que pode ser considerado uma espécie de manifesto programático do PR, Ianukovych defendeu abertamente a federalização da Ucrânia, classificada como um meio para garantir a estabilidade e a democratização do país (Ianukovych, 2005a).

Sob outras formas e impactos, a questão do separatismo e seus possíveis laços com a Rússia continuaram a existir no leste da Ucrânia após a Revolução Laranja. Os acontecimentos de 2004-2005, dada a polarização que os caracterizou, deram impulso à atuação de organizações secessionistas pró-russas no Donbass. Embora politicamente marginais – e, em alguns casos, legalmente proscritas –, organizações separatistas de orientação pró-russa continuaram em atividade nessa região, frequentemente sendo instrumentalizadas, conforme analistas ucranianos, pelas elites regionais como instrumento de pressão contra o governo Iushchenko.<sup>37</sup> Vale ressaltar, nesse sentido, que diversos participantes do movimento separatista que eclodiu em 2014 no Donbass eram egressos dos grupos que emergiram na região após a Revolução Laranja. Pode-se citar, nesse sentido, a

<sup>37</sup> Um aspecto relevante a se mencionar nesse sentido são as ligações de líderes das organizações separatistas com políticos destacados do PR no Donbass. Diversos desses indivíduos trabalhavam nos gabinetes ou em campanhas eleitorais de líderes regionais do PR (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.122-128; Shekhovtsov, 2016).

organização República de Donetsk (DR, de *Donets'ka Respublika*, em ucraniano; e *Donetskaia Respublika*, em russo), fundada em dezembro de 2005, que constituiria uma precursora ideológica direta da DNR e teve, em diversos momentos, relações de cooperação com o PR. Em 2006, a DR, que negava a existência de um povo ucraniano separado do russo, iniciou uma coleta de assinaturas para um referendo de independência de províncias do sul e leste ucranianos e propôs a formação de uma milícia armada como um dos possíveis meios para lutar por suas bandeiras políticas. Em 2007, a organização foi banida pelas autoridades ucranianas, mas continuou a atuar clandestinamente (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.121-125; Shekhovtsov, 2016; Skorkin, 2016b). No mesmo ano, Roman Liagin, fundador do grupo anti-Iushchenko *My* (o pronome “nós”, em russo e ucraniano), membro do PR, adquiriu notoriedade na Ucrânia ao propor a Ianukovych a partilha da Ucrânia e a incorporação de parte de seus territórios à Rússia (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.126-128; V Donetske ..., 2007).

Vale mencionar que organizações separatistas e pró-russas tinham articulações na Rússia, em particular com setores da extrema-direita. Ligada à ideologia de Aleksandr Dugin, intelectual e ideólogo do eurasianismo russo que propunha a extinção do Estado ucraniano independente, a União Eurasiática da Juventude (*Evrasiiskii soiuz molodezhi*, ESM) atuou brevemente na Ucrânia após a Revolução Laranja. Membros da DR participavam de atividades de formação ideológica e treinamento para conflitos de rua organizadas pela ESM. Representantes da ESM, por sua vez, participavam de ações pró-separatismo organizadas pela DR no Donbass (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.123-125; Shekhovtsov, 2016; Skorkin, 2016b). Mesmo que, por anos, não tenham alcançado significativa influência política, atores e organizações do separatismo pró-russo continuaram difundindo suas ideias no leste ucraniano, as quais viriam a ser instrumentalizadas de maneira mais intensa por Moscou no contexto da crise de 2013-2014 e seus desdobramentos.

#### **5.4 A Rússia e a elite do Partido das Regiões: laços políticos e econômicos**

Para além das interações intergovernamentais, um outro eixo que se desenvolvia na política da Rússia para a Ucrânia era o das relações interpartidárias, especificamente no que tange às relações da Rússia com o PR. Cabe mencionar que a aproximação entre Moscou e o partido ucraniano não se esgotou no momento da eleição presidencial de 2004 e teve continuidade nos anos subsequentes à Revolução Laranja, o que ilustrou uma intensificação

das interações da elite putinista com uma das principais frações da elite política ucraniana.

Antes de abordar em maior detalhe esse processo, cabe uma breve digressão sobre a história do PR. As raízes mais longínquas do PR remontam ao Partido do Renascimento Regional da Ucrânia, fundado em 1997 sob liderança do então prefeito da cidade de Donetsk, Volodymyr Rybak. A partir de seu núcleo no Donbass, o partido foi se expandindo com a agregação de outros grupos políticos de diversas regiões da Ucrânia, com maior concentração no leste e no sul. Após uma fusão com quatro outros partidos, foi estabelecido, em 2001, o partido político com o nome oficial de Partido das Regiões. Já durante a legislatura de 2002-2006 na VR, o PR, com mais uma fusão, tornou-se a maior bancada no parlamento ucraniano (Kuzio, 2015b, p.175-180).

Ilustrando seu crescimento na cena política ucraniana, o PR foi o partido mais votado nas eleições parlamentares de 2006 e 2007 (32,78% e 34,94% dos votos, respectivamente, concentrados no leste e no sul da Ucrânia). Além disso, o PR chegou a ter Viktor Ianukovych novamente como primeiro-ministro no período 2006-2007. Ao tornar-se novamente primeiro-ministro, Ianukovych declarou o objetivo de restauração de relações com a Rússia. Parte da mídia e políticos russos apoiaram o PR na eleição parlamentar ucraniana de 2006 (enquanto que o KPU teve apoio do seu parceiro, o KPRF). Nesse sentido, conforme apontam diversas fontes, a Rússia exerceu um importante papel no estabelecimento da aliança política entre o PR, o KPU e o SPU em apoio ao gabinete de Ianukovych. Symonenko e Moroz tiveram consultas com o círculo de Putin, enquanto que o presidente da Rússia teria sido o garantidor de um acordo entre o líder do SPU e Ianukovych. Enquanto Ianukovych era primeiro-ministro, a interferência russa na política ucraniana diminuiu, embora diversas ações tenha sugerido o contínuo interesse russo em atuar nesse sentido. Por exemplo, na campanha para a eleição parlamentar ucraniana de 2007, Ianukovych foi recebido na Rússia por lideranças russas, ação que foi interpretada como apoio do governo russo ao político do PR (Szeptycki, 2014, p.142, 170-171).

Um aspecto característico do PR é sua inserção na política oligárquica ucraniana. A base política-econômica original do partido, ligada a Rybak, era formada por chamados “diretores vermelhos” da região de Donetsk, isto é, diretores de grandes empresas herdeiras do período soviético. A este grupo, agregaram-se novos grandes empresários da região, incluindo o referido Rinat Akhmetov, também originário de Donetsk, considerado o homem mais rico da Ucrânia (Kuzio, 2015b, p.180). Akhmetov se declarava favorável à entrada da Ucrânia na UE e a boas relações tanto com a Rússia quanto com o Ocidente, preservando a

independência e a autonomia da Ucrânia. O oligarca também era contrário à entrada da Ucrânia na OTAN e defendia um status equitativo para as línguas ucraniana e russa no país (Rinat Akhmetov ..., 2006; Szeptycki, 2014, p.155). Vale mencionar que os meios de comunicação ligados a Akhmetov tinham uma linha editorial, em geral, crítica sobre cooperação da Ucrânia com as ocidentais, bem como sobre o nacionalismo ucraniano (Szeptycki, 2014, p.155-156).

O PR apelava para segmentos russófonos da Ucrânia que simpatizavam com a narrativa de um destino histórico em comum com a Rússia. Dessa maneira, em termos programáticos, o partido tinha agendas convergentes com os interesses de Moscou nas questões linguística, de política externa e de política de memória (Arel; Driscoll, 2023). O aspecto ideológico na atuação do PR, é verdade, deve ser relativizado, uma vez que os interesses econômicos e de poder dos grupos e indivíduos que o compunham tinham alta relevância na atuação do partido. Ademais, havia uma diversidade interna associada aos diferentes *backgrounds* políticos e econômicos de tais grupos (Kuzio, 2015b, p.180). Ainda assim, é importante ressaltar que o direcionamento programático do partido teve diversas repercussões e desdobramentos na política ucraniana. Como visto acima, o PR, nos anos 2000, tornou-se a principal força eleitoral com agendas pró-russas na Ucrânia, tomando, em larga medida, o eleitorado de partidos como o PSPU e o KPU, tornando este último uma espécie de satélite político do PR no leste ucraniano. Ainda em nível regional, o PR também estabeleceu alianças com partidos nacionalistas russos na Crimeia, o que contribuiu para uma maior influência política destes últimos (Kuzio, 2015b, p.178-180).

Após a Revolução Laranja, durante o período do segundo mandato presidencial de Putin, importantes transformações ocorreram no PR. Na segunda metade dos anos 2000, cresceu dentro do partido a influência de um outro grupo político-empresarial: o chamado “*lobby do gás*”, também conhecido como o grupo da RosUkrEnergó (RUE), liderado pelos políticos Iury Boiko e Serhii Liovochkin<sup>38</sup> e o empresário Dmytro Firtash (em menor grau, falava-se, também, na atuação do político Valerii Khoroshkovsky no grupo). Formada por uma sociedade acionária entre a Gazprom (50% das ações) e os empresários ucranianos Firtash (45%) e Ivan Fursin (5%), a RUE importava gás da Rússia para a Ucrânia entre os anos de 2004 e 2009 (Matuszak, 2012, p.17-20, 27, 95-100). A decisão pela criação da RUE teria ocorrido em negociações envolvendo Boiko, Kuchma e Putin. Vale mencionar, ademais,

<sup>38</sup> Nos anos 2000, Liovochkin e Boiko ocuparam relevantes cargos políticos na Ucrânia. Em 2007, por exemplo, ambos tornaram-se deputados na VR pelo PR. Em 2006-2007, Boiko havia exercido o cargo de ministro da energia no período em que Ianukovych era primeiro-ministro da Ucrânia, enquanto que Liovochkin, entre 2002 e 2005, atuou como primeiro assistente de Kuchma.

que a Gazprom também concedeu à RUE direitos de exportação do gás russo para a Europa ocidental (Paniushkin; Zygár', 2008; Zygár', 2016, p.152-153). Ao lado do grupo de Akhmetov, atuante principalmente nos setores de metalurgia, energia e mídia, o grupo da RUE (que, além do envolvimento na economia do gás, tinha relevante atuação nas indústrias metalúrgica e química e na mídia da Ucrânia) tornou-se o outro principal grupo de influência no PR (Matuszak, 2012, p.26-27, 88-99). Dessa maneira, a economia do gás, eixo crucial das relações Rússia-Ucrânia e da influência de Moscou sobre Kiev, tornou-se mais um elemento a consolidar as relações entre a Rússia e a elite do PR. Segundo Matuszak (2012, p.17-18, 95), o grupo da RUE era tido como o mais pró-russo na elite política e de negócios da Ucrânia – não por convicções ideológicas, e sim em virtude de os membros desse grupo terem ligações com o capital russo e terem feito *lobbies* por interesses russos na Ucrânia.

Os laços da elite putinista com o PR ganharam uma dimensão institucional oficial. Em julho de 2005, foi assinado, durante reunião do Conselho Político do PR em Kiev, um acordo de cooperação entre o partido ucraniano e o Rússia Unida. Conforme Konstantin Zatulin, a ideia de assinatura do acordo precedia a eleição de Iushchenko e, segundo veiculado na mídia russa, partiu do próprio PR (Voronina; Rudneva, 2005). O acordo de cooperação afirmou que os dois partidos atuariam pelo desenvolvimento das relações entre Rússia e Ucrânia. O Rússia Unida e o PR declararam a disposição para consultas e encontros sobre temas de política doméstica e internacional, bem como para troca de experiências em temas como a propaganda, a organização partidária e a formação de quadros (RÚSSIA UNIDA, 2005). Em seu discurso no evento, Ianukovych defendeu a oficialização do bilinguismo na Ucrânia, com a adoção do russo como segunda língua estatal. Além disso, o líder do PR posicionou-se a favor de uma parceria estratégica entre Kiev e Moscou e contra a entrada da Ucrânia na OTAN (mas não, vale ressaltar, na UE) (Ianukovych, 2005b). O referido manifesto programático de 2005 também defendeu relações de parceria estratégica entre Ucrânia e Rússia como meio para “garantir um lugar digno na comunidade internacional” (Ianukovych, 2005a. Tradução nossa).

Além de Zatulin, que viria a se tornar um frequente participante de atividades do PR na Ucrânia (Skorkin, 2016b), a delegação do partido putinista na capital ucraniana contou com Konstantin Kosachev, presidente do Comitê de Relações Internacionais da Duma. No evento, Kosachev ressaltou as afinidades ideológicas dos dois partidos na centro-direita, além de elogiar o PR, afirmando que este partido atuava de maneira consistente pela cooperação com a Rússia e opunha-se à política do então governo ucraniano de promover a integração

européia em detrimento das relações com a Rússia (Zaiavlenie Chlena ..., 2005). Referindo-se às declarações dos membros do PR sobre o desenvolvimento de relações com a Rússia e a oficialização do russo na Ucrânia, Zatulin afirmou que tais propostas não poderiam passar despercebidas entre os russos, que deveriam, para o político do Rússia Unida, desejar o sucesso do PR (Zatulin, 2005b).

Oficialmente, por outro lado, os dois lados afirmaram que sua relação não envolveria apoio financeiro (Iusupova, 2005). Na eleição parlamentar ucraniana de 2006, o PR teve o apoio do Rússia Unida (Szeptycki, 2014, p.170). O acordo de 2005 foi reiterado por um novo memorando de cooperação de agosto de 2007, que reafirmou o intento de aprofundar a “parceria estratégica” entre Rússia e Ucrânia. O Rússia Unida e o PR, ademais, declararam-se comprometidos em atuar para que os governos de seus países não promovessem a entrada em “estruturas militares internacionais” que constituíssem uma ameaça de segurança a seus respectivos Estados (Partiia regionov ..., 2007) – uma referência, principalmente, à questão da entrada da Ucrânia na OTAN. Segundo Zatulin, o Rússia Unida não enviaria, naquele momento, consultores políticos para auxiliar as atividades do PR na Ucrânia na época em questão (Partiia regionov ..., 2007).

Cabe ressaltar que o programa político do PR apresentava notórias convergências com os interesses da Rússia quanto à Ucrânia. Para a eleição parlamentar de 2007, por exemplo, o PR declarou seu apoio à oficialização da língua russa na Ucrânia, bem como à neutralidade da Ucrânia e à manutenção de uma política externa “equilibrada”, que desenvolveria relações tanto com a Rússia quanto com o Ocidente (Peredvyborcha prohrama Partii rehioniv ..., 2007). A área das políticas de memória era outra em que o PR apresentava perspectivas similares às da Rússia. Como visto acima, durante a eleição presidencial de 2004, por exemplo, a campanha de Ianukovych apostou fortemente na tese da ameaça do nacionalismo ucraniano. O partido também apresentava visões mais próximas às do governo russo na questão da fome dos anos 1930 (Kasianov, 2019a, p.200-201). A bancada do PR na VR (à exceção de dois deputados) absteve-se ou boicotou a votação a respeito da classificação do Holodomor como um genocídio perpetrado contra o povo ucraniano (Arel; Driscoll, 2023). Por fim, vale mencionar que o PR possuía próximas relações com a UPTs-MP, frequentemente atuando como defensora dos interesses dessa instituição na Ucrânia (Szeptycki, 2014, p.142).

Um relevante aspecto das relações entre a elite putinista e o PR era a dimensão regional da Ucrânia. Acredita-se, por exemplo, que Zatulin tenha intermediado a formação de

uma aliança entre o PR e nacionalistas russos para as eleições na ARK em 2006 (Kuzio, 2015b, p.180). Já a seção da província de Luhansk do PR estabeleceu relações particularmente próximas com o Rússia Unida. Valerii Holenko, presidente do parlamento de Luhansk e membro do PR, tornou-se próximo de Vladislav Surkov, espécie de ideólogo do regime putinista que, entre 1999 e 2011, atuou como vice-chefe da administração presidencial da Rússia (Skorkin, 2016b). Na *oblast'* de Luhansk, as lideranças regionais do PR promoviam eventos públicos promovendo as questões do federalismo e do status da língua russa, bem como criticando o nacionalismo ucraniano. Políticos russos, como Zatulín, Sergei Baburin e Sergei Markov, frequentemente participavam de tais eventos (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.116-118). Na visão de Paul D'Anieri, o domínio do PR no Donbass e sua larga representação parlamentar, em conjunto com o fato de diversos oligarcas ucranianos terem interesses coincidentes com os da Rússia, significavam que Moscou conservava posições favoráveis na Ucrânia, apesar da derrota diante da Revolução Laranja em 2004-2005 (D'anieri, 2023, p.142).<sup>39</sup>

Em março de 2008, já às vésperas do encerramento do segundo mandato presidencial de Vladimir Putin, foi organizado, sob liderança do PR, o Segundo Congresso de Sievierodonetsk. O evento contou com a participação de lideranças do PR, incluindo Ianukovych, e de outras relevantes figuras da cena política ucraniana, como Petro Symonenko. Uma delegação de deputados da Duma russa, encabeçada por Zatulín, também participou do evento. À semelhança do primeiro congresso, a questão da estrutura político-administrativa da Ucrânia foi abordada, mas os temas linguístico, de memória, dos russos étnicos e da orientação externa da Ucrânia – todos assuntos de controvérsia durante o governo Iushchenko - receberam maior atenção.<sup>40</sup> A declaração política do congresso propôs uma descentralização administrativa da Ucrânia, medidas em apoio à língua e à cultura russas e – entre outros fatores, em nome da preservação de boas relações com a Rússia - a neutralidade da Ucrânia (consequentemente, a não entrada do país na OTAN). Além disso, a política de memória do governo Iushchenko, em particular sobre as questões da fome dos anos 1930 e a

39 Nesse sentido, vale lembrar de um outro aspecto que sinalizava a permanência de potenciais bases de apoio à Rússia na sociedade ucraniana após a Revolução Laranja. Embora os atores de elite envolvidos na Revolução Laranja tivessem claras preferências em termos da orientação externa, tais implicações não se refletiam, necessariamente, no âmbito do eleitorado ucraniano de maneira geral. Uma pesquisa de opinião pública realizada um ano após a Revolução Laranja estimou que apenas cerca de 5% dos ucranianos consideravam a Revolução Laranja como uma escolha entre o Ocidente e a Rússia (Szeptycki, 2014, p.169-170).

40 Os discursos dos principais políticos presentes no congresso, bem como a declaração política do evento, podem ser encontrados na edição nº8 (2008) do periódico *Ukraina. Informatsionno-analicheskii monitoring* (Ucrânia. Monitoramento informativo-analítico), publicação do IPCEI de Zatulín.

OUN-UPA, foi criticada e classificada como anticonstitucional (Rezoliutsiia s'ezda ..., 2008). Discursando no congresso, Zatulin, além de defender o federalismo e criticar a aproximação da Ucrânia à OTAN, prometeu o apoio da Rússia (Zatulin, 2008).

Além das relações com o PR, cabe mencionar outros tipos de envolvimento de atores da elite política russa com atores da elite política e da sociedade da Ucrânia, que sinalizavam o intento de influir sobre os rumos políticos desse país. Por exemplo, Zatulin e membros do LDPR participaram de manifestações contra a OTAN na Crimeia em 2006. O deputado do Rússia Unida, bem como Vladimir Zhirinovskii, chegaram a ser declarados *persona non grata* na Ucrânia (Klimin, 2009, p.435-436; Zhirinovskii ..., 2006). Também em 2006, o IPCEI de Zatulin estabeleceu um filial ucraniana, liderada por Vladimir Kornilov (Volodymyr Kornilov, em ucraniano), um dos líderes do Interdvizhenie, organização do Donbass que, antes da independência da Ucrânia, defendia sua permanência da União Soviética. No período pós-soviético, o Interdvizhenie notabilizou-se pela defesa da federalização e da oficialização da língua russa na Ucrânia (Vladimir Kornilov ..., 2019). Nas palavras de Skorkin (2016b. Tradução nossa), o IPCEI “envolvia-se ativamente no apoio e no fomento ideológico de separatistas no Donbass e na Crimeia”.

### 5.5 O “compadre de Putin” na política ucraniana: a Rússia e Viktor Medvedchuk

No que tange às relações da Rússia com a Ucrânia e atores da elite política desse país, a primeira década de Vladimir Putin no poder também foi marcada pelo surgimento de uma novo fator de alta relevância: as relações com o referido Viktor Medvedchuk, que viria a permanecer até a atualidade um próximo parceiro do governo russo em assuntos relacionados à Ucrânia.

Medvedchuk, apesar de ter raízes familiares no território da atual *oblast'* ucraniana de Zhytomyr (oeste do país), nasceu em 1954 na atual região (*krai*) de Krasnoiarsk, na Sibéria, uma das subunidades administrativas da Federação Russa.<sup>41</sup> Nos anos 1960, a família Medvedchuk estabeleceu-se na Ucrânia. Nos anos 1970 e 1980, Viktor Medvedchuk atuou como advogado dos famosos dissidentes ucranianos Iury Lytvyn e Vasyl Stus. Ambos foram condenados a penas máximas pelas autoridades soviéticas. Por conta de sua atuação

---

41 A razão para tanto tem a ver com Volodymyr Medvedchuk, pai do político ucraniano. Em 1944, Volodymyr Medvedchuk foi condenado à prisão por conta de sua atuação na OUN durante a Segunda Guerra Mundial (além disso, ele também atuou no aparato de ocupação nazista na Ucrânia). Após o cumprimento da pena de oito anos, Volodymyr Medvedchuk foi enviado para exílio na região de Krasnoiarsk, onde seu filho Viktor nasceu (Goriachkin, 2022; Sereda; Birchak, 2018).

considerada passiva nos julgamentos dos dissidentes, Medvedchuk ganhou a reputação, entre dissidentes ucranianos, de colaborador do KGB soviético (Zygar', 2016, p.106; 2023, p.126-129). Segundo o jornalista russo Mikhail Zygar (2016, p.106. Tradução nossa), Medvedchuk “compartilhava uma certa ucranianofobia dos burocratas moscovitas”.

Na Ucrânia pós-soviética, Medvedchuk inseriu-se, já a partir dos anos 1990, nos círculos de elite do país. Por exemplo, Medvedchuk tornou-se presidente da Associação dos Advogados da Ucrânia. No campo específico da elite política, por sua vez, Medvedchuk, também na década de 1990, se aproximou de Leonid Kuchma, sendo nomeado para diversos cargos de assessoria junto à administração presidencial ucraniana (Chobit, 2001). Medvedchuk e Kuchma tornaram-se próximos interlocutores, mesmo que, nos anos 1990, Medvedchuk não ocupasse cargos no topo do sistema político da Ucrânia (Zygar', 2023, p.191-198). Em 1997, Medvedchuk elegeu-se deputado na VR, posto que ocupou até 2002. Medvedchuk viria a retornar ao parlamento ucraniano em 2019, quando se elegeu deputado pelo OPZZh. Sua atuação política nesse período, contudo, será abordada em maior detalhe adiante, no capítulo 8 deste trabalho.

Medvedchuk notabilizou-se por sua atuação de liderança no Partido Social-Democrata da Ucrânia (Unido) (*Sotsial-demokratychna partiia Ukraïny - Ob'iednana*, SDPU-O), organização da qual se tornou presidente em 1998 e que alcançou importante representação parlamentar no período Kuchma. No sistema oligárquico da Ucrânia, Medvedchuk era membro do chamado “clã de Kiev”, que atuava principalmente nos setores energético, midiático e financeiro e atingiu o auge de sua influência política durante o segundo mandato presidencial de Kuchma. A força política do clã de Kiev nesse período alicerçava-se principalmente na posição de Medvedchuk na administração Kuchma, bem como na atuação do SDPU-O, organização da qual também faziam parte diversos dos parceiros empresariais de Medvedchuk (Matuszak, 2012, p.14-15, 25-26).

Nesse sentido, é importante mencionar que diversos posicionamentos políticos do SDPU-O, bem como do próprio Medvedchuk, evidenciavam convergências com os interesses da Rússia quanto à Ucrânia. Por exemplo, Medvedchuk posicionava-se a favor do desenvolvimento de relações de parceria estratégica entre os dois países. Medvedchuk criticava, ademais, a instrumentalização da integração europeia da Ucrânia em um sentido antirrusso. O apoio ao aprofundamento dos laços econômicos russo-ucranianos era particularmente destacado por Medvedchuk. Segundo o político, mesmo que o SDPU-O rejeitasse tentativas de negação da identidade particular do povo ucraniano, o partido

reconhecia a proximidade cultural entre russos e ucranianos. Nesse sentido, o SDPU-O criticava possíveis discriminações linguísticas e pressões contra russos étnicos na Ucrânia (Medvedchuk, 2002).

Na questão linguística, o SDPU-O defendia simultaneamente a manutenção do ucraniano como língua oficial e o reconhecimento de um status oficial do russo (Medvedchuk, s.d.; 55 tez ... 2002). Chama atenção, ainda, o fato de o SDPU-O declarar considerar a herança cultural da língua russa como parte da identidade cultural pan-ucraniana (Medvedchuk, s.d.). Em outro importante tema da política doméstica ucraniana, o SDPU-O, apesar de se opor à federalização da Ucrânia (pois considerava que tal medida elevaria riscos de desintegração do Estado ucraniano), apoiava a descentralização político-administrativa do país (55 tez ..., 2002). Por fim, na área crucial da política externa, o partido presidido por Medvedchuk declarava apoiar a participação da Ucrânia na “comunidade de países europeus”, ao mesmo tempo em que defendia a manutenção de próximas relações com a Rússia, particularmente no campo econômico. O SDPU-O, ademais, apoiava a neutralidade militar da Ucrânia, de modo que as relações da Ucrânia com a OTAN, na visão do partido, seriam limitadas à cooperação - não incluindo, portanto, a entrada do país na aliança (55 tez ..., 2002).

A proximidade de Medvedchuk à elite putinista russa remonta à primeira metade dos anos 2000, período que coincide com o ápice da influência política de Medvedchuk na Ucrânia. Entre junho de 2002 e janeiro de 2005, Medvedchuk foi o chefe da administração presidencial de Leonid Kuchma. Nesse período, nas palavras de Matuszak, Medvedchuk era “percebido como a segunda pessoa mais importante no Estado” (Matuszak, 2012, p.26. Tradução nossa). Dado seu destaque na elite política ucraniana, Medvedchuk chegou a ser considerado um potencial sucessor de Kuchma - cenário que Putin, inclusive, teria considerado apoiar. Como visto acima, entretanto, Kuchma optou por apoiar Viktor Ianukovych. Tal opção de Kuchma, supostamente, devia-se à percepção de que o potencial eleitoral de Medvedchuk era baixo (Zygar’, 2016, p.110; 2023, p.207-209, 216-217). Durante os protestos da Revolução Laranja, Medvedchuk manteve frequentes contatos com o governo russo, tendo consultas com Putin. Supostamente, Medvedchuk também atuou para que a comissão eleitoral ucraniana declarasse Ianukovych o vencedor do pleito presidencial de 2004 (Zygar’, 2016, p.117). Por fim, vale mencionar a existência de evidências de que a administração presidencial de Kuchma, então dirigida por Medvedchuk, envolveu-se na mobilização do Congresso de Sievierodonetsk de 2004 (Andrushko, 2024).

Durante o período em que foi chefe da administração presidencial de Kuchma,

Medvedchuk tornou-se próximo de seus dois homólogos russos em tal período, o referido Aleksandr Voloshin (chefe da administração presidencial russa entre março de 1999 e outubro de 2003) e, posteriormente, Dmitry Medvedev (outubro de 2003 a novembro de 2005). Vale ressaltar que a administração presidencial russa tem tradicionalmente tido um forte papel na política da Rússia para os países do espaço pós-soviético. Nesse sentido, a importância da Ucrânia é atestada pelo fato de a “pasta” desse país ter sido gerida exatamente pelos próprios chefes da administração presidencial russa (Zygar’, 2016, p.107; 2023, p.216).

Um outro aspecto relevante a se mencionar sobre as articulações entre Medvedchuk e a elite putinista eram as relações entre o SDPU-O e certos *polittekhnologi* próximos ao Kremlin, incluindo Gleb Pavlovsky e Marat Gelman. Por meio da atuação na mídia, tais consultores russos promoviam o SDPU-O e atacavam políticos considerados pró-ocidentais na Ucrânia (Kuzio, 2005, p.492-495; Szeptycki, 2014, p.163-164). Em conjunto com o famoso cientista político e *polittekhnolog* ucraniano Mykhailo Pohrebynsky, próximo a Medvedchuk, Pavlovsky contribuiu para a formulação ideológica da política externa de Kuchma no sentido de conjugar a cooperação tanto com a Rússia, quanto com o Ocidente (Kuzio, 2005, p.492). Por fim, é crucial lembrar que a proximidade de Medvedchuk à elite putinista também adquiriu traços de amizade pessoal: em 2004, uma das filhas de Medvedchuk, Daria, foi batizada em São Petersburgo, tendo como padrinho e madrinha, respectivamente, Putin e Svetlana Medvedeva, esposa de Dmitry Medvedev (Zygar’, 2016, p.107; 2023, p.216). Tais laços renderam a Medvedchuk a alcunha de “compadre de Putin” (*kum Putina*, em russo e ucraniano) na Ucrânia e na Rússia.<sup>42</sup>

Após a Revolução Laranja e a saída de Kuchma do poder, a influência de Medvedchuk (e do SDPU-O e do clã de Kiev, de modo geral) caiu notoriamente na política ucraniana. Entretanto, Medvedchuk continuou sendo um relevante ator na política do país por conta, principalmente, de suas próximas relações com a elite putinista na Rússia (Matuszak, 2012, p.25-26). A partir da experiência de interações com o governo Putin na primeira metade dos anos 2000, Medvedchuk, segundo Zygar (2016, p.107. Tradução nossa), “tornou-se para o Kremlin a principal fonte de informações sobre o que ocorre na Ucrânia. Ele tornou-se o principal conselheiro e principal canal de comunicação”. Dessa forma, Medvedchuk

---

42 Vale lembrar que Medvedchuk também possui um laço familiar na elite russa, menos lembrado do que as relações de compadrio com Putin e Svetlana Medvedeva. Em 2006, a filha mais velha de Medvedchuk, Iryna, casou-se com o russo Andrei Riumin, em cerimônia que contou com a presença de Dmitry Medvedev (Svad’ba ..., 2006). Anos depois, Riumin tornou-se diretor da Rosseti, importante conglomerado do setor de energia elétrica da Rússia, sob controle majoritário estatal. Após a invasão russa de 2022, a Rosseti passou a atuar em territórios ocupados por forças russas na Ucrânia, em projetos de restauração da rede de energia elétrica em tais áreas (Zakrevs’ka, 2022).

permaneceu sendo um próximo interlocutor de Putin em assuntos relacionados à Ucrânia, atuando, por exemplo, como uma espécie de intermediário entre o governo russo, de um lado, e oligarcas ucranianos, do outro (Zygar', 2016, p.152). Segundo Taras Kuzio (2015b, p.177), o governo russo também teria se esforçado para reinserir Medvedchuk na política parlamentar ucraniana: Moscou teria feito pressões para uma aliança entre o PR e Medvedchuk na eleição parlamentar ucraniana de 2006, mas as ruins relações pessoais entre Ianukovych e Medvedchuk teriam impedido a concretização de tal ideia.

## **5.6 Conclusões parciais**

Ao tornar-se presidente, em 2000, Vladimir Putin herdou uma Rússia em situação política e econômica significativamente desfavorável. Em linha com o perfil ideológico do novo presidente e dos setores da elite russa que viriam a apoiar e se envolver em seu projeto político, Putin almejava restaurar o poderio do Estado russo e sua posição de grande potência, embora sem rejeitar as possibilidades de cooperação com as potências ocidentais. No espaço pós-soviético, Putin deu novo impulso a iniciativas de integração regional, como ilustrado pelo desenvolvimento da OTSC, da CEE e do EEC, enquanto que a defesa dos cidadãos e compatriotas russos continuou sendo declarada como um objetivo prioritário de Moscou na região.

A partir de meados dos anos 2000, a política externa russa sob Putin assumiu contornos mais assertivos, tendo em vista a continuidade das discordâncias com as potências ocidentais em temas como a expansão da OTAN e da infraestrutura militar norte-americana na Europa, a invasão do Iraque, as chamadas “revoluções coloridas” e as acusações de autoritarismo contra Putin. Nesse contexto, a Rússia passou a ser mais assertiva na busca pela consecução de seus percebidos interesses nacionais, no que se incluía a preservação de uma predominância geopolítica russa no espaço pós-soviético em detrimento dos esforços de penetração ocidentais. A estabilização política e a forte melhoria da situação econômica na Rússia nos anos 2000 permitiram que o Estado russo, sob Putin, pudesse atuar de maneira mais forte e consistente em busca da consecução de seus objetivos na arena internacional.

Nesse contexto, a Ucrânia ocupava um lugar particularmente importante. Já ao início da era Putin, era ampla, como visto acima, a insatisfação na elite russa com a orientação externa da Ucrânia, bem como no que tange à situação da língua russa no país. O próprio Putin, ademais, teria um interesse pessoal acentuado por algum grau de controle russo sobre a

Ucrânia. Tais fatores sugeriam, portanto, o interesse russo em mudanças nas políticas externa e doméstica da Ucrânia, em particular tendo em vista a acentuação da competição entre a Rússia e o Ocidente pela influência sobre a Ucrânia. Uma série de ações ilustrou a busca de Moscou pela consecução desses objetivos. Como visto acima, as relações com atores da elite política ucraniana tiveram um importante papel na estratégia russa de influência sobre a Ucrânia, em um grau mais intenso do que o observado durante o período Ieltsin.

Diversas canais e oportunidades foram explorados por Moscou nesse sentido. Pode-se falar, por exemplo, na atuação de empresas russas que adquiriam ou influenciavam empresas ucranianas capazes de influenciarem políticas adotadas pelo governo ucraniano. Já no âmbito da elite política, pode-se falar principalmente no aprofundamento das relações da Rússia com o PR. O partido e a fração do grande empresariado ucraniano que representava apoiavam boas relações com a Rússia e mobilizavam o eleitorado do leste e do sul ucranianos, de tendências pró-russas. As articulações com o PR se desdobraram no principal exemplo de envolvimento russo na política ucraniana na primeira década de Putin no poder: o apoio de Moscou a Viktor Ianukovych na eleição presidencial ucraniana de 2004, que representou a intensificação de esforços de influência russa na Ucrânia rumo a um grau de interferência russa sem precedentes até então. Seja por canais indiretos, como por meio da atuação dos *polittekhnologi* próximos ao Kremlin, seja por ações mais explícitas, como a associação da imagem de Putin à de Ianukovych, o governo russo atuou pela vitória deste candidato, que apresentava uma plataforma convergente com os interesses da Rússia em temas como a orientação externa da Ucrânia e o status da língua russa neste país. Em meio aos protestos da Revolução Laranja, o governo russo demandou o reconhecimento da vitória de Ianukovych e, de acordo com diversas fontes, pressionou Kuchma a sufocar as manifestações.

Do ponto de vista de Moscou, a experiência da Revolução Laranja fortaleceu uma percepção sobre a necessidade de envolvimento com a Ucrânia de modo a evitar a “perda” do país para o Ocidente, bem como transformações na sociedade e Estado ucranianos em um sentido contrário às preferências russas. De fato, durante a presidência de Viktor Iushchenko, as relações entre Moscou e Kiev se deterioraram em virtude de divergências em temas como o intento de aproximação da Ucrânia à OTAN e as políticas de Iushchenko nos campos da identidade nacional e da memória histórica. Evidenciando seu interesse pela questão das relações Estado-sociedade na Ucrânia, o governo russo via as ações de Iushchenko nos campos da identidade nacional e da memória histórica como tentativas de cercear a influência política e cultural russa sobre a Ucrânia. Nesse contexto, após a Revolução Laranja,

aprofundaram-se as relações entre o Rússia Unida e o PR, no âmbito das quais atores da elite putinista, de diversas maneiras, demonstraram apoio ao mais poderoso grupo político ucraniano com plataformas consonantes com os interesses russos em relação à Ucrânia - tanto em questões de política externa, quanto de política doméstica. Além disso, a aproximação a Viktor Medvedchuk conferiu à Rússia um influente interlocutor e parceiro na política ucraniana. Nesse contexto, membros da intelectualidade de política externa russa frequentemente sugeriam explorar o potencial de setores da sociedade ucraniana enquanto atores capazes de obstruírem políticas tidas como prejudiciais para os interesses russos na Ucrânia.

Por outro lado, é necessário chamar atenção para os limites de envolvimento e influência da Rússia na Ucrânia. No caso do elemento mais estritamente econômico, a entrada do capital russo e sua consequente influência política eram limitadas por conta de resistências no empresariado ucraniano, que buscava preservar o controle sobre ativos econômicos no país. Já no caso da eleição presidencial ucraniana de 2004, a configuração de forças na elite política ucraniana, bem como as opções de Leonid Kuchma, foram determinantes para a formulação da política do governo russo. Como visto acima, o governo Putin seguiu a escolha de Kuchma por Ianukovych - mesmo que Ianukovych não fosse o político inicialmente preferido de Moscou - em vez de apoiar outros políticos de posturas até mesmo mais fortemente pró-russas, mas desprovidos do potencial eleitoral e da máquina administrativa e partidária de que dispunha o candidato do PR.

Ainda no que tange à eleição de 2004 e seus desdobramentos, vale lembrar, ainda, das mobilizações de caráter pró-russo e que punham em questão a estrutura do Estado ucraniano. Em diversas áreas do leste e do sul ucranianos, ocorreram manifestações favoráveis à federalização ou mesmo, em alguns casos, à secessão e incorporação à Rússia, havendo diversos apelos de apoio endereçados ao governo russo. O Congresso de Sievierodonetsk de 2004, por sua vez, evidenciou o alto nível de mobilização em torno das políticas identitária e dos regionalismos ucranianos, que já vinham sendo ativamente exploradas pela campanha eleitoral de Ianukovych, com participação de estrategistas políticos próximos ao Kremlin. O Congresso de Sievierodonetsk de 2004, expondo um maior caráter federalista (e não abertamente secessionista), encerrou-se com uma proposta de reestruturação político-administrativa da Ucrânia como possível resposta às ações do campo da Revolução Laranja. Participantes do evento também manifestaram simpatia à Rússia e até mesmo insinuações de que o apoio de Moscou poderia ser buscado. Entretanto, ainda que o apoio a

articulações mais amplas com setores pró-russos da sociedade ucraniana e o questionamento da estrutura do Estado ucraniano tivessem significativa circulação na elite política e na intelectualidade russas, o governo russo deu apenas sinais moderados de apoio ao congresso, sem encampar de maneira mais intensa as propostas políticas expostas no evento.

Nesse sentido, é preciso destacar, novamente, o papel das perspectivas e ações dos atores da elite política ucraniana. As propostas de ruptura com o poder central em Kiev eram frequentemente apresentadas como condicionais aos desdobramentos das disputas em torno do resultado da eleição de 2004, de modo que os próprios protagonistas do Congresso de Sievierodonetsk, por exemplo, deixavam aberta a possibilidade de concertação com os setores da elite ucraniana alinhados à Revolução Laranja. O próprio Viktor Ianukovych, como visto acima, distanciou-se de ideias mais radicais, afirmando seu apoio à unidade da Ucrânia. Nesse sentido, a solução da crise de 2004 permitiu uma perspectiva de acesso ao poder central por parte da elite do leste em um reformado sistema político ucraniano, contribuindo, assim, para que uma escalada de potencial secessionista, possivelmente articulada ao apoio da Rússia, fosse abandonada naquele contexto. Ao longo do contexto eleitoral de 2004 e seus desdobramentos, portanto, atores da elite política ucraniana tiveram um papel dominante nos processos políticos no país. Nesse sentido, a perspectiva de continuidade de barganhas políticas com outros setores da elite política ucraniana contribuiu, certamente, para a diminuição da demanda por um envolvimento da Rússia e, conseqüentemente, a redução do potencial de influência russa na questão da configuração do Estado ucraniano naquele período.

Por fim, cabe mencionar um último fator no quadro das relações entre a Rússia e atores da sociedade e da política ucranianas: o surgimento de novas organizações separatistas pró-russas no leste ucraniano após a Revolução Laranja. Nos anos 2000, a Rússia não possuía forte envolvimento com organizações abertamente secessionistas no Donbass, cujo peso político era marginal. No entanto, tais organizações continuaram atuando na região, além de desenvolverem relações com organizações ideologicamente afins baseadas na Rússia. A partir de 2014, no contexto de confrontação entre Moscou e Kiev, o ideário de tais organizações viria a ser explorado de maneira mais intensa pela Rússia.

## **6 A POLÍTICA DA RÚSSIA NA PRESIDÊNCIA DE DMITRY MEDVEDEV: ENTRE DUAS VISÕES DE UCRÂNIA NO PODER EM KIEV (2008-2012)**

À medida em que se aproximava o encerramento do segundo mandato presidencial de Vladimir Putin, levantou-se, na Rússia, de maneira similar ao que ocorrera na Ucrânia no caso de Kuchma, a questão sucessória. A exemplo da constituição ucraniana, a constituição russa, àquela época, determinava que os presidentes do país poderiam ter, no máximo, dois mandatos sucessivos.

Putin, entretanto, dispunha de uma chamada maioria constitucional no parlamento, isto é, uma base de apoio com quantidade de deputados suficiente para aprovar emendas constitucionais capazes de autorizar uma nova reeleição. Entretanto, Putin não seguiu esse caminho, optando, ao invés disso, por apoiar um candidato sucessor proveniente de seu próprio círculo político (Segrillo, 2014, p.191). A escolha de Putin foi Dmitry Medvedev, que, à época (final de 2007), exercia o cargo de primeiro vice-primeiro-ministro da Rússia. Como visto acima, Medvedev, no período em que dirigiu a administração presidencial de Putin, também fora o “curador” (*kurator*, no jargão político russo) das relações com a Ucrânia – isto é, o oficial responsável por supervisionar as relações com esse país.

À diferença de Putin, Medvedev não possuía, em sua trajetória profissional, uma atuação em órgãos de segurança soviéticos e russos. A inserção de Medvedev no círculo político de Putin remonta ao início dos anos 1990, período em que ambos trabalharam na prefeitura de São Petersburgo. No final dos anos 1990, Medvedev mudou-se para Moscou para trabalhar, a convite de Putin, na administração presidencial russa. Sua ascensão nos círculos de elite russos também foram ilustrados pela participação na diretoria da Gazprom, nos anos 2000. Após o referido período de direção da administração presidencial russa, Medvedev, em 2005, foi nomeado por Putin como primeiro vice-primeiro-ministro (Segrillo, 2014, p.191-193; Stent, 2015, p.215-216).

Com reputação de liberal e ocidentalista, Medvedev foi escolhido por Putin em vez do *silovik* Sergei Ivanov (a exemplo de Putin, também um ex-agente do KGB soviético), outro relevante nome na elite putinista. Entre outros cargos, Ivanov havia sido o ministro da Defesa da Rússia (2001-2007) (Sakwa, 2011, 271-275, 283-291; Segrillo, 2014, p.191-193; Zygar', 2016, p.176-180). Com apoio de Putin, Medvedev foi o vencedor da eleição presidencial russa de 2008 em primeiro turno. De maneira similar à vitória de Putin em 2004, Medvedev, candidato pelo Rússia Unida, alcançou 71,25% dos votos, batendo, com larga vantagem, os

veteranos Ziuganov (17,96%), do KPRF, e Zhirinovskiy (9,48%), do LDPR.

Medvedev declarava o intento de superar problemas históricos da Rússia, como a corrupção, a excessiva dependência de gêneros primários para o crescimento econômico e o atraso econômico-tecnológico em relação aos países mais avançados nessas áreas. Para atingir tais objetivos, Medvedev propunha uma abordagem tipicamente liberal (embora acentuando a necessidade de um caminho próprio russo nesse sentido), com elementos como a democratização e o estímulo à competição política, a reforma do sistema judiciário, a mobilização da sociedade civil e o incentivo ao empreendedorismo inovador (Medvedev, 2009a). No campo da política externa, Medvedev, em linha convergente com o pensamento ocidentalista liberal, defendia uma aproximação às potências ocidentais e a prioridade da modernização da Rússia (Medvedev, 2009a; RÚSSIA, 2008c). Por outro lado, continuou acentuada, na abordagem de política externa de Medvedev, a ideia da Rússia como uma grande potência independente em um mundo que rumava à multipolaridade (Medvedev, 2009a; Rússia, 2008c), o que evidenciava a permanente força do pensamento estadista na condução da política externa russa.

Este capítulo da tese examina como a Rússia se relacionou com a Ucrânia em meio às transformações e continuidades de política doméstica e externa sob Medvedev. O período em questão, além da herança de tensões bilaterais acentuadas durante o governo de Viktor Iushchenko, também se notabilizou por significativas mudanças na política doméstica e externa da Ucrânia. A chegada de Viktor Ianukovych à presidência da Ucrânia, em 2010, marcou o início de uma outra visão sobre a identidade e a posição internacional da Ucrânia, que assumiria características mais convergentes com os interesses de Moscou não só na área da política externa, como, também, nos temas da configuração do Estado e das relações Estado-sociedade no país. Tendo em vista tais transformações e tendências, o presente capítulo aborda as perspectivas e políticas da Rússia sobre o Estado ucraniano e as relações Estado-sociedade na Ucrânia, além de considerar as relações entre a Rússia e atores da elite política e da sociedade ucranianas.

### **6.1 O governo Medvedev (2008-2012): características de política doméstica e externa**

A política russa no período da presidência de Medvedev foi caracterizada por uma espécie de dualidade de poder na liderança do país. Apesar de sua saída da presidência, Putin, durante o mandato de Medvedev, continuou sendo um ator importante na política russa.

Pouco depois do anúncio de sua candidatura presidencial, Medvedev anunciou que nomearia Putin como seu primeiro-ministro (Segrillo, 2014, p.191). De fato, com o início do mandato presidencial de Medvedev, em maio de 2008, Putin tornou-se o primeiro-ministro da Rússia, posição que ocupou até trocar de postos com o próprio Medvedev, em maio de 2012. Cabe lembrar, nesse sentido, que, conforme o sistema político da Rússia, o primeiro-ministro possui relevantes poderes, em particular nos campos das políticas econômica e doméstica. Além disso, Putin dispunha de considerável capital político em virtude de fatores como sua popularidade e seu papel como espécie de árbitro entre os diversos grupos da elite russa (Sakwa, 2011, p.271-274, 285, 308-313; Segrillo, 2014, p.191-197). No arranjo da dupla de poder Medvedev-Putin, segundo Angela Stent (2015, p.217. Tradução nossa), “nenhuma decisão importante poderia ser tomada sem o consentimento de Putin”.

A política doméstica de Medvedev foi marcada por diversas iniciativas de liberalização política e econômica, bem como de combate à corrupção. As restrições à competição política foram reduzidas, como ilustraram medidas como a facilitação do registro de partidos e candidaturas eleitorais e a aprovação do retorno de eleições para governadores de regiões da Rússia (Hahn, 2013, p.218-219; Sakwa, 2020, p.95-96). Em consequência, ao final do mandato presidencial de Medvedev, observava-se uma certa diluição da predominância do Rússia Unida na política parlamentar russa. Além disso, as expectativas geradas pelas reformas de Medvedev contribuíram para um revigoramento da mobilização da sociedade civil e de forças de oposição ao grupo putinista, do qual o presidente fazia parte (Hahn, 2013, p.218-219).

No campo econômico, a Rússia foi impactada pela crise econômica internacional de 2008, que atingiu um dos pilares da popularidade e da legitimidade do regime putinista: a melhoria da situação econômica no país em comparação com os anos 1990. Após os anos de forte crescimento da década de 2000, a Rússia, em 2009, registrou queda de 7,8% no PIB. Mesmo que certas políticas adotadas pelo governo russo tenham evitado cenários de piora mais drásticas, a retomada do crescimento econômico a partir de 2010 ocorreu sob taxas consideravelmente menores do que as observadas no período 2000-2008. Ademais, o cenário de economia menos dinâmica do que na presidência de Putin propiciou a reativação de setores oposicionistas críticos do grupo governante Putin-Medvedev (Segrillo, 2014, p.195-202).

Nesse sentido, deve-se chamar atenção para a eleição parlamentar de dezembro de 2011 e seus desdobramentos. A eleição foi novamente vencida pelo Rússia Unida. No entanto, em um contexto de queda de popularidade do partido governista, a votação do Rússia

Unida, mesmo com a máquina administrativa e grande parte da mídia nacional a seu favor, decresceu em 15 pontos percentuais (49,32% dos votos, ante 64,3% na eleição de 2007). O partido, apesar de conservar maioria na Duma, perdeu a maioria constitucional de cerca de dois terços dos deputados. A eleição foi marcada, ademais, por irregularidades e fraudes em ampla escala (Sakwa, 2014, p.117-119).

Tais irregularidades e fraudes, por sua vez, desencadearam grandes protestos, que se tornaram os maiores na Rússia no século XXI até então. Os protestos iniciados em 2011, que se estenderam até o primeiro semestre de 2012, se notabilizaram pela destacada atuação de atores sem representação parlamentar (em virtude, entre outros fatores, de barreiras institucionais existentes no sistema político russo). Além disso, observou-se um protagonismo de novos líderes – como Aleksei Navalny – que frequentemente não provinham de partidos tradicionais. Chamou atenção, ainda, a participação de jovens e o uso de redes sociais e outros canais não partidários para a mobilização dos protestos (Segrillo, 2014, p.202-209). Vale mencionar, por fim, os sinais de fragmentação na elite putinista sugeridos pela adesão de aliados de Putin a certas pautas das manifestações, ainda que de maneira leal ao regime governante (Sakwa, 2014, p.125-126).

A amplitude ideológica dos participantes foi uma característica das manifestações, que, apesar da predominância de pautas tipicamente liberais, incluíam setores nacionalistas e de esquerda russos (Hahn, 2013, p.218-219; Sakwa, 2014, p.119-126). Para além do motivo que serviu de estopim imediato dos protestos, as manifestações adquiriram um caráter geral de contestação ao regime de “democracia dirigida” (*managed democracy*) da era Putin (Sakwa, 2014, p.119-126). Em resposta aos protestos, o governo Medvedev encaminhou a aprovação de diversas medidas (posteriormente implementadas com modificações) tidas como concessões, como o referido retorno das eleições diretas para governadores regionais e a facilitação do registro de partidos e candidaturas em eleições na Rússia (Sakwa, 2014, p.128-132). Um importante acontecimento na política russa durante a presidência de Medvedev foi a aprovação, em dezembro de 2008, de uma emenda constitucional que estendeu a duração do mandato presidencial de quatro para seis anos, medida considerada um artifício para prolongar a estadia de Putin na presidência em um (então hipotético) retorno a tal função após o encerramento do mandato de Medvedev (Segrillo, 2014, p.203).

A política externa russa teve continuidades e mudanças durante a presidência de Medvedev. O pensamento de modernização da Rússia defendido por Medvedev preconizava que tal objetivo deveria ser alcançado principalmente por meio da cooperação com as

potências ocidentais. Esse direcionamento obteve crescente apoio no empresariado russo, uma vez que indicava mais oportunidades de investimentos e para a atuação do setor privado. Já na elite política, embora Medvedev tenha tido apoio de ocidentalistas, havia, entre aqueles mais próximos da visão Estadista (entre os quais se incluía Putin), desconfianças sobre os benefícios de uma abordagem excessivamente centrada na aproximação às potências ocidentais (Tsygankov, 2022a, p.251-254).

As duas dimensões da política externa de Medvedev, incluindo elementos ocidentalistas e estadistas, puderam ser observadas em diversos acontecimentos e processos. Os esforços de cooperação com as potências ocidentais, visando a criar um ambiente propício para as chamadas “alianças de modernização” (Tsygankov, 2022a, p.251-254), refletiram-se em novas iniciativas a respeito da arquitetura de segurança europeia, cuja transformação foi definida como o principal objetivo da política externa russa no contexto europeu (Rússia, 2008c). Em junho de 2008, Medvedev, em visita à Alemanha, sugeriu a criação de um novo acordo legalmente vinculante, aberto a países e organizações internacionais atuantes no espaço euro-atlântico (“de Vancouver a Vladivostok”), centrado na ideia de segurança indivisível entre seus membros. Segundo Medvedev, tal pacto superaria a mentalidade de blocos herdada da Guerra Fria e estabeleceria as condições para relações equitativas entre “a Rússia, a UE e a América do Norte enquanto três ramos da civilização europeia” (Medvedev, 2008. Tradução nossa).

Em novembro de 2009, o governo russo apresentou uma versão preliminar do que chamou de Tratado de Segurança Europeia (TSE). O projeto russo, além de propor um mecanismo de defesa coletiva (similar ao artigo 5 do tratado da OTAN), tinha como ponto central a proposição de que cada Estado e organização participante do acordo não implementaria ações no campo da segurança que outro membro do tratado considerasse que tivesse implicações negativas para sua segurança (Rússia, 2009b). Dessa maneira, a Rússia poderia, por exemplo, limitar as ações das potências ocidentais e da OTAN no espaço pós-soviético e no continente europeu de modo geral. Vale lembrar, nesse sentido, a continuidade da rejeição russa à expansão da OTAN, bem como à aproximação da infraestrutura militar da aliança aos arredores da Rússia (Rússia, 2008c). Dessa maneira, a iniciativa de Medvedev visava a romper com o predomínio da ideia atlanticista (i.e., a centralidade da OTAN e dos Estados Unidos) na segurança europeia. A cooperação com as potências ocidentais, portanto, não significava a renúncia à defesa dos percebidos interesses nacionais da Rússia.

A recepção à proposta de Medvedev, contudo, não foi aquela idealizada pelo

governo russo. Alemanha e França não consideraram o plano russo satisfatório, enquanto que os Estados Unidos e a OTAN insistiam na centralidade do sistema atlanticista no continente. Já entre países do leste europeu que historicamente temiam a Rússia, a proposta era frequentemente vista de maneira negativa enquanto uma possibilidade de reconhecimento das aspirações russas por uma esfera de influência que submetesse tais Estados (Tsygankov, 2022a, p.277-280). As permanentes tensões sobre a arquitetura de segurança europeia constituíram o pano de fundo para a crise internacional de agosto de 2008 ocasionada pela Guerra Russo-Georgiana.

O conflito entre a Rússia e a Geórgia ocorreu em agosto de 2008 em torno da região da Ossétia do Sul, onde um movimento separatista buscava a secessão em relação à Geórgia. Uma guerra anterior havia ocorrido na região no início dos anos 1990 e estava congelada desde 1992. No entanto, tensões ressurgiram nos anos 2000. Nesse contexto, o estopim imediato da guerra de 2008 foi a decisão do governo georgiano, do presidente Mikheil Saakashvili, de atacar a Ossétia do Sul, após um período de escaramuças militares mútuas envolvendo o Estado central georgiano e forças separatistas da região. A Rússia tradicionalmente apoiava o Estado secessionista osseta, muito embora, formalmente, reconhecesse a integridade territorial da Geórgia. Desde os anos 1990, a Rússia, após mediar um cessar fogo, envolveu-se de diversas maneiras na Ossétia do Sul, incluindo por meio da concessão de cidadania russa<sup>43</sup> em ampla escala a habitantes dessa região e da participação em assuntos político-administrativos do Estado separatista. Nesse sentido, o governo Saakashvili acusava Moscou de cumplicidade com as ações militares separatistas no período imediatamente precedente à guerra de 2008. Além disso, tropas russas atuavam na região como missão de paz desde os anos 1990. Os contingentes militares russos também foram atingidos pelos ataques militares georgianos de agosto de 2008 (Allison, 2008).<sup>44</sup>

O governo russo, alegando os motivos da autodefesa (tendo em vista a situação de suas tropas de paz) e da proteção de seus cidadãos na Ossétia do Sul, reagiu invadindo o território da Geórgia, com auxílio de tropas separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia (Allison, 2008, p.1151-1155). Finalizada em cinco dias, a guerra se desdobrou no

---

43 O processo de concessão de cidadania russa acelerou-se fortemente a partir de um decreto de Putin de 2002 que facilitou sua distribuição para ex-cidadãos da União Soviética que haviam se tornado apátridas. Entre 2002 e 2006, a proporção de cidadãos russos na Ossétia do Sul saltou de 40% para 90% da população, enquanto que, na Abecásia, outra região separatista na Geórgia apoiada pela Rússia, tal crescimento foi de 30% para 80% (Grigas, 2016).

44 Contingentes Militares russos atuavam como tropas de paz na região desde o acordo de cessar-fogo entre a Geórgia e separatistas da Ossétia do Sul mediado pela Rússia em 1992. A atuação das tropas russas contribuiu para congelar o conflito e facilitar a separação *de facto* da Ossétia do Sul, e era vista como enviesada (pró-separatista) pelo governo georgiano (Allison, 2008, p.1146).

reconhecimento, pelo governo Medvedev, das independências da Abecásia e da Ossétia do Sul, decisão que Moscou buscou fundamentar com base no argumento da autodeterminação dos povos - argumento similar ao utilizado pelas potências ocidentais para o reconhecimento da independência do Kosovo em relação à Sérvia, declarada em fevereiro de 2008, ação que foi rejeitada pela Rússia e que havia ocasionado tensões com as potências ocidentais (Allison, 2008, p.1160). As ações da Rússia contra a Geórgia ocasionaram novas tensões com as potências ocidentais, que apoiavam a integridade territorial da Geórgia (Segrillo, 2014, p.195-196; Tsygankov, 2022a, p.277-279).

A Guerra Russo-Georgiana estava intimamente ligada às disputas entre a Rússia e as potências ocidentais em torno da expansão da OTAN. Sob Saakashvili, que havia chegado ao poder em 2003 na esteira de uma chamada “revolução colorida” (a Revolução das Rosas), a Geórgia, de maneira similar à Ucrânia sob Iushchenko, intensificou a busca pelo ingresso na UE e na OTAN, o que vinha contribuindo para tensões nas relações entre Moscou e Tbilisi. Para a entrada da Geórgia na OTAN, a restauração da integridade territorial da Geórgia, por meio do restabelecimento do controle de Tbilisi sobre as áreas controladas por separatistas na Ossétia do Sul e na Abecásia, era vista como um requisito crucial (Allison, 2008; Mielniczuk, 2013, p.162-164; Stent, 2015, p.107-110, 163-168). Assim, as ações militares do governo Medvedev também visavam a obstruir a consecução do intento de integração da Geórgia às estruturas euroatlânticas, uma vez que a situação de disputa territorial e conflito com a Rússia diminuiria a disposição entre membros da OTAN para que a Geórgia fosse incluída na aliança (Allison, 2008, p.1165). Como posto por Richard Sakwa (2017, p.153), as ações da Rússia contra a Geórgia também podem ser entendidas como uma guerra para barrar a expansão da OTAN.

Não obstante as tensões ocasionadas pela Guerra Russo-Georgiana, o governo Medvedev continuou a buscar uma aproximação às potências ocidentais, envolvendo-se em diversas iniciativas nesse sentido. Em 2009, os Estados Unidos, sob a presidência de Barack Obama, propuseram um *reset* (reinício) das relações com a Rússia. Tal política buscava reduzir a conflitividade nas relações com Moscou e, de uma maneira pragmática, aproveitar possibilidades de cooperação entre as duas grandes potências. Nesse contexto, o governo norte-americano moderou o discurso sobre a questão da entrada da Ucrânia na OTAN. As críticas ao regime político russo e à situação dos direitos humanos no país também diminuíram (Stent, 2015, p.215-218). Em 2010, Rússia e Estados Unidos assinaram o New Start, acordo de limitação de arsenais nucleares. Além disso, o governo Obama cancelou

planos para a instalação de elementos do sistema antimísseis dos Estados Unidos na Polônia e na República Tcheca, o que também contribuiu para uma melhoria nas relações com a Rússia, que desconfiava de tal iniciativa (Segrillo, 2014, p.203; Tsygankov, 2022a, p.277).

Os esforços de aproximação do governo Medvedev aos Estados Unidos também foram evidenciados por ações como a adesão a sanções internacionais contra o Irã, a cooperação em torno das operações militares dos Estados Unidos no Afeganistão e a busca pela intensificação das relações econômicas entre Rússia e Estados Unidos (Tsygankov, 2022a, p.275-277). Por outro lado, elementos de rivalidade permaneceram com relação à área energética, na qual os Estados Unidos incentivavam países do espaço pós-soviético a estabelecerem rotas de fornecimento alternativas às russas (Tsygankov, 2022a, p.277-280). A busca russa pela afirmação da multipolaridade, com a diluição da centralidade das potências ocidentais no sistema internacional, foi ilustrada pelo aprofundamento das relações da Rússia com os países do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Em 2010, foi realizada, na Rússia, a primeira cúpula formal do grupo (então, ainda sem a presença da África do Sul) (Segrillo, 2014, p.203-204). Além disso, a Rússia intensificou seu envolvimento na área da Ásia-Pacífico, em particular no que tange ao aprofundamento de relações econômicas com países dessa região (Tsygankov, 2022a, p.280-284).

No espaço pós-soviético, as reivindicações russas por uma esfera de influência, fator tido como requisito para a posição de grande potência de Moscou, tiveram continuidade. Na famosa formulação de Medvedev, a Rússia reivindicava ter uma “esfera de interesses privilegiados” no espaço pós-soviético (Trenin, 2009; Tsygankov, 2022a, p.285-287). Medvedev classificava países do espaço pós-soviético como os mais próximos parceiros da Rússia, atribuindo às relações de Moscou com tais Estados um caráter estratégico (Medvedev, 2009a). O CPE de 2008 enfatizou esse ponto, descrevendo a cooperação com os Estados da CEI como um eixo prioritário da política externa russa (Rússia, 2008c). Em linha com tal concepção, em 2010, Rússia, Belarus e Cazaquistão inauguraram sua União Aduaneira e, em 2012, um mercado comum. Tais iniciativas eram precursoras da União Econômica Eurasiática (UEE), que a Rússia buscava estabelecer com países da CEI enfatizando o potencial de benefícios econômicos de tal iniciativa (Segrillo, 2014, p.204-205; Tsygankov, 2022a, p.285-287). No campo militar, houve um aprofundamento da integração e da cooperação no âmbito da OTSC. No entanto, a influência regional russa encontrou limites, pois os esforços da política externa de Moscou encontraram certo nível de resistência em vista da frequente percepção, entre líderes de países do espaço pós-soviético, de que a Rússia tinha aspirações

hegemônicas (Tsygankov, 2022a, p.289-290).

Cabe salientar que tal concepção russa pretendia concentrar-se mais na dimensão do *soft power* – fatores como a economia, a diplomacia e a cultura – em vez do controle direto sobre os vizinhos, embora, como ilustrado no caso da Geórgia, o uso do *hard power* não fosse descartado em nome da defesa daquelas que eram consideradas por Moscou como linhas vermelhas (Tsygankov, 2022a, p.285-287). A dimensão do *soft power* ganhou relevância na política externa russa após a Revolução Laranja, e tinha relevantes implicações para as relações com a Ucrânia. O conceito de *soft power*, na visão do governo russo, consistia na consecução de objetivos de política externa a partir de meios não militares, como a atuação no campo informacional e em outros meios de influência. Para tanto, a Rússia mobilizava recursos como iniciativas de promoção da língua russa, bem como meios de comunicação estatais (a exemplo da rede RT, antiga Russia Today), a RPTs e redes de negócios. Nesse sentido, a partir do período da Revolução Laranja, também observou-se uma intensificação das iniciativas de diplomacia pública da Rússia. Cresceu, também, o financiamento e o apoio à atuação de organizações midiáticas e de promoção cultural direta ou indiretamente ligadas ao governo russo (Feklyunina, 2015, p.781-782; Grigas, 2016; Suslov, 2018). Entre 2003 e 2009, o volume de financiamento do Estado russo a temas relacionados aos chamados compatriotas elevou-se em dez vezes, embora, na visão do diplomata Aleksandr Chepurin, ex-diretor do departamento para relações com os *sootchestvenniki* no Ministério de Negócios Estrangeiros da Rússia, o montante destinado a tal finalidade ainda não fosse suficiente em vista do tamanho da população considerada compatriota fora da Rússia (Chepurin, 2009).

Os esforços de *soft power* da Rússia eram direcionados principalmente aos russos étnicos e russófonos de países do espaço pós-soviético, embora a definição de compatriotas pudesse ser amplificada para incluir simplesmente indivíduos nascidos na ex-União Soviética ou com ligações culturais com a Rússia. O CPE de 2008 declarou os compatriotas russos pelo mundo, concentrados no espaço pós-soviético, como parceiros do Estado russo. Nesse sentido, o governo russo, à semelhança de documentos anteriores, afirmou estarem entre seus objetivos a defesa dos direitos e interesses dos cidadãos e compatriotas russos no exterior, bem como a contribuição para o desenvolvimento de organizações de compatriotas atuantes nesse sentido (Rússia, 2008c). Nesse contexto, um marco ocorreu durante o governo de Medvedev: em setembro de 2008, Medvedev decretou a fundação da Rossotrudnichestvo,<sup>45</sup>

45 Abreviatura em russo para Agência Federal para Assuntos da CEI, Compatriotas no Exterior e Cooperação Humanitária Internacional (*Federa'lnoe agentstvo po delam Sodruzhestva Nezavisimykh Gosudaarstv, sootchestvennikov, prozhivaiushchikh za rubezhom, i po mezhdunarodnomu gumanitarnomu sotrudnichestvu*).

agência de cooperação internacional do governo russo que tem como objetivo proclamado preservar a influência russa nos países da CEI e contribuir para a consecução dos objetivos políticos e econômicos da Rússia em outros Estados (Rossotrudnichestvo ..., 2012).

Nesse contexto, ganhava força a ideia sobre o “Mundo Russo” (*Russkii mir*), entendido como uma espécie de comunidade cultural e civilizacional de identidade própria (diferente, portanto, da civilização ocidental) no espaço pós-soviético. Centrada em aspectos como a língua e a cultura russas (não se restringindo, portanto, à identificação étnica russa), essa comunidade gravitava politicamente em torno da Rússia. A ideia do Mundo Russo passou a ser utilizada crescentemente no discurso oficial de política externa de Moscou, mas também era promovida por organizações como a Rossotrudnichestvo, a Mundo Russo e a RPTs (Feklyunina, 2015, p.782-785; Grigas, 2016; Suslov, 2018, p.343-344).

A abordagem russa para os *sootchestvenniki*, bem como a ideia do Mundo Russo, tinham implicações geopolíticas cruciais para o espaço pós-soviético, incluindo a Ucrânia. A ideia de Mundo Russo implicava a adesão aos projetos de integração regional liderados pela Rússia, bem como a rejeição à entrada na UE e, particularmente, na OTAN (Feklyunina, 2015, p.782-785). Como posto por Mikhail Suslov (2018), a ideia de Mundo Russo traz consigo a proposição de que a Rússia, enquanto entidade geopolítica, excederia os limites territoriais da Federação Russa e poderia construir relações políticas legítimas com habitantes de Estados estrangeiros, com o que se estabelece, implicitamente, uma reivindicação de esfera de influência russa. Nesse sentido, os *sootchestvenniki* seriam exatamente um potencial canal de influência russa no exterior articulado ao Estado russo.

Além disso, como visto acima, o argumento da defesa de cidadãos russos foi um elemento central nos esforços de legitimação e justificação que Moscou buscou conferir às suas ações militares na Guerra Russo-Georgiana de 2008. Nesse sentido, a prática russa de distribuir passaportes para habitantes de países da CEI ocasionava temores em outros Estados do espaço pós-soviético (Allison, 2008, p.1167-1169). Entre 2000 e 2009, a Rússia havia concedido passaportes russos a 2,9 milhões de cidadãos da antiga União Soviética (embora tal número também possa incluir indivíduos que migraram para a Rússia) (Peach; Danilova, 2009).

Em 2009, foram adotadas modificações na legislação de defesa da Rússia que permitiram ao presidente do país autorizar o uso das forças armadas russas no exterior em nome da defesa de cidadãos russos e em caso de ataques a contingentes militares russos no estrangeiro (Izmeneniia ..., 2009). No mesmo ano, o novo documento da estratégia de

segurança nacional da Rússia preconizou uma maior efetividade na proteção dos interesses e direitos dos cidadãos russos no exterior (Rússia, 2009a). Em vista de tais elaborações doutrinárias, bem como das ações da Rússia contra a Geórgia, levantava-se a questão da possibilidade de futuras ações militares russas em países vizinhos justificadas por Moscou sob o argumento da proteção de cidadãos russos, levando em conta a existência de populações russas étnicas e de cidadãos russos em outros Estados do espaço pós-soviético. Tal elaboração doutrinária, portanto, tinha potenciais implicações relevantes para a Ucrânia, cuja população continha significativa parcela de russófonos e russos étnicos passíveis, do ponto de vista de Moscou, de inclusão na categoria de cidadãos russos. Além disso, a Ucrânia sediava, em seu território, contingentes militares russos na forma da presença da FMN na Crimeia.

Por fim, vale mencionar uma outra área do *soft power* cuja relevância se intensificou na política externa russa: as questões de memória histórica. O CPE de 2008 declarou o interesse da Rússia em combater o “nacionalismo agressivo” e “tentativas de reescrever a história” e “revisar os resultados da Segunda Guerra Mundial” (Rússia, 2008c. Tradução nossa). Dessa maneira, o governo russo demarcou uma intensificação do interesse em defender suas perspectivas na área da memória histórica, questão que, como visto acima, assumia particular importância nas relações russo-ucranianas a partir da chegada de Viktor Iushchenko à presidência da Ucrânia. Como se verá adiante, esse problema se estendeu e ganhou novos desdobramentos nas relações entre os governos Medvedev e Iushchenko.

Na segunda metade da presidência de Medvedev, dois eventos contribuíram para novas tensões com as potências ocidentais e, conseqüentemente, para a intensificação do caráter assertivo da política externa russa no sentido da busca pela preservação dos percebidos interesses nacionais do país. Um deles foram os referidos protestos de 2011-2012 na Rússia. O contexto de agitação política na Rússia naquele período assumiu diversos desdobramentos internacionais. Especificamente, Putin acusou os Estados Unidos de incitarem os protestos. O então primeiro-ministro e presidenciável Putin também acusou parte dos manifestantes de agirem em nome de interesses estrangeiros contrários à Rússia (Sakwa, 2014, p.126-128). Dessa maneira, evidenciava-se um fortalecimento, em parte da elite política russa, da percepção de um cerco ocidental ao regime putinista.

O outro evento foi a onda de instabilidade no Oriente Médio, com a série de revoltas e conflitos associados à chamada Primavera Árabe, iniciada no final de 2010. À diferença das visões comuns nos países ocidentais, os acontecimentos no Oriente Médio eram frequentemente vistos, na elite e na sociedade russas, não como processos de potencial liberal

e democratizante, e sim como potenciais condutores de instabilidade associada ao colapso de Estados e à atuação de grupos políticos extremistas (Zviagel'skaia, 2014, p.74-80). Nesse sentido, dada a experiência com a guerra no Cáucaso Norte, o governo russo temia, em particular, as possibilidades de articulações transnacionais entre grupos islamistas na Rússia (e em países do espaço pós-soviético, de modo geral) e organizações ideologicamente afins baseadas no Oriente Médio.

O intervencionismo ocidental no Oriente Médio agravou as divergências com a Rússia. Nesse sentido, a situação na Líbia foi um ponto de inflexão. Em meio ao cenário de guerra civil nesse país, o governo Medvedev, em março de 2011, absteve-se em uma votação no CSONU a respeito de uma intervenção humanitária na Líbia, o que possibilitou a realização de uma intervenção militar liderada pela OTAN. Esse contexto, contudo, acabou sendo instrumentalizado pelos opositores do regime de Muammar al-Ghaddafi e pelas potências ocidentais para a promoção de uma mudança de regime na Líbia. A Rússia considerou tais desdobramentos um abuso do mandato conferido no CSONU, bem como expressão de um deletério intervencionismo ocidental em nível global. A partir de então, o governo Medvedev passou a ser mais vocal em seus esforços para barrar ações similares no Oriente Médio, em particular no caso da Síria (Allison, 2013b; Phillips, 2020).

Um aspecto relevante naquele contexto foi o fato de Medvedev e Putin terem demonstrado discordâncias públicas quanto ao posicionamento da diplomacia russa na votação no CSONU referente à intervenção externa na Líbia. Putin declarou-se publicamente contrário à intervenção militar externa nesse país. Uma outra dimensão relevante para o contexto russo foi o fato de os eventos da Primavera Árabe terem suscitado debates e comparações entre a Rússia e países do Oriente Médio, em virtude de aspectos como a longevidade de líderes e a existência de características autoritárias dos regimes governantes tanto em tais Estados, como na Rússia (Sakwa, 2014, p.85-86, 96). Segundo Mikhail Zygar, os eventos na Líbia influenciaram a decisão de Putin pelo retorno à presidência, uma vez que demonstrariam, na visão de Putin, a necessidade de uma mão forte na Rússia capaz de se contrapor ao intervencionismo ocidental (Zygar', 2016, p.249-251).

## **6.2 Os governos Iushchenko e Ianukovych (2008-2012) na Ucrânia: política doméstica, externa e relações com a Rússia**

As relações do governo Medvedev com o governo Iushchenko, de maneira similar ao

que vinha ocorrendo sob Putin, foram permeadas de tensões. Nesse sentido, um episódio marcante foi a Guerra Russo-Georgiana e seus desdobramentos. Após a Guerra Russo-Georgiana, Iushchenko visitou a capital da Geórgia, Tbilisi, em demonstração de apoio a Saakashvili. A ação foi criticada pela primeira-ministra, Iuliia Tymoshenko (outra líder da Revolução Laranja), que demonstrava relações mais cordiais com Putin e Medvedev e uma postura tendente à neutralidade quanto à Guerra Russo-Georgiana (Arel, 2008, p.17-18; D'Anieri, 2023, p.140). Já o PR, apesar de uma postura declaradamente neutra, endossava, na prática, a narrativa russa sobre o conflito com a Geórgia. Diversos deputados do partido, majoritariamente do leste e do sul da Ucrânia, chegaram até mesmo a apoiar o reconhecimento das independências da Abecásia e da Ossétia do Sul. O parlamento da RK, por 79 votos favoráveis e 8 contrários, posicionou-se em favor de tal medida (AREL, 2008, p.18-20). Vale mencionar, ainda, que o KPU era um outro forte crítico da abordagem de Iushchenko sobre a Guerra Russo-Georgiana na cena político-partidária ucraniana (Szeptycki, 2014, p.150). Dmitry Medvedev criticou publicamente a posição da Ucrânia sobre o conflito, acusando Kiev de transferir armamentos para a Geórgia utilizados para matar soldados russos e civis durante a Guerra Russo-Georgiana (Medvedev, 2009b).

Outras ações de Iushchenko relacionadas à Guerra Russo-Georgiana contribuíram, do ponto de vista russo, para uma deterioração de relações com Kiev. Durante a guerra, navios da FMN baseados na Crimeia deslocaram-se para o Mar Negro para participar das operações militares russas contra a Geórgia. O governo Iushchenko classificou o uso da FMN contra a Geórgia como uma ameaça aos interesses nacionais da Ucrânia (Allison, 2008, p.1168). Diante desse cenário, Iushchenko decretou que aviões e embarcações da FMN só poderiam deixar o território da Ucrânia mediante notificação ao governo ucraniano e a provisão de informações sobre as atividades e equipamentos planejados para uso em atividades da frota (Klimin, 2009, p.196-197).

Vale lembrar, nesse sentido, que, sob Iushchenko, debates sobre a questão da FMN ganharam novo impulso. Na Ucrânia, a FMN russa era frequentemente acusada de agir de maneira ilegal quanto à legislação ucraniana e a acordos internacionais e bilaterais (Kuzio, 2010b, p.9). Iushchenko se posicionava a favor de uma revisão das condições de atuação da frota russa no território ucraniano (Klimin, 2009, p.209-218). O presidente da Ucrânia vinha sinalizando indisposição para estender a presença da FMN na Crimeia para além do prazo original de 2017, estipulado pelos acordos da era Ieltsin-Kuchma (Pifer, 2017, p.287-288). A guerra no Cáucaso, de modo geral, fortaleceu, para Iushchenko e setores da elite política

ucraniana, a percepção de que a entrada na OTAN seria necessária para garantir a segurança da Ucrânia. Em contraste, Ianukovych e Tymoshenko sinalizavam considerar que o objetivo de garantir a segurança da Ucrânia seria atingido exatamente com a manutenção do país fora da OTAN (Arel, 2008). O governo russo, por sua vez, criticava os planos de entrada da Ucrânia na aliança (Klimin, 2009, p.214-218; Rússia, 2008d). O CPE de 2008 declarou explicitamente a rejeição russa à possibilidade de entrada da Ucrânia na OTAN (Rússia, 2008c). A postura de Iushchenko a respeito da FMN na Crimeia também era fortemente criticada por Medvedev (Medvedev, 2009b).

Além da Guerra Russo-Georgiana e suas implicações, um outro destacado episódio de tensões entre Rússia e Ucrânia foi a nova “guerra do gás” de janeiro de 2009, similar a sua predecessora de 2006. Diante do não pagamento de dívidas por parte da Ucrânia, a Rússia chegou a cortar completamente o fornecimento de gás para o país vizinho. A crise foi solucionada por um acordo negociado por Tymoshenko com a liderança russa. O preço do gás russo vendido à Ucrânia seria elevado em direção aos padrões europeus, enquanto que a RUE seria removida como intermediária no fornecimento do produto. Ilustrando os contínuos dissensos no campo laranja da política ucraniana, o acordo foi duramente criticado pelo presidente Iushchenko (D’Anieri, 2023, p.155). Após o acordo de gás de 2009, Firtash, considerado “o mais proximamente ligado à Rússia” entre os oligarcas ucranianos (Szeptycki, 2014, p.161. Tradução nossa), tornou-se procurado pela justiça russa (Zygar’, 2023, p.256).

Nas relações com o governo Iushchenko, o tema das políticas de memória continuou uma área de discórdia. O tema dos cossacos teve continuidade, havendo, por exemplo, iniciativas oficiais de celebração de Ivan Mazepa na Ucrânia (Kasianov, 2019a, p.256-257). Além disso, o governo ucraniano manteve as tentativas de reconhecimento internacional do Holodomor como um genocídio contra o povo ucraniano, política combatida ativamente pela Rússia também sob Medvedev (Kasianov, 2019a, p.251-254). As divergências entre Rússia e Ucrânia intensificaram-se de maneira particularmente notória no que tange às visões sobre a Segunda Guerra Mundial. Em 2007, Iushchenko havia atribuído a Roman Shukhevych, um dos líderes da OUN-UPA, e que havia colaborado com a Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial, o título de Herói da Ucrânia. Em uma de suas últimas medidas enquanto presidente, Iushchenko, em 2010, conferiu tal título também a Stepan Bandera (D’Anieri, 2023, p.167). Iushchenko também decretou o reconhecimento dos soldados da OUN-UPA como combatentes pela independência da Ucrânia (Szeptycki, 2014, p.348).

Outra questão da política doméstica da Ucrânia que ganhou relevância durante a

presidência de Medvedev foi o referido tema do cristianismo ortodoxo. Nesse sentido, cabe uma breve contextualização sobre a questão da ortodoxia cristã na Ucrânia. No contexto do processo de desintegração da União Soviética e seus desdobramentos, ocorreu uma fragmentação institucional na ortodoxia cristã na Ucrânia. A Igreja Ortodoxa Autocéfala Ucrâniana (*Ukrains'ka avtokefalna pravoslavna tserkva*, UAPTs) foi restabelecida em 1989 enquanto igreja independente da RPTs. Em 1990, foi a vez de a UPTs-MP ter sido estabelecida enquanto ramo autônomo da RPTs na Ucrânia. Por fim, dissensos internos na UPTs-MP e nas relações desta última com a RPTs levaram à criação, em 1992, da Igreja Ortodoxa Ucrâniana - Patriarcado de Kiev (*Ukrains'ka pravoslavna tserkva – Kyivs'kyi patriarkhat*, UPTs-KP), organização independente em relação à RPTs (Zygar', 2023, p.160-161, 257-260).

A UPTs-MP era a maior igreja ortodoxa da Ucrânia em termos de quantidade de paróquias, seguida, de longe, respectivamente, pela UPTs-KP e a UAPTs (Zygar', 2023, p.160-161, 257-260). Em termos de número de fiéis, *surveys* realizados na Ucrânia colocavam a UPTs-MP e a UPTs-KP se alternando entre as duas mais populares entre as três principais igrejas ortodoxas (e entre todas as religiões, de modo geral), seguidas, de muito longe, pela UAPTs. Em termos regionais, a UPTs-MP tinha presença mais forte no leste e no sul, enquanto que, no centro, as três igrejas ortodoxas coexistiam de maneira mais balanceada. No oeste, a UHKTs era predominante na Galícia, enquanto que, na província da Volínia, a ortodoxia era predominante, com maior presença da UPTs-MP. A UPTs-MP considera-se a única igreja ortodoxa legítima na Ucrânia, posição historicamente endossada pela RPTs (Szeptycki, 2014, p.298-299, 351-352) e pela Rússia.

Assim como as questões linguística e de memória histórica, a questão das igrejas ortodoxas na Ucrânia também tornou-se politizada, uma vez que defensores da criação de uma única igreja ortodoxa ucraniana autônoma e independente em relação à RPTs consideravam que tal medida contribuiria para os processos de criação de Estado e nação contemporâneos no país (Szeptycki, 2013, p.355-356), bem como para um afastamento político e cultural da Ucrânia em relação à Rússia. Durante sua gestão presidencial, Iushchenko pretendia unificar as igrejas ortodoxas em uma única igreja independente na Ucrânia, excluindo qualquer nexo de subordinação institucional na Rússia – como o existente entre a UPTs-MP e a RPTs. Para tanto, Iushchenko buscava obter a autorização do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, espécie de autoridade honorária (conforme o princípio de “o primeiro entre seus iguais”) entre as igrejas ortodoxas no mundo (Zygar',

2023, p.160-161, 257-260). Iushchenko acabou não atingindo seus objetivos, mas, como se verá adiante neste trabalho, as disputas em torno da ortodoxia cristã na Ucrânia ganhariam novos cruciais desdobramentos durante a presidência de Petro Poroshenko.

Em termos ideológicos e políticos, a UPTs-MP apresentava diversas convergências com a Rússia, a RPTs e forças políticas consideradas pró-russas na Ucrânia. Em particular, vale mencionar a histórica aderência, por parte da RPTs e da UPTs-MP, às narrativas de proximidade entre russos, ucranianos e bielorrussos enquanto povos herdeiros da Rus' medieval. A UPTs-MP tinha próximas relações com o KPU e, posteriormente, com o PR. Houve até mesmo casos em que membros da UPTs-MP envolveram-se politicamente com o PR, candidatando-se, por exemplo, a cargos políticos na Ucrânia pelo partido. Na campanha para a eleição presidencial de 2010, diversos representantes da igreja apoiaram abertamente Ianukovych (Szeptycki, 2014, p.356-360).

A área linguística permaneceu um tema de discórdia entre Moscou e Kiev sob Medvedev e Iushchenko. As políticas oficiais de promoção da língua ucraniana haviam resultado no predomínio dessa língua no sistema escolar ucraniano: em 2006-2007, 79,3% dos estudantes nas escolas da Ucrânia recebiam instrução em língua ucraniana, enquanto que 19,6% recebiam em russo. Durante a presidência de Viktor Iushchenko, houve, ademais, diversas iniciativas de intensificação do uso do ucraniano no sistema educacional, na mídia e nas produções culturais na Ucrânia, políticas que eram criticadas pelo governo russo e descritas por Moscou como mecanismos de repressão à língua russa. Por outro lado, em 2010, o russo continuava a língua mais utilizada, por exemplo, nos jornais publicados na Ucrânia: 59% desse tipo de publicação era produzido em língua russa, diante de 33% em ucraniano. Em 2011, os quatro jornais com maior fatia de mercado na Ucrânia eram todos publicados em língua russa. No caso de revistas, dados de 2006 apontavam um predomínio do russo em 65% x 31%. Conforme dados de 2010, no que tange à mídia impressa, o uso do russo era menos frequente que o do ucraniano somente no caso de livros e brochuras, setor no qual publicações em ucraniano correspondiam a 55% do total, diante de 40% de obras em russo. No que tange à televisão, um levantamento de 2010 mostrou que 58,6% do tempo de transmissão ocorria em russo, diante de 41,4% em ucraniano. Deve-se mencionar, por outro lado, o alto grau de bilinguismo na televisão ucraniana, que refletia o bilinguismo presente na sociedade do país de modo geral. Por fim, em 2011, 68% das páginas de internet registradas na Ucrânia utilizavam o russo, diante de 17% em ucraniano. Em 2011, o portal de notícias mais visitado

da Ucrânia era o do *Komsomol'skaia pravda*,<sup>46</sup> então publicado em língua russa (Szepetycki, 2014, p.324-332, 365, 373-374).

A dimensão da mídia também ganhou destaque como área de entrelaços entre os governos Medvedev e Iushchenko. Nesse sentido, cabe, de início, uma breve digressão sobre a presença russa na mídia ucraniana. Meios russos tinham uma significativa presença na mídia ucraniana, o que pode ser atribuído, entre outros fatores, tanto à herança do período soviético (quando Moscou era o centro de produção midiática e cultural para todas as repúblicas soviéticas), quanto à difusão da língua russa na Ucrânia. Tal presença se dava tanto por meios diretos, isto é, com a atuação de meios de comunicação da Rússia na Ucrânia; quanto de maneira indireta, quando meios ucranianos reproduziam material informacional e cultural produzido por meios russos. Uma importante implicação política da presença e da influência russas na mídia ucraniana era a difusão de visões russas sobre a Ucrânia e, conseqüentemente, a influência russa sobre a formação da opinião pública no país vizinho. A própria existência de uma cultura de massa comum aos dois países, ademais, poderia fortalecer as visões sobre uma proximidade entre Ucrânia e Rússia (Szeptycki, 2014, p.362-371).

Desse modo, em situações de crises bilaterais, por exemplo, o governo ucraniano, hipoteticamente, teria obstáculos para influenciar seus próprios cidadãos com relação à Rússia. Desde os anos 1990, houve diferentes projetos que, na prática, poderiam restringir a influência informacional da Rússia e de outros Estados estrangeiros sobre a Ucrânia. Em 2009, Iushchenko aprovou uma nova doutrina de segurança de informação que visava a diminuir a dependência do país nesse campo, bem como a expansão midiática de outros países na Ucrânia. Como em outras iniciativas, contudo, tal proposta não foi implementada na prática. Considerações sobre a liberdade de expressão e a defesa dos direitos humanos, incluindo do ponto de vista da adesão da Ucrânia a tratados internacionais nessas áreas, contribuíram para que a Ucrânia não implementasse planos de tal tipo (Szeptycki, 2014, p.364-365).

Nesse contexto, um episódio de divergências foi a decisão das autoridades ucranianas pelas restrições à transmissão de canais televisivos russos na Ucrânia em outubro de 2008. O governo russo criticou tal medida (Klimin, 2009, p.426-428), fundamentada, pelo governo ucraniano, na necessidade de adequação à legislação ucraniana. Apesar de não terem alcance de audiência comparável ao dos mais populares canais ucranianos, canais da Rússia tinham um considerável público na Ucrânia. Em 2008, estimava-se que os mais populares

---

46 Não confundir com o jornal homônimo da Rússia, fundado na época soviética, e que permanece um dos mais populares do país na atualidade.

canais russos, por meio de operadoras de televisão a cabo, alcançavam quase cinco milhões de domicílios na Ucrânia. Vale mencionar que as restrições também foram criticadas por partidos de oposição a Iushchenko. Em alguns casos, em particular no leste do país, as medidas restritivas aos meios russos foram ignoradas por operadoras de televisão a cabo (Pelnēns *et al.*, 2010, p.293-296; Szeptycki, 2014, p.369-370).

O acúmulo de insatisfações russas com Iushchenko nas áreas mencionadas acima, já expostas em documentos oficiais de Moscou (Rússia, 2008d), ganharam sua maior expressão em uma carta aberta de Medvedev ao presidente da Ucrânia, publicada em agosto de 2009. Nesse documento, Medvedev classificou a deterioração de relações bilaterais como algo sem precedentes em relação a períodos passados, acusando a Ucrânia de abandonar os princípios de amizade do Grande Acordo de 1997 e de praticar uma orientação política antirrusa (Medvedev, 2009b). Cabe mencionar que tais percepções do governo russo tinham um paralelo na sociedade russa: entre 2006 e 2009, pesquisas de opinião pública indicavam que visões negativas sobre os ucranianos cresceram de 29% para 62% na Rússia (Kasianov, 2019a, p.258). Iushchenko publicou uma carta aberta em resposta, na qual rebateu as teses de Medvedev e afirmou a abertura da Ucrânia para uma “ampla cooperação com a Federação Russa, baseada no respeito mútuo e na igualdade por meio do diálogo construtivo”, bem como a convicção em um “bom futuro” das relações bilaterais (Iushchenko, 2009. Tradução nossa).

Em sua carta, o presidente da Rússia listou uma série de assuntos, tanto da política externa, quanto da política doméstica ucraniana, na qual enxergava ações hostis aos interesses de Moscou. O tema da OTAN, por exemplo, foi um dos assuntos levantados por Medvedev, que citou, além da posição da própria Rússia, o fato de a opinião pública da Ucrânia ser majoritariamente contrária à entrada do país na aliança à época (Medvedev, 2009b). O governo russo já havia insinuado que a realização de um referendo sobre a questão da OTAN obstruiria quaisquer planos de adesão de Kiev à aliança (Rússia, 2008d). Evidenciava-se, dessa maneira, a aposta do governo russo de que setores da sociedade ucraniana poderiam, na prática, ser aliados na consecução dos interesses de Moscou.

As políticas de memória histórica de Iushchenko, com destaque para as questões do Holodomor e da Segunda Guerra Mundial (particularmente o tema da OUN-UPA), também foram alvo de fortes críticas na carta de Medvedev (Medvedev, 2009b), que expressou um posicionamento que contava com ampla difusão na elite política russa. Por exemplo, Konstantin Zatulin ressaltava que o combate às políticas de memória que exaltavam “traidores da unidade russo-ucraniana” seria um importante objetivo da Rússia quanto à Ucrânia

(Zatulín, 2009b). Um aspecto particular da abordagem russa sobre a questão de memória histórica foi o chamado para que setores da sociedade ucraniana também atuassem publicamente em oposição a ações nacionalistas ucranianas nessa área. Por exemplo, em 2008, o governo russo, contatado por um representante da comunidade russa da *oblast'* de Ivano-Frankivsk, denunciou ações de celebração da Divisão da Galícia na região (Kasianov, 2019a, p.253-254). Além disso, sob o governo Medvedev, a Rússia deu início a ações na ONU voltadas para a condenação da celebração de colaboradores dos nazistas na Segunda Guerra Mundial, iniciativa que deve ser compreendida no contexto das disputas com a Ucrânia em torno da memória histórica sobre a Segunda Guerra Mundial (Kasianov, 2019a, p.254).

Ademais, Medvedev também chamou atenção para o tema do cristianismo ortodoxo na Ucrânia, acusando o governo Iushchenko de interferir nessa questão com vistas a cercear a atuação da RPTs no país. Nesse sentido, cabe chamar atenção para o fato de Medvedev mais uma vez ter enxergado na população ucraniana um potencial fator a obstruir as políticas de Iushchenko, uma vez que, na visão do presidente russo, a maioria da população do país apoiava a unidade entre as ortodoxias cristãs russa e ucraniana (Medvedev, 2009b).

Na carta de 2009, Medvedev afirmou que a língua russa vinha sendo expulsa da vida pública e social na Ucrânia (Medvedev, 2009b). Não obstante o extenso uso do russo na Ucrânia, atestado pelos dados mencionados acima, atores da elite política russa consideravam insatisfatória a situação linguística no país vizinho. Em junho de 2008, a Duma Estatal caracterizou a situação dos russos e russófonos da Ucrânia como uma de “violação de direitos e liberdades em massa” e “assimilação acelerada” (Rússia, 2008e. Tradução nossa). Segundo Viktor Chernomyrdin, que chefiou a embaixada russa em Kiev até junho de 2009, a embaixada russa recebia frequentes apelos de chamados compatriotas russos com reclamações de que a Ucrânia não respeitava os direitos linguísticos de russófonos no país. Nesse sentido, ainda conforme o então embaixador, tais apelos frequentemente cobravam da Rússia uma postura mais assertiva no sentido de assegurar a proteção dos interesses dos compatriotas na Ucrânia (Chernomyrdin ..., 2009). A Duma Estatal havia proposto ao governo Medvedev intensificar as ações de proteção dos russos étnicos e russófonos da Ucrânia, bem como promover o estabelecimento de instituições educacionais russas na Ucrânia e a atuação de organização da sociedade civil russa nesse país (Rússia, 2008e).

Deve-se chamar atenção, por fim, para um aspecto particularmente relevante, no que tange à questão das relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas, na carta de

Medvedev. Especificamente, o presidente da Rússia, certamente tendo em vista a eleição presidencial ucraniana de 2010, expressou o desejo por uma “nova liderança política da Ucrânia” (Medvedev, 2009b. Tradução nossa). Tal visão indicava, portanto, a continuidade da atenção atribuída pela Rússia às relações de força na elite política ucraniana enquanto elemento relevante para as possibilidades de consecução dos interesses de Moscou quanto à Ucrânia.

Indo além, Konstantin Zatulin afirmava que a federalização, a oficialização da língua russa e a unidade cristã ortodoxa sob a RPTs na Ucrânia, em conjunto com a neutralidade militar do país, seriam garantias indispensáveis de boas relações com a Rússia, de modo que a consecução desses quatro objetivos deveria ser buscada por Moscou. Em um âmbito mais específico, o deputado putinista, novamente apontando para o elemento das elites, considerava que os objetivos de Moscou quanto à Ucrânia incluiriam o afastamento, do aparato estatal ucraniano, de atores “antirrussos”, em particular nas áreas da educação, cultura, defesa e segurança. Zatulin argumentava que, entre os fatores de ameaça aos interesses da Rússia quanto à Ucrânia, estaria, também, a crescente dependência da elite ucraniana em relação ao Ocidente. Vale ressaltar que, na visão de Zatulin, a não consecução das quatro garantias mencionadas, bem como a concomitante transformação da Ucrânia em um Estado que a Rússia considerasse hostil, poderiam anular o compromisso de Moscou com a existência e a integridade territorial do Estado ucraniano independente (Zatulin, 2009b).

Nesse sentido, cabe discutir as percepções e meios de atuação da Rússia com relação à elite política ucraniana na segunda metade dos anos 2000. Como visto no capítulo anterior, a derrota frente à Revolução Laranja não significou que a Rússia ou forças amigáveis a Moscou tinham pedido completamente sua influência na Ucrânia. Um outro fator a se lembrar nesse sentido é o de o que o governo das forças da Revolução Laranja jamais conquistou uma estabilidade duradoura, o que se deveu a diversos motivos.

A estrutura do sistema político ucraniano criava condições para disputas de poder entre as figuras do presidente e do primeiro-ministro, o que foi agravado com a solução da crise de 2004, que fortaleceu relativamente o cargo de primeiro-ministro *vis-à-vis* o de presidente. No caso de Viktor Iushchenko e da primeira-ministra Tymoshenko, tais conflitos foram agravados por animosidades pessoais. Além disso, os grupos oligárquicos que apoiavam a coalizão laranja protagonizavam disputas por ativos econômicos, o que também evidenciava a continuidade da corrupção e do sistema oligárquico na Ucrânia. Nesse contexto, ainda em setembro de 2005, por exemplo, Tymoshenko deixou o cargo de primeira-ministra.

Ademais, esse quadro geral também abriu as portas para que Iushchenko apoiasse Viktor Ianukovych como primeiro-ministro em agosto de 2006. Tymoshenko acabaria voltando ao posto de primeira-ministra, entre 2007 e 2010. No entanto, a instabilidade, os dissensos e a inconstância das forças da Revolução Laranja permaneceram, contribuindo para uma fragmentação de seu eleitorado e, particularmente, para o desgaste de Iushchenko (D'Anieri, 2023, p.137-140, 164). Para agravar a situação dos políticos associados à Revolução Laranja, a crise econômica de 2008 atingiu fortemente a Ucrânia. Em 2009, o PIB do país chegou a decrescer em 15%, o que contribuiu para deteriorar ainda mais a popularidade de Iushchenko, já desgastada, do ponto de vista do seu eleitorado, por conta de fatores como os momentos de aliança com Ianukovych.

Conforme Mikhail Zygar, a Rússia buscou explorar o cenário de disputas e instabilidades na elite política ucraniana a seu favor. Enquanto primeiro-ministro, Putin, sob influência de Medvedchuk, encorajava a formação de uma aliança entre Tymoshenko e Ianukovych com vistas à retirada de Iushchenko, via *impeachment*, do poder. Negociações entre Tymoshenko e Ianukovych nesse sentido chegaram a ser realizadas, mas Ianukovych teria desistido do acordo, que seria supervisionado por Medvedchuk. Supostamente, a persuasão de Iushchenko ou de Firtash, rival político de Tymoshenko, removeu Ianukovych da ideia de adesão à chamada “grande coalizão” com Tymoshenko (Zygar, 2023, p.255-256). A possibilidade do interesse russo em tal aliança, com vistas a degradar a posição de Iushchenko na política ucraniana, foi mencionada por Zatulin, que afirmou que Ianukovych e Tymoshenko buscaram envolver a Rússia em tais esforços (Zatulin, 2010). Uma vez que Ianukovych e Tymoshenko não formaram a chamada “grande coalizão”, a alternância de poder na Ucrânia seria definida na eleição presidencial de 2010. Com o agudo desgaste popular de Iushchenko, a eleição teve como principais candidatos exatamente Tymoshenko e Ianukovych.

Iuliia Tymoshenko e seu grupo político possuíam um histórico ambivalente de relações com a Rússia. Originária da província de Dnipropetrovsk, Tymoshenko liderava o Bloco Iuliia Tymoshenko (*Blok Iulii Tymoshenko*, BIuT), que tinha como núcleo seu partido, chamado Pátria (*Bat'kivshchyna*). Nos anos 1990, Tymoshenko, à frente de uma empresa do setor de energia, envolveu-se no comércio de gás com a Rússia. Por outro lado, quando esteve em posições de governo, Tymoshenko buscou reduzir a dependência energética da Ucrânia em relação à Rússia. Por conta de sua retórica crítica sobre a Rússia durante e após a Revolução Laranja, Tymoshenko passou a ser mal vista em Moscou (Szeptycki, 2014, p.145-

146). Em 2007, por exemplo, a famosa revista norte-americana *Foreign Affairs* publicou um artigo de autoria de Tymoshenko, sugestivamente intitulado “Contendo a Rússia” (*Containing Russia*) em que a política ucraniana afirmou que a Rússia buscava controlar a Ucrânia. Nesse sentido, Tymoshenko conclamou o Ocidente a atuar pela contenção do que chamou de política expansionista de Moscou (Tymoshenko, 2007).

Entretanto, no período 2008-2009, quando ocupava o cargo de primeira-ministra, Tymoshenko mostrou mudanças em sua postura com relação à Rússia. Por exemplo, Tymoshenko, como já mencionado acima, teve um posicionamento público moderado (em comparação com Iushchenko) sobre as ações da Rússia contra a Geórgia na Guerra Russo-Georgiana (Szeptycki, 2014, p.145-146). Tymoshenko, ademais, passou a demonstrar uma maior moderação na questão da expansão da OTAN (Kononchuk; Iarosh, 2009, p.3). O programa de Tymoshenko para a eleição de 2010, por exemplo, propunha que uma decisão sobre a adesão a “quaisquer sistemas de segurança coletiva” seria decidida por meio de referendo (Tymoshenko, 2009. Tradução nossa), o que, tendo em vista as preferências prevalentes na população da Ucrânia naquele período, significava um forte obstáculo à entrada na OTAN.

Ao mesmo tempo em que defendia a entrada na UE, Tymoshenko também declarava ver positivamente o potencial de cooperação econômica com a Rússia e países da CEI (TYMOSHENKO, 2009). Além disso, Tymoshenko, como também já mencionado acima, Negociou um novo acordo de fornecimento de gás com o governo russo em 2009. Tais ações eram vistas, em parte, como uma possível tentativa não só de angariar o apoio do eleitorado do leste e do sul da Ucrânia, como também de obter apoios externos no contexto das disputas que Tymoshenko protagonizava com Iushchenko (Szeptycki, 2014, p.145-146). Na Ucrânia, especulava-se que Moscou via Tymoshenko como uma alternativa a Iushchenko para a eleição de 2010, enquanto que Tymoshenko consideraria, nesse sentido, oportuno um eventual apoio de Moscou (D’Anieri, 2023, p.140).

Ianukovych venceu a eleição em segundo turno, com 48,95% dos votos diante de 45,47% de Tymoshenko. A decadência de Iushchenko foi demonstrada claramente pelo fato de o então presidente da Ucrânia ter recebido somente 5,45% dos votos no primeiro turno. Observadores internacionais consideraram a eleição, em geral, livre e justa, à diferença do pleito de 2004. O padrão de diferenças regionais ucranianas se repetiu mais uma vez: Ianukovych teve mais de 80% dos votos em grande parte do leste, do sul e da Crimeia, enquanto que Tymoshenko obteve resultados similares no oeste (mapa 17) (D’Anieri, 2023,

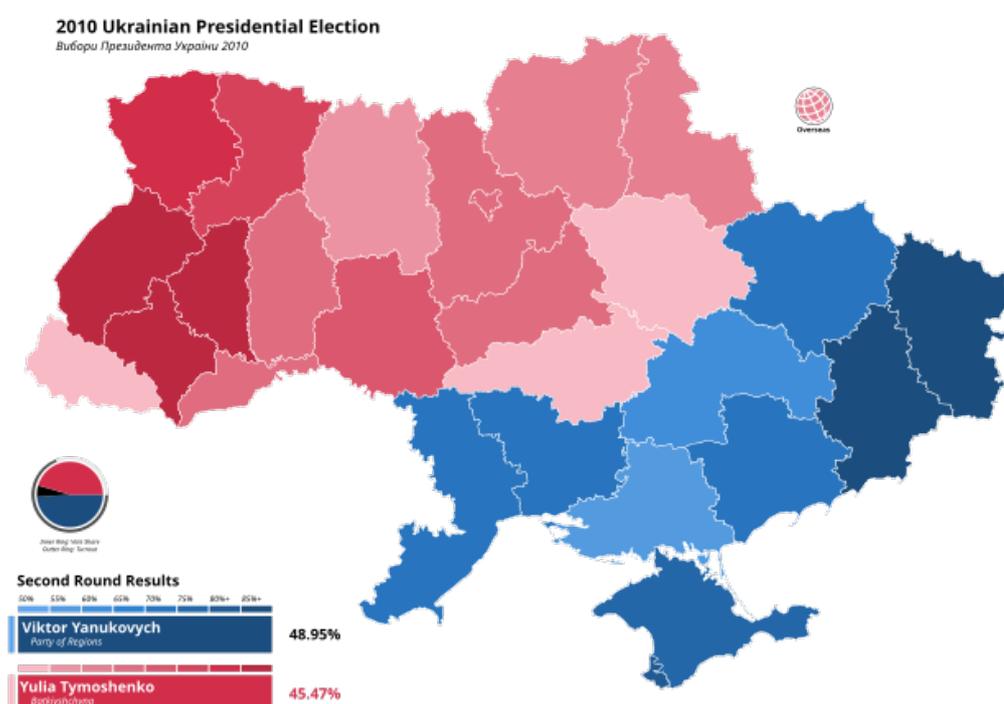
p.164-167). Dessa maneira, em 2010, o candidato do PR chegava à presidência da Ucrânia pouco mais de cinco anos após a derrota ocasionada pela Revolução Laranja. A partir de então, o governo do PR teve apoio do KPU. Já Tymoshenko e o BIuT, na oposição a Ianukovych e ao PR, retornaram ao discurso crítico sobre a Rússia (Szeptycki, 2014, p.145-146, 149).

O fator Rússia esteve frequentemente presente no discurso político em torno da eleição. A campanha de Ianukovych teve a participação de um *polittekhnolog* russo alinhado ao Kremlin, Timofei Sergeitsev, bem como de consultores norte-americanos, com destaque para o famoso Paul Manafort, que viria a ser um dos dirigentes da campanha presidencial de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016. Sob influência de Manafort, a campanha de Ianukovych acentuou os bons laços com a Rússia, bem como a tese de que o candidato do PR, à diferença de Tymoshenko e Iushchenko, era um interlocutor mais próximo de Putin (zYGAR', 2023, p.263-266). De corte mais nacionalista e centrado no eleitorado da Galícia, o discurso de Iushchenko, por sua vez, rotulava Tymoshenko e Ianukovych como a “coalizão de Moscou” (Kuzio, 2010a). De modo geral, uma característica da atuação de Iushchenko e do Nossa Ucrânia – à exceção de momentos como a breve abertura a Moscou em 2005-2006 – era uma postura crítica quanto à Rússia, com acusações, por exemplo, de que a Rússia tinha uma política imperial. Tal postura teve continuidade após a saída de Iushchenko da presidência. Nesse sentido, o governo russo, durante a campanha para a eleição presidencial ucraniana de 2010, sinalizava a indisposição para a continuidade da interlocução com Iushchenko (Szeptycki, 2014, p.148, 172).

Em nível de discurso oficial, o governo russo, não obstante os sinais de indisposição com relação a Iushchenko, declarava neutralidade sobre a eleição ucraniana. Por outro lado, Zatulin, argumentando que o PR representava eleitores russófonos e simpáticos à Rússia (concentrados no sul e no leste ucranianos) e ao desenvolvimento das relações Moscou-Kiev, expressou publicamente seu apoio e o do Rússia Unida a Ianukovych (Zatulin, 2009a, 2010). Vale ressaltar que tal posicionamento ocorria mesmo com a presença de Petro Symonenko, de perfil ideológico ainda mais próximo aos interesses da Rússia, enquanto candidato. O líder do KPU alcançou somente 3,54% dos votos no primeiro turno. A preferência pelo PR em detrimento do KPU – também classificado por Zatulin como um partido amigável à Rússia (Zatulin, 2009b, p.17) -, indicava a continuidade da percepção russa de que o PR era uma força política com maiores capacidades de governar a Ucrânia em linhas consonantes com os interesses da Rússia. Ademais, o envolvimento passado de Tymoshenko em iniciativas de

apoio à entrada da Ucrânia na OTAN, bem como de promoção do uso predominante da língua ucraniana em nível oficial, causavam desconfianças na Rússia, como expressado por Zatulín (Vybory Prezidenta ..., 2010).

### Mapa 17 - Votação dos candidatos no segundo turno da eleição presidencial de 2010 na Ucrânia por região



Fonte: Mupper-san (2023).

No entanto, à diferença do ocorrido em 2004, a Rússia não teve um papel de interferência forte na eleição presidencial ucraniana de 2010 (Kuzio, 2010a). Uma possível explicação para tal fato é a de que, embora Ianukovych fosse ostensivamente mais próximo à Rússia em termos programáticos, Tymoshenko, como visto acima, passou a exibir posturas mais moderadas quanto a temas de interesse de Moscou na área de segurança. Além disso, Tymoshenko negociara com o governo russo sobre a questão do gás. Dessa maneira, o governo russo pode ter considerado que, apesar dos problemas atribuídos à atuação política pregressa de Tymoshenko, havia perspectivas de interlocução também com Tymoshenko – e não só com Ianukovych -, de modo que o apoio a um candidato em particular, como em 2004,

pode não ter sido considerado necessário por Moscou. Além disso, segundo Zatulin (2010), do ponto de vista de Moscou, o fracasso da experiência de 2004, com a dependência das escolhas de Kuchma, fez com que o governo russo não confiasse em absoluto nos políticos ucranianos na eleição de 2010. Zatulin considerava que tanto Ianukovych, quanto Tymoshenko buscariam evitar a elevação de tensões com a Rússia (Steshin, 2010).

Sob Ianukovych, a Ucrânia deu início a uma reaproximação à Rússia. Na política externa, Ianukovych fez demonstrações de que retornaria à política multivetorial de Kuchma em substituição à política pró-ocidental de Iushchenko. Nesse sentido, diversas ações ilustraram tendências de aproximação à Rússia. Ainda em 2010, a Ucrânia, distanciando-se das políticas de Iushchenko, declarou-se novamente um Estado neutro (“extrabloco”), isto é, que não faria parte de alianças político-militares - apesar de manter o objetivo de entrada na UE e não descartar a cooperação com a OTAN (Ucrânia, 2010a). Cabe ressaltar, nesse sentido, que o apoio à não entrada na OTAN, conforme pesquisas de opinião pública, excedia 60% na Ucrânia e aproximou-se de 70% durante a presidência de Ianukovych, enquanto que o percentual de apoiadores do ingresso na aliança flutuava entre 17% e 22%. Os padrões regionais também se revelavam em tais questões: a rejeição à entrada na OTAN era marcadamente mais intensa no leste e no sul do que no restante das regiões da Ucrânia (Dynamika ideolohichnykh ..., 2012).

Também em 2010, os governos Ianukovych e Medvedev assinaram o chamado Acordo de Kharkiv. Por meio desse documento, Ucrânia e Rússia concordaram em estender a validade dos acordos referentes à presença da FMN na Crimeia por mais 25 anos além do prazo de 20 estabelecido pelos acordos originais de 1997. Além disso, parte dos custos de arrendamento referentes às operações da FMN seriam abatidos por meio de descontos no preço do gás fornecido pela Rússia à Ucrânia (UCRÂNIA, 2010b). Os novos entendimentos na área do gás ocorreram em meio a um Fortalecimento do grupo da RUE – que constituía, como visto acima, um dos principais grupos de interesse dentro do PR - na política ucraniana (Szeptycki, 2014, p.160-162). Membros do “lobby do gás” assumiram posições destacadas no governo Ianukovych. Iury Boiko, por exemplo, tornou-se ministro da Energia (2010-2012) e vice-primeiro-ministro (2012-2014). Já Serhii Liovochkin foi o chefe de gabinete da presidência de Ianukovych (2010-2014). Segundo Taras Kuzio, o “lobby do gás” geria as relações energéticas entre Kiev e Moscou por meio de Liovochkin (Kuzio, 2018, p.353). Entre 2010 e 2012, Valerii Khoroshkovsky, por sua vez, dirigiu o Serviço de Segurança da Ucrânia (*Sluzhba bezpeky Ukraïny*, SBU), agência de segurança e inteligência sucessora do KGB na

Ucrânia. Além disso, Khoroshkovsky foi vice-primeiro-ministro do primeiro-ministro Mykola Azarov (2010-2014), presidente do PR a partir de 2010.

O Acordo de Kharkiv simbolizou o retorno da subsidização energética como instrumento utilizado pelo governo russo com vistas a trazer a Ucrânia mais firmemente para sua órbita. O acordo fez Ianukovych não só ganhar maior apoio da Rússia, como também teve apelo junto ao eleitorado do leste ucraniano, tradicional base de apoio do PR. Dessa maneira, o acordo tinha implicações no que tange às percepções sobre a Rússia na sociedade ucraniana. Os preços reduzidos do gás seriam bem vistos pelos consumidores ucranianos e ofereciam oportunidades de ampliação de rendas para a elite ucraniana, embora parte da elite política tenha sido crítica do acordo. O processo de ratificação do documento na VR, por exemplo, foi conturbado. Além disso, parte da sociedade considerava que o Acordo de Kharkiv representava uma ameaça à independência da Ucrânia (D'Anieri, 2023, p.170, 176-177). Por outro lado, havia, na cena político-partidária ucraniana, abordagens similares à do PR. Por exemplo, o KPU e o Bloco Lytvyn (outro componente da coalizão de governo liderada pelo PR) defendiam a permanência da FMN russa na Crimeia (Szeptycki, 2014, p.150-152). Conforme pesquisas de opinião pública, cerca de 70% da população da Crimeia apoiava a extensão da presença da FMN na região para além de 2017 (Osoblyvosti ..., 2009, p.11). Moscou aproveitou a oportunidade provida pelo Acordo de Kharkiv para modernizar sua base naval em Sevastopol, bem como os armamentos utilizados pela FMN (D'Anieri, 2023, p.176-177).

As ambiguidades da política multivetorial retomada por Ianukovych refletiram-se no campo da integração regional, na qual o governo Medvedev encontrou dificuldades para cooptar a Ucrânia. As disputas sobre a participação da Ucrânia em iniciativas de integração regional – e, conseqüentemente, sua orientação geopolítica quanto às grandes potências – se intensificaram. Nesse sentido, um importante acontecimento foi o lançamento pela UE, em 2009, da Parceria Oriental (*Eastern Partnership*, EaP). A EaP consistia de uma iniciativa de cooperação política e econômica entre a UE e potenciais candidatos ao ingresso no bloco, incluindo a Ucrânia e outros Estados do espaço pós-soviético. Paralelamente, como visto acima, a Rússia também dava impulso a seus próprios projetos de integração, como ilustrado pela inauguração da União Aduaneira com Belarus e Cazaquistão, em 2010, projeto precursor da UEE. Nesse contexto, a Rússia via com desconfianças a EaP, visto que o aprofundamento de relações de países do espaço pós-soviético com a UE costumava subentender diversos tipos de restrições nas relações econômicas com a Rússia – potencialmente trazendo, portanto,

prejuízos para a economia russa (D'Anieri, 2023, p.148-150).

O governo russo demonstrava uma postura crescentemente rígida com relação à situação da Ucrânia, motivada tanto pela percepção de que ela poderia ser “tomada” pela UE, quanto pela crença de que, com Ianukovych na presidência em Kiev, haveria maior espaço para cooptar a Ucrânia com o argumento de que o país poderia auferir substanciais benefícios econômicos aderindo à integração regional liderada por Moscou. No entanto, do lado ucraniano, o governo Ianukovych, apesar de suas medidas de aproximação à Rússia, demonstrava a continuidade da tradicional postura da Ucrânia de evitar a adesão a organizações de integração lideradas pela Rússia que tivessem dimensões supranacionais. Dada a lógica exclusivista do projeto da UEE, a Rússia sinalizava que não aceitaria uma adesão somente nos elementos considerados convenientes por Kiev. Assim, já em 2011, o governo russo introduziu barreiras comerciais à Ucrânia para pressioná-la a aproximar-se de maneira mais inequívoca à União Aduaneira (D'Anieri, 2023, p.178-188).

À diferença do caso da OTAN, contudo, o cenário quanto aos projetos de integração era mais desfavorável para a Rússia no que tange às preferências da sociedade ucraniana. Conforme pesquisas de opinião pública, pouco mais de 50% dos ucranianos, em média, apoiavam a entrada na UE, enquanto que cerca de 30% se diziam contrários, no período 2009-2012. O apoio à entrada no bloco europeu excedia a média nacional no oeste, centro e norte, enquanto que a rejeição crescia notoriamente no sul e no Donbass. Entre outubro de 2010 e fevereiro de 2012, estimava-se que 39% da população da Ucrânia preferia a entrada na UE, enquanto que 34% a 36% preferiam a adesão à União Aduaneira (entre 25% e 27% não tinham resposta definida) (Dynamika ideolohichnykh ..., 2012).

No que tange às questões domésticas ucranianas, do ponto de vista dos interesses do governo russo, melhoras significativas ocorreram sob Ianukovych no campo da memória histórica. Nesse sentido, cabe mencionar as convergências de opinião existentes entre a Rússia e parcelas consideráveis da sociedade ucraniana. É verdade, de um lado, que pesquisas de opinião pública realizadas entre 2010 e 2012 estimavam que percentuais majoritários dos ucranianos concordavam com a interpretação de que o Holodomor foi um genocídio do povo ucraniano, embora uma minoria aderisse a tal visão no leste (Dynamika ideolohichnykh ..., 2012). Por outro lado, à época da chegada de Ianukovych ao poder, uma pesquisa de opinião pública estimou que 61% dos ucranianos se opunham à ideia de reconhecimento da OUN-UPA como organização que lutou pela independência da Ucrânia (posteriormente, contudo, houve diminuições em tal índice, embora, no período 2010-2012, o percentual de apoiadores

da OUN-UPA não tenha excedido 27% em nível nacional) (Dynamika ideolohichnykh ..., 2012).

Uma pesquisa de 2009 apontou que somente 20% dos ucranianos viam positivamente a atuação armada da OUN-UPA contra a União Soviética. A vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, conforme a mesma pesquisa, era vista positivamente por 80% dos entrevistados e negativamente somente por 8% (Szeptycki, 2014, p.340). Portanto, as políticas de Iushchenko relacionadas à Segunda Guerra Mundial e ao movimento nacionalista ucraniano do período eram rejeitadas não só pela Rússia, como também por parte substancial da sociedade ucraniana. Vale lembrar que as diferenças regionais na Ucrânia se observavam, também, nesse âmbito: as pesquisas de opinião indicavam que visões positivas sobre a União Soviética e negativas sobre a OUN-UPA e seus líderes eram mais fortes no leste e no sul, ao passo que o inverso tendia a ocorrer no oeste, em particular na Galícia.

Ianukovych, em linha com as preferências de seu eleitorado, defendia e adotava medidas que expressavam visões mais simpáticas sobre a experiência histórica da Ucrânia na União Soviética. Além disso, o novo presidente da Ucrânia, distanciando-se da abordagem de Iushchenko, não reconhecia a fome dos anos 1930 como um genocídio contra os ucranianos. Ainda em 2010, cortes no Donbass anularam a concessão do título de Herói da Ucrânia a Roman Shukhevych e Stepan Bandera (Kasianov, 2019a, p.199-200, 258-259). Sob Khoroshkovsky, o SBU tomou medidas que restringiram as possibilidades de pesquisas em arquivos sobre temas como o Holodomor e a atuação da UPA (Szeptycki, 2014, p.162). Além do PR, o KPU era outro grupo político destacado que rejeitava as políticas de exaltação da OUN-UPA (Szeptycki, 2014, p.150). Ilustrando as convergências entre Moscou e Kiev sobre as questões de memória histórica sob os presidentes Medvedev e Ianukovych, Dmitrii Medvedev, em visita à Ucrânia em 2010, prestou homenagem às vítimas da fome dos anos 1930 (Szeptycki, 2014, p.349).

Um evento relevante no campo cultural e da memória histórica foi a nomeação de Dmytro Tabachnyk (Dmitry Tabachnik, em russo), político do PR, para o cargo de ministro da Ciência e Educação. Historiador de formação, Tabachnyk era conhecido por visões pró-russas. Tabachnyk se autodeclarava “Pequeno Russo” (*Maloross*) e era adepto da tese do povo triunfado, além de considerar que as ligações históricas entre Ucrânia e Rússia deveriam fundamentar a proximidade contemporânea entre os dois países. Tabachnyk, ademais, era simpatizante da ideologia eurasianista e um forte crítico do nacionalismo ucraniano, em particular no que tange à sua variante da Galícia e à atuação da OUN-UPA. Durante a gestão

ministerial de Tabachnyk, houve esforços para que livros de História utilizados no sistema escolar ucraniano diminuíssem discussões sobre a UPA, bem como elementos críticos à Rússia e à União Soviética. Além disso, foram adotados elementos dos paradigmas historiográficos predominantes na Rússia e no período da União Soviética sobre a Segunda Guerra Mundial (Kasianov, 2019a, p.83, 110, 132; Szeptycki, 2014, p.343-344).

Logo nos meses iniciais da presidência de Ianukovych, os direitos de transmissão de certos canais russos foram restabelecidos na Ucrânia, após as autoridades ucranianas terem considerado sua compatibilidade com a legislação do país (Szeptycki, 2014, p.370). No campo linguístico, Ianukovych, durante sua campanha para a eleição presidencial de 2010, prometia, ao contrário de Tymoshenko, oficializar a língua russa na Ucrânia (V. Ianukovych ..., 2009). À época da campanha eleitoral e da chegada de Ianukovych ao poder, tal medida, conforme pesquisas de opinião pública, era apoiada por pouco mais de 50% dos ucranianos e oposta por cerca de 40%, embora, a partir de setembro de 2010, tal relação tenha gradualmente se invertido de modo a tornar o percentual de opositores da oficialização do russo mais alto do que o de apoiadores no período até o final de 2012 (Dynamika ideolohichnykh ..., 2012). A proposta de oficialização do russo também era apoiada pelo KPU (Szeptycki, 2014, p.150). No poder, o governo Ianukovych declarou o compromisso com a proteção e o livre uso da língua russa (UCRÂNIA, 2010a). Sob Tabachnyk, o ministério da Ciência e Educação também extinguiu seu departamento responsável pelo apoio ao aprendizado da língua ucraniana (Szeptycki, 2014, p.330).

Em 2010, tiveram início, na Ucrânia, discussões sobre uma nova legislação linguística. A organização Mundo Russo, apoiada pelo governo russo, se envolveu em tais debates (Szeptycki, 2014, p.332). Os debates iniciados em 2010 tiveram importantes desdobramentos futuros. Em fevereiro de 2012, deputados do PR na VR propuseram novo aparato legislativo que permitiria a extensão do uso oficial do russo na Ucrânia, em particular no âmbito regional. Tal medida seria aprovada e implementada já durante o período do terceiro mandato presidencial de Putin na Rússia. Suas repercussões domésticas e internacionais serão abordadas em maior detalhe no capítulo subsequente desta tese.

No que concerne aos debates sobre a estrutura do Estado ucraniano, uma importante mudança na atuação política de Ianukovych e do PR, após Ianukovych tornar-se presidente, foi o afastamento, no discurso e na prática política, da agenda federalista que caracterizara o programa do partido em anos anteriores. O controle do poder em nível nacional, afinal, criava maiores oportunidades para a expansão de posições políticas e econômicas dos grupos no

poder para além de suas regiões de base na Ucrânia, o que estimulava tais grupos a buscarem submeter as regiões do país ao controle do aparato estatal central. Desse modo, Ianukovych buscou fortalecer elementos centralistas na configuração do Estado ucraniano (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.131-132; Vavilov, 2021). Já do ponto de vista de certos grupos políticos na Ucrânia, a ideia do federalismo encontrava maior rejeição em virtude da percebida ameaça à integridade do país e à identidade nacional do Estado ucraniano independente (Vavilov, 2021).

A associação das ideias federalistas à influência da Rússia e suas possíveis articulações com pautas políticas regionalistas da Ucrânia também contribuía para que o federalismo tivesse significativa rejeição na elite política ucraniana. A pauta do federalismo, contudo, continuou a ser explorada por organizações de orientação ideológica pró-russa mais forte, embora de menor porte organizacional na Ucrânia, como o partido Rodina (“Pátria”, em russo) e a organização Escolha Ucraniana (*Ukrains'kyi vybir*, UV), liderada por Viktor Medvedchuk. (Vavilov, 2021). Fundada na época de encerramento do mandato presidencial de Medvedev, em 2012, o UV, como se verá no próximo capítulo, viria a ter uma destacada atuação nos debates públicos no período que antecedeu de maneira mais próxima o Maidan de 2013-2014.

Diversas pesquisas de opinião pública realizadas no período da presidência de Medvedev indicavam que, apesar das tensões entre os governos na época de Iushchenko e das desconfianças de parte da elite ucraniana com relação a Moscou, a imagem da Rússia na sociedade ucraniana era relativamente positiva. Em 2009, por exemplo, uma pesquisa estimou que 23,9% dos ucranianos consideravam a Rússia como um país irmão, 18,9% como um país amigável e 14,5% como um parceiro estratégico da Ucrânia. O apoio à proximidade entre Ucrânia e Rússia era mais forte entre habitantes do leste e do sul, bem como entre indivíduos de idade acima de 50 anos (portanto, que tiveram maior experiência de vida na União Soviética). Outra pesquisa apontou que cerca de 52% dos ucranianos consideravam russos e ucranianos, em essência, um único povo. Ainda no mesmo ano, mesmo após a Guerra Russo-Georgiana, uma pesquisa estimou que somente 21% dos ucranianos consideravam a Rússia uma ameaça, enquanto que 70% não concordavam com tal tese. Em 2011, uma pesquisa estimou que 69,5% dos ucranianos apoiavam relações amigáveis entre Ucrânia e Rússia enquanto dois países independentes (Szeptycki, 2014, p.277-281).

Apesar de cerca de duas décadas terem se passado desde o surgimento da Ucrânia independente pós-soviética até então, era alta a parcela de ucranianos que se diziam

favoráveis a um Estado unido formado em conjunto com a Rússia e Belarus. Pesquisas realizadas entre abril de 2010 e outubro de 2012 mostravam que, em média, 44,75% dos entrevistados declararam apoiar tal medida, enquanto que 43,75% se diziam contrários. Na série histórica do grupo Rating, uma das principais agências de pesquisa da Ucrânia, o percentual de apoiadores de um Estado unido Rússia-Ucrânia-Belarus chegou a exceder o dos que não apoiavam tal Estado em janeiro de 2011 e junho de 2012, primeiro mês após o término do mandato presidencial de Medvedev (*Dynamika Ideolohichnykh ...* 2012). Os índices de apoio a uma união Ucrânia-Rússia, contudo, eram mais modestos em outras pesquisas. Por exemplo, uma pesquisa de 2011 estimou que uma união Ucrânia-Rússia era apoiada somente por 16,5% dos cidadãos da Ucrânia (Szeptycki, 2014, p.278-279).

O potencial de articulações com atores da sociedade ucraniana continuava a ser levantado na elite política russa. Para Konstantin Zatulin, a Rússia, com vistas a atingir seus objetivos quanto à Ucrânia, deveria apoiar grupos políticos que representassem a população do leste e do sul do país. Ademais, a assimilação de russos étnicos e russófonos, bem como uma possível ruptura ortodoxa com a RPTs, constituíam, na visão desse político, ameaças aos interesses russos quanto à Ucrânia (Zatulin, 2009b). Como visto acima, a Rússia, a partir dos anos 2000, incluindo durante a presidência de Medvedev, intensificou iniciativas relacionadas ao *soft power*. Tal tendência também teve reflexos no caso da Ucrânia. Políticos russos, como Konstantin Zatulin, Sergei Baburin e Sergei Markov continuavam a frequentar eventos públicos organizados por membros da elite política do Donbass em torno de questões como o federalismo e a orientação externa da Ucrânia. Em 2009, a organização Mundo Russo, criada por Putin em 2007 com vistas a promover a língua e a cultura russas, e dirigida por Viacheslav Nikonov, inaugurou, em Luhansk, o chamado Centro Russo. O centro tornou-se um frequente ponto de encontro de separatistas e nacionalistas russos, entre os quais futuros ativistas do separatismo de 2014 na região (Skorkin, 2016b). Em agosto de 2009, o governo ucraniano expulsou dois diplomatas russos acusados de proverem financiamento a partidos nacionalistas russos na região de Odesa e na Crimeia (Kuzio, 2010b, p.28).

Entre atores políticos ucranianos pró-russos interessados em articulações com Moscou, era difundida a percepção de que o envolvimento da Rússia na Ucrânia era insuficiente. Em uma conferência organizada pelo governo russo e o IPCEI em Moscou em abril de 2009, o deputado ucraniano Vadym Kolesnichenko (Vadim Kolesnichenko, em russo), membro do PR e dirigente do Conselho de Coordenação Pan-Ucraniano dos Compatriotas Russos, afirmou que o governo russo não possuía um plano desenvolvido de

apoio aos compatriotas, russófonos e simpatizantes da Rússia na Ucrânia. Para Kolesnichenko, a ausência de um maior envolvimento do Estado russo com setores da sociedade ucraniana, em comparação com a atuação das potências ocidentais, estava contribuindo para a diminuição da influência russa na Ucrânia. Nesse sentido, o político ucraniano sugeriu que o apoio da Rússia seria um relevante fator para o desenvolvimento de um movimento que representasse politicamente os russófonos da Ucrânia (Kolesnichenko, 2009). Em 2008, Kolesnichenko havia sido condecorado por Dmitry Medvedev por conta de sua atuação na promoção da língua e da cultura russas na Ucrânia, bem como por sua atuação no campo das relações culturais entre Ucrânia e Rússia (Szeptycki, 2014, p.332).

Outro deputado do PR que participou do evento, Oleg Tsariov (Oleh Tsariov, em ucraniano), também levantou a questão de um maior apoio da Rússia a organizações e atividades relacionadas aos chamados compatriotas e à língua russa (Tsariov, 2009). Queixas similares foram expostas por representantes de outras organizações ligadas aos chamados compatriotas russos na Ucrânia (Provatorov, 2009; SAGAN, 2009). Zatulin, por sua vez, lamentava a não formação de uma “frente popular” do leste e do sul da Ucrânia nos anos que antecederam a eleição de 2010, atribuindo tal fato, em parte, à incapacidade de forças políticas da Rússia em atuarem nesse sentido. O deputado putinista também considerava que a Rússia não havia apoiado suficientemente, inclusive no sentido financeiro, iniciativas como a expansão da educação em língua russa na Ucrânia (Zatulin, 2010).

Com a chegada de Ianukovych à presidência da Ucrânia, que significou o acesso ao poder em nível nacional de forças políticas mais amigáveis à Rússia e ideologicamente distantes do nacionalismo ucraniano, as atividades de organizações radicais pró-russas no Donbass diminuíram em intensidade. Com sua vitória na eleição regional de 2010, o PR consolidou seu domínio político no Donbass, enquanto que o KPU preservou-se como um partido relevante em escala regional, em particular na *oblast'* de Luhansk. Na eleição regional de 2010 na *oblast'* de Donetsk, o partido nacionalista russo Bloco Russo alcançou menos de 1% dos votos, o que ilustrava a marginalidade política de organizações radicais pró-russas em comparação com o predomínio regional do PR e a atuação do KPU (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.129-133). Ainda assim, cabe mencionar certos fatores e acontecimentos relacionados ao ativismo político pró-russo na região. No Donbass, a DR, em 2009, declarou a soberania do que chamava de República Federal de Donetsk, a ser composta, segundo os preceitos ideológicos do grupo, pelas províncias ucranianas de Donetsk, Luhansk, Dnipropetrovsk, Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia. No mesmo ano, o grupo organizou campos de treinamento

para ações armadas (Shekhovtsov, 2016; Skorkin, 2016b).

Em fevereiro de 2012, foi criada a organização russo-ucraniana Donbass pela União Eurasiática (DUE), que, além de ter envolvimento da ESM, incluía alguns dos referidos personagens de organizações radicais pró-russas, incluindo separatistas, da região. A seção de Luhansk da DUE era chefiada por um membro do UV de Medvedchuk. Atuando tanto na Ucrânia, como na Rússia, a DUE promovia agendas pró-russas, em particular no caso da adesão da Ucrânia à integração regional liderada pela Rússia (em detrimento da integração da Ucrânia à UE). Apesar de sua presença marginal nos debates públicos na Ucrânia sobre o tema da integração regional, ativistas pró-russos do Donbass fortaleceram, naquele contexto, laços com atores na Rússia. Moscou, por sua vez, tinha um potencial aliado político em tal rede leal aos interesses russos quanto à Ucrânia (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.148-150; Shekhovtsov, 2016).

### **6.3 A Guerra Russo-Georgiana e suas implicações para a Ucrânia: as questões do intervencionismo russo e da autodeterminação**

A Guerra Russo-Georgiana de 2008 carregava importantes implicações para as relações russo-ucranianas no que tange às possibilidades de articulações entre a Rússia e setores da população ucraniana, bem como à configuração do Estado ucraniano.

Como visto acima, um dos argumentos utilizados pelo governo Medvedev para justificar as operações militares russas contra a Geórgia foi o da necessidade de proteção de cidadãos russos habitantes da Ossétia do Sul. Tal situação levantava paralelos com o contexto da Ucrânia. Como visto no capítulo quatro deste trabalho, a questão de uma dupla cidadania para habitantes da Ucrânia – subentendendo a possibilidade de cidadania russa, em adição à ucraniana - era discutida em círculos da elite política russa nos anos 1990. Debates em torno desse tema eram particularmente presentes no contexto da Crimeia. Nos anos 1990, a distribuição de passaportes russos para habitantes da Crimeia causou desentendimentos entre Kiev e Moscou. Vale lembrar, nesse sentido, que a cidadania dupla é proibida na Ucrânia.

Mesmo após os anos 1990, o consulado russo em Simferopol (capital da ARK) vinha distribuindo passaportes russos. Em especial após a chegada de Iushchenko à presidência da Ucrânia, a concessão de passaportes russos era criticada pelo governo ucraniano e passou a causar crescentes temores em Kiev tendo em vista o contexto da Guerra Russo-Georgiana e seus desdobramentos. Isto porque a presença de portadores de passaportes russos na Crimeia

poderia ser, hipoteticamente, explorada pela Rússia com o objetivo de justificar uma intervenção em nome da defesa de cidadãos russos no contexto de uma possível crise em torno da Ucrânia, à semelhança do que ocorrera no caso da Guerra Russo-Georgiana (Allison, 2008, p.1167-1168).

Em nível oficial, o governo russo negava distribuir passaportes russos na Crimeia (Posol'stvo RF ..., 2008). Não havia, portanto, dados oficiais russos públicos sobre a quantidade de portadores de passaportes russos na Crimeia. Por outro lado, na Ucrânia, especulações e estimativas veiculadas na mídia e por órgãos de governo colocavam a quantidade de detentores de passaportes russos na Crimeia entre menos de dez mil a até mesmo mais de cem mil (Arel, 2008, p.21-22; Grigas, 2016; Kuzio, 2010b, p.33; Peach; Danilova, 2009). A população da Crimeia, conforme o censo ucraniano de 2001, era de 2,4 milhões de habitantes, sendo cerca de 60% russos étnicos, 24% ucranianos étnicos e 11% tártaros da Crimeia.

Além disso, o reconhecimento russo das independências da Abecásia e da Ossétia do Sul estabeleceu um precedente na política externa russa: o uso, pelo governo russo, do argumento da autodeterminação dos povos para fundamentar tal decisão poderia ser utilizado para fundamentar o apoio de Moscou a outros potenciais movimentos secessionistas pró-russos no espaço pós-soviético. Dessa maneira, a Rússia passou a sinalizar de maneira mais forte que o respeito à soberania e à integridade territorial de Estados do espaço pós-soviético seria condicional, sujeito aos interesses geopolíticos de Moscou (Deyermond, 2016).

Nesse sentido, as implicações da Guerra Russo-Georgiana para a Ucrânia eram amplificadas em virtude das particularidades de identidade nacional e regional no país, tendo em vista particularmente a forte presença de russos étnicos e russófonos no leste e no sul ucranianos. O caso da Crimeia, novamente, é o que mais chama atenção nesse sentido, tendo em vista não só a maioria étnica russa e o forte sentimento pró-russo presentes nessa região, como também o histórico de autonomismo e separatismo observado na Crimeia, que atingiu particular intensidade nos anos 1990.

Dados de uma pesquisa de opinião realizada em outubro e novembro de 2008 - após a Guerra Russo-Georgiana, portanto - estimavam que apenas cerca de 40% dos habitantes da Crimeia consideravam a Ucrânia como sua pátria, enquanto que ao redor de 32% não a consideravam como tal. Entre os russos étnicos da região, era mais frequente o sentimento de que a Ucrânia não era a própria pátria (36,3% diante de 34,4% de opinião contrária a tal visão). Ademais, quase 70% dos habitantes da Crimeia (incluindo Sevastopol) entrevistados

se diziam favoráveis a que a Crimeia se separasse da Ucrânia e fosse incorporada à Rússia. No território da ARK, 75,9% dos russos étnicos e 55,2% dos ucranianos étnicos afirmaram seu apoio a tal cenário. Em contraste, 68,5% dos tártaros se opunham a tal ideia (Osoblyvosti ..., 2008, p.7, 20).

Estimava-se que 48% dos habitantes da Crimeia - 54,7% entre russos étnicos e 40,1% entre ucranianos étnicos, mas somente 28,6% entre tártaros - estariam dispostos a trocar a cidadania da Ucrânia pela de outro país. Desses 48%, 80% dos entrevistados expressaram preferência pela cidadania russa, sendo 86,5% entre russos étnicos e 76,7% entre ucranianos étnicos. Entre os tártaros que manifestaram disposição para troca de cidadania, a maior preferência, de 40,6%, era pela cidadania turca, ante 35,6% pela russa. A cidadania dupla, por sua vez, era apoiada, conforme tal pesquisa, por 70,1% dos entrevistados, sendo 75,5% entre russos étnicos (dos quais 82,2% optariam pela cidadania adicional russa), 62,8% entre ucranianos étnicos (68,1%) e 55,3% entre tártaros da Crimeia (29,3%, diante de 34,2% favoráveis a uma cidadania adicional turca). No que tange à própria distribuição de passaportes russos, 60,4% dos entrevistados afirmaram discordar que tal política constituía uma ameaça à segurança e à integridade Ucrânia (68,5% entre russos étnicos, 53,2% entre ucranianos étnicos e 30,9% entre tártaros) (Osoblyvosti ..., 2008, p.14). Os índices associados ao sentimento pró-russo, incluindo no sentido de apoio à secessão e à incorporação à Rússia, e à não adesão a uma identidade ucraniana na Crimeia em tal período certamente intensificaram-se por conta do fato de, à época, um governo ideologicamente mais próximo ao nacionalismo ucraniano, com o presidente Iushchenko, estar no poder em Kiev. Como se verá adiante neste trabalho, pesquisas realizadas na Crimeia no período da presidência de Ianukovych indicavam um apoio minoritário, ainda que considerável, à incorporação da região à Rússia.

No que tange à cena política regional, organizações nacionalistas russas, como o Bloco Russo e o Comunidade Russa da Crimeia (*Russkaia obshchina Kryma*, ROK), haviam ganhando influência na política da Crimeia em virtude de sua aliança com o PR na região a partir da segunda metade dos anos 2000. Tais partidos recebiam apoio de políticos russos, como Luzhkov e Zatulin (Kuzio, 2010b, p.13, 28; Szeptycki, 2014, p.292), e do governo russo (Kuzio, 2010b, p.13, 28). Referindo-se às circunstâncias daquele período, Taras Kuzio afirmou que “a coalizão parlamentar na Crimeia é muito mais pró-russa do que qualquer coisa que tenha existido na Crimeia, exceto na primeira metade dos anos 1990, quando separatistas estavam em ascensão” (Kuzio, 2010b, p.27. Tradução nossa). Por outro lado, o baixo

desempenho eleitoral, na eleição regional de 2010, do principal partido que identificava a Crimeia com a Rússia (o Unidade Russa) sugeria que o sentimento de proximidade à Rússia não necessariamente se traduzia em um apoio político ao separatismo (Feklyunina, 2015, p.788).

Além das contínuas inclinações pró-russas observadas na sociedade da Crimeia, deve-se mencionar, ainda, o fator da própria Rússia. O amplo sentimento de reivindicação sobre a Crimeia continuava presente na sociedade e na elite política russas. Iury Luzhkov, por exemplo, continuava a dar declarações que questionavam a legitimidade da soberania ucraniana sobre Sevastopol, o que continuou mesmo após o governo Ianukovych ter tomado as referidas medidas que atendiam aos interesses russos quanto à presença da FMN na região em 2010. O comportamento de Luzhkov no sentido de questionar a soberania ucraniana na Crimeia era criticado pelo governo do PR (Kuzio, 2010b, p.13-14).

O envolvimento de Luzhkov e de outros atores da elite política russa na Crimeia assumia diversas formas. Luzhkov, por exemplo, apoiava a Casa de Moscou (construída com recursos da prefeitura de Moscou), instituição cultural e de negócios localizada em Sevastopol que também sediava uma filial do IPCEI de Zatulin - esta última, gerida por um ex-oficial de inteligência da FMN. Em 2008, o SBU solicitou à justiça ucraniana o fechamento da filial do IPCEI em Sevastopol. Enquanto presidente, Iushchenko também ordenou a investigação de projetos educacionais russos na Crimeia que questionavam a soberania da Ucrânia sobre a região (Kuzio, 2010b, p.31).

Em 2009, como visto acima, modificações na legislação de defesa da Rússia autorizaram o uso das forças armadas do país motivada pela defesa dos cidadãos e de contingentes militares russos no exterior. Em vista da presença da FMN russa e de portadores de passaportes russos na Crimeia, a Rússia, hipoteticamente, poderia instrumentalizar tal formulação com vistas a justificar o uso das forças armadas russas em uma crise ou conflito em torno da região. A Guerra Russo-Georgiana e seus desdobramentos sinalizavam, portanto, uma série de elaborações doutrinárias a respeito das possibilidades de intervencionismo militar russo no espaço pós-soviético, incluindo na Ucrânia, tendo em vista a situação de russófonos, russos étnicos e cidadãos russos em países dessa região. Além disso, deve-se lembrar da questão dos usos do argumento da autodeterminação na política externa russa em apoio a movimentos secessionistas pró-russos no espaço pós-soviético. No caso específico da Ucrânia, cenários de tal tipo não se concretizaram durante o governo Medvedev, mas tais questões viriam a se tornar cruciais nos contextos de crise de 2013-2014 e 2021-2022.

#### 6.4 Conclusões parciais

A chegada de Dmitrii Medvedev à presidência da Rússia foi marcada por expectativas de mudanças na política externa do país. Medvedev, afinal, tinha a reputação de liberal e ocidentalista, que se diferenciava do pensamento estadista e da visão de mundo dos *siloviki* que se consolidaram na elite putinista a partir dos anos 2000. De fato, Medvedev, com o discurso sobre reformas internas e a associada questão da formação de alianças de modernização com as potências ocidentais, acenava para significativas transformações na política externa russa. Entretanto, observou-se que Medvedev conservava a visão, amplamente difundida na elite russa, de que o país deveria preservar um status de grande potência independente, à semelhança do que apregoava Putin – o qual, por sua vez, continuou uma relevante figura no topo da política russa.

A cooperação com as potências ocidentais, portanto, não significava a renúncia à defesa dos percebidos interesses nacionais da Rússia, no que se incluíam, crucialmente, os esforços de asserção de uma esfera de influência russa no espaço pós-soviético. Mesmo a proposta de caráter multilateral do TSE, por exemplo, implicava considerações sobre a demarcação de uma esfera de influência russa. Além disso, o governo Medvedev buscou avançar os projetos de integração regional russos e barrar a expansão da UE e, principalmente da OTAN, em direção ao espaço pós-soviético. A Guerra Russo-Georgiana demonstrou o quão fundamental Moscou considerava ser a observação de suas linhas vermelhas geopolíticas no espaço pós-soviético.

Tal abordagem de política externa teve importantes implicações para as relações do governo Medvedev com o governo Iushchenko na Ucrânia. Entre 2008 e 2010, ano da eleição presidencial ucraniana, as relações russo-ucranianas continuaram a tendência de deterioração observada desde a Revolução Laranja. Os temas de política externa foram cruciais nesse sentido, com destaque para as questões da OTAN, da FMN e da Guerra Russo-Georgiana. Os posicionamentos de Iushchenko a respeito desses três assuntos desagradavam profundamente a Rússia. A esses fatores, somava-se a rejeição russa às políticas de Iushchenko em temas de maior caráter doméstico e das relações Estado-sociedade na Ucrânia, como as questões linguística, religiosa e de memória histórica.

Diante da ampla insatisfação do governo russo com Iushchenko, Moscou sinalizou publicamente o interesse por uma mudança de liderança na Ucrânia. Segundo diversas fontes,

o governo russo chegou, inclusive, a envolver-se em iniciativas nesse sentido. Ademais, certos posicionamentos do governo Medvedev evidenciavam a crença russa de que as divergências entre as preferências de parte da sociedade ucraniana, de um lado, e da elite de Iushchenko, de outro, acabariam por contribuir para barrar políticas do governo ucraniano que a Rússia considerava como contrárias a seus interesses. Apesar do discurso oficial russo de neutralidade sobre a eleição presidencial ucraniana de 2010, bem como do fato de a Rússia não ter interferido na campanha eleitoral à maneira como havia feito em 2004, posicionamentos do Rússia Unida e o histórico de laços da elite putinista com o PR – cujo programa político apresentava convergências com os interesses russos quanto à Ucrânia – apontavam a preferência de Moscou pela vitória eleitoral de Viktor Ianukovych. Tais perspectivas indicavam, portanto, a contínua importância atribuída pela Rússia a atores da elite política e da sociedade ucranianas enquanto fatores capazes, na prática, de se coadunarem aos interesses de Moscou quanto à Ucrânia.

De fato, as relações Rússia-Ucrânia entraram em um período de notória aproximação após o início do mandato presidencial de Ianukovych. Além de resgatar a declaração de neutralidade militar de 1990, o governo ucraniano assinou com o governo Medvedev o Acordo de Kharkiv, o qual, em troca da promessa de diminuição no preço do gás russo vendido à Ucrânia, permitiu a extensão da presença da FMN russa na Crimeia até 2042. O governo Ianukovych também adotou políticas nos campos linguístico, midiático e de memória histórica consonantes com as perspectivas defendidas pelo governo russo e setores da elite putinista.

A chegada de Ianukovych à presidência da Ucrânia significou que forças políticas mais amigáveis à Rússia e distantes do nacionalismo ucraniano passaram a controlar o aparato estatal central do país. Nesse contexto, as atividades de organizações radicais pró-russas no leste ucraniano diminuíram em intensidade, embora sua contínua atuação tenha consolidado laços com ativistas e políticos russos. No contexto da presidência de Ianukovych, a interferência do governo russo na política ucraniana também começou a diminuir, processo que se associou à reaproximação entre os dois países sinalizada pelas diversas medidas mencionadas acima (Szeptycki, 2014, p.172). Escrevendo ainda em 2010, Taras Kuzio (2010b, p.6. Tradução nossa), afirmou que “Aos olhos de muitos ucranianos, Ianukovych está transformando seu país em um protetorado russo”. Tal caracterização das relações Ucrânia-Rússia, a nosso ver, é um exagero. Afinal, como visto acima, Ianukovych, por exemplo, apresentava elementos da “multivetorialidade” na política externa que não se alinhavam aos

interesses da Rússia – a exemplo de seu contínuo interesse em negociar uma aproximação da Ucrânia à UE.

Ainda assim, como atestam diversas questões trazidas acima – em particular, a neutralidade da Ucrânia, o Acordo de Kharkiv e as políticas linguística e de memória histórica –, as políticas externa e doméstica da Ucrânia, a partir de 2010, passaram a caminhar em um sentido convergente com os interesses da Rússia. Tendo em vista as quatro garantias traçadas por Konstantin Zatulin para relações amigáveis com a Ucrânia, mencionadas neste capítulo, constata-se que o governo Ianukovych e o PR, no período da presidência de Medvedev na Rússia, adotaram ou planejavam políticas consonantes com os interesses russos em três dos quatro quesitos – a exceção sendo a questão federalista, que perdeu peso na atuação política de Ianukovych e do PR. Mesmo assim, de modo geral, o Estado ucraniano e a orientação externa do país, com o início da presidência de Ianukovych, começaram a se aproximar de maneira mais evidente das preferências da Rússia, consubstanciando uma transição para outra visão de Ucrânia no poder em Kiev em relação àquela apregoada por Iushchenko. A caminhada da Ucrânia nessa trajetória, mais convergente com os interesses da Rússia, levantava, portanto, a questão de como Moscou reagiria a um choque a tal *status quo*, como o representado pelo Maidan de 2013-2014.

Por fim, deve-se ressaltar que o período da presidência de Medvedev trouxe importantes novidades doutrinárias no que tange às possibilidades de articulações da Rússia com setores da sociedade ucraniana. O governo russo intensificou as iniciativas e elaborações doutrinárias sobre o uso do *soft power* e as relações com os chamados compatriotas russos no exterior. Apesar dos limites materiais mencionados por atores envolvidos em tal processo no caso da Ucrânia no período analisado neste capítulo, as construções ideológicas sobre o chamado Mundo Russo e as relações de parceria entre o Estado russo e os *sootechestevenniki* sinalizavam o potencial de políticas que a Rússia poderia estabelecer nesse sentido.

Nesse sentido, a Guerra Russo-Georgiana tinha particular relevância. O argumento da proteção de cidadãos russos utilizado pela Rússia para justificar a intervenção na Geórgia em 2008 levantava a hipótese de um cenário similar na Ucrânia, particularmente tendo em vista o histórico de distribuição de passaportes russos para habitantes da Crimeia. Ademais, o uso, pela Rússia, do argumento da autodeterminação nos esforços para fundamentar o reconhecimento das independências da Abecásia e da Ossétia do Sul também guardava potenciais paralelos com cenários hipotéticos relacionados à Crimeia e a partes do leste e do sul da Ucrânia, em vista de grande parcela de russos étnicos e russófonos e da difusão de um

sentimento pró-russo nessas regiões. As políticas do governo Medvedev quanto à Guerra Russo-Georgiana e seus desdobramentos, portanto, demarcaram precedentes que poderiam hipoteticamente, sob determinadas circunstâncias, ser explorados por Moscou com relação à Ucrânia.

## **7 INTERVENÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO DE ALIANÇAS E REFORMA DE ESTADO: A RÚSSIA DIANTE DO MAIDAN E DA CRISE NO LESTE E NO SUL DA UCRÂNIA (2012-2014)**

O terceiro mandato presidencial de Putin inciou-se com o prenúncio de uma fase de significativos desafios à posição global da Rússia. O principal deles veio exatamente da Ucrânia, com o Maidan de 2013-2014. Como visto no capítulo anterior da tese, a Ucrânia, durante a presidência de Viktor Ianukovych, se aproximava, em larga medida, dos parâmetros de política doméstica e externa preferidos pela Rússia. Entretanto, com a ascensão de forças pró-ocidentais e nacionalistas na Ucrânia e a queda de Ianukovych e do governo do PR, o Maidan pôs em questão esse processo.

O presente capítulo analisa a política do governo Putin com relação a esse ponto de inflexão na história das relações entre Rússia e Ucrânia, tendo em vista o reformulado projeto de poder da Rússia a partir do terceiro mandato presidencial de Putin. Além do próprio Maidan e seus antecedentes mais imediatos, o capítulo analisa as perspectivas e ações da Rússia quanto a dois desdobramentos cruciais do Maidan: a anexação da Crimeia e a eclosão da guerra no Donbass, acontecimentos que emergiram dos movimentos pró-russos que se opunham ao Maidan no leste e no sul da Ucrânia. O capítulo analisa como os eventos de 2013-2014 estimularam o emprego de formas mais incisivas de envolvimento russo articulado a atores da elite política e da sociedade ucranianas, formas essas que incluíram intervenções militares, uma anexação territorial e plataformas oficiais de reforma do Estado ucraniano. Em linha com a proposta da pesquisa, esta parte da tese examina as questões da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e do papel de atores da elite e da sociedade ucranianas nas perspectivas e ações da Rússia durante os eventos de 2013-2014.

### **7.1 O governo Putin (2012-2014): características de política doméstica e externa**

Em maio de 2012, Vladimir Putin retornou à presidência da Rússia após vencer a eleição presidencial de março do mesmo ano. Em termos percentuais, a vitória de Putin, candidato pelo Rússia Unida, foi similar a resultados anteriores. Putin foi eleito em primeiro turno com 64,35% dos votos, diante de 17,38% de Ziuganov, do KPRF, e 8,08% do empresário de orientação liberal Mikhail Prokhorov. A eleição presidencial ocorreu com indícios de fraude em menor escala do que na eleição parlamentar de 2011, embora os usuais

mecanismos de favorecimento do grupo governante tenham permanecido (SAKWA, 2014, p.152-154). A ampla vitória, contudo, não significava um ambiente político doméstico tranquilo para Putin. Pelo contrário, as circunstâncias da transição de poder de 2011-2012 foram marcadas por contestações significativas ao regime putinista.

O anúncio da troca de postos planejada por Medvedev e Putin em setembro de 2011 foi mal recebida por parte significativa da sociedade russa. O plano foi interpretado como prova de que a competitividade e o pluralismo político no país eram ilusórios, o que contribuiu para a intensificação dos protestos de 2011-2012. A insatisfação com Putin também era detectada em pesquisas de opinião pública, que indicavam não só uma notória queda no índice de aprovação popular de Putin, como um aumento de percepções de que a Rússia caminhava em uma direção negativa. Críticas imputavam ao regime putinista e a Putin, em particular, a permanência de corrupção e do abuso do poder oficial na Rússia, bem como a limitação ao pluralismo político e midiático e a falta de um projeto de futuro para o país (Sakwa, 2014, p.134-137, 154). Em adição às fontes de contestação doméstica, Putin se via confrontado por percebidos desafios externos: as críticas ocidentais ao regime político russo e a instabilidade no Oriente Médio, amplamente enxergada na elite política russa como resultado de um deletério intervencionismo ocidental que poderia alcançar a própria Rússia.

Esses fatores tiveram um significativo impacto na conformação da política doméstica e externa da Rússia a partir do terceiro mandato presidencial de Putin. Ainda na campanha eleitoral de 2012, Putin, em texto programático sobre política externa, ressaltou o caráter de grande potência independente e protagonista da Rússia no sistema internacional. O intervencionismo militar dos Estados Unidos e da OTAN, bem como a expansão da aliança no continente europeu, foram definidos por Putin como ameaças à segurança da Rússia e fatores de instabilidade no sistema internacional. Na visão de Putin, a política global das potências ocidentais punha em questão a norma da soberania estatal na política internacional (Putin, 2012a). Tal interpretação evidenciava a preocupação de Putin com desafios externos à estabilidade de regime na Rússia. Em seu discurso de vitória, Putin, por exemplo, descreveu seu triunfo eleitoral como uma vitória sobre forças externas que buscavam destruir a soberania da Rússia (Sakwa, 2014, p.153).

Tais percepções se consubstanciaram de diversas maneiras na política doméstica e externa russa. Apesar de Putin abraçar certos elementos do discurso reformista liberal de Medvedev e de dar seguimento a algumas das propostas de políticas feitas nesse sentido, houve um abandono de grande parte da retórica e das iniciativas de modernização liberal

associadas a seu predecessor na presidência da Rússia. Ao mesmo tempo, traços personalistas e autoritários se fortaleceram no regime putinista. Essas características foram evidenciadas por medidas como as novas restrições a manifestações públicas, bem como pelas ações de intimidação e repressão a opositores e seus apoiadores (Sakwa, 2014, p.113-116, 139, 142-144, 159-167). No âmbito da elite política russa, o descrédito da liberalização proposta por Medvedev ocorreu em paralelo à perda de espaço dos liberais no grupo governante russo, embora algumas figuras desse campo tenham conservado importantes posições, em particular na gestão das principais instituições financeiras e econômicas do país. Os *siloviki*, por sua vez, elevaram sua influência na elite russa (Sakwa, 2014, p.148, 194-195, 220).

No campo ideológico, os elementos conservador e nacionalista tornaram-se mais evidentes enquanto fundamentos ideológicos do regime putinista. Ambos foram acompanhados pela acentuação de um sentimento antiocidental, bem como pelo aprofundamento de laços com as RPTs. O impulso conservador na vida política russa foi evidenciado por ações como a aprovação de leis com implicações homofóbicas e contra atos que poderiam ser considerados ofensas contra a religião. Putin acentuava que a promoção de “valores tradicionais” e da identidade nacional russa seriam antídotos para o momento de crise pelo qual passava a Rússia (Sakwa, 2014, p.115-116, 159, 170-171, 190, 199-200), o que ilustrava uma tendência de exploração do nacionalismo russo como elemento de sustentação de regime.

Em um texto programático para a eleição de 2012, Putin, ao mesmo tempo em que ressaltou a diversidade étnica da Rússia, classificou os russos étnicos e sua cultura como núcleo de uma civilização multiétnica e comprometida com a identidade estatal russa, descrevendo, ademais, os russos étnicos como o “povo formador do Estado” (*gosudarstvoobrazuiushchii narod*) na Rússia (Putin, 2012b). O tema da defesa dos direitos dos cidadãos e compatriotas russos no exterior foi levantado no arcabouço programático de Putin, que também defendeu a promoção da língua e da cultura russas no exterior, em particular em países com parcela significativa de russófonos na população (Putin, 2012a).

Em linha com a tendência da exploração do tema da identidade nacional-civilizacional russa, observava-se um fortalecimento da ideia de Mundo Russo e de construções ideológicas afins na visão de mundo de Putin. Ainda em 2012, após o início do terceiro mandato presidencial de Putin, a Rússia estabeleceu abertamente que os “compatriotas” – e não somente cidadãos da Rússia – no exterior seriam possíveis receptores da proteção de Moscou. Além disso, foi planejado um aumento dos recursos financeiros

destinados a projetos relacionados aos compatriotas russos (Grigas, 2016). Em fevereiro de 2013, foi lançada uma nova versão do CPE. O documento classificou a “diáspora russa” como uma parceira de Moscou e listou a proteção dos direitos e interesses dos compatriotas e cidadãos russos no exterior entre os principais objetivos de política externa da Rússia. Além disso, o CPE declarou que a Rússia apoiaria os compatriotas nos países da CEI, incluindo por meio do estabelecimento de mecanismos de proteção de seus direitos linguísticos e culturais. Por fim, vale mencionar que o CPE de 2013 afirmou o interesse russo em contribuir para o desenvolvimento de organizações ligadas aos compatriotas no exterior (Rússia, 2013).

Em meio a esse contexto, as relações com as potências ocidentais também passaram por significativas transformações. De um lado, aspectos tradicionais da política externa russa, como a rejeição à expansão da OTAN (embora Moscou, ao mesmo tempo, se declarasse aberta à cooperação equitativa com a organização), permaneceram (Rússia, 2013). Do outro, outros componentes ganharam força no posicionamento da Rússia frente às potências ocidentais, que assumia um caráter confrontacional mais aberto. Referindo-se de maneira velada às potências ocidentais, Putin denunciava o que considerava ser a instrumentalização de ONGs em determinados países por interesses externos, com vistas à desestabilização de Estados estrangeiros. Nesse sentido, Putin acusou os Estados Unidos de interferência indevida em eleições na Rússia, bem como, em geral, na política em regiões de interesse da Rússia (Putin, 2012a).

O governo russo buscou cercear o que considerava serem canais de influência ocidental sobre a política russa. Em 2012, nova legislação adotada na Rússia introduziu mecanismos mais rígidos de monitoramento e repressão sobre ONGs que contavam com algum tipo de financiamento externo. Além disso, o governo russo ordenou o fechamento do escritório na Rússia da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development, USAID*), órgão do governo dos Estados Unidos que havia canalizado recursos para uma famosa ONG russa de monitoramento de eleições. A USAID fora acusada pelo governo russo de interferência indevida na política russa. Por fim, vale mencionar o processo da chamada “nacionalização das elites” empreendido por Putin. Visando a fortalecer a lealdade de oficiais ao Estado russo e blindá-los de pressões externas, a Rússia adotou legislação que proibiu funcionários do Estado e parte de seus familiares de terem contas bancárias, ações e títulos no exterior (Sakwa, 2014, p.167-174, 201; Tsygankov, 2022a, p.292-295).

Um aspecto relacionado a tais tendências ocorria, ainda, no campo da formulação

ideológica da posição global da Rússia. No discurso de Putin, tornaram-se mais frequentes descrições da Rússia como uma guardiã de valores ocidentais cristãos tradicionais, que teriam sido abandonados no Ocidente diante da hegemonia de valores e costumes liberais contemporâneos (Sakwa, 2014, p.202-205). Dessa maneira, fortaleceu-se a noção de uma oposição entre a Rússia e o liberalismo prevalecente no Ocidente. Nesse embate, a Rússia se apresentava como uma potência em busca de uma ordem internacional baseada na soberania estatal, na diversidade - no sentido de não aceitação do caráter impositivo do liberalismo ocidental - e no equilíbrio de poder. Com a percepção de degradação do poderio ocidental, Putin buscou crescentemente o reconhecimento da Rússia como uma civilização particular (Tsygankov, 2022a, p.292-294).

Em paralelo às tensões com as potências ocidentais, a Rússia declarava considerar a região da Ásia-Pacífico, descrita no CPE de 2013 como uma área para onde se deslocava o centro de gravidade econômico e político mundial, como um eixo de crescente importância em sua política externa. Nesse sentido, em meio a uma ordem internacional considerada como em transição para uma estrutura policêntrica, foi destacada a importância do desenvolvimento de relações com a China e a Índia (RÚSSIA, 2013). Além disso, o plano de integração eurásiana foi uma das principais dimensões da política externa da Rússia no terceiro mandato presidencial de Putin. A região da CEI foi definida no CPE de 2013 como área de interesse prioritário da política externa russa, com particular foco na consecução do projeto da UEE (Rússia, 2013). O novo impulso à integração regional no espaço pós-soviético também refletia a tendência de afastamento em relação ao Ocidente (Sakwa, 2014, p.138). Putin ressaltava que suas políticas nesse sentido não pretendiam reinstaurar a União Soviética, além de afirmar que tais iniciativas não impediam uma integração mais ampla no continente europeu (Putin, 2011). No entanto, as dinâmicas de integração regional entrelaçaram-se às disputas geopolíticas entre as grandes potências. A então secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, afirmou, em 2012, que o projeto de integração eurásiana proposto pelo governo russo constituía uma tentativa de “ressovietização” no espaço pós-soviético, o qual seria combatido pelos Estados Unidos (Sakwa, 2014, p.138). Dessa maneira, prenunciava-se uma fase de acentuada disputas por influência entre as grandes potências no espaço pós-soviético.

Por fim, deve-se ressaltar que uma característica crucial do terceiro mandato presidencial de Putin foi o intento de capacitação da Rússia para uma política externa e de segurança mais assertiva. Esse intento foi sinalizado principalmente por cruciais iniciativas no

campo militar: em complemento à reforma militar lançada em 2008, na sequência da Guerra Russo-Georgiana, um novo plano de despesas militares, anunciado no início de 2012 para os dez anos subsequentes, tornou a Rússia um dos países do mundo com maior volume de gastos em defesa enquanto proporção do PIB (Sakwa, 2014, p.148). Vale destacar que tais planos de capacitação militar ocorreram diante de dificuldades na economia russa, a qual, em meio à continuidade de problemas duradouros, como a dependência orçamentária em relação ao setor energético, começava a dar sinais de uma estagnação persistente (Sakwa, 2014, p.190-191). A consecução dos planos de desenvolvimento militar da Rússia ilustrava a determinação de Putin para atingir seus objetivos geopolíticos mesmo diante de circunstâncias econômicas adversas.

## **7.2 O governo Ianukovych na Ucrânia (2012-2014): política doméstica, externa e relações com a Rússia**

De 2012 até o Maidan, os esforços de consolidação do domínio do PR e de Ianukovych na política ucraniana vinham tendo continuidade. De um lado, isso significava uma tendência de convergências com os interesses da Rússia no grupo governante na Ucrânia, em particular no que tange ao campo da política doméstica. Do outro, as ambiguidades da “multivetorialidade” na política externa de Ianukovych, interligadas às disputas políticas domésticas na Ucrânia, criavam desafios para o governo Putin.

O PR venceu a eleição parlamentar de 2012 com 30% dos votos e, em conjunto com seus aliados, obteve, graças às regras do sistema eleitoral ucraniano, a maioria dos assentos na VR. O pleito foi caracterizado por mecanismos de manipulação em favor do governismo, o que ilustrava as tendências autoritárias que se fortaleciam no governo do PR na Ucrânia. A oposição a Ianukovych, por outro lado, teve um expressivo desempenho (D’Anieri, 2023, p.173-176).. Nesse sentido, tendo em vista a discussão empreendida neste trabalho a respeito dos interesses da Rússia quanto à Ucrânia, cabe chamar atenção para o resultado do partido nacionalista de extrema-direita Svoboda (“Liberdade”, em ucraniano), que alcançou 10,5% dos votos e um total de 37 mandatos na VR.

As raízes do Svoboda, cuja base eleitoral é a Galícia, remontam ao Partido Social-Nacional da Ucrânia, organização de extrema-direita fundada em 1991, cujos símbolos e ideologia possuíam elementos racistas e neonazistas. Em 2004, o partido, sob liderança de Oleh Tiahnybok, adotou o nome de Svoboda. Apesar da adoção de um programa ideológico

mais moderado em relação a suas raízes nos anos 1990, o Svoboda se caracterizava pelo forte etnonacionalismo ucraniano, inclusive com elementos xenófobos, e por uma intensa orientação antirrusa. No que tange a questões de política externa, o Svoboda apoiava a entrada da Ucrânia na OTAN (Shekhovtsov, 2013a, 2013b). Em participações anteriores nas eleições parlamentares ucranianas, em 2006 e 2007, o Svoboda havia alcançado menos de 1% dos votos. Contudo, o Svoboda havia se tornado uma relevante força política na Galícia, chegando, por exemplo, a ganhar eleições regionais em 2009 e 2010 nas *oblasti* de Ivano-Frankivsk, Lviv e Ternopil, o que se devia, em parte, aos conflitos internos e ao desgaste das forças da coalizão laranja (Shekhovtsov, 2013a, p.255-258).

O crescimento do Svoboda foi atribuído à polarização política na Ucrânia sob Ianukovych, embora também houvesse especulações de que oligarcas apoiadores do presidente apoiavam o partido com vistas a dividir a oposição e rotular esta última como nacionalista e extremista. Mesmo antes de o Svoboda chegar à VR, membros do partido, por exemplo, apareciam com frequência nos dois principais programas televisivos sobre política da Ucrânia, transmitidos por canais controlados pelo governo do PR e oligarcas ligados a esse partido. Cabe mencionar, por fim, que, no contexto da eleição de 2012 e nos anos que a precederam imediatamente, o Svoboda também vinha buscando moderar sua imagem e aproximar-se de forças tradicionais da cena política ucraniana que se opunham a Ianukovych, como o partido Pátria, de Iuliia Tymoshenko (D’Anieri, 2023, p.176, 259; Shekhovtsov, 2013b, p.51-57).

Além da dimensão eleitoral, com a realização da eleição parlamentar de 2012, um dos principais acontecimentos de política doméstica da Ucrânia no período pré-Maidan ocorreu no campo identitário. Como visto no capítulo anterior, a presidência de Ianukovych foi marcada por novos debates a respeito da legislação linguística na Ucrânia. Em julho de 2012, a VR aprovou a Lei sobre os Fundamentos da Política Linguística do Estado, conhecida informalmente como a “Lei Kivalov-Kolesnichenko”, em referência a seus dois proponentes, os então deputados do PR Serhii Kivalov e o referido Vadym Kolesnichenko. A lei, ao mesmo tempo em que declarou a garantia do uso e da promoção do ucraniano enquanto única língua oficial em nível nacional, permitiu o uso de línguas regionais ou de minorias por órgãos estatais, em instituições de governo locais/regionais e, entre outros, no sistema educacional de regiões da Ucrânia (Ucrânia, 2012).

A possibilidade de uso oficial de línguas regionais ou de minorias era concedida às unidades administrativas nas quais pelo menos 10% da população, conforme o censo

ucraniano de 2001, utilizasse determinada língua regional ou de minoria, no que se incluía o russo (Ucrânia, 2012). Uma vez que, nas *oblasti* do leste e do sul da Ucrânia, bem como em Sevastopol e na ARK, a identificação do russo como língua natal atendia a tal critério de porcentagem, abriu-se, portanto, a possibilidade de aplicação da Lei Kivalov-Kolesnichenko nessas regiões. Ainda em 2012, os parlamentos das *oblasti* de Donetsk, Dnipropetrovsk, Kharkiv, Kherson, Luhansk, Mykolaïv, Odesa e Zaporizhzhia (todas localizadas no sul e no leste da Ucrânia), bem como da cidade de Sevastopol, reconheceram o status do russo em conformidade com a Lei Kivalov-Kolesnichenko. As autoridades da ARK, por sua vez, não consideraram necessária uma declaração sobre o status do russo conforme os parâmetros da Lei Kivalov-Kolesnichenko, argumentando que as constituições da Ucrânia e da ARK já eram suficientes para a garantia do uso do russo na região.

O processo de aprovação da Lei Kivalov-Kolesnichenko na VR foi bastante conturbado. Parlamentares da oposição opunham-se fortemente à lei e tentaram impedir sua aprovação. Debates na VR chegaram a render confrontações físicas entre deputados ucranianos. Além disso, houve protestos, que assumiram desdobramentos violentos, no entorno do prédio da VR (D'Anieri, 2023, p.180-181). Ianukovych também enfrentou protestos quando da assinatura da lei, em agosto de 2012 (Kudelia, 2014a, p.28). Já no Donbass, a mídia ligada à elite do PR na região descreveu a Lei Kivalov-Kolesnichenko como uma vitória sobre o que atores políticos pró-russos descreviam como “fascistas” da Ucrânia ocidental (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.134-135).

A Lei Kivalov-Kolesnichenko foi saudada pelo governo russo. Como visto anteriormente, o governo russo, há anos, vinha acusando a Ucrânia de discriminar a língua russa. O embaixador russo em Kiev, Mikhail Zurabov, manifestou a prontidão de Moscou para auxiliar na implementação da lei em regiões da Ucrânia por meio, por exemplo, do fornecimento de material educativo e de treinamento de profissionais do setor na língua russa (Rossiia obeshchaet ..., 2012).

Se, no campo da política doméstica ucraniana, a Lei Kivalov-Kolesnichenko representava mais uma medida do governo Ianukovych que atendia às preferências da Rússia com relação à configuração do Estado e às relações Estado-sociedade na Ucrânia, o governo do PR dava indicações de que, no campo da política externa, Kiev poderia se distanciar dos interesses de Moscou. De modo geral, Ianukovych, à semelhança de seus antecessores, continuava a resistir aos esforços da Rússia no sentido de promover a integração regional supranacional. Em linha com o direcionamento da multivetorialidade de política externa, a

coalizão de oligarcas em torno do PR, ainda que apoiasse laços amigáveis com a Rússia, também apoiava a continuidade de negociações com a UE. No contexto da multivetorialidade retomada por Ianukovych, o vetor ocidental da política externa ucraniana evidenciou-se principalmente nas negociações sobre a assinatura de um Acordo de Associação (AA) com a UE (D'Anieri, 2023, p.178, 184-185, 190).

O problema, para a Ucrânia, era que a questão da integração regional trazia consigo um problema incontornável na prática: um país não poderia fazer parte de duas zonas de livre comércio (com a UE e a UEE) de maneira simultânea. Esse problema também trazia sérias implicações práticas para a Rússia. Uma vez que a assinatura de um acordo de livre comércio (a Zona de Livre Comércio Abrangente e Aprofundada, ou *Deep and Comprehensive Free Trade Area* - DCFTA) entre a Ucrânia e a UE poderia limitar o acesso da Rússia ao mercado ucraniano, o governo russo ameaçava adotar retaliações contra Kiev caso tal política fosse adotada (D'Anieri, 2023, p.187-188, 197).

O CPE de 2013 definiu a Ucrânia como um parceiro prioritário da Rússia no âmbito do CEI. Nesse sentido, a busca pela adesão da Ucrânia à integração regional favorecida pela Rússia foi listada como um objetivo da política externa russa (RÚSSIA, 2013). Por outro lado, o governo russo chegou a contemplar a possibilidade de propor uma zona de livre comércio com a Ucrânia mesmo que esta não aderisse à União Aduaneira. Essa opção era favorecida pela Ucrânia, que aceitava uma integração com a Rússia somente se isto não subentendesse a exclusão da possibilidade de integração à UE. Todavia, o governo russo desistiu da ideia ao perceber que ela não faria a Ucrânia desistir de assinar o AA com a UE, de modo que Moscou voltou a insistir que a Ucrânia aderisse à União Aduaneira (D'Anieri, 2023, p.187-188, 197). Além dos potenciais prejuízos econômicos para a Rússia, o AA da Ucrânia com a UE também poderia levar a um alinhamento da política externa e de segurança de Kiev com o Ocidente, o que poderia trazer significativos prejuízos de ordem estratégica para Moscou (Sakwa, 2015, p.75-76).

As pressões russas somavam-se a problemas nas relações do governo Ianukovych com a UE. Especificamente, bloco europeu condicionava a continuidade das negociações sobre o AA e o DCFTA a melhorias na situação do Estado de direito e da democracia na Ucrânia. Tal questão dizia respeito particularmente à liberação de Iuliia Tymoshenko, cuja prisão era amplamente considerada como uma medida de repressão política. Ianukovych, contudo, indispunha-se com a possibilidade de tal medida, temendo que sua hipotética adoção permitiria a atuação de uma forte competidora política e a sinalização de fraqueza frente a

outros atores da elite ucraniana. Além disso, mesmo que diversos oligarcas ligados ao PR, como Akhmetov e Liovochkin (este último, tendo em vista o apoio político ocidental e do eleitorado do centro e oeste ucranianos) apoiassem as negociações com a UE, as reformas liberalizantes exigidas para a aproximação ao bloco europeu poderiam minar o controle oligárquico sobre a economia ucraniana (D'Anieri, 2023, p.178, 184-193; Kudelia, 2014a, p.26-27).

Tais ambiguidades também se refletiam na opinião pública ucraniana, embora, especificamente no que tange à questão da integração regional, o vetor pró-ocidental tendesse a prevalecer em detrimento da opção pró-russa. Em maio de 2013, estimava-se que 42% dos ucranianos apoiavam a entrada do país no UE, diante de 31% que apoiavam o ingresso na União Aduaneira (D'Anieri, 2023, p.197). Em setembro e novembro de 2013, período imediatamente mais próximo do Maidan, pesquisas do Instituto Internacional de Sociologia de Kiev (*Kyivs'kyi mizhnarodnyi instytut sotsiologhii*, KMIS) estimaram que 40,5% e, posteriormente, 38,5% dos ucranianos apoiavam a entrada do país na UE, se tal escolha tivesse de ser feita de forma mutuamente excludente em relação à União Aduaneira liderada pela Rússia. Os apoiadores do ingresso na União Aduaneira, por sua vez, variaram de 35% para 37,4%. No leste e no sul, os indicadores de apoio à entrada na União Aduaneira excediam os de apoio ao ingresso na UE, enquanto o inverso ocorria no leste e no centro (Iakym shliakhom ..., 2013; Khmelko; Dyshevlyi, 2014).

Diante desse cenário, a Rússia e seus aliados na Ucrânia buscaram incidir sobre os debates públicos a respeito da orientação externa da Ucrânia. Em agosto de 2013, o portal ucraniano *Dzerkalo tyzhnia* publicou um documento que afirmava ser um plano de ação sugerido ao governo russo em junho de 2013 com vistas a atrair a Ucrânia para a União Aduaneira e evitar a adesão de Kiev à UE. Conforme o portal, a elaboração do plano teve participação de Sergei Glaziev, o então assessor de Putin para assuntos da integração regional, e Viktor Medvedchuk (Sylyna; Mostova, 2013). Uma das propostas centrais contidas no documento seria a promoção do estabelecimento de uma rede de atores ucranianos, incluindo políticos, intelectuais e empresários, favoráveis à integração econômica com a Rússia e à aproximação da Ucrânia a Moscou. Essa estrutura, a ser composta por segmentos sociais como líderes do sul e do leste, fieis da UPTs-MP e membros mais fortemente pró-russos do PR, seria responsável pela formação de forças políticas pró-russas na Ucrânia. Idealizadas como representantes dos setores da população ucraniana interessados na integração com a Rússia, essas forças atuariam para influenciar o governo ucraniano a aderir à União Aduaneira

e não adotar medidas consideradas prejudiciais à Rússia. No âmbito de tais redes pró-russas, o UV de Medvedchuk foi mencionado com um ator chave. A atuação da rede pró-russa complementaria esforços de cooptação sobre políticos ucranianos atuantes no governo e na VR (O komplekse ..., 2013).

A rede pró-russa sugerida no documento seria uma alternativa ao PR e ao governo Ianukovych, descritos no documento como forças políticas vulneráveis e de credenciais pró-russas duvidosas. Um outro aspecto que chama atenção no documento é a proposta de retaliações econômicas contra empresários ucranianos, em particular no caso dos que tinham ligações de negócios na Rússia, que eram vistos como apoiadores da integração da Ucrânia à UE e opositores da entrada na União Aduaneira. Uma lista de empresários no documento incluía oligarcas ligados ao PR, como Akhmetov e Firtash (O komplekse ..., 2013). Medvedchuk negou a autenticidade do documento publicado pelo *Dzerkalo tyzhnia* (Solonyna; Zakaliuzhnyi, 2013). Por outro lado, vazamentos e investigações jornalísticas sugerem que o documento, de fato, seria autêntico (Zakharov, 2023).

De fato, o papel de Viktor Medvedchuk e do seu UV, que executava amplos esforços de propaganda na Ucrânia (Zygar', 2016, p.315-316), tinha destaque na política da Rússia voltada para a adesão da Ucrânia à União Aduaneira/UEE. Desde sua criação, em 2012, o UV notabilizava-se pela defesa de diversas pautas apoiadas por Moscou quanto à Ucrânia, como o apoio ao uso da língua russa e à realização de referendos sobre a entrada da Ucrânia em organizações internacionais (o que, dadas as tendências de opinião pública da época, potencialmente significaria um veto popular a uma hipotética decisão governamental pelo ingresso do país na OTAN) (Manifest ..., 2012). Medvedchuk e o UV também posicionavam-se a favor da federalização da Ucrânia (Geda, 2012). No que tange à crucial questão sobre a escolha entre a UE e a União Aduaneira/UEE, o UV defendia esta última opção, argumentando que o projeto liderado pela Rússia seria muito mais benéfico à Ucrânia do que o ingresso na UE (Manifest ..., 2012). A organização defendia a realização de um referendo na Ucrânia sobre o assunto ("Ukrainskii vybor" Vystupaet ..., 2012).

Com a participação de Sergei Glaziev – um membro do governo russo à época, vale lembrar -, o UV e Medvedchuk realizavam conferências públicas em cidades na Ucrânia promovendo as iniciativas de integração regional lideradas pela Rússia e criticando as ações de aproximação à UE (Skorkin, 2016b; Zakharov, 2023). Em julho de 2013, Putin, em visita a Kiev na ocasião do 1025º aniversário da adoção do cristianismo pela Rus' Kievana, participou de uma conferência organizada pelo UV sobre a orientação externa da Ucrânia. Na presença

de Putin, Medvedchuk declarou que as questões de “estilo de vida, unidade espiritual, uniformidade e similaridade de mentalidades entre os povos vizinhos da Ucrânia e da Rússia” deveriam ser levadas em conta na escolha dos caminhos de desenvolvimento da Ucrânia (Putin poblagodaril ..., 2013. Tradução nossa).

Além disso, Medvedchuk afirmou que os valores liberais ocidentais encontrariam resistência no povo da Ucrânia, descrito por Medvedchuk como fiel aos valores cristãos ortodoxos tradicionais (Putin poblagodaril ..., 2013). Já Putin afirmou que “Nós, Rússia e Ucrânia, sempre estivemos juntas, e é nesta unidade que reside nosso futuro” (Putin poblagodaril ..., 2013. Tradução nossa). A participação de Putin e Glaziev nas iniciativas do UV ilustravam o envolvimento de Moscou em ações voltadas para influenciar a sociedade ucraniana em um sentido pró-russo no contexto dos intensos debates sobre a orientação externa da Ucrânia. A difusão das ideias de Medvedchuk e do UV nos debates públicos na Ucrânia poderia constituir um elemento de pressão sobre o governo Ianukovych diante das ambiguidades de política externa deste último.

Além das ações do grupo de Medvedchuk, cabe mencionar a atuação de outras organizações da sociedade ucraniana que promoviam a adesão à integração regional liderada pela Rússia. Diversos políticos pró-russos do leste da Ucrânia, incluindo os separatistas da DR, desenvolveram relações com organizações russas nesse sentido (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.148-150; Shekhovtsov, 2016). Em alguns casos, tais laços se estendiam a organizações ligadas à elite putinista, como a Nashi (“Os nossos”, em russo). Após a Revolução Laranja, foram estabelecidas, na Rússia, diversas organizações políticas nacionalistas que se posicionavam contra a influência ocidental e em defesa de Putin. Entre elas, destacava-se exatamente a Nashi, criada em 2005 com apoio de Putin e sob patronato de Vladislav Surkov (Zygar’, 2016, p.122-127). Em 2013, membros da DR participaram de um evento de formação política organizado pela Nashi (Shekhovtsov, 2016).

Por outro lado, intelectuais russos, bem como alguns de seus pares pró-russos na Ucrânia, lamentavam que o governo russo não havia atuado suficientemente no sentido de amplificar a base de apoio à Rússia na sociedade ucraniana. Em vez disso, de acordo com tais visões, Moscou centrou-se excessivamente nas relações com atores de elite sem, ao mesmo tempo, desenvolver elementos informacionais e de *soft power* capazes de expandir a quantidade de simpatizantes na sociedade ucraniana. Muito embora a Rússia dispusesse de uma rede de apoiadores na Ucrânia, esta última não havia alcançado, conforme tais visões, posições de influência em círculos de elite ucranianos. Esse fator é considerado por tais

segmentos intelectuais e políticos como um dos motivos por trás do fracasso vivido pela Rússia no Maidan (Matveeva, 2018, p.272-274).

No âmbito das relações intergovernamentais, as pressões da Rússia e da UE para que o governo Ianukovych fizesse sua escolha se intensificavam à medida em que se aproximava a Cúpula de Vilnius (Lituânia) da EaP. Agendada para 28-29 de novembro de 2013, a cúpula foi estabelecida como prazo para a assinatura, pela Ucrânia, do AA com a UE. A partir de agosto de 2013, a Rússia deu início a novas obstruções nas relações comerciais com a Ucrânia, o que era interpretado como um alerta para que Kiev não desse continuidade ao processo de adesão ao AA. Vale mencionar que as pressões russas não se restringiam ao campo econômico. Em setembro de 2013, Sergei Glaziev afirmou que a assinatura do AA pela Ucrânia constituiria uma violação do Grande Acordo de 1997. Dessa maneira, segundo Glaziev, a Rússia não poderia mais garantir o respeito à integridade da Ucrânia. Além disso, o assessor de Putin sinalizou que a Rússia poderia intervir no país caso movimentos pró-russos solicitassem o apoio de Moscou. A situação de pressões russas e ocidentais dividiu o círculo político imediato de Ianukovych, havendo tanto apoiadores da opção de aproximação à Rússia, quanto apoiadores da opção de integração europeia (D'Anieri, 2023, p.190-193, 196; Sakwa, 2015, p.76-77).

Em novembro, Ianukovych dava sinais de que, de fato, iria assinar o AA com a UE. Entretanto, o presidente e o PR começaram a indicar uma reversão de postura, o que coincidiu com um período de intensas conversações entre os governos ucraniano e russo. A oficiais europeus, Ianukovych afirmava estar sob intensa pressão de Putin para uma mudança de rumos. O dilema do governo ucraniano intensificava-se pelo fato de o saldo de benefícios da aproximação à UE ser incerto. A esse fator, somava-se uma outra crucial questão nas relações da Ucrânia com as grandes potências. As finanças do Estado ucraniano encontravam-se em uma situação precária, com um acúmulo de dívidas em paralelo à queda de reservas cambiais. Isso gerou temores de que, a não ser que recebesse algum empréstimo do exterior, a Ucrânia poderia entrar em *default*. Ianukovych negociava um empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas essa organização exigia reformas e cortes em gastos sociais que Ianukovych, tendo em vista sua popularidade, não estava disposto a implementar. O governo ucraniano também procurou ajuda econômica da UE, mas foi a Rússia quem ofereceu condições consideradas mais favoráveis por Ianukovych – não só por conta do maior volume financeiro, como, também, pela ausência da exigência de reformas. Do ponto de vista do governo Putin, a concessão do auxílio financeiro a Ianukovych poderia não só fazer a Ucrânia

desistir de seus planos de integração à UE, como também tornar o governo do país mais amigável a Moscou (D'Anieri, 2023, p.193-200).

Em 21 de novembro de 2013, uma semana antes da Cúpula de Vilnius, o governo ucraniano anunciou a suspensão dos preparativos para a assinatura do AA. Um dos motivos publicamente mencionados pelo governo ucraniano para justificar tal decisão foi a busca pela garantia da segurança nacional da Ucrânia, o que foi amplamente interpretado como uma referência a ameaças russas. Além disso, o primeiro-ministro Azarov afirmou que a oferta de auxílio russa, cujo volume financeiro em muito superava o proposto pela UE, foi crucial para a decisão de suspensão das negociações sobre o AA. Conforme membros do círculo político de Ianukovych, o então presidente também teria justificado a decisão de suspender as negociações com a UE exatamente por conta do fator econômico (D'Anieri, 2023, p.196-200). Vale lembrar, nesse sentido, que muitos destacados membros do PR tinham ligações de negócios na Rússia (Koshkina, 2015, p.26).

O anúncio da suspensão de negociações com a UE foi o estopim para a organização, por parte de segmentos pró-ocidentais da sociedade ucraniana, de protestos na Praça da Independência (*Maidan nezalezhnosti*), no centro de Kiev. Os protestos foram inicialmente convocados por Mustafa Naiiem, um jornalista de origem afegã do *Ukrains'ka pravda*, em uma postagem em língua russa em sua página pessoal no Facebook. Chamados de Euromaidan, ou simplesmente Maidan, os protestos, concentrados principalmente em Kiev e nas províncias do oeste e do centro da Ucrânia (Ishchenko, 2016a, p.457-459), desencadearam a crise política que viria a se desdobrar na derrubada de Ianukovych em fevereiro de 2014.

Para entender o surgimento dos protestos, sua escalada e desfecho, também é necessário lembrar das circunstâncias mais amplas da política doméstica da Ucrânia. Ianukovych buscava se consolidar no poder lançando mão, não raro, de métodos considerados ilegais e ilegítimos, como a manipulação do sistema de mandatos partidários na VR e, de acordo com diversas fontes, subornos. Dessa maneira, Ianukovych havia conseguido algo sem precedentes na política ucraniana até então: a unificação da presidência, do gabinete do primeiro-ministro e do parlamento em torno de uma única força política (D'Anieri, 2023, p.170-173). De maneira similar, o PR atingiu posições de poder que nenhum outro partido político havia alcançado na Ucrânia até então. Membros do partido ocuparam cargos governamentais, em nível nacional e regional, em larga escala, criando um significativo grau de fusão entre partido e Estado na Ucrânia (Kudelia, 2014a, p.22-25).

Além disso, a corte constitucional ucraniana foi enfraquecida e submetida à

influência de Ianukovych. Nesse contexto, a corte aprovou o retorno ao sistema constitucional pré-Revolução Laranja, que atribuía maiores poderes à figura do presidente, o que possibilitava a exploração arbitrária dos serviços de segurança e de ativos econômicos na Ucrânia a favor do grupo de Ianukovych. Em um caso amplamente considerado exemplo de perseguição política possibilitada por tais circunstâncias, Iuliia Tymoshenko foi presa em 2011 sob acusações de abuso de poder nas negociações sobre o referido acordo de gás com a Rússia de 2009. Por fim, Ianukovych promoveu uma forte concentração de poder econômico em membros de seu círculo político e familiar mais imediato (D’Anieri, 2023, p.170-173; Kudelia, 2014a, p.19-26)

Esses fatores punham em questão o pluralismo político e os elementos de democracia característicos da Ucrânia até então. Em conjunto com as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, esse cenário contribuía para a difusão de insatisfações em parte significativa da elite política e da sociedade ucranianas com o governo Ianukovych. Esse fator era ilustrado por uma notória queda na popularidade de Ianukovych detectada em pesquisas de opinião pública. A crescente concentração de poder econômico no entorno de Ianukovych também resultou no crescimento da insatisfação de outros setores do grande empresariado ucraniano. Dessa maneira, diversos oligarcas ucranianos passaram a ver Ianukovych como um adversário político (D’Anieri, 2023, p.170-173, 176; Kudelia, 2014a, p.23-29). Os desdobramentos do Maidan, bem como as perspectivas e ações russas quanto aos protestos e seus desdobramentos na Ucrânia, são considerados na próxima seção deste capítulo.

### **7.3 O Maidan e a derrubada de Ianukovych**

Inicialmente centrados na questão das relações da Ucrânia com a UE, os protestos do Maidan assumiram outros objetivos e intensidade com o passar do tempo. A repressão policial aos manifestantes no final de novembro de 2013 foi crucial para que as manifestações assumissem um caráter de contestação ao regime de Ianukovych, de modo geral, com base no motivo do combate ao autoritarismo. Uma outra mudança importante resultante das medidas de repressão (e acomodação) promovidas pelo governo Ianukovych foi a radicalização do movimento do Maidan. Setores do movimento assumiram uma maior disposição para o uso da força, fato ilustrado pelo surgimento de milícias, autodenominadas como “unidades de autodefesa”, atuantes no Maidan (D’Anieri, 2023, p.205-206).

Diante do afastamento em relação ao Ocidente e das ameaças de sanções ocidentais

em meio à violência no Maidan, Ianukovych viu na Rússia uma alternativa de apoio político e econômico (Kudelia, 2014a, p.28). Em meio às manifestações, o governo ucraniano, em dezembro de 2013, assinou um acordo de empréstimo de 15 bilhões de dólares com a Rússia, quantia que ajudaria a Ucrânia a evitar um *default* em sua dívida. Vale ressaltar que o empréstimo russo não continha as condicionalidades de reformas tipicamente exigidas pelo FMI. Além disso, Ianukovych e Putin acordaram um desconto no preço do gás russo fornecido à Ucrânia. Em janeiro de 2014, o governo ucraniano adotou um novo plano de cooperação com os Estados da União Aduaneira até o ano de 2020 (D’Anieri, 2023, p.206; Sakwa, 2015, p.79). Nesse sentido, vale mencionar que um dos elementos do acordo Ianukovych-Putin de dezembro de 2013 seria uma coordenação mais próxima de política externa entre Ucrânia e Rússia (Koshkina, 2015, p.149).

Em meados de janeiro de 2014, a situação na Ucrânia parecia se estabilizar, alimentando percepções de que a permanência de Ianukovych no poder não estava ameaçada. Entretanto, em 16 de janeiro de 2014, a bancada governista na VR aprovou, sob procedimentos de legitimidade questionada, uma série de leis repressivas, similares a leis adotadas na Rússia, conhecidas popularmente como as “leis ditatoriais”. Essas leis incluíam dispositivos que restringiam as possibilidades de reunião e protesto, bem como limitavam a atuação de ONGs estrangeiras na Ucrânia. O pacote de leis repressivas de janeiro de 2014 radicalizou os protestos e contribuiu para uma escalada de violência diante das confrontações com as forças policiais. Até então, a saída de Ianukovych não era uma demanda dominante dos protestos. A assinatura do AA, o combate à corrupção, a melhoria do estado da democracia, o retorno à constituição de 2004 e a garantia de eleições justas em 2015 eram objetivos mais evidentes do movimento, que também passou a ser denominado por seus simpatizantes como a “Revolução da Dignidade”. No entanto, a renúncia de Ianukovych passou a ser uma demanda mais forte do Maidan. Nesse contexto, Ianukovych se envolveu em negociações para a inclusão de líderes da oposição no governo, mas estes recusaram a oferta. No final de janeiro, Ianukovych removeu Azarov do posto de primeiro-ministro, enquanto que a VR revogou parte das “leis ditatoriais” – o que não atendia às demandas do Maidan, que exigia uma revogação completa (D’Anieri, 2023, p.206-210).

O final de fevereiro foi o período de culminação do Maidan. As confrontações violentas entre as forças policiais e os manifestantes intensificaram-se a partir de 18 de fevereiro, motivadas por uma marcha à VR em busca da restauração do sistema constitucional de 2004. As confrontações resultaram em mortes em ambos os lados, o que contribuiu para

radicalizar tanto o governo, quanto o Maidan. Nos dias subsequentes, acontecimentos similares ocorreram, com o aumento do número de vítimas fatais. Em províncias do centro e do oeste – particularmente na Galícia -, manifestantes tomaram prédios públicos e bloquearam e atacaram prédios de órgãos policiais e de segurança da Ucrânia, havendo registros de tomada de armamentos. Em particular após choques no dia 20 de fevereiro, a legitimidade do governo Ianukovych desgastou-se notoriamente na Ucrânia e aos olhos das potências ocidentais. Em números crescentes, membros do PR começaram a abandonar Ianukovych e o partido (Arel; Driscoll, 2023, p.84-87; D’Anieri, 2023, p.210-211).

Na passagem entre os dias 20 e 21 de fevereiro de 2014, foi anunciado um acordo entre Ianukovych e líderes da oposição – Vitalii Klychko, do partido UDAR; Arsenii Iatseniuk, do Pátria; e Oleh Tiahnybok, do Svoboda. O acordo foi mediado pelos governos de Alemanha, França e Polônia. Apesar de a Rússia ter participado das negociações, seu representante, Vladimir Lukin, não assinou o documento. Atendendo às demandas do Maidan, o acordo estipulou o retorno ao esquema constitucional vigente até a Revolução Laranja. Além disso, foi acordada a formação de um governo de unidade nacional que incluiria membros da oposição. Eleições antecipadas seriam realizadas. Em contrapartida, os manifestantes do Maidan desocupariam as ruas e prédios públicos (Arel; Driscoll, 2023, p.92-93; D’Anieri, 2023, p.211-212; Sakwa, 2015, p.88).

Entretanto, o acordo não foi aceito por parte dos manifestantes, dado o forte desgaste de Ianukovych, que permaneceria no poder em conformidade com o acordo. Em uma cena célebre, um membro de uma milícia do Maidan subiu ao palco das manifestações em Kiev e declarou um ultimato: se Ianukovych não renunciasse até a manhã, os manifestantes tomariam prédios do governo à força. O anúncio teve larga aprovação do público do Maidan. Na tarde do dia 21 de fevereiro de 2014, a VR, sem a presença de grande parte dos deputados do PR – cuja bancada diminuía em virtude da saída de parlamentares do partido - e do KPU, anunciou, entre outras medidas, o retorno à constituição de 2004. À noite, Ianukovych saiu de Kiev e dirigiu-se a Kharkiv. No dia seguinte, a VR declarou que Ianukovych havia abandonado o cargo de presidente, o que efetivamente significou sua deposição. A remoção de Ianukovych não observou os procedimentos constitucionais de *impeachment* da Ucrânia e foi contestada por Ianukovych. Posteriormente, via Crimeia, Ianukovych fugiu para a Rússia com o auxílio de forças russas. Assim como Ianukovych, diversos membros de alto escalão de seu governo e do PR também fugiram para a Rússia. A VR elegeu o novo presidente do parlamento, Oleksandr Turchynov, deputado do Pátria, como presidente interino da Ucrânia até a

realização de uma eleição presidencial agendada para maio de 2014. Na configuração do novo governo, políticos do Pátria também ocuparam o cargo de primeiro-ministro e os principais ministérios do governo interino pós-Ianukovych (Arel; Driscoll, 2023, p.92-95; D'Anieri, 2023, p.212-213).

O Maidan foi um movimento multiétnico. Como visto acima, os protestos foram inicialmente convocados em língua russa por um cidadão da Ucrânia de origem afegã. Ademais, russos étnicos também participavam dos protestos (Sakwa, 2015, p.82). Uma das vítimas fatais mais famosas do Maidan (por muito tempo considerado a primeira vítima fatal durante a crise) foi o ativista Serhii Nihorian, um armênio étnico da província de Dnipropetrovsk (Persnym vbytyim ..., 2022).

Por outro lado, um relevante elemento do Maidan foi a atuação de grupos da extrema-direita nacionalista ucraniana, como o referido Svoboda. Embora seus membros fossem numericamente minoritários nas manifestações, tais organizações tiveram um papel significativo no Maidan, o que se deveu à sua capacidade de organização e à sua presença constante nos protestos. Além disso, grupos de extrema-direita demonstravam maior disposição para a ação direta e para a confrontação com as forças de segurança do Estado (D'Anieri, 2023, p.206; Ishchenko, 2016a). A influência desproporcional dos nacionalistas radicais no Maidan foi simbolizada pela adoção de um *slogan* da OUN-UPA (“Glória aos Heróis”, ou *Heroiam slava*, em ucraniano, dito após a frase “Glória à Ucrânia” – *Slava Ukraini*) (D'ANIERI, 2023, p.206). Além do Svoboda, cabe chamar atenção, em particular, para a atuação do grupo Pravyi sektor (“Setor de Direita”, em ucraniano e russo). Grupo nacionalista radical inspirado em Stepan Bandera e de orientação ideológica fortemente anti-Rússia (embora seus membros fossem predominantemente russófonos), o Pravyi sektor teve um destacado papel nas confrontações violentas durante o Maidan (Sakwa, 2015, p.84-86; Ishchenko, 2016a).

Ademais, ilustrando a influência dos grupos nacionalistas radicais no Maidan, entre cinco e oito membros do primeiro governo pós-Ianukovych eram do Svoboda e do Pravyi sektor. Os postos ocupados por atores desses segmentos incluíam cargos relevantes na área de segurança e defesa. Por exemplo, Andrii Parubii, líder de milícias do Maidan e membro do referido partido precursor do Svoboda, foi o secretário do Conselho de Segurança Nacional e Defesa da Ucrânia (*Rada natsional'noi bezpeky i oborony*, RNBO) entre fevereiro e agosto de 2014. Ihor Teniukh, membro do Svoboda, foi ministro da defesa entre fevereiro e março de 2014. Oleh Makhnitsky, também membro do Svoboda, foi o procurador-geral da Ucrânia

entre fevereiro e junho de 2014 (Sakwa, 2015, p.95-96).

Para além da própria atuação dos grupos mais radicais, as tendências nacionalistas no poder em Kiev foram ilustradas pela revogação da Lei Kivalov-Kolesnichenko na VR, logo após a derrubada de Ianukovych. Essa medida acabou não sendo implementada, pois Turchynov, visando a evitar polêmicas, recusou-se a assinar sua aprovação. Mesmo assim, essa ação de deputados da VR foi interpretada pela Rússia e por opositores do Maidan como evidência de que um governo nacionalista radical havia chegado ao poder em Kiev (D'Anieri, 2023, p.213; Toal, 2017, p.261), o que geraria, segundo críticos do Maidan, ameaças aos russos étnicos e russófonos da Ucrânia. Além disso, vale mencionar que a ideia de unidade nacional componente do acordo entre Ianukovych e líderes da oposição foi ignorada pelo novo governo pós-Ianukovych, o que significou a falta de representatividade do leste no poder em Kiev (Arel; Driscoll, 2023, p.97). Dos 21 ministros do primeiro gabinete governamental pós-Ianukovych, apenas dois eram provenientes do sul e do leste da Ucrânia (Sakwa, 2015, p.95-96). Apesar do alto grau de coesão demonstrado ao longo de grande parte da crise, o PR passou por um processo de efetiva desintegração ao longo do Maidan, com muitos membros abandonando não só Ianukovych, como o próprio partido (Kudelia, 2014a).

Os protestos iniciados em novembro de 2013, portanto, tiveram como desfecho a derrubada de um presidente amigável à Rússia em Kiev e o efetivo colapso do maior partido político que defendia uma aproximação (ainda que não irrestrita) a Moscou. Nas palavras de Dmitry Trenin (2014. Tradução nossa), a nova coalizão de pró-ocidentais e nacionalistas radicais no poder em Kiev representava, para a Rússia, “a pior combinação possível que Moscou poderia imaginar”. A elite ucraniana, ademais, passava por um momento de sérias disputas, ilustradas pelo fato de diversos oligarcas, insatisfeitos com Ianukovych, terem financiado as manifestações do Maidan (Kudelia, 2014a, p.28-29; Sakwa, 2015, p.83). Tendo em vista esses fatores, de que maneira a Rússia se comportou diante do Maidan e da derrubada de Ianykovich?

De maneira geral, pode-se dizer que o Maidan e a derrubada de Ianukovych desafiavam os objetivos russos de manter algum grau de controle sobre a Ucrânia. Diante desses fatores, a Rússia agiu para sustentar o regime de Ianukovych em Kiev, ainda que, em um nível pessoal, as relações entre Putin e Ianukovych não fossem próximas (Sakwa, 2015, p.210). O governo russo responsabilizava os manifestantes do Maidan pela crise, além de descrevê-los como “fascistas” e antirrussos. Similarmente, a mídia russa ecoava narrativas de que nacionalistas radicais haviam chegado ao poder em Kiev, explorando fatos como a

revogação da Lei Kivalov-Kolesnichenko pela VR. Cabe mencionar, ademais, que o aspecto econômico também era explorado pela Rússia na tentativa de afetar os acontecimentos na Ucrânia. Havia informações, por exemplo, de que o governo russo retinha a transferência de um empréstimo à Ucrânia até que os manifestantes fossem removidos das ruas de Kiev. Além disso, há indícios de que Moscou apoiava o sufocamento, pela força, do movimento de protestos. Sergei Glaziev, por exemplo, fez declarações públicas nesse sentido. A derrubada de Ianukovych na VR, por sua vez, foi classificada pela Rússia como um golpe de Estado, posição fundamentada, em parte, no fato de a remoção do presidente não ter observado os procedimentos constitucionais ucranianos (D'Anieri, 2023, p.210-216).

É crucial ressaltar, ademais, que a ameaça de intervenção militar também fazia parte do conjunto de políticas russas relacionadas à Ucrânia. Por exemplo, Glaziev, tendo em vista acusações de que os Estados Unidos orquestravam o Maidan, afirmou que a Rússia, em conformidade com o Memorando de Budapeste, poderia intervir na Ucrânia de modo a preservar a soberania do país vizinho (D'Anieri, 2023, p.210-216). Por outro lado, segundo algumas fontes, a Rússia não teria considerado a possibilidade de envio de tropas ao território da Ucrânia para sustentar Ianukovych no poder (Matveeva, 2018, p.275-276). Investigações feitas na Ucrânia apontam que Ianukovych utilizou, durante a crise, granadas adquiridas junto à Rússia na repressão aos protestos do Maidan (Koshkina, 2015, p.186-188; Buderatskyi; Kozliuk, 2024).<sup>47</sup> Segundo diversas fontes, Vladislav Surkov foi enviado a Kiev para a manutenção de contatos com o governo ucraniano e auxiliar na sustentação deste último (Buderatskyi; Kozliuk, 2024; Zygar', 2016, p.327-329). Círculos de elite em Moscou consideravam a possibilidade de continuar a reconhecer Ianukovych como o presidente legítimo da Ucrânia, ao mesmo tempo em que forças pró-russas poderiam ser apoiadas como instrumento de pressão para inclinar a Ucrânia a manter-se neutra e conferir autonomia ao leste e ao sul do país (Matveeva, 2018, p.275-276).

A dimensão das grandes potências também esteve fortemente presente na postura do governo russo sobre o Maidan. Até a derrubada de Ianukovych, os governos dos Estados Unidos e de membros da UE simpatizavam com os manifestantes e propunham uma solução

---

47 Um outro aspecto de envolvimento da Rússia na Ucrânia na época do Maidan, embora mais nebuloso, é o de uma possível atuação do FSB. No final de 2013 e início de 2014, em períodos após episódios de escalada da crise, delegações do FSB estiveram na Ucrânia e tiveram contatos com representantes do SBU. Supostamente, os oficiais do FSB monitoravam os acontecimentos do Maidan e a cobertura midiática na Ucrânia (Koshkina, 2015, p.254; Buderatskyi; Kozliuk, 2024). A presença de um destacado oficial do FSB, Sergei Beseda, na Ucrânia, foi reconhecida em notícia veiculada pela TASS, agência de comunicação estatal russa. Por outro lado, a notícia veiculada pela TASS afirmou que Beseda esteve no país vizinho com vistas a avaliar, com representantes do SBU, a segurança de instalações diplomáticas russas na Ucrânia (Istochnik: sotrudnik FSB ..., 2014).

de compromisso segundo a qual o governo Ianukoych faria concessões em troca do fim dos protestos. Os governos ocidentais, além disso, apoiaram as negociações entre Ianukovych e líderes da oposição ucraniana, o que subentendia, em princípio, a aceitação da possibilidade de permanência de Ianukovych no poder em um novo governo com a inclusão de atores da oposição. Por outro lado, os Estados Unidos condenavam publicamente métodos de repressão utilizados pelo governo ucraniano. Tanto os Estados Unidos, quanto a UE introduziram sanções contra oficiais ucranianos acusados de envolvimento em ações de repressão. Ademais, certos destacados políticos norte-americanos apoiavam abertamente a derrubada de Ianukovych. Com a derrubada de Ianukovych consumada, os Estados Unidos reconheceram os atos da VR, apelando pela formação de um novo governo de unidade nacional. As potências ocidentais consideravam que a saída de Ianukovych da Ucrânia havia significado, na prática, uma abdicação ao cargo e ao acordo com líderes da oposição. Diante desses fatos, o governo russo acusou o Ocidente de insuflar os protestos e de não respeitar o acordo de 20 de fevereiro de 2014 (Arel; Driscoll, 2023, p.71, 88; D’Anieri, 2023, p.213-216). A percepção sobre a ocorrência de uma nova “revolução colorida”, portanto, também informava o posicionamento do governo Putin a respeito do Maidan.

Em seu discurso, a Rússia rejeitava a legitimidade do governo ucraniano que chegara ao poder após a derrubada de Ianukovych. Nesse sentido, o governo Putin chamava atenção para a maneira pela qual o novo governo ucraniano chegara ao poder, além de enfatizar o papel de nacionalistas tanto no Maidan, como no novo governo ucraniano (D’Anieri, 2023, p.221-222, 227-229). De fato, já no exílio na Rússia, Ianukovych declarava-se presidente legítimo da Ucrânia, embora, na prática, nem mesmo o PR e sua base eleitoral o reconhecessem como tal (Kudelia, 2014a, p.31). Por outro lado, o início de negociações de paz sobre o conflito no Donbass com autoridades ucranianas do pós-Maidan, processo que será discutido em maior detalhe adiante neste capítulo, sinalizou que a Rússia, na prática, reconhecia *de facto* a mudança de poder em Kiev (D’anieri, 2023, p.221-222, 227-229).

A resposta russa ao Maidan e à queda de Ianukovych, contudo, não se restringiu a essas medidas. Como posto por Paul D’Anieri, o Maidan e os acontecimentos de 2013-2014 também traziam para o governo Putin a oportunidade de desmembrar territorialmente a Ucrânia e incorporar ao Estado russo regiões historicamente reivindicadas na elite política russa. Além disso, a atuação da Rússia na crise na Ucrânia poderia criar mecanismos de pressão sobre os novos governos ucranianos e sinalizar a disposição da Rússia para desafiar o Ocidente (D’Anieri, 2023, p.205). Nesse sentido, articulações com atores da elite política e da

sociedade da Ucrânia também foram exploradas pelo governo Putin, engendrando processos com cruciais implicações para a integridade e a configuração do Estado ucraniano, bem como para a influência russa na Ucrânia.

#### **7.4 A anexação da Crimeia pela Rússia**

Apesar de sua ampla escala, o Maidan e seus desdobramentos não eram unanimemente apoiados na Ucrânia. Como mencionado anteriormente neste capítulo, o Maidan encontrou mais expressão em Kiev e em províncias do oeste e do centro do que no leste e no sul da Ucrânia. Havia considerável resistência ao Maidan e à derrubada de Ianukovych nas estruturas de poder regionais associadas ao PR no leste e do sul da Ucrânia (Toal, 2017, p.238).

Em 22 de fevereiro de 2014, membros do PR organizaram, em Kharkiv, um novo congresso nos moldes dos de Sievierodonetsk. O congresso foi finalizado com uma resolução que reivindicava primazia de autoridade de órgãos de governo regionais e locais em detrimento dos órgãos centrais – estes, considerados pelos participantes, em virtude da derrubada de Ianukovych, ilegítimos -, “até a restauração da ordem constitucional e da legalidade no país” (S’ezd deputatov ..., 2014. Tradução nossa). Ianukovych planejava participar do congresso, mas sua participação foi cancelada (Koshkina, 2015, p.311-322). O evento teve cobertura do principal canal estatal televisivo russo e contou com as participações de parlamentares russos (incluindo o presidente do Comitê de Relações Exteriores da Duma, Aleksei Pushkov) e do cônsul russo em Kharkiv. Houve registro de coros de “Rússia!” entoados pelo público presente (S’ezd deputatov ..., 2014). Os governadores das *oblasti* russas de Belgorod, Voronezh (ambas fazem fronteira com a Ucrânia) e Pskov também visitaram Kharkiv para apoiar o congresso (Buderatskyi; Kozliuk, 2024). A iniciativa, contudo, não teve desdobramentos concretos: a liderança de Kharkiv, que havia capitaneado a organização do congresso, acabou, posteriormente, declarando sua lealdade às autoridades pós-Maidan (Arel; Driscoll, 2023, p.126-127).

Para além das elites, deve-se mencionar, ainda, o fator da população do leste e do sul. Pesquisas de opinião pública no final de 2013 apontavam que, mesmo no leste e no sul, havia um alto grau de insatisfação com a política do governo ucraniano para as relações com a Rússia, em virtude da possibilidade de deterioração de relações com Moscou associada às negociações da Ucrânia com a UE (Kudelia, 2014a, p.27). A derrubada de Ianukovych e a

orientação externa do governo pós-Maidan, portanto, poderiam acentuar as insatisfações de tal parcela da população da Ucrânia.

Em fevereiro de 2014, o KMIS realizou uma pesquisa de opinião que estimou que, na Ucrânia como um todo, 40,1% da população apoiava os manifestantes do Maidan, enquanto que 23,3% afirmava estar do lado do governo Ianukovych (31,9% dos entrevistados se disseram neutros). Entretanto, tais números variavam substancialmente de acordo com a região do país considerada. No centro e no oeste, a relação pró-Maidan x pró-Ianukovych era, respectivamente, de 51% x 10,7% (32,5% de neutros) e 80,4% x 2,6% (12,6% de neutros). Por outro lado, no sul (na metodologia do KMIS, as províncias de Dnipropetrovsk, Kherson, Mykolaïv e Odesa, somadas à ARK e Sevastopol) e no leste (províncias de Donetsk, Kharkiv e Luhansk), a relação era, respectivamente, de 19,6% x 32,2% (41,7% de neutros) e 7,5% x 51,9% (39,4% de neutros) (Stavleniia v Ukraïni ta Rosiï ..., 2014).

Nesse contexto, a partir do final de 2013, ocorreram, em diversas localidades da Ucrânia, manifestações em oposição ao AA com a UE e à violência atribuída ao Maidan, bem como em favor do governo Ianukovych e da entrada da Ucrânia na União Aduaneira. É verdade que, até a derrubada de Ianukovych, as manifestações do Maidan pela Ucrânia como um todo excediam o que ficou conhecido como o Antimaidan. Este último ficou mais restrito ao leste e ao sul, em particular no Donbass e na Crimeia, onde as manifestações Antimaidan excediam de maneira mais evidente manifestações pró-Maidan (Arel; Driscoll, 2023, p.81-82; Toal, 2017, p.252). Além disso, de início, as manifestações do Antimaidan tendiam a ter um caráter partidário mais evidente, com organização do PR e, em menor escala, do KPU (Toal, 2017, p.252).

Do ponto de vista da Rússia, esse quadro constituía um importante potencial de articulações com atores da sociedade e da elite ucranianas com vistas a promover contrapesos ou retaliações ao Maidan. Nesse sentido, dado o histórico de particularidades nas relações entre o Estado central ucraniano e a Crimeia, a situação nessa região assumiu desdobramentos particularmente cruciais. Na região, houve registros de manifestantes tanto a favor, quanto contra a secessão – com tártaros da Crimeia assumindo destaque entre estes últimos. Por outro lado, dado o histórico de sentimento pró-russo na Crimeia, abordado anteriormente neste trabalho, expressões de simpatia à Rússia eram mais amplas (Arel; Driscoll, 2023, p.106-109; D'Anieri, 2023, p.216-217). Nesse contexto, reativaram-se os antigos debates sobre o status da Crimeia – inclusive, no sentido de apoio ao separatismo pró-russo. Dessa maneira, o Maidan e seus desdobramentos desencadearam o processo complexo e permeado de

ambiguidades e improvisos (D'Anieri, 2023, p.220-221; Treisman, 2018) que culminou na anexação da região pela Rússia.

Como visto anteriormente neste trabalho, ameaças de intervenção russa e desmembramento da Ucrânia não eram um fenômeno raro no discurso de atores da elite política russa. De modo geral, é razoável considerar que o governo e os militares russos, como se poderia esperar de forças armadas modernas (uma vez que estas planejam operações para os mais variados cenários hipotéticos, mesmo os que não sejam considerados como de concretização provável), tinham planos de contingência para algum tipo de intervenção na Crimeia desde antes da crise de 2014 – ainda mais tendo em vista a presença da FMN russa na região (Arutunyan, 2022; D'Anieri, 2023, p.220-221; Toal, 2017, p.214-217). Investigações jornalísticas, inclusive, apontam que fontes nos círculos de *policy makers* russos confirmavam tal suposição (Arutunyan, 2022). A própria rapidez e a eficiência da operação de anexação também sugerem que a Rússia pode ter tido planos previamente preparados para uma intervenção na Crimeia (D'Anieri, 2023, p.220-221).

De acordo com a investigação de Mikhail Zygar, planos concretos de anexação da Crimeia no contexto da crise de 2013-2014 começaram a ser discutidos pela liderança russa e Vladimir Konstantinov (Volodymyr Konstantinov, em ucraniano), presidente do parlamento da ARK e dirigente regional do PR, ainda em dezembro de 2013 (Zygar', 2016, p.337). Além disso, há indícios de que a decisão russa pela anexação da Crimeia não foi simplesmente uma resposta à derrubada de Ianukovych. Medalhas concedidas pelo governo russo aos participantes da tomada da Crimeia datam o início dessa operação em 20 de fevereiro de 2014. Fontes próximas aos planejadores das ações russas apontam que tropas russas receberam ordens para a execução de uma intervenção na região no mesmo dia (D'Anieri, 2023, p.216-217, 221; Treisman, 2018). O próprio Putin afirmou que a tomada de decisão pela anexação foi realizada nos dias finais da Olimpíada de Inverno de Sochi (cidade na costa russa do Mar Negro), que se encerrou em 23 de fevereiro de 2014 (D'anieri, 2023, p.216-217, 221). Seja como for, a queda de Ianukovych, certamente, galvanizou a Rússia. O governo Putin temia que o novo governo ucraniano revogaria os acordos que permitiam a estadia da FMN na Crimeia (Toal, 2017, p.214-217). Fontes próximas ao governo russo indicaram que o prospecto de retirada da FMN da Crimeia no pós-Maidan informou crucialmente a decisão pela anexação da região – de maneira mais intensa, até mesmo, do que o prospecto de entrada da Ucrânia na OTAN (Treisman, 2018).

Ações mais claras no sentido da anexação começaram a ser observadas, de fato, a

partir de fevereiro de 2014. No contexto da intensificação das tensões em Kiev e da derrubada de Ianukovych, lideranças da Crimeia, bem como manifestantes locais, começaram a falar mais abertamente na secessão como um possível desdobramento da crise na Ucrânia, embora a opção de secessão e incorporação à Rússia, por certo tempo, pareça não ter sido imediatamente consensual na elite política da Crimeia. Por exemplo, dias após falar na possibilidade de secessão em Moscou, Konstantinov afirmou, em 26 de fevereiro, que a Crimeia permaneceria parte do Estado ucraniano (Arel; Driscoll, 2023, p.106-109; D'Anieri, 2023, p.216-217).

A espera de Moscou pela garantia de adesão de atores da elite política da Crimeia à anexação parece ter sido um fator crucial a ditar o ritmo desse processo. Às vésperas do Maidan, a Rússia não tinha um conhecimento amplo sobre as dinâmicas de poder na elite política da Crimeia (Matsuzato, 2016, p.242 *apud* Arel; Driscoll, 2023, p.101). Nesse sentido, o governo russo certamente buscou certificar-se de que não haveria resistência militar ucraniana e de que a elite política e de segurança da Crimeia apoiaria a anexação, o que provavelmente ocorreu no início de março de 2014 (Arel; Driscoll, 2023, p.116).

Ao longo desse processo, o governo Putin, em meio à crise, buscava interlocutores para desenvolver e viabilizar seus planos com relação à Crimeia, que podem não ter sido necessariamente, desde o início, de anexação da região (entre as variáveis consideradas com atores da elite política da Crimeia, estavam, também, as de independência da Crimeia ou de maior autonomia regional na Ucrânia) (Arutunyan, 2022). Segundo diversas fontes, o governo russo enviou Oleg Belaventsev, um próximo parceiro do então ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, para monitorar a situação na Crimeia e prospectar aliados para Moscou. Inicialmente, o plano russo seria contar com o primeiro-ministro da ARK e membro do PR, Anatolii Mohiliov (Anatolii Mogiliov, em russo), para auxiliar na tomada da região. De início, Mohiliov teria concordado em não atrapalhar os planos russos, mas, posteriormente, fugiu para Donetsk. Após o fracasso com Mohiliov, Belaventsev propôs a Leonid Hrach (Leonid Grach, em russo), antiga liderança local pelo KPSS e o KPU, o papel de primeiro-ministro da Crimeia no âmbito do processo de anexação. Entretanto, dada a falta de base de poder de Hrach na região, seu nome também foi descartado por Moscou (Arutunyan, 2022; Treisman, 2018; Zygar', 2016, p.338-339). Vale mencionar que Vladislav Surkov também esteve na Crimeia em fevereiro de 2014 (Sakwa, 2015, p.103). Conforme investigações na mídia russa, Surkov também se encontrou com políticos da Crimeia, como Vladimir Konstantinov. Após a viagem, Surkov teria se convencido de que manifestantes pró-russos e atores da elite regional

não seriam capazes de tomar o poder agindo sozinhos, de forma que o apoio da Rússia seria, conforme o assessor de Putin, necessário para a tomada da região (Zakharov, 2023).

A escolha de aliados da Rússia tornou-se mais clara em 27 de fevereiro de 2014. Nesse dia, tropas russas, auxiliadas por milícias formadas por cidadãos pró-russos da Crimeia e voluntários russos, tomaram prédios do governo e do parlamento da ARK e colocaram, em tais prédios, bandeiras da Rússia. Sob acesso limitado, com controle do referido grupo armado (o que impossibilitou a transparência pública do processo), uma sessão do parlamento da ARK foi realizada. Nela, deputados da região votaram pelo não reconhecimento do governo pós-Maidan. Além disso, foi aprovada a nomeação de Sergei Aksionov (Serhii Aksionov, em ucraniano), com quem Belaventsev teria se articulado após as tentativas de articulação com Mohiliov e Hrach, como primeiro-ministro da ARK. Aksionov, frequentemente acusado de envolvimento em redes de crime organizado na Crimeia, era ligado a Konstantinov e líder do partido nacionalista russo Unidade Russa. O Unidade Russa tinha peso político marginal na Crimeia e era ligado ao referido ROK (Arel; Driscoll, 2023, p.102, 109-114; Arutunyan, 2022; D'Anieri, 2023, p.217-219; Koshkina, 2015, p.345-346; Sakwa, 2015, p.103; Toal, 2017, p.220-224). A nomeação de Aksionov violou procedimentos constitucionais da ARK e da Ucrânia (Koshkina, 2015, p.345-346). Anteriormente, em paralelo aos acontecimentos na capital da ARK, manifestantes em Sevastopol haviam elegido um cidadão russo, o popular empresário Aleksei Chalyi, como “prefeito do povo” na cidade (Arel; Driscoll, 2023, p.103; Toal, 2017, p.220).

A escolha da Rússia por Aksionov esteve ligada à capacidade de atuação desse político na dinâmica de manifestações populares na Crimeia. Aksionov estava à frente de uma nascente milícia pró-russa atuante nas ruas da região (Arel; Driscoll, 2023, p.103-108). Já do ponto de vista da dupla Aksionov-Konstantinov e seus aliados, a aliança com Moscou também tinha em vista disputas de poder internas à Crimeia. Konstantinov e Aksionov eram parte da elite política regional com carreira política na própria Crimeia. Ambos pertenciam, portanto, a setores políticos que se diferenciavam do grupo à época governante na região, liderado por políticos do Donbass ligados ao PR – como Anatolii Mohiliov - que haviam sido trazidos para a Crimeia como parte da estratégia de domínio regional do partido. Os atores com origens políticas locais frequentemente ressentiam tal domínio dos “estrangeiros” do Donbass, de modo que a crise também representava uma oportunidade para a remoção dos “forasteiros” do Donbass do poder na Crimeia (Arutunyan, 2022; Koshkina, 2015, p.344-346; Matsuzato, 2016, p.227, 242 *apud* Arel; Driscoll, 2023, p.102).

Além da nomeação de Aksionov, uma outra importante decisão da sessão de 27 de fevereiro foi o anúncio do agendamento de um referendo sobre a autonomia – não a secessão – da Crimeia para 25 de maio de 2014. As opções e decisões sobre o status da Crimeia e o tema do referendo na região eram discutidas entre o grupo de Konstantinov e o governo russo (Arutunyan, 2022). Após os eventos de 27 de fevereiro, tropas russas sem identificação de uniforme ocuparam instalações de infraestrutura estratégica na Crimeia, ao mesmo tempo em que a marinha russa bloqueava infraestrutura militar utilizada pelas forças armadas da Ucrânia. A ocupação por tropas russas teve seguimento, embora, inicialmente, Putin não tenha reconhecido o emprego de soldados russos na região, referindo-se aos grupos armados atuantes na Crimeia como simplesmente forças de defesa autônomas locais (AREL; Driscoll, 2023, p.109-114; D’Anieri, 2023, p.217-219; Toal, 2017, p.220-224).

Em paralelo, a Rússia realizava exercícios militares nas proximidades da fronteira da Ucrânia com a *oblast’* de Kharkiv, o que era interpretado como uma possível ameaça de intervenção russa em larga escala. Esse fator desencorajou a resistência das forças armadas ucranianas, material e organizacionalmente debilitadas em relação às forças armadas russas, à anexação (D’Anieri, 2023, p.217-219). O governo Turchynov, de fato, dispunha de informações que apontavam para a prontidão da Rússia em intervir militarmente na Ucrânia. Nesse sentido, vale mencionar que a postura das potências ocidentais foi outro fator fundamental a explicar a limitada resistência militar da Ucrânia às ações da Rússia. Em meio à crise na Crimeia, líderes ucranianos, já após a queda de Ianukovych, consideravam buscar o auxílio dos Estados Unidos e da OTAN, inclusive no campo da dissuasão militar, com vistas a criar contrapesos contra Moscou. Entretanto, os governos dos Estados Unidos e da Alemanha alertaram a Ucrânia para evitar ações que a Rússia pudesse tomar como justificativa para a execução de uma invasão em larga escala ao território da Ucrânia (Ucrânia, 2014a).

Em 1 de março de 2014, Sergei Aksionov solicitou a Putin “a provisão de auxílio para garantir a paz e a tranquilidade no território da ARK” (Aksionov, 2014. Tradução nossa). A declaração de Aksionov foi utilizada por Putin como argumento para justificar a atuação de tropas russas na anexação da Crimeia. Putin, então, solicitou ao Conselho da Federação a autorização para o uso das forças armadas russas no território da Ucrânia. Em sua íntegra, o curto documento enviado pelo presidente ao senado russo dizia:

Em conexão com a situação extraordinária que se constituiu na Ucrânia e a ameaça à vida de cidadãos da Federação Russa, de nossos compatriotas, do pessoal do contingente militar das Forças Armadas da Federação Russa estacionado conforme acordo internacional no território da Ucrânia

(República Autônoma da Crimeia); com base no parágrafo ‘G’, parte 1, do artigo 102 da Constituição da Federação Russa, submeto ao Conselho da Federação da Assembleia Federal da Federação Russa solicitação para o uso das Forças Armadas da Federação Russa no território da Ucrânia até a normalização da situação social e política nesse país (Putin, 2014a. Tradução nossa).

Tendo em vista a análise desenvolvida ao longo deste trabalho, o apelo de Putin chama atenção em diversos aspectos. O documento trouxe uma série de implicações doutrinárias para a política externa e de segurança russa. Como visto acima, o uso das forças armadas russas em nome da proteção dos cidadãos e chamados compatriotas russos no exterior vinha ganhando crescente espaço na política externa e de segurança russa, culminando na invocação desses elementos pelo governo Medvedev nas ações de Moscou durante a Guerra Russo-Georgiana de 2008 – as quais, por sua vez, tiveram uma série de desdobramentos em documentos oficiais da Rússia. Ainda na fase inicial do terceiro mandato presidencial de Putin, tais elaborações, como visto na introdução deste capítulo, tiveram continuidade. Além disso, em uma camada analítica de maior caráter conjuntural, vale destacar que o alcance do possível uso das forças armadas russas estendia-se a todo o território da Ucrânia, e não só à Crimeia. Por fim, vale lembrar que a Rússia também havia invocado a questão da ameaça aos contingentes militares russos no caso da Guerra Russo-Georgiana.

Como demonstra a formulação da solicitação de Putin ao Conselho da Federação, o fator dos compatriotas e cidadãos russos foi um elemento crucial no discurso do governo russo quanto à Crimeia. Putin argumentava que os falantes de russo na Crimeia estariam ameaçados e que o pedido de socorro destes últimos direcionado à Rússia teria sido o elemento definidor da intervenção russa na região (D’Anieri, 2023, p.227-228). Nesse sentido, episódios como a revogação da Lei Kivalov-Kolesnichenko pela VR, casos de intimidação de habitantes da Crimeia em outras regiões da Ucrânia e ameaças de atuação do Pravyi sektor na Crimeia foram utilizados como elementos a fundamentar a argumentação da Rússia – cuja mídia amplificava, inclusive com o uso de notícias falsas, narrativas sobre uma ameaça iminente aos habitantes da Crimeia. À semelhança da argumentação russa contra a Geórgia em 2008, a tese de uma espécie de intervenção humanitária, portanto, foi construída pelo governo Putin para buscar legitimar suas ações (Arel; Driscoll, 2023, p.104-106, 113, 118-119; Toal, 2017, p.223-224). Tal tese russa era questionada por observações da situação na Ucrânia. Por exemplo, relatórios do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) sobre a situação na Ucrânia até março de 2014 apontavam que, muito embora

houvesse registros de ataques a russos étnicos, tal tipo de ação não tinha uma escala ampla e sistemática (ACNUDH, 2014a, p.4, 17-18; Allison, 2014, p.1262-1263).

A solicitação de Putin foi atendida pelo Conselho da Federação. Dois dias após o apelo de Aksionov, o governo russo também publicou um comunicado de teor similar de autoria de Viktor Ianukovych, também datado de 1 de março de 2014. Nele, Ianukovych, após afirmar que a Ucrânia estava à beira de uma guerra civil e que a segurança e os direitos da população do país – em particular, no leste, no sul e na Crimeia – estavam ameaçadas em decorrência do Maidan, solicitou a Putin o uso das forças armadas russas para proteger a população da Ucrânia e restaurar a paz e a estabilidade no país (Ianukovych, 2014a). O comunicado acompanhou uma carta de quatro páginas de Ianukovych endereçada a Putin, na qual Ianukovych, invocando elementos do Grande Acordo de 1997, solicitava consultas bilaterais a respeito da utilização das forças armadas russas na Ucrânia para os fins descritos acima, especificamente mencionando a possibilidade de atuação de tropas russas enquanto forças de paz e de segurança pública (Ianukovych, 2014b). Assim como o comunicado de Aksionov, a declaração de Ianukovych foi outro elemento utilizado pela Rússia nos esforços de legitimação de suas ações na Crimeia (Allison, 2014, p.1264-1265; Toal, 2017, p.224).

Em 6 de março, o parlamento da ARK modificou os planos de referendo: em vez de autonomia, o tema seria a incorporação à Rússia; e, em vez de 25 de maio, a votação foi antecipada para 16 de março de 2014 (Arel; Driscoll, 2023, p.109-114; D'Anieri, 2023, p.217-219; Toal, 2017, p.220-224). Tal decisão foi precedida pelo início de investigações criminais, pelas autoridades ucranianas, sobre as novas lideranças da Crimeia instaladas no final de fevereiro (SAKWA, 2015, p.104). Segundo investigação da jornalista russa Anna Arutunian, o apoio à anexação da Crimeia, de início, era minoritário no governo russo. Conforme a investigação de Arutunian, o próprio Putin, temendo um conflito com a Ucrânia e tensões com as potências ocidentais, também hesitava sobre o tema do status da Crimeia. Assim, a questão do tema do referendo era discutida entre deputados da Crimeia e o governo russo. Segundo Konstantinov, o governo russo, de início, sugeria a independência *de facto* da Crimeia, mas Konstatinov e seus apoiadores demandavam a incorporação à Rússia (Arutunyan, 2022). Em meio a uma efetiva ocupação russa, a campanha política em torno do referendo ocorreu em uma situação de bloqueio de meios de comunicação ucranianos e sob forte propaganda pró-secessão. Organizações pró-Ucrânia e tártaras da Crimeia apelaram por um boicote, enquanto que potenciais opositores do referendo, como ativistas do Maidan e da comunidade tártara da Crimeia, foram intimidados e, em alguns casos, detidos (ACNUDH,

2014b, p.4; Toal, 2017, p.225-226).

Conforme anunciado, o referendo de secessão e incorporação da Crimeia à Rússia foi realizado em 16 de março de 2014, sem condições favoráveis para um debate público e sem a presença de observadores eleitorais da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). As opções apresentadas eram a incorporação à Rússia (descrita como “reunificação” pelos organizadores do referendo) ou a permanência da Crimeia na Ucrânia nos termos da constituição regional de 1992. Mesmo esta última opção, vale ressaltar, não garantiria necessariamente a permanência da Crimeia na Ucrânia, visto que a referida constituição regional de 1992 conferia amplos poderes ao parlamento regional – o qual, em 11 de março, já havia aprovado a incorporação da região à Rússia (Arel; Driscoll, 2023, p.116-117). No mesmo dia, deputados da Crimeia, sob coação de homens armados russos, aprovaram uma lei de ruptura unilateral com relação à Ucrânia. A medida era consonante com os procedimentos russos sobre a incorporação de novos territórios ao Estado russo. A nova legislação russa nesse sentido, adotada no final de fevereiro de 2014, exigia que tais territórios deveriam ser Estados independentes e que a decisão de incorporação ao Estado russo fosse respaldada em referendo local (Toal, 2017, p.222-223; Zygar’, 2016, p.344-345).

Conforme os resultados anunciados pelos organizadores do referendo, 96,6% dos eleitores votaram pela incorporação à Rússia, com taxa de comparecimento superior a 80%. Tais números, contudo, devem ser tomados com cautela, dados os indícios de irregularidades e o contexto de instabilidade da época. Uma pesquisa de opinião realizada pelo KMIS e a Fundação Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv em fevereiro de 2014, pouco antes da derrubada de Ianukovych, estimou que o percentual de apoiadores da unificação da Ucrânia à Rússia chegava a 41%, na Crimeia, subindo de 35,9% registrados em novembro de 2013 (a média nacional para a Ucrânia flutuou de 9% para 12% no mesmo período) (Dynamika stavlennia ..., 2014). Por outro lado, uma outra pesquisa realizada por uma agência da Crimeia dias antes do referendo apontou que o apoio à anexação pela Rússia na região era de 79,7% (Toal, 2017, p.222). Conforme um membro de um órgão de assessoria da presidência da Rússia, a taxa de comparecimento no referendo, na verdade, foi estimada em 50%-80% em Sevastopol e 30%-50% no território da ARK. Embora uma maioria esmagadora dos cidadãos que votaram, supostamente, teria, de fato, votado pela anexação pela Rússia em Sevastopol, o número de apoiadores de tal decisão na ARK seria, no máximo, de 60%. Pesquisas de opinião subsequentes à anexação indicaram que a maioria dos habitantes da Crimeia apoiavam os resultados do referendo de março de 2014 (D’Anieri, 2023, p.219-220; Sakwa, 2015, p.104-

105) e endossavam o discurso do governo russo sobre os acontecimentos de 2014 (Toal, 2017, p.232-236).

O processo de secessão e anexação da Crimeia violou a soberania e o sistema constitucional da Ucrânia, bem como os acordos russo-ucranianos que determinavam os parâmetros de presença das forças armadas russas na Crimeia no âmbito da FMN (as tropas russas, afinal, infringiram a soberania da Ucrânia ao atuarem na tomada da região por Moscou). Além disso, as ações da Rússia não observaram elementos da normatividade internacional sobre as questões da secessão e da autodeterminação (Allison, 2014; Sakwa, 2015, p.103-104; Toal, 2017, p.222).

Com base nos resultados anunciados do referendo, as autoridades pró-russas da Crimeia solicitaram a Putin a anexação. Em 18 de março de 2014, Putin, de um lado, e Aksionov, Konstantinov e Chalyi, do outro, enquanto autoridades da Crimeia reconhecidas pelo governo russo, assinaram tratados de anexação da Crimeia e de Sevastopol à Rússia. Ilustrando a adesão de setores da elite política da Crimeia aos planos da Rússia, quase 80% dos deputados do parlamento do ARK haviam apoiado a declaração de independência precedente. Além disso, posteriormente, com a integração da Crimeia ao aparato estatal russo, a seção regional do PR foi largamente absorvida pelo Rússia Unida, e seus oficiais frequentemente mantiveram posições políticas herdadas do período pré-anexação (Arel; Driscoll, 2023, p.114-116). Vale mencionar que a anexação da Crimeia também teve alta popularidade na Rússia (Sakwa, 2015, p.107). Logo após esse acontecimento, o índice de aprovação de Putin elevou-se em mais de dez pontos percentuais e voltou a exceder 80%, o que não ocorria desde 2009 (Indikatory ..., s.d.).

Tendo em vista o recorte analítico desenvolvido neste trabalho, vale chamar atenção para um último relevante aspecto das relações Estado-sociedade na Ucrânia que facilitaram a anexação da Crimeia pela Rússia. Como já mencionado acima, a inefetividade ou a inação das forças armadas e de segurança da Ucrânia foram um aspecto crucial a ter facilitado a anexação da Crimeia pela Rússia, em conjunto com a adesão de setores da população e da elite política da Crimeia aos planos de Putin. Tais deficiências das forças armadas refletiam, em parte, a desorganização do Estado e da elite da Ucrânia no período da crise em 2014 (D'Anieri, 2023, p.217-219). Entretanto, deve-se mencionar, também, que houve uma deserção em larga escala de oficiais das forças ucranianas na Crimeia para o lado russo. Muitos desses indivíduos envolveram-se nos esforços de anexação realizados por Moscou. Vale lembrar, nesse sentido, que os contingentes das forças armadas ucranianas na Crimeia

eram, em larga medida, compostos por indivíduos provenientes da própria região. Nesse sentido, o motivo ideológico certamente teve um importante papel nos casos de adesão à Rússia, visto que muitos dos oficiais da Ucrânia na Crimeia eram veteranos da época soviética cuja lealdade à ideia da Ucrânia independente não era forte. Em um caso ilustrativo nesse sentido, o comandante da marinha ucraniana nomeado por Turchynov desertou e ingressou na FMN russa um dia após sua nomeação pelo presidente interino da Ucrânia (Arel; Driscoll, 2023, p.111-116; D'Anieri, 2023, p.217-219).

Consumada a anexação, o período pós-anexação registrou significativas mudanças demográficas na Crimeia. Representantes da intelectualidade pró-Ucrânia abandonaram a Crimeia e estabeleceram-se na Ucrânia continental. Entre os tártaros da Crimeia, houve um êxodo ainda mais expressivo (Matveeva, 2018, p.64-65). Além disso, cabe mencionar que instituições tradicionais, representantes e lideranças da comunidade tártara da Crimeia continuaram sendo alvo de intimidações após a anexação russa (ACNUDH, 2014b, p.31-32; Matveeva, 2018, p.64). Pode-se dizer que tais transformações demográficas auxiliaram a consolidação do domínio russo sobre a região, na medida em que contribuíram para reduzir o potencial de oposição ao governo de Moscou na sociedade e na elite da Crimeia.

Em seu famoso discurso sobre a anexação da Crimeia (conhecido popularmente como o “Discurso da Crimeia” – *Krymskaia rech'*, em russo), realizado em março de 2014, Putin retratou essa medida como uma reunificação de um território histórico russo com sua pátria, o que, de acordo com tal lógica, corrigiria uma decisão arbitrária, ilegal, injusta e antidemocrática do passado feita pelas lideranças soviéticas. Além disso, o presidente da Rússia acentuou os fatores humanitário - neutralizar uma suposta ameaça nacionalista ucraniana à população da Crimeia - e da autodeterminação - invocando o precedente do reconhecimento ocidental da independência do Kosovo, também utilizado pelas lideranças secessionistas da Crimeia em 2014 - como elementos de legitimação da anexação da região (Putin, 2014b). Tal narrativa tinha significativa ressonância na Crimeia (Toal, 2017, p.237) e ilustrava o fortalecimento do nacionalismo na elite política russa. A intervenção de anexação da Crimeia representou um novo tipo de ação russa articulada a setores da elite e da sociedade ucranianas. Os ecos dessa ação, contudo, não se restringiram à Crimeia.

## **7.5 Os movimentos pró-russos no leste e no sul da Ucrânia e o início da guerra no Donbass**

Como já mencionado acima, havia um considerável grau de rejeição ao Maidan e seus desdobramentos no leste e no sul da Ucrânia. No início de abril de 2014, uma pesquisa de opinião realizada pelo KMIS estimou que 46% da população residente na região composta pelas províncias de Dnipropetrovsk, Donetsk, Kharkiv, Kherson, Luhansk, Mykolaïv, Odesa e Zaporizhzhia considerava o Maidan um golpe de Estado organizado pela oposição ucraniana com apoio ocidental, enquanto que 41,7% viam o Maidan como um protesto contra a corrupção e o autoritarismo de Ianukovych. Nesse sentido, o Donbass ganhava destaque no campo da rejeição ao Maidan. Os percentuais observados nas *oblasti* de Donetsk e Luhansk a respeito da questão descrita acima atingiram, respectivamente, 70,5% e 61,3%. Ilustrando as especificidades do Donbass, nas seis províncias restantes cobertas pela pesquisa, o índice de concordância com a visão sobre o Maidan como um golpe variou de 31,2% (Dnipropetrovsk) a 42,6% (Kharkiv), e foi sempre superado pelo percentual de entrevistados que afirmava ver o Maidan como um protesto contra a corrupção e o autoritarismo (indicador que variou de 43,7% na província de Zaporizhzhia a 61,9% na de Kherson) (Dumky ..., 2014).

A mesma pesquisa apontou um considerável grau de rejeição à legitimidade do governo que havia chegado ao poder na esteira da queda de Ianukovych – novamente, com particular intensidade no Donbass. Na *oblast'* de Donetsk, por exemplo, a atuação de Oleksandr Turchynov e do gabinete liderado pelo primeiro-ministro Arsenii Iatseniuk foi considerada ilegítima por, respectivamente, 74% e 72,1% dos entrevistados. Na de Luhansk, esses percentuais atingiram, respectivamente, 70% e 70,4%. Nas outras seis províncias consideradas, as médias de rejeição à legitimidade de Turchynov e do gabinete de Iatseniuk foram notoriamente mais baixas, chegando, respectivamente, a 37,5% e 36,3% (40,4% e 43,9% consideravam legítimos, respectivamente, Turchynov e o gabinete de Iatseniuk). Além do Donbass, o índice de percepção de ilegitimidade de Turchynov e do governo de Iatseniuk superou o de legitimidade nas províncias de Kharkiv e Zaporizhzhia (Dumky ..., 2014).

O colapso do PR e a fuga de Ianukovych contribuíram para a desintegração das estruturas de poder outrora dominantes no leste e no sul da Ucrânia, o que criou, por sua vez, uma crise de legitimidade e poder nessas regiões. Esse fator, somado à crise de legitimidade do Estado ucraniano e à inspiração na intervenção russa na Crimeia (e, ironicamente, aos exemplos de tomada de poder pró-Maidan no oeste da Ucrânia), contribuiu para que organizações e ativistas pró-russos – outrora de relevância política marginal diante do PR e do KPU - intensificassem suas ações e ganhassem influência no leste e no sul. Manifestações pró-russas se difundiram nessas regiões, gerando um quadro em que, não raro, ocorriam

choques violentos com manifestações pró-Maidan, havendo registro, inclusive, de vítimas fatais – o caso mais conhecido sendo o de 2 de maio de 2014 em Odesa, quando 48 ativistas pró-russos morreram em decorrência de um conflito de tal tipo. Em diversas cidades do sul e do leste, ativistas pró-russos, de maneira similar às ações protagonizadas por partidários do Maidan no oeste e no centro da Ucrânia, também ocuparam prédios de administração pública. Esse processo, cabe mencionar, ocorreu em idas e vindas, pois forças de segurança da Ucrânia buscaram desmontar as ocupações. As ocupações de prédios de governo por ativistas pró-russos ocorreram em grandes centros urbanos, como Donetsk, Luhansk e Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia (Arel; Driscoll, 2023, p.121-144; D’Anieri, 2023, p.224-230; Matveeva, 2018, p.93-94; Toal, 2017, p.238-239, 252-257).

Uma série de demandas – algumas, de caráter radical - relacionadas à configuração do Estado ucraniano e às relações com a Rússia estava presente nas manifestações pró-russas no leste e no sul da Ucrânia. Por exemplo, as manifestações pró-russas de 2014 se caracterizaram por frequentes apelos de apoio à Rússia, inclusive no sentido de uma intervenção militar. Na cidade de Mykolaïv, um grupo de alguns milhares de manifestantes defendeu a separação da Ucrânia e a unificação da região homônima com as *oblasti* de Odesa e Kherson. Já em Odesa, manifestantes pró-russos exigiam a federalização ou mesmo a criação de uma Novorossia secessionista. Em abril de 2014, manifestantes pró-russos declararam a fundação de repúblicas separatistas em Donetsk, Luhansk, Kharkiv e Odesa. Em Donetsk e Luhansk, os ativistas, ademais, anunciaram a realização de referendos de incorporação à Rússia. Essas iniciativas, contudo, tiveram sucesso limitado. Em Kharkiv, a liderança política local – de início, fortemente anti-Maidan - e as forças de segurança da Ucrânia conseguiram sufocar o movimento separatista. Em Odesa, os ativistas pró-russos não foram capazes de tomar prédios administrativos. Além disso, a elite política da região assumiu lealdade ao Estado ucraniano. Nas cidades de Donetsk e Luhansk, os manifestantes pró-russos ocuparam prédios do SBU e tomaram armamentos, um fator crucial para a sustentação da revolta no Donbass (Arel; Driscoll, 2023, p.124-143; Arutunyan, 2022; D’Anieri, 2023, p.224-230; Toal, 2017, p.238-239, 252-258; Zakharov, 2023). Diante desse cenário, em grande medida devido ao fato de a lealdade ao Estado ucraniano ter prevalecido nas elites políticas russófonas do leste e do sul, os movimentos separatistas somente conseguiram se afirmar nas duas províncias do Donbass (Arel; Driscoll, 2023, p.121-144), área que será abordada em maior detalhe adiante neste capítulo.

Para compreender o alcance do secessionismo pró-russo e suas implicações para

articulações com a Rússia, a serem analisadas em maior detalhe na próxima seção deste capítulo, faz-se oportuno realizar uma digressão sobre as tendências de opinião pública no leste e no sul da Ucrânia em 2014. Como se pode depreender de pesquisas de opinião pública, diversas das políticas e argumentos defendidos pelos separatistas tinham apoio minoritário na população do sul e do leste da Ucrânia – embora em grau diverso, a depender de variáveis como a província e a autoidentificação étnica. Em março de 2014, por exemplo, o KMIS realizou uma pesquisa de opinião pública a respeito da referida decisão do Conselho da Federação russo de autorizar a Putin a possibilidade de intervir militarmente no território da Ucrânia. Na Ucrânia como um todo, 83,3% dos entrevistados condenaram a decisão do Conselho da Federação. No leste (províncias de Donetsk, Luhansk e Kharkiv, conforme a metodologia do KMIS), tal número chegava a 68,4%, enquanto que o percentual de apoiadores da decisão nessa região foi estimado em 15,2%. Já na região sul (províncias de Dnipropetrovsk, Kherson, Mykolaïv, Odesa e Zaporizhzhia, somadas à ARK e Sevastopol) os números foram, respectivamente, de 73,3% e 14,7% (Stavlennia Ukraïntsiiv do rishennia ..., 2014).

Uma pesquisa organizada pela agência norte-americana Gallup em abril de 2014 (excluindo a Crimeia, em virtude da anexação russa) teve resultados similares: estimava-se que 85% dos ucranianos se opunham a uma intervenção militar russa sob o argumento de proteger russófonos da Ucrânia, medida que era apoiada somente por 13% da população. No leste (províncias de Dnipropetrovsk, Donetsk, Kharkiv e Luhansk, na metodologia da pesquisa) e no sul (províncias de Kherson, Mykolaïv, Odesa e Zaporizhzhia, sem a Crimeia), os percentuais de opositores e apoiadores de tal possibilidade de intervenção militar russa foram, respectivamente, de 69% x 19% e 75% x 13%. Na mesma pesquisa, apenas 9% dos entrevistados na Ucrânia concordavam com a tese de que a anexação da Crimeia ocorreria em nome da proteção de russófonos (Opposition ..., 2014).

No que tange à questão do secessionismo, uma pesquisa realizada em fevereiro de 2014 (antes da derrubada de Ianukovych) pelo KMIS e a Fundação Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv apontou que uma unificação entre Ucrânia e Rússia era apoiada por 12,5% dos ucranianos, enquanto que 82,7% favoreciam que Ucrânia e Rússia fossem Estados independentes separados. No sul (ARK, Sevastopol e as províncias de Dnipropetrovsk, Zaporizhzhia, Mykolaïv, Odesa) e no leste (províncias de Donetsk, Kharkiv e Luhansk) tais índices foram, respectivamente, de 19,4% x 74,3% e 25,8% x 74,2%. O apoio mais alto à unificação Ucrânia-Rússia foi registrado na Crimeia (41%, diante de 35,9% na medida feita

em novembro de 2013), seguida pelas províncias de Donetsk (33,2%, diante de 29,8% em novembro de 2013) e Luhansk (24,1% em fevereiro de 2014 e 29,4% em novembro de 2013). A *oblast'* de Odesa foi a única outra província da Ucrânia em que indicadores de apoio a uma união Rússia-Ucrânia excederam 20%, embora ainda abaixo dos níveis observados na Crimeia e no Donbass. Por fim, vale mencionar que a pesquisa estimou que 31,8% dos russos étnicos da Ucrânia como um todo apoiavam a unificação da Ucrânia com a Rússia, enquanto que 67,5% apoiavam que Ucrânia e Rússia fossem países independentes separados (Dynamika stavlennia ..., 2014).

Em março de 2014, a Fundação Ilko Kucheriv estimou que a ideia de formação de um Estado independente a partir de províncias do sul e do leste da Ucrânia era apoiada por somente 10,7% dos ucranianos como um todo, enquanto que 71,8% dos entrevistados afirmaram opor-se a tal ideia. O corte regional, contudo, mostrava significativas diferenças, com o apoio à secessão notoriamente mais forte no Donbass. No sul (províncias de Kherson, Mykolaïv e Odesa, conforme a metodologia da pesquisa), os resultados, respectivamente, foram: 10% x 78,5%; no leste (Dnipropetrovsk, Kharkiv e Zaporizhzhia), 9,8% x 77%; no Donbass (Donetsk e Luhansk), 18,2% x 53,6%. Já o cenário de incorporação do sul e do leste da Ucrânia à Rússia teve apoio de 10,3% e rejeição de 75,9% em nível nacional, sendo 9,5% x 77,5% no sul; 10,6% x 79,6% no leste; e 26,8% x 51,7% no Donbass (Chy vlastyvi ..., 2014), o que ilustrou, mais uma vez, a maior força, ainda que minoritária, do secessionismo pró-russo no Donbass.

A referida pesquisa do KMIS realizada em abril de 2014 também cobriu os temas do secessionismo e da configuração do Estado ucraniano. A pesquisa estimou que apenas 8,4% dos habitantes da região delimitada pelas províncias de Dnipropetrovsk, Donetsk, Kharkiv, Kherson, Luhansk, Mykolaïv, Odesa e Zaporizhzhia apoiavam uma unificação entre Ucrânia e Rússia, enquanto que 89,1% afirmavam rejeitar tal cenário. Até mesmo nas duas províncias do Donbass, o percentual de apoiadores de uma unificação Rússia-Ucrânia chegava a 12,4% na província de Donetsk (86,9% de opositores) e 15,9% na de Luhansk (80,4%). Fora do Donbass, a *oblast'* de Kharkiv foi aquela com o maior registro de autodeclarados apoiadores de uma unificação Rússia-Ucrânia, com 11,1% (Dumky ..., 2014).

No que tange à possibilidade de incorporação de uma *oblast'* específica à Rússia, a pesquisa do KMIS estimou que 69,7% dos habitantes do território delimitado para a pesquisa não apoiavam, enquanto que 15,4% apoiavam, a incorporação da *oblast'* em que viviam à Rússia. O Donbass registrou o maior nível de apoio à incorporação pela Rússia. Na *oblast'* de

Donetsk, o percentual de apoiadores do ingresso da província no Estado russo era de 27,5%, enquanto que o de opositores era de 52,2%. Na *oblast'* de Luhansk, os percentuais eram, respectivamente, de 30,1% e 51,9%. Novamente, a *oblast'* de Kharkiv foi a que mais se aproximou do Donbass no que tange ao percentual de apoiadores da incorporação pela Rússia, com 16,1%. Ao mesmo tempo, a maior autonomia regional ou a federalização, somadas, tinham apoio majoritário em comparação com a opção de manutenção do sistema político-administrativo até então vigente na Ucrânia. Nas oito províncias como um todo, o percentual de apoiadores da autonomia ou da federalização foi de 70% (45,2% e 24,8%, respectivamente, para a descentralização e a federalização). Nas províncias de Donetsk e Luhansk, os números foram, respectivamente, de 79,5% (41,1% e 38,4%) e 76,1% (34,2% e 41,9%). A *oblast'* de Kharkiv foi aquela com resultados mais próximos aos do Donbass no que tange ao apoio à descentralização ou à federalização da Ucrânia: 71,3% (39,1% + 32,2%) (Dumky ..., 2014).

Uma outra pesquisa realizada pelo KMIS em abril e maio de 2014 mostrou que, no Donbass, o apoio à independência ou anexação por outro Estado – presumivelmente, a Rússia - era estimado em 31% (8% para a independência, somados a 23% para a anexação). O apoio à permanência na Ucrânia, seja em um sistema federativo (23%), com mais poderes (26%) ou com o mesmo status no sistema vigente até então (9%), foi estimado em quase 60% (Katchanovski, 2016, p.484-485). A pesquisa Gallup de abril de 2014 estimou que a federalização da Ucrânia era apoiada por 35% e 26% da população, respectivamente, no leste e no sul da Ucrânia (Opposition ..., 2014).

No caso do Donbass, a pesquisa do KMIS de abril de 2014 mostrou que o apoio à secessão e anexação à Rússia entre russos étnicos não era majoritário, ainda que fosse superior ao de opositores de tal medida (45% x 33%) (Giuliano, 2018, p.166-167). Já a referida pesquisa de abril e maio de 2014 feita pelo KMIS, utilizada pelo cientista político Ivan Katchanovski, estimou que 6% dos russos étnicos do Donbass apoiavam a independência, enquanto que 16% eram favoráveis à incorporação da região por outro Estado (na prática, em quase todos os casos, a Rússia). O apoio à permanência do Donbass na Ucrânia entre russos étnicos foi estimado em 63% (20% em um arranjo federal, 35% com expansão de poderes em relação ao sistema vigente até o início da guerra e 8% com o mesmo status do pré-guerra). Na categoria mais ampla dos russófonos, os índices de apoio à independência, à anexação por outro Estado ou à permanência na Ucrânia foram, respectivamente, de 9%, 3% e 73% (Katchanovski, 2016, p.485-487).

No que tange às questões linguística e do status dos russófonos na Ucrânia, a

pesquisa de abril de 2014 do KMIS indicou que, nas oito regiões cobertas pelo estudo como um todo, 23,1% dos entrevistados disseram acreditar que os direitos da população russófona da Ucrânia eram suprimidos, sendo, respectivamente, 39,9%, 29,5%, 24,8% e 20% nas *oblasti* de Donetsk, Luhansk, Kharkiv e Odesa. No corte para as províncias individualmente tomadas, estimou-se, respectivamente, que 5,4%, 3% e 4% dos habitantes das *oblasti* de Donetsk, Luhansk e Kharkiv consideravam que os direitos dos russófonos eram suprimidos em suas províncias. Nas oito províncias como um todo, 6,5% dos entrevistados afirmaram que “a imposição de uma língua” era uma questão preocupante, percentual que subia para 9,4% e 12,7%, respectivamente, nas províncias de Donetsk e Luhansk (Dumky ..., 2014). Por outro lado, 50% dos russos étnicos entrevistados no Donbass afirmaram considerar que os direitos dos russófonos eram violados na Ucrânia, enquanto que 43% afirmavam discordar de tal visão (Giuliano, 2018, p.169-170). Na referida pesquisa da Gallup de abril de 2014, 68% dos russófonos entrevistados disseram-se contrários a uma intervenção militar em defesa de falantes de russo na Ucrânia, enquanto que 19% afirmaram-se favoráveis (Opposition ..., 2024).

Por fim, a pesquisa do KMIS de abril de 2014 também abordou a questão do envolvimento russo nos acontecimentos na Ucrânia. Na média das oito províncias cobertas pela pesquisa de abril, 54,1% consideravam que a Rússia interferia de maneira ilegítima na nos assuntos internos da Ucrânia, percentual que baixava para 32,9% e 33,5%, respectivamente, nas províncias de Donetsk e Luhansk – as únicas em que o percentual daqueles que consideravam a interferência russa legítima superava o índice dos que a consideravam ilegítima. Além disso, no total das oito *oblasti* do sul e do leste, 32,6% concordaram com a afirmação de que a Rússia protegia os interesses dos russófonos da região, enquanto que 49,9% discordavam. As províncias de Donetsk e Luhansk foram as únicas em que os percentuais de concordância com tal afirmação superaram os de discordância (respectivamente, 47% de concordância x 33,4% de discordância e 44,2% de concordância x 31,8% de discordância). No que tange ao envolvimento militar russo, 74,3% dos entrevistados nas oito *oblasti* se opunham a uma intervenção militar russa na Ucrânia, enquanto que somente 11,7% diziam apoiar tal possibilidade. No Donbass, o percentual de opositores de uma intervenção russa também era majoritário, chegando a 66,3% na *oblast'* de Donetsk (ante 19,3% de apoiadores) e 53,4% na de Luhansk (também 19,3% de apoiadores). Na média das oito províncias consideradas, estimou-se que apenas 9,1% dos habitantes saudariam tropas russas invasoras ou se juntariam a estas últimas. Os percentuais mais altos

nessa questão específica foram registrados nas províncias de Donetsk, Luhansk e Kharkiv: respectivamente, 16,1%, 14,2% e 11,9% (Dumky ..., 2014).

De modo geral, portanto, como lembrado por Arel e Driscoll (2023, p.121), as ações secessionistas pró-russas e diversas de suas principais bandeiras não expressavam a vontade política majoritária nas sociedades do leste e do sul da Ucrânia, e sim a capacidade de organização e ação de determinados grupos sociais dispostos a usarem a violência para atingir seus objetivos políticos. Nesse sentido, cabe analisar as ações políticas tomadas pelos separatistas e suas implicações para a Rússia.

Como visto acima, Donetsk e Luhansk foram as duas únicas regiões nas quais rebeliões secessionistas armadas pró-russas conseguiram se afirmar. Participantes do levante secessionista no Donbass afirmavam o desejo de unificação com a Rússia e a oposição ao nacionalismo ucraniano e, de modo geral, à Ucrânia que se desenhava no pós-Maidan. O sentimento antioligárquico também era um elemento encontrado no discurso secessionista, que também se caracterizava por uma ideologia socialmente conservadora. De modo geral, a ideia do Mundo Russo pautava ideologicamente a rebelião separatista pró-russa no Donbass, unindo elementos monarquistas imperiais russos e sentimentos pró-soviéticos (MATVEEVA, 2018, p.102-103, 115). Além disso, independentemente de posições individuais de apoio ou não à secessão e/ou anexação pela Rússia, havia, no Donbass uma ampla rejeição ao elemento nacionalista ucraniano presente no Maidan e no novo governo pós-Ianukovych. Apesar de, como mencionado acima, relatórios do ACNUDH terem apontado que ataques a russos étnicos na Ucrânia tinham um caráter pontual, e não de larga escala (ACNUDH, 2014a, 2014b; Allison, 2014, p.1262-1263), esse elemento suscitou, em muitos habitantes do Donbass, temores de que, na Ucrânia pós-Maidan, a região, seus cidadãos, sua identidade e sua cultura seriam desrespeitados, discriminados ou mesmo alvo de violência (Giuliano, 2018; Kudelia, 2014b).

Além das divergências identitárias, deve-se mencionar o fator econômico. Entre habitantes do Donbass, era comum a percepção de que a região era alvo de políticas econômicas injustas na Ucrânia, e de que tal situação poderia se perpetuar ou mesmo se agravar na Ucrânia pós-Maidan. Ademais, diversos setores da economia da região, em medida significativa, eram baseados em relações comerciais com a Rússia, de modo que o prospecto de afastamento em relação a Moscou sinalizado pelo Maidan era visto por muitos no Donbass como prenúncio de uma degradação da situação econômica na região (Giuliano, 2015, 2018).

A sequência de ações visando à secessão ganhou fôlego após a derrubada de

Ianukovych. Em março de 2014, o parlamento da *oblast'* de Donetsk, sob pressão de ativistas pró-russos, apelou à VR pela possibilidade de realização de um referendo sobre o status da região, embora condenando intenções separatistas. Diante de tal moderação da elite política da região no que tange às relações com o centro estatal em Kiev, ativistas pró-russos radicalizaram sua atuação. O referido Pavel Gubarev declarou-se “governador do povo” da região e mobilizou um grupo de ativistas pró-russos que ocupou o prédio do parlamento regional e anunciou planos de separação da Ucrânia (Arel; Driscoll, 2023, p.127-130; Toal, 2017, p.253-254). Cenas similares ocorreram na província de Luhansk. Sob pressão de manifestantes pró-russos, o parlamento da *oblast'* declarou considerar ilegítimos os órgãos políticos executivos centrais em Kiev, além de apoiar a realização de um referendo sobre a federalização da Ucrânia e apelar à VR pela oficialização da língua russa. Em caso de não cumprimento de tais demandas e de escalada de instabilidade na Ucrânia, insinuou-se o direito de solicitar apoio da Rússia (Rezoliutsiia sessii..., 2014). Em 5 de março de 2014, de maneira similar ao que ocorrera em Donetsk, uma assembleia de manifestantes em Luhansk elegeu Aleksandr Kharitonov (Oleksandr Kharitonov, em ucraniano), um ex-membro do PSPU, como “governador do povo” de Luhansk. Dias depois, uma das organizações que lideravam as manifestações pró-russas na região, da qual Kharitonov fazia parte, endereçou um apelo por proteção a Putin (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.224-226).

O mês de abril de 2014 foi marcado por mais passos no sentido de criação de Estados separatistas. Em 7 de abril, ativistas pró-russos declararam, em Donetsk, o estabelecimento do “Estado soberano” (*suverennoe gosudarstvo*) da DNR (DNR, 2014a), decisão reafirmada no “Ato de Declaração da Autonomia (*samostoiatel'nost'*) Estatal da DNR” (DNR, 2014b). Esses documentos foram acompanhados de um apelo a Vladimir Putin, em nome da entidade separatista, por proteção da Rússia – na forma da atuação de tropas de paz russas no Donbass - diante do que os separatistas classificaram como a repressão a russófonos pelo governo ucraniano (DNR, 2014c). Em 27 de abril, declarações análogas foram feitas por separatistas na *oblast'* de Luhansk (V Luganske ..., 2014).

Durante o levante secessionista, as lideranças separatistas do Donbass também planejavam a realização de um referendo de incorporação à Rússia. Entretanto, o tema da votação foi alterado para o da *samostoiate'lnost'*. Embora essa palavra, como visto acima, pudesse ser entendida como independência, outros significados, como “autogoverno” ou “autossuficiência”, também eram possíveis. O termo mais usado em língua russa para se referir à independência estatal propriamente dita é *nezavisimost'*. Simpatizantes dos

separatistas defendiam tal ambiguidade exatamente para preservar a possibilidade de flexibilidade nas ações do movimento (Matveeva, 2018, p.111-112). Em maio de 2014, os separatistas do Donbass realizaram referendos sobre a *samostoiatel'nost'* estatal da DNR e da LNR - e não a *nezavisimost'* ou a incorporação à Rússia, vale enfatizar. De acordo com os organizadores, os resultados, respectivamente, para os territórios reivindicados pela DNR e pela LNR foram de 89,07% e 96,2% de apoio às declarações de *samostoiatel'nost'* estatal de abril, com taxas de comparecimento anunciadas, respectivamente, de 74,87% e 75%. As votações foram realizadas com deficiências organizacionais e de legitimidade similares às observadas no referendo da Crimeia. Nesse contexto, pode-se dizer que os resultados anunciados pelos organizadores dificilmente correspondiam fielmente à realidade das preferências da população do Donbass.

Em virtude da resistência de atores da elite e da população em partes da região, os referendos não foram realizados em diversas localidades do Donbass. Vale ressaltar, por outro lado, que, dada a debilidade organizacional e de quadros do movimento separatista em seu início, a inação ou mesmo o apoio de atores da burocracia estatal, das forças de segurança e da elite política do Donbass facilitou a organização dos referendos. Esse fator contribuiu para que a iniciativa do referendo ganhasse, aos olhos de parte da população, uma percepção de legitimidade (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.296-306). No dia seguinte aos referendos, a DNR e a LNR declararam-se Estados independentes.

A bandeira utilizada pela DNR foi emprestada daquela utilizada pela referida DR – a qual, por sua vez, inspirava-se na bandeira do Interdvizhenie dos anos 1990. Ativistas da DR e outros atores de orientação ideológica afim, por sua vez, participaram das agitações separatistas de 2014 e, posteriormente, da política e da vida pública nas regiões sob controle separatista – em alguns casos, inclusive, assumindo postos políticos nas estruturas da DNR (Arutunyan, 2022; Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.249-250, 295; Matveeva, 2018, p.203; Shekhovtsov, 2016; Skorkin, 2018a, 2021). Entre os deputados da VR, o lado separatista ganhou parca adesão. Pode-se falar, nesse sentido, no famoso caso do referido Oleg Tsariov, originário da província de Dnipropetrovsk. Tsariov tornou-se o presidente do parlamento da Novorossia, nome pelo qual líderes da DNR e da LNR chamavam a confederação posteriormente formada pelas duas entidades separatistas. Com o esvaziamento do projeto político da Novorossia em virtude dos acordos de Minsk, Tsariov, a exemplo de outros políticos do PR e do governo Ianukvocyh, estabeleceu-se na Rússia (Matveeva, 2018, p.113, 179-180).

Além de Tsariov, pode-se mencionar os casos dos deputados Oleksandr Bobkov (Aleksandr Bobkov, em russo), Serhii Horokhov (Sergei Gorokhov, em russo) e Volodymyr Struk (Vladimir Struk, em russo), originários do Donbass. Membros da bancada parlamentar do PR, Bobkov e Struk envolveram-se em atividades do movimento separatista em 2014 ou, posteriormente, na vida política e econômica da DNR e da LNR (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.241-254, 299-305). O referido Oleksandr Iefremov, então deputado na VR e líder do PR na região de Luhansk, expressou publicamente solidariedade aos separatistas, havendo especulações de que o político pode ter financiado o movimento secessionista na *oblast'*. Iefremov chegou a ser processado na Ucrânia por acusações de apoiar os secessionistas (Hauter, 2023, p.105-108).

O espectro de violência e de um conflito armado esteve presente nas dinâmicas em torno do movimento separatista no Donbass. Milícias voltadas para manter a ordem pública, combater nacionalistas ucranianos (que, conforme acreditava uma parcela da população do Donbass, preparavam-se para atacar a região) ou mesmo tomar o poder vinham sendo formadas no Donbass já a partir do final de 2013. Em fevereiro de 2014, com a queda de Ianukovych, esse processo se acentuou. Entre os líderes de tais iniciativas, estavam figuras como o referido Pavel Gubarev, cujo grupo continha cidadãos russos (Hauter, 2023, p.96-99; Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.192-196, 210-220, 231-233). Em meio a esse contexto, a escalada de tensões foi ilustrada por ataques a manifestantes pró-Ucrânia em diversas cidades do Donbass. Um relatório do ACNUDH sobre a situação em abril de 2014 destacou que participantes dos levantes pró-russos no leste da Ucrânia vinham cometendo crescentes violações de direitos humanos, como sequestros, intimidações e detenções arbitrárias (ACNUDH, 2014b). Em alguns casos, os ataques realizados por manifestantes pró-russos chegaram a contar com a conivência ou mesmo o apoio de forças policiais locais (ACNUDH, 2014b).

Entretanto, o marco crucial em direção à guerra foi capitaneado não por habitantes do Donbass, e sim por um cidadão russo vindo da Rússia: o ex-agente do FSB Igor Girkin. Nacionalista russo, conhecido pelo nome de guerra Igor Strelkov, Girkin havia se envolvido com a milícia pró-russa de Aksionov na Crimeia e participou da tomada de prédios públicos nessa região (Arel; Driscoll, 2023, p.147-148; Hauter, 2023, p.129-130). Ligado a círculos intelectuais de nacionalistas e conservadores russos, Girkin era um entusiasta da Rússia tsarista e do Movimento Branco. Nos anos 1990, Girkin lutou nas guerras da Bósnia e Herzegovina (por forças sérvias), da Transnístria e da Chechênia (Aleksandrov, 2019; Arel;

Driscoll, 2019, p.148; Laruelle, 2016, p.58-59; Matveeva, 2018, p.93-97, 132-136, 203, 223-224; Toal, 2017, p.241-242, 245-247, 253).

Em 12 de abril de 2014, Girkin capitaneou um grupo de cerca de 50 homens armados que invadiu o Donbass a partir da *oblast'* russa de Rostov, que faz fronteira com a Ucrânia nas províncias de Donetsk e Luhansk. O grupo de Girkin articulou-se com atores do movimento separatista da região e, encontrando pouca resistência de forças policiais locais, tomou prédios das forças de segurança da Ucrânia na cidade de Sloviansk, na *oblast'* de Donetsk (Arutunyan, 2022; Zakharov, 2023). A grande maioria do grupo armado de Girkin era composta por cidadãos da Ucrânia (Arutunyan, 2022). Conforme a investigação do pesquisador Jakob Hauter, pelo menos nove dos combatentes liderados por Girkin eram cidadãos russos (incluindo veteranos de órgãos de segurança e inteligência russos). Além disso, diversos membros do grupo de Girkin também já haviam se envolvido nas ações de anexação da Crimeia (Hauter, 2023, p.130-138). Com as ações armadas no Donbass, Girkin esperava uma incursão de forças russas em apoio ao levante secessionista na região. A e acontecimento, seguiu-se a tomada de diversas cidades no Donbass. Em resposta às ações do grupo de Girkin, o governo ucraniano decretou o início do que chamou de “Operação Antiterrorista” no Donbass. A região entrava, portanto, em um estado de guerra.

Por período significativo durante a crise, as forças de segurança da Ucrânia, seja por fraqueza institucional ou pelo temor de que a escalada de violência poderia ser usada para justificar uma intervenção russa, não conseguiram ou não se dispuseram a sufocar a rebelião secessionista pró-russa no Donbass (Arel; Driscoll, 2023, p.147-151; Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.281-290; Matveeva, 2018, p.106-111; Toal, 2017, p.253-259; Zakharov, 2023). Para além da própria desorganização e da debilidade de recursos das forças armadas ucranianas, um outro fator que beneficiou a rebelião secessionista foi a existência de oficiais, predominantemente de baixo escalão, simpáticos aos separatistas e indispostos com o governo central em Kiev. Desse modo, houve registros, por exemplo, de deserções de membros das forças ucranianas para o lado separatista. Além disso, parte da elite regional no Donbass apoiava as ações dos separatistas, o que elevava os custos dos esforços militares do governo ucraniano (Arel; Driscoll, 2023, p.151-152; D’anieri, 2023, p.225; Kudelia, 2014b, p.3; Matveeva, 2018, p.122-123; Toal, 2017, p.259-260).

Uma outra particularidade no caso do Donbass deve ser destacada: a questão de as forças armadas e de segurança da Ucrânia não terem, à época do início da guerra, preparo para operações de contrainsurgência, o que traria importantes implicações para as relações

entre o Estado ucraniano e a população das regiões onde ocorria o conflito (Arel; Driscoll, 2023, p.151-152; D'anieri, 2023, p.225; Matveeva, 2018, p.121, 145; Toal, 2017, p.259-260). Diante desse fator, e levando em conta a alta densidade urbana das áreas conflagradas no Donbass, os métodos de bombardeio utilizados pelas forças ucranianas, não raro, atingiam e ocasionavam mortes de civis na região (cabe mencionar que as forças separatistas também utilizaram métodos que punham em risco e vitimavam civis) (Arel; Driscoll, 2023, p.166-167, 175; Matveeva, 2018, p.121, 156, 186). Como consequência, diversas ações militares ucranianas resultaram na alienação de muitos habitantes do Donbass em relação a Kiev, o que, por sua vez, contribuiu para a elevação da simpatia à causa separatista na região (Arel; Driscoll, 2023, p.167; Matveeva, 2018, p.250; Toal, 2017, p.260).

Por fim, uma outra relevante consequência das dificuldades e fraquezas das forças armadas ucranianas foi a atuação de grupos paramilitares, sob autorização e encorajamento governamental e de políticos ucranianos, no conflito contra os separatistas. Ideologicamente mais motivadas para combate, tais organizações eram frequentemente financiadas por oligarcas ucranianos - em particular, Ihor Kolomoisky, originário da região de Dnipropetrovsk. Parte de tais grupos era formada por ativistas que haviam atuado no Maidan. Havia, ainda, a participação de indivíduos ligados a setores da extrema-direita nacionalista ucraniana, incluindo neonazistas, como no caso do Batalhão Azov (posteriormente chamado Regimento Azov). Posteriormente, parte dessas organizações paramilitares viria a ser incorporada às forças armadas e de segurança do Estado ucraniano. Há registros, ainda, de que os batalhões paramilitares ucranianos agiam de maneira violenta e arbitrária contra civis no Donbass. Esses fatores contribuíram para intensificar o discurso russo e separatista sobre a ameaça nacionalista ucraniana (Arel; Driscoll, 2023, p.152-154, 159; D'Anieri, 2023, p.225-227; Matveeva, 2018, p.123-124, 146; Toal, 2017, p.255).

Violações de direitos humanos também foram cometidas por tropas separatistas (Matveeva, 2018, p.146). Além disso, cabe mencionar que, apesar da presença, no movimento separatista do Donbass, de indivíduos de esquerda, da simbologia pró-soviética e da retórica de combate a fascistas e neonazistas na Ucrânia, diversos participantes do movimento separatista possuíam ligações com organizações de extrema-direita russas e pró-russas, incluindo neonazistas. Neonazistas e ultranacionalistas russos (e de outros países) também atuavam nas forças separatistas no Donbass (Ishchenko, 2016b, p.79-83; Laruelle, 2016, p.67-70; Likhachev, 2016, p.18-27; Mirsky, 2022; Skorkin, 2015; Toal, 2017, p.252, 358). Elementos ideológicos conservadores, tsaristas e cristãos ortodoxos radicais também eram

frequentemente encontrados no arcabouço ideológico dos separatistas do Donbass (Likhachev, 2016, p.24-26; Skorkin, 2015).

Nesse sentido, é preciso lembrar que, na sociedade russa, a luta soviética contra a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial tem sido lembrada mais amplamente como uma luta pela sobrevivência da pátria do que como uma luta universal contra o nazifascismo enquanto ideologia. Na Rússia, o termo “fascismo” tem sido comumente associado à imagem de um inimigo externo – majoritariamente, a Alemanha nazista, mas incluindo, também, outros Estados comumente tidos como inimigos da Rússia, como a Ucrânia, os países do Báltico e a Polônia. Dados de opinião pública na Rússia indicam, ademais, que o conceito de “fascismo” não tem sido entendido primariamente em termos ideológicos (Laruelle, 2021, p.56-61). Essa particularidade também pode ser aplicada no caso da Ucrânia, onde o conceito do termo “antifascismo” utilizado por atores políticos de orientação ideológica pró-russa frequentemente assumia significados similares (Shekhovtsov, 2015). No contexto do movimento secessionista pró-russo no Donbass, o uso do termo “antifascista” tem se referido ao combate ao nacionalismo ucraniano - ignorando, dessa forma, o nacionalismo russo presente no movimento separatista (Ishchenko, 2016b, p.75; Likhachev, 2016, p.21-22). Tais fatores permitem compreender a aparente contradição entre a reivindicação de combate ao fascismo e a presença de elementos da extrema-direita nacionalista russa no movimento separatista no Donbass.

Em poucos meses, a guerra no Donbass havia resultado em uma enorme catástrofe humanitária. Até o final de 2014, o número de mortes relacionadas ao conflito foi estimado em 6.200, sendo cerca de um terço de civis (Arel; Driscoll, 2014, p.176). Em agosto de 2014, cerca de 285 mil habitantes do Donbass haviam deixado suas residências em virtude da guerra. Milhares de refugiados estabeleceram-se em outras regiões da Ucrânia ou na Rússia (Sakwa, 2015, p.165-166). A partir de julho de 2014, as forças armadas da Ucrânia, em conjunto com grupos paramilitares, recuperavam crescentemente territórios ocupados pelos separatistas no Donbass. Os sucessos militares da Ucrânia suscitavam a possibilidade de sufocamento e colapso do levante separatista pró-russo no Donbass. Diante desse cenário, a Rússia intensificou seu envolvimento enquanto ator crucial não só na guerra em si, como também nas próprias disputas em torno da configuração do Estado ucraniano associadas ao conflito e às agitações pró-russas de 2014.

## **7.6 A Rússia, os movimentos pró-russos no leste e no sul da Ucrânia e a guerra no**

## Donbass

De que maneira a Rússia agiu no contexto das agitações pró-russas no leste e no sul da Ucrânia, em particular no caso do Donbass, em 2014? A crise do Estado ucraniano e as agitações pró-russas no leste e no sul contribuíram para a continuidade de tensões em torno da questão da configuração do Estado e da integridade territorial da Ucrânia. Como visto acima, as mobilizações frequentemente apelavam para a federalização e a oficialização do russo na Ucrânia, pautas que convergiam com os interesses de Moscou. Além disso, as bandeiras secessionistas reavivavam discursos historicamente promovidos por parte da elite política e da sociedade russas no sentido de questionar a legitimidade do Estado ucraniano independente. Por fim, os ativistas pró-russos frequentemente apelavam pelo apoio e a proteção da Rússia, a qual, nos anos anteriores, já vinha desenvolvendo uma doutrina de intervenções no espaço pós-soviético ostensivamente em nome da defesa de russófonos, russos étnicos e cidadãos russos. De modo geral, o quadro de 2014 no leste e no sul da Ucrânia levantava cruciais questões sobre o posicionamento da Rússia a respeito da configuração do Estado ucraniano, bem como sobre as possibilidades de articulações de Moscou com atores da sociedade ucraniana, o que, do ponto de vista do governo Putin, gerava potenciais oportunidades para contrabalançar a mudança de regime em Kiev ocasionada pelo Maidan.

Em março de 2014, no contexto da anexação da Crimeia e em meio à instabilidade em províncias do leste e do sul ucranianos, o governo Putin expôs oficialmente sua visão sobre como a crise na Ucrânia deveria ser solucionada. A visão russa foi veiculada em um documento publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esse documento chamou atenção por conter diversos elementos relacionados à configuração do Estado ucraniano e às relações Estado-sociedade no país. A plataforma de resolução da crise proposta pela Rússia sugeria que os esforços nesse sentido deveriam ser capitaneados por atores políticos da própria Ucrânia, com base em princípios como o livre uso das línguas natais (uma referência à língua russa no leste e no sul) e no respeito às culturais locais em todas as regiões da Ucrânia. Além disso, a Rússia propôs a repressão à atuação de grupos nacionalistas radicais, voltada, de acordo com Moscou, para não permitir o renascimento da “ideologia neonazista”. Além disso, a Rússia propôs, por meio de tal documento, a adoção de uma nova constituição na Ucrânia, a ser submetida a referendo nacional, contendo os seguintes elementos: uma estrutura federativa para a Ucrânia, com as regiões do país tendo ampla autonomia em áreas como educação, economia e língua; a neutralidade política e militar do país; o

estabelecimento do russo como segunda língua oficial em nível nacional na Ucrânia; e a não interferência do Estado em assuntos religiosos. Embora a Rússia tenha continuado a aceitar a existência do Estado ucraniano independente, a perspectiva de Moscou sobre a questão territorial, por outro lado, modificou-se: a anexação da Crimeia foi implicitamente declarada como irreversível pela Rússia (Rússia, 2014).

Tendo em vista a perspectiva histórica abordada neste trabalho, a exposição do plano russo representou um importante marco na política de Moscou para a Ucrânia no que tange à questão da configuração do Estado e das relações Estado-sociedade na Ucrânia. Por exemplo, as tradicionais críticas à situação da língua russa transformaram-se em uma proposta aberta pela oficialização do russo na Ucrânia.

Uma conclusão análoga pode ser feita no que tange ao tema da federalização da Ucrânia, proposta que, como visto ao longo do presente trabalho, tinha um notório apoio em setores da elite política e da intelectualidade de política externa russas. No contexto dos acontecimentos de 2013-2014, a federalização foi novamente sugerida na Rússia não só como um elemento central para a resolução da crise na Ucrânia (Ukraina: predposylki ..., 2014; Zatulin, 2014b), como, também, para garantir que a Ucrânia fosse um país amigável à Rússia, por meio do empoderamento do leste (Konstantin Zatulin: federalizatsiia ..., 2014). Um relatório do Clube Valdai, baseado em visões de autores russos, ucranianos e de outros países, propôs a federalização (ou mesmo a confederalização) da Ucrânia como um dos elementos componentes da resolução da situação de crise e guerra no país (Ukraina: predposylki ..., 2014, p.79-81).

Na visão de Konstantin Zatulin, a federalização, ao empoderar o leste em relação ao centro estatal em Kiev, seria uma garantia de que a Rússia teria uma voz nos assuntos internos da Ucrânia por meio das regiões orientais. De acordo com tal lógica, conseqüentemente, um sistema político-administrativo desse tipo representaria um forte obstáculo para que a Ucrânia assumisse uma orientação antirrusa (Konstantin Zatulin: federalizatsiia ..., 2014). Com a crise sem precedentes do Estado ucraniano pós-soviético até então, a federalização da Ucrânia, como ilustrado pelo plano divulgado pela diplomacia russa, aparecia, portanto, como uma proposta oficial do Kremlin. Como notado por autores como Allison (2014, p.1293-1294) e Sakwa (2015, p.209), tal posicionamento visava a criar um contrapeso contra tentativas de moldar a Ucrânia conforme parâmetros ideológicos nacionalistas e pró-ocidentais.

Além dos fatores mencionados acima, há um outro aspecto relevante em torno da

postura do governo Putin: com seu envolvimento e propostas em torno da crise na Ucrânia, Moscou reivindicava expressar e defender a vontade de parte da população da própria Ucrânia. Nas palavras do ministro de relações exteriores russo, Sergei Lavrov, a federalização sugerida no referido plano russo era uma “demanda das províncias do sul e do leste” (Lavrov: Rossiia budet ..., 2014. Tradução nossa). Além disso, como visto acima, o discurso do governo russo afirmava que nacionalistas radicais haviam tomado o poder por meio de um violento golpe de Estado na Ucrânia. Conseqüentemente, na argumentação russa, os russos étnicos e russófonos da Ucrânia estariam sob ameaça, de modo que esses segmentos da população da Ucrânia buscariam a proteção da Rússia contra o que Moscou chamava de “junta fascista” no poder em Kiev (Toal, 2017, p.237-238). Tais reivindicações de Estado-protetor feitas pela Rússia estavam em linha com as referidas elaborações doutrinárias russas a respeito das relações com os compatriotas e cidadão russos em outros países do espaço pós-soviético.

Apesar da declarada aceitação do Estado ucraniano independente e suas fronteiras - já excluindo, àquela altura, o caso da Crimeia -, alguns aspectos do discurso do governo russo pareciam questionar tal compromisso ou, no mínimo, condicioná-lo a circunstâncias específicas. No referido Discurso da Crimeia, por exemplo, Putin afirmou que a existência do Estado ucraniano e suas fronteiras eram condicionais ao respeito aos direitos e aos interesses dos russos étnicos e russófonos no país (Putin, 2014b). Dessa maneira, Putin sinalizou que os tipos de Estado e de relações Estado-sociedade na Ucrânia seriam elementos cruciais a pautarem a política de Moscou com relação ao país vizinho.

Além disso, os desdobramentos da crise na Ucrânia intensificaram o nacionalismo na Rússia, o que resultou no revigoração de questionamentos sobre a identidade ucraniana e a legitimidade do Estado ucraniano independente. Outrora mais restrito a setores nacionalistas russos, tal tipo de discurso, já abordado anteriormente neste trabalho, passou a ganhar saliência no discurso do governo russo (Toal, 2017, p.237-238). O próprio Putin, por exemplo, no referido Discurso da Crimeia, afirmou que russos e ucranianos são parte de um único povo e que “territórios históricos do sul da Rússia”, por decisão dos bolcheviques, haviam sido transferidos para a Ucrânia soviética sem que se levasse em conta a composição etnonacional de tais regiões (Putin, 2014b). Em abril de 2014, enquanto escalava o conflito no Donbass, Putin passou a falar publicamente na ideia de Novorossiia como um conjunto de territórios historicamente russos no sul e no leste da Ucrânia que, por acidente histórico, haviam passado a fazer parte do Estado ucraniano independente. Tal construção ideológica

estava presente, também, entre os líderes separatistas do Donbass, que utilizavam a noção de Novorossia e sugeriam aspirações territoriais alcançando até mesmo áreas da Ucrânia que não faziam parte da Novorossia histórica (Toal, 2017, p.246, 260-262).

Seja no sentido de estabelecer contrapesos às novas forças no poder em Kiev, reconfigurar o sistema político-administrativo da Ucrânia ou até mesmo promover o desmembramento do país, as articulações com atores da elite política e da sociedade ucranianas ocupavam um importante papel nos planos da Rússia. Ao longo da crise, o governo russo parece ter esperado que atores da elite ligada a Ianukovych e ao PR tomassem a iniciativa de romper com o Estado ucraniano e aliar-se com Moscou contra a ordem pós-Maidan. Tal cenário, contudo não ocorreu. Em meio a seu processo de desintegração na VR, a bancada do PR declarou-se a favor da integridade e da unidade da Ucrânia independente (Arel; Driscoll, 2023, p.123-124, 173). A lealdade ao Estado ucraniano prevalecente nas elites políticas russófonas do leste e do sul, abordada na seção precedente deste capítulo, certamente frustrou planos russos para uma intervenção militar de maior alcance na Ucrânia (Arel; Driscoll, 2023, p.121-144). As ações secessionistas no Donbass, por exemplo, não ocorreram em canais institucionais do próprio Estado ucraniano – e sim, por meio da criação de instituições e iniciativas dos próprios separatistas, o que, do ponto de vista do governo russo, pode ter enfraquecido, pelo menos de início, a legitimidade de tais iniciativas (Arel; Driscoll, 2023, p.123-124, 173). Ideólogo e *insider* dos corredores de poder em Moscou, Konstantin Zatulin mencionou explicitamente a ausência de vontade política nas elites do leste e do sul como um elemento a limitar as possibilidades de interferência russa na Ucrânia (Zatulin, 2014a).

Entretanto, nas considerações do governo russo e de relevantes atores envolvidos ou interessados no *policy making* em Moscou, há indícios de que a elite do PR não era vista como a única alternativa de alianças para a Rússia. Em fevereiro de 2015, o jornal oposicionista russo *Novaia gazeta* publicou um documento descrito como um plano de política para a Ucrânia sugerido ao governo russo em fevereiro de 2014. Entre os supostos autores do documento, estava o oligarca russo Konstantin Malofeev, conhecido por sua adesão à ideologia conservadora e imperial, bem como pela proximidade à RPTs. Acredita-se que Malofeev tenha tido envolvimento nos debates e políticas da Rússia para a Ucrânia durante a crise de 2013-2014, bem como estabelecido interlocução com o referido Sergei Ivanov, chefe da administração presidencial russa à época, sobre tal assunto. Conforme investigações na mídia russa, Ivanov teria apoiado o envolvimento de Malofeev na Crimeia e

no Donbass, ilustrando uma espécie de “parceria público-privada” com o governo russo (Arutunyan, 2022). Malofeev, ademais, apoiou Igor Girkin (que utilizou recursos providos por Malofeev durante sua atuação em 2014 na Ucrânia) e outros atores envolvidos na anexação da Crimeia e no movimento separatista no Donbass. Malofeev negou ter relações com o documento publicado pelo *Novaia gazeta*, enquanto que o governo russo não confirmou nem negou a autenticidade deste último (Arutunyan, 2022; Hauter, 2023, p.140-141; Zakharov, 2023).

Produzido antes da queda de Ianukovych, o documento argumentava que o governo de Ianukovych estava em vias de colapso e que a Rússia não poderia contar com um novo interlocutor razoável no poder em Kiev. Diante desse quadro, os autores do documento propuseram que o governo russo encerrasse o apoio a Ianukovych e diversificasse seu quadro de relações com atores da sociedade ucraniana para além da classe política tradicional de Kiev. Ademais, o documento propôs, diante do contexto de crise na Ucrânia - no qual o cenário de guerra civil foi descrito como “inevitável” – que a Rússia se aproveitasse das forças centrífugas e pró-russas de certas regiões da Ucrânia. Segundo o documento, Moscou deveria dar garantias de apoio a tais forças e promover a anexação (“de uma maneira ou de outra”) das regiões orientais da Ucrânia à Rússia. Conforme os autores do documento, as regiões prioritárias, nesse sentido, seriam a Crimeia e a *oblast’* de Kharkiv, descritas como áreas onde grupos pró-russos eram suficientemente fortes. Um passo anterior a tal medida proposto no plano foi a organização de protestos com demandas pela federalização (ou confederalização) da Ucrânia (Lipskii, 2015).

Há evidências de que atores da elite política russa, de fato, buscaram executar planos nesse sentido. Sergei Glaziev, nascido na cidade ucraniana de Zaporizhzhia, era um apoiador da anexação de províncias do sul e do leste ucranianos à Rússia e buscava persuadir Putin a promover um maior envolvimento russo nessas regiões (Zygar’, 2016, p.347). Gravações de conversas com participação de Zatulin e Glaziev, datadas de fevereiro e março de 2014 e divulgadas pelas autoridades ucranianas a partir de 2016, apontam o envolvimento desses dois políticos com participantes das manifestações pró-russas na Ucrânia (Hauter, 2016, p.111). Zatulin admitiu publicamente a participação em tais conversas (acusando, ademais, os Estados Unidos de terem realizado o grampeamento das ligações em questão), embora tenha acusado o governo ucraniano de manipular as gravações. Outro participante das conversas, o referido Kirill Frolov, do IPCEI, também confirmou, *de facto*, se tratar de sua voz nas gravações. Glaziev, por sua vez, negou-se a comentar as gravações (Glaziev i Zatulin ..., 2016; Iunanov;

Mokrushin, 2016). Destacados participantes do movimento separatista no Donbass afirmaram publicamente que Glaziev, de fato, mantinha contatos com ativistas pró-russos na Ucrânia, incluindo no caso do Donbass. Conforme tais testemunhos, também houve tentativas de contato de ativistas pró-russos do Donbass com Zatulin (Hauter, 2023, p.112; Rossiiskii kurator ..., 2018). Ainda segundo tais testemunhos, Glaziev expressava apoio moral (Hauter, 2023, p.112) ou mesmo prometia apoio concreto da Rússia aos ativistas pró-russos na Ucrânia (Rossiiskii kurator ..., 2018).

Nas gravações, Zatulin e Glaziev discutem o apoio a ativistas pró-russos nas cidades de Kharkiv, Odesa e Zaporizhzhia. Nesse sentido, depreende-se das gravações, por exemplo, que Zatulin proveu apoio financeiro a ações em Kharkiv e Odesa, e que Glaziev e seus interlocutores, incluindo Kirill Frolov (que estava em Odesa), mantinham contatos com ativistas em Odesa e Zaporizhzhia. Os ativistas solicitavam e recebiam instruções de Glaziev e sua equipe. Glaziev insistia que os ativistas pró-russos deveriam forçar parlamentos regionais a declararem o não reconhecimento do governo central pós-Maidan. Além disso, Glaziev sugeriu que ativistas pró-russos tomassem, na prática, o poder em regiões da Ucrânia, estabelecessem novos órgãos de governo e mobilizassem solicitações de apoio da Rússia. Nesse sentido, em alguns dos diálogos, Glaziev parece aludir à referida decisão de Putin e do Conselho da Federação pela possibilidade de uso de tropas russas no território da Ucrânia (Besedy ..., 2016; Zakharov, 2023).

Dessa maneira, aparentemente, esperava-se a construção de um cenário para uma intervenção russa a partir do fomento e da instigação, no nível regional na Ucrânia, de contra-elites. Tal cenário acabou não se concretizando nos moldes e localidades das gravações, mas um roteiro similar ocorreu no Donbass. Nesse sentido, como destacado por autores como Arel e Driscoll (2023, p.134-135), Arutunyan (2022), Hauter (2023, p.113) e Toal (2017, p.250-251), o conteúdo das conversas revela um caráter improvisado e caótico dos planos de Glaziev e Zatulin - que, não necessariamente, estavam executando um plano do Kremlin - e suas relações com ativistas pró-russos atuantes na Ucrânia. O conteúdo das conversas também sugere tanto uma limitação de recursos, quanto de controle que tais atores da elite política russa exerciam sobre os acontecimentos nas regiões em questão.

Por fim, outras fontes apontam o envolvimento de outros atores da elite política russa, ou próximos a esta última, na Ucrânia em 2014. Por exemplo, documentos vazados e investigações jornalísticas sugerem que a equipe de Vladislav Surkov tinha uma lista de ativistas pró-russos em diversas regiões da Ucrânia. Conforme tais fontes, ativistas pró-russos

na Ucrânia solicitavam à equipe de Surkov apoio material para a sustentação dos protestos anti-Maidan (Zakharov, 2023). Surkov, à época ocupando o cargo de assistente de Putin, emergiu como o principal *kurator* do governo russo para assuntos relacionados à Ucrânia. De modo geral, tais evidências sugerem que o governo russo agia como uma espécie de regulador de uma rede de atores, não necessariamente estatais, envolvidos nos movimentos pró-russos na Ucrânia (Toal, 2017, p.239-240, 244-248).

Certas fontes no movimento separatista no Donbass argumentam que o governo russo, de início, reagiu lentamente aos acontecimentos do início de 2014, pois não compreendia bem os intentos e a força do movimento pró-russo (Matveeva, 2018, p.276-277). Nesse sentido, vale mencionar que não há evidências de que as ações de nascimento das repúblicas separatistas no Donbass tenham ocorrido mediante coordenação entre atores locais e o governo russo – um cenário diferente, portanto, do processo de anexação da Crimeia. O momento de fundação da DNR e da LNR foi bastante desorganizado e improvisado, o que dificultava a consolidação de interlocutores com os quais a Rússia poderia estabelecer articulações (Arutunyan, 2022). Vale mencionar que Putin até mesmo havia solicitado aos secessionistas do Donbass que adiassem – ou, conforme Girkin, cancelassem - os referendos de maio de 2014 (Toal, 2017, p.264-266; Matveeva, 2018, p.106-117).

Entretanto, é notório que a Rússia instrumentalizou e potencializou o impacto dos separatismos pró-russos na Ucrânia em 2014 por meio de diversos tipos de apoio. A dimensão propagandística, com o discurso diplomático e midiático, assumia destaque enquanto canal voltado para amplificar o alcance da insurgência separatista no Donbass (Arel; Driscoll, 2023, p.173). No contexto de guerra, também cabe ressaltar, evidentemente, a dimensão militar. Embora, no início do conflito, os indícios apontem para uma restrita transferência de armamentos russos, há evidências de que centros de recrutamento militar russos auxiliaram no recrutamento de voluntários da Rússia para as forças separatistas. Voluntários russos também eram treinados por agentes russos em instalações ligadas ao exército russo (Arel; Driscoll, 2023, p.158-159).

Nesse sentido, cabe destacar que a dimensão transnacional do envolvimento de cidadãos russos é um aspecto particularmente chamativo da guerra no Donbass. Em particular após o referido incidente de Odesa de 2 de maio de 2014, a participação de cidadãos russos vindos da Rússia ganhou impulso. Frequentemente, tais indivíduos eram nacionalistas russos e veteranos de guerra que se viam atuando em defesa da Rússia, dos russos étnicos e da ideia do Mundo Russo (Arel; Driscoll, 2023, p.142-143, 158-159; Matveeva, 2018, p.94-97). Em

alguns casos, suspeitava-se que tais indivíduos fossem agentes dos serviços de segurança russos (Toal, 2017, p.253). Em termos ideológicos, havia, entre os russos que aderiram ao movimento separatista no Donbass, tanto nacionalistas imperiais - simpatizantes da Rússia tsarista e do Movimento Branco - como indivíduos de esquerda. Cabe mencionar, ademais, um elemento multiétnico no movimento. Cidadãos russos de etnia não russa, bem como cidadãos de outras áreas do espaço pós-soviético, frequentemente movidos pelo ideal do Mundo Russo enquanto concepção civilizacional-cultural, aderiram ao levante separatista no Donbass. A organização russa União dos Voluntários do Donbass estimava informalmente que cerca de 50.000 voluntários (dos quais ao redor de 30.000 seriam combatentes) de cidadania não ucraniana haviam aderido ao movimento separatista ao longo da guerra (Arutunyan, 2022; Matveeva, 2018, p.97-98, 197) - a maioria esmagadora, presumivelmente, composta por cidadãos da Rússia.

Cidadãos russos assumiram papel de liderança nos movimentos secessionistas no Donbass, tanto no aspecto militar, como ilustra o caso de Igor Girkin - designado como comandante máximo das forças da DNR em 2014 -, quanto no aspecto da direção política. Nesse sentido, cabe mencionar o caso do *polittekhnolog* russo Aleksandr Borodai, parceiro de Girkin e Malofeev - que financiou a atuação de Borodai e Girkin na crise na Ucrânia em 2014. Em 2014, Borodai tornou-se o primeiro primeiro-ministro da DNR, cargo político máximo na entidade separatista então. A exemplo de Girkin, Borodai também era ligado a círculos nacionalistas e conservadores russos e havia lutado na guerra na Transnístria (Aleksandrov, 2019; Arel; Driscoll, 2023, p.147-148; Arutunyan, 2022; D'anieri, 2023, p.231-233; Laruelle, 2016, p.58-59; Matveeva, 2018, p.93-97, 132-136, 203, 223-224; Toal, 2017, p.241-242, 245-247, 253). Borodai, ademais, possuía relações de longa data com Vladislav Surkov (Hauter, 2023, p.182-185). No caso da província de Luhansk, pode-se mencionar a atuação de cossacos russos que invadiram a referida *oblast'* em maio de 2014, articulando-se com separatistas da LNR para estabelecer controle sobre o sul da província (Hauter, 2023, p.193-194; Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.268). Além disso, também em julho de 2014, um cidadão russo, o *polittekhnolog* Marat Bashirov, foi nomeado primeiro-ministro da LNR (Hauter, 2023, p.219-220).

Embora não haja evidências de que Girkin agia sob ordens diretas do governo russo nas ações relacionadas à incursão a Sloviansk, há elementos que permitem concluir que seus planos, provavelmente, eram de conhecimento de Moscou e de que havia linhas de comunicação em aberto com o Kremlin (Matveeva, 2018, p.106; HAUTER, 2023, p.138-147;

Zakharov, 2023). De acordo com Zygar, Girkin, em sua atuação na Ucrânia, “coordenava suas ações com Moscou, sobretudo com Glaziev” (Zygar’, 2016, p.350. Tradução nossa). Fontes russas também especulam que Girkin pode ter tido algum grau de proteção do FSB para suas ações (Arutunyan, 2022).

Ainda no que tange a Girkin, Jakob Hauter chama atenção para os seguintes fatos: 1) o grupo que tomou Sloviansk sob liderança de Girkin era composto, largamente, por membros das milícias que auxiliaram as forças russas na anexação da Crimeia; 2) tais milícias coordenavam suas ações com as forças armadas russas durante o processo de anexação da Crimeia, o que significava que seus membros já possuíam relações previamente estabelecidas com o Estado russo; 3) o grupo utilizou armamentos de uso militar obtidos na Crimeia – região que, então, já estava sob controle da Rússia; 4) até chegar ao Donbass, o grupo percorreu um longo caminho em território sob controle russo (a Crimeia e a *oblast’* russa de Rostov); e 5) em suas ações no Donbass, Girkin se reportava a Sergei Aksionov, ator crucial na anexação da Crimeia e, àquela altura, já político com status oficial no aparato estatal russo. Diante desses fatores, Hauter argumenta ser improvável que os planos e ações de Girkin não tivessem algum tipo de conivência ou mesmo anuência do governo russo. Tendo em vista características de cunho similar, bem como documentos vazados e investigações jornalísticas, Hauter chegou às mesmas conclusões com relação a outros líderes e grupos armados do movimento separatista no Donbass em 2014. Ainda na interpretação de Hauter, certos grupos armados atuantes no Donbass, provavelmente, atuaram como “órgãos informais” do Estado russo (Hauter, 2023, p.138-147, 170-185, 189-193).

Além disso, a própria realização de exercícios militares russos nos arredores da fronteira com a Ucrânia funcionava como um fator a moderar as ações das forças ucranianas no Donbass, diante do temor de Kiev quanto a uma guerra direta com Moscou (Matveeva, 2018, p.122). Por fim, pode-se mencionar a atuação do grupo Grupo Wagner, empresa militar privada liderada pelo empresário Evgeny Prigozhin e por um ex-oficial da inteligência militar russa, nos combates no Donbass no período 2014-2015. Há indícios de que a empresa possuía ligações com o governo e as forças armadas russas no período em que se envolveu na guerra no Donbass, inclusive na forma de recebimento de armamentos e do uso de instalações próximas à inteligência militar russa para treinamentos. Combatentes da Wagner receberam condecorações militares russas (Hauter, 2023, p.185-189; Marten, 2019, p.190-193).

Ademais, houve formas mais diretas, embora oficialmente não reconhecidas pelo governo russo, de envolvimento no conflito. Há indícios de que agentes do Estado russo

participavam da coordenação das ações militares separatistas, pelo menos, a partir de maio de 2014, e de que armamentos pesados de origem russa eram utilizados no Donbass a partir de junho do mesmo ano (Hauter, 2023, p.170-185, 203-215). À medida em que se intensificava a guerra, os separatistas não só foram armados com armamentos pesados provenientes da Rússia, como, à época do verão europeu de 2014, passaram a ter apoio direto de tropas russas atuando em território ucraniano. A partir de julho de 2014, as forças ucranianas recuperavam crescentemente territórios ocupados pelos separatistas no Donbass. Os sucessos militares da Ucrânia poderiam levar ao colapso da DNR e da LNR. Diante desse cenário, a intervenção militar direta russa em apoio aos separatistas se concretizou. Nesse sentido, além de prover armamentos, a Rússia utilizou tropas regulares em território ucraniano. Também foram realizados bombardeios desde o território da Rússia a posições das forças ucranianas. Além disso, oficiais russos auxiliavam as forças separatistas no planejamento operacional de suas ações militares. Mais organizadas e com maior dotação de recursos, as forças russas contribuíram para impor derrotas cruciais às forças ucranianas. A intervenção militar russa, orientada primariamente para preservar o controle das forças separatistas sobre áreas por elas já dominadas (incluindo, crucialmente, na fronteira russo-ucraniana), foi essencial para evitar o colapso do movimento separatista no Donbass em 2014 (Arel; Driscoll, 2023, p.166-169, 174; Arutunyan, 2022; D'Anieri, 2023, p.224-228, 233-237; Hauter, 2023, p.225-241; Matveeva, 2018, p.146, 153-155, 163-166, 215-216, 278; Toal, 2017, p.266-268; Zakharov, 2023). Diante desse cenário, o então ministro da Defesa da Ucrânia chegou a declarar que seu país estava efetivamente se contrapondo a uma invasão russa (TOAL, 2017, p.268), declaração que ilustrava o argumento de Kiev de que o conflito no Donbass não era uma guerra civil, e sim uma guerra interestatal em que a Ucrânia se contrapunha a uma agressão perpetrada pela Rússia.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que provia apoio militar de diversos tipos aos separatistas, a Rússia ignorava os pedidos dos separatistas por uma anexação do Donbass. A decisão russa de não intervir mais aberta e intensamente e anexar o Donbass desapontou lideranças separatistas, como Girkin (Toal, 2017, p.264-266; Matveeva, 2018, p.106-117), que também criticava o governo russo por conta das hesitações em fornecer maior apoio militar aos separatistas (Arutunyan, 2022).

O curso das ações bélicas na segunda metade de 2014 contribuiu para a intensificação de esforços internacionais, com participação de Ucrânia e Rússia, por uma resolução da guerra no Donbass. No entanto, a Rússia encontrou dificuldades nesse sentido.

Uma delas relacionava-se à postura dos próprios separatistas do Donbass, que, de início, não participaram das negociações de paz e rejeitavam estas últimas. A inclusão dos separatistas como interlocutores nas negociações era apoiada por Putin. Embora tenha sido uma crucial apoiadora da DNR e da LNR, a Rússia insistia que não era um ator participante da guerra e que os separatistas eram atores independentes. Essa posição, contudo, era rejeitada pela Ucrânia. Em junho de 2014, teve início o chamado Formato da Normandia, um arranjo de negociações composto, além de Ucrânia e Rússia, por Alemanha e França. O Formato da Normandia resultou no primeiro Protocolo de Minsk (chamado neste trabalho, daqui em diante, de Minsk 1), de setembro de 2014. Mediado por Alemanha e França, o Minsk 1 teve as assinaturas do Grupo Trilateral, composto por Rússia, Ucrânia e representantes da OSCE. Além disso, deve-se ressaltar que os líderes da DNR e da LNR, respectivamente, Aleksandr Zakharchenko (Oleksandr Zakharchenko, em ucraniano) e Igor Plotnitsky (Ihor Plotnytsky, em ucraniano), ambos cidadãos da Ucrânia, assinaram o documento (embora sem designação oficial, para evitar possíveis conotações de reconhecimento diplomático oficial como líderes de Estados). Dessa maneira, a Rússia atingiu seu objetivo de fazer a Ucrânia reconhecer os separatistas como interlocutores no processo de paz (D'Anieri, 2023, p.229, 233, 237-238).

O Minsk 1 dedicava-se a diversos aspectos relacionados ao conflito. Nas questões de segurança, por exemplo, o acordo estipulou um cessar-fogo, a ser verificado pela OSCE, e a remoção de “formações armadas ilegais” do território da Ucrânia. No campo socioeconômico, o Minsk 1 também estipulou o compromisso com a recuperação da economia e a melhoria da situação humanitária no Donbass. Um importante aspecto político do Minsk 1 foi a estipulação de realização de eleições, conforme a legislação ucraniana, nos territórios sob controle separatista. No que tange às perspectivas da Rússia sobre a configuração do Estado ucraniano e das relações Estado-sociedade no país, dois pontos do Minsk 1 são particularmente relevantes: a descentralização político-administrativa da Ucrânia, com a adoção de uma lei sobre o “status especial” (autonomia) nas áreas sob controle separatista no Donbass; e a anistia para participantes dos acontecimentos na região em 2014 (OSCE, 2014).

Dessa maneira, a Rússia oficializava, em mais uma medida, a busca pela reconfiguração do Estado ucraniano por meio do estabelecimento da autonomia no Donbass. Do ponto de vista da influência russa na Ucrânia, a implementação dessa medida, em conjunto com a realização de eleições e a anistia para atores do movimento separatista, era algo crucial. Tais medidas permitiriam a reinserção das lideranças separatistas e do eleitorado das áreas sob controle da DNR e da LNR, ambas forças de orientação predominantemente

pró-russa, na vida política ucraniana. Dessa maneira, as medidas favorecidas pela Rússia no âmbito do processo de Minsk, se implementadas, incidiriam sobre a composição da elite política e da sociedade ucranianas de modo a inserir forças que poderiam influenciar os rumos da política doméstica e externa da Ucrânia em conformidade com os interesses de Moscou.

Em paralelo, a estrutura de poder da DNR e da LNR era reorganizada com envolvimento russo. Um aspecto crucial desse processo foi o fato de atores locais terem assumido maior proeminência pública nos principais cargos políticos das estruturas separatistas, substituindo cidadãos da Rússia (Arutunyan, 2022; Toal, 2017, p.266-267). Aleksandr Borodai, que atuava como uma espécie de intermediário entre os separatistas e o Kremlin, acordou com o governo russo a sucessão de seu posto para Aleksandr Zakharchenko, um dos líderes de uma milícia separatista (Arutunyan, 2022). Além disso, Igor Girkin, sob pressões de Moscou, também deixou as estruturas da DNR. Com o maior destaque de atores locais, a reivindicação russa de que os separatistas representavam a população local russófona ganhava maior peso (Arel; Driscoll, 2023, p.168). Por fim, um outro aspecto relevante do envolvimento russo no sentido de controlar e organizar o movimento separatista no Donbass foi a referida escolha de Vladislav Surkov como curador para assuntos da Ucrânia e da DNR e da LNR. A opção de Putin por Surkov ocorreu em detrimento de nomes de perfil mais expansionista, como Glaziev, e expressava, em parte, a intenção do Kremlin de evitar uma atuação militar direta aberta no Donbass, bem como o reconhecimento russo das independências da DNR e da LNR. Ilustrando a diminuição do apetite russo por uma intervenção militar direta em larga escala, a referida autorização do Conselho da Federação para o uso de tropas russas na Ucrânia foi revogada no final de junho de 2014 (Arutunyan, 2022).

A consecução da estratégia russa, contudo, encontrou dificuldades. A implementação do Minsk 1 foi problemática. O acordo padecia de uma série de ambiguidades que seriam base para interpretações dissonantes entre Rússia e Ucrânia a partir de então. A Rússia insistia na implementação da referida descentralização político-administrativa da Ucrânia, medida com relação à qual muitos ucranianos tinham indisposição. Havia, ademais, incertezas quanto ao *timing* da realização de eleições regionais, isto é, se elas deveriam ocorrer antes ou depois da transferência do controle da fronteira com a Rússia ao Estado ucraniano (D'anieri, 2023, p.238). Por fim, havia divergências quanto à questão das estruturas armadas atuantes na guerra. Para a Rússia, as formações irregulares mencionadas no Minsk 1 eram uma referência a batalhões ucranianos. Já Kiev considerava que a formulação dizia respeito às estruturas

armadas separatistas. Além disso, cabe mencionar que a Rússia não reconhecia seu envolvimento armado direto, com a presença de tropas, no Donbass (Arel; Driscoll, 2023, p.175). Por fim, cabe mencionar que a Ucrânia insistia que as estruturas militares separatistas no Donbass eram efetivamente russas (D'Anieri, 2023, p.238).

Em meio a essas discordâncias, o cessar-fogo não se manteve e as operações bélicas se intensificaram no início de 2015. As forças ucranianas sofriam forte pressão militar por parte dos separatistas nos arredores de Donetsk. O início de 2015, de maneira similar à situação do verão europeu de 2014, também foi marcado por uma intensificação do envolvimento militar russo direto no lado separatista, incluindo por meio da atuação de contingentes militares russos em território ucraniano (Arutunyan, 2022; Matveeva, 2018, p.173, 278). Nesse contexto, em fevereiro de 2015, o Grupo Trilateral, acompanhado dos líderes da DNR e da LNR - estes, ainda sem designação oficial nos documentos -, assinaram o segundo Protocolo de Minsk, ou Minsk 2 (D'Anieri, 2023, p.237-239).

O Minsk 2 era similar a seu predecessor nas referidas questões socioeconômicas e de segurança, estipulando, sob monitoramento da OSCE, um cessar-fogo e o estabelecimento de uma zona de segurança nas frentes de guerra no Donbass. O Minsk 2 também estipulou a remoção de todas as estruturas armadas estrangeiras das áreas sob conflito, mediante monitoramento da OSCE, e o desarmamento de todos os “grupos ilegais”. A anistia para os participantes das ações de 2014 foi reiterada (OSCE, 2015).

A medida política do Minsk 1 concernente ao estabelecimento de um status político-administrativo especial (autonomia) no Donbass também foi reiterada e complementada por importantes novidades. Uma delas era a de que a descentralização político-administrativa da Ucrânia, levando em conta as particularidades das áreas sob controle separatista no Donbass e discutida com representantes dos governos separatistas, deveria ser incluída na constituição do país. Além disso, o “status especial” a ser estabelecido nessa região deveria ser codificado em legislação permanente e conter, em conformidade com a legislação ucraniana, elementos como a “autodeterminação linguística”, a participação em nomeações no sistema judiciário e o estabelecimento de forças de segurança regionais (OSCE, 2015).

Foi novamente estipulada a realização de eleições nas áreas sob controle separatista em conformidade com a legislação da Ucrânia, mediante negociações com lideranças da DNR e da LNR. Por fim, o Minsk 2 também estipulou que o controle de Kiev sobre a fronteira com a Rússia nas áreas conflagradas do Donbass ocorreria somente após a realização das referidas eleições e da resolução política do conflito mediante a participação das lideranças separatistas

nas negociações (OSCE, 2015). Portanto, os elementos do Minsk 2 concernentes ao status especial no Donbass, à realização de eleições nas áreas sob controle separatista e à possibilidade de inserção da elite política da DNR e da LNR na política da Ucrânia reiteravam a oficialização do interesse russo em configurar o Estado, a elite política e as relações Estado-sociedade na Ucrânia.

Apesar de periódicas violações do cessar-fogo, o Minsk 2 levou a uma notória redução da violência no Donbass. A quantidade anual de mortes de combatentes e, em particular, de civis reduziu-se drasticamente: se, no somatório de 2014 e 2015, houve um total de 8.900 mortes estimadas na guerra, sendo 3.036 de civis, estima-se que, de 2016 até o início de 2019, houve 4.100 novas vítimas fatais, sendo 284 civis. Por outro lado, a deterioração da situação humanitária e econômica no Donbass a partir de 2014 levou à emigração de cerca de 1,5 milhão de pessoas (cerca de um quarto da população pré-guerra do Donbass) para outras regiões da Ucrânia ou para a Rússia. Além disso, houve uma estabilização, até a invasão russa em larga escala de 2022, das frentes de guerra no Donbass (Arel; Driscoll, 2023, p.175-179). Esse último fator permitiu a consolidação do controle da DNR e da LNR sobre certos territórios dominados desde o início do levante separatista em 2014. Do Minsk 2 até fevereiro de 2022, com a ausência de mudanças de controle territorial significativas, cerca de 40% da *oblast'* de Donetsk e 30% da de Luhansk, incluindo suas capitais homônimas, ficaram sob controle separatista (mapa 18) (Matveeva, 2022a, p.96).

Os acordos de Minsk continuavam sendo rejeitados por muitos dos participantes do movimento separatista no Donbass, que eram contrários a concessões territoriais e reivindicavam os territórios das províncias de Donetsk e Luhansk em sua integralidade. Essa situação exigiu pressões russas para que as lideranças do movimento se alinhassem à abordagem de Moscou para a resolução do conflito. Além disso, vale mencionar que os representantes da DNR e da LNR demandavam garantias constitucionais de que a Ucrânia não ingressaria na OTAN, proposta que, como visto acima, não foi incluída na plataforma de Minsk. O processo de fortalecimento do alinhamento das lideranças da DNR e da LNR à política da Rússia coincidiu com uma série de atentados e assassinatos de líderes separatistas - alguns dos quais, oponentes dos acordos de Minsk. Há versões segundo as quais tais acontecimentos podem ter sido resultado da ação da própria Rússia com vistas a avançar a implementação do processo de Minsk (Aleksandrov, 2019; Arutunyan, 2022; Matveeva, 2018, p.169-170, 174, 176, 215-216, 259-260).

Em resumo, a partir de 2014-2015, no contexto do processo de Minsk, a política da

Rússia com relação ao status das entidades separatistas consolidou-se em torno dos seguintes elementos: os territórios sob controle da DNR e da LNR deveriam ser reintegrados ao Estado ucraniano; e a Rússia se comprometeria com a proteção da DNR e da LNR, garantindo a sua existência – incluindo por meio do apoio militar - até uma resolução política do conflito. O governo Putin sinalizava que, enquanto houvesse perspectiva de normalização de relações com a Ucrânia (e as potências ocidentais), a Rússia não procederia à anexação dos territórios sob controle separatista ou ao reconhecimento destes últimos como Estados independentes (Matveeva, 2022b, p.2-4).

**Mapa 18 – Situação territorial na Ucrânia (2015 – fevereiro de 2022)**



Fonte: elaboração própria a partir de Seryo93 (2016).

Intervenções militares e alterações territoriais (seja no sentido da promoção da independência ou da anexação de outros territórios ucranianos) de maior escopo, cobrindo a Novorossíia idealizada por separatistas e nacionalistas russos, foram deixadas de lado pelo governo russo. Como visto acima, o apoio ao separatismo e à anexação pela Rússia na

população e nas elites políticas do Donbass e do restante das províncias do sul e do leste era menor do que na Crimeia. Uma pesquisa de opinião realizada nas províncias de Dnipropetrovsk, Kharkiv, Kherson, Mykolaïv e Odesa em dezembro de 2014 estimou que apenas entre 15% e 25% da população dessa região, concentrados nas províncias de Kharkiv e Odesa, eram simpatizantes do separatismo ou da ideia de Novorossíia. Diante desses fatores, ainda em 2014, quando ficava claro que um levante separatista somente se sustentava no Donbass, o governo russo diminuiu a retórica sobre a Novorossíia, o que sugeria a diminuição do apetite de Moscou pela interferência na Ucrânia (Toal, 2017, p.264-270). Além disso, como visto acima, a autorização para o uso das forças armadas russas no território da Ucrânia foi revogada pelo Conselho da Federação em junho de 2014.

Para além das dificuldades oriundas do nível de apoio incerto na elite e na população do leste e do sul da Ucrânia, outros fatores certamente contribuíram para a limitação dos objetivos russos. Por exemplo, à diferença da Crimeia, as províncias do leste e do sul da Ucrânia não sediavam instalações e contingentes militares russos, fator mobilizado de maneira crucial pela Rússia no processo de anexação da Crimeia. Por fim, é necessário lembrar que o governo ucraniano buscou sufocar militarmente o levante separatista no Donbass, cenário que, *de facto*, não ocorreu na Crimeia. Apesar de todas as deficiências mencionadas acima, a atuação militar da Ucrânia no Donbass, por si só, elevava os custos de uma operação militar russa aberta e em larga escala no território da Ucrânia.

## **7.7 Conclusões parciais**

A partir de 2010, com a presidência de Viktor Ianukovych, a Ucrânia vinha adotando uma série de políticas que atendiam aos interesses russos sobre a política doméstica e a orientação externa do país. Somando-se à extensão dos acordos sobre a FMN russa, à adoção do status de neutralidade militar e à reversão das políticas de memória adotadas na era Iushchenko, a aprovação da Lei Kivalov-Kolesnichenko representou a concretização de antigas demandas feitas pelo governo e atores da elite política russa pela elevação do status oficial da língua russa na Ucrânia. Por outro lado, as indefinições da política externa de Ianukovych punham em questão as concepções de esfera de influência da Rússia em uma época na qual o governo Putin assumia contornos mais nacionalistas e reformulava a política externa russa em um sentido mais assertivo no contexto das novas tensões com as potências ocidentais.

Esse quadro passou por um choque com o Maidan, que representou um desafio crucial para a política russa para a Ucrânia. A ascensão de forças pró-ocidentais e nacionalistas ao poder em Kiev, em conjunto com o efetivo colapso do PR e o escanteamento de atores de orientação pró-russa do leste e do sul dos círculos do poder central em Kiev, consubstanciaram significativas mudanças na elite política ucraniana em um sentido desfavorável para os interesses da Rússia. Buscando evitar tal cenário, a Rússia agiu para sustentar Ianukovych utilizando diversos canais, como o diplomático, o midiático e o econômico. Investigações na Ucrânia também apontaram que a Rússia proveu ao governo Ianukovych armamentos utilizados na repressão aos protestos do Maidan. Tais esforços, contudo, não foram suficientes para evitar a derrubada de Ianukovych e a chegada ao poder da coalizão associada ao Maidan,

Antes, durante e após o Maidan, como mostrado neste capítulo, a Rússia, em busca da consecução de seus objetivos quanto à Ucrânia, também mobilizou relações com outros atores da elite e da sociedade ucranianas. Na questão das dinâmicas de integração regional, por exemplo, Viktor Medvedchuk e seu UV foram um elo crucial nos esforços de projeção dos interesses russos na política ucraniana. Por meio das articulações de Sergei Glaziev com o UV, o governo russo buscava difundir, na elite e na sociedade ucranianas, suas propostas de política para a Ucrânia. No contexto das disputas sobre a orientação externa da Ucrânia, Glaziev, um membro do governo russo, também fez ameaças públicas de intervenção militar na Ucrânia articulada a setores pró-russos da população do país. No que tange ao próprio Maidan, a crise do Estado ucraniano e os movimentos pró-russos no leste e no sul, com suas bandeiras que convergiam com interesses históricos da Rússia quanto à Ucrânia, geravam, para o governo Putin, potenciais oportunidades de articulações com atores da elite e da sociedade ucranianas com vistas a resistir ao Maidan. Evidências como as gravações de Zatulin e Glaziev, bem como a atuação da equipe de Vladislav Surkov, sugerem que atores da elite política russa buscaram explorar tais oportunidades.

Na Crimeia, as articulações do governo russo com atores da elite política regional, ao mesmo tempo empoderados pela intervenção de Moscou e facilitadores desta última, alcançaram uma intensidade particularmente elevada. Essas relações foram um elemento crucial para a definição dos objetivos políticos da Rússia e a operacionalização da anexação da região. Essa intervenção russa representou um novo nível de atuação sobre o Estado ucraniano com vistas à consecução dos interesses russos, tais quais concebidos pelo governo Putin. O apoio popular a essa medida, bem como as debilidades das forças armadas

ucranianas e o significativo nível de deserções de seus oficiais baseados na Crimeia para o lado russo, também contribuíram nesse sentido. Tanto a atuação de membros da elite política da Crimeia - primariamente Sergei Aksionov e Vladimir Konstantinov -, como o apoio de uma grande parcela da população à anexação, ilustrado primariamente pelas manifestações pró-russas e a votação no controverso referendo de março de 2014, também constituíram um relevante elemento utilizado pela Rússia para reivindicar a legitimidade da anexação. No período pós-anexação, as transformações demográficas na Crimeia, com um significativo êxodo de indivíduos pró-Ucrânia, contribuíram para reduzir o potencial de oposição à autoridade de Moscou e, dessa maneira, facilitar o exercício do controle russo na região.

Em um nível doutrinário, a anexação da Crimeia chamou atenção pelo fato de o governo russo ter justificado formalmente suas ações com base no argumento da proteção de compatriotas e cidadãos russos no exterior. Mais uma vez, o papel de atores da elite política ucraniana foi relevante nesse sentido, particularmente por meio das solicitações de intervenção russa feitas por Sergei Aksionov e Viktor Ianukovych. Tais particularidades das ações russas na Crimeia representaram mais um passo no sentido de consolidação do fator dos compatriotas e cidadãos russos no exterior como elemento de uma doutrina de influência e intervenção russa no espaço pós-soviético a partir de articulações com setores da sociedade desses países.

Além da Crimeia, o Donbass foi a única região da Ucrânia em que o secessionismo pró-russo se afirmou em 2014. O apoio russo ao movimento secessionista no Donbass se deu em diversos níveis. O canal propagandístico, por exemplo, contribuía para amplificar o alcance da insurgência na região. Além disso, cidadãos russos com ligações em círculos de elite e estruturas de Estado na Rússia, como Igor Girkin e Aleksandr Borodai, estabeleceram relações cruciais de direção política e militar no movimento secessionista no Donbass no início do conflito em 2014. Além disso, como discutido ao longo do capítulo, há indícios e evidências de que a atuação de tais indivíduos, provavelmente, contou com a conivência ou mesmo a anuência do governo russo. Consolidados com o tempo, o apoio e o envolvimento militar russos na guerra foram cruciais para evitar o colapso da DNR e da LNR em 2014.

A guerra no Donbass também foi um importante marco para a formalização de propostas da Rússia concernentes à configuração do Estado ucraniano. Como visto neste capítulo, ainda em março de 2014, antes da eclosão da guerra no Donbass, o governo russo propôs, em nível oficial, medidas como a federalização e a oficialização do russo na Ucrânia, bem como o cerceamento à atuação de organizações nacionalistas radicais no país. O plano de

março de 2014 dava mais concretude a demandas e críticas formuladas de maneira mais generalista por governos russos em épocas anteriores. A oficialização do interesse na federalização, em particular, revelava o intuito russo de criar contrapesos a forças ocidentais e nacionalistas na Ucrânia, uma questão que, do ponto de vista de Moscou, tornava-se ainda mais premente com o Maidan e a anexação da Crimeia – uma vez que esta medida retirou um reduto eleitoral pró-russo da vida política ucraniana.

Os desdobramentos da guerra no Donbass, com a plataforma de Minsk, inseriram modificações na perspectiva do governo Putin. No que tange às perspectivas da Rússia sobre a configuração do Estado ucraniano e as relações Estado-sociedade no país, vale ressaltar dois pontos cruciais presentes na plataforma de Minsk: a descentralização político-administrativa da Ucrânia, com a adoção de uma lei sobre a implementação de autonomia político-administrativa nas áreas sob controle separatista no Donbass, que deveriam ser reintegradas ao Estado ucraniano; e a anistia para participantes dos acontecimentos na região em 2014. Tais medidas permitiriam não só um maior peso político para elites políticas regionais aliadas da Rússia na administração política do Donbass, como também a reinserção de lideranças e eleitores de orientação pró-russa na vida política da Ucrânia como um todo. O interesse russo em ter tais canais de influência dentro da Ucrânia é atestado pelo fato de o governo Putin ter insistido na plataforma de Minsk a contragosto de nacionalistas russos e de muitos dos líderes separatistas, que buscavam a consolidação da secessão do Donbass em relação à Ucrânia.

Os eventos de 2013-2014 permitem traçar uma série de reflexões a respeito das ações da Rússia e de suas perspectivas com relação à configuração do Estado ucraniano e ao papel de atores da elite política e da sociedade ucranianas na política de Moscou. Em primeiro lugar, deve-se destacar que as ações do governo Putin quanto ao Maidan e à crise no leste e no sul da Ucrânia, à diferença do que argumentam diversas análises baseadas na escola Realista das RI, sugerem que a Rússia não se pautava por ações concretas do governo ucraniano no sentido de reorientar geopoliticamente a Ucrânia em direção ao Ocidente.

Evidentemente, o Maidan tinha uma orientação pró-ocidental que indicava os potenciais rumos da política externa da Ucrânia após a queda de Ianukovych. Por outro lado, como posto por Treisman (2018), mesmo que fosse razoável antecipar que os novos grupos no poder em Kiev pudessem buscar aproximar a Ucrânia da OTAN, já era notória, àquela época, a indisposição de membros-chave da OTAN para receber a Ucrânia na aliança em um futuro próximo. Esse fator, na prática, suspendia de maneira indefinida o prospecto de cumprimento da promessa da Cúpula de Bucareste de 2008. A materialização da mudança de orientação

externa da Ucrânia, como se verá no próximo capítulo desta tese, só ocorreu a partir da presidência de Poroshenko, iniciada em junho de 2014. Pode-se dizer, ademais, que tal mudança foi estimulada, em grande medida, pela percepção de ameaça resultante das ações que a própria Rússia tomou em 2014 (primariamente, a anexação da Crimeia e o apoio aos separatistas do Donbass).

Uma segunda relevante questão a se considerar é a distinção entre os posicionamentos e as ações da Rússia, de um lado, e os dos segmentos da população da Ucrânia cujos interesses Moscou reivindicava defender, do outro. Numerosas pesquisas de opinião pública realizadas no período 2013-2014 mostraram que a anexação à Rússia e diversas das principais bandeiras – inclusive, a de uma intervenção militar russa - defendidas por ativistas pró-russos no leste e no sul da Ucrânia não tinham apoio majoritário em tais regiões. O discurso e as ações do governo russo também não correspondiam, necessariamente, às opiniões políticas prevaletentes nessas áreas da Ucrânia.

Em outras palavras, a preferência linguística pelo russo ou a autoidentificação étnica russa não necessariamente significavam a lealdade política a Moscou em detrimento de Kiev. Desse modo, independentemente do grau em que russófonos e russos étnicos habitantes do leste e do sul da Ucrânia se sentissem ameaçados ou incomodados com relação a diversas questões relacionadas à crise de 2013-2014, as concepções normativas russas sobre tais questões e a ação organizada de atores específicos da sociedade dessas regiões pela tomada do poder foram elementos decisivos para a compreensão dos eventos de 2014. A mobilização de tais atores proveu uma base de articulações aproveitada pelo governo e atores da elite política russa com vistas a interferir na Ucrânia, diante das limitadas possibilidades de articulações que Moscou tinha com atores das elites tradicionais – uma vez que estes últimos, como visto ao longo do presente capítulo, permaneceram, majoritariamente, leais ao Estado ucraniano.

Por fim, pode-se levantar um terceira relevante conclusão sobre a política da Rússia para a Ucrânia a partir da análise das ações e posicionamentos de 2013-2014. Em meio à difusão de ideias de deslegitimação do Estado ucraniano independente na Rússia, o governo russo sinalizou mais fortemente que o compromisso com a integridade e a independência da Ucrânia não era absoluto, e sim dependente das características do Estado ucraniano e das relações Estado-sociedade no país. Desse modo, a crise de 2014 lançou um precedente de interferência e intervenção russa baseado em considerações sobre a configuração do Estado ucraniano, a relação de forças na elite política e as relações Estado-sociedade na Ucrânia. O próximo capítulo analisará como novos desafios encontrados pela Rússia nessas três

dimensões levaram, em 2022, a um novo episódio de concretização da posição descrita no início desse parágrafo e a esforços pelo estabelecimento de formas mais ambiciosas e diretas de controle russo sobre a Ucrânia.

## **8 A POLÍTICA DA RÚSSIA PARA A UCRÂNIA NO PÓS-MAIDAN: INFLUÊNCIA, OCUPAÇÃO E MUDANÇA DE REGIME**

No período pós-Maidan, a anexação da Crimeia e a guerra no Donbass representaram importantes obstáculos à integração da Ucrânia às estruturas ocidentais e, dessa maneira, relevantes instrumentos de influência russa sobre o país vizinho. A promessa de reintegração dos territórios sob controle da DNR e da LNR contida na plataforma de Minsk também carregava o prospecto de preservação de redutos de influência russa capazes de afetarem os rumos políticos da Ucrânia em um sentido favorável aos interesses da Rússia.

Por outro lado, as ações da Rússia em 2014 desencadearam tendências negativas para a Rússia nos campos da configuração do Estado, das relações Estado-sociedade e da elite política na Ucrânia. Em todas essas áreas, sob influência de um intensificado sentimento de animosidade frente à Rússia na elite e na sociedade - em virtude do estado de conflito a partir de 2014 -, a Ucrânia se afastava dos parâmetros preferidos pela Rússia. Essa situação, por sua vez, punha em questão a capacidade de influência russa sobre a Ucrânia por meio dos métodos utilizados a partir de 2014.

Este capítulo aborda em maior detalhe o processo descrito acima, examinando como a Rússia reagiu às tendências relacionadas à configuração do Estado, às relações Estado-sociedade e à composição da elite política ucraniana a partir de 2014. Nesse sentido, esta parte da tese mostra como, em decorrência do questionamento das visões russas sobre a Ucrânia em tais quesitos, o governo Putin, com a invasão em larga escala de 2022, partiu de métodos de influência para esforços de mudança de regime e de ocupação mais ampla como meios para a imposição do controle político russo sobre a Ucrânia. Nesse sentido, o capítulo destina particular atenção a como a Rússia, no contexto da invasão de 2022, buscou impor suas visões sobre a configuração do Estado, as relações Estado-sociedade e a composição da elite política na Ucrânia no âmbito do regime de ocupação russa estabelecido em territórios da Ucrânia e no âmbito das negociações de paz com o governo ucraniano realizadas em 2022.

### **8.1 O governo Putin (2014-2024): características de política doméstica e externa**

A crise na Ucrânia em 2013-2014 foi o maior choque à política externa russa contemporânea, inaugurando uma nova era de tensões entre a Rússia e as potências ocidentais. As ações da Rússia nesse período foram o estopim para a introdução de novas, e

mais amplas, sanções ocidentais contra a Rússia – em relação às quais Moscou, por sua vez, lançou suas próprias contramedidas. Isso incluiu a intensificação de esforços pela influência na política de países europeus por meio, por exemplo, do desenvolvimento de laços com forças políticas chamadas “eurocéticas” e do uso de meios de comunicação estatais russos (Tsygankov, 2022a, p.300-304). O ambiente de segurança na Europa também passou a ser caracterizado por mais tensões opondo a Rússia e a OTAN. A aliança militar ocidental deu continuidade à sua expansão, incluindo Montenegro (2017) e Macedônia do Norte (2020) como seus novos membros, e reforçou sua presença militar nas áreas do Báltico e do Mar Negro, zonas de contato entre Estados-membro da OTAN e a Rússia. A Rússia, por sua vez, tomou medidas de cunho similar em tais regiões (Bechev, 2017, p.183-184; D’Anieri, 2023, p.222-224; Sakwa, 2017, p.197-207; Zagorskii, 2017, p.125-126).

Diante desse cenário, alguns analistas chegaram até mesmo a falar em uma espécie de “guerra fria” (diferente da Guerra Fria original, mas com similaridades em relação a esta última) entre a Rússia e as potências ocidentais, tendo a Ucrânia como um de seus principais temas (Legvold, 2016). Dmitry Trenin definiu o estado de relações entre a Rússia e as potências ocidentais como uma “Guerra Híbrida”, um tipo de confrontação assimétrica caracterizada pela “adversidade política e a rejeição moral mútua, restrições econômicas, intensa guerra informacional e sabotagem cibernética e de outros tipos (Trenin, 2018, p.5. Tradução nossa).

Com a chegada de Donald Trump, do Partido Republicano, à presidência dos Estados Unidos, em 2017, houve expectativas de aproximação entre as duas maiores potências nucleares. Antes de tornar-se presidente, Trump, além de elogiar publicamente Vladimir Putin, havia se notabilizado por opiniões divergentes, em relação às visões prevalentes no *establishment* de política externa de seu país, sobre elementos enraizados da política externa dos Estados Unidos, incluindo, crucialmente, o tema da OTAN. Trump também se apresentava como crítico da promoção de mudanças de regime e declarava prontidão para cooperar com a Rússia no combate ao terrorismo (Stent, 2019; Tsygankov, 2019). Na Rússia, Sergei Karaganov classificou a vitória de Trump como um golpe contra a elite liberal-internacionalista e neoconservadora dos Estados Unidos, possivelmente lançando as bases para uma aproximação entre os dois países (Karaganov, 2016). Agências de comunicação estatais russas, como a RT e a Sputnik, realizaram cobertura negativa sobre Hillary Clinton, a rival eleitoral de Trump em 2016, enquanto que a Rússia foi acusada de interferir na eleição presidencial norte-americana em favor de Trump (Masters, 2018).

A Rússia sinalizou o intento de normalização de relações com os Estados Unidos, propondo negociações nesse sentido à administração Trump. Na prática, contudo, observou-se que as relações entre a Rússia e os Estados Unidos continuaram a se deteriorar. Bombardeios dos Estados Unidos contra o regime de Assad aproximaram Washington e Moscou de uma confrontação militar direta no Oriente Médio. Indo além da política de Barack Obama, que se negou a fornecer armamentos letais à Ucrânia - escolha atribuída exatamente ao temor de tensões com a Rússia -, o governo Trump passou a transferir armamentos antitanque à Ucrânia (com a ressalva, é verdade, de que teriam de ser armazenados fora do leste ucraniano) (Seligman; Bertrand, 2021).

Além disso, em 2019, o governo Trump retirou os Estados Unidos do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, acusando a Rússia de descumprimento do acordo. Em uma perspectiva mais ampla, uma postura confrontacional quanto à Rússia permaneceu forte na elite política dos Estados Unidos, de modo que o Congresso norte-americano, por exemplo, seguiu dando impulso à política de sanções e buscou restringir a margem de manobra para que Trump se aproximasse da Rússia. O próprio Trump, vale ressaltar, também assimilou parte de tal abordagem quanto a Moscou (Stent, 2019; Tsygankov, 2019; 2022a, p.295-300, 319). De modo geral, apesar de convergências nas visões de mundo do nacionalismo de grandes potências de Putin e Trump, permaneciam incongruências essenciais entre a Rússia e os Estados Unidos sobre a ordem internacional. O governo Trump preservava a noção dos Estados Unidos como grande potência dominante e mais poderosa no sistema internacional, o que subentendia limites às possibilidades de concertação com a Rússia no âmbito da busca desta última pela consolidação de um status de grande potência independente (Tsygankov, 2019; 2022a, p.295-300, 319).

O governo Putin, com vistas a melhorar a posição global da Rússia em meio a tal contexto, intensificou a diversificação de suas relações exteriores para além do eixo das relações com as potências ocidentais. Nesse sentido, destaca-se o aprofundamento das relações Rússia-China (inclusive no campo da cooperação militar), que assumiam, para Moscou, um caráter crescentemente estratégico. Além disso, a Rússia envolveu-se no desenvolvimento institucional do BRICS e da Organização para Cooperação de Xangai (Freire, 2022; Tsygankov, 2022a, p.307-323). Ao mesmo tempo, a Rússia investiu na elevação de suas capacidades militares, como ilustrado pela apresentação, em 2018 e 2019, de novos armamentos – com destaque para mísseis hipersônicos capazes de carregarem bombas nucleares e desafiarem posições dos Estados Unidos nessa área (Sakwa, 2020, p.165-166;

Stent, 2019; Tsygankov, 2019). A expansão do poderio militar russo foi ilustrada pelo lançamento, em 2015, da intervenção militar russa na Guerra da Síria.

Internamente, Putin enfrentou diversos desafios. Os anos pós-2014 continuaram a ser caracterizados por taxas de crescimento econômico baixas, em comparação com os anos 2000. Esse problema foi agravado pelo contexto da pandemia da Covid-19: em 2020, o PIB russo decresceu em 2% (GDP Growth ..., s.d.). Em 2017, o governo russo enfrentou protestos anticorrupção, impulsionados por denúncias de Aleksei Navalny contra membros da elite putinista – incluindo Dmitry Medvedev. Protestos motivados por insatisfações com a situação econômica e política do país também ocorreram, em particular quando do anúncio da reforma previdenciária de 2018. Nesse mesmo ano, Putin venceu a eleição presidencial em primeiro turno com 76,69% dos votos. A eleição foi realizada sem a participação de Navalny, à época já consolidado como mais vocal e ativo opositor de Putin. A candidatura de Navalny fora rejeitada pelas autoridades russas por conta de controversas condenações judiciais prévias ao opositor de Putin (Sakwa, 2020, p.189-213).

Durante o quarto mandato presidencial de Putin, uma crucial iniciativa relacionada ao intento de prolongamento e fortalecimento do projeto de poder de Putin foram as emendas constitucionais de 2020 na Rússia, aprovadas em votação nacional. As mudanças zeraram a contagem de mandatos presidenciais precedentes às emendas, o que permitiu a Putin concorrer a mais duas eleições presidenciais e potencialmente permanecer no poder até 2036. As emendas também consolidaram a fundamentação ideológica nacionalista e conservadora que ascendia no país a partir de 2012 e, particularmente, 2014, na esteira dos eventos na Ucrânia. Por exemplo, ilustrando o senso de culto ao Estado russo característico do perfil ideológico de Putin, a nova versão da constituição definiu a Rússia como herdeira de uma tradição estatal milenar, que incluía a União Soviética. Ao Estado russo, foi atribuído o papel de atuação na “defesa da verdade histórica”. A constituição emendada também continha disposições relacionadas aos temas da nacionalização das elites e à proteção da soberania da Rússia diante de interferências externas (como, por exemplo, restrições à vigência de decisões de organismos internacionais no território da Rússia) (Rússia, 2020a).

Os russos étnicos foram oficialmente definidos na nova versão da constituição como “povo formador do Estado” na Rússia. Além disso, em uma emenda particularmente relevante para as relações com a Ucrânia, a constituição modificada definiu o compromisso da Rússia de apoiar e proteger os interesses dos chamados compatriotas no exterior (Rússia, 2020a). Tal alteração reforçou elaborações apresentadas no discurso oficial da política externa russa. À

semelhança do CPE de 2013, a versão de 2016 do documento já tinha reiterado a proteção dos cidadãos e compatriotas russos no exterior como um dos objetivos de interesse nacional da Rússia. A Rússia também reafirmou o objetivo de auxiliar os chamados compatriotas na busca pelas garantias de seus direitos (Rússia, 2016).

Além das modificações constitucionais, da diversificação das relações exteriores e do fortalecimento das capacidades militares, o poder doméstico e externo do regime putinista foi reforçado por outras ações ao longo de 2020-2021. Na frente externa, a Rússia, em 2020, exerceu um papel crucial de sustentação do regime de Aleksandr Lukashenko em Belarus, que enfrentava sua mais séria crise, ocasionada por protestos contra fraudes na eleição presidencial bielorrussa de 2020. O governo russo enxergava os eventos em Belarus pelo prisma da interferência externa no país vizinho, evidenciando a percepção de uma competição geopolítica por esferas de influência com as potências ocidentais (D'Anieri, 2023, p.263; Freire, 2022). O apoio russo a Lukashenko elevou a influência de Moscou em Belarus, inclusive no sentido da cooperação militar – fator que, como se verá adiante, exerceria um importante papel operacional na invasão russa à Ucrânia em 2022 (D'Anieri, 2023, p.263).

Na frente doméstica, o governo russo, no início de 2021, reprimiu duramente protestos contra a prisão de Navalny, quando do retorno deste último do exterior à Rússia após tratamento por um envenenamento do qual agentes do Estado russo foram acusados de responsabilidade. A repressão das autoridades russas contribuiu para reduzir o ímpeto oposicionista e desestruturar a rede política de Navalny na Rússia (D'Anieri, 2023, p.263). Em setembro de 2021, o Rússia Unida venceu a eleição parlamentar russa com 49,82% dos votos. A votação foi menor do que aquela alcançada pelo partido na eleição de 2016 (54,20%), mas, em virtude das regras do sistema eleitoral russo, o partido putinista preservou sua maioria constitucional de mais de dois terços dos mandatos na Duma.

Um importante acontecimento para a política externa russa foi a mudança de liderança nos Estados Unidos, com a saída de Donald Trump e o início, em 2021, da presidência de Joe Biden, do Partido Democrata, eleito em 2020. O governo Biden reiterou o apoio dos Estados Unidos à Ucrânia e deu continuidade à política de sanções contra a Rússia. Por outro lado, a nova administração do Partido Democrata, logo em seu início, acordou com o governo Putin a renovação, por mais cinco anos, do referido New Start, que poderia ter expirado sem substituição (Estados Unidos, 2021a). Em junho de 2021, os governos de Rússia e Estados Unidos afirmaram, em declaração conjunta, o repúdio a à hipótese de uma guerra nuclear (Estados Unidos, 2021b). O governo dos Estados Unidos também acentuou a vontade

de evitar escaladas de tensões com a Rússia, o que foi demonstrado por diversas medidas, inclusive pertinentes à Ucrânia, como se verá adiante neste capítulo. Apesar de ter introduzido diversas sanções ao Nord Stream 2, crucial projeto russo na área energética que forneceria gás diretamente da Rússia para a Alemanha, o governo Biden, em nome das boas relações com a Alemanha, não deu continuidade a esforços para impedir a conclusão do projeto. Contudo, a permanência de divergências sobre a arquitetura de segurança na Europa e a situação na Ucrânia viriam a se mostrar, como se verá adiante neste capítulo, um importante fator a contribuir para a invasão russa de 2022 e, conseqüentemente, uma grande elevação nas tensões entre as grandes potências.

A invasão russa à Ucrânia em 2022 elevou agudamente as tensões entre as grandes potências, consolidando um quadro de rivalidade estratégica entre a Rússia e os Estados Unidos (Loureiro, 2022b). As dinâmicas de militarização nas áreas de contato entre a Rússia e a OTAN observadas desde 2014 se intensificaram. Com a Rússia em guerra aberta contra uma Ucrânia apoiada militarmente pelas potências ocidentais, o espectro de uma confrontação nuclear voltou a ganhar força. No âmbito econômico, as restrições econômicas mútuas entre a Rússia e as potências ocidentais afetaram os sistemas financeiro e comercial internacionais - em particular no caso das novas sanções ocidentais contra a Rússia, que limitaram severamente o alcance das relações econômicas da Rússia com países ocidentais.

Nesse contexto, intensificaram-se as tendências da política externa russa no sentido de expansão e diversificação de relações com países não ocidentais, em particular no caso da China. O CPE de 2023 definiu a Rússia como um “Estado-civilização”, centro do “Mundo Russo”. O documento também descreveu a Rússia como uma potência em busca da multipolarização da ordem internacional e da superação do domínio global dos Estados Unidos e de seus aliados (Rússia, 2023a). Em meio a esse contexto, em março de 2024, cerca de dois anos após o início da invasão russa em larga escala à Ucrânia, Putin venceu a eleição presidencial russa, também em primeiro turno, com 87,28% dos votos. Em maio de 2024, teve início o quinto mandato presidencial de Putin, com duração até 2030.

## **8.2 O governo Poroshenko na Ucrânia (2014-2019): política doméstica, externa e relações com a Rússia**

Em maio de 2014, no contexto da guerra no Donbass, a Ucrânia realizou a primeira eleição presidencial pós-Maidan. Petro Poroshenko venceu em primeiro turno com 54,7% dos

votos, enquanto que Iuliia Tymoshenko foi a segunda colocada, com 12,81%. O candidato do PR, Mykhailo Dobkin, recebeu apenas 3,03% dos votos. Com 5,23%, Serhii Tihipko, ex-deputado na VR pelo PR, foi o candidato de melhor desempenho entre os vinculados ao eleitorado do leste e do sul. Vale mencionar que a eleição presidencial de 2014 não repetiu o padrão de divergências entre oeste/centro e leste/sul. Poroshenko venceu em todas as *oblasti* da Ucrânia, embora com votações menores do que seu resultado nacional no leste e no sul. porções do leste foram as únicas localidades em que Poroshenko não foi o vencedor (Popova; Shevel, 2024, p.178). Oleh Tiahnybok, do Svoboda, alcançou somente 1,16%, enquanto que Dmytro Iarosh, líder do Pravyi sektor, teve menos de 1% dos votos. A taxa de comparecimento foi bastante baixa no Donbass em virtude da situação de conflito, enquanto que a população Crimeia, anexada pela Rússia, não participou da eleição.

Poroshenko era comumente visto como uma espécie de terceira via diante do regime de Ianukovych e as forças do Maidan. No contexto da eleição de 2014, Poroshenko afirmava que o estabelecimento da paz era essencial para o desenvolvimento da Ucrânia, um discurso que tinha popularidade no país. Desse modo, sua eleição foi vista como uma indicação de que a maioria da população da Ucrânia buscava a estabilidade, a unidade e a paz no país (Gushchin; Levchenko, 2019, p.54; Matveeva, 2018, p.238; Sakwa, 2015, p.123-124). Originário da *oblast'* de Odesa, Poroshenko era um dos chamados oligarcas da Ucrânia, com atuação particularmente nos ramos alimentício (sua famosa marca de chocolates, inclusive, tinha uma fábrica na Rússia) e automobilístico. Além disso, Poroshenko era proprietário de importantes meios de comunicação na Ucrânia. Em sua longa trajetória política, que incluiu diversos mandatos parlamentares na VR, Poroshenko tinha a reputação de um “camaleão” político. Por exemplo, Poroshenko foi membro do SDPU-O de Medvedchuk e da coalizão Nossa Ucrânia, de Iushchenko (Matuszak, 2012, p.108-110). Poroshenko também foi um dos articuladores da criação do PR (Kuzio, 2015b, p.176). Na eleição de 2004, Poroshenko apoiou Iushchenko, de quem era um próximo amigo pessoal, para a presidência da Ucrânia. Nesse período, Poroshenko foi diretor do RNBO e ministro das relações exteriores (Matuszak, 2012, p.108-109). No entanto, anos depois, Poroshenko, em 2012, foi ministro do Comércio e Desenvolvimento Econômico da Ucrânia sob Ianukovych. Posteriormente, Poroshenko saiu do governo Ianukovych, tornou-se deputado e foi um dos apoiadores do Maidan (D'anieri, 2023, p.173, 230).

Apesar da retórica de deslegitimação da elite governante pós-Maidan, a Rússia reconheceu a eleição de Poroshenko. A eleição de um novo presidente, contudo, não foi a

única mudança relevante no cenário das relações russo-ucranianas após a anexação da Crimeia e a eclosão da guerra no Donbass. O período 2014-2019 também lançou transformações estruturais interligadas que tinham importantes implicações para a capacidade de influência russa na Ucrânia, bem como para as questões da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade e da composição da elite política no país.

O fator crucial a se mencionar, nesse sentido, é o enfraquecimento relativo dos setores da elite política e do eleitorado da Ucrânia de orientação pró-russa, fenômeno que pode ser entendido como consequência direta e indireta das ações tomadas pela Rússia em 2014. Em primeiro lugar, a anexação da Crimeia pela Rússia e a tomada de partes do Donbass pelos separatistas apoiados por Moscou fizeram com que parte substancial dos históricos redutos do eleitorado pró-russo fossem excluídos da política ucraniana. Em conjunto, a Crimeia e as áreas sob controle da DNR e da LNR representavam cerca de 12% do eleitorado ucraniano. Dessa maneira, o potencial de que forças pró-russas chegassem ao poder em nível nacional, ou de que partidos pró-russos formassem maioria na VR, diminuiu drasticamente. Além disso, o estado de conflito com a Rússia deu início a um processo de fortalecimento de uma identidade nacional particular afastada da Rússia, bem como de visões negativas sobre a Rússia (D'anieri, 2019; 2023, p.254-257; Fedorenko; Rybyi; Umland, 2016; Popova; Shevel, 2024, p.178-179) (D'anieri, 2019; 2023, p.254-257; Fedorenko; Rybyi; Umland, 2016; Popova; Shevel, 2024, p.178-179). Por fim, uma outra relevante característica do período pós-Maidan foi a incapacidade de as forças tradicionais do campo pró-russo expandirem suas relações com a sociedade civil e oferecerem à sociedade ucraniana um projeto de desenvolvimento para o país alternativo ao das forças associadas ao Maidan (Ishchenko, 2023, p.143-145). Em conjunto, esses elementos contribuíam para a redução do potencial de mobilização política e alcance eleitoral de forças pró-russas na Ucrânia.

As históricas diferenças regionais sobre os temas da identidade nacional e da orientação externa na Ucrânia não foram plenamente superadas. Mesmo assim, reflexos dessa tendência também foram registrados no leste e no sul do país (Kermach, 2017; Kulyk, 2016; Zolkina; Haran, 2017). Como posto por Dominique Arel, que a Ucrânia estava em um processo de “tornar-se mais ucraniana” (AREL, 2018). Nesse contexto, observou-se, no sul e no leste, a crescente percepção de compatibilidade entre o nacionalismo ucraniano e o uso da língua russa (vale lembrar que o uso da língua russa era comum mesmo entre membros dos grupos paramilitares nacionalistas ucraniano) (Arel; Driscoll, 2023, p.197; Gushchin; Levchenkov, 2019, p.6). O pensamento “Pequeno Russo” perdeu ainda mais espaço na

Ucrânia em meio a um processo de intensificação da construção de uma nação política ucraniana que tinha como um de seus elementos centrais a contraposição à Rússia (TRENIN, 2017).

Alguns dados de pesquisas de opinião pública ajudam a dar uma dimensão desse fenômeno – cabendo sempre lembrar que a exclusão da Crimeia e das partes do Donbass sob controle da DNR e da LNR de tais pesquisas amplificou o efeito de diminuição relativa de posicionamentos convergentes com as visões da Rússia. Conforme a série histórica do KMIS, exposta no gráfico 1, o índice de visões negativas sobre a Rússia passou de uma média de cerca de 8%, entre abril de 2008 e fevereiro de 2014, para 42,78%. As visões positivas para os mesmos períodos, respectivamente, caíram de uma média de 86,73% para 42,13% (Attitude ..., 2022). Conforme outra série histórica do KMIS, em comparação com o período pré-2014, um percentual crescente de ucranianos passou a apoiar mais restrições nas relações com a Rússia. A parcela de apoiadores de uma união entre Ucrânia e Rússia, por sua vez, reduziu-se drasticamente, permanecendo sempre abaixo dos dois dígitos a partir de maio de 2014 (gráfico 2) (Hrushetskyi, 2022b). Pesquisas do KMIS feitas em 2012 e 2019 (com o Donbass e a Crimeia removidos da comparação) mostraram uma elevação de praticamente dez pontos percentuais na parcela de ucranianos que consideravam que russos e ucranianos (e bielorrussos) continuariam a se separar no futuro (de 38,4% para 48,1%, enquanto que o percentual que acreditava na contínua proximidade entre tais povos baixou de 55,4% para 44,9%) (Suspil'no-politychni ..., 2019).

Pesquisas de opinião realizadas em províncias do sul e do leste ucraniano, exceto nas áreas do Donbass fora do controle de Kiev, mostraram que meios de comunicação, bem como narrativas russas sobre acontecimentos na Ucrânia, tinham menor alcance e nível de confiança do que fontes ucranianas (Iakym ie riven' ..., 2015). Uma pesquisa realizada pelo KMIS em dezembro de 2014 estimou que apenas 9% dos habitantes das províncias de Dnipropetrovsk, Kharkiv, Kherson, Mykolaïv, Odesa e Zaporizhzhia confiavam em Putin, enquanto que 70% afirmava não confiar no presidente da Rússia. Cerca de dois terços dos entrevistados, por sua vez, afirmaram que sua opinião sobre Putin havia piorado (Toal, 2017, p.232-234).

No cenário de conflito com a Rússia, o apoio a uma orientação externa pró-ocidental, inclusive no sentido de acesso à OTAN, também se fortaleceu. Segundo a série histórica da agência Rating, o apoio à entrada da Ucrânia na OTAN passou de uma média de 20,83%, entre outubro de 2009 a outubro de 2013, para 46,93%, entre março de 2014 e janeiro de

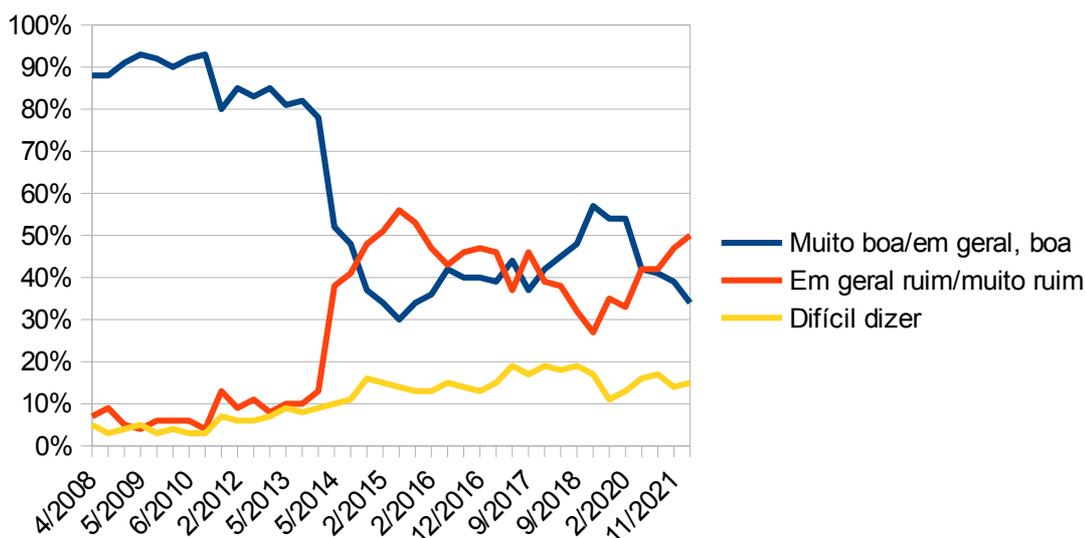
2022. A partir de 2014, o percentual de apoiadores sempre superou o de não apoiadores, sendo que, a partir de 2021, o apoio à entrada na OTAN tornou-se consistentemente majoritário (gráfico 3) (Dynamika ideolohichnykh ..., 2012; Dynamika ideolohichnykh ..., 2013; S'ome ..., 2022). No que tange à opção entre a adesão à UE e à União Aduaneira/UEE, observa-se uma tendência de natureza similar. Conforme a série histórica do KMIS, o apoio à entrada na UE saltou de uma média de 41%, entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014, para 48%, entre abril de 2014 e junho de 2021. Já os índices de apoio à entrada na União Aduaneira/UEE diminuíram drasticamente, caindo de uma média de 37% para 14% nos mesmos períodos (gráfico 4) (Kakim putem ..., 2013; Polgoda ..., 2014; Geopoliticheskie Orientatsii ..., 2021).

Por fim, as questões identitária, linguística e do nacionalismo também foram detectadas em diversas pesquisas. Em relação ao período pré-Maidan, pesquisas de opinião indicaram uma maior saliência da identidade nacional ucraniana entre os habitantes do país – independentemente da língua de preferência, embora o ucraniano tivesse uma importância simbólica maior. Esse processo foi acompanhado por uma maior adesão a narrativas nacionalistas ucranianas (Kulyk, 2016). Entre abril de 2014 e 2019, o percentual de apoiadores da língua ucraniana como única língua oficial saltou de pouco menos de metade para cerca de dois terços da população, mantendo-se estável em tal nível até a invasão russa em larga escala de 2022. No mesmo período, o apoio ao status oficial do russo, seja em nível nacional ou regional, baixou de cerca de metade para cerca de um terço (Shoste ..., 2022). Entre 1998 e 2019, segundo uma pesquisa do KMIS, o percentual de apoiadores do ensino equitativo do ucraniano e do russo nas escolas ucranianófonas da Ucrânia decresceu de 46% para 29,9% - sendo de 39,7% para 26,9%, se já excluídos os territórios da Crimeia e do Donbass da comparação para ambos os anos de pesquisa (Dumky i pohliady ..., 2019).

Pesquisas da agência Rating mostraram que o percentual de ucranianos que afirmavam lamentar o fim da União Soviética caiu de 41%, no início de 2013, para uma média de 33% entre abril de 2014 e agosto de 2021. Já o percentual dos que afirmavam não lamentar saltou de 44% para uma média de 54,5% (Pokolinnia ..., 2021, p.86). As visões sobre a OUN-UPA também mudaram, havendo uma crescente adesão à interpretação de que tais organizações representaram a resistência ucraniana diante de tentativas de subordinação feitas pela União Soviética/Rússia (Popova; Shevel, 2024, p.183). Pesquisas da agência Rating, por exemplo, mostraram que o índice de reconhecimento da OUN e da UPA como combatentes pela independência da Ucrânia saltou de uma média de 24,4%, entre abril de

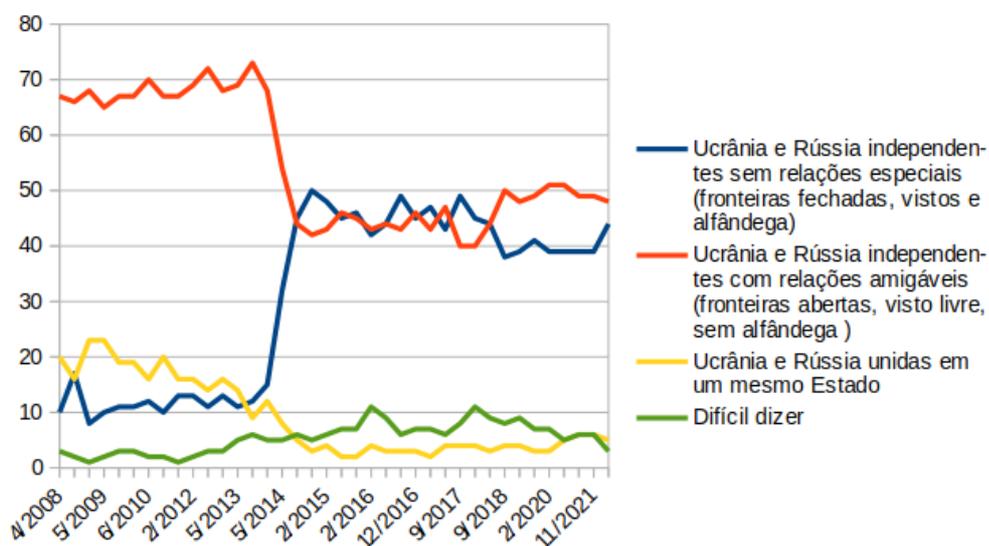
2010 e fevereiro de 2014 (54,80%, em média, se diziam desfavoráveis a tal reconhecimento no mesmo período), para 41,25% (37,75% contrários) entre junho de 2014 e setembro de 2018 (Do dnia ..., 2018).

**Gráfico 1 – Pesquisas de opinião pública: visões sobre a Rússia na Ucrânia  
(abril de 2008 - fevereiro de 2022)**



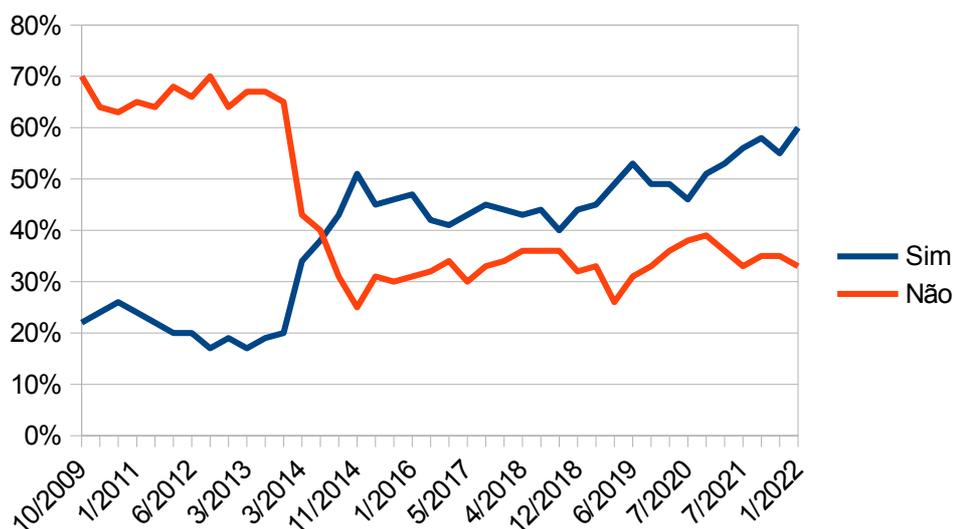
Fonte: elaboração própria a partir de Attitude ..., (2022).

**Gráfico 2 – Pesquisas de opinião pública: visões sobre as relações com a Rússia  
na Ucrânia (abril de 2008 – fevereiro de 2022)**



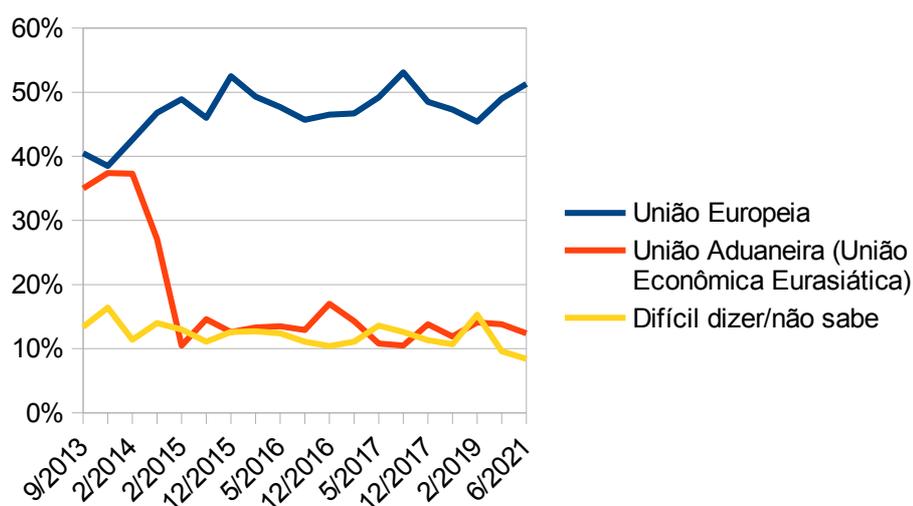
Fonte: elaboração própria a partir de Hrushetskyi (2022b).

**Gráfico 3 – Pesquisas de opinião pública: apoio à entrada da Ucrânia na OTAN: (sim x não) (outubro de 2009 – janeiro de 2022)**



Fonte: elaboração própria a partir de Dynamika Ideolohichnykh ... (2012), Dynamika Ideolohichnykh ... (2013) e S'ome ... (2022).

**Gráfico 4 – Pesquisas de opinião pública: preferências de projetos de integração na Ucrânia (UE x União Aduaneira/UEE) (setembro de 2013 – junho de 2021)**



Fonte: elaboração própria a partir de Kakim putem ... (2013), Polgoda ... (2014) e

Geopoliticheskie orientatsii ... (2021).

Por fim, cabe mencionar que um aspecto associado a essa tendência foi o fato de elementos da ideologia nacionalista radical ucraniana, como a narrativa de inimizade histórica com a Rússia e estereótipos negativos sobre a identidade e a cultura política russófilas existentes no leste e no sul (em particular na Crimeia e no Donbass), terem ganhado mais alcance e aceitação no discurso político *mainstream* (Petro, 2023, p.135-148). Apesar do seu fraco desempenho eleitoral, grupos nacionalistas radicais construíram posições de significativa influência na política e na sociedade ucranianas. Essa influência se consubstanciava, por exemplo, na organização de protestos de rua. Diversas organizações nacionalistas radicais, como o Azov, também possuíam próximos laços com o Estado ucraniano, sendo, inclusive, absorvidas por este último em certo grau. O governo ucraniano relutava em confrontar organizações nacionalistas, tendo em vista que tais grupos dispunham de armas e proteção política (Arel; Driscoll, 2023, p.185-187). Em uma perspectiva mais ampla, a radicalização e animosidade de setores da sociedade ucraniana com relação à Rússia também foi demonstrada pelos casos de intimidações e ataques a candidatos tidos como pró-russos e pró-federalismo nas eleições presidencial e parlamentar de 2014, a exemplo de Oleg Tsariiov, que retirou sua candidatura da eleição presidencial de 2014 (ACNUDH, 2014b, p.16-17; Sakwa, 2015, p.240).

Um outro fator a se mencionar com relação ao enfraquecimento de setores pró-russos na Ucrânia foi o esfacelamento da outrora poderosa estrutura política do PR. O partido Bloco de Oposição (*Opozytsiinyi blok*, Opoblok) surgiu como o principal descendente do PR na política ucraniana. O Opoblok consistia da aliança entre dois importantes grupos políticos-econômicos ligados ao PR: de um lado, a facção do oligarca Akhmetov; do outro, o grupo Boiko-Liovochkin-Firtash. Deve-se mencionar, ademais, que Viktor Medvedchuk se envolveu no Opoblok como um terceiro polo de influência, atuando como espécie de conexão com Moscou. Apesar de Medvedchuk não ter participado formalmente de campanhas eleitorais pelo Opoblok, diversos de seus parceiros do SDPU-O e do UV tornaram-se parlamentares pelo partido (Berdyns'kykh, 2018; Koshkina, 2018; Ogushi, 2020; Skorkin, 2018b).

A inserção do Opoblok no nicho político-eleitoral outrora explorado pelo PR era atestada por diversos elementos do programa e das ações do partido e seus membros. O Opoblok defendia a neutralidade da Ucrânia e a possibilidade de oficialização do russo como língua regional (Peredvyborna prohrama ..., 2014); apoiava a implementação dos Acordos de

Minsk (Antikrizisnaia ..., 2015); e se opunha às políticas de memória de tendências nacionalistas ucranianas e antissoviéticas (“Oppoblok” ..., 2017), tema que será abordado em maior detalhe adiante neste capítulo. Um outro relevante acontecimento relacionado ao segmento de orientação pró-russa da política ucraniana foram as acusações de apoio ao levante separatista no Donbass feitas contra o KPU, o que acabou por contribuir para a proibição do partido em 2015.

Em conjunto, essas transformações no cenário político e na sociedade da Ucrânia contribuíram para diminuir o potencial de consecução dos interesses da Rússia quanto à Ucrânia. Pode-se dizer que manifestações dessa tendência puderam ser constatadas já na ocasião da eleição parlamentar de outubro de 2014. A eleição foi vencida pela Frente Popular, do primeiro-ministro Arsenii Iatseniuk, com 22,14% dos votos. Embora segundo partido mais votado (21,82%), o Bloco Petro Poroshenko formou a maior bancada na VR por conta das regras do sistema eleitoral ucraniano. O Opoblok, liderado por Iury Boiko, teve 9,43% dos votos, formando uma bancada cerca de seis vezes menor do que a formada pelo PR na sequência da eleição de 2012 – o que ilustrava, portanto, a significativa corrosão do potencial eleitoral de partidos de tendências pró-russas. Essa tendência também foi ilustrada pelo desempenho do KPU: com somente 3,88% dos votos, o partido sequer adentrou na nova legislatura da VR. Por outro lado, o Opoblok teve expressiva votação no leste e no sul, sendo o partido mais votado nas *oblasti* de Donetsk, Luhansk, Kharkiv (superando, nessas três regiões, a marca de 30% dos votos), Dnipropetrovsk e Zaporizhzhia. Além disso, o partido foi o segundo nas províncias de Odesa e Mykolaïv e terceiro na de Kherson (Ucrânia, 2019).

No campo da extrema-direita nacionalista, o Pravyi sektor e o Svoboda não atingiram os 5% de votos necessários para entrar na VR pelas listas partidárias, mas conseguiram, respectivamente, 1 e 6 mandatos conquistados nas vagas por maioria distrital. Tais resultados indicavam o limitado potencial eleitoral dos grupos de extrema-direita. Por outro lado, é necessário mencionar a incorporação de elementos do ideário e de atores vinculados ao nacionalismo radical ucraniano em forças do *mainstream* político ucraniano. Por exemplo, Iatseniuk aliou-se a Andrii Biletskyi, líder do Batalhão Azov, que acabou sendo eleito deputado como candidato independente. Como no caso da eleição presidencial, o populista Oleh Liashko atraiu grande parte do eleitorado nacionalista, o que resultou nos 7,44% de votos do seu Partido Radical (Sakwa, 2015, p.241-243).

Com o enfraquecimento político dos setores de orientação pró-russa frente às tendências pró-ocidentais e nacionalistas ucranianas, iniciativas políticas de tendências

contrárias aos interesses da Rússia, historicamente mais associadas ao oeste da Ucrânia, ganharam maior capacidade de difusão em nível nacional. A política externa foi uma das principais áreas em que tal tendência pôde ser observada. Como visto acima, já durante a crise em torno da Crimeia em 2014, as lideranças ucranianas pós-Maidan, com vistas a se contrapor às ações da Rússia, consideravam buscar o apoio militar das potências ocidentais. No pós-Maidan, essas inclinações se intensificaram e ganharam contornos oficiais. Por exemplo, a coalizão governante formada pela aliança entre o Bloco Petro Poroshenko e a Frente Popular (à qual o Patria também aderiu), com Arsenii Iatseniuk como primeiro-ministro, defendia a revogação da neutralidade adotada por Ianukovych e apoiava o ingresso da Ucrânia na OTAN. A entrada na UE também estava entre os pontos do programa da nova coalizão governante (D'Anieri, 2023, p.230; Sakwa, 2015, p.241-243).

Dando elementos de concretude a tal orientação externa, o AA entre a Ucrânia e a UE foi assinado em junho de 2014. Em dezembro do mesmo ano, a VR com os votos de cerca de dois terços dos deputados, aprovou a revogação do status extrabloco da era Ianukovych. A medida foi justificada com o argumento de que a neutralidade não fora capaz de garantir a segurança da Ucrânia diante de ações agressivas da Rússia. Ao mesmo tempo, a Ucrânia declarou o intento de aproximação à OTAN. A medida foi duramente criticada por oficiais russos, com o então primeiro-ministro Dmitry Medvedev declarando que a entrada da Ucrânia na OTAN tornaria o país um potencial alvo militar da Rússia (Ukraine votes ..., 2014).

Em 2019, emendas constitucionais definiram a entrada na UE e na OTAN como um objetivo do país. Por diversos canais, a Ucrânia se aproximou fortemente da UE e da OTAN, embora não tenha havido encaminhamentos concretos para a entrada do país na aliança militar (D'Anieri, 2023, p.253-254). Em paralelo, uma outra importante dimensão da orientação pró-ocidental da Ucrânia lançada durante o governo Poroshenko foi o fortalecimento e a modernização das forças armadas do país, processo que ocorreu sob apoio próximo das potências ocidentais – muito embora os Estados Unidos só tenham começado a prover armamentos letais, e com significativas restrições de uso, a partir da administração Trump (D'Anieri, 2023, p.245, 253-254; Gushchin; Levchenkov, 2019, p.8-9; Kudelia, 2022, p.253-255). Como resultado de tais limitações, embora as capacidades das forças armadas ucranianas tenham se elevado, a Ucrânia continuou tendo sérias deficiências relativas em comparação com o poderio militar russo (D'Anieri, 2023, p.245). Simultaneamente, os Estados Unidos elevaram consideravelmente sua influência sobre a política doméstica e externa da Ucrânia.

O governo ucraniano também buscou romper laços com a Rússia em diversas áreas. Em 2016, por exemplo, novas restrições econômicas contribuíram para a diminuição dos fluxos comerciais entre Ucrânia e Rússia. O acesso de companhias aéreas russas à Ucrânia foi proibido, medida que suscitou, por sua vez, o fechamento do espaço aéreo russo para empresas ucranianas (Matveeva, 2018, p.205, 253, 284). Já em 2017, a Ucrânia adotou sanções contra bancos russos, o que restringiu o acesso de tais organizações ao mercado ucraniano (Petro, 2023, p.184).

No final de 2018, a Ucrânia, chamando atenção para as ações da Rússia em 2014, revogou sua adesão ao Grande Acordo de 1997, medida que entrou em vigor em abril de 2019 e foi lamentada, em nível oficial, pelo governo russo (Gunkel', 2019). Vale mencionar que políticos e intelectuais russos enxergaram potenciais benefícios nessa medida. Chamava-se atenção, nesse sentido, para o fato de a ruptura do acordo significar que a Rússia não teria mais de se ater ao compromisso formal de respeito à integridade territorial da Ucrânia (Razmakhnin, 2018). De fato, Putin, em 2014, argumentava que o Maidan havia levado à criação de um novo Estado ucraniano com o qual a Rússia não havia assinado acordos. Desse modo, conforme tal lógica, Moscou não teria compromisso com documentos como o Grande Acordo e os acordos sobre a FMN de 1997, bem como com o Memorando de Budapeste (Allison, 2014, p.1265). A Rússia, portanto, atribuía a si mesma maior margem de manobra para ações contra a Ucrânia.

No campo da política doméstica, uma série de políticas representou um claro desafio à capacidade de influência russa e às concepções russas sobre a configuração do Estado ucraniano e das relações Estado-sociedade na Ucrânia. Por exemplo, foi introduzida uma série de restrições ao consumo de produções culturais russas, como filmes. Além disso, ainda em 2014, 15 canais televisivos russos foram proibidos na Ucrânia. Em 2015, o governo ucraniano baniu 41 jornalistas russos de entrarem no país, enquanto que duas importantes redes sociais russas que tinham significativa popularidade na Ucrânia (D'Anieri, 2023, p.264). Cotas visando à elevação do uso do ucraniano foram introduzidas para transmissões de rádio e televisão (Petro, 2023, p.199).

A área da memória histórica foi uma das mais afetadas por tal tendência, o que contribuiu para deteriorar as relações russo-ucranianas. Como visto nos capítulos anteriores, a política de memória de Viktor Ianukovych caracterizou-se por elementos convergentes com o paradigma predominante na União Soviética e na Rússia sobre a Segunda Guerra Mundial. Essa tendência ganhou um importante marco durante o Maidan. As referidas “Leis

Ditatoriais” tornaram ilegal a celebração de organizações que haviam colaborado com os nazistas durante a guerra. No contexto do Maidan, tal medida visava, além de rotular o movimento de oposição a Ianukovych como “fascista”, estabelecer novos meios legais para a repressão de opositores de Ianukovych (Kasianov, 2019a, p.205-206), dada a presença de símbolos de organizações como a OUN-UPA no Maidan.

Essa tendência começou a ser revertida sob Poroshenko. A abordagem do governo Viktor Iushchenko foi resgatada e intensificada. A partir de 2015, foram adotadas leis de memória histórica voltadas para remover certos traços do passado imperial russo e soviético na Ucrânia, em uma época na qual crescia, no país, o sentimento de que as ações da Rússia em 2014 ecoavam antigos esforços tsaristas e soviéticos pela subjugação da Ucrânia e sua condição de Estado independente (Popova; Shevel, 2024, p.180). Apoiadores dessa legislação a defendiam com base no argumento de que narrativas históricas russas poderiam ser utilizadas para dominar a Ucrânia (D’Anieri, 2023, p.249).

Uma das leis componentes do pacote legislativo de 2015, por exemplo, promovia uma versão diferente do paradigma predominante na União Soviética e na Rússia sobre a Segunda Guerra Mundial. Em vez de acentuar a vitória soviética na guerra contra a Alemanha Nazista em 1941-1945, o a interpretação histórica promovida oficialmente na Ucrânia passava a acentuar a vitória sobre o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial como um todo, entre 1939-1945, o que aproximava a Ucrânia das políticas de memória dominantes na Europa ocidental. Um aspecto particularmente relevante dessa legislação foi a estipulação de punições para a “falsificação” da história da Segunda Guerra Mundial na esfera pública ucraniana (Kasianov, 2019a, p.200).

A lei “Sobre o status legal e a honra à memória dos lutadores pela independência da Ucrânia no século XX” reconheceu membros da OUN-UPA em um conjunto de indivíduos e organizações que lutaram pela independência da Ucrânia do século XX. Em decorrência de tal reconhecimento, conforme a lei, veteranos da UPA e membros de suas famílias poderiam receber benefícios sociais do Estado. A lei também estipulou ações de promoção da memória dos atores que lutaram pela independência da Ucrânia. Por fim, vale destacar que a lei estabeleceu ser ilegal o desrespeito à memória de tais atores, bem como a negação da justeza da luta pela independência da Ucrânia no século XX. Em decorrência dessa lei, membros da OUN-UPA estariam incluídos em tais esforços, de modo que o Estado ucraniano legitimou a atuação histórica da OUN-UPA pela independência da Ucrânia. A lei foi criticada na Ucrânia e no exterior por seu potencial de arbitrariedades e de limitação da liberdade de expressão,

incluindo no que tange às possibilidades de posicionamentos críticos à OUN-UPA (Kasianov, 2019a, p.206-209). A celebração da OUN-UPA como grupo que lutou pela independência da Ucrânia frequentemente omitia ou mesmo negava as relações de cooperação dessa organização com os nazistas ao longo de sua trajetória, de modo similar à maneira como parte da sociedade da Rússia exalta a figura de Stalin, em particular no que tange a seu papel na vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, enquanto ignora ou relativiza questões como as relações com a Alemanha nazista no período pré-1941, o autoritarismo e as repressões étnicas praticadas no governo de Stalin na União Soviética (Ferraro, 2022b, p.135).

Uma outra controversa lei componente do pacote de 2015 foi a lei “Sobre a condenação dos regimes totalitários comunista e nacional-socialista (nazista) na Ucrânia e a proibição da propaganda de seus símbolos”. Essa lei equiparou o socialismo soviético ao regime nazista na Alemanha enquanto regimes totalitários. Na prática, portanto, a lei constituía um instrumento de deslegitimação da experiência soviética da Ucrânia. A exibição pública de símbolos associados ao comunismo foi proibida, com exceções sendo feitas ao âmbito de pesquisas científicas, literatura especializada e produções artísticas. Topônimos por todo o país, incluindo nomes de cidades, seriam alterados para remover referências à União Soviética. Apesar de aprovada na VR com grande votação, a lei sobre a proibição de símbolos associados ao comunismo, assim como aquela referente aos combatentes pela independência da Ucrânia, foi alvo de críticas por estabelecer a interferência do Estado nos debates históricos e potencialmente limitar a liberdade de expressão sobre a União Soviética. Por fim, vale mencionar as consequências da lei para a competição política na Ucrânia. O governo ucraniano estabeleceu, na prática, a proibição de partidos políticos e organizações que utilizassem símbolos, nomenclatura elementos programáticos associados ao comunismo – o que levaria, por exemplo, a ações pela proibição do KPU (Kasianov, 2019a, p.207-211).

Por fim, vale mencionar o resgate do Instituto Ucraniano de Memória Nacional. Fundada em 2006, sob a presidência de Viktor Iushchenko, essa organização exercia o papel *de facto*, durante o período de Iushchenko, de difundir as narrativas de memória histórica de tendências nacionalistas ucranianas e críticas à experiência soviética. Durante a presidência de Ianukovych, o instituto foi esvaziado de sua controversa atuação nos debates públicos sobre a história da Ucrânia. Sob Poroshenko, contudo, o papel exercido na era Iushchenko ganhou novo impulso. O polêmico historiador Volodymyr Viatrovykh, simpatizante da OUN-UPA, foi nomeado diretor do instituto, que, sob influência de organizações de orientação ideológica similar, assumiu um destacado papel nos debates e políticas relacionados à memória histórica

na Ucrânia – inclusive, na formulação do referido pacote de leis de 2015 (Kasianov, 2019b, 2023).

As políticas de memória histórica adotadas durante o governo Poroshenko constituíram um importante instrumento a incidir sobre as relações Estado-sociedade na Ucrânia, uma vez que significaram que o Estado ucraniano passaria a interferir nos debates sobre a história do país assumindo oficialmente uma narrativa nacional(ista) que visava a eliminar vestígios da narrativa histórica pró-soviética (Kasianov, 2019a, p.206-207). Visões russas e pró-russas sobre a proximidade histórica entre ucranianos e russos, portanto, não seriam comportadas em nível oficial (Arel; Driscoll, 2023, p.189-190), podendo até ser alvo de punições legais. Vale lembrar que esse processo ocorreu mesmo com a existência, como mostravam pesquisas de opinião pública, de uma significativa parcela – sobre algumas questões, majoritária - da população da Ucrânia, concentrada no leste e no sul, que discordavam das novas políticas de memória pós-Maidan em aspectos como a avaliação sobre a experiência soviética e a atuação da OUN-UPA (Kasianov, 2019a, p.211-213). Na Ucrânia, o processo de adoção e implementação dessas leis ficou conhecido como a “descomunização”, uma vez que visava a eliminar e reprimir manifestações de simpatia à experiência histórica do país no período da União Soviética. O governo russo criticou as leis de “descomunização” da Ucrânia, afirmando, entre outros fatores, que elas abriam espaço para a glorificação de colaboradores dos nazistas (Russian FM ..., 2015).

No campo linguístico, uma nova lei sobre o setor de educação requeria que todos os estudantes da Ucrânia tivessem proficiência na língua ucraniana, mesmo que fossem membros de minorias étnicas falantes de outras línguas. A nova legislação ucraniana foi criticada não só pela Rússia, como, também, pelos governos de Hungria e Romênia (há populações étnicas húngaras e romenas na Ucrânia), países componentes da UE e da OTAN (D’Anieri, 2023, p.250). Em 2018, a lei Kivalov-Kolesnichenko deixou de vigorar, enquanto que, no ano seguinte, foi adotada uma nova lei de línguas em nível nacional que determinou a implementação de ações para a extensão do uso da língua ucraniana, incluindo em dimensões como a mídia, serviços e o mercado editorial. As iniciativas de ucranianização linguística foram criticadas pela Rússia (Popova; Shevel, 2024, p.186-188), que considerava as políticas linguísticas adotadas na Ucrânia como discriminatórias (Lukashevich, 2019). Por outro lado, vários levantamentos realizados na Ucrânia no período pós-Maidan consistentemente mostraram que o russo, em maior ou menor grau, continuou a ser falado no dia a dia por pouco mais da metade dos ucranianos (Kulyk, 2023; Shoste ..., 2022). Na Ucrânia como um

todo, as iniciativas de promoção da língua ucraniana tiveram apoio majoritário (Popova; Shevel, 2024, p.188).

Por fim, um último assunto de destaque na área da identidade e cultura foi a questão da ortodoxia cristã. O governo Poroshenko renovou esforços pela criação de uma única igreja ortodoxa cristã ucraniana independente da Rússia. Tais esforços resultaram no reconhecimento, pelo Patriarcado Ecumênico, da Igreja Ortodoxa Ucraniana (*Pravoslavna tserkv Ukraïny*, PTsU), em 2019, como igreja ortodoxa nacional e autônoma (autocéfala, na terminologia cristã ortodoxa) da Ucrânia. A UPTs-KP e a UAPTs aderiram à PTsU, e teve início uma disputa pela adesão de paróquias da UPTs-MP, cuja liderança rejeitava o estabelecimento da PTsU como igreja ortodoxa canônica na Ucrânia. A medida também foi contestada fortemente pela RPTs e pelo próprio governo russo, que chegou a abordar o assunto em seu Conselho de Segurança (Arel; Driscoll, 2023, p.190-191; D’Anieri, 2023, p.248).

A criação da PTsU e seu reconhecimento como igreja ortodoxa canônica da Ucrânia questionava a ideologia do povo triunido e do Mundo Russo, ameaçando, portanto, as ideias de unidade entre Ucrânia e Rússia na sociedade ucraniana. Apesar de a UPTs-MP ter permanecido a igreja com o maior número de paróquias, o apoio popular à instituição decrescia na Ucrânia. Com posicionamentos como a tendência de neutralidade quanto à guerra no Donbass, cresciam percepções de que a UPTs-MP era uma instituição pró-russa (Popova; Shevel, 2024, p.184-186). Nesse sentido, tornou-se crescente, no discurso político, a tese de que a UPTs-MP representaria uma ameaça à segurança da Ucrânia (Petro, 2023, p.199-204).

Desde o Maidan, a Rússia vinha demandando da Ucrânia a adoção de diversas medidas, como a garantias de proteção dos russófonos e a descentralização político-administrativa do país (Tsygankov, 2015, p.285). As leis de educação (especificamente, sua dimensão linguística), linguística e sobre a reintegração dos territórios sob controle separatista no Donbass instituídas durante o governo Poroshenko (que serão objeto de maior atenção adiante neste trabalho) foram criticadas pelo governo russo, que classificava tais medidas não só como contrárias aos Acordos de Minsk, como também prejudiciais à “possibilidade de restaurar a harmonia nacional” (Rússia, s.d.b. Tradução nossa). Nesse contexto, uma importante tendência na política da Rússia para a Ucrânia foi a intensificação da presença do paradigma tsarista da nação russa triunida no discurso oficial russo (Trenin, 2017). Um dos corolários dessa tese, como visto ao longo desse trabalho, era o questionamento da

individualidade etnonacional ucraniana em relação à Rússia e aos russos, o que se desdobrava em uma ideia de deslegitimação da ideia de um Estado ucraniano independente. Tais posicionamentos e tendências evidenciavam o interesse russo em evitar o tipo de transformações no Estado ucraniano e nas relações Estado-sociedade no país mencionados acima.

Um outro relevante aspecto da política da Rússia para a Ucrânia, nesse contexto de tendências desfavoráveis, dizia respeito às relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas. Fiodor Lukianov, por exemplo, afirmava que uma Ucrânia neutra, com proteção à língua russa e descentralizada, em que o leste e uma força política pró-russa - cujo surgimento deveria, para Lukianov, ser promovido por Moscou - tivessem influência política, seria conveniente para os interesses da Rússia (Lukianov, 2014a, 2014b). Lukianov também argumentava que a manutenção de uma Ucrânia *de facto* dividida pelo conflito entre Kiev e as regiões sob controle separatista, apesar de poder obstruir a integração da Ucrânia ao Ocidente, poderia trazer, entre outros de uma série de prejuízos para a Rússia, a consolidação da Ucrânia como um Estado hostil à Rússia sob apoio ocidental (Lukianov, 2014b).

Por outros motivos, o ocidentalista Aleksei Arbatov apresentava uma linha de raciocínio similar: escrevendo ainda antes da anexação da Crimeia, Arbatov alertou que a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia, além de potencialmente ocasionar uma sangrenta guerra, traria como efeitos colaterais o fortalecimento de ideias nacionalistas radicais na Ucrânia, o que seria prejudicial para os russófonos e russos étnicos desse país. Desse modo, Arbatov argumentava que a Rússia deveria apoiar tais segmentos da população da Ucrânia por meios diplomáticos e econômicos – uma intervenção militar russa, na visão de Arbatov, só deveria ocorrer em caso de massacres de civis e genocídio (Arbatov, 2014).

Sergei Karaganov, apesar de classificar a anexação da Crimeia como um “grande sucesso” da Rússia (uma vez que obstruiria a integração da Ucrânia à OTAN), posicionava-se de maneira contrária a uma intervenção militar russa em larga escala na Ucrânia, que poderia significar um custoso “Afeganistão-2” para Moscou (em referência à fracassada intervenção soviética no Afeganistão, entre 1979 e 1989) (Karaganov, 2014). A versão de 2016 do “Estratégia para a Rússia” do SVOP, avaliando a situação em torno da Ucrânia, considerou que o objetivo mínimo da Rússia – evitar a integração da Ucrânia às estruturas ocidentais – havia sido atingido. O documento propôs a preservação, pelo menos temporariamente, do estado de conflito congelado no Donbass, com o entendimento das áreas sob controle das repúblicas separatistas na região como Estados “semi-independentes” apoiados pela Rússia,

mas formalmente reconhecidas como território da Ucrânia. Ao mesmo tempo, o relatório de 2016 do SVOP propunha a busca pelo cumprimento da plataforma da Minsk (Strategiia ..., 2016).

No cenário da elite intelectual russa, vale mencionar, por fim, a proposição defendida por Trenin em 2017, segundo a qual a Rússia deveria aceitar o processo histórico de desenvolvimento da identidade e do Estado nacional ucranianos e evitar tentativas de manter a Ucrânia na órbita geopolítica de Moscou a qualquer custo, pois tais tentativas seriam prejudiciais para a própria Rússia nas dimensões econômica, política e de segurança. Na ótica de Trenin, a nação e o Estado ucranianos individuais e separados da Rússia seriam benéficos para Moscou, na medida em que livrariam a Rússia do “estado de transição pós-imperial” surgido do colapso da União Soviética (Trenin, 2017). Trenin argumentava que os Acordos de Minsk eram convenientes para os interesses da Rússia exatamente por conta de possibilitarem, por meio da reintegração dos territórios do Donbass sob controle separatista, o fortalecimento do campo político pró-russo da Ucrânia, o que estabeleceria, conseqüentemente, um contrapeso às forças nacionalistas e pró-ocidentais que vinham se fortalecendo no país desde 2014. Nesse contexto, Trenin posicionava-se contra a anexação do Donbass pela Rússia (Trenin, 2021).

Na política de fato adotada pelo governo russo, Viktor Medvedchuk ganhou novo destaque. Por sugestão de Putin à então primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, Medvedchuk foi inserido nas negociações sobre o conflito no Donbass, atuando primariamente no campo de negociações para trocas de prisioneiros. Medvedchuk fazia parte do subgrupo dedicado a questões humanitárias no âmbito do Grupo de Contato Trilateral. Na admissão do próprio Poroshenko, Medvedchuk era uma espécie de intermediário entre o governo ucraniano e o Kremlin (Hurak; D’Anieri, 2022, p.126-128; D’anieri, 2023, p.264). Em conjunto com Surkov, Medvedchuk, segundo Zygar, também foi um dos arquitetos dos Acordos de Minsk (Zygar’, 2016, p.356).

Como mencionado acima, Medvedchuk também se envolveu nas atividades do Opoblok. Segundo investigações jornalísticas na mídia ucraniana, esse processo ocorreu com envolvimento de Moscou. Conforme tais reportagens, a Rússia interferia nos bastidores da política ucraniana pressionando pela inclusão de Medvedchuk em um grupo político que congregasse os principais remanescentes do PR na política ucraniana. O anúncio da aliança entre o Opoblok e Medvedchuk, inclusive, foi feito por Boiko após o retorno deste último de uma viagem a Moscou no início de 2017 (Koshkina, 2018).

Viktor Medvedchuk era um destacado proponente da implementação da plataforma de Minsk e do princípio da autonomia político-administrativa no Donbass, medida que, como visto acima, o governo Putin insistia que a Ucrânia implementasse. Medvedchuk destacava a necessidade de negociações que incluíssem a interlocução direta com representantes dos separatistas do Donbass, em conjunto com o governo russo (Petro, 2023, p.260-261). Em 2014, Medvedchuk e um próximo aliado, Nestor Shufrych, participaram de negociações com os separatistas do Donbass sobre os termos de uma possível solução de compromisso com o governo central ucraniano (Petro, 2023, p.238, 475). Vale mencionar, por fim, que Medvedchuk e o UV apresentaram-se como defensores da federalização Ucrânia, medida que classificavam como conducente para a preservação da integridade do país (Kontsept ..., 2014; Medvedchuk, 2014).

Um ponto de inflexão na atuação política de Medvedchuk ocorreu no período final do governo Poroshenko. Na segunda metade de 2018, Medvedchuk e políticos do grupo Boiko-Liovochkin no Opoblok aliaram-se para formar o OPZZh. A infraestrutura jurídica-institucional para o OPZZh foi provida pelo partido Pela Vida, no qual Medvedchuk havia previamente ingressado e era liderado pelo político e empresário Vadym Rabinovych, eleito deputado na VR pelo Opoblok em 2014. A aliança de Medvedchuk com o grupo Liovochkin-Boiko no OPZZh, segundo investigação da jornalista ucraniana Sonia Koshkina, foi aprovada por Putin em encontro com Boiko (Koshkina, 2018). Em decorrência das diferentes proveniências de seus líderes, o OPZZh dividia-se, basicamente, em dois grupos principais, por vezes vistos como rivais: a fração Medvedchuk-Rabinovych, mais próxima da Rússia, e um grupo liderado pela dupla Liovochkin-Boiko (Smirnov, 2021a; 2021b).

A formação do OPZZh ocasionou uma ruptura no Opoblok, uma vez que o grupo de Rinat Akhmetov rejeitava tal movimentação do grupo Boiko-Liovochkin (Koshkina, 2018). Em dezembro de 2018, a Rússia anunciou uma lista de sanções contra diversos políticos ucranianos. Na lista russa, encontravam-se todos os políticos considerados componentes do grupo de Akhmetov no Opoblok (Chto izvestno ..., 2018). Dessa maneira, o governo russo sinalizou sua preferência e apoio ao OPZZh como principal aliado na política ucraniana. Como se verá em maior detalhe adiante neste capítulo, o OPZZh, a partir de 2019, consolidou-se como a principal força política pró-russa da Ucrânia, tendo claro apoio da Rússia em sua atuação.

Além de Medvedchuk, do Opoblok e do OPZZh, cabe mencionar, no espectro político pró-russo da Ucrânia, a atuação de políticos exilados da elite de Ianukovych na

Crimeia e na Rússia. Diversos ex-oficiais do governo Ianukovych e políticos do PR, como os referidos Oleg Tsariov, Vadym Kolesnichenko e ex-ministro da defesa da Ucrânia (2012-2014), Pavlo Lebediev (Pavel Lebedev, em russo), estabeleceram-se na Crimeia anexada, havendo casos de inserção de tais indivíduos na elite russa (Skorkin, 2023). Vale mencionar, por fim, que as articulações políticas surgidas do colapso do PR também tiveram ramificações na própria Rússia. Em agosto de 2015, Mykola Azarov estabeleceu em Moscou o chamado Comitê de Salvação da Ucrânia (KSU, de *Komitet spasinnia Ukraïny*, em ucraniano, e *Komitet spaseniia Ukrainy*, em russo), composto por outros ex-membros do PR e do governo Ianukovych que haviam rompido com o ex-presidente ucraniano. Crítico dos rumos políticos da Ucrânia pós-Maidan, o KSU declarava aspirar pela chegada ao poder em Kiev, nomeando Volodymyr Oliinik, ex-deputado do PR e coautor das referidas “leis ditatoriais” de 2014, como candidato à presidência da Ucrânia (Komitet ..., 2015; Vendik, 2015).

Em termos programáticos, o KSU propunha a federalização e a neutralidade da Ucrânia, bem como a oficialização da língua russa no país e a restauração de boas relações com a Rússia (Barova, 2015). Oliinik, por sua vez, prometia negociações diretas com as lideranças separatistas no Donbass para solucionar a guerra no leste da Ucrânia (Komitet ..., 2015). Analistas ucranianos especulavam que o governo russo poderia estar envolvido nas atividades do KSU, o que foi negado pelo Kremlin (Vendik, 2015). Além do KSU, também atuava, na Rússia, uma organização de orientação ideológica similar: a União dos Emigrantes Políticos e Prisioneiros Políticos da Ucrânia, liderada por Larisa Shesler, ex-vereadora na cidade de Mykolaïv e ex-membra do PSPU. Shesler também atuou como coordenadora do Antimaidan na região de Mykolaïv (Larisa Shesler ..., 2023).

No contexto pós-Maidan, a Rússia também buscou diversificar seus canais de influência sobre a sociedade ucraniana por meio da esfera informacional. Nas palavras de Konstantin Zatulin, a exploração do campo informacional seria um importante elemento para que a Rússia difundisse pontos de vista críticos ao governo ucraniano, executando – nas próprias palavras do deputado – propaganda para o público ucraniano (Zatulin, 2014c). A intensificação da atuação russa no campo informacional ucraniano foi ilustrada principalmente pela atuação do portal *Ukraina.ru*, vinculado à agência estatal russa *Rossia segodnia* (“A Rússia Hoje”). O *Ukraina.ru* possui uma linha editorial pró-russa e crítica aos governos ucranianos pós-Maidan, frequentemente oferecendo espaço para analistas e políticos ucranianos de tal orientação política. Vale mencionar que o *Ukraina.ru*, originalmente, havia

sido estabelecido nos anos 2000 como um site pró-SDPU-O. O site foi criado por uma organização dirigida por Gleb Pavlovsky, a qual havia sido contratada pelo partido de Viktor Medvedchuk para fins de *marketing* político (Kuzio, 2005, p.493).

Ao mesmo tempo em que a influência russa era crescentemente desafiada na Ucrânia, Moscou consolidava seu controle político sobre a Crimeia. Pesquisas de opinião realizadas após a anexação da Crimeia, inclusive, indicavam uma aprovação popular majoritária a essa medida entre os três principais grupos étnicos da região – havendo registro de crescimento, portanto, também entre tártaros da Crimeia. Em parte, é verdade, essa tendência pode ser explicada pelas transformações demográficas associadas ao referido êxodo de parte significativa dos ucranianos étnicos e tártaros da Crimeia oponentes da anexação. Questões como os investimentos russos na região, bem como seu crescimento econômico, parecem ter sido um importante fator a contribuir para o alto nível de aprovação popular à anexação pela Rússia na Crimeia (O’Loughlin; Toal; Bakke, 2020).

No período da presidência de Poroshenko, o espectro de uma guerra aberta entre Ucrânia e Rússia esteve presente nas relações bilaterais. Além de periódicas quebras do cessar-fogo nas frentes de guerra no Donbass, vale mencionar a ocorrência de episódios de tensões militares na área do Mar de Azov. Em 2016, a Rússia deu início à construção de uma ponte ligando seu território à Crimeia pelo Estreito de Kerch. A ponte limitava a navegação de largas embarcações pelo estreito. Em 2018, a Rússia deu início à inspeção de navios ucranianos destinados a portos no Mar de Azov. Nesse contexto, em novembro daquele ano, a marinha russa atacou três embarcações ucranianas, capturando suas tripulações. O episódio ocasionou uma séria crise entre Ucrânia e Rússia, que poderia ter levado a uma guerra em larga escala (D’Anieri, 2023, p.251).

### **8.3 A guerra no Donbass e a as relações entre a Rússia e a DNR e a LNR (2014-2019)**

Fontes ucranianas afirmam que agentes de órgãos de segurança e inteligência russos haviam se envolvido nas ações dos separatistas na *oblast’* de Luhansk ainda em abril de 2014 (Eks-Glava ..., 2017; Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.255). Tais alegações têm sido questionadas por analistas que investigaram os eventos do período (Hauter, 2023, p.118-122). Evidências e investigações jornalísticas sugerem que o envolvimento russo no sentido de controlar os separatistas do Donbass teve início em uma etapa um pouco mais tardia da guerra. Segundo a investigação de Arutunian, os esforços da Rússia pelo estabelecimento de

controle sobre as repúblicas separatistas – primeiramente, na dimensão militar e, posteriormente, na dimensão política - tiveram início ainda em maio de 2014 (Arutunyan, 2022). Hauter, por sua vez, aponta haver evidências de que, já a partir de maio de 2014, oficiais russos podem ter exercido papel de supervisão sobre as estruturas separatistas da LNR (Hauter, 2023, p.189-192). De todo modo, o período posterior ao início das negociações do processo de Minsk, em particular no caso do Minsk 2, foi aquele em que a Rússia consolidou e aprofundou sua supervisão política sobre os territórios do Donbass controlados pela DNR e a LNR.

A área militar e de segurança tornou-se um dos campos em que o papel de Moscou nesse sentido assumiu particular relevância, exercido principalmente por meio da atuação do ministério da Defesa e do FSB. Instrutores e consultores militares russos estabeleceram-se nos territórios sob controle da DNR e da LNR após o Minsk 1. Atores militares privados próximos ao Kremlin, como o referido grupo Wagner, também passaram a atuar nas áreas do Donbass controladas pela DNR e a LNR, executando missões de combate e segurança. Além disso, sob direção da Rússia, as forças das duas repúblicas separatistas foram organizadas nos moldes de exércitos regulares modernos. Os exércitos da DNR e da LNR passaram a ter como comandantes, além de atores locais, militares russos aposentados. A Rússia também provia armamentos, equipamentos e supervisão na administração das forças militares separatistas. Segundo uma estimativa de 2016 feita pelo *Novaia gazeta*, do efetivo de 32.000 soldados dos exércitos separatistas, cerca de 30.000 seriam cidadãos ucranianos. Já estimativas ucranianas e ocidentais colocavam a quantidade de tropas regulares russas estacionadas nos territórios sob controle separatista entre 10.000 e 13.000 soldados (Matveeva, 2018, p.170, 178-179, 247-248 278-281; 2022a, p.99; 2022b, p.3).

A Rússia também passou a exercer influência na política interna dos territórios controlados pela DNR e a LNR. Primariamente sob supervisão de Vladislav Surkov, a Rússia estabelecia as linhas políticas gerais pelas elites que governavam os territórios sob controle separatista. Em um nível mais prático, Moscou também interferia em assuntos administrativos e na política de quadros, provendo treinamento, supervisão e assistência material na gestão do aparato estatal separatista (Matveeva, 2018, p.216-217, 247-248, 279-280; 2022b, p.3).

Além disso, o governo russo também interferia na composição e perfil político das elites políticas da DNR e da LNR. Essas elites eram compostas primariamente, por ativistas pró-russos e ex-oficiais das estruturas de Estado ucranianos. Apesar de os mais proeminentes líderes regionais do PR, em geral, não terem se estabelecido como atores de destaque nas

estruturas estatais separatistas, certos membros do partido e do KPU, que atuavam na política regional pré-Maidan, também se integraram a tais estruturas. Paralelamente, políticos atuantes na DNR e na LNR também integravam-se à política russa, atuando em diversos cargos políticos na Rússia (Kazansky; Vorotyntseva, 2020, p.307-308; Kudelia, 2014b; Skorkin, 2018a, 2021). A Rússia atuou para adaptar líderes militares do levante separatista para o exercício de funções políticas civis. A interferência russa nas dinâmicas de elite nos territórios sob controle separatista também ocorriam por meio da moderação (ou remoção) de figuras mais radicais que não se dispunham a submeter-se às diretrizes de políticas delineadas em Moscou. A política de quadros das repúblicas separatistas era realizada pela própria administração presidencial russa (Matveeva, 2018, p.216-217, 247-248, 279-280; 2022b, p.3). Por fim, vale mencionar que, em alguns casos, políticos russos foram nomeados para cargos políticos nas estruturas da DNR e da LNR (Skorkin, 2021).

No período 2014-2019, as lideranças da DNR e da LNR passaram por significativas mudanças. Aleksandr Zakharchenko foi morto em decorrência de um atentado realizado em Donetsk em agosto de 2018. A liderança da DNR acusou a Ucrânia de autoria do atentado (Aleksandrov, 2019). Por outro lado, outras versões sustentam que esse evento, a exemplo de outros assassinatos, atentados e episódios de intimidação a atores do movimento separatista, podem ter sido resultado de disputas de poder internas no próprio movimento separatista ou da ação da própria Rússia - em parte, com vistas a facilitar a implementação da plataforma de Minsk - e do grupo Wagner (Aleksandrov, 2019; Arutunyan, 2022; Marten, 2019, p.192).

Após a morte de Aleksandr Zakharchenko, o primeiro-ministro da DNR tornou-se Denis Pushilin (Denys Pushilin, em ucraniano), um nativo da província de Donetsk que havia participado das ações de fundação da república separatista em 2014. Na LNR, disputas de poder na elite separatista a partir de 2015 levaram a confrontações e um golpe de Estado que se desdobrou na saída de Igor Plotnitsky do poder (Polukhina 2017; Vikhrov, 2017). Em seu lugar, o líder da LNR tornou-se Leonid Pasechnik (Leonid Pasichnik, em ucraniano), um ex-agente do SBU, também nativo da região de Luhansk. Apoiados por Moscou, Pasechnik e Pushilin consolidaram seu poder nas áreas sob controle separatista do Donbass após a realização de eleições em 2018 (Skorkin, 2021), atividade que não estava estipulada na plataforma de Minsk (que, como visto acima, estipulava a realização de eleições sob a legislação ucraniana). Pushilin e Pasechnik permaneceram os líderes das duas repúblicas separatistas até o momento da invasão russa de 2022 e, até a finalização deste trabalho, também no período após as declarações de anexações russas de 2022.

Na economia, a Rússia era uma crucial fornecedora de gás e eletricidade. O rublo russo tornou-se a moeda da DNR e da LNR em 2017. A sustentação financeira do setor público e dos gastos sociais, por sua vez, era dependente de recursos do Estado russo (Matveeva, 2018, p.247-248; 2022b, p.3). Organizações privadas russas também proviam apoio econômico à DNR e à LNR (Matveeva, 2022a, p.102). Após restrições comerciais impostas pelo governo Poroshenko em 2017, a economia da DNR e da LNR entrou em um período de grandes dificuldades, pois as medidas adotadas pelo governo ucraniano ocasionaram a ruptura de padrões de comércio e investimento na região. Nesse contexto, intensificou-se o domínio de empresários e oligarcas amigáveis à Rússia na economia dos territórios controlados pela DNR e a LNR (Matveeva, 2022b, p.2; Skorkin, 2021).

Por fim, vale mencionar os processos identitários em curso nos territórios controlados pela DNR e a LNR, que apontavam para a intensificação de uma identidade local russa em detrimento de elementos ucranianos (por exemplo, a língua ucraniana chegou a ser removida completamente dos currículos escolares na região) (Arel; Driscoll, 2023, p.184-186, 191). A influência cultural russa também se elevou em detrimento da ucraniana, o que era possibilitado por um cenário de bloqueio a meios de comunicação ucranianos e extensa atuação de meios de comunicação russos – que se tornaram uma das principais fontes de informação para a população das regiões do Donbass sob controle da DNR e da LNR (Matveeva, 2022a, p.96-97; 2022b, p.2-3). No que tange à influência política russa nos territórios controlados pela DNR e a LNR, uma outra importante dimensão a ser considerada é a demográfica. De maneira similar ao que ocorreu na Crimeia pós-anexação, ocorreu uma emigração, em larga escala, de indivíduos de orientação política pró-Kiev (Matveeva, 2022a, p.96-97). Em conjunto, esses fatores contribuíram para a elevar o nível de lealdade da população local a Moscou e diminuir o potencial de oposição à Rússia nos territórios sob controle das duas repúblicas separatistas do Donbass.

Uma pesquisa de opinião realizada no território controlado pela DNR em junho de 2015 mostrou que 36% dos entrevistados apoiavam a incorporação pela Rússia; 18%, a criação de uma Novorossia estendendo-se de Odesa até a o leste; 14%, um Estado independente nos territórios controlados pela DNR e a LNR; e 10%, a reintegração à Ucrânia com um status de autonomia (Matveeva, 2018, p.251). Por outro lado, outros indicadores sugerem que o apoio à ruptura com a Ucrânia, no Donbass como um todo, era menor do que as reivindicações do movimento separatista pró-russo, o que lançava questionamentos sobre a tese de que o Donbass como um todo ansiava pela secessão e incorporação à Rússia. Por

exemplo, uma pesquisa de opinião realizada nos territórios sob controle da DNR e da LNR em fevereiro de 2015 estimou que o apoio à independência era de 26%, enquanto o apoio à incorporação pela Rússia chegava a 16%. O pertencimento de tais territórios ao Estado ucraniano foi apoiado por 50% dos entrevistados, seja na forma do status administrativo pré-guerra (12%), com maiores poderes (20%) ou como uma república autônoma componente de uma Ucrânia federativa (Iakym ie riven' ..., 2015).

Em 2016, uma outra pesquisa de opinião pública com habitantes do Donbass mostrou que mais de 90% dos residentes das áreas do Donbass sob controle de Kiev apoiavam a permanência das áreas sob controle da DNR e da LNR na Ucrânia, sendo 26,7% favoráveis a uma reintegração com status autônomo e 65,7% com o mesmo status vigente no Estado ucraniano antes da eclosão da guerra. Ao todo, 7,6%, por outro lado, apoiavam que as áreas do Donbass sob controle separatistas fossem incorporadas, com ou sem autonomia, à Rússia. Já no que diz respeito aos próprios habitantes das áreas controladas pela DNR e a LNR, a mesma pesquisa apontou que uma maioria de 55,6% dos entrevistados se disseram favoráveis à reintegração ao Estado ucraniano, sendo 35% favoráveis a uma reintegração com autonomia e 20,6% a uma reintegração com o mesmo status do pré-guerra. A incorporação à Rússia, com ou sem status especial, era apoiada por 44,5% dos entrevistados (Sasse; Lackner, 2019, p.10-13).

Em fevereiro e março de 2019, uma reedição dessa mesma pesquisa estimou que mais de 95% dos habitantes das áreas do Donbass sob controle de Kiev apoiavam a permanência dos territórios sob controle do DNR e da LNR na Ucrânia. Nesse sentido, 30,7% se disseram favoráveis a uma reintegração com status autônomo e 64,7% com o mesmo status em relação ao período pré-guerra. Apenas 4,6% apoiavam que as áreas controladas pela DNR e a LNR fossem absorvidas, com ou sem autonomia, ao território da Rússia. No que tange aos habitantes das áreas controladas pela DNR e a LNR, a mesma pesquisa apontou que uma maioria de 54,5% apoiava a reintegração ao Estado ucraniano, sendo 31% favoráveis a uma reintegração com autonomia e 23,5% a uma reintegração com o mesmo status do pré-guerra. A incorporação à Rússia, com ou sem status especial, era apoiada por 45,5% dos entrevistados (Sasse; Lackner, 2019, p.10-13).

A demanda pelo cumprimento do Minsk 2, que estipulava a reintegração dos territórios sob controle da DNR e da LNR à soberania da Ucrânia, era classificada pelo governo Putin como única alternativa para a resolução do conflito no Donbass. A insistência no cumprimento dessa demanda tornou-se um elemento característico da política da Rússia

para a Ucrânia (Rússia, s.d.b.). Na lógica do governo russo, a implementação da plataforma de Minsk possibilitaria inserir contrapesos a forças nacionalistas na política ucraniana e, dessa maneira, influir sobre o desenvolvimento da Ucrânia em um direcionamento mais favorável a relações próximas com a Rússia. Além disso, uma vez reintegrados com autonomia institucionalizada (o que incluía, como visto anteriormente, estruturas de segurança), os territórios sob controle separatista no Donbass poderiam mais facilmente chantagear o governo central ucraniano com a possibilidade de secessão (Ishchenko, 2023, p.132-135).

Apesar da redução da violência com o Minsk 2, a implementação de seus aspectos políticos foi dificultada pela persistência de interpretações dissonantes entre Ucrânia e Rússia sobre aspectos cruciais relacionados ao status das áreas sob controle separatista. De um lado, esse fator contribuiu para um processo simultâneo de afastamento político das repúblicas separatistas em relação a Kiev e de aproximação em relação a Moscou. Do outro, essa situação punha em questão a execução da estratégia política russa quanto à Ucrânia – que tinha como um de seus elementos centrais, como visto no capítulo anterior, a reintegração dos territórios sob controle separatista à soberania da Ucrânia.

Na visão de Konstantin Zatulin, o apoio de Moscou à DNR e à LNR seria necessário essencialmente com vistas a estabelecer um contrapeso interno na Ucrânia à possibilidade de que forças antirrussas dirigissem esse país. Para Zatulin, a reintegração dos territórios sob controle separatista ao Estado ucraniano contribuiria para o fortalecimento do segmento pró-russo na Ucrânia, bem como para que forças pró-ocidentais não se consolidassem na direção do país (Dergachev; Galimova, Podosenova; 2014; Sargin, 2014; Pochemu Rossiia ..., 2014). O deputado putinista considerava que a reintegração dos territórios sob controle da DNR e da LNR ao Estado ucraniano seria o primeiro passo para a federalização da Ucrânia. Zatulin defendia que o reconhecimento das independências da DNR e da LNR só deveria ocorrer como reação russa a uma escalada do uso da força de Kiev na guerra de uma maneira análoga às ações da Geórgia com relação à Ossétia do Sul em 2008 (Khisamov, 2018). Como visto acima, a tese sobre o leste da Ucrânia como contrapeso a forças nacionalistas e pró-ocidentais na Ucrânia era compartilhada por autores como Fiodor Lukianov (2014a, 2014b), do que se depreende, conforme tal lógica, que a reintegração dos territórios sob controle separatista no Donbass cumpriria um importante papel na influência russa sobre a Ucrânia.

Formalmente, é verdade, a Ucrânia chegou a promover iniciativas que sugeriam o compromisso com a plataforma de Minsk e, de maneira mais ampla, a descentralização de poder no país. Em seu discurso, as autoridades pós-Maidan, por exemplo, afirmavam o

compromisso com a descentralização enquanto mecanismo para a garantia da unidade da Ucrânia (Sakwa, 2015, p.132-133). Ainda em junho de 2014, logo após o início de sua presidência, Poroshenko apresentou um plano de paz referente à situação no leste da Ucrânia. Um dos pontos da proposta de Poroshenko era a descentralização político-administrativa do país, que incluiria a formação de comitês executivos, dispositivos de proteção da língua russa e mudanças constitucionais (Ucrânia, 2014b). A descentralização com autonomia no Donbass, envolvendo elementos como a oficialização da língua russa, autonomia econômica e o controle sobre forças de segurança, já era discutida entre membros da elite regional e Kiev como um possível caminho para a desescalada do conflito na região. Um referendo nacional sobre autonomia regional, inclusive, chegou a ser agendado para 25 de maio de 2014 (Arel; Driscoll, 2023, p.160-163; Sakwa, 2015, p.134).

A implementação de tais ações foi limitada e não chegou aos ideais de configuração do Estado ucraniano preferidos pela Rússia. Nesse contexto, o governo ucraniano tendia a abordar a questão da descentralização de maneira minimalista, concentrando-se em questões orçamentárias e evitando questões politicamente mais sensíveis, como a oficialização do russo e o controle sobre forças de segurança (Arel; Driscoll, 2023, p.160-163; Sakwa, 2015, p.134). De fato, a reforma de descentralização político-administrativa da Ucrânia aplicada a partir de 2014 concentrava-se primariamente na questão de um maior controle orçamentário por parte de municipalidades do país (Popova; Shevel, 2024, p.196-197). Além disso, os debates nesse sentido não tinham uma inclusão genuína de representantes do leste e do sul (Sakwa, 2015, p.133).

No que tange mais especificamente ao conflito no Donbass e à plataforma de Minsk, foi aprovada, em setembro de 2014, uma lei (que passou por modificações posteriores), sobre o status especial de “determinados distritos das províncias de Donetsk e Luhansk”, formulação referente aos territórios sob controle separatista na legislação ucraniana e nas negociações diplomáticas internacionais. A lei afirmava garantir o livre uso da língua russa e autorizava sua utilização em órgãos de governo, na mídia e no sistema educacional. A autonomia político-administrativa, por sua vez, incluía o estabelecimento de forças de segurança regionais e a participação de autoridades locais na gestão do sistema judiciário da região, bem como mecanismos de desenvolvimento de cooperação com subunidades administrativas da Rússia. Entretanto, as disposições de autonomia foram concebidas como de caráter temporário (três anos) e condicionadas à formação de órgãos de governo eleitos por meio de eleições organizadas conforme as leis da Ucrânia e sem a presença de organizações

armadas consideradas ilegais pela Ucrânia – isto é, as forças separatistas (Ucrânia, 2015).

O direcionamento dos debates e iniciativas relacionados à plataforma de Minsk ilustravam as tendências políticas na Ucrânia pós-Maidan, em seu direcionamento desfavorável para os interesses da Rússia no que tange à configuração do Estado ucraniano. De maneira geral, no contexto de fortalecido nacionalismo na Ucrânia por conta da guerra no Donbass e da anexação da Crimeia, Poroshenko não foi capaz ou não teve disposição de formar um consenso na elite política ucraniana sobre a resolução do conflito, apesar da existência de políticos e oligarcas favoráveis aos esforços de paz. Uma situação similar podia ser observada na sociedade como um todo, na qual parcela vocal era contrária a concessões à Rússia e aos separatistas do Donbass (Matveeva, 2018, p.241-242).

Diversos *surveys* realizados na Ucrânia durante a presidência de Poroshenko apontaram um desejo majoritário pela paz, mesmo que isso significasse algum grau de concessão aos separatistas (Matveeva, 2018, p.255-256). Uma pesquisa de fevereiro de 2020 do Centro Razumkov, por exemplo, mostrou que 41% dos entrevistados apoiavam negociações diretas com os líderes separatistas (superando os 40,4% que se disseram contrários), enquanto que 55,7% afirmaram rejeitar a recuperação pela força dos territórios sob controle separatista, enquanto medidas possíveis para a paz no Donbass (Hromads'ka Dumka ..., 2020). Uma pesquisa do KMIS de março de 2019 – ou seja, ao final do mandato presidencial de Poroshenko – apontou que 51% dos entrevistados na Ucrânia como um todo (66,7% no sul e no Donbass e 71,9% no restante do leste) apoiavam a autonomia para os territórios controlados pela DNR e da LNR em nome do encerramento da guerra no Donbass (24% se disseram contrários a tal medida) (Dumky i pohliady ..., 2019).

Por outro lado, é preciso lembrar que o governo Poroshenko e parcela considerável da sociedade ucraniana viam a guerra no Donbass não como um conflito contra separatistas internos (i.e., uma guerra civil), e sim como uma guerra contra a Rússia. Ainda que houvesse um cansaço da guerra na sociedade, havia um desejo predominante por uma paz nos termos da própria Ucrânia (Arel; Driscoll, 2023, p.189; D'anieri, 2023, p.246; Matveeva, 2018, p.260-263). Em dezembro de 2015, por exemplo, uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Centro Razumkov mostrou que 56,4% dos entrevistados rejeitavam a adoção de um status especial para os territórios controlados pela DNR e a LNR, enquanto que 23,8% se diziam favoráveis a tal medida (Matveeva, 2018, p.255-256). Uma outra pesquisa realizada pelo Centro Razumkov em fevereiro de 2020 estimou que 54,2% dos ucranianos eram favoráveis a que os territórios sob controle da DNR e da LNR fossem reintegrados com o

mesmo status político-administrativo vigente no pré-guerra. A pesquisa também indicou que, respectivamente, 68,1%, 53,9% e 62,1% dos entrevistados afirmaram não apoiar a federalização da Ucrânia, a oficialização do russo no país ou a implementação do status especial no Donbass em nome do fim da guerra no Donbass (Hromards'ka Dumka ..., 2020).

Essa visão teve uma série de efeitos práticos, como, por exemplo, a relutância, simultânea à adesão ao processo de Minsk, em negociar diretamente com as lideranças separatistas. Uma vez que a guerra era vista como um conflito interestatal com a Rússia, concessões no sentido do estabelecimento da autonomia nas partes do Donbass a serem reintegradas eram frequentemente vistas como uma capitulação frente a Moscou (Arel; Driscoll, 2023, p.189; D'anieri, 2023, p.246; Matveeva, 2018, p.260-263). Adeptos dessa visão argumentavam que a descentralização político-administrativa da Ucrânia componente da plataforma de Minsk poderia levar a instabilidade, tendências centrífugas ou mesmo desintegrativas, além de constituir um mecanismo de influência e ingerência russa por meio de *proxies* atuantes na política ucraniana (Arel; Driscoll, 2023, p.193-194; D'Anieri, 2023, p.268; Matveeva, 2018, p.239, 262; Sakwa, 2015, p.133-134). Em 2018, inclusive, a Ucrânia aprovou uma lei que reconheceu os territórios sob controle separatista no Donbass como áreas sob ocupação russa e onde Moscou havia realizado uma agressão militar contra a Ucrânia. A lei buscava fundamentar tal interpretação levando em conta fatores como a presença e a supervisão de instituições de Estado russas no controle e administração dos territórios controlados pela DNR e pela LNR (Ucrânia, 2018).

Um outro reflexo de tais posicionamentos na Ucrânia era observado na questão relacionada da realização de eleições nos territórios sob controle separatista. A Ucrânia argumentava que a realização de tais eleições em conformidade com a legislação ucraniana só poderia ocorrer mediante o desarmamento das forças separatistas, no que o governo ucraniano, como visto acima, incluía forças da própria Rússia. Por fim, Kiev relutava em aceitar atores da elite separatistas como atores políticos legítimos no Estado ucraniano, como subentendia a realização de eleições na região prevista pela plataforma de Minsk. Além disso, a Ucrânia ressaltava que refugiados do Donbass também deveriam participar da eleição. Em março de 2015, a VR aprovou uma modificação na lei referente ao status especial no Donbass para que a implementação dos principais elementos da lei só ocorresse após a realização de eleições, livres, justas e em conformidade a padrões da OSCE (Arel; Driscoll, 2023, p.182-183; Popova; Shevel, 2024, p.175). As lideranças separatistas, por sua vez, temiam que a realização de eleições com a presença de atores políticos e midiáticos ucranianos poderia

ocasionar instabilidade. O governo Putin, ademais, considerava que o desarmamento dos separatistas poderia encorajar o governo ucraniano a realizar prisões em massa na região (Arutunyan, 2022; Matveeva, 2018, p.282-283).

Em uma tentativa de solução desse impasse, o então presidente da Alemanha, Frank Walter Steinmeier, propôs o que ficou conhecido como a “Fórmula Steinmeier”: a lei ucraniana sobre a autonomia no Donbass só seria implementada após a OSCE certificar que eleições nas áreas sob controle separatista tivessem ocorrido em conformidade com padrões internacionais. Entretanto, o governo ucraniano também resistiu a tal fórmula, pois considerava que quaisquer eleições realizadas com a presença militar russa – lembrando, novamente, que isso incluía, na visão ucraniana, as estruturas da DNR e da LNR - não seriam abertas. Além disso, Kiev considerava que eleições legitimariam uma elite regional subserviente à Rússia (Arel; Driscoll, 2023, p.192-193). Em consequência dessas incongruências, as eleições que possibilitariam a implementação da lei e, conseqüentemente, a inserção das lideranças separatistas na política ucraniana não foi realizada durante o governo Poroshenko. O governo russo insistia que o controle sobre a fronteira russo-ucraniana nas áreas controladas pela DNR e a LNR, como estipulava o Minsk 2, só seria transferido após o cumprimento da integralidade da plataforma de Minsk, com a instituição da autonomia regional (Arel; Driscoll, 2023, p.182-183).

A implementação da plataforma de Minsk legitimaria a identidade política do Donbass como componente da nação ucraniana como um todo - pondo em questão, desse modo, o paradigma nacionalista e crítico à Rússia que ascendera na esteira do Maidan e das ações da Rússia em 2014 (Ishchenko, 2023). De maneira geral, portanto, a plataforma de Minsk era oposta por setores relevantes e politicamente mobilizados da sociedade ucraniana.

O quadro geral que se consolidava na Ucrânia, portanto, era um de fortes obstáculos políticos domésticos à margem de manobra do governo ucraniano nas negociações pelo fim da guerra no Donbass e, conseqüentemente, nas possibilidades de concessões aos interesses da Rússia. A mobilização de setores da elite política e da sociedade ucranianas nesse sentido foram ilustrados por diversos episódios. Em 2015, por exemplo, a atribuição de um status constitucional para a autonomia no Donbass proposta pelo governo Poroshenko teve apoio minoritário e foi sabotada por deputados na VR - que também estava sob cerco de manifestantes contrários a tal medida, o que levou a violentas confrontações com a polícia. Após esse episódio, a questão das garantias constitucionais de autonomia para os territórios sob controle separatista não foi mais discutida no parlamento ucraniano (Arel; Driscoll, 2023,

p.188-189; Popova; Shevel, 2024, p.212). Em uma perspectiva mais ampla, houve registros de intimidação contra atores políticos e meios de comunicação considerados pró-russos e favoráveis à interlocução com os separatistas (Matveeva, 2018, p.253-255).

Um outro episódio simbólico ocorreu em janeiro de 2017. Apesar do estado de guerra, importantes relações econômicas haviam sido preservadas entre os territórios sob controle separatista e o restante da Ucrânia, como, por exemplo, no comércio de carvão. Além disso, a Ucrânia continuou a fornecer gás e eletricidade (Matveeva, 2018, p.242, 251; 2022a, p.97-98). Entretanto, em janeiro de 2017, organizações de veteranos de guerra e políticos ucranianos promoveram um bloqueio aos fluxos comerciais com os territórios sob controle da DNR e da LNR, em busca de liberação de prisioneiros de guerra e do estabelecimento de novas pressões econômicas sobre os separatistas. O governo Poroshenko, inicialmente, se opunha a tais atos, temendo prejuízos econômicos para a própria Ucrânia e para a busca pela lealdade dos habitantes das áreas controladas pela da DNR e a LNR (D'Anieri, 2023, p.246). Em vez de desmontar o bloqueio e viabilizar a continuidade do comércio com as áreas sob controle separatista, o governo ucraniano acabou oficializando tais restrições – uma ação que foi condenada até mesmo pelos parceiros ocidentais da Ucrânia. Em reação a essa medida, os governos da DNR e da LNR tomaram controle sobre diversas grandes empresas ucranianas que ainda operavam nos territórios fora do controle de Kiev. Além disso, a Rússia anunciou o reconhecimento de documentos de identificação pessoal emitidos pela DNR e a LNR (D'Anieri, 2023, p.246; Matveeva, 2018, p.252-253).

A oficialização do bloqueio de 2017 fez parte de uma série de outras medidas que levaram ao enfraquecimento de laços entre o Estado central ucraniano e as regiões sob controle separatista no Donbass. Em 2015, por exemplo, o governo ucraniano havia introduzido restrições à liberdade de movimento com os territórios sob controle separatista. Além disso o governo ucraniano dificultou o acesso ao pagamento de aposentadorias a habitantes das áreas sob controle da DNR e da LNR. Leis eleitorais, por sua vez, dificultavam a participação de cidadãos das regiões sob controle separatista nas eleições ucranianas (Matveeva, 2018, p.242, 251; 2022a, p.97-98).

Ao final do governo Poroshenko, portanto, eram questionados os prospectos de implementação da plataforma de Minsk. Esse fator, em conjunto com as transformações na elite política e na sociedade ucranianas discutidas nesta seção, punham em questão a consecução dos interesses de influência russos na Ucrânia a partir da reconfiguração do Estado ucraniano e de articulações com atores políticos do país vizinho. Por outro lado, a

mudança de liderança política na Ucrânia, em 2019, lançou novos debates e expectativas nesse sentido.

#### **8.4 O governo Zelensky na Ucrânia (2019-2021): política doméstica, externa e relações com a Rússia**

No primeiro semestre de 2019, a Ucrânia realizou a segunda eleição presidencial no período pós-Maidan. A campanha foi marcada por uma destacada novidade: a candidatura do famoso - também na Rússia - humorista Volodymyr Zelensky, russófono de ascendência judaica originário da região de Dnipropetrovsk. Em sua extensa produção televisiva e cinematográfica, Zelensky havia se notabilizado por ser o protagonista de um seriado, veiculado entre 2015 e 2019, no qual seu personagem, um professor de ensino médio na Ucrânia, inesperadamente tornou-se presidente do país após a viralização, em mídias sociais, de um vídeo em que manifestava sua insatisfação com a situação no país. Sua candidatura presidencial na vida real, em 2019, simbolizava, para muitos ucranianos, uma opção antissistêmica às forças políticas tradicionais da Ucrânia, como Petro Poroshenko.

Pesquisas de opinião realizadas durante a campanha mostravam que Zelensky liderava as intenções de voto, seguido por Iuliia Tymoshenko, do Pátria, e o presidente Poroshenko, candidato independente apoiado pelo Bloco Petro Poroshenko. A campanha de Poroshenko foi marcada pela exploração de temas de identidade nacional, centrada no *slogan* “Exército, língua, fé” (*Armiia, mova, vira*, em ucraniano). Dada a menor popularidade de tal direcionamento no leste e no sul, a campanha de Poroshenko orientou-se, em grande medida, ao eleitorado da Galícia. O discurso de contraposição à Rússia também foi um elemento característico do discurso eleitoral de Poroshenko. Em menor escala, os temas de identidade nacional também foram explorados por Iuliia Tymoshenko, embora sua campanha, de início, tenha se concentrado em temas socioeconômicos. Do outro lado do espectro político, as forças que tradicionalmente exploravam o eleitorado pró-russo chegaram à eleição fragmentadas, com o referido cisma no Oporoblok e o surgimento do OPZZh. O Oporoblok, apoiado por Akhmetov, lançou como candidato Oleksandr Vilkul. Já o OPZZh lançou a candidatura de Iury Boiko, formalmente candidato independente. Zelensky, por sua vez, capitalizou o voto de protesto, seja contra Poroshenko ou contra a cena política da Ucrânia e suas forças tradicionais, de modo geral – embora Zelensky tivesse ligações com oligarcas ucranianos, em particular Ihor Kolomoisky. Em sua campanha, Zelensky acentuava a busca pela paz no

Donbass e o combate à corrupção (D'anieri, 2023, p.257; Gushchin; Levchenko, 2019, p.6, 12-19). Vale ressaltar que, apesar de não exibir uma retórica inflamada contra a Rússia (à maneira, por exemplo, de Poroshenko), Zelensky apoiava a entrada da Ucrânia na OTAN, embora tenha se declarado comprometido com a realização de um referendo nacional sobre o tema (*Peredvyborcha prohrama kandidata ...*, s.d.) - o que, em tese, poderia se desdobrar em um veto popular sobre o ingresso do país na aliança.

Em março de 2019, Zelensky venceu o primeiro turno com 30,24% dos votos, enquanto que Poroshenko foi o segundo colocado, com 15,95%. Iury Boiko foi o quarto colocado, com 11,68% dos votos – quase três vezes o percentual alcançado por Vilkul, do Oproblok. Vale mencionar que, embora Zelensky tenha sido o candidato mais votado no leste e no sul como um todo, Boiko foi vencedor em diversos distritos eleitorais das províncias de Donetsk, Kharkiv, Luhansk e Odesa. No segundo turno, realizado em maio, Zelensky alcançou uma acachapante vitória sobre Poroshenko, com 73,23% x 24,46% dos votos. Zelensky ganhou em todos os distritos eleitorais da Ucrânia – incluindo, portanto, o leste e o sul -, à exceção de distritos nas *oblasti* de Lviv e Ternopil.

Após a eleição presidencial, a base de poder de Zelensky se fortaleceu na esteira da realização da eleição parlamentar de julho de 2019. A eleição foi vencida pelo partido de Zelensky, chamado Servo do Povo (*Sluha narodu* – SN, mesmo nome da referida série em que Zelensky interpretara o papel de presidente), com 43,16% dos votos. Em virtude das regras do sistema eleitoral ucraniano, o SN formou uma maioria parlamentar de 254 deputados, algo inédito para um partido tomado individualmente no país. O OPZZh foi o segundo colocado na eleição, com 13,05% dos votos. À semelhança do desempenho de Boiko no primeiro turno da eleição presidencial, o OPZZh foi o partido mais votado em distritos das províncias de Donetsk, Luhansk e Odesa. Esse resultado permitiu ao partido de Medvedchuk formar a segunda maior bancada partidária na VR, com 43 mandatos parlamentares, sendo que os quatro líderes do OPZZh – Medvedchuk, Liovochkin, Boiko e Rabinovych – tornaram-se deputados. O Oproblok alcançou somente 3,03% dos votos. O resultado estava abaixo do limite mínimo de 5% necessário para entrada na VR, mas o partido, em virtude de resultados na lista de candidatos que concorriam por distritos individuais, conseguiu entrar no parlamento com seis deputados.

O Pátria, de Iuliia Tymoshenko, ficou em terceiro, com 8,19% dos votos e 26 mandatos. O partido de Petro Poroshenko, Solidariedade Europeia (SE), foi o quarto colocado, com 8,11% dos votos e 25 mandatos. A extrema-direita nacionalista ucraniana foi

representada na eleição primariamente pela coalizão liderada pelo Svoboda, que incluía também o Pravyi sektor e o Corpo Nacional (ligado ao Batalhão Azov). Essa coalizão alcançou somente 2,16% dos votos e um mandato parlamentar na VR, oriundo da concorrência em distritos individuais.

A derrota esmagadora sofrida por Poroshenko no segundo turno mostrou os limites da agenda nacionalista na Ucrânia face aos temas socioeconômicos e da paz - explorados, ainda que de maneira populista e vaga, por Zelensky, que indicava disposição para revigorar o caminho diplomático para a resolução do conflito no Donbass. Ademais, a retórica de Zelensky sugeria que os temas linguístico e de memória histórica ou passariam por mudanças ou cairiam para segundo plano em seu governo (D'Anieri, 2023, p.261; Gushchin; Levchenko, 2019, p.18-20; Ishchenko, 2022b). Além disso, o resultado do OPZZh mostrava a resiliência do segmento partidário de orientação pró-russa na Ucrânia (D'Anieri, 2023, p.259). Por fim, pesquisas de opinião mostravam que, apesar da elevação de visões negativas sobre a Rússia na Ucrânia como um todo, o leste e o sul permaneciam regiões com segmentos sociais mais amigáveis quanto a Moscou. Por exemplo, enquanto cerca de dois terços da população em nível nacional afirmavam concordar com a caracterização da Rússia como “Estado-agressor”, segundo uma pesquisa do KMIS de julho de 2019, 34,2%, 49% e 57,6% dos entrevistados no sul, leste e Donbass (áreas controladas pelo Estado ucraniano), respectivamente, discordavam de tal visão. Nessas regiões, as parcelas da população que acreditavam na manutenção da proximidade histórica entre ucranianos e russos excedia, entre 15 e 30 pontos percentuais, a média nacional (Suspil'no-politychni ..., 2019). No leste e no sul, a rejeição às iniciativas de “descomunização” excediam a média nacional (Shostyi ..., 2020). Diante desses fatores, portanto, pode-se falar que a Rússia, apesar das tendências na sociedade e na elite política ucranianas discutidas ao longo deste capítulo, poderia enxergar um cenário com oportunidades para a consecução de seus interesses e o desenvolvimento de articulações políticas na Ucrânia.

Na opinião de Fiodor Lukianov, ilustrando uma visão que era certamente compartilhada por muitos na Rússia a respeito das duas eleições de 2019 na Ucrânia, “A eleição parlamentar confirmou o resultado da presidencial – a população cansou da confrontação sem sentido e da constante escalada de paixões, sobretudo na direção da Rússia” (Lukianov, 2019. Tradução nossa). De fato, a Rússia, inicialmente, tinha expectativas de que Zelensky seria um melhor interlocutor do que Poroshenko (Matveeva, 2022b, p.3). Por outro lado, havia opiniões como a de Konstantin Zatulin, para quem a margem de manobra do novo

presidente da Ucrânia poderia ser restringida pela pressão de setores da elite política e na sociedade ucranianas em favor de uma postura mais intransigente nas relações com a Rússia (Ivanov, 2019). Ao mesmo tempo em que se demonstrava aberto a negociar uma solução de compromisso, Zelensky não se comprometia abertamente com a plataforma de Minsk, o que causava desconfiças na Rússia (Arutunyan, 2022).

Do ponto de vista de Moscou, houve sinais de uma possível melhora nos primeiros meses do governo Zelensky. Apesar de fortes rupturas nos laços econômicos a partir de 2014, a Ucrânia e Rússia continuaram, embora com abalos e incertezas, mantendo relações comerciais no campo do gás, com o fornecimento russo para a Ucrânia. Ao mesmo tempo, a Rússia avançava na construção do Nord Stream 2. O funcionamento do Nord Stream 2 reduziria o papel da Ucrânia enquanto país de trânsito para outros Estado europeus, o que deterioraria tanto a posição geopolítica da Ucrânia frente à Rússia, quanto a capacidade de arrecadação de receita por meio do trânsito de gás por seu território. Por outro lado, em dezembro de 2019, foi assinado um novo acordo para o fornecimento de gás russo para a Ucrânia, com validade de cinco anos (D'Anieri, 2023, p.252-253).

Além disso, em seu intento de renovar o processo diplomático em torno de uma solução da guerra no Donbass, Zelensky, ainda em 2019, buscou negociar um cessar-fogo com a Rússia. O governo Putin condicionou as negociações à aceitação da Fórmula de Steinmeier, o que foi acatado por Zelensky sob pressão ocidental (Arel; Driscoll, 2023, p.193-194). Em dezembro do mesmo ano, Vladimir Putin e Volodymyr Zelensky se reuniram em Paris, com os líderes de Alemanha e França, para discutir a guerra no Donbass. Os presidentes de Rússia e Ucrânia acordaram diversas medidas referentes à área de segurança, como a observação do cessar-fogo e a separação de forças combatentes. Ucrânia e Rússia também acordaram uma grande troca de prisioneiros (Arutunyan, 2022; D'Anieri, 2023, p.261-262). Em dezembro de 2019, o governo ucraniano propôs um esquema alternativo de reintegração dos territórios sob controle separatista, segundo o qual tal processo ocorreria de maneira incremental e mediante ações conjuntas da Ucrânia, das estruturas separatistas e da OSCE. A proposta, contudo, foi rejeitada pela Rússia (Popova; Shevel, 2024, p.213).

No início de 2020, Zelensky conclamava a Ucrânia para um diálogo nacional. o que se desdobrou no lançamento, por parte de Serhii Syvokho, assessor do secretário do RNBO, da chamada Plataforma Nacional de Reconciliação e Unidade (Petro, 2023, p.265). A plataforma era componente da iniciativa de Zelensky de “integração humana” direcionada aos territórios sob controle separatista, buscando a paz no Donbass a partir da integração entre

iniciativas governamentais e da sociedade civil, bem como do diálogo entre atores da sociedade civil em ambos os lados (Korzun, 2020). Em março de 2020, o vice-primeiro-ministro Dmitry Kozak, nativo da *oblast'* ucraniana de Kirovohrad que assumira a função de Vladislav Surkov na administração presidencial russa, e Andrii Iermak, chefe da administração presidencial ucraniana, acordaram a formação de um conselho para discutir a paz com representantes da DNR e da LNR. As declarações do conselho não tinham força vinculante, mas, de todo modo, estimulariam conversações sobre a questão da autonomia no Donbass (Arutunyan, 2022; D'Anieri, 2023, p.261-262).

Entretanto, dificuldades na interlocução do governo russo com Zelensky, de caráter similar àquelas observadas com Poroshenko, acabaram se tornando evidentes. Por exemplo, a medida de Zelensky a respeito da Fórmula Steinmeier encontrou forte oposição interna, ilustrada, inclusive, pela realização de protestos de rua, campanhas de pressão política (que contavam, inclusive com a presença de grupos da extrema-direita nacionalista) e ameaças de insubordinação militar. De modo geral, as ideias de negociações diretas com os separatistas e de reintegração, com autonomia, dos territórios controlados pela DNR e a LNR ao Estado ucraniano continuavam mal vistas por relevantes e influentes segmentos da sociedade ucraniana (Arel; Driscoll, 2023, p.193-194; Arutunyan, 2022; D'Anieri, 2023, p.261-262; Ishchenko, 2023, p.136-139). Zelensky dava declarações que pareciam contradizer o espírito da plataforma de Minsk, como quando, por exemplo, afirmou que a lei sobre o status especial no Donbass não subentenderia a implementação da autonomia político-administrativa na região (Roshchenko, 2019). Um projeto de emendas constitucionais apresentado pelo governo ucraniano no final de 2019 propunha a elevação da supervisão central sobre subunidades administrativas ucranianas e não deixava claro qual status o Donbass assumiria na divisão político-administrativa da Ucrânia (Rafal'skii; Studennikova, 2019).

O referido Serhii Syvokho, um nativo do Donbass, chegou a ser atacado fisicamente por nacionalistas ucranianos enquanto apresentava seu plano ao público em março de 2020, e acabou, pouco tempo depois, sendo demitido de seu cargo no RNBO. Sua iniciativa ganhou certa adesão na Ucrânia, mas não teve desdobramentos políticos de peso (Petro, 2023, p.265-266). A referida iniciativa Iermak-Kozak foi alvo de fortes críticas dos setores nacionalistas e liberais atuantes na VR por conta da premissa de diálogo direto com representantes das estruturas da DNR e da LNR – o que significaria, conforme tais críticas, um reconhecimento *de facto* das entidades separatistas do Donbass. O projeto tornou-se até mesmo objeto de denúncia feita ao SBU por um político do SE (Venk, 2020a).

Diante desse cenário, Zelensky recuou, evidenciando as referidas obstruções oriundas da sociedade à margem de manobra dos governos ucranianos com relação ao conflito no Donbass. Zelensky. Além disso, muitos dos planos discutidos no referido encontro do Formato da Normandia não tiveram seguimento (Arutunyan, 2022; D'anieri, 2023, p.261-262). Em certo grau, tais hesitações refletiam a opinião pública na Ucrânia. Diversas pesquisas realizadas entre 2019 e 2021 mostraram que mais da metade da população do país considerava que a solução ideal para a guerra no Donbass seria a reintegração das áreas sob controle da DNR e da LNR com o mesmo status político-administrativo do restante do país – embora, é verdade, mais pessoas, com particular intensidade no leste e no sul, favorecessem do que desfavorecessem a atribuição de autonomia caso esta fosse uma condição para o fim da guerra (Iak zminilasia ..., 2021; Suspil'ni ..., 2020; Suspil'no-politychni ..., 2019). Nos dois primeiros anos da presidência de Zelensky, segundo uma série de pesquisas da Fundação Ilko Kucheriv, tornou-se majoritária a percepção de que a guerra no Donbass consistia de uma agressão russa com o auxílio de milícias locais (visão que, por outro lado, chegava a cerca de um terço no leste e no sul) (Iak zminilasia ..., 2021). Nesse cenário, portanto, os impasses em torno do Minsk 2 e da resolução da guerra no Donbass continuavam, o que punha em questão a estratégia política russa de influência sobre a Ucrânia a partir da reconfiguração do ucraniano.

Os interesses russos continuaram a ser desafiados, também, no campo das políticas de memória, identidade e língua. Apesar das expectativas de mudanças com a derrota de Poroshenko, o governo de Zelensky não se caracterizou por mudanças significativas nessas áreas. Ainda em 2019, Viatrovych – que se tornou deputado pelo SE de Poroshenko – foi demitido da direção do Instituto de Memória Nacional (Kasianov, 2019b). No entanto, Zelensky não rompeu com as leis de memória histórica da era pós-Maidan, que continuaram em vigor sob seu governo. O mesmo pode ser dito no que tange à esfera linguística, na qual leis de promoção do ucraniano adotadas por Poroshenko tiveram continuidade (KS: zakon ..., 2021).

Em meio às dificuldades na interlocução com o próprio governo ucraniano, a Rússia buscou explorar outros canais de influência sobre a Ucrânia. Nesse sentido, o OPZZh, em particular no que tange à ala Medvedchuk-Rabinovych do partido, se afirmou como o principal parceiro da Rússia na política ucraniana. Vale destacar, de início, que o partido apresentava claras convergências programáticas com relação às perspectivas russas sobre a configuração do Estado e das relações Estado-sociedade na Ucrânia. Em seu programa, o

OPZZh, por exemplo, se apresentava como defensor do uso livre da língua russa na Ucrânia. O partido também propunha o abandono das leis linguísticas e de “descomunização” pós-Maidan, bem como da interferência governamental em assuntos religiosos (uma referência à questão do estabelecimento da PTsU). Em temas de política externa, o OPZZh defendia a neutralidade da Ucrânia, a promoção de laços econômicos com a Rússia e os países da CEI e o fim das sanções contra a Rússia. Além disso, o partido apoiava a revisão dos elementos considerados desfavoráveis componentes de acordos entre a Ucrânia e a UE (Predvybornaia ..., s.d.).

No que tange à questão da guerra no Donbass, o OPZZh também defendia a implementação de medidas da plataforma de Minsk destacadas pelo governo russo. Em particular, o partido propunha o estabelecimento da autonomia no Donbass fixada na constituição da Ucrânia (Predvybornaia ..., s.d.). O OPZZh chegou a divulgar um plano sobre as especificidades do projeto que chamou de “Região Autônoma do Donbass”, que incluía diversos elementos em sintonia com as disposições da plataforma de Minsk (Plan-kontsepsiia ..., s.d.). Por fim, no que diz respeito ao tema da Crimeia, o OPZZh, apesar de não reconhecer a anexação da região pela Rússia, evitava ações de confronto com Moscou sobre o assunto. Houve ocasiões, por exemplo, em que o OPZZh não se alinhou a iniciativas na VR que denunciavam as ações da Rússia na Crimeia e reivindicavam o retorno do controle de Kiev sobre a região (Moskalenko, 2021)

Como visto acima, a Rússia, conforme investigações jornalísticas na Ucrânia, atuou pela formação de um grupo político pró-russo que tivesse Medvedchuk e remanescentes do PR em sua liderança. Tal grupo se consubstanciou na formação do OPZZh. Além disso, o interesse russo em promover a atuação do partido na política ucraniana foi evidenciado pelas referidas sanções de dezembro de 2018 contra a parcela do Opoblok que não aderiu ao projeto consubstanciado no OPZZh. As ações russas em apoio ao OPZZh não se restringiram a tais medidas.

Um elemento fundamental da estratégia política do OPZZh era a forte atuação no campo midiático na Ucrânia. Taras Kozak, um deputado do OPZZh da ala de Medvedchuk no partido, havia adquirido, em 2018, três populares canais televisivos ucranianos (suspeitava-se que Medvedchuk seria, de fato, o verdadeiro dono de pelo menos um deles). Em conjunto, a audiência dos três canais em questão (ZIK, NewsOne e 112) era estimada em mais de 50% entre os principais canais ucranianos (D’anieri, 2023, p.264). Em virtude das ligações com Medvedchuk, os três canais eram conhecidos popularmente na Ucrânia como os “canais de

Medvedchuk”. A linha editorial desses canais ecoava a linha política do OPZZh, isto é, expressava uma orientação política pró-russa e crítica a Zelensky, às potências ocidentais e a forças nacionalistas e pró-ocidentais na Ucrânia. A mídia estatal russa e o conglomerado televisivo ligado a Medvedchuk tentaram implementar ações de cooperação, como uma transmissão televisiva conjunta com discussões sobre as relações Ucrânia-Rússia – que acabou sendo cancelada, segundo representantes de um dos três canais mencionados acima, por conta de ameaças aos realizadores de tal iniciativa (NewsOne ..., 2019).

Líderes do OPZZh, incluindo Medvedchuk, eram recebidos na Rússia para encontros com Putin e representantes do governo russo, do Rússia Unida e da Gazprom, particularmente em épocas de campanhas eleitorais na Ucrânia. Em tais ocasiões, foram discutidos temas como o cumprimento da plataforma de Minsk, a cooperação na vacinação contra a Covid-19 e descontos no preço do gás russo fornecido à Ucrânia (Mazurenko, 2019; Medvedev ..., 2019; Rússia, 2020b; Viacheslav Volodin ..., 2020). Com ativa cobertura dos “canais de Medvedchuk”, tais ações cumpriam uma dupla função para os interesses da Rússia e do OPZZh: do lado do governo russo, as interações com o OPZZh contribuía para a projeção dos interesses russos na Ucrânia a partir da difusão, perante a sociedade ucraniana, da narrativa dos benefícios de relações amigáveis entre Rússia e Ucrânia; já do lado do OPZZh, as interações com atores da elite putinista ilustravam a existência de apoio da Rússia ao partido, o que poderia ser utilizado para angariar eleitores no leste e no sul interessados no desenvolvimento das relações Ucrânia-Rússia.

De fato, a força do OPZZh no leste e no sul foi atestada nas eleições regionais de outubro de 2020. O partido foi o mais votado para os parlamentos das *oblasti* de Kherson (20,43% dos votos), Mykolaïv (23,41%), Odesa (26,81%) e Zaporizhzhia (23,20%). Nas províncias de Dnipropetrovsk (20,31%) e Kharkiv (21,33%), por sua vez, o OPZZh foi o segundo mais votado (Moskalenko, 2020). Em virtude do estado de guerra, a eleição não foi realizada para os parlamentos das províncias do Donbass. O OPZZh também teve um bom desempenho em eleições municipais, alcançando votações que permitiriam ao partido entrar em coalizões de governo em diversas cidades da Ucrânia (Razgrom ..., 2020). Até 2021, a popularidade de Zelensky e do SN se desgastavam, em virtude de fatores como o escândalo em torno dos ativos do presidente em paraísos fiscais (Minakov, 2021) e a incapacidade do governo ucraniano de encaminhar uma solução para a guerra no Donbass e melhorar a situação socioeconômica no país (Ishchenko, 2022b; Venk, 2020b).

Ao mesmo tempo, a popularidade do OPZZh crescia na Ucrânia. Diversas pesquisas

de opinião realizadas no final de 2020 e início de 2021 mostravam o OPZZh como o partido em primeiro lugar de intenção de votos (e liderança ainda mais acentuada no leste e no sul), com preferências variando entre 13% e 16% dos entrevistados, superando o SN e o SE (Reitynh partii ..., 2020). Embora Medvedchuk tivesse um alto índice de rejeição e baixos prospectos de chegada à presidência, Iury Boiko chegou a figurar, no mesmo período, como terceiro ou mesmo segundo presidenciável mais popular, atrás somente de Zelensky (Hrushetskyi, 2021). Em parte, portanto, pode-se dizer que a atuação do partido, promovida pela Rússia pelos meios descritos acima, representava, em certo grau, a concretização do ideal de atuação de uma força pró-russa influente na política ucraniana com apoio de Moscou.

Um outro canal alternativo explorado pela Rússia para incidir sobre os rumos e políticas da Ucrânia foram as relações com os separatistas do Donbass. Ainda em abril de 2014, a legislação russa sobre cidadania havia sido modificada de modo a simplificar a obtenção de cidadania russa por falantes de russo do exterior, definidos como indivíduos que utilizavam a língua russa com frequência e cujos ancestrais haviam vivido nos territórios do Império Russo e da União Soviética. Essa definição potencialmente incluía, portanto, muitos habitantes da Ucrânia, de modo que a legislação russa poderia ser invocada pelo governo Putin como argumento para justificar novas intervenções na Ucrânia ou mesmo reivindicar territórios desse país. Passos concretos nesse sentido foram tomados logo após o início do mandato presidencial de Volodymyr Zelensky. Em abril de 2019, um decreto de Vladimir Putin permitiu que habitantes dos territórios controlados pela DNR e a LNR recebessem cidadania russa sob procedimentos simplificados. Na sequência, em julho do mesmo, o governo russo estendeu tal legislação para habitantes do Donbass como um todo, incluindo, portanto, as partes da região que haviam permanecido sob controle do Estado ucraniano. Além de visarem a estender a influência russa no Donbass, essas medidas constituíam um mecanismo de pressão sobre Zelensky. Por fim, em abril de 2020, a Rússia aprovou uma nova medida de simplificação da concessão de cidadania russa para habitantes de toda a Ucrânia (e outros países do espaço pós-soviético) (Popova; Shevel, 2024, p.206-207). Com tais medidas, Putin estendia o alcance das possibilidades de interferência política ou mesmo de intervenções militares na Ucrânia a partir de reivindicações sobre a defesa de cidadãos russos.

A Rússia acelerou o processo de integração e controle sobre o aparato estatal da DNR e da LNR. Em 2021, o processo de aplicação de leis russas nos territórios sob controle separatista se intensificou. Por exemplo, o código trabalhista e os sistemas de seguridade social, educacional e de saúde russos foram introduzidos. “Curadores” russos continuaram

responsáveis pela supervisão da administração pública nas áreas do Donbass sob controle da DNR e da LNR. A Rússia estendeu a integração de setores da economia da região a seus mercados e aparato institucional e continuou a intervir na gestão econômica das áreas sob controle da DNR e da LNR, indicando, por exemplo, gestores de grandes empresas. Por fim, após a elevação de restrições de movimento entre os territórios sob controle separatista e o restante da Ucrânia, em 2020, intensificou-se o processo de concessão de passaportes russos. Em fevereiro de 2022, cerca de 860 mil habitantes das regiões sob controle separatista haviam adquirido passaportes russos (Matveeva, 2022a, p.98-101), cuja posse tornou-se um requisito para o exercício de cargos de administração pública e no alto comando militar das estruturas separatistas (Matveeva, 2022b, p.3).

Em meio a essa tendência, cerca de 200 mil residentes das áreas sob controle da DNR e da LNR participaram da eleição parlamentar russa de 2021, quantidade 14 vezes maior do que a de participantes na votação sobre mudanças na constituição russa realizada em 2020. Os principais partidos políticos russos passaram a realizar campanhas eleitorais nas áreas controladas pela DNR e a LNR, as quais ganharam uma espécie de representação na Duma russa com a eleição de Aleksandr Borodai, filiado ao Rússia Unida (Matveeva, 2022b, p.4). Com o alto grau da influência russa e da integração dos territórios da DNR e da LNR ao Estado russo, Kiev via dificuldades no prospecto de reintegração de regiões com lealdade questionável ao Estado ucraniano (Matveeva, 2022b, p.5).

Lideranças separatistas no Donbass declaravam o intuito de buscar a absorção dos territórios que controlavam ao território da Rússia (Pushilin zaiavil o zhelanii ..., 2019). Entretanto, o governo russo sinalizou a intensificação de esforços para a implementação da plataforma de Minsk. No início de 2020, a nomeação de Dmitry Kozak como *kurator* do governo russo para as relações com a Ucrânia e os separatistas do Donbass foi amplamente interpretada como um novo impulso do governo russo em busca de uma solução para a guerra no Donbass, diante dos custos que o conflito trazia para Moscou. Com reputação de negociador duro e pragmático, Kozak já atuava como espécie de representante do governo russo para assuntos econômicos da DNR e a LNR e tinha experiência com negociações diplomáticas relacionadas ao conflito da Transnístria (Arutunyan, 2022).

Entre 2019 e 2021, portanto, o governo Zelensky, distanciando-se de expectativas mais otimistas na Rússia, não encaminhou a reforma do Estado ucraniano a partir da plataforma de Minsk. Além disso, a Ucrânia, apesar da retórica mais moderada de Zelensky, manteve as políticas de memória, identidade e língua adotadas sob Poroshenko. A

configuração do Estado ucraniano e das relações Estado-sociedade no país, portanto, continuava em parâmetros contrários aos interesses da Rússia. A partir de 2021, a continuidade dessas incongruências, somada a novos desafios à influência russa em outras áreas, constituiu o cenário que precedeu de maneira mais imediata a invasão russa à Ucrânia em larga escala de fevereiro de 2022.

### **8.5 Crise e guerra: a invasão russa em larga escala à Ucrânia**

Um importante choque contra os interesses russos na Ucrânia ocorreu logo no início de 2021, atingido o campo das relações da Rússia com atores da elite política ucraniana. Em fevereiro daquele ano, o governo ucraniano decretou um bloqueio aos “canais de Medvedchuk” e adotou sanções econômicas contra Medvedchuk e Kozak, sob acusações de relações econômicas ilegais com separatistas no Donbass (Kanaly ..., 2021). O governo Zelensky alegava que os canais eram financiados pela Rússia e constituíam uma ameaça à segurança nacional da Ucrânia (D’Anieri, 2023, p.264-266). Zelensky argumentava que as medidas visavam a combater o que chamou de “agressão informacional” da Rússia. A medida adotada pelo governo ucraniano teve apoio dos Estados Unidos (Popova; Shevel, 2024, p.200). As sanções também atingiram ativos de Medvedchuk, incluindo um oleoduto que transportava petróleo da Rússia à Europa com trânsito pela Ucrânia. O bloqueio de tais ativos obstruía seu uso como fonte de financiamento para o OPZZh (Shuster, 2024). Os fundamentos legais das sanções contra cidadãos da própria Ucrânia eram questionados, de modo que mesmo antigos aliados de Zelensky se posicionaram contra o uso desse recurso em seu governo (Ishchenko, 2022b; Shuster, 2024).

Posteriormente, Medvedchuk e Kozak também foram acusados de colaborarem ilegalmente com o governo russo, por meio da transferência de informações militares e da cooperação com Moscou na exploração de gás e petróleo na Crimeia. Medvedchuk foi acusado, entre outros, de traição ao Estado (Ucrânia, 2022b). Cabe mencionar que Taras Kozak, bem como Oleh Voloshyn, outro deputado do OPZZh do grupo de Medvedchuk, também foram acusados pelo governo dos Estados Unidos de cooperarem com o FSB com vistas à desestabilização do governo ucraniano. Tendo em vista tais acusações, Kozak e Voloshyn tornaram-se alvo de sanções dos Estados Unidos em janeiro de 2022 (Estados Unidos, 2022a). Medvedchuk já fazia parte da lista de sanções dos Estados Unidos desde 2014, sob acusações de ter se envolvido em ações contra a estabilidade, soberania e a

integridade da Ucrânia (Estados Unidos, 2014). Em maio de 2021, Medvedchuk foi posto em prisão domiciliar enquanto aguardava julgamento.

Essas medidas tiveram uma série de impactos para o OPZZh e suas relações com a Rússia. Em agosto de 2021, a Rússia adotou sanções contra Serhii Liovochkin, medida que foi interpretada por observadores e políticos ucranianos como um sinal de que Moscou priorizava a interlocução com Medvedchuk e a influência deste último no partido. As sanções contra Liovochkin (e outros atores do campo político-eleitoral pró-russo na Ucrânia em outros períodos), supostamente, teriam sido adotadas sob influência de Medvedchuk junto ao governo russo (Smirnov, 2021b). A popularidade do OPZZh também foi negativamente afetada. No final de 2021 e início de 2022, o OPZZh despencou para o quarto lugar no *ranking* de intenções de voto dos eleitores ucranianos, conforme pesquisas do KMIS – embora tenha conservado a liderança no leste. Com cerca de 6% das intenções de voto, o índice do OPZZh passou a ser de cerca de metade das intenções de voto do SN e do SE – sendo que o partido de Poroshenko se afirmava como o mais popular entre os partidos políticos ucranianos. Entre os potenciais candidatos presidenciais, Boiko também era o quarto colocado, atrás de Zelensky (primeiro), Poroshenko (segundo) e Tymoshenko (terceira) (Dynamika reitynhu ..., 2022). Os prospectos de chegada de Medvedchuk e do OPZZh ao poder, portanto, diminuía.

A Rússia recebeu de maneira fortemente negativa as medidas das autoridades ucranianas contra Medvedchuk e o OPZZh. Após o anúncio ao bloqueio dos canais televisivos ligados ao OPZZh, Dmitry Medvedev, enquanto líder do Rússia Unida, contactou Medvedchuk para expressar apoio às ações do partido contra tal medida (Dmitrii Medvedev ..., 2021). Vladimir Putin afirmou que a proibição dos canais constituía uma violação da liberdade de expressão em nome de interesses geopolíticos (RÚSSIA, 2021a). No dia seguinte à prisão de Medvedchuk, em maio de 2021, o Conselho de Segurança da Rússia realizou uma reunião na qual Putin afirmou que as medidas eram arbitrárias e politicamente motivadas, “[...] voltadas apenas para um objetivo: limpar o campo político das forças que defendem uma solução pacífica para a crise no sudeste da Ucrânia, no Donbass, e relações de boa vizinhança com a Rússia” (Rússia, 2021a. Tradução nossa).

Similarmente, em julho de 2021, Putin afirmou que

[...] na Ucrânia há muitas pessoas, milhões de pessoas que querem a reconstrução das relações com a Rússia. Estou convencido de que são milhões de pessoas. E há forças políticas que apoiam essa normalização. Entretanto, parece que não lhes são dadas chances para realizar seus planos

políticos. Elas são simplesmente eliminadas da cena política de maneira ilegal e não sistêmica [...]. Meios de comunicação em massa nacionais são fechados, pessoas são colocadas em prisão domiciliar, como acontece agora com [Viktor] Medvedchuk. Nesse sentido, as autoridades na Ucrânia adotam decisões absolutamente ilegais que até mesmo excedem os limites de sua competência. Isto é, elas não dão àquelas forças quaisquer chances de trabalho político legal (Rússia, 2021b. Tradução nossa).

A importância de Medvedchuk na estratégia política da Rússia para a Ucrânia também é indicada por uma declaração de Dmitry Peskov, o porta-voz de Putin. Em declaração feita em abril de 2022 – já, portanto, no período da invasão russa em larga escala à Ucrânia -, Peskov, referindo-se a Medvedchuk, afirmou que “[...] se, a seu tempo, suas ideias e as ideias de seu partido tivessem sido levadas em conta na política de Estado da Ucrânia, então não haveria nenhuma operação militar” (Peskov zaiavil ..., 2022).

Em maio de 2021, Putin, no contexto da prisão domiciliar de Medvedchuk, havia prometido reações de Moscou aos acontecimentos na Ucrânia (RÚSSIA, 2021a). Dias após a prisão de Medvedchuk, o governo russo deu início a um acúmulo de contingentes militares nos arredores da fronteira com a Ucrânia (D’Anieri, 2023, p.266). O ministério da Defesa da Rússia anunciou que contingentes militares russos, incluindo forças de elite, realizariam treinamentos para a tomada de “estruturas inimigas” (Shuster, 2024), o que indicava o treinamento para uma possível operação de decapitação política de uma liderança estrangeira em um contexto de invasão pela Rússia. As declarações e ações de Putin chamam atenção por indicarem a esperança na atuação de segmentos da sociedade e da elite política ucranianas enquanto fatores potencialmente conducentes para a consecução dos interesses russos na Ucrânia. Além disso, as declarações e ações do presidente da Rússia também indicam que Putin enxergava as ações contra Medvedchuk como uma ilustração da direção negativa, para os interesses russos, em que se moviam as relações Estado-sociedade e a configuração de forças na elite política ucraniana.

Ao longo de 2021, as ações das autoridades ucranianas se estenderam a outros políticos e organizações de perfil ideológico similar ao do OPZZh e de Medvedchuk. Também em fevereiro daquele ano, o SBU acusou o popular blogueiro Anatolii Sharii, um crítico do governo Zelensky que liderava um partido que carregava seu próprio nome, de atuar na difusão de propaganda russa contra a Ucrânia (SBU serves ..., 2021). Em agosto de 2021, os *sites* de Sharii e o portal Strana.ua, outro meio crítico a Zelensky, tornaram-se alvo de sanções do SNBO sob acusações de promoverem “sistemática propaganda antiucraniana” (SBU rekomenduvala ..., 2021). As sanções, também aplicadas aos donos dessas páginas,

geraram determinações de bloqueio destas últimas na Ucrânia.

As discordâncias com relação à resolução da guerra no Donbass, com todas as suas implicações para os interesses russos quanto à configuração do Estado ucraniano e das relações Estado-sociedade no país, permaneceram. Em 2021, Zelensky afirmou que o Minsk 2 deveria ser revisado (D'Anieri, 2023, p.268), sinalizando, portanto, que não estava disposto a implementar a plataforma defendida pela Rússia desde 2014-2015. O governo Putin, por sua vez, insistia na implementação do Minsk 2. Do ponto de vista de Kiev, a implementação da autonomia político-administrativa no Donbass sem o desmonte prévio das forças que a Ucrânia considerava oficialmente como controladas por Moscou significaria que o Estado ucraniano teria, em seu interior, um enclave controlado pela Rússia e capaz de influenciar os rumos políticos da Ucrânia. Do ponto de vista de Moscou, a transferência do controle da fronteira de maneira prévia à implementação da autonomia no Donbass poderia pôr em questão o compromisso de Kiev em executar tal política (D'Anieri, 2023, p.268).

Em agosto de 2021, o governo ucraniano enviou à VR um projeto de lei referente ao “período de transição” em direção à restauração da soberania ucraniana nos territórios então fora do controle de Kiev. O projeto definia a Rússia como Estado agressor e ocupante na Ucrânia, sendo que a definição das áreas ocupadas incluía, além da Crimeia, os territórios sob controle separatista no Donbass. Além disso, o documento estipulava amplas definições para a criminalização de indivíduos que tivessem participado de estruturas separatistas – entendidas, vale reiterar, como russas - no Donbass. Indivíduos que tivessem ocupado cargos políticos nas estruturas separatistas também não poderiam assumir cargos públicos, incluindo cargos regionais eleitos, na Ucrânia (Ucrânia, 2021a). Vale mencionar, por fim, que o projeto não mencionava a questão da implementação do status especial do Donbass.

O projeto não chegou a ser aprovado na VR (Zakon ..., 2022), mas sinalizou, de todo modo, possíveis rumos da abordagem do governo Zelensky para a questão da guerra no Donbass - abordagem essa que apontava para a consolidação do distanciamento em relação à estratégia russa de influência e remodelagem da Ucrânia a partir da plataforma de Minsk. Como se pode depreender dos elementos trazidos acima, o documento contradizia um ponto crucial da plataforma de Minsk ao obstruir, por meio das definições de criminalização mencionadas, as possibilidades de inserção de atores da elite política separatista na política ucraniana. Vladimir Putin afirmou que a aprovação da lei significaria o abandono unilateral, por parte da Ucrânia, da plataforma de Minsk (Putin nazval ..., 2021).

A postura do governo Zelensky, como Indicavam pesquisas de opinião pública,

permaneciam tendo significativa ressonância na sociedade ucraniana. Em dezembro de 2021, uma pesquisa da Fundação Ilko Kucheriv apontou que cerca de dois terços dos ucranianos consideravam que a guerra no Donbass era uma agressão perpetrada pela Rússia. Mesmo no leste e no sul, tal visão, apesar de menor do que a média nacional, excedia a de posicionamentos discordantes. De maneira similar ao que se observava no início da era Zelensky, estimava-se que mais da metade da população considerava como arranjo ideal para as regiões sob controle separatista o retorno à soberania da Ucrânia com o mesmo status político-administrativo pré-guerra. A concessão de autonomia tinha apoio de pouco menos de um quarto da população, e só excedia a opção de reintegração com status igual ao pré-guerra no leste (38,6% x 32,8%. Somadas, as opções de independência ou anexação à Rússia atingiam somente pouco mais de 6%) (Zahroza ..., 2022). Com a relutância do governo Zelensky em implementar o Minsk 2 à maneira favorecida pela Rússia, o governo Putin sinalizou acreditar, em 2021, que a continuidade de negociações com Kiev seria inócua (Matveeva, 2022b, p.3).

Em meio à continuidade do impasse diplomático, as tensões militares no Donbass continuaram. Uma série de ações da Ucrânia, como o uso de novos armamentos e a recuperação de “áreas cinzentas” próximas às linhas de frente na região fomentaram, nas regiões sob controle da DNR e da LNR, percepções de que a Ucrânia poderia buscar uma solução militar do conflito, vitimando a população local, sem o cumprimento da plataforma de Minsk 2. Tal contexto intensificou o sentimento anti-Kiev presente em tais regiões, prejudicando as possibilidades de reintegração ao Estado ucraniano. Ao mesmo tempo em que lideranças locais aderiam ao processo de Minsk e à política da Rússia, havia um difundido desejo, na população, pela incorporação à Rússia. Vale mencionar que tais visões também eram alimentadas por periódicas declarações de certos líderes locais e personagens dos meios de comunicação estatais russos (Matveeva, 2022a, p.99-103).

Um exemplo ilustrativo nesse sentido foi a realização, em janeiro de 2021, do chamado Fórum de Integração “Donbass Russo”, com a participação de líderes separatistas, parlamentares russos e atores da mídia russa (Doktrina «Russkii Donbass» ..., 2021; Khimshiavili; Tadtaev, 2021). Nos marcos do evento, foi planejada a apresentação da chamada “Doutrina Donbass Russo”, concebida como uma espécie de ideologia de Estado para as entidades separatistas (V DNR ..., 2020). Expondo a formulação ideológica do “povo russo triunfado” e reivindicando um caráter historicamente russo do Donbass, o documento classificou a região como pertencente ao Mundo Russo e as duas repúblicas separatistas –

descritas como aspirantes a todo o território das *oblasti* ucranianas de Donetsk e Luhansk - como “Estados nacionais russos”. A legitimidade do Estado ucraniano como um todo foi questionada com alusões a um cenário de desintegração da Ucrânia e a formação, em seu território, de um “Estado russo” (Doktrina ..., 2021). Vale mencionar, por fim, que o documento, além de propor o aprofundamento da integração econômica e cultural com a Rússia, exibiu uma promessa implícita de incorporação à Rússia:

A Rússia é o único Estado histórico da nação russa. Sua missão consistia e consiste de unificar politicamente essa nação. Qualquer separação de certas partes da nação russa da Rússia e quaisquer entidades políticas que incluam russos e não sejam a Rússia possuem caráter exclusivamente temporário (Doktrina ..., 2021. Tradução nossa).

Participando do evento, Margarita Simonian, editora-chefe da rede RT, apelou ao governo Putin para que a Rússia anexasse o Donbass. Simonian foi rechaçada publicamente por representantes do governo russo, que afirmaram que a dirigente da RT não expressava a posição oficial de Moscou (Khimshiavili; Tadtaev, 2021).

O distanciamento do prospecto de reintegração das áreas controladas pela DNR e a LNR ao Estado ucraniano era detectado em pesquisas de opinião pública. Um *survey* realizado em outubro de 2020 pelo KMIS (nos territórios controlados pelo governo ucraniano) e o Centro Levada (principal agência independente de pesquisa de opinião pública da Rússia, que executou a pesquisa nas áreas controladas pela DNR e a LNR) apontou que pouco mais de 50% dos habitantes dos territórios controlados pelos separatistas no Donbass apoiavam a incorporação dessas regiões à Rússia, enquanto que pouco menos de 10% diziam favorecer a independência. A reintegração ao Estado ucraniano, com ou sem autonomia, era apoiada por 12% dos entrevistados. Já nas áreas do Donbass controladas pelo Estado ucraniano, cerca de 70% favoreciam a reintegração das áreas sob controle da DNR e da LNR, com ou sem autonomia, à Ucrânia, enquanto que porcentagens inferiores a dois dígitos correspondiam à quantidade de apoiadores seja da secessão, seja da incorporação das áreas controladas pela DNR e a LNR à Rússia (O’Loughlin; Sasse; Bakke, 2021).

Uma outra pesquisa de opinião realizada em janeiro de 2022 pelo KMIS e o Centro Levada, em conjunto com uma agência britânica, mostrou que, entre residentes dos territórios sob controle da DNR e da LNR, 49% dos entrevistados afirmou apoiar o cenário de absorção das áreas controladas pela DNR e a LNR pela Rússia, enquanto que cerca de 20% preferiam a reintegração ao Estado ucraniano, com ou sem autonomia. Já nas áreas do Donbass sob

controle do Estado ucraniano, 72% dos habitantes declararam apoiar a reintegração dos territórios controlados pela DNR e a LNR ao Estado ucraniano. No que diz respeito ao Donbass como um todo - isto é, incluindo tanto as áreas sob controle do Estado ucraniano, quanto aquelas sob domínio separatista -, estimou-se que uma pluralidade de 42% preferia a reintegração das áreas sob controle separatista à Ucrânia, enquanto que 31% apoiavam a incorporação de tais territórios à Rússia e somente 9% favoreciam um status da DNR e da LNR como países independentes (O'Loughlin; Toal; Sasse, 2022). A tese russa e pró-separatista de que o Donbass todo ansiava a anexação pela Rússia, portanto, não encontrava respaldo empírico, mas é razoável concluir, a partir de tais dados, que a ideia de separação definitiva da Ucrânia ganhava força nas áreas sob controle separatista.

No campo da política doméstica e das relações Estado-sociedade, um importante acontecimento ocorreu em julho de 2021, quando a Ucrânia aprovou uma lei sobre a proteção e promoção da identidade de povos indígenas do país. A lei definiu os povos indígenas como povos autóctones que constituíam minorias demográficas na Ucrânia e não possuíam um Estado fora da Ucrânia. De acordo com tal definição, foram listados como povos indígenas os tártaros, caraitas e os krymchak da Crimeia (Ucrânia, 2021b). Uma vez que não correspondiam à definição mencionada acima, ucranianos e russos étnicos, bem como outros povos habitantes da Ucrânia, não foram incluídos na lista. A lei foi recebida de maneira negativa pela Rússia, pois Moscou considerava os russos étnicos como um povo nativo da Ucrânia. Putin chegou a afirmar que a lei dos povos indígenas, ao excluir os russos étnicos de tal definição, poderia conduzir a sua expulsão da Ucrânia (Putin, 2021b).

As divergências e tensões em torno da configuração do Estado e das relações Estado-sociedade na Ucrânia se somaram à permanência de incongruências relacionadas à orientação externa da Ucrânia. O governo Zelensky deu continuidade ao processo de reestruturação, modernização e fortalecimento das forças armadas da Ucrânia com apoio das potências ocidentais. Apesar de esse processo não eliminar fortes desvantagens militares com relação à Rússia – oriundas, em parte, das limitações de armamentos ocidentais providos à Ucrânia -, a Ucrânia melhorava seu potencial de resistência contra a Rússia (D'Anieri, 2022, p.77-78; Kudelia, 2022c, p.253-255).

Em 2021, o governo Zelensky tomou diversas medidas que consolidaram o interesse declarado em ingressar na OTAN. Em março de 2021, foi publicada a nova Estratégia de Segurança Militar da Ucrânia. O documento definiu a Rússia como Estado agressor e oponente militar da Ucrânia, além de mencionar o aprofundamento de relações com a OTAN

enquanto componente para o fortalecimento da segurança da Ucrânia (Ucrânia, 2021c). Em meio a uma nova crise em torno do Donbass, Zelensky afirmou, em abril de 2021, que o papel da OTAN, com um convite para a entrada da Ucrânia na aliança, seria o único meio para conter a Rússia e solucionar a guerra no Donbass (Ucrânia, 2021d).

Por outro lado, os Estados Unidos, sob o governo Biden, continuavam a descartar o prospecto de entrada da Ucrânia na OTAN em um futuro próximo. Entretanto, a promessa da Cúpula de Bucareste de 2008 não foi abandonada. Em setembro de 2021, Estados Unidos e Ucrânia publicaram uma declaração conjunta por meio da qual os Estados Unidos reiteraram seu apoio à integridade da Ucrânia e suas “aspirações Euro-Atlânticas” (i.e., a entrada na OTAN), bem como o compromisso com o combate à “contínua agressão russa”. O documento ademais, estipulou a continuidade do apoio dos Estados Unidos à Ucrânia no campo militar, o que incluía a transferência de armamentos e o treinamento de forças ucranianas (Estados Unidos, 2021c). Apesar de mencionar obstáculos à entrada da Ucrânia na OTAN, no que tange à necessidade de realização de reformas anticorrupção, Biden chegou a firmar que a situação de conflito territorial com a Rússia não era um impeditivo para a entrada da Ucrânia na aliança (Estados Unidos, 2021d). Dessa maneira, Biden sinalizou a possibilidade de remoção, para a Ucrânia, daquele que tem sido comumente considerado um requisito crucial para a absorção de novos membros na OTAN.

Por fim, vale mencionar os novos desdobramentos com relação à questão da Crimeia. Em março de 2021, o governo ucraniano anunciou o lançamento da chamada Estratégia de Desocupação e Reintegração da Crimeia e de Sevastopol. O documento do governo ucraniano ressaltava a prioridade de métodos pacíficos para a resolução do conflito com a Rússia, mas não descartou o uso de “todos os meios previstos pelo direito internacional e a legislação nacional” (Ucrânia, 2021e. Tradução nossa) com vistas à restauração da integridade territorial da Ucrânia – formulação que, em tese, poderia incluir o uso da força em tais esforços. Em agosto de 2021, o governo ucraniano também promoveu a realização da Plataforma da Crimeia, iniciativa diplomática com a participação de países ocidentais com objetivo declarado de promover a restauração, por meios pacíficos, da soberania da Ucrânia sobre a região (Ucrânia, 2021f). À época, estimava-se que o apoio ao retorno da região à soberania da Ucrânia era de 73% (58% no sul e 47% no leste). Apenas 11% dos ucranianos concordavam seja com a independência, seja com a anexação da Crimeia pela Rússia (20% no leste e 22% no sul) (Povernennia Krymu ..., 2021). Ainda que o governo ucraniano enfatizasse o caráter pacífico dos esforços de restauração da soberania de Kiev sobre a

Crimeia, as iniciativas ucranianas quanto à região eram vistas em Moscou como desafios a uma linha vermelha da Rússia (Arutunyan, 2022).

O contínuo distanciamento da Ucrânia em relação aos interesses russos sobre a configuração do Estado, das relações Estado-sociedade e da relação de forças na elite política ucraniana, em conjunto com a continuidade da orientação geopolítica pró-ocidental da Ucrânia, contribuíram, do ponto de vista russo, para o tensionamento das relações bilaterais. Nesse contexto, Putin, a partir de 2021, parece ter se convencido de que mudanças eram necessárias na política da Rússia com vistas à consecução de seus interesses quanto a Ucrânia.

Essa tendência se refletiu, crucialmente, no campo militar. Em março-abril de 2021, o cessar-fogo no Donbass passou por uma nova escalada de violações, com acusações mútuas entre a Ucrânia, de um lado, e os separatistas e a Rússia, do outro, de responsabilidade por tal quadro. As escaramuças foram acompanhadas por um acúmulo de tropas russas nos arredores da fronteira com a Ucrânia, estimadas em mais de 100 mil soldados (Shuster, 2024). Esse cenário elevou o espectro de uma guerra direta em larga escala entre Rússia e Ucrânia, com uma possível invasão do território ucraniano por forças russas. O acúmulo de tropas russas, como visto, sucedeu as medidas contra Medvedchuk de fevereiro de 2021. Em abril de 2021, circularam, na mídia ucraniana, informações de que a liderança da DNR, supostamente, considerava a solicitação de apoio militar, a anexação ou o reconhecimento de sua independência à Rússia (Khmilevs'ka, 2021).

A diplomacia das grandes potências parece ter solucionado, em primeiro momento, a crise. Em abril de 2021, dias após uma conversa telefônica entre Putin e Biden, o governo russo anunciou uma redução de seus contingentes militares nos arredores da Ucrânia. Além disso, para junho de 2021, foi anunciada uma cúpula bilateral Rússia-Estados Unidos, com a presença de Vladimir Putin e Joe Biden, na Suíça. O encontro não teve encaminhamentos específicos sobre a Ucrânia, mas o presidente russo declarou ter havido uma concordância de que a plataforma de Minsk seria a base para a solução da guerra no Donbass (Rússia, 2021c). O próprio agendamento da cúpula, com a promessa de negociações entre as grandes potências – cabendo lembrar, aqui, que a Rússia considerava a Ucrânia pós-Maidan como uma espécie de satélite efetivamente controlado pelos Estados Unidos - aparentemente encorajou Putin a reduzir a quantidade de tropas nos arredores da fronteira com a Ucrânia. A situação perdurou por alguns meses, mas a permanência de uma significativa quantidade de recursos militares mobilizados pelo governo russo sinalizava que a opção de uma escalada não estava plenamente descartada. Já a Ucrânia, após as pressões militares vivenciadas nos meses

anteriores e uma troca de comando nas forças armadas, adotava, a partir do verão europeu de 2021, uma postura militar mais assertiva com relação ao conflito no Donbass. Essa mudança envolveu o uso de novos armamentos nas altercações na região, o que poderia diminuir a vantagem militar russa sobre a Ucrânia (Shuster, 2024).

Com o agravamento das relações Moscou-Kiev, manifestações públicas de insatisfação russa com a Ucrânia se fortaleciam. Intensificaram-se alegações de que a Ucrânia preparava provocações militares contra a DNR e a LNR, enquanto que Putin demonstrava uma animosidade pessoal com relação a Zelensky (Arel; Driscoll, 2023, p.195). Expressões de tonalidade crítica e deslegitimadora no discurso diplomático, como a expressão “regime de Kiev” (*Kievskii rezhim*, em russo) para se referir ao governo ucraniano, passaram a ter uso cada vez mais frequente no discurso oficial russo, o que sinalizava uma crescente percepção de ilegitimidade da liderança ucraniana. Em julho de 2021, Putin demonstrou que tal percepção de ilegitimidade se estendia ao próprio Estado ucraniano. Então, foi publicado o controverso texto assinado pelo presidente russo, já mencionado neste trabalho, intitulado “Sobre a unidade histórica de russos e ucranianos”.

O artigo utiliza a antiga narrativa histórica do povo russo triunfado para questionar a fundamentação histórica da separação entre russos e ucranianos. A ideologia de uma nação ucraniana separada da russa é apresentada por Putin como fruto de instigações de Estados rivais da Rússia, interessados em enfraquecê-la. Tais instigações seriam, na argumentação de Putin, articuladas a setores minoritários da elite ucraniana a partir do século XIX. A conformação territorial da Ucrânia independente pós-soviética é descrita pelo presidente da Rússia como resultado, em grande parte, de decisões arbitrárias da liderança comunista soviética. Essas decisões, na visão de Putin, incluíram na Ucrânia territórios historicamente russos. Além disso, Putin atribuiu às lideranças soviéticas a promoção da ideia dos ucranianos como um povo separado russo, o que desfazia, portanto, a ideologia do povo triunfado (Putin, 2021a).

Tendo em vista o enquadramento analítico deste trabalho, cabe considerar com particular atenção as teses de Putin sobre o período pós-soviético, que se relacionam às questões da configuração do Estado, das relações Estado-sociedade e da composição da elite política ucraniana. Putin acusou a elite ucraniana de promover, sob encorajamento ocidental, ideologias nacionalistas de afastamento e hostilidade em relação à Rússia, o que resultaria na transformação da Ucrânia, nos termos de Putin, em uma “anti-Rússia”. Segundo Putin, esse processo se intensificou particularmente a partir do Maidan. A Ucrânia estaria, na visão de

Putin, sob “administração externa” (*vneshnee upravlenie*, em russo) das potências ocidentais, situação que negaria o exercício de uma real soberania por parte de Kiev. A real soberania da Ucrânia, segundo Putin, só seria possível em parceria com a Rússia (Putin, 2021a).

Diante desse cenário, Putin expôs a tese de que a atuação política e a chegada ao poder de forças amigáveis à Rússia – as quais representariam uma parcela considerável da população da Ucrânia - seriam impossibilitadas. Para Putin, os russos da Ucrânia estariam sendo vítimas de uma assimilação forçada à identidade nacionalista ucraniana em bases antirrussas. Putin equiparou a transformação do Estado e da sociedade ucraniana em bases nacionalistas e antirrussas a uma arma de destruição em massa direcionada contra a Rússia. Por fim, vale mencionar as considerações específicas sobre a guerra no Donbass. Putin acusou os governos ucranianos de falta de compromisso com a plataforma de Minsk, o que levantaria, para Putin, a questão sobre se a Ucrânia estava realmente interessada em restaurar sua soberania sobre as áreas controladas pela DNR e a LNR, uma vez que tal medida significaria um desafio ao que Putin chamou de projeto antirruso no poder na Ucrânia (Putin, 2021a). Os elementos trazidos acima ilustram o interesse de Putin pelo direcionamento da configuração do Estado-ucraniano, das relações Estado-sociedade e da relação de forças na elite política ucraniana, bem como pelas implicações de tal direcionamento para os interesses russos quanto à Ucrânia.

Vale mencionar que, conforme uma pesquisa de opinião pública da organização Rating, a maioria dos ucranianos discordava da tese de “um só povo” defendida por Putin. Entretanto a visão de Putin tinha considerável grau de concordância na Ucrânia: 41% em nível nacional, diante de 55% de discordantes. No leste e no sul, entretanto, o índice de concordância com a tese de Putin superava o de discordância: 65% x 30% no leste e 56% x 40% no sul (Suspil’no-politychni ..., 2021). Viktor Medvedchuk elogiou publicamente o controverso texto de Putin. Em artigo sobre o assunto publicado no Strana.ua, Medvedchuk ecoou as teses do presidente da Rússia, afirmou que russos e ucranianos são povos fraternos e propôs que a Ucrânia abandonasse o que descreveu como orientação antirrusa. Nesse sentido, Medvedchuk defendeu o abandono de políticas que considerou como antirrussas e discriminadoras quanto aos russos étnicos e russófonos do país (Medvedchuk, 2021), ecoando, portanto, os pontos de vista da Rússia sobre as relações Estado-sociedade na Ucrânia.

Considerações similares às de Putin eram levantadas por outros membros da elite putinista. Por exemplo, em outubro de 2021, Dmitry Medvedev, então dirigente do Rússia

Unida e vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia, publicou um texto sobre a questão da Ucrânia no *Kommersant*, um dos principais jornais da Rússia. O artigo chama atenção por diversas considerações em relação à elite política ucraniana e ações de seus atores. Medvedev acusou Zelensky de trair suas origens russófonas e sucumbir à política nacionalista ucraniana, tornando-se mais nacionalista do que os próprios nacionalistas radicais ucranianos. Dessa forma, de acordo com o oficial russo, Zelensky não era um interlocutor razoável e legítimo para Moscou. Medvedev, ademais, repetiu a tese da “Anti-Rússia” feita por Putin, acusando a elite ucraniana de submeter a Ucrânia à direção das potências – mais um elemento que tornaria o governo ucraniano, na visão de Medvedev, um interlocutor dispensável. O ex-presidente da Rússia finalizou o texto defendendo que Moscou esperasse o aparecimento de uma nova liderança, mais amigável à Rússia, na Ucrânia para que os governos dos dois países pudessem estabelecer um diálogo frutífero do ponto de vista russo (Medvedev, 2021).

Ao redor da época em que foi publicado o artigo de Medvedev, a Rússia deu início a exercícios militares em larga escala nos arredores da fronteira com a Ucrânia e no território de Belarus – país que, como visto acima, havia se aproximado do governo Putin no âmbito dos esforços de sustentação do regime de Aleksandr Lukashenko. Nos meses subsequentes, a quantidade de tropas russas nos arredores da Ucrânia foi estimado em quase 200 mil (Arel; Driscoll, 2023, p.195-196). Em novembro de 2021, os Estados Unidos informaram Zelensky que a Rússia fazia novos e mais intensos preparativos para uma invasão em larga escala à Ucrânia. As informações repassadas pelo governo dos Estados Unidos incluíam alertas de que a Rússia buscava uma mudança de regime (Shuster, 2024), o que indicaria, portanto, o interesse de Moscou em incidir sobre a composição da elite política ucraniana.

Em paralelo, o governo russo, a partir da publicação de projetos de acordos de segurança com os Estados Unidos e a OTAN, buscou negociar com as potências ocidentais a questão da arquitetura de segurança europeia. Anunciados em tom de ultimato, as propostas russas continham elementos diretamente relacionados à Ucrânia. Por exemplo, o governo Putin demandou que a OTAN não se expandisse no espaço pós-soviético e que países dessa região não componentes da aliança não desenvolvessem a cooperação militar com os Estados Unidos em dimensões como o estabelecimento de bases militares e o uso de infraestrutura militar em seus territórios (RÚSSIA, 2021d). Dos membros da OTAN, a Rússia demandou especificamente a não condução de atividades militares no território da Ucrânia (RÚSSIA, 2021e). Apesar de os Estados Unidos terem se mostrado dispostos para negociar certos

aspectos das propostas russas, como a questão do uso de sistemas de mísseis na Ucrânia, pontos cruciais, como as restrições à cooperação militar com a Ucrânia e à possibilidade de entrada desse país na OTAN, foram rejeitados (Estados Unidos, 2022b). A Rússia não se satisfaz com as posições de negociação dos Estados Unidos e da OTAN e declarou-se disposta a usar meios “militares-técnicos” para garantir seus interesses (Rússia, 2022b).

Em meio a esse processo, também houve novos esforços de negociação em torno da implementação do Minsk 2. A Ucrânia continuava em sua posição de que a autonomia no Donbass só seria implementada após a retirada do que considerava serem efetivamente forças russas nas áreas ocupadas pela DNR e a LNR (Arel; Driscoll, 2023, p.181, 196). Em oposição a Zelensky, na cena política ucraniana, parlamentares do OPZZh defendiam o cumprimento dos acordos de Minsk (Salizhenko, 2022a). O partido criticava duramente a política de Zelensky, acusando o governo ucraniano de responsabilidade pela crise e pela ausência de avanços no sentido de reintegrar as áreas do Donbass sob controle separatista (Vlast’ ..., 2022). Em 10 de fevereiro de 2022, uma reunião do Formato da Normandia foi realizada em Berlin. Após nove horas de reunião, o governo ucraniano, que declarava publicamente sua indisposição para o cumprimento da plataforma de Minsk, permaneceu em sua posição de rejeitar negociações diretas com as lideranças da DNR e da LNR sobre os temas da autonomia e da realização de eleições nas regiões conflagradas do Donbass. A postura da Ucrânia irritou a Rússia, e Dmitry Kozak acusou os governos alemão e francês de não colaborarem para que a Ucrânia mudasse de posição (Solov’ev, 2022).

O fracasso das negociações em torno da plataforma de Minsk em fevereiro de 2022, somado ao incesso das negociações entre a Rússia e as potências ocidentais em torno da arquitetura de segurança europeia, parece ter sido o estopim para uma radical mudança de postura na política da Rússia para a Ucrânia. Em 15 de fevereiro de 2022, a Duma Estatal aprovou propostas do KPRF e do Rússia Unida sobre a consideração do reconhecimento das independências da DNR e da LNR pela Rússia (Gatinskii; Anisimova, 2022). De início, o governo russo, ainda em interlocução com as potências ocidentais, não procedeu ao reconhecimento e enfatizou a necessidade do cumprimento do Minsk 2 (Gatinskii; Anisimova, 2022; Rússia, 2022c). Entretanto, simultaneamente, observava-se uma intensificação das escaramuças militares no Donbass. As forças da DNR e da LNR começaram a intensificar bombardeios contra posições ucranianas (Arel; Driscoll, 2023, p.196), com sinais de uma escalada deliberada por parte da Rússia e das forças separatistas (Lozhnaia ..., 2023). Há indícios e evidências de que a Rússia se utilizou de ações de

“bandeira falsa” para acusar a Ucrânia de ações agressivas e justificar o discurso de uma ameaça iminente às regiões sob controle da DNR e da LNR (Devlin; Horton; Robinson, 2022) – ameaça essa que requereria, do ponto de vista de Moscou, uma intervenção russa.

Nesse contexto, em 21 de fevereiro de 2022, Denis Pushilin e Leonid Pasechnik endereçaram a Putin solicitações oficiais de reconhecimento das independências da DNR e da LNR. Acusando a Ucrânia de intenções agressivas, os líderes da DNR e da LNR apelaram pelo apoio militar da Rússia para se contrapor a Kiev (Pasechnik ..., 2022; Pushilin, 2022). O governo Putin prontamente reconheceu as independências da DNR e da LNR. Justificando sua decisão, o presidente da Rússia citou o não cumprimento da plataforma de Minsk por Kiev e ecoou as acusações de que a Ucrânia preparava uma pesada ofensiva militar no Donbass (Putin, 2022a). Além do reconhecimento das independências da DNR e da LNR, a Rússia assinou acordos de cooperação com as duas repúblicas separatistas que incluíam dispositivos de apoio militar e garantias mútuas de defesa da integridade territorial (Rússia, 2022d, 2022e) - cabendo mencionar, aqui, que a DNR e a LNR reivindicavam a totalidade das províncias de Donetsk e Luhansk como seus territórios, o que incluía, portanto, áreas do Donbass controladas pela Ucrânia.

Destacados analistas russos à época, como Fiodor Lukianov e Andrei Kortunov (diretor do *think tank* Conselho Russo de Assuntos Internacionais), julgavam ser improvável que a Rússia, de fato, partisse para o reconhecimento das independências da DNR e da LNR (a não ser em um caso extremo) (Kuznets; Safonova, 2022). Com o reconhecimento das independências da DNR e da LNR e a preparação do terreno para a atuação militar aberta no Donbass, a Rússia tornou obsoleta a plataforma de Minsk e suas implicações em termos da estratégia de influência política sobre a Ucrânia pós-Maidan a partir da reintegração das áreas sob controle separatista no Donbass.

A nova abordagem russa para a Ucrânia logo se tornou clara. Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão em larga escala à Ucrânia, com ataques pelo norte (a partir do território de Belarus), o leste e o sul do país (a partir da Crimeia), utilizando meios bélicos terrestres, aéreos e navais. Operações foram realizadas no entorno da capital, Kiev, o que indicava o intento de promoção da mudança de regime. De fato, Putin, como mencionado no início deste trabalho, conclamou os militares da Ucrânia a tomarem o poder (RÚSSIA, 2022a), ação que concretizaria uma mudança de regime no país com a derrubada de Zelensky. Este tema será abordado em maior detalhe na sequência deste capítulo.

Em seu discurso anunciando o início daquilo que Moscou chama de “Operação

Militar Especial”, Putin apresentou as ações russas como ações defensivas contra a hegemonia global dos Estados Unidos, que, conforme Putin, estariam transformando a Ucrânia em um território hostil utilizado para atingir geopoliticamente a Rússia (Putin, 2022b). Nesse sentido, vale mencionar que a argumentação de Putin classificava as circunstâncias na Ucrânia como uma ameaça existencial à Rússia (Freire, 2023). Putin novamente acusou a Ucrânia de não querer solucionar pacificamente a guerra no Donbass, atribuindo a Kiev intenções agressivas e a execução de um genocídio na região, de modo que as operações russas foram apresentadas como uma espécie de ação humanitária preventiva a pedido das repúblicas separatistas do Donbass. (Putin, 2022b). As articulações com atores políticos ucranianos, portanto, apareciam, também, como um elemento dos esforços do Kremlin pela legitimação discursiva da invasão russa.

A alegação de genocídio levantada por Putin era questionável diante das circunstâncias da guerra a partir de 2015. Como visto anteriormente neste trabalho, a guerra no Donbass, a partir de 2015, passou a ser caracterizada pela redução da intensidade de ações bélicas e do número de mortes de civis (Arel; Driscoll, 2023, p.196; Ferraro, 2022b, p.124-132). Não há evidências, ademais, de que a Ucrânia preparava uma grande ofensiva contra a DNR e a LNR. As escaramuças registradas a partir de fevereiro de 2022 não se diferenciavam, em geral, de episódios similares no passado e, como visto acima, carregavam demonstrações de escalada deliberada feitas pela Rússia – um prelúdio, como se provou posteriormente, para a invasão em larga escala de fevereiro de 2022 (Lozhnaia ..., 2024).

Além de conclamar a população da Ucrânia a cooperar com a Rússia, Putin apelou para que os militares ucranianos não resistissem à invasão. Por fim, sem elaborar, Putin descreveu os objetivos russos como a “desmilitarização” e a “desnazificação” da Ucrânia (PUTIN, 2022b). Alguns autores conjecturam que a “desnazificação” expressaria o intento de mudança de regime (Charap; Radchenko, 2024; Stanovaia, 2023) e, em conjunto com esse fator, a restrição à atuação de círculos nacionalistas ucranianos (Arel; Driscoll, 2023, p.197). Outros, por sua vez, consideravam que Putin entendia por “desnazificação” o desmonte do regime político existente na Ucrânia, classificado, na ótica russa, como nacionalista e antirruso (Tsygankov, 2022b, p.117). A intenção de criação da imagem da Ucrânia como inimiga (Ferraro, 2022b, p.141-144), somada ao objetivo de adaptação do discurso russo ao imaginário ocidental, para atingir fins propagandísticos perante o público ocidental (Kasianov, 2023), também têm sido levantadas por analistas como motivações por trás do uso do termo “desnazificação”. Cabe mencionar que, no contexto da guerra na Ucrânia a partir de

2022, à semelhança do que ocorria no conflito no Donbass em anos anteriores, indivíduos de extrema-direita e neonazistas russos atuaram em combate no lado da Rússia (Ferraro, 2022b, p.139-140; Mirsky, 2022).

Seja como for, Putin invocava, com tal discurso, as narrativas e o imaginário predominantes na Rússia, mencionados anteriormente neste trabalho, sobre a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial e o combate ao nacionalismo ucraniano (Freire, 2023; Kasianov, 2023). Por fim, vale mencionar que, apesar de Putin ter afirmado que a ocupação de territórios da Ucrânia não estava nos planos russos (Putin, 2022b), o que se observou, como será analisado em maior detalhe adiante neste capítulo, foi a ocupação de diversas porções do território da Ucrânia, com concentração no leste e no sul do país. Portanto, em vez da influência realizada indiretamente, a partir do apoio e de articulações com atores da elite política e da sociedade ucranianas, bem como do empoderamento destes últimos com uma reforma do Estado ucraniano, a invasão russa em larga escala à Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022 representou uma mudança da abordagem da Rússia em direção a esforços pelo estabelecimento de um controle mais direto sobre a Ucrânia.

A resistência ucraniana, que parece ter excedido as expectativas da Rússia, foi capaz de repelir o ataque a Kiev. Após o fracasso nas operações no entorno de Kiev, a Rússia passou a concentrar mais esforços na ocupação do Donbass. Ainda em 2022, a Rússia estabeleceu controle completo sobre a província de Luhansk. Avanços, embora lentos, também ocorreram na *oblast'* de Donetsk (Ferraro, 2022a, p.29-30). Ainda no leste, uma contraofensiva ucraniana lançada no segundo semestre de 2022 resultou na restauração do controle de Kiev sobre quase todo o território ocupado pela Rússia na província de Kharkiv (ACNUDH, 2024a, p.9). À época de finalização deste trabalho, em julho de 2024, parte substancial da província de Donetsk continuava sob controle da Ucrânia, enquanto que a *oblast'* de Luhansk continuava ocupada virtualmente por completo pela Rússia. A Rússia também mantinha pequenas faixas da província de Kharkiv sob seu controle.

A frente sul foi aquela em que a Rússia teve mais êxito. Forças russas, partindo da Crimeia, avançaram sobre as *oblasti* de Kherson e Zaporizhzhia. Após batalhas com forças ucranianas, a cidade de Kherson foi tomada no início de março, permanecendo, até o momento de finalização deste trabalho, a única capital regional ucraniana que a Rússia chegou a ocupar após a invasão de 2022. Com relativa rapidez, a Rússia superou a resistência militar ucraniana e ocupou praticamente todo o território da província de Kherson. Mais da metade da *oblast'* de Zaporizhzhia, por sua vez, foi tomada pela Rússia, embora a capital

homônima tenha permanecido sob controle do governo ucraniano. Melitopol, a segunda maior cidade da região, tornou-se uma espécie de centro político da ocupação russa na *oblast'* de Zaporizhzhia. Os avanços militares no sul permitiram à Rússia atingir importantes objetivos estratégicos, como o estabelecimento de uma conexão terrestre com a Crimeia e o controle de fornecimento de água para essa região (a partir da província de Kherson). Pelo sul, a Rússia também tomou controle de toda a costa ucraniana do Mar de Azov, fortalecendo, portanto, o controle russo sobre essa região. A mesma contraofensiva ucraniana do segundo semestre de 2022 resultou na restauração, até novembro daquele ano, do controle do Estado ucraniano sobre todo o território ocupado da província de Mykolaïv e todo o território ocupado da província de Kherson a oeste do rio Dniro (ACNUDH, 2024a, p.9). Desde então até a época de finalização deste trabalho, não houve alterações substanciais de controle territorial na frente sul. Em maio de 2024, estimava-se que a Rússia ocupava 18% do território da Ucrânia (War in Ukraine, 2024). Os territórios da Ucrânia sob controle da Rússia em julho de 2024 incluíam a Crimeia e partes do Donbass e das províncias de Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia (mapa 19).

Entre fevereiro e abril de 2022, os governos russo e ucraniano negociaram diversos documentos relacionados à resolução da guerra e ao estabelecimento da paz entre os dois países. Diversos jornalistas e analistas, como Farida Rustamova (2022), Samuel Charap e Sergei Radchenko (2024), e uma equipe do *The New York Times*, composta por Anton Troianovski, Adam Entous e Michael Schwartz (2024), obtiveram acesso a tais documentos – em alguns casos, publicados na íntegra - e a entrevistas com participantes das negociações e oficiais ocidentais com conhecimento sobre as tratativas. Tais investigações constituem importantes fontes para a análise das negociações da paz, oferecendo evidências para a consideração de diferentes elementos dos interesses e políticas da Rússia no contexto da guerra.

A partir de fevereiro de 2022, os governos russo e ucraniano negociaram um tratado de segurança cujo principal elemento seria a neutralidade militar da Ucrânia – isto é, o país não participaria de alianças militares, com o que desistiria da entrada na OTAN. Além disso, a Ucrânia reiteraria seu status como Estado sem armamentos nucleares e que não sediaria bases e contingentes militares estrangeiros em seu território. Em contrapartida, a Ucrânia receberia garantias de segurança das grandes potências – incluindo Estados Unidos e Rússia – e de outros países. Sob determinadas condições, a Ucrânia poderia dar continuidade ao processo de adesão à UE. As garantias de segurança, que não se aplicariam ao território da Crimeia e

partes do Donbass, a serem definidas, incluiriam aspectos como a provisão de armamentos e até mesmo intervenções armadas diretas para defender a Ucrânia caso o país fosse atacado (Charap; Radchenko, 2024; Dogovor ..., 2022; Kommiunike ..., 2022; Rustamova, 2022; Treaty ..., 2022; Troianovski; Entous; Schwirtz, 2024).

**Mapa 19 – Situação territorial na Ucrânia (julho de 2024)**



Fonte: Barros *et al.* (2024).

Além desses aspectos, os governos também discutiram questões como o tamanho e os armamentos das forças armadas da Ucrânia, sem chegar a acordo nesse sentido (Charap; Radchenko, 2024; Dogovor ..., 2022; Treaty ..., 2022; Troianovski; Entous; Schwirtz, 2024). Após a Rússia demandar, sem sucesso, a renúncia da soberania ucraniana sobre a Crimeia e o Donbass (com o reconhecimento das independências da DNR e da LNR em todo o território das províncias de Donetsk e Luhansk), os dois lados estipularam que questões territoriais seriam objeto de negociações separadas (Charap; Radchenko, 2024; Treaty ..., 2022, p.13-14; Troianovski; Entous; Schwirtz, 2024). Conforme algumas fontes, os governos russo e ucraniano teriam discutido a possibilidade de a neutralidade da Ucrânia ter como contrapartida a retirada de tropas russas dos territórios ucranianos ocupados por Moscou em 2022 (Hill; Stent, 2022).

As evidências disponíveis até o momento de finalização deste trabalho apontam que as negociações, apesar de avanços em diversos aspectos, estagnaram em virtude de diversos fatores. Houve, por exemplo, discordâncias sobre como os Estados garantidores da segurança da Ucrânia poderiam auxiliá-la em caso de ataque – o governo ucraniano rejeitou a proposta russa de que todos os garantidores concordassem com medidas nesse sentido, o que efetivamente significaria um poder de veto russo sobre a provisão de apoio à Ucrânia. Além disso, as potências ocidentais relutavam em assumir compromissos de segurança mais fortes buscados pela Ucrânia – reeditando, portanto, o antigo dilema entre a provisão de *assurances* ou *guarantees* à Ucrânia. Ademais, o sucesso das forças ucranianas em repelirem as operações russas no entorno de Kiev fortaleceu a crença do governo ucraniano de que a Ucrânia, com apoio ocidental, poderia derrotar a Rússia militarmente (Charap; Radchenko, 2024). Além disso, a revelação de crimes de guerra cometidos por forças russas nos arredores de Kiev intensificou a rejeição a negociações com a Rússia na sociedade do país. Por fim, deve-se mencionar a rejeição a negociações com a Rússia por parte de certos líderes ocidentais – em particular, o então primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson (Charap; Radchenko, 2024; Romaniuk, 2022).

Até julho de 2024, um levantamento com fontes abertas confirmou pouco mais de 50 mil militares ucranianos mortos desde o início da invasão russa de 2022, número cerca de dez vezes maior que o total de baixas militares fatais das forças ucranianas na guerra no Donbass no período 2014-2021 (Ukraine's losses ..., 2024). Estimativas de oficiais dos Estados Unidos publicadas em agosto de 2023 puseram o número de baixas militares fatais da Ucrânia em cerca de 70 mil (Cooper *et al.*, 2023). Até junho de 2024, dados da ONU confirmaram um

total de 11,2 mil civis ucranianos mortos em decorrência das ações militares desde a invasão russa de 2022, enquanto que 22,6 mil foram feridos. O número de mortes civis nesse período é mais do que o triplo do total de mortes civis na guerra no Donbass no período 2014-2021 (ACNUDH, 2024b).

A guerra também ocasionou uma grande crise de refugiados e deslocados internos na Ucrânia. Em julho de 2024, registros oficiais compilados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) indicavam um total de 6,5 milhões de refugiados ucranianos em outros países pelo mundo. A grande maioria dos refugiados ucranianos baseava-se em países europeus, enquanto que 1,2 milhão haviam se dirigido à Rússia até o final de 2023 (ACNUR, 2024c). Segundo dados do governo ucraniano, o número de deslocados internos no país alcançava 4,6 milhões de pessoas em junho de 2024 (V Ukraïni zaraz ..., 2024). Além do forte impacto humanitário, a guerra também tem causado um enorme impacto destrutivo para a infraestrutura civil, econômica e urbana da Ucrânia.

Do lado da Rússia, o número confirmado em fontes abertas de militares mortos em dois anos e quatro meses da invasão de 2022 atingiu 57.722, sendo que o número real poderia ser de até o dobro da quantidade verificada em fontes abertas (Ivshina, 2024). A cifra de 57.722 é mais de duas vezes maior do que o máximo estimado de soldados russos mortos nas guerras da Chechênia e do que o máximo estimado de soldados soviéticos mortos na guerra no Afeganistão. Somadas as mortes confirmadas de militares russos à quantidade estimada de mortes de militares da DNR e da LNR (cerca de 23 mil) e do Grupo Wagner (cerca de 19,5 mil), o total de baixas fatais no lado russo chegaria, no mínimo, aos arredores de 100 mil (Ivshina, 2024). Estimativas de oficiais dos Estados Unidos publicadas em agosto de 2023 colocavam o número de baixas militares fatais da Rússia em até 120 mil (Cooper *et al.*, 2023). Como mencionado na introdução deste trabalho, a guerra também se estendeu ao território da Rússia, em particular no caso de províncias fronteiriças com a Ucrânia, que tornaram-se alvo mais frequente de ataques ucranianos. Até junho de 2024, autoridades russas reportaram a morte de 91 civis no território da Rússia em decorrência da guerra (Attacks ..., 2024).

#### 8.5.1 Guerra, elite política e a questão da mudança de regime na Ucrânia

Do ponto de vista do enfoque analítico deste trabalho, a invasão russa de 2022 possui relevantes implicações no que tange às visões da Rússia sobre as questões da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade e da dimensão da elite política da Ucrânia.

Uma importante questão a ser levantada nesse sentido é a da mudança de regime e das potenciais relações da Rússia nesse sentido com atores da elite política e da sociedade ucranianas.

Ainda em meio à crise internacional que precedeu a invasão russa de 2022, essa questão já estava presente em discussões em torno da Ucrânia. Em janeiro de 2022, por exemplo, o governo do Reino Unido alegou que a Rússia planejava a instalação de um governo pró-russo em Kiev potencialmente liderado pelo político Ievhen Muraiev (Reino Unido, 2022). Originário de Kharkiv, Muraiev foi membro do PR e do Opoblok e liderava o partido pró-russo Nashi. Muraiev, citando o fato de estar na referida lista de sanções da Rússia de 2018 (Muraiev não havia aderido às movimentações de formação do OPPZh naquele período), negou envolvimento com a Rússia (Graham-Harrison; Harding; Roth, 2022). Após as acusações do governo britânico, o RNBO ucraniano introduziu sanções ao canal televisivo Nash, pertencente a Muraiev (Romanenko, 2022), e que tinha linha editorial similar aos canais de Medvedchuk e portais como o Strana.ua.

As denúncias do governo britânico também envolviam alegações de que ex-oficiais do PR e do governo Ianukovych, como Mykola Azarov, mantinham relações de cooperação com agências de segurança e inteligência russas (REINO UNIDO, 2022). Jornalistas do *Financial Times* reportaram que, conforme fontes de inteligência dos Estados Unidos, a Rússia considerava a nomeação de Oleg Tsariiov para a liderança de um governo marionete pró-russo em Kiev (Politti; Seddon; Olearchyk, 2022). Em janeiro de 2022, o governo dos Estados Unidos acusou Taras Kozak e Oleh Voloshyn de envolvimento em planos da Rússia para “preparar a tomada do governo da Ucrânia e controlar a infraestrutura crítica da Ucrânia com uma força ocupante russa” (ESTADOS UNIDOS, 2022a. Tradução nossa). Nos dias que antecederam de maneira mais imediata a invasão, aliados ocidentais da Ucrânia sugeriam a Zelensky a formação de um governo ucraniano no exílio em antecipação à possibilidade de uma ocupação e mudança de regime promovida pela Rússia com a invasão de 2022 (Kravets’; Romaniuk, 2023; Shuster, 2024).

Com o início da guerra, o tema da mudança de regime ganhou novo impulso. Como já mencionado acima, Vladimir Putin, logo no início da invasão de 2022, chegou a conclamar publicamente os militares ucranianos a tomarem o poder substituindo o governo Zelensky (RÚSSIA, 2022a). Durante a invasão, a Rússia teve apoio de alguns políticos da elite da era Ianukovych e do PR, como Dmytro Tabachnyk e Oleg Tsariiov. Ambos admitiram publicamente ter participado ou acompanhado as ações militares russas no entorno de Kiev

em 2022 (Voina za vyzhivanie ..., 2024; Eks-regional Tsarev ..., 2022). Meios de oposição russos relataram que Tabachnyk, inclusive, teria sido condecorado pelo governo russo por sua participação nas operações militares contra a Ucrânia (Eks-ministr osvity ..., 2024).

Já entre os deputados da legislatura vigente na VR, a adesão aberta à Rússia foi mínima. Além de Medvedchuk (após uma troca de prisioneiros realizada em setembro de 2022), pode-se destacar o caso de um deputado do grupo do “compadre de Putin” no OPZZh, Illia Kyva. Em dezembro de 2023, Kyva foi assassinado nos arredores de Moscou, onde havia se estabelecido após a invasão russa. Supostamente, conforme reportagens na mídia ucraniana, Kyva foi assassinado por agentes do SBU (Romanenko, 2023a). Além dos referidos membros do OPZZh, pode-se mencionar o caso do deputado Oleksii Kovaliov, do SN, que chegou a assumir um posto no gabinete ministerial do governo de ocupação russa na província de Kherson. Kovaliov foi encontrado morto na região de Kherson em agosto de 2022 – possivelmente, conforme uma das versões, em um assassinato organizado por agentes ucranianos (Reznikova, 2022).

Uma série de investigações e reportagens em meios ucranianos e estrangeiros também expôs diferentes versões sobre possíveis planos russos no sentido da promoção da mudança de regime na Ucrânia. A seguir, diversas dessas versões são expostas, cabendo alertar que respostas conclusivas sobre possíveis planos específicos da Rússia e de atores políticos ucranianos sobre a questão da mudança de regime, em especial no período inicial da invasão russa de 2022, necessitarão de mais investigações e pesquisas.

Em março de 2022, o jornalista búlgaro Christo Grozev, do grupo de jornalismo investigativo Bellingcat, afirmou que a Rússia, durante negociações de paz com a Ucrânia, teria demandado a nomeação de Iury Boiko como primeiro-ministro da Ucrânia. Boiko e fontes no OPZZh negaram conhecimento sobre tal proposta e a disposição para envolver-se na suposta iniciativa russa (V OPZZH ..., 2022). Uma investigação de jornalistas da agência Reuters, publicada em julho de 2022, ecoou alegações precedentes de que a Rússia pretendia instalar Oleg Tsariov como líder de um governo marionete interino em Kiev (Saito; Tsvetkova, 2022).

Tsariov também figura em outra investigação, feita por jornalistas do *Washington Post* a partir de entrevistas e análises de documentos de inteligência ucranianos e ocidentais. Segundo a reportagem, publicada em agosto de 2022, Tsariov faria parte de um de dois possíveis grupos – ambos formados por ex-oficiais do governo Ianukovych – que a Rússia planejava instalar no poder na Ucrânia. O outro grupo, baseado em Belarus, seria liderado

pelo próprio Ianukovych. Vale mencionar que Ianukovych esteve em Belarus no mesmo período em que delegações de Rússia e Ucrânia negociavam acordos para encerrar a guerra (Miller; Belton, 2022). Em março de 2022, Ianukovych, em carta aberta publicada por meios estatais russos, apelou para que Zelensky negociasse a paz a “qualquer custo” (Ianukovych obratilsia ..., 2022). Fontes da inteligência ucraniana afirmam que a instalação de Ianukovych também teria figurado nos planos do governo russo. Há indícios, de fato, de que o ex-presidente pode ter tido interesse em tal tipo de iniciativa: a partir do final de 2021, justamente o período em que se acentuavam os preparativos para a invasão russa, Ianukovych entrou com processos em instâncias judiciárias da Ucrânia com vistas a revogar as decisões de sua deposição em 2014. O atendimento desse apelo poderia ser utilizado como instrumento de legitimidade para a instalação de Ianukovych na presidência da Ucrânia. O trabalho das instâncias judiciárias às quais Ianukovych se dirigiu foi bloqueado por autoridades ucranianas, o que acabou por impedir qualquer tomada de decisão nesse sentido (Kravets’; Romaniuk, 2023).

Diversas fontes afirmam que Viktor Medvedchuk foi um interlocutor relevante no sentido de persuadir Putin de que o governo ucraniano era fraco e de que os invasores russos seriam saudados pela população da Ucrânia (Miller; Belton, 2022; Zhegulev, 2023). Fontes ucranianas, por sua vez, consideram que a Rússia possivelmente considerou um cenário de instalação de Medvedchuk como presidente interino, caso forças russas tivessem tido êxito em tomar Kiev (Kravets’; Romaniuk, 2023).

Segundo outra investigação feita por jornalistas do *Financial Times*, Viktor Ianukovych – cuja derrubada em 2014, vale lembrar, é considerada ilegítima pela Rússia - anunciaria uma transferência de poder para Medvedchuk. Ainda segundo essa investigação, colaboradores de Medvedchuk auxiliaram as operações militares russas nos arredores de Kiev e no sul da Ucrânia (Seddon; Miller; Schwartz, 2023). Outra fonte que apontou para um possível papel de Medvedchuk nos planos de mudança de regime russos foi Evgeny Prigozhin, líder do Grupo Wagner, inserido nos círculos da elite putinista. Em suas críticas à política do governo russo que precederam a rebelião do grupo em 2023, Prigozhin afirmou que um dos objetivos de Moscou com a invasão de 2022 seria a instalação de Viktor Medvedchuk como presidente da Ucrânia («Vorovali ..., 2023). Por fim, o SBU afirmou ter desmontado uma rede de organizações coordenadas por Medvedchuk que, conforme a versão do órgão ucraniano, haviam planejado um golpe de Estado sincronizado com a invasão russa de 2022 de modo a auxiliar as forças invasoras russas. Membros dessa rede foram condenados

e as organizações em questão proibidas na Ucrânia (Zaviadky ..., 2024).

O Strana.ua, por sua vez, circulou informações de que, dos nomes mencionados acima, somente Tsariiov, em conjunto com outros membros da elite da era Ianukovych e políticos pró-russos da Ucrânia, realmente figuraria nos planos de Moscou para o estabelecimento de um governo pró-russo no contexto da ocupação da Ucrânia. Por outro lado, segundo Oleksii Danilov, então diretor do RNBO, a Rússia estaria contando não com Medvedchuk ou os políticos da elite do PR mencionados acima, e sim com oficiais ou ex-oficiais das forças armadas ou de agências de segurança da Ucrânia (“Krot” ..., 2022).

A situação individual de Medvedchuk tornou-se nebulosa no início da invasão russa. Seu paradeiro ficou desconhecido, de modo que Medvedchuk foi declarado foragido pela justiça ucraniana. Em abril de 2022, foi anunciada a prisão de Medvedchuk. Segundo a versão do governo ucraniano, Medvedchuk foi preso enquanto tentava fugir para a Rússia com ajuda do FSB (Ucrânia, 2022c). Medvedchuk ficou preso até sua inclusão em uma troca de prisioneiros entre Ucrânia e Rússia realizada em setembro de 2022. Em janeiro de 2023, Medvedchuk teve sua cidadania ucraniana anulada por Zelensky e o mandato de deputado cassado na VR, ações que obstruem sobremaneira as possibilidades de atuação de Medvedchuk na política institucional ucraniana. Após a troca de prisioneiros, Medvedchuk estabeleceu-se na Rússia. No exílio, Medvedchuk retornou à vida política por meio de declarações, entrevistas e artigos na mídia estatal e pró-governamental russa. Nessa nova etapa de sua carreira política, Medvedchuk tem ecoado as posições do governo russo sobre a guerra (Medvedchuk, 2023a, 2023b, 2023c), incluindo no que tange às declarações de anexações de territórios ucranianos feitas pelo governo Putin (Medvedchuk, 2024).

Sob liderança de Medvedchuk, foi criada, na Rússia, a organização Outra Ucrânia (*Drugaia Ukraina*, em russo), alinhada à política do Kremlin e oposta ao governo Zelensky. Ilustrativamente, o símbolo adotado pelo Outra Ucrânia é uma versão estilizada de uma famosa estátua de Bohdan Khmelnytsky localizada em Kiev. O Outra Ucrânia inclui ex-políticos do UV e do OPZZh (predominantemente de atuação regional) e comentaristas políticos que participavam dos canais televisivos proibidos ligados a Medvedchuk. Medvedchuk e membros do grupo vêm recebendo frequente espaço na mídia estatal russa (Savchuk, 2023). Além de Medvedchuk, o político ucraniano de maior destaque atuante no grupo é o referido Oleh Voloshyn. A inclusão de Medvedchuk na troca de prisioneiros de 2022, bem como o subsequente espaço reservado ao político ucraniano e seus parceiros nas mídias estatal e pró-governamental russas, sugerem que o governo Putin ainda enxerga

Medvedchuk como um aliado na busca pela consecução de seus objetivos quanto à Ucrânia.

Na prática, o sucesso da Ucrânia em repelir o ataque russo a Kiev, em março-abril de 2022, afastou a possibilidade uma mudança de regime por meio da ocupação do centro político do Estado ucraniano por forças russas. De fato, diante das dificuldades e insucessos militares das forças russas nas operações nos arredores de Kiev, bem como do início de negociações de paz com o governo ucraniano, o governo russo passou a sinalizar maior moderação, chegando a afirmar que a derrubada do governo ucraniano não estava entre seus objetivos (Russia Not ..., 2022). Todavia, o governo russo tem dado contínuas indicações de seu interesse em uma mudança de regime na Ucrânia e, de maneira mais ampla, pela questão da composição da elite política ucraniana. Em julho de 2022, por exemplo, Sergei Lavrov, ainda ministro de Relações Exteriores da Rússia, afirmou que a Rússia estaria disposta a auxiliar os ucranianos a derrubarem o que o chanceler russo chamou de “regime antipopular e anti-histórico” em Kiev (Lavrov: Rossiia ..., 2022. Tradução nossa).

Tal interesse encontrou maior expressão no discurso oficial russo em 2024. Em maio de 2024, o período original previsto para o mandato presidencial de Zelensky esgotou-se em meio ao estado oficial de guerra na Ucrânia – situação que, conforme a legislação ucraniana, exclui a possibilidade de eleições no país. Em virtude de percebidas ambiguidades na constituição ucraniana, essa situação gerou debates sobre a legitimidade da permanência de Zelensky como presidente. Diante desses debates, Putin afirmou que Zelensky não teria legitimidade como presidente da Ucrânia, o que sugere o interesse russo na interlocução com outra liderança na Ucrânia enquanto um dos termos da Rússia para a paz (Rafal'skii, 2024).

#### 8.5.2 A configuração do Estado ucraniano e as relações Estado-sociedade na Ucrânia: impactos da guerra e a abordagem da Rússia

A invasão russa de 2022 pôs em novos termos os debates na Rússia sobre a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e as relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas. Aspectos relacionados à transformação do Estado ucraniano e das relações Estado-sociedade – transcendendo, portanto, simplesmente a questão da orientação externa da Ucrânia - têm sido frequentemente levantados por analistas e atores políticos como elementos cruciais para a resolução do conflito de uma maneira considerada conveniente para os interesses da Rússia.

Nesse sentido, é ilustrativa a visão de Sergei Karaganov. O membro do SVOP

declarou que uma paz conveniente para a Rússia envolveria não só anexações territoriais e o controle político-militar da Rússia sobre uma Ucrânia neutra (e territorialmente reduzida), como, também, o que Karaganov chamou de “reeducação” de parte da população da Ucrânia (Galiamov; Vandysheva, 2024; Karaganov, 2023). A reorientação da política externa da Ucrânia, portanto, não seria, de acordo com tal lógica, suficiente para a consecução dos interesses russos. Ainda nas palavras de Karaganov, a Rússia não deveria permitir a permanência de um Estado ucraniano “fundado em uma mistura da russofobia e do monstruoso compradorismo de sua elite” (Karaganov, 2023. Tradução nossa). Uma visão similar foi exposta por Konstantin Zatulin. Pronunciando-se nas semanas iniciais da invasão russa de 2022, o deputado putinista definiu a vitória russa como um cenário de partilha da Ucrânia, em que uma das partes, fora do controle do governo de Zelensky – e presumivelmente, sob efetivo controle russo – seria isolada da influência da Ucrânia ocidental (Zatulin, 2022b), região que, como visto ao longo deste trabalho, é o principal reduto histórico do nacionalismo ucraniano.

A elaboração mais radical de ideias de tal tipo foi feita, certamente, pelo referido Timofei Sergeitsev em um polêmico texto intitulado “O que a Rússia deve fazer com a Ucrânia”, publicado no portal estatal russo RIA Novosti em abril de 2022. A argumentação de Sergeitsev centra-se no que o autor chama de “desnazificação”. É crucial ressaltar, nesse sentido, que, na visão de Sergeitsev, a “nazificação” da Ucrânia vinha ocorrendo desde os anos finais da União Soviética, o que sugere que a concepção de “nazismo” de Sergeitsev referia-se ao movimento nacional e nacionalista ucraniano como um todo. De fato, Sergeitsev argumentou que qualquer Estado nacional ucraniano tenderia ao “nazismo”, de modo que, na ótica de Sergeitsev, a ameaça ucraniana não se restringia ao nacionalismo radical da OUN-UPA. Nesse sentido, Sergeitsev propôs até mesmo a remoção do nome “Ucrânia” para se referir a uma entidade política no território da Ucrânia (Sergeitsev, 2022). Nas palavras de Sergeitsev, “a desnazificação será inevitavelmente a desucranianização – a rejeição à inflação artificial em massa, iniciada ainda pelo governo soviético, do componente étnico da autoidentificação da população dos territórios da Pequena Rússia e da Novorossia históricas” (Sergeitsev, 2022. Tradução nossa).

Entre outras medidas, como a eliminação de qualquer potencial militar da Ucrânia e a reversão da orientação geopolítica pró-ocidental, Sergeitsev afirmou que a “desnazificação” promovida pela Rússia deveria se estender às relações com a elite e a sociedade ucranianas. Sergeitsev propôs a eliminação física do que chamou de “elite banderista”, bem como a

liquidação e a proibição de organizações associadas à prática do “nazismo”. Além disso, Sergeitsev afirmou que uma parte significativa da população da Ucrânia – “provavelmente, sua maioria”, conforme o texto - havia se identificado, passiva ou ativamente, com as políticas de governo “nazistas” adotadas no país. Dessa maneira, Sergeitsev propôs uma “reeducação” de tal parcela da população da Ucrânia, com duração de pelo menos uma geração, por meio da censura política, cultural e educacional. Esse processo, segundo Sergeitsev, seria sustentado pelo estabelecimento do controle russo direto sobre a maior parte do território da Ucrânia - excluindo, por exemplo, a Galícia (que, ainda assim, deveria ser neutra, desmilitarizada, com proscrição do “nazismo” e sob possível ocupação russa) (Sergeitsev, 2022). Entre as medidas específicas propostas por Sergeitsev, estava a proibição de “todos os tipos e formas de renascimento da ideologia nazista” (Sergeitsev, 2022. Tradução nossa) – cabendo lembrar, novamente, que o conceito de “nazismo” de Sergeitsev era identificado à própria identidade estatal-nacional ucraniana como um todo. Para Sergeitsev, os ucranianos que não apoiaram o “regime nazista” deveriam ser a base de um novo regime político na Ucrânia, que se integraria com a Rússia (Sergeitsev, 2022). O governo ucraniano e observadores ocidentais consideraram o texto de Sergeitsev uma espécie de manifesto de intento genocida contra os ucranianos (Finkel, 2022; Snyder, 2022; Tyshchenko, 2022).

Em julho de 2023, um evento realizado pelo *Ukraina.ru*, sob o título “De qual tipo de Ucrânia precisamos?”, congregou deputados, senadores, intelectuais e jornalistas russos e aliados ucranianos da Rússia para debater a política da Rússia para a Ucrânia e as visões sobre como a Ucrânia deveria ser configurada em conformidade com os interesses de Moscou. Participantes afirmaram que a Ucrânia havia perdido o direito à existência como Estado independente a partir de 2014. Outra tese difundida no evento foi a da necessidade de uma mudança de regime em todo o território da Ucrânia, impedindo que qualquer parte do país ficasse sob controle de outros Estados e pudesse, dessa forma, ser instrumentalizada para atacar a Rússia. No que tange ao aspecto ideológico, uma outra tese defendida foi a de que a cultura ucraniana contemporânea deveria ser reconstruída, eliminando os elementos considerados nacionalistas cujas raízes remontariam ao século XVI (Kakaia Ukraina ..., 2023, p.27-29). Participante do evento, Dmytro Tabachnyk, ecoando as narrativas dos círculos nacionalistas imperiais russos do século XIX, afirmou ser necessário desmontar a ideia da identidade nacional particular ucraniana (*ukrainstvo*, em russo), tida pelo ex-ministro de Ianukovych como uma conspiração lançada pelo Império Austro-Húngaro para distanciar a Ucrânia da Rússia (Kakaia Ukraina ..., 2023, p.12)

Em novo evento similar realizado pelo *Ukraina.ru* em maio de 2014 – dessa vez, sob o título “De qual tipo de vitória precisamos? Como desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia” -, Tabachnyk defendeu que a Rússia deveria promover a “rerrussificação” e a “desucranianização” nas áreas da Ucrânia ocupadas pela Rússia (Kotov, 2024). Em entrevista ao portal, Tabachnyk afirmou que a “vitória ideológica” da Rússia deveria consistir no “desmonte do sistema político, ideológico e educacional que, por 30 anos, infelizmente, fez muito para colocar dois ramos do mesmo povo – russos e ucranianos – um contra o outro” (Titova, 2024. Tradução nossa). Similarmente, personalidades da elite política, intelectual e midiática russas participantes do evento de 2024 sugeriram que Moscou deveria promover a difusão de ideologias voltadas para a adesão da população das áreas ocupadas da Ucrânia à Rússia. Timofei Sergeitsev, por exemplo, ecoando as teses do texto de 2022, equacionou a própria ideia do *ukrainstvo* ao que chamou de “nazismo ucraniano”, e afirmou serem necessárias ações, inclusive na área da educação de novas gerações de ucranianos, para inibir a difusão de uma ideologia nacional ucraniana (Kotov, 2024). De certa maneira pregando cautela, Konstantin Zatulin, como visto na introdução desta tese, alertou que o cenário da invasão russa, com o frequente discurso de negação da identidade nacional e estatal Ucrânia que acompanhou tal ação, estava contribuindo para a consolidação da sociedade ucraniana em torno da ideia da nação e do Estado ucraniano independentes (Zatulin, 2023).

Há evidências de que, durante negociações para a resolução do conflito, o governo russo, além de questões relacionadas à área de segurança, demandou da Ucrânia diversas medidas relativas a questões internas do país. Os documentos obtidos pela equipe de jornalistas do *The New York Times*, por exemplo, mostram que a Rússia propôs o reconhecimento do russo como língua oficial na Ucrânia, bem como a revisão ou revogação, total ou parcial, de leis ucranianas (incluindo, na visão russa, a referida lei sobre os povos indígenas) que pudessem restringir o uso do russo em nível oficial, no sistema educacional e na mídia, em particular no caso de dispositivos legislativos adotados no período pós-Maidan (Dogovor ..., 2022, p.8, 13-14; Treaty ..., 2022, p.14-15, 23).

A questão da memória histórica também foi incluída nas propostas russas. O governo russo buscava, em essência, a reversão das leis de memória histórica com tendências nacionalistas ucranianas e críticas à União Soviética (Charap; Radchenko, 2024). O governo russo propôs a condenação e criminalização da propaganda e de organizações que apregoassem ideologias de superioridade étnica-racial, citando, nesse sentido, o nazismo, o neonazismo, o fascismo e o “nacionalismo agressivo” (Dogovor ..., 2022, p.8). Em uma

versão de um acordo de paz proposto em março de 2022, Moscou incluiu a OUN no âmbito de tais organizações, demandando a proibição da classificação dessa e de outras organizações como participantes do movimento de libertação nacional ucraniano. As medidas propostas pela Rússia nesse sentido, além de punições legais, incluíam a proibição de manifestações públicas, da construção de monumentos e da nomeação de topônimos que pudessem ser enquadrados nos termos das proibições propostas. O uso de símbolos associados à União Soviética, por sua vez, seria autorizado (Treaty ..., 2022, p.15).

Em termos específicos, a Rússia, de maneira similar à abordagem para a questão linguística, propôs modificações parciais ou a revogação total de leis na área de memória histórica (particularmente, as adotadas no período pós-Maidan) que tivessem visões críticas sobre a União Soviética e celebrassem atores e organizações que lutaram pela independência da Ucrânia (não se restringindo, vale mencionar, à OUN-UPA) (Dogovor ..., 2022, p.8, 15; Treaty ..., 2022, p.15, 25). Cabe lembrar, aqui das particularidades da concepção dos termos “fascismo”, “nazismo” e “neonazismo” na sociedade russa, abordadas no capítulo anterior deste trabalho.

Ainda no âmbito das questões identitárias, vale mencionar que a Rússia propôs a restauração de direitos da UPTs-MP e o cancelamento de restrições consideradas discriminatórias contra essa igreja na Ucrânia (TREATY ..., 2022, p.15). O governo ucraniano propôs em princípio, disposições sobre a proteção de minorias, seus direitos e identidade cultural e linguística, bem como sobre a proibição do nazismo, neonazismo e ideologias de superioridade racial. Entretanto, Kiev rejeitou a discussão das propostas sobre tais questões, bem como sobre memória histórica, identidade e religião, no âmbito de um acordo de segurança, afirmando que tais temas deveriam ser objeto de acordo específico separado (Dogovor ..., 2022, p.8; Treaty ..., 2022, p.11, 15-16).

Charap e Radchenko sustentam que tais propostas russas podem simplesmente ter consistido em um recuso utilizado por Putin para alegar que o objetivo da “desnazificação” fora atingido, apesar dos malogros militares russos na questão da mudança de regime na Ucrânia – que, segundo os autores, provavelmente era o real significado do termo “desnazificação” utilizado no discurso do governo russo (Charap; Radchenko, 2024). Entretanto, é necessário lembrar que a proposta de proscrição de grupos nacionalistas e a não adoção de políticas de memória de tendências nacionalistas ucranianas possuía, como visto neste trabalho, um longo histórico na política externa russa. Especificamente, também cabe lembrar que as demandas nesse sentido - bem como o ponto referente à UPTs-MP, no âmbito

da questão a liberdade religiosa - feitas pela Rússia em 2022 representavam a recuperação de um dos elementos da proposta de resolução da crise na Ucrânia feita pela diplomacia russa em março de 2014.

Por fim, um aspecto da abordagem russa relacionava-se à questão da composição da elite política ucraniana. A Rússia mencionou, nas negociações de paz de fevereiro-abril de 2022, a “lei de lustração” adotada na Ucrânia em setembro de 2014 no âmbito das leis que Moscou classificou como de “nazificação e glorificação do nazismo” (Dogovor ..., 2022, p.15; Treaty ..., 2022, p.25). Essa lei, entre outros fatores, proibia, por um período de 5 a 10 anos, o exercício de certos cargos públicos a indivíduos acusados de auxiliar Ianukovych e ameaçar a segurança da Ucrânia durante a presidência de Ianukovych. A proibição se estendia, também, a indivíduos que tivessem exercido certos cargos em órgãos partidários comunistas e de governo na era soviética. A lei não incluía cargos eleitos, como a presidência, em tal proibição. No entanto, como funções como as de primeiro-ministro, ministros de governo e diretores de órgãos de segurança e inteligência não eram eleitos, as proibições contemplavam esses cargos (Ucrânia, 2020b). Em suma, portanto, a lei limitava o acesso ao poder a certos segmentos da sociedade e da elite política ucranianas, potencialmente se concentrando em indivíduos de orientação pró-russa e contrária ao Maidan. Nas negociações de paz com o governo ucraniano em 2022, a Rússia mencionou especificamente uma disposição que eximia de sujeição à lei indivíduos que tivessem participado da guerra no Donbass contra os separatistas (Dogovor ..., 2022, p.15; Treaty ..., 2022, p.25).

Vale mencionar, aqui, que as leis relacionadas à língua, memória histórica, identidade e de lustração que a Rússia exigiu serem revisadas ou revogadas foram mencionadas por Putin em suas críticas à Ucrânia no artigo de 2021 e no discurso de reconhecimento das independências da DNR e da LNR (Putin, 2021a, 2022a). Isso sugere que tais questões específicas, de fato, faziam parte dos objetivos políticos da invasão russa de 2022 desde a concepção desta última. Como se verá em maior detalhe adiante neste capítulo, políticas associadas a tal intento foram aplicadas nos territórios do leste e do sul da Ucrânia ocupados pela Rússia a partir de 2022. Por fim, cabe chamar atenção para a ausência de propostas de federalização ou autonomia regional na Ucrânia por parte da Rússia, o que representou uma significativa diferença em relação aos planos apresentados pelo governo Putin a partir de 2014. A nosso ver, essa mudança pode ser explicada pelos seguintes motivos. Em primeiro lugar, uma mudança de regime em Kiev e a imposição dos termos de paz preferidos pela Rússia – ambas medidas potencialmente alicerçadas em pressões militares ou

na ocupação russa de pelo menos parte da Ucrânia – tornaria a Ucrânia um país efetivamente controlado pela Rússia ou submisso aos interesses desta última. Desse modo, diminuiria, do ponto de vista russo, a importância do canal de influência pró-russa sobre a política doméstica e externa da Ucrânia a partir de atores políticos de regiões da Ucrânia.

Além disso, no contexto da invasão em larga escala de 2022, a Rússia, de início, reconheceu as independências da DNR e da LNR e, posteriormente, declarou a anexação do Donbass e das províncias de Kherson e Zaporizhzhia – incluindo, em todas essas regiões, territórios que forças russas não chegaram a ocupar ou dos quais foram expulsas pela ação militar da Ucrânia. Do ponto de vista da Rússia, as políticas de apoio à secessão e, posteriormente, as anexações também tornariam obsoletas a proposta de empoderamento do leste e do sul por meio da federalização da Ucrânia, uma vez que grande parte dessa região – incluindo o Donbass, a região de mais fortes tendências pró-russas e principal reduto de articulações com Moscou fora da Crimeia – passaria, do ponto de vista russo, a estar fora da jurisdição da Ucrânia.

No que tange à sociedade e à elite política ucranianas, quais efeitos a invasão russa vem ocasionando, e quais as implicações de tais efeitos para os interesses da Rússia quanto à configuração do Estado, as relações Estado-sociedade e as relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas? Como visto ao longo deste capítulo, o conflito entre Ucrânia e Rússia a partir de 2014 impactou de diversas maneiras as percepções na elite e na sociedade ucranianas em questões pertinentes à identidade nacional ucraniana, às relações com a Rússia e à orientação externa da Ucrânia.

Como apontam as pesquisas de opinião pública citadas acima, o apoio popular à entrada da Ucrânia na UE se elevou em paralelo à redução do apoio à adesão às iniciativas de integração regional lideradas pela Rússia. O apoio à entrada da Ucrânia na OTAN também cresceu notavelmente, bem como as percepções negativas sobre a Rússia. A adesão à ideia da identidade nacional ucraniana e a narrativas nacionalistas ucranianas tornou-se mais saliente na sociedade do país. Como visto acima, esse processo também ocorreu no leste e no sul da Ucrânia, apesar de não ter eliminado por completo as diferenças regionais ucranianas quanto aos temas de identidade regional e orientação externa. Por fim, no âmbito da elite política, a orientação pró-ocidental foi fixada na constituição da Ucrânia com as emendas que determinaram o objetivo de entrada do país na UE e na OTAN. No campo identitário, foram adotadas diversas leis promovendo a língua ucraniana e narrativas históricas de viés nacionalista e crítico à União Soviética e à Rússia, o que demonstrava o intento do Estado de

incidir sobre a esfera ideológica da população ucraniana com relação a esses temas.

Com a invasão russa de 2022, que elevou o alcance do conflito russo-ucraniano para proporções não observadas desde 2014, esse processo se intensificou. Antes mesmo da invasão, segundo uma pesquisa do KMIS, 57,5% dos entrevistados na Ucrânia afirmaram-se dispostos a resistir, de alguma maneira (pela via armada ou com protestos, por exemplo), a uma invasão russa. Esses índices atingiram 48,4% no sul (províncias de Dnipropetrovsk, Kherson, Mykolaïv, Odesa e Zaporizhzhia) e 30,5% no leste (*oblasti* de Kharkiv, Donetsk e Luhansk, excluindo as áreas sob controle separatista) (V Ukraïni zrostaie ..., 2022). A seguir, diversas dimensões de posições de afastamento em relação à Rússia e a elementos de uma identidade pró-russa são abordados. Alguns dados de opinião pública serão mencionados, cabendo reiterar o alerta de que tais informações, em um contexto de guerra, podem padecer de um certo grau de desvio de representatividade em virtude de transformações demográficas e pressões comportamentais ocasionadas pela guerra (Ferraro, 2022a, p.32-33; Hrushetskyi, 2022a; Rickard *et al.*, 2023).

Uma dimensão particularmente chamativa da deterioração das percepções sobre a Rússia e elementos de uma identidade pró-russa na Ucrânia foi a chamada “desrussificação”, processo cujos defensores argumentam ser necessário para defender a cultura ucraniana e descolonizar a Ucrânia com relação ao passado imperial russo e soviético. A chamada “desrussificação” tem incluído medidas como a mudança de topônimos e a remoção de monumentos associados à Rússia e à União Soviética. A língua e a literatura russas vêm sendo substituídas no sistema escolar ucraniano (Ferraro, 2022a, p.31-32). Diversas pesquisas de opinião mostraram uma intensificação do uso do ucraniano pela população, incluindo no leste e no sul (Kulyk, 2022; Popova; Shevel, 2024, p.221). De acordo com uma pesquisa do KMIS de fevereiro de 2024, apenas 3% dos entrevistados na Ucrânia apoiavam a oficialização da língua russa em nível nacional e 24% em nível regional – caindo, respectivamente, de 19% e 52% em 2015. No sul e no leste, o apoio à oficialização do russo em nível nacional ou regional continuou a exceder a média nacional, mas também registrou forte queda em relação ao período pré-invasão russa de 2022 (Hrushetskyi, 2024a).

Na série histórica do grupo Rating, o apoio à entrada da Ucrânia na OTAN passou a exceder, frequentemente, a marca de 75%, e, no caso da UE, 80% (Zahal’nonatsional’ne ..., 2023). Em fevereiro de 2024, uma pesquisa do grupo Rating apontou que 77% (73% no sul e 62% no leste) dos entrevistados votariam a favor da entrada da Ucrânia na OTAN em caso de referendo nacional sobre o assunto (Vseukraïns’ke ..., 2024). No caso das relações com a

Rússia, tendo como base a série histórica do KMIS exposta no gráfico 2, o percentual de apoio a relações com a Rússia sem atributos especiais saltou para quase 80% em meados de 2023 (73% no sul e 75% no leste). Apoiadores da união estatal de Ucrânia e Rússia reduziram-se a cerca de 1% em todas as regiões (Hrushetskyi, 2023). Em maio de 2022, o índice de visões negativas sobre a Rússia atingiu 92% (90% no sul e 85% no leste) (Hrushetskyi, 2022a).

Uma pesquisa realizada pelo KMIS em meados de maio de 2024, excluindo as áreas da Ucrânia controladas pela Rússia, estimou que 34% dos ucranianos (33% no sul e 30% no leste) consideravam que Moscou buscava um genocídio e a eliminação física da maioria dos ucranianos. Além disso, 26% (23% no sul e 19% no leste) dos entrevistados considerava que a Rússia buscava, com a guerra, a destruição da identidade ucraniana e a assimilação forçada dos ucranianos rumo a uma identidade russa. A concordância com os termos formulados pelo governo russo (“desnazificação” e “desmilitarização”) sobre os objetivos de guerra russos na Ucrânia foi de apenas 5% (3% no sul e 11% no leste) (Hrushetskyi, 2024b). Pesquisas do grupo Rating e do Centro Razumkov mostraram maiorias, pluralidades ou significativas minorias dos entrevistados afirmando que a restauração de relações amigáveis com a Rússia e os russos seria impossível ou possível somente após o transcorrer de vários anos (Iak viina ..., 2023, p.28; Tsaruk, 2023). Em uma série histórica do Centro Razumkov, o percentual de apoiadores da restauração da União Soviética baixou dos arredores de 30%, no período pré-invasão russa de 2022, para 13,3%, em setembro-outubro de 2022 (o percentual de rejeição, por sua vez saltou de cerca de dois terços para 86,6%) (Otsinka hromadianamy ..., 2022). Na visão do Strana.ua, os segmentos tidos como pró-russos da população da Ucrânia largamente viram a invasão russa de 2022 como uma ação destrutiva desprovida de motivações críveis e que desmentiu afirmações prévias do governo russo de que a Rússia não preparava uma invasão à Ucrânia. Para a redação do Strana.ua, a maioria dos ucranianos tidos como pró-russos desejava uma Ucrânia como aquela de 2013, e não a anexação pela Rússia ou a vida em repúblicas separatistas pró-russas (Idet Vtoroi ..., 2022).

No âmbito da política, a guerra intensificou tendências de deslegitimação de posicionamentos considerados pró-russos. Essa tendência foi particularmente ilustrada pelo posicionamento do OPZZh. O partido manifestou sua lealdade à Ucrânia, conclamou seus membros a participarem da defesa do país e condenou a invasão e ocupação russas (My Budem ..., 2022; Politicheskii Sovet ..., 2022; Op-zZh Osuzhdaet ..., 2022). Medvedchuk foi afastado de seu cargo de direção no partido, que foi assumido por Boiko (Politicheskii Sovet

..., 2022). Esse acontecimento, em conjunto com a fuga de Rabinovych da Ucrânia (posteriormente, Rabinovych teve seu mandato de deputado cassado e cidadania ucraniana revogada), simbolizou a consolidação de Boiko como líder do partido e a marginalização da ala do OPZZh mais conectada à Rússia. A referida pesquisa do Centro Razumkov de setembro-outubro de 2022 mostrou que o apoio a grupos políticos favoráveis à restauração de relações com a Rússia e à integração eurásiana baixou de 11,8%, no período pré-invasão russa de 2022, para 2,1%. No mesmo período, o percentual de apoiadores de partidos favoráveis à integração euroatlântica saltou de 33,7% para 52,2% (Otsinka Hromadianamy ..., 2022).

A tendência de afastamento e deslegitimação de posições tidas como pró-russas teve, também, desdobramentos para a competição política na Ucrânia. Em março de 2022, o governo ucraniano, invocando o argumento da proteção da segurança nacional, bem como casos de adesão à Rússia nos territórios ocupados da Ucrânia, decretou a suspensão do OPZZh e de outros partidos durante o estado de guerra, incluindo o Partido de Sharii, o SPU, o Opoblok e o Nashi (Ucrânia, 2022d). Ao longo de 2022, decisões judiciais determinaram a proibição de partidos incluídos no decreto inicial, incluindo o OPZZh. É crucial mencionar que as cortes ucranianas buscaram justificar a decisão de proibição do OPZZh mencionado não só fatos relacionados imediatamente ao contexto da invasão russa de 2022 - como os casos de membros dos partidos proibidos que se aliaram à ocupação russa -, como, também, a difusão, por membros do OPZZh, de posicionamentos considerados pró-russos em si mesmos desde o período que precedeu a invasão russa de 2022. A decisão judicial referente ao OPZZh definia o partido como uma organização de “posição pró-russa” e argumentava que sua atuação ameaçava os interesses do Estado ucraniano e a ordem constitucional no país (Ucrânia, 2022e). Argumentos similares estiveram presentes nas decisões referentes a outros partidos proibidos, como o Opoblok e o Nashi (Ucrânia, 2022f; 2022g). Com a suspensão e proibição do OPZZh, um grupo de deputados das duas principais alas do partido, sob liderança de Boiko, formou o grupo parlamentar Plataforma pela Vida e a Paz (*Platforma za zhyttia ta myr*, PZZhM). Uma outra parte da antiga bancada parlamentar do OPZZh formou o grupo Restauração da Ucrânia (*Vidnovlennia Ukraïny*, VU).

Um outro reflexo da postura mais vigilante e repressiva das autoridades ucranianas quanto a posicionamentos tidos como pró-russos é ilustrado pelo fato de, até o início de 2024, conforme o SBU, 8.100 processos criminais terem sido lançados contra indivíduos acusados de cooperação ilegal com a Rússia (Walker, 2024). A definição do termo “colaboracionismo” no código penal ucraniano, com modificações legais introduzidas em março de 2022,

contemplava, principalmente, casos relacionados à cooperação com a Rússia nas áreas sob ocupação russa (tema que será abordado em maior detalhe adiante neste capítulo). A legislação tem sido criticada por diversos analistas, juristas e ativistas e organizações atuantes na área de direitos humanos, que apontam que o conceito jurídico-penal utilizado na Ucrânia é muito amplo, vago e passível de exploração arbitrária contra acusados – que, não raro, podem ter cooperado com a Rússia sob coação e ameaças. As penas em tal artigo do código penal ucraniano incluem, além da prisão por longo período, o confisco de propriedades e a proibição do exercício de cargos públicos por até 15 anos (ACNUDH, 2024a, p.3, 37-39; Lewis, 2024; Marcetic, 2023; Zhurzhenko, 2023).

O ACNUDH, documentou a ocorrência de casos, embora não em escala ampla, em que os processos relacionados a essa questão na Ucrânia registraram violações de direitos humanos, como detenções arbitrárias, tortura e violações dos princípios de julgamentos justos (ACNUDH, 2024a, p.3, 39-41). De modo geral, em meio ao fortalecimento do nacionalismo e de visões negativas sobre a Rússia na Ucrânia no contexto da invasão russa de 2022, observou-se uma intensificação de práticas autoritárias contra indivíduos e organizações acusados ou suspeitos de terem posições políticas consideradas pró-russas (Marcetic, 2023).

Em meio a esse cenário, atores do campo pró-russo passaram por um processo de reposicionamento ideológico, demonstrando maior adesão a posicionamentos políticos que sinalizavam um afastamento em relação à Rússia. Iury Boiko declarou que o PZZhM lutaria pela preservação da independência e a integridade territorial da Ucrânia (Iu. Boiko ..., 2022) e chegou a declarar que a defesa da restauração de relações com a Rússia à maneira do período pré-invasão de 2022 seria impossível (Interv'iu ..., 2022). Ilustrando tal reposicionamento ideológico, membros tanto do PZZhM, quanto do VU apoiaram a entrada da Ucrânia na UE e até mesmo a proibição da importação de livros da Rússia (Salizhenko, 2022b; Sereda, 2022). Vale ressaltar que destacados políticos historicamente atuantes no campo político considerado pró-russo na Ucrânia também aderiram a essa tendência de reposicionamento ideológico (Skorkin, 2022b).

Ao mesmo tempo, deve-se mencionar que elementos vinculados à chamada “desrussificação” também têm sido criticados por cidadãos e membros da elite política da Ucrânia (Bodrova, 2024; Zashli ..., 2023). Forças políticas como o PZZhM e cidadãos ucranianos comuns têm argumentado que elementos como o uso da língua russa (Zashli ..., 2023) e a atuação da UPTs-MP (Zaborona Tserkov ..., 2022) são compatíveis com a unidade nacional, o patriotismo ucraniano e a lealdade ao Estado ucraniano.

A guerra também teve importantes implicações para a questão religiosa. A UPTs-MP, buscando distanciar-se da RPTs – cuja liderança tem apoiado a invasão russa – e enfatizar sua lealdade à Ucrânia, declarou sua independência completa em maio de 2022. No entanto, tal medida não extinguiu controvérsias sobre o status de fato da UPTs-MP em relação à RPTs (Fert, 2022). Nesse contexto, as relações entre o Estado ucraniano e a UPTs-MP, bem como a opinião pública sobre essa instituição, se deterioraram, em meio a suspeitas ou casos evidenciados de membros da igreja que difundiam posicionamentos da Rússia ou mesmo apoiaram a invasão e aderiram à ocupação russa em territórios ucranianos (POPOVA; SHEVEL, 2024, p.221-222). Membros e instalações da UPTs-MP tornaram-se alvo de investigações e sanções do governo ucraniano (Rafal'skii; Studennikova, 2022). O governo ucraniano anunciou iniciativas voltadas para a proibição de instituições religiosas afiliadas a organizações russas, o que poderia, em tese, levar à proibição da UPTs-MP (Popova; Shevel, 2024, p.221-222).

A exaustão da guerra pode arrefecer a disposição para a resistência contra a Rússia na Ucrânia. Pesquisas temporalmente mais distanciadas da fase inicial da invasão russa de 2022 continuaram a mostrar um alto grau de vontade de resistência, bem como uma rejeição majoritária às demandas de Vladimir Putin - que incluíam concessões territoriais e a neutralidade da Ucrânia - pelo fim da guerra (Gonik; Ciaramella, 2024; Vedernikova, 2024). No entanto, visões menos otimistas sobre o encerramento da guerra e os tipos de compromisso tolerados pelos ucranianos em nome desse fim tornaram-se mais comuns. Por exemplo, uma série do Centro Razumkov indicou que o percentual de certeza absoluta na vitória da Ucrânia baixou de 76,9%, em agosto de 2022, para 59,5%, em março de 2024. As concepções sobre a vitória da Ucrânia também passaram por significativas modificações: a definição da vitória como a restauração completa da integridade territorial da Ucrânia – posição oficial por muito tempo enfatizada pelo governo ucraniano – reduziu-se, no mesmo período, de 54,7% para 45,5% (apesar de ter registrado crescimento, a variante de fim da guerra por um cessar-fogo com manutenção do controle russo sobre todos os territórios ucranianos ocupados, incluindo aqueles não controlados pela Ucrânia no período pré-invasão de 2022, permaneceu abaixo dos dois dígitos) (Otsinka situatsiï ..., 2022). Uma série do KMIS mostrou uma redução de mais de 20% percentuais (de 80% para 58%), entre maio de 2022 e maio de 2024, da quantidade de apoiadores da continuidade da resistência militar sem concessões em negociações (Onuch *et al.*, 2024, p.17). Uma pesquisa do Centro Razumkov do final de junho de 2014 indicou que uma pluralidade dos entrevistados na Ucrânia apoiava a

realização de negociações com a Rússia pelo fim da guerra (Vedernikova, 2024).

Pesquisas do KMIS também mostraram um crescimento da disposição para concessões territoriais em nome da preservação da independência da Ucrânia e do fim da guerra: de 10%, em maio de 2022, para 32% em maio de 2024. Oponentes de tal medida, por sua vez, caíram de 82% para 55%. No leste e no sul da Ucrânia, regiões mais intensamente afetadas pela guerra, os índices de disposição para concessões territoriais nos termos definidos acima excederam a média nacional: 33% no leste e 36% no sul em maio de 2024. Por outro lado, conforme os dados do KMIS, cabe mencionar que a disposição para concessões territoriais em nome do fim da guerra e da preservação da independência da Ucrânia coexistia com uma esmagadora maioria de apoio a um padrão de relações mais restritas com a Rússia nos termos descritos no gráfico 2 (Hrushetskyi, 2024c). Em 2024, uma nova lei de mobilização militar, que elevou o alcance do recrutamento militar na Ucrânia, gerou fortes controvérsias no país. A lei, conforme pesquisa do KMIS, teve apoio de 34% e rejeição de 52% dos entrevistados na Ucrânia (Onuch *et al.*, 2024, p.23).

A argumentação levantada pelas cortes ucranianas para a proibição do OPZZh e outros partidos de orientação política similar, bem como o ambiente político geral de animosidade frente a Rússia no contexto da guerra, apontam para a possibilidade de consolidação de obstáculos políticos e mesmo legais à presença de grupos e ideologias considerados pró-russos na política ucraniana – no mínimo, enquanto perdurar algum tipo de estado de conflito entre Ucrânia e Rússia. Uma conclusão idêntica pode ser feita com relação à configuração do Estado e das relações Estado-sociedade na Ucrânia. Ainda que, como mencionado acima, a exaustão da guerra possa levar a um arrefecimento da vontade de resistência contra a Rússia, é sabido – como ilustra a própria experiência da Ucrânia em 2014-2022 - que as guerras frequentemente possuem efeitos de longo prazo em termos de conformação de identidades nacionais e estatais (Ferraro, 2022a). Dessa maneira, a Rússia pode ver fortemente reduzido o potencial de articulações com atores da elite política e da sociedade ucranianas, bem como de transformação do Estado ucraniano em conformidade com os interesses russos. Tal cenário poderia significar, por sua vez, uma reprodução, de maneira até mesmo mais intensa, do problema enfrentado por Moscou para a consecução de sua influência na Ucrânia no período 2014-2022.

### 8.5.3 A ocupação russa no leste e no sul da Ucrânia

Ao longo da invasão russa iniciada em 2022, forças russas capturaram territórios em diversas províncias ucranianas. Em alguns casos, como nos territórios invadidos das províncias de Kiev, Chernihiv e Sumy, a ocupação russa foi de curta duração e Moscou não buscou desenvolver um novo aparato estatal (Zhurzhenko, 2023). Por outro lado, nas províncias de Donetsk, Luhansk, Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia, onde a ocupação russa foi mais duradoura, a Rússia promoveu o estabelecimento de governos de ocupação. De modo geral, a maioria esmagadora dos políticos, da mídia e do clero pertencentes ao campo político “oriental” da Ucrânia condenou a invasão (Ishchenko, 2023, p.131). No entanto, houve atores locais no leste e no sul da Ucrânia que aderiram aos governos de ocupação russos.

Nas áreas ocupadas das *oblasti* de Donetsk e Luhansk, inicialmente, foram estabelecidas administrações da DNR e da LNR, uma vez que a Rússia somente declarou a anexação das áreas ocupadas do Donbass em setembro-outubro de 2022. Em muitos casos, os participantes dos governos de ocupação no Donbass sob a DNR e a LNR já exerciam ou haviam exercido cargos políticos em nível municipal e distrital e eram egressos de partidos de tendências pró-russas, como o PR, o KPU e o OPZZh (Pivdorozhnii, 2022; Reznikova, 2022; Shvets, 2022). Nas regiões de Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia, um fenômeno similar ocorreu: entre os políticos que ingressaram nos aparatos de ocupação russos nessas regiões, havia, a exemplo do caso do Donbass, indivíduos com carreira política progressa, incluindo em partidos e organizações de tendências pró-russas, como o PR, o KPU, Opoplok, o OPZZh e o UV (Nikitenko; Antipenko, 2022; Reznikova, 2022). De maneira similar ao caso dos atores da elite política da Crimeia que se articularam com a Rússia para promover a anexação da região por Moscou em 2014, a ocupação russa no leste e no sul da Ucrânia a partir de 2022 significou, para alguns indivíduos de orientação pró-russa e ex-agentes do Estado que tiveram conflitos com autoridades ucranianas, uma nova oportunidade para o acesso ao poder estatal (Zhurzhenko, 2023).

Dada a natureza juridicamente distinta, do ponto de vista da Rússia, entre, de um lado, as áreas ocupadas das *oblasti* de Kharkiv, Kherson, Mykolaïv e Zaporizhzhia, e, do outro, aquelas do Donbass - uma vez que os territórios controlados pela DNR e a LNR haviam sido reconhecidos por Moscou como Estados independentes -, a fachada institucional da ocupação russa assumiu formas distintas nas províncias de Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia. Nelas, a Rússia estabeleceu as chamadas “Administrações Militares-Civis” (*Voенно-grazhdanskiе administratsii*, VGA), enquanto órgãos de governo locais. A mídia estatal russa descrevia abertamente as VGAs como parte das “administrações sob controle russo” (V Zaporozhskoi

..., 2022).. No léxico oficial russo, as VGAs eram chamadas, também, simplesmente, de “administrações” das regiões.

Na *oblast'* de Kherson, ativistas e políticos pró-russos (incluindo suspeitos e acusados de cooperação pregressa com o FSB) – predominantemente, não pertencentes ao primeiro escalão da política local - estabeleceram, em março de 2022, no parlamento municipal de Kherson ocupado por tropas russas, o chamado Comitê de Salvação pela Paz e a Ordem, que aspirava à condição de órgão de governo sob a ocupação russa. O grupo era liderado pelo ex-prefeito (2002-2012) e então vereador da capital Volodymyr Saldo (Vladimir Saldo, em russo), deputado na VR pelo PR entre 2012 e 2014. Saldo já fora acusado de cooperação com o FSB no período pré-invasão russa de 2022 (Reznikova, 2022; Skorkin, 2022a). Esse grupo, que declarava o objetivo de estabelecer boas relações com a Rússia, foi descrito pela mídia estatal russa como as “novas autoridades” (*novye vlasti*) da região de Kherson (Novye vlasti ..., 2022). Membros desse grupo ingressaram na VGA russa da província, que incluía a pequena porção da *oblast'* de Mykolaïv ocupada por forças russas, com Saldo assumindo o cargo de chefe dessa instituição.

Nas *oblasti* de Kharkiv e Zaporizhzhia, um processo similar ocorreu. Políticos e cidadãos locais declararam-se prefeitos em diversas cidades, sendo nomeados como tais pelo governo de ocupação russo nessas regiões (Pavlenko, 2022; Reznikova, 2022). Em nível provincial, o chefe (*glava*) da VGA de Zaporizhzhia tornou-se o político e empresário Ievhen Balytsky (Evgeny Balitsky, em russo), até então deputado do parlamento da *oblast'* pelo Oporoblok e ex-deputado na VR pelo Oporoblok e o PR. Vale mencionar que Balytsky havia sido inserido nas referidas sanções russas de 2018. Um aspecto importante da VGA da província de Zaporizhzhia foi a participação de Vladimir Rogov (Volodymyr Rohov, em ucraniano), um ativista pró-russo que havia liderado ações Antimaidan em 2014. Após o Maidan, Rogov, estabeleceu-se na Rússia, obtendo, inclusive, cidadania russa (Reznikova, 2022). Na *oblast'* de Kharkiv, o cargo de *glava* da VGA foi assumido por Vitaly Ganchev (Vitalii Hanchev, em ucraniano), um ex-policia da região que havia se estabelecido, em 2014, no território controlado pela LNR, onde atuava nas estruturas de segurança do aparato estatal separatista (Pavlenko, 2022; Reznikova, 2022). A participação de indivíduos como Rogov e Ganchev (e indivíduos de trajetória política similar atuantes no aparato administrativo de ocupação na província de Kherson, a exemplo de Ekaterina Gubareva, esposa de Pavel Gubarev) sugere que a Rússia se aproveitou de redes de contato estabelecidas nos anos precedentes com atores do movimento separatista para auxiliar no estabelecimento do controle russo nas regiões

ocupadas a partir da invasão de 2022.

Um aspecto similar à atuação de participantes das estruturas separatistas do Donbass foi a participação de membros da elite do PR e do governo Ianukovych exilados na Rússia. Alguns desses indivíduos também assumiram cargos nos governos de ocupação russos na Ucrânia. Por exemplo, Oleksandr Iakymenko (Aleksandr Iakimenko, em russo), diretor do SBU sob Ianukovych (2013-2014), foi nomeado dirigente do serviço de segurança russo nas áreas ocupadas da *oblast'* de Kherson (RYBA, 2022). Um outro caso importante a se mencionar nesse sentido é o de Dmytro Tabachnyk, que trabalhou no governo de ocupação russo na *oblast'* de Zaporizhzhia e tornou-se assessor de Balytsky (Romanenko, 2023b). Tabachnyk foi acusado pelas autoridades ucranianas de ter participado na organização dos referendos de anexação de setembro de 2022 (Shumilin, 2023). A participação de Tabachnyk e de outros políticos ligados à elite de Ianukovych nos governos de ocupação russos sugere a possibilidade de aproveitamento de redes de contatos de elite previamente estabelecidas com Moscou, seja na época do governo Ianukovych ou no período em que tais indivíduos se encontravam na Rússia em exílio político.

Uma outra dimensão relevante do exercício do controle político russo nas áreas ocupadas da Ucrânia foi a nomeação de diversos oficiais russos para postos de governo em tais áreas. Um levantamento jornalístico investigativo do portal opositor russo Proekt, com dados de até setembro de 2022, divulgou uma lista não exaustiva de 112 indivíduos nomeados pela Rússia para diferentes cargos político-administrativos, militares e de segurança nas áreas ocupadas do Donbass (incluindo, nesse caso, do período pré-invasão de 2022) e das províncias de Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia. O levantamento mostrou que 59 desses indivíduos eram ucranianos (incluindo indivíduos previamente envolvidos com as estruturas separatistas do Donbass que assumiram cargos fora dessa região) e 53 cidadãos russos. Como visto acima, a prática de nomeações de políticos russos para cargos administrativos já vinha sendo feita nas áreas controladas pela DNR e a LNR desde o período pré-invasão de 2022 (Reznikova, 2022).

No entanto, esse processo se intensificou com a invasão russa de 2022: para os cargos específicos de gabinetes ministeriais<sup>48</sup>, apenas 3 de 36 indivíduos nomeados eram locais. Embora, nos casos dos territórios controlados pela DNR e a LNR, atores locais tenham

---

48 Por gabinetes ministeriais, entendemos os *pravitel'stva* (*pravitel'stvo*, no singular) das regiões ocupadas. A palavra *pravitel'stvo*, em russo, significa governo. No entanto, para fins de diferenciação em relação às VGA, bem como aos governos das regiões ocupadas - entendidos como sistemas mais amplos compostos por diversas instituições -, optamos pelo uso da expressão "gabinete ministerial" como equivalente dos *pravitel'stva* russos nas áreas ocupadas da Ucrânia.

permanecido a maioria nos gabinetes ministeriais, os gabinetes ministeriais nas áreas ocupadas das províncias de Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia eram praticamente por inteiro compostos por cidadãos da Rússia. Os políticos russos frequentemente ocupavam cargos de liderança importantes nos aparatos estatais das áreas ocupadas, marginalizando o papel de atores locais. Cidadãos russos foram nomeados, por exemplo, para os cargos de primeiro-ministro dos governos de ocupação nas regiões de Donetsk, Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia (Reznikova, 2022). Em meados de 2023, dos 24 ministros do *pravitel'stvo* da DNR, nove eram cidadãos da Rússia, que ocupavam primariamente cargos de políticas econômicas e sociais. Já no *pravitel'stvo* da LNR, havia seis cidadãos da Rússia entre os 24 ministros (Skorkin, 2023). Por fim, cabe mencionar que, na situação de ocupação militar, prevalecia, em última instância, o poder de militares russos, em particular no caso das áreas ocupadas das províncias de Kherson e Zaporizhzhia (Reznikova, 2022; Skorkin, 2024). Esses fatores sugerem o intento de subordinação de quadros locais às diretrizes de Moscou na gestão dos territórios ocupados.

Anexações territoriais podem não ter sido um objetivo do governo Putin desde o início da invasão de 2022. Inicialmente, o governo russo pode ter concebido o controle de partes do território ucraniano, por exemplo, como uma peça de barganha para negociações diplomáticas (Kudelia, 2022b; Tsygankov, 2022b, p.117-119). Ainda assim, a Rússia, em meio à ocupação, deu início a processos de integração das regiões ocupadas ao aparato estatal e ao sistema econômico russos (ACNUDH, 2024a, p.19-20; Otniat' ..., 2022; Zhurzhenko, 2023). Por exemplo, leis russas passaram a ser aplicadas e o rublo russo foi instituído como moeda em circulação, ao lado da hryvnia ucraniana, com pretensão de substituição completa desta última pela moeda russa. Instituições de segurança, educação e saúde pública integradas às redes e padrões da Rússia também foram estabelecidas. A implementação do sistema estatal russo ocorreu mediante frequentes práticas de intimidação e coação contra funcionários públicos ucranianos (ACNUDH, 2024a).

Vale mencionar, ainda, o controle russo sobre a esfera midiática. A Rússia estabeleceu controle sobre o acesso à internet, redes sociais e meios de comunicação em geral, restringindo o acesso a fontes ucranianas e difundindo meios russos (ACNUDH, 2024a, p.14-15; Satariano; Reinhard, 2022; Lewis, 2024). Ademais, lançou-se uma política de concessão de cidadania russa para os habitantes das áreas ocupadas, oficializada por decretos de Putin publicados em maio e julho de 2022. No início de 2024, segundo dados anunciados pela Rússia, cerca de 90% da população remanescente nos territórios ocupados havia adquirido

passaportes russos – uma medida essencial para a vida cotidiana nessas regiões, uma vez que a Rússia requer o uso de tais passaportes para serviços como o acesso ao sistema financeiro, a gestão de empresas e o recebimento de benefícios sociais (Lewis, 2024). Habitantes das regiões ocupadas que não portavam passaportes russos sofriam restrições de liberdade de movimento mais fortes e foram crescentemente privados do acesso a empregos públicos e às redes de saúde e benefícios sociais operantes nessas áreas sob controle russo (vale mencionar, nesse sentido, que os sistemas bancário e postal ucranianos deixaram de funcionar nas áreas ocupadas, tornando os sistemas russos os únicos operantes em tais regiões) (ACNUDH, 2024a, p.2-3, 25-27).

É preciso ressaltar que ocupação russa e o associado processo de integração ao Estado russo encontraram considerável resistência local. Nos meses iniciais da invasão russa, a maioria das lideranças locais em áreas ocupadas de províncias do leste e do sul manifestaram lealdade à Ucrânia rejeitaram a autoridade russa (Kudelia, 2022a, 2022b). Em março de 2022, por exemplo, o parlamento da *oblast'* de Kherson, com votos de quase 70% dos deputados, condenou a ocupação russa e a possibilidade de formação de um Estado secessionista pró-russo na região (Khersons'ka ..., 2022). Na cidade de Kherson, a bancada municipal do OPZZh se autodissolveu, declarando lealdade à Ucrânia e condenando a invasão russa (V Khersonskom ..., 2022). O parlamento de Melitopol, com votos de 62% dos vereadores, denunciou as ações da vereadora Halyna Danylchenko (Galina Danilchenko, em russo), do Opoblok, que declarou-se prefeita da cidade e aliou-se à Rússia (Zvernennia ..., 2022). Tais dados indicam, portanto, que a Rússia não teve apoio majoritário nas elites políticas das regiões ocupadas, em particular no que tange ao primeiro escalão político destas últimas.

Nesse sentido, conforme o levantamento publicado pelo Proekt, dos 49 prefeitos e líderes distritais nomeados pela Rússia, somente cinco – todos eles egressos do PR e do OPZZh - já ocupavam tais cargos à época da invasão russa (Reznikova, 2022). Em diversas cidades, a Rússia pressionou prefeitos para aderirem à ocupação, inclusive por meio do aprisionamento. Promessas de salários mais altos e proteção também foram utilizadas na tentativa de cooptar políticos locais para o lado russo. Quando não obteve sucesso em tais esforços, a Rússia nomeou prefeitos leais a Moscou (ACNUDH, 2024a, p.20; Reznikova, 2022). Nesse cenário, oficiais nomeados pela Rússia para cargos político-administrativos do aparato de ocupação frequentemente eram indivíduos sem histórico de inserção nos círculos mais altos das elites políticas regionais, havendo, inclusive, casos de indivíduos sem qualquer

carreira política pregressa ou sem qualquer tipo de inserção em círculos de elite local (Reznikova, 2022).

Com a invasão russa de 2022, em diversas cidades ocupadas pela Rússia e por forças separatistas no Donbass, houve grandes protestos de rua, bem como outros tipos de resistência contra a ocupação russa (Kudelia, 2022a, 2022b; Reznikova, 2022; Zhurzhenko, 2023). Além disso, estima-se que mais da metade da população das áreas ocupadas deixou tais regiões após o início da invasão russa de 2022 (Lewis, 2024). Presumivelmente, tais segmentos populacionais eram compostos, majoritariamente, por opositores da ocupação russa. Por fim, cabe mencionar as ações de propaganda, sabotagem e os ataques violentos atribuídos à resistência ucraniana ou reivindicados por esta última contra membros das administrações de ocupação. Segundo o levantamento do Proekt, até setembro de 2022, houve 29 atentados contra membros das administrações de ocupação russas (25 nas áreas ocupadas das províncias de Kherson e Zaporizhzhia), com 14 vítimas fatais (Reznikova, 2022).

Diante desse cenário, o aparato de ocupação russo, por diversos meios, atuou para reprimir as manifestações de resistência ucraniana e, dessa maneira, consolidar e estabilizar o controle russo nas regiões ocupadas. Por exemplo, forças de ocupação russas atuaram para reprimir os referidos protestos de rua contrários à ocupação russa (ACNUDH, 2024a, p.13-14; Reznikova, 2022). Relatórios do ACNUDH e da ONG Human Rights Watch informaram sobre o amplo recurso a ações repressivas executadas por militares e agentes do aparato de ocupação russo, em particular contra opositores ou suspeitos de oposição à ocupação russa. Tais práticas incluíam, por exemplo, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados e tortura. Como visto acima, esse processo também atingiu membros das elites políticas, como ilustrado pelos casos de aprisionamento de prefeitos (ACNUDH, 2022, 2024a; Reznikova, 2022; Ukraine: Torture ..., 2022). A repressão realizada pelo aparato de ocupação russo atingiu particularmente ativistas da sociedade civil, líderes de protestos contra a ocupação, funcionários do Estado e veteranos de guerra ucranianos, o que sugere o intento de fragilizar a comunidade política ucraniana, impor uma identidade russa e inviabilizar um movimento de resistência local contra a ocupação (ACNUDH, 2024a, p.3, 11, 13-14; Popova; Shevel, 2024, p.230-231; Zhurzhenko, 2023).

Uma outra forma de incidir sobre as sociedades locais de modo a fortalecer o controle político russo foi o canal demográfico. Em abril de 2023, Putin publicou um decreto que, na prática, trataria como estrangeiros os habitantes das regiões ocupadas que não tivessem adquirido cidadania russa. O decreto também autorizou a expulsão (ou outras

medidas restritivas) a tais membros desse segmento populacional que fossem considerados ameaças à ordem pública e à segurança da Rússia (Rússia, 2023b). O enquadramento como ameaça inclui atos como a participação em protestos não autorizados e o apoio a “ações extremistas”, interpretação que tem sido instrumentalizada por autoridades russas contra críticos do governo Putin (Putin Razreshil ..., 2024). Tal categoria inclui, presumivelmente, indivíduos leais ao Estado ucraniano e contrários à ocupação russa. Segundo Evgeny Balitsky, uma grande quantidade de famílias consideradas oponentes da Rússia foi expulsa pelo governo de ocupação na região de Zaporizhzhia (Balitskii: vyselenie ..., 2024).

Em paralelo, em cidades ocupadas do Donbass, houve um considerável influxo de cidadãos da Rússia e de países da Ásia Central, frequentemente atraídos pelas oportunidades de trabalho na reconstrução das cidades afetadas pela guerra (Bol'shaia stroika ..., 2024). Na parte ocupada da *oblast'* de Zaporizhzhia, houve ações e planos para a imigração de milhares de cidadãos da Rússia (Rosiiany zminiuiut' ..., 2024). Propriedades de cidadãos ucranianos, incluindo residências consideradas como abandonadas no contexto da invasão russa de 2022, foram expropriadas em larga escala (Lewis, 2024; Talanova; Vol'zhskii, 2024). Em termos políticos, tais ações e transformações na composição demográfica, de maneira similar ao ocorrido na Crimeia e nas áreas sob controle separatista no Donbass a partir de 2014, podem contribuir para um maior nível de lealdade política a Moscou nas sociedades das regiões ucranianas ocupadas.

Um último, mas não menos importante aspecto a se considerar na análise do regime de ocupação russo no leste e no sul da Ucrânia é a dimensão ideológica. Como visto acima, a dimensão ideológica da anexação da Crimeia e do movimento secessionista no Donbass, a partir de 2014, concentrava-se nas narrativas de pertencimento ao Mundo Russo e na contraposição ao nacionalismo ucraniano. No contexto da invasão russa em larga escala, esses fatores se intensificaram e passaram a ser aplicados, também, nos territórios ocupados por forças russas a partir de fevereiro de 2022.

A manipulação dos referidos temas de identidade, memória e língua, portanto, foi um aspecto central das reivindicações de legitimidade feitas pela Rússia e seus aliados nos territórios ocupados da Ucrânia. Já nos primeiros meses de ocupação, por exemplo, membros das VGAs de Kharkiv, Kherson e Zaporizhzhia declararam que o russo seria a língua oficial ao lado do ucraniano (Dokumentatsiiu ..., 2022; Russkii iazyk ..., 2022). Ilustrando a ideologização da questão linguística para os fins de legitimação política da ocupação, Vladimir Rogov declarou que o uso oficial do russo desfaria o que político chamou de “o

desconforto, a proibição, e a opressão que têm ocorrido por todos os 30 anos e de maneira especialmente forte nos últimos oito anos na Ucrânia” (Russkii iazyk ..., 2022. Tradução nossa). Na prática, a língua russa passou a ser usada de maneira praticamente exclusiva em comunicações e documentos oficiais das administrações de ocupação, bem como em aparições públicas de seus membros.

Nas áreas ocupadas, a Rússia promoveu a eliminação de certos elementos associados à identidade ucraniana particular, como a sinalização urbana em língua ucraniana e símbolos e monumentos culturais e estatais ucranianos (ACNUDH, 2024a, p.3, 30-31; LEWIS, 2024; Popova; Shevel, 2024, p.220-222). Brasões inspirados nos da época tsarista foram adotados por instituições dos governos de ocupação russos (Na osvobozhdennykh ..., 2022; Voennograzhdanskaia ..., 2022). Observou-se, também, uma forte promoção do paradigma de memória e identidade pró-russo e pró-soviético em detrimento do modelo de viés nacionalista ucraniano que ascendeu na era pós-Maidan. Esse processo foi ilustrado por ações como a instalação ou restauração de monumentos relacionados à União Soviética (Balachuk, 2022; V Melitopole otkryli ..., 2022), mudanças de topônimos (instituinto referências à Rússia e à União Soviética em detrimento de referências nacionais ucranianas, em particular no caso de nacionalistas ucranianos) (Lewis, 2024; Pushilin zaiavil, chto ..., 2023; V Melitopole pereimenovali ..., 2022) e a realização de eventos comemorativos da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial alinhados às práticas vigentes na Rússia nos últimos anos (Aktsiia «Bessmertnyi polk» ..., 2022).

A dimensão econômica também tem sido levantada pela Rússia e seus aliados. a Rússia tem sido descrita como um “Estado social” (*sotsial’noe gosudarstvo*), capaz de garantir adequadamente benefícios sociais para seus cidadãos (Dokumenty ..., 2022). Tal aspecto econômico da ideologia de legitimação russa é ilustrado por benefícios sociais e salários no funcionalismo público que frequentemente excedem os valores pagos pela Ucrânia. Além disso, a Rússia tem feito pesados investimentos na reconstrução das áreas ocupadas. Em dezembro de 2023, por exemplo, Putin anunciou que, nas quatro províncias onde a Rússia declarou anexações, o governo russo faria investimentos de reconstrução da ordem de 11 bilhões de dólares (cerca de 1 trilhão de rublos) nos quatro anos subsequentes (Lewis, 2024).

A fórmula ideológica da ocupação russa é bem ilustrada no documento intitulado “Declaração ‘Kherson Russa’”, aprovado como espécie de ideologia de Estado em um evento público realizado em julho de 2022 com a participação de membros da VGA russa na região.

O documento expõe a narrativa do povo triunfado surgido da Rus' Kievana e classifica a *oblast'* de Kherson como uma parte histórica da Rus' Kievana, além de acentuar o papel da Rússia tsarista e da União Soviética no desenvolvimento da região. A língua russa foi descrita como uma “base da unidade da região de Kherson”. Ademais, o manifesto afirma que a “era de ouro” soviética foi substituída por uma era de degradação econômica, agressivo nacionalismo ucraniano e opressão aos russos e à língua russa na Ucrânia independente, em particular no período pós-Maidan (Deklaratsiia ..., 2022, p.16. Tradução nossa). Por fim, a invasão russa de 2022 é descrita como uma “liberação” da “ocupação pelo regime nazista-oligárquico pró-ocidental” (Deklaratsiia ..., 2022, p.13. Tradução nossa).

Esse arcabouço ideológico tem sido aplicado no sistema educacional das áreas sob ocupação russa. Nas escolas dessas regiões, currículos russos, com a difusão de tais narrativas históricas, foram impostos, enquanto que professores da rede escolar ucraniana foram levados à Rússia para treinamento compulsório segundo padrões russos. Houve casos de ameaças a professores que conduziam aulas em conformidade com o sistema ucraniano. Livros que as autoridades russas consideravam como difusores do nacionalismo ucraniano foram removidos de bibliotecas e escolas. A língua ucraniana passou a ser uma matéria opcional para os estudantes nas escolas controladas pela Rússia (ACNUDH, 2024a, p.3, 21-22, 28-31; Lewis, 2024).

Entre 23 e 27 de setembro de 2022, foram realizados referendos de anexação à Rússia nas áreas ocupadas das províncias de Donetsk, Luhansk, Kherson (à qual a Rússia, como mencionado acima, adicionou partes ocupadas da província de Mykolaïv) e Zaporizhzhia. Diante das perdas de controle territorial na província de Kharkiv, a Rússia não realizou o referendo nas áreas ocupadas dessa região. O *timing* das votações coincidiu com avanços militares das forças ucranianas, que recuperavam territórios ocupados pela Rússia no leste e no sul. Isso sugere que o governo Putin objetivava usar anexações territoriais para consolidar seu controle sobre as regiões da Ucrânia sob ocupação russa e, desse modo, deter a contraofensiva ucraniana, uma vez que o tratamento de tais regiões como parte do território da Rússia permitiria, em tese, que o governo russo fizesse ameaças mais assertivas de escalada militar (Zhurzhenko, 2023).

Segundo os organizadores, as votações resultaram em 99,23%, 98,42%, 87,05% e 93,11% de apoio à anexação pela Rússia, respectivamente, nas áreas ocupadas das províncias de Donetsk, Luhansk, Kherson (e Mykolaïv) e Zaporizhzhia. Ainda segundo a comissão eleitoral russa, as taxas de comparecimento variaram entre 76,86% nas áreas ocupadas da

província de Kherson, e 97,51%, nas regiões ocupadas da *oblast'* de Donetsk (Kak zakonchilis' ..., 2022). O Centro Russo de Estudo da Opinião Pública (*Vserossiiskii tsentr izucheniia obshchestvennogo mneniia*, VTsIOM) principal organização estatal russa de pesquisas de opinião pública, afirmou que, segundo uma pesquisa realizada em setembro de 2022, às vésperas das votações, 97% dos entrevistados dispostos a votar nas áreas ocupadas do Donbass declararam-se favoráveis à incorporação à Rússia. Nas províncias de Kherson e Zaporizhzhia, segundo o VTsIOM, esses números seriam, respectivamente, de 89% e 87% (Referendумы в ДНР ..., 2022).

É extremamente duvidoso que tais números expressem fiel e genuinamente as preferências políticas da população das regiões em questão. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que os referendos ocorreram, como visto acima, em um ambiente autoritário e intimidador, em meio a uma ocupação militar russa. Esses traços também se manifestaram no contexto específico da realização das votações, o que impossibilitou um debate público e livre sobre o status das regiões consideradas. Ademais, na situação de infraestrutura e segurança debilitada pela guerra, a acessibilidade da votação foi prejudicada. Há, ainda, a questão demográfica: o êxodo populacional massivo ocasionado pela guerra impediu o acesso de uma considerável quantidade de potenciais eleitores (Ferraro, 2022a, p.40-41).

Além disso, deve-se considerar o histórico político da Ucrânia independente. As várias pesquisas de opinião pública mencionadas no capítulo anterior deste trabalho mostram que o apoio à secessão e à incorporação à Rússia era minoritário em todas as regiões – nos casos das províncias de Kherson e Zaporizhzhia, tais índices nem mesmo chegavam aos dois dígitos. Segundo uma reportagem do portal oposicionista russo Meduza, uma pesquisa de opinião pública realizada em julho de 2022 nas áreas ocupadas das províncias de Kherson e Zaporizhzhia, encomendada para análise interna do governo russo, teria indicado que cerca 30% dos entrevistados se afirmaram favoráveis à anexação à Rússia, enquanto que um percentual similar teria se posicionado de maneira favorável à permanência dessas regiões na Ucrânia (o restante dos entrevistados seria de indecisos) (Pertsev, 2022). Até mesmo no Donbass como um todo (isto é, somando as regiões controladas pelo Estado ucraniano e aquelas sob controle separatista), as pesquisas cronologicamente mais próximas do início da invasão russa de 2022 mostraram, no máximo, uma população dividida com respeito à questão do status das regiões sob controle da DNR e da LNR entre 2014 e 2022.

Ademais, no período entre o Maidan e a invasão russa de 2022, não há registros de movimentos secessionistas com apoio político significativo nas regiões que vieram a ser

ocupadas pela Rússia a partir de fevereiro de 2022. Os resultados eleitorais dos partidos e candidatos considerados pró-russos também fornecem relevantes inferências, cabendo lembrar, aqui, que a orientação ideológica pró-russa não necessariamente significa o apoio à secessão e à unificação com a Rússia. Nas eleições presidencial e parlamentar de 2019, nas províncias de Kherson e Zaporizhzhia, a votação somada dos dois principais partidos de tendência pró-russa – o OPPZh e o Opoblok - e seus candidatos alcançou, no máximo, até por volta de um quarto do eleitorado (Vybory na Ukraine ..., 2019; Vybory v Verkhovnuuiu Radu ..., 2019). Números similares, como visto, foram registrados nas eleições regionais de 2020 (Moskalenko, 2020). A votação somada do OPPZh, do Opoblok e dos candidatos desses dois partidos nas eleições presidencial e parlamentar de 2019 foi de cerca de 50% nos territórios sob controle do Estado ucraniano nas províncias de Donetsk e Luhansk (Vybory na Ukraine ..., 2019; Vybory v Verkhovnuuiu Radu ..., 2019). Por fim, como também visto acima, houve significativos protestos e outros tipos de resistência à ocupação e anexação pela Rússia no contexto da invasão russa iniciada em 2022.

Em 30 de setembro de 2022, Vladimir Putin, repetindo os procedimentos da anexação da Crimeia, recebeu Pushilin, Pasechnik, Saldo e Balitsky para a assinatura de tratados de anexação à Rússia. Em seu discurso no evento, Putin, mais uma vez invocando o argumento da autodeterminação dos povos – como fizera no processo de anexação da Crimeia - alegou que as anexações refletiriam a vontade dos habitantes das regiões em questão, citando questões como a defesa da russofonia e das culturais locais. Ilustrando a consolidação das narrativas nacionalistas no discurso da elite política russa, Putin também buscou justificar tais ações aludindo ao passado do Donbass e das regiões de Kherson e Zaporizhzhia no Império Russo e na União Soviética (Putin, 2022c). Vale destacar que as declarações de anexações russas referiam-se à integralidade dos territórios das províncias ucranianas de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia, o que incluía, portanto, territórios que a Rússia não controlava à época dos referendos, bem como territórios dos quais forças russas vieram a ser expulsas em decorrência das ações militares ucranianas.

A incorporação de apoiadores da ocupação ao aparato político russo se consolidou com a realização de eleições em territórios ucranianos ocupados pela Rússia em 2023. Ao todo, segundo dados da comissão eleitoral russa, cerca de 1.300 indivíduos se candidataram para mandatos legislativos nas áreas ocupadas das províncias de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia. Diversos dos candidatos cadastrados eram provenientes da Rússia, incluindo membros da administração presidencial russa e deputados da Duma e de parlamentos

regionais da Rússia (Kazaki ..., 2023). Membros do Rússia Unida, Pushilin, Pasechnik, Saldo e Balitsky candidataram-se pelo partido putinista nas eleições para os parlamentos regionais, respectivamente, das áreas ocupadas das províncias de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia («Edinaia Rossiia» vydvynula ..., 2023). Dmytro Tabachnyk, que aderiu ao Rússia Unida, também candidatou-se a deputado nas eleições russas na região de Zaporizhzhia (Romanenko, 2023b). Diversas personalidades locais candidataram-se pelo Rússia Unida (Kazaki ..., 2023), o que indicava a adesão de certos atores das elites locais à ocupação russa.

Conforme os resultados anunciados pela Rússia, o Rússia Unida foi vencedor das eleições nas áreas ocupadas das quatro regiões, com votações variando entre 74% e 83%. Ainda segundo os dados divulgados pela Rússia, a taxa de comparecimento variou de 65%, na *oblast'* de Kherson, a 94,34% na de Donetsk. Dadas as condições em que foram realizadas as eleições, bem como as mudanças demográficas nessas regiões durante a guerra, os números divulgados por Moscou, assim como no caso dos referendos de 2022, são de veracidade questionável (Iavka do 95% ..., 2023).

O governo russo estipulou que, até janeiro de 2026, as regiões ocupadas da Ucrânia estariam plenamente integradas ao arcabouço político e jurídico do Estado russo (Lewis, 2024). Em junho de 2024, Vladimir Putin, em linha com as reivindicações territoriais russas de 2022, demandou o controle russo sobre as províncias de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia em sua integralidade – isto é, incluindo as partes dessas *oblasti* não ocupadas por forças russas – como uma das condições russas para negociações pelo fim da guerra (Putin, 2024).

Com as nomeações para o aparato de ocupação e as ações de repressão contra políticos contrários à ocupação russa, a Rússia incidiu sobre a composição da elite política dos territórios ocupados. Ainda que o controle político russo seja predominante nos territórios ocupados, o que efetivamente reduz o papel dos aliados locais de Moscou na condução política dessas regiões, a atuação de atores da elite política e da sociedade de tais regiões auxilia os esforços russos de estabelecimento de uma ordem política alinhada aos interesses de poder de Moscou nessas áreas. Como lembrado por Zhurzhenko (2023), atores locais podem constituir uma fonte de conhecimento sobre essas regiões e prover experiência administrativa e acesso a redes políticas locais, contribuindo, assim, para o exercício do controle político russo sobre as regiões ocupadas da Ucrânia.

Além disso, deve-se mencionar o fator ideológico e simbólico. Atores locais aliados

possibilitam ao governo russo, na busca por legitimar suas ações na Ucrânia, alegar, perante os públicos estrangeiro e doméstico russo, que a ocupação e a anexação de territórios ucranianos se conectariam aos anseios da população dessas regiões. Por fim, as ações da Rússia nos campos da mídia, da educação e das políticas de memória nas regiões ocupadas, bem como nos casos de repressão a expressões de posicionamentos pró-Ucrânia, evidenciam que o governo russo enxerga a conformação das relações Estado-sociedade como uma dimensão relevante para o exercício do controle político russo na Ucrânia.

## 8.6 Conclusões parciais

O Maidan, com a ascensão de forças nacionalistas e pró-ocidentais ao poder na Ucrânia, representou um choque para os interesses russos. Do ponto de vista da Rússia, a anexação da Crimeia, o apoio aos separatistas do Donbass e a plataforma de Minsk representaram, com significativo êxito, contrapesos ao projeto de transformação do Estado ucraniano e de sua orientação geopolítica em um sentido contrário aos interesses de Moscou.

Entretanto, as ações da Rússia em 2014 também introduziram fatores de tendências negativas para a consecução dos interesses de Moscou com relação à configuração do Estado, às relações Estado-sociedade e à composição da elite política na Ucrânia. As alterações de controle territorial ocasionadas pela anexação da Crimeia e a secessão *de facto* das regiões sob controle da DNR e da LNR reduziram substancialmente o volume do eleitorado pró-russo na Ucrânia. Simultaneamente, o estado de conflito com a Rússia estendeu e intensificou de maneira notória, na sociedade e na elite política ucranianas, o sentimento de rejeição à Rússia e diversas de suas perspectivas políticas. Em suma, o período entre o Maidan e a invasão russa de 2022, apesar de não ter eliminado plenamente as diferenças regionais ucranianas sobre os temas identitários e de política externa, foi marcado por um enfraquecimento do potencial político de setores da elite política e da sociedade da Ucrânia de orientação pró-russa.

Como visto neste capítulo, essa tendência se refletiu em diversos sentidos a partir do governo Poroshenko na Ucrânia. No campo da política externa, emendas constitucionais adotadas no governo Poroshenko fixaram a entrada na UE e na OTAN como objetivos da Ucrânia. Essa medida foi acompanhada da continuidade do processo de aproximação às potências ocidentais no campo da segurança, que contribuiu para o fortalecimento militar da Ucrânia. Também sob Poroshenko, iniciativas de restrição da influência cultural e midiática

rusa ganharam impulso. Nas áreas linguística e da memória histórica, o Estado ucraniano assumiu políticas “nacionalizantes” que efetivamente promoviam uma identidade nacional e linguística ucraniana separada em relação à Rússia. No campo da religião, a criação da PTsU representou um importante golpe à ideologia de unidade entre russos e ucranianos favorecida pela RPTs e o governo russo.

As medidas do governo ucraniano nas áreas de memória histórica e língua constituíram a consolidação de um papel de influência do Estado sobre a identidade nacional ucraniana, incluindo no sentido de combater posicionamentos identificados cultural e politicamente com a Rússia na sociedade ucraniana. No que tange à guerra no Donbass, a implementação da plataforma de Minsk tinha um alto grau de impopularidade na Ucrânia. Além disso, a implementação da plataforma de Minsk na Ucrânia foi seriamente dificultada pela indisposição de relevantes - e frequentemente politicamente mobilizados - setores da elite e da sociedade do país com relação às implicações políticas da reintegração dos territórios sob controle da DNR e da LNR nos moldes previstos pela plataforma e favorecidos pela Rússia. Diversos dispositivos legislativos adotados ou planejados pelos governos ucranianos sinalizaram uma persistente diferença de interpretações sobre a plataforma de Minsk e a própria natureza da guerra no Donbass, o que distanciava a Ucrânia da reestruturação do Estado ucraniano em termos russos. Apesar de expectativas de melhorias, do ponto de vista russo, durante o governo de Volodymyr Zelensky, as políticas lançadas sob Poroshenko nos campos da memória, língua, identidade e da guerra no Donbass conservaram um alto grau de continuidade.

A partir de 2014, portanto, a Ucrânia, afastou-se cada vez mais dos interesses russos nos temas da configuração do Estado, das relações Estado-sociedade e da composição da elite política ucraniana. De certa maneira, portanto, pode-se dizer que a reflexão feita por Aleksei Arbatov em 1999, segundo a qual políticas agressivas da Rússia poderiam estimular uma orientação pró-ocidental e nacionalista nos círculos de poder na Ucrânia (Arbatov, 1999, p.141-151), com todas as consequências negativas que tais fatores trariam para a Rússia, ganhava contornos concretos.

O governo russo manifestou seu incômodo com os rumos de política doméstica e externa da Ucrânia e tentou contornar as tendências vistas ao longo deste capítulo por diversos meios. Um deles foi a esfera informacional, com a atuação, por exemplo, do portal Ukraina.ru. Em meio à consolidação e ao aprofundamento de sua supervisão política e econômica sobre os territórios controlados pela DNR e a LNR, incluindo no que tange às

relações com a elite política desses territórios, a Rússia insistiu na implementação da plataforma de Minsk. Tal medida, afinal, possibilitaria a inserção de contrapesos a forças nacionalistas e pró-ocidentais na política ucraniana, potencialmente contribuindo, assim, para que os rumos políticos da Ucrânia se aproximassem das preferências russas. Ademais, o governo Putin, em 2019, introduziu um sistema de concessão simplificada de cidadania russa a habitantes dos territórios controlados pela DNR e a LNR. Acompanhada de ações similares, essa medida amplificava as possibilidades de interferência política ou intervenções militares russa na Ucrânia sob o argumento da proteção de cidadãos russos.

Por fim, a Rússia buscou expandir sua influência sobre a política institucional ucraniana, com foco nas relações com Viktor Medvedchuk e nas redes políticas nas quais Medvedchuk se envolveu. O interesse russo na atuação de um forte grupo pró-russo na política ucraniana ganhou concretude com o estabelecimento do OPZZh, cuja formação, de acordo com fontes jornalísticas ucranianas, teve envolvimento do Kremlin. O apoio russo ao OPZZh se materializou em diversas ações, como as sanções a políticos do Opoblok, as relações de parceria entre o Rússia Unida e o OPZZh, as publicizadas reuniões de líderes russos com líderes do OPZZh e o envolvimento da mídia estatal russa com o conglomerado televisivo de Medvedchuk. O OPZZh, que apresentava claras convergências com os interesses russos nas áreas da política externa, da configuração do Estado e das relações Estado-sociedade na Ucrânia, alcançou relevantes posições por meio da competição eleitoral. A performance do partido na cena política ucraniana indicava potenciais prospectos de sucesso para a estratégia de influência russa na Ucrânia a partir das relações com setores da elite política ucraniana. Em suma, a exploração desse e dos outros canais de influência mencionados acima indicava a importância atribuída pela Rússia à sociedade ucraniana e a atores da elite política do país na busca pela consecução dos interesses de Moscou.

Em 2021, a estratégia russa passou por um choque, que atingiu primariamente o canal das articulações da elite política ucraniana. As medidas das autoridades ucranianas contra Viktor Medvedchuk e seus aliados de OPZZh, incluindo no campo midiático, sinalizavam que a Ucrânia tornava-se mais fechada à influência de forças próximas ao Kremlin e ao prospecto de que estas últimas chegassem ao poder – o que significava, portanto, alterações prejudiciais para a Rússia na relação de forças e na composição da elite política ucraniana. Diversos documentos, como o artigo de Putin de 2021 e a reunião do Conselho de Segurança da Rússia subsequente à detenção de Medvedchuk, em maio do mesmo ano, indicavam que o governo russo interpretava as medidas contra Medvedchuk

exatamente nesse sentido - isto é, de que a Ucrânia buscava tornar-se impermeável à atuação de forças pró-russas que promovessem ideias sobre política externa, a configuração do Estado e as relações Estado-sociedade na Ucrânia em um sentido consonante com os interesses russos. Em adição às ações contra Medvedchuk, a estratégia russa para a Ucrânia foi desafiada pelos planos e ações de Zelensky quanto à resolução da guerra no Donbass, que distanciavam a Ucrânia da reestruturação estatal e da recomposição da elite política do país buscadas pela Rússia a partir da plataforma de Minsk.

Em 2021, portanto, o prospecto de consecução dos interesses russos na Ucrânia vivia sua época de mais alto questionamento desde o Maidan. Como visto nesse capítulo, teve início, então, um processo de reformulação dos meios de atuação da Rússia quanto à Ucrânia. Esse processo foi acompanhado pela intensificação de uma retórica de deslegitimação do Estado ucraniano independente e dos grupos governantes no país, bem como da ideia de separação entre os povos russo e ucraniano. Tal discurso refletia tendências nacionalistas russas que ganhavam força no arcabouço ideológico putinista. Os movimentos para uma mudança de abordagem, com o uso de meios mais diretos de controle político sobre a Ucrânia, foram sinalizados pelo início de exercícios militares e o acúmulo de tropas russas nos arredores das fronteiras com a Ucrânia. Tais atividades indicavam preparativos para uma possível invasão russa em larga escala à Ucrânia, a qual incluiria uma tentativa de mudança de regime via força em Kiev. Como mencionado neste capítulo, a Rússia, nos anos anteriores, vinha elevando seu poderio militar, processo que certamente influenciou a convicção de Putin de que o emprego da força militar russa teria sucesso na Ucrânia.

Em fevereiro de 2022, a mudança de postura da Rússia foi concretizada com o reconhecimento das independências da DNR e da LNR, que demarcou o abandono da plataforma de Minsk, e o início da invasão russa em larga escala à Ucrânia, que foi acompanhada de um manifesto intento de mudança de regime. As ações russas, como visto neste capítulo, foram discursivamente representadas por Putin, em parte, como uma espécie de intervenção humanitária em nome da proteção de russos étnicos e russófonos, o que ilustrou a importância desse elemento, consolidado na doutrina de política externa russa em anos anteriores, nos esforços de legitimação discursiva da política de Moscou.

As tentativas de mudança de regime em Kiev pela via militar tiveram insucesso em fevereiro-abril de 2022, mas a Rússia continuou, periodicamente, a manifestar seu interesse na substituição da liderança ucraniana. Em meio à invasão, a Rússia também buscou impor suas visões sobre as relações Estado-sociedade e a composição da elite política da Ucrânia no

âmbito das negociações de paz com o governo ucraniano. O governo russo demandava modificações radicais no arcabouço legislativo da Ucrânia nas áreas linguística, educacional, religiosa e de memória histórica, bem como na questão da “lustração”. Se implementadas, tais mudanças possibilitariam uma transformação das relações Estado-sociedade e da composição da elite política ucraniana em um sentido favorecido pela Rússia. Em meio à invasão russa de 2022, ideias e propostas de cunho similar ganharam força nos debates na intelectualidade de política externa russa. Não raro, famosos políticos e intelectuais russos propunham, em essência, esforços de erradicação da ideologia nacional-estatal ucraniana – não só, vale ressaltar, em sua variante mais radicalizada e extremada, associada à OUN-UPA.

A ocupação russa de territórios no leste e no sul da Ucrânia permitiu a implementação de diversas ideias e planos russos relacionados às relações Estado-sociedade e à composição de elites políticas na Ucrânia. Por exemplo, a Rússia reprimiu lideranças políticas que não aderiram à ocupação russa e nomeou administradores ucranianos leais a Moscou em seus aparatos de ocupação. Dessa maneira, a Rússia incidiu sobre a composição das elites políticas nos territórios ucranianos ocupados por forças russas a partir de 2022. Ativistas e lideranças da sociedade civil que se opunham à ocupação russa também foram alvo de diversas medidas de repressão empregadas pela Rússia.

Em meio à significativa resistência à ocupação russa, o governo russo buscou impor um arcabouço ideológico que manipulava os temas de identidade, memória e língua com vistas a promover a lealdade à Rússia e eliminar ideologias e expressões de lealdade à Ucrânia. O discurso da Rússia e de seus aliados nas áreas ocupadas do leste e do sul da Ucrânia tem representado a situação nessas regiões como um estado de prosperidade e liberdade associado à união com a Rússia, distante de problemas imputados à Ucrânia independente nas áreas linguística, identitária e cultural. Vale mencionar, ademais, uma outra dimensão dos esforços de remodelagem das relações Estado-sociedade nas áreas sob ocupação russa no leste e do sul da Ucrânia: o canal demográfico. Diversas medidas e planos de política da Rússia, como a expulsão de oponentes da ocupação, ilustraram os esforços russos no sentido de elevar, por meio de alterações demográficas, o nível de lealdade das populações locais à Rússia.

De modo geral, a invasão russa de 2022 intensificou o sentimento nacional ucraniano e o antagonismo frente à Rússia na sociedade e na elite política ucranianas, como ilustram a proibição de partidos como o OPZZh e a elevação de visões negativas sobre a Rússia detectadas em pesquisas de opinião pública realizadas na Ucrânia. Ainda que tal sentimento

possa arrefecer face à exaustão da guerra, é razoável crer que esta última poderá ter efeitos de longo prazo para a reformulação da identidade nacional e estatal da Ucrânia em um sentido de afastamento em relação à Rússia. Nesse cenário, a Rússia poderia ver ainda mais ameaçados o potencial de transformação do Estado ucraniano nos moldes preferidos por Moscou e o potencial de articulações com atores da elite política e da sociedade da Ucrânia em nome da consecução dos objetivos políticos russos quanto à Ucrânia.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações Rússia-Ucrânia, em particular desde a invasão russa à Ucrânia de 2022, têm sido um dos temas internacionais de maior interesse nos últimos anos, seja na área das RI ou na perspectiva das sociedades de maneira mais ampla. Muitos têm sido os estudos sobre as relações entre esse dois países, particularmente no que tange às motivações da Rússia no conflito russo-ucraniano.

Nesse sentido, as visões realista, liberal e imperial/imperialista têm sido as três principais correntes nos debates nas RI que se propõem a explicar a política da Rússia para a Ucrânia. Interpretações associadas a essas três visões possuem diversas virtudes. No caso da perspectiva realista, pode-se citar a consistência, de modo geral, da política da Rússia para a Ucrânia com padrões históricos de comportamento de grandes potências em busca de manutenção de esferas de influência. No que tange à visão liberal, o acento na importância de atores políticos e grupos de poder domésticos para o entendimento da política externa mostra-se relevante no caso da análise da política da Rússia para a Ucrânia, como indicam as diferenças de abordagem entre Ieltsin e Putin levantadas ao longo desta tese e as diferenças nas relações entre o governo russo e diversos grupos da elite política ucraniana. Por fim, as interpretações na linha da política imperial/imperialista oferecem uma importante contribuição ao chamarem atenção para a enraizada proposição de um controle russo sobre a Ucrânia, fundamentada primariamente em termos culturais e geopolíticos, presente na elite política russa.

Por outro lado, as três visões também possuem deficiências. A perspectiva realista, por exemplo, tem dificuldades em explicar certas inconsistências na política da Rússia para a Ucrânia, como o fato de o *timing* de certas ações russas quanto à Ucrânia nem sempre ter correspondido a acontecimentos ou tendências específicas na orientação geopolítica da Ucrânia. Às vésperas da invasão russa de 2022, o prospecto de entrada da Ucrânia na OTAN, apesar da permanência da promessa da Cúpula de Bucareste, era algo manifestamente incerto. Além disso, mesmo que a Ucrânia tenha fortalecido suas capacidades militares com apoio das potências ocidentais no período pós-Maidan, o país não superou sérias deficiências comparativas em relação ao poderio militar da Rússia. Por fim, o Realismo tende a assumir uma divisão mais rígida entre as esferas doméstica e externa na política internacional, o que também pode ser enxergado em interpretações realistas sobre a política da Rússia para a Ucrânia.

Já alguns dos argumentos liberais mais comumente encontrados na literatura, como as teses diversionista e do conflito autoritarismo x democracia, padecem de incongruências com certas características das políticas domésticas russa e ucraniana. No que tange às interpretações sobre um caráter imperial/imperialista da política da Rússia para a Ucrânia, tais interpretações podem negligenciar as especificidades históricas que influenciaram as ações da Rússia em determinados momentos. Por fim, um aspecto comum às três visões é a tendência de centralidade das interações intergovernamentais enquanto objeto de análise, o que pode levar à diminuição da atenção a outras questões, relações sociais e atores que, como buscou mostrar esta tese, influenciaram as perspectivas e ações da Rússia quanto à Ucrânia.

Diante desses fatores, esta tese propôs uma abordagem alternativa para a análise da política da Rússia para a Ucrânia, a partir da constatação preliminar da importância de um fator transnacional – isto é, que transcende o âmbito das relações intergovernamentais em nível central – e das relações com atores de elite política – para além daqueles inseridos nos governos centrais - na formulação das perspectivas e ações da Rússia quanto à Ucrânia. As duas dimensões mencionadas – o fator transnacional e o papel das relações entre elites – possuem uma relevante inserção na história da política internacional, atestada pela recorrência histórica de relações entre atores de elites políticas de diferentes territórios, inclusive no âmbito de ações como intervenções externas realizadas por grandes potências com vistas a configurar governos e instituições estatais em territórios estrangeiros de um modo consonante com os interesses de poder dessas grandes potências. A perspectiva adotada nesta tese é compatível com certos elementos das visões realista, liberal e imperial/imperialista, ao permitir a integração dos seguintes elementos: a noção de disputas de poder e de esferas de influência na política das grandes potências, dimensão acentuada pelas correntes realista e imperial/imperialista; as particularidades e a diversidade dos atores e grupos políticos domésticos que disputam o poder, e as consequências desses fatores para a política externa e doméstica, fator acentuado pela perspectiva liberal nas RI; e a esfera transnacional presente nas correntes liberal e imperial/imperialista.

Tendo em vista esse enquadramento teórico-metodológico, o objetivo da pesquisa foi a análise do papel da configuração do Estado ucraniano, das relações Estado-sociedade na Ucrânia e das relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas na política da Rússia para a Ucrânia ao longo do período pós-soviético (1991-2024). A escolha por tal delimitação temática também buscou contribuir para o preenchimento de uma lacuna na literatura sobre as relações Rússia-Ucrânia (em particular no caso da literatura brasileira sobre

o assunto), ao analisar as perspectivas e ações da Rússia quanto à configuração do Estado ucraniano, às relações Estado-sociedade na Ucrânia e às relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas como um processo histórico perpassando todo o período pós-soviético.

A pesquisa permitiu concluir que a Rússia entendeu a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e as relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas como importantes fatores na conceptualização de seus interesses e de suas capacidades de projeção de influência sobre a Ucrânia. Iniciativas russas relacionadas a esses três fatores, como visto ao longo deste trabalho, ganharam intensidade com as mudanças na liderança da Rússia. A transição do governo Ieltsin para a era Putin, por exemplo, foi acompanhada pela intensificação do interesse russo na política doméstica e externa da Ucrânia, o que também se traduziu em esforços mais intensos de envolvimento russo nas dinâmicas de poder na elite política ucraniana. Além disso, a estabilização política e a melhoria da situação econômica da Rússia a partir dos anos 2000 permitiram uma política externa mais ativista sob Putin e Medvedev, o que também foi visto no caso da política de Moscou para a Ucrânia. Por fim, a pesquisa também apontou que acontecimentos e processos relacionados à configuração do Estado ucraniano, às relações Estado-sociedade na Ucrânia e à composição da elite política ucraniana influenciaram as perspectivas e ações da Rússia quanto à Ucrânia nos momentos críticos de 2013-2014 e 2022. Especificamente, a percepção de impactos negativos para os interesses da Rússia nesses três campos estimularam o governo russo a decidir pela anexação da Crimeia, o apoio aos separatistas do Donbass e, finalmente, à invasão em larga escala à Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022.

As conclusões referentes à era pós-soviética enfocada nesta pesquisa podem ser aplicadas ao passado das relações Rússia-Ucrânia. No capítulo 2, por exemplo, o trabalho evidenciou que as relações entre o regime tsarista russo e atores da elite cossaca ucraniana, na forma do interesse desses atores na aproximação à Rússia, foram fundamentais para o início do processo de absorção de territórios ucranianos ao Império Russo. A gestão do império tsarista sobre os territórios do antigo Hetmanato cossaco também demonstrou como o governo russo buscou fortalecer sua autoridade política com um misto de cooptação (por meio, por exemplo, das possibilidades de integração à elite imperial e benefícios de classe) e repressão sobre atores da elite política cossaca ucraniana. Ilustrando a importância do aspecto das relações Estado-sociedade, as autoridades tsaristas, no século XIX, buscaram promover a ideologia do povo triunfado e reprimir o movimento nacional ucraniano que surgia no império.

Esse processo também teve uma faceta ideológica transnacional, na medida em que incluiu esforços de influência sobre os ucranianos que viviam fora do Império Russo.

O capítulo 3 mostrou como a elite bolchevique buscou garantir o sucesso do projeto socialista soviético na Ucrânia por meio de uma remodelagem das políticas referentes à configuração do Estado, às relações Estado-sociedade e à composição da elite política na Ucrânia. Medidas como a criação da URSS, a inserção de quadros locais na liderança comunista ucraniana e a periódica promoção da língua, da cultura e da identidade ucranianas foram instrumentos utilizados pelo governo soviético para elevar a adesão dos ucranianos habitantes do antigo Império Russo ao projeto soviético. Por outro lado, tais medidas eram contrabalançadas pelos limites à autonomia da república ucraniana, em última instância submetida à autoridade estatal e partidária central. Em diversos graus, adeptos de ideologias tidas como contrárias à ordem socialista soviética centrada em Moscou foram reprimidos pelas lideranças soviéticas, o que ilustrava os limites da tolerância estatal à circulação de ideias e movimentos alternativos na sociedade. Em meio à crise final do Estado soviético, a incapacidade da liderança central (Gorbachev) e da Rússia (Ieltsin) em oferecer um projeto de poder atrativo para a elite ucraniana acabou por contribuir para a independência da Ucrânia.

O fim da União Soviética pôs em termos radicalmente diferentes as percepções e possibilidades de influência russa sobre a configuração do Estado, as relações Estado-sociedade e as relações com atores da elite política e da sociedade da Ucrânia. O capítulo 4 mostrou como esses três fatores foram frequentemente descritos na elite política e na intelectualidade de política externa da Rússia como elementos a incidirem sobre as possibilidades de consecução do interesse russo em manter a Ucrânia em uma esfera de influência pós-soviética. Nesse sentido, um elemento crucial era a presença de segmentos russófonos, russófilos e russos étnicos na Ucrânia, que, conforme difundidas percepções na Rússia, seriam potenciais aliados na conformação de uma Ucrânia politicamente alinhada aos interesses de Moscou. As particularidades do perfil ideológico de Ieltsin, bem como as debilidades econômicas e políticas da Rússia nos anos 1990, fizeram com que as ações russas nesses três campos, na prática, tivessem um alcance limitado em comparação com proposições expansionistas presentes na elite política russa.

A chegada de Vladimir Putin à presidência da Rússia demarcou uma notória mudança de abordagem na política de Moscou para a Ucrânia, em meio a uma maior percepção de uma disputa por influência sobre esse país com as potências ocidentais, como mostrado no capítulo 5. Como visto acima, Putin inaugurou uma fase de maior assertividade

na política externa russa, possibilitada pela estabilização da política doméstica e a melhoria da situação econômica da Rússia. No que tange à Ucrânia, isso se traduziu na intensificação do envolvimento de Moscou nas dinâmicas de poder na elite política ucraniana, como ilustrado, principalmente, pelas ações da Rússia na eleição presidencial ucraniana de 2004 em apoio à candidatura de Viktor Ianukovych. Além disso, durante o governo Iushchenko, o PR tornou-se um próximo parceiro da elite putinista por meio, por exemplo, de suas relações com o Rússia Unida. Foi nos anos 2000, ademais, que Viktor Medvedchuk se inseriu como um interlocutor crucial do governo russo na Ucrânia. Por outro lado, os interesses e modos de ação dos interlocutores ucranianos da Rússia contribuíram para limitar o alcance do envolvimento russo nas disputas sobre a configuração do Estado ucraniano, como ilustrado pelo desfecho da crise de 2004. Posteriormente, as políticas de Viktor Iushchenko nos campos da identidade nacional e memória histórica lançaram novas disputas sobre o tema das relações Estado-sociedade na Ucrânia, no âmbito das quais a Rússia se preocupava com os efeitos de tais políticas para a influência política e cultural russa na Ucrânia.

No capítulo 6, vimos como a presidência de Dmitry Medvedev, com as ações russas na Guerra Russo-Georgiana de 2008, introduziu importantes novidades doutrinárias na política externa russa no que tange às possibilidades de interferência russa em outros países do espaço pós-soviético a partir de reivindicações de proteção de cidadãos e chamados compatriotas russos. Essa questão tinha óbvias implicações para as questões das relações Estado-sociedade na Ucrânia e das relações da Rússia com atores da elite política e da sociedade ucranianas, dada a existência de russófonos, russos étnicos e, no caso da Crimeia, cidadãos russos na Ucrânia. Nesse sentido, o uso, pelo governo Medvedev, do argumento da autodeterminação dos povos para justificar o reconhecimento das independências da Abecásia e da Ossétia do Sul também carregava importantes implicações potenciais para as perspectivas da Rússia quanto aos referidos segmentos da população da Ucrânia. Além disso, diante da continuidade de divergências sobre as políticas de Iushchenko nas áreas de política externa, identidade nacional e memória histórica – que contrariavam frontalmente as posições russas sobre as relações Estado-sociedade na Ucrânia -, a Rússia, sob Medvedev, intensificou as críticas ao governo ucraniano e expressou a crença de que setores da sociedade ucraniana opostos a tal tipo de política poderiam contribuir para anular o direcionamento político promovido por Iushchenko. A Rússia também manifestou o desejo pela modificação da liderança ucraniana, chegando, conforme diversas fontes, a envolver-se em iniciativas nesse sentido nos bastidores da política ucraniana. Nesse sentido, a chegada de Viktor Ianukovych à

presidência da Ucrânia demarcou o início de uma etapa de convergências com os interesses russos nas questões da orientação externa, das relações Estado-sociedade e da composição da elite política ucraniana, o que contribuiu para um maior grau de satisfação russa com os rumos de política doméstica e externa da Ucrânia a partir de 2010.

No capítulo 7, a tese mostrou como o choque a esse status quo representado pelo Maidan, com a chegada ao poder de forças de orientação pró-ocidental e nacionalista na Ucrânia, fez com que a Rússia, já com Vladimir Putin de volta à presidência, reformulasse suas relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas. No contexto do Maidan, a Rússia, buscando evitar uma mudança prejudicial a seus interesses no campo da relação de forças na elite política ucraniana, atuou pela sustentação do governo de Viktor Ianukovych. Simultaneamente, a diversificação de relações com atores da elite política e da sociedade ucranianas foi ilustrada pela aproximação a setores da elite política da Crimeia, bem como pelo apoio ao movimento separatista pró-russo no Donbass. Esse processo resultou em novos tipos de ação na política da Rússia para a Ucrânia no que tange à configuração do Estado ucraniano, com a anexação da Crimeia e a oficialização do interesse russo na reforma do Estado ucraniano por meio da plataforma de Minsk. Esta última, vale mencionar, também trazia importantes implicações para as questões das relações Estado-sociedade e da composição da elite política ucraniana, na medida em que propunha a reintegração de lideranças pró-russas e de uma parcela substancial do eleitorado pró-russo na política ucraniana. Na lógica russa, tais fatores poderiam contribuir para influenciar os rumos de política doméstica e externa da Ucrânia em um sentido favorável para os interesses de Moscou.

Por fim, o capítulo 8 mostrou como a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e a relação de forças na elite política ucraniana se moveram em um sentido fortemente contrário aos interesses da Rússia no período pós-Maidan. A remoção de parte do eleitorado pró-russo na Ucrânia, decorrente da anexação da Crimeia e da consolidação do controle da DNR e da LNR sobre partes do Donbass, somada ao fortalecimento da identidade nacional e do nacionalismo na Ucrânia, se traduziram na redução do potencial político de forças pró-russas na Ucrânia. Em consequência, reduzia-se, também, o potencial de alinhamento da política doméstica e externa da Ucrânia aos interesses do Kremlin. Esse contexto facilitou a adoção e consolidação de uma orientação externa pró-ocidental por parte dos governos pós-Maidan. Esse período também foi marcado por políticas de promoção estatal da identidade nacional ucraniana que tinham por efeito um afastamento

identitário em relação à Rússia. Não houve, ademais, avanços práticos na reforma do Estado ucraniano nos moldes da plataforma de Minsk, à maneira como preferia a Rússia.

Por fim, uma questão crucial foram as medidas contra Viktor Medvedchuk e políticos e organizações de perfil ideológico similar durante a presidência de Volodymyr Zelensky. Tais medidas demarcaram uma diferença fundamental na política ucraniana na comparação entre o período pós-Maidan e fases anteriores do período pós-soviético, uma vez que sinalizaram uma maior disposição das autoridades ucranianas para o cerceamento da influência de atores políticos de perfil ideológico pró-russo ou próximos ao Kremlin na Ucrânia. Assim, tornou-se ainda mais difícil a possibilidade de acesso de forças com tais perfis políticos ao poder na Ucrânia. Conseqüentemente, reduziu-se, também, a capacidade de tais forças influírem sobre os rumos políticos da Ucrânia em um sentido consonante com os interesses da Rússia. Além disso, a estratégia russa de influenciar a política ucraniana por meio de relações com tais grupos passava a ser, também, fortemente ameaçada. Como visto no capítulo 8, durante a invasão russa de 2022, as autoridades ucranianas impuseram restrições institucionais à atuação política de organizações com posicionamentos tidos como pró-russos, como ilustrado pela proibição do OPZZh e de partidos de orientação ideológica similar.

Diante dessas tendências desfavoráveis, do ponto de vista dos interesses russos, relacionadas à configuração do Estado ucraniano, às relações Estado-sociedade na Ucrânia e à relação de forças na elite política ucraniana, o governo Putin partiu para a tentativa de imposição de modalidades mais diretas de controle russo sobre a Ucrânia. A invasão russa de 2022 teve como um de seus elementos, exatamente, a tentativa de promoção de uma mudança de regime na Ucrânia. Em negociações de paz com o governo ucraniano, a Rússia também buscou impor suas preferências sobre as relações Estado-sociedade e a composição da elite política na Ucrânia por meio de demandas pela modificação do aparato legislativo ucraniano em diversas áreas. Amparados pela ocupação militar russa, planos nesse sentido puderam ser postos em prática nos territórios ocupados e anexados pela Rússia no leste e no sul da Ucrânia. Por outro lado, a situação fora dos territórios ocupados pela Rússia carrega uma série de potenciais desafios para a capacidade de influência russa sobre a Ucrânia. A guerra pode ter um efeito de mais longo prazo para o fortalecimento da identidade nacional ucraniana e a deslegitimação de posicionamentos tidos como pró-russos na elite política e na sociedade ucranianas. Nesse cenário, a Rússia pode se deparar com uma reprodução ainda mais intensa das tendências de afastamento da Ucrânia em relação às preferências russas sobre a orientação

externa da Ucrânia e a configuração do Estado e das relações Estado-sociedade nesse país. Em tal cenário, o potencial de articulações da Rússia com atores da elite política e da sociedade ucranianas também seria consideravelmente reduzido.

A análise empreendida neste trabalho oferece conclusões de ordem teórica e histórica que transcendem o caso específico da política da Rússia para a Ucrânia. Isso diz respeito particularmente à compreensão da política das grandes potências no sistema internacional. Como visto na introdução deste trabalho, as grandes potências, historicamente, têm exercido diversos tipos de interferência e intervenção em outros países e regiões. Tais ações frequentemente incluíram o uso da força e articulações com atores políticos de tais localidades, com vistas a configurar instituições Estatais e os grupos governantes nesses territórios. No contexto contemporâneo, a partir do século XX, por exemplo, pode-se falar particularmente na atuação dos Estados Unidos como uma grande potência que tem buscado a transformação de outros países e a adesão de suas elites aos fundamentos da ordem política e econômica liberal.

O caso da política da Rússia para a Ucrânia abordado nesta tese evidencia uma lógica transformativa similar na atuação de outra grande potência, uma vez que a Rússia enxergou a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e a composição da elite política ucraniana como variáveis relacionadas ao exercício do poder russo sobre a Ucrânia. À diferença do motivo liberal encampado pelos Estados Unidos, a Rússia, com relação à Ucrânia, guiou-se por considerações identitárias e culturais que se articulavam à consecução de seus interesses geopolíticos de esfera de influência no espaço pós-soviético. Nesse sentido, uma outra importante implicação, mais estritamente concernente à Guerra Russo-Ucraniana, é a de que a resolução de conflito, do ponto de vista de Moscou, não deve passar somente pela questão da orientação externa da Ucrânia – como destacaria o argumento realista -, mas, também, potencialmente, conter elementos relacionados a mudanças na configuração do Estado, nas relações Estado-sociedade e na composição da elite política da Ucrânia. De modo geral, portanto, os resultados da presente pesquisa reforçam análises de autores como Owen IV (2002) e Tardelli (2013) a respeito do intervencionismo das grandes potências no sistema internacional.

Por fim, cabe mencionar possíveis caminhos e agendas de pesquisa a partir desta tese e de seu enquadramento temático, dadas as restrições temáticas, de acesso a fontes e de escopo inerentes a uma pesquisa acadêmica. Uma das lacunas da presente pesquisa diz respeito à avaliação dos planos de mudança de regime russos na fase inicial da invasão russa

de 2022. O conjunto de ações da Rússia evidencia um claro interesse na consecução de uma mudança de regime na Ucrânia no período em questão. Algumas investigações jornalísticas consultadas nesta pesquisa, baseadas em fontes russas, ucranianas e de outros países, lançaram diferentes versões sobre esse tema ao público. No entanto, respostas conclusivas sobre aspectos específicos de possíveis planos russos de mudança de regime – por exemplo, as questões de quem seria nomeado como líder, e por que, em um governo instalado pela Rússia na Ucrânia – exigirão mais pesquisas baseadas em fontes como documentos primários e entrevistas com atores participantes ou informados sobre tais planos, algo a que a pesquisa desta tese não teve acesso.

Uma pesquisa direcionada para essas questões, possivelmente, demandaria a espera de anos para ser viabilizada, levando em conta fatores como o acesso limitado a arquivos oficiais de partes interessadas no conflito e, de forma mais ampla, nas relações Rússia-Ucrânia como um todo. Considerações similares podem ser feitas no que diz respeito às relações da Rússia com atores políticos do leste e do sul da Ucrânia no contexto da crise de 2014, embora, nesse caso, investigações prévias – incluindo com pesquisas de campo e entrevistas com participantes dos eventos -, vazamentos de documentos e a análise de fontes abertas já tenham fornecido um alto grau de firmeza para o mapeamento e a análise das articulações da Rússia com atores políticos do sul e do leste da Ucrânia (principalmente, nos casos da Crimeia e do Donbass), como mostrado no capítulo 7 desta tese.

Outras agendas de pesquisa relevantes que não puderam ser desenvolvidas neste trabalho relacionam-se ao regime de ocupação estabelecido pela Rússia em partes do leste e do sul da Ucrânia em 2022. Nesse sentido, pode-se falar, por exemplo, na questão das relações da Rússia com atores de elite locais nas áreas ocupadas. Métodos utilizados em estudos de elites, como análises biográficas e de redes sociais, podem auxiliar em mapeamentos mais detalhados do conjunto de cidadãos da Ucrânia que ingressou nos aparatos de ocupação russos. Tais mapeamentos, por sua vez, podem fornecer importantes fundamentos para a análise do perfil ideológico, político e socioeconômico dos indivíduos e das redes de poder locais que, ao mesmo tempo, auxiliaram a ocupação russa e foram empoderadas por esta última. Estudos de tal tipo podem fornecer subsídios para a compreensão das motivações da adesão à ocupação russa por parte de atores da elite política e da sociedade das áreas ocupadas do leste e do sul da Ucrânia.

Ainda no que tange à ocupação russa no leste e no sul da Ucrânia, estudos sobre os mecanismos de cooptação e repressão utilizados pela Rússia com vistas a consolidar sua

autoridade política nos territórios ocupados da Ucrânia, bem como pesquisas sobre as dinâmicas locais de resistência ou cooperação com Moscou nessas regiões, permitiriam uma compreensão mais aprofundada das características do regime putinista em condições específicas de construção de Estado (*state-building*) em territórios estrangeiros ocupados e anexados pela Rússia. Por fim, o estudo do componente ideológico da ocupação russa no leste e no sul da Ucrânia, tema abordado brevemente no capítulo 8 deste trabalho, possui importante potencial para o campo de pesquisas sobre os temas da identidade nacional e da construção de nação (*nation-building*) na interface entre a política doméstica e externa da Rússia, levando em conta as tendências nacionalistas e as reivindicações sobre o “Mundo Russo” que vêm se fortalecendo no país desde os anos 2010.

Partindo para o campo da política das grandes potências, um tema de relevante interesse é a consideração da política dos Estados Unidos, enquanto principais rivais geopolíticos da Rússia e potência hegemônica da – cada vez mais desafiada – ordem liberal internacional, para a Ucrânia. As perspectivas e ações dos Estados Unidos foram fundamentais para os acontecimentos de 2013-2014 na Ucrânia. No período pós-Maidan, os Estados Unidos, em paralelo à consolidação de uma orientação geopolítica pró-ocidental na Ucrânia, também contribuíram para o desenvolvimento das capacidades militares da Ucrânia e elevaram substancialmente sua influência em processos políticos domésticos na Ucrânia. Nesse sentido, torna-se relevante o estudo das perspectivas e ações dos Estados Unidos sobre a configuração do Estado ucraniano, as relações Estado-sociedade na Ucrânia e a relação de forças na elite política ucraniana. A articulação desse estudo ao tema do papel da Ucrânia na grande estratégia dos Estados Unidos, incluindo no que tange ao eixo de relações Estados Unidos-Rússia, poderia prover importantes subsídios para uma melhor compreensão das disputas de poder em torno da Ucrânia com envolvimento das grandes potências. Essas disputas têm exercido um notável impacto nas dinâmicas de segurança internacionais, o que indica a importância do estudo das relações da Ucrânia com as grandes potências não só do ponto de vista do interesse acadêmico, como, também, do interesse social.

## REFERÊNCIAS

- 55 TEZ SDPU(O) [As 55 teses do SDPU-O]. **SDPU-O**, 2002. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20020615050105/http://www.sdpuo.com/speech/theses/>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- AARÃO REIS, Daniel. **Uma revolução perdida**. A história do socialismo soviético. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- AARÃO REIS, Daniel. A invasão da Ucrânia: evidências e controvérsias. In: GOMIDE, Bruno; JALLAGEAS, Neide (Orgs.). **Ensaio sobre a guerra Rússia Ucrânia**. São Paulo: Kinoruss, 2022.
- ACNUDH. **Report on the human rights situation in Ukraine**, 15 abril 2014a. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/UA/Ukraine\\_Report\\_15April2014.doc](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/UA/Ukraine_Report_15April2014.doc)>. Acesso em: 2 maio 2024.
- ACNUDH. **Report on the human rights situation in Ukraine**, 15 maio 2014b. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/UA/HRMMUReport15May2014.pdf>. Acesso em: 2 maio 2024.
- ACNUDH. **The situation of human rights in Ukraine in the context of the armed attack by the Russian Federation, 24 February to 15 May 2022**, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/countries/ua/2022-06-29/2022-06-UkraineArmedAttack-EN.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- ACNUDH. **Human rights situation during the Russian occupation of territory of Ukraine and its aftermath, 24 February 2022 – 31 December 2023**, 19 mar. 2024a. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/countries/ukraine/2023/2024-03-20-OHCHR-Report-Occupation-Aftermath-en.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- ACNUDH. **Ukraine: protection of civilians in armed conflict. June 2024 update**, 10 jul. 2024b. Disponível em: [https://ukraine.un.org/sites/default/files/2024-07/Ukraine%20-%20protection%20of%20civilians%20in%20armed%20conflict%20%28June%202024%29\\_ENG.pdf](https://ukraine.un.org/sites/default/files/2024-07/Ukraine%20-%20protection%20of%20civilians%20in%20armed%20conflict%20%28June%202024%29_ENG.pdf). Acesso em: 15 jul. 2024.
- ACNUR. **Ukraine refugee situation**, 15 jul. 2024c. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- ADAM, Gabriel Pessin. **As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os recursos energéticos**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS, 2008.
- AKSIONOV, Sergei. Obrashchenie Predsedatelia Soveta ministrov ARK Sergeia Aksionova [Comunicado do presidente do Conselho de Ministros da República Autônoma da Crimeia, Sergei Aksionov]. **Conselho Estatal da República da Crimeia**, 1 mar. 2014. Disponível em: [http://crimea.gov.ru/news/01\\_03\\_14](http://crimea.gov.ru/news/01_03_14). Acesso em: 24 abr. 2024.
- AKTSIIA «BESSMERTNYI POLK» sostoialas' v Khersonskoi oblasti [O evento “Regimento Imortal” foi realizado na província de Kherson]. **Izvestiia**, 9 maio 2022.

Disponível em: <https://iz.ru/1332097/2022-05-09/aktciia-bessmertnyi-polk-sostoialas-v-khersonskoi-oblasti>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ALEKSANDROV, Georgii. Piat' let nazad v Donbasse nachalas' samaia krovoprolitnaia voina v Evrope XXI veka. «Meduza» rasskazyvaet, chem ona zakonchilas' dlia liderov separatistov [Cinco anos atrás, começou no Donbass a guerra mais sangrenta na Europa do século XXI. O Meduza conta como ela terminou para os líderes dos separatistas]. **Meduza**, 26 maio 2019. Disponível em: <https://meduza.io/feature/2019/05/26/pyat-let-nazad-v-donbasse-nachalas-samaya-krovavaya-evropeyskaya-voyna-xxi-veka-meduza-rasskazyvaet-chem-ona-zakonchilas-dlya-liderov-separatistov>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ALEPRETE, Michael. Minimizing Loss: Explaining Russian Policy Choices during the Ukrainian Crisis. **The Soviet and Post-Soviet Review**, v.44, n.1, 2017, p.53-75.

ALEX K. Ukr Referendum 1991. **Wikimedia Commons**, 13 ago. 2011. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukr\\_Referendum\\_1991.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukr_Referendum_1991.png). Acesso em: 17 jul. 2024.

ALEX TORA. Ukraine census 2001 Russian. **Wikimedia Commons**, 5 dez. 2008. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukraine\\_census\\_2001\\_Russian.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukraine_census_2001_Russian.svg). Acesso em: 18 jul. 2024.

ALLENOVA, Ol'ga; GEDA, Elena; NOVIKOV, Vladimir. Blok NATO razoshelsia na blokpakety [O bloco da OTAN dividiu-se em pacotes bloqueadores]. **Kommersant**, 7 abr. 2008. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/877224>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ALLISON, Roy. Russia resurgent? Moscow's campaign to 'coerce Georgia to peace'. **International Affairs**, v.84, n.6, 2008, p.1145-1171.

ALLISON, Roy. **Russia, the West, and Military Intervention**. Oxford: Oxford University Press, 2013a.

ALLISON, Roy. Russia and Syria: explaining alignment with a regime in crisis. **International Affairs**, v.89, n.4, 2013b, p.795-823.

ALLISON, Roy. Russian 'deniable' intervention in Ukraine: how and why Russia broke the rules. **International Affairs**, v.90, n.6, 2014, p.1255-1297.

ANDRUSHKO, Serhii. Repetytsia vtorhnennia. Iak Putin hotuvav grunt dlia zakhoplennia Ukraïny shche u 2004 rotsi [O ensaio da invasão. Como Putin preparou o terreno para a tomada da Ucrânia ainda em 2004]. **Radio Svoboda**, 7 fev. 2024. Disponível em: <https://www.radiosvoboda.org/a/skhemy-siverskodonetskyi-zyizd-repetytsiya-vtorhnennya/32809670.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ANTIKRIZISNAIA programma Opozitsionnogo bloka. 11 shagov k miru i razvitiuu [Programa anticrise do Bloco de Oposição. Onze passos rumo à paz e ao desenvolvimento]. **Opoblok**, 2015. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20151016045749/http://opposition.org.ua/peredviborcha-programa-opozicijnogo-bloku.html/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ARBATOV, Aleksei. **Bezopasnost'**: rossiiskii vybor [Segurança: a escolha russa]. Moscou:

EPItsentr, 1999.

ARBATOV, Aleksei. «Silovogo izmeneniia granits Ukrainy ne priznaet ni odna strana v mire» [Nenhum país do mundo reconhecerá uma mudança das fronteiras da Ucrânia pela força]. **Argumenty nedeli**, 26 fev. 2014. Disponível em: <<https://argumenti.ru/live/2014/02/322039>>. Acesso em: 7 maio 2024.

AREL, Dominique. Ukraine Since the War in Georgia. **Survival**, v.50, n.6, 2008, p.15-25.

AREL, Dominique. How Ukraine has become more Ukrainian. **Post-Soviet Affairs**, v.34, n.2-3, 2018, p. 186-189.

AREL, Dominique; DRISCOLL, Jesse. **Ukraine's Unnamed War**. Before the Russian Invasion of 2022. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

ARIS KATSARIS. CIS Map. **Wikimedia Commons**, 26 jan.2009. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CIS\\_Map.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CIS_Map.svg). Acesso em: 17 jul. 2024.

ARUTUNYAN, Anna. **Hybrid Warriors**. Proxies, Freelancers and Moscow's Struggle for Ukraine. Londres: Hurst & Company, 2022.

ÅSLUND, Anders. **How Ukraine Became a Market Economy and a Democracy**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2009.

ATTACK against civilians in Ukraine ‘unconscionable’, Security Council hears. **ONU**, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2024/06/1151176>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ATTITUDE of the population of Ukraine to Russia and what the relations between Ukraine and Russia should be, February 2022. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1102>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BALACHUK, Iryna. Okupanty u Heniches’ku vstanovyly pam’iatnyk Leninu [Ocupantes estabeleceram monumento a Lenin em Henichesk]. **Ukrains’ka pravda**, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2022/04/18/7340449/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BALITSKII: VYSELENIE ne podderzhavshikh SVO zhitelei Zaporozh’ia bylo vynuzhdennoi meroi [Balytsky: o despejo de habitantes da região de Zaporizhzhia que não apoiaram a Operação Militar Especial foi uma medida necessária]. **TASS**, 25 fev. 2024. Disponível em: <https://tass.ru/obschestvo/20078081>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BARABANOV, Mikhail. Ukrainian Membership in NATO – Main Challenge to Russia at XXI century. **Centre for Analysis of Strategies and Technologies**, 7 abr. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090201053922/http://www.cast.ru/eng/?id=310>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BAROVA, Ekaterina. Kto spaset Ukrainu? Nikolai Azarov rasskazal, kak dolzhna zakonchit’sia voina [Quem salvará a Ucrânia? Mykola Azarov contou como deve se encerrar a guerra]. **Argumenty i fakty**, 3 ago. 2015. Disponível em:

[https://aif.ru/euromaidan/prediction/ukrainu\\_spasut\\_nikolay\\_azarov\\_rasskazal\\_kak\\_dolzha\\_zakonchitsya\\_voyna](https://aif.ru/euromaidan/prediction/ukrainu_spasut_nikolay_azarov_rasskazal_kak_dolzha_zakonchitsya_voyna). Acesso em: 6 maio 2024.

BARROS, George; STEPANENKO, Kateryna; MIKKELSEN, Noel; MEALIE, Daniel; BERGERON, Thomas; BELCHER, Mitchell; THACKER, Tom; CORDOLA, Benjamin; HURWITZ, Harrison. Assessed Control of Terrain in Ukraine and Main Russian Maneuver Axes as of July 28, 2024, 3:00 PM ET. **Institute for the Study of War**, 28 jul. 2024. Disponível em: <https://understandingwar.org/backgrounders/russian-offensive-campaign-assessment-july-28-2024>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BATTISTELLA, Dario. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Senac, 2014.

BECHEV, Dimitar. **Rival Power: Russia's Influence in Southeast Europe**. New Haven and London: Yale University Press, 2017.

BELKIN, A. Perspektivy vstupleniia Ukrainy v NATO i politika Rossii. Kratkaia analiticheskaia zapiska po itogam zasedaniia rabochei gruppy SVOP «Rossiia—Ukraina» (4 fevralia 2008 g.) [As perspectivas da entrada da Ucrânia na OTAN e a política da Rússia. Breve nota analítica na sequência da reunião do grupo de trabalho do SVOP “Rússia—Ucrânia” (4 de fevereiro de 2008)]. **SVOP**, 4 fev. 2008. Disponível em: <https://svop.ru/files/meetings/m014013373295451.pdf>. Acesso em: 17 abr.2023.

BERDYNS'KYKH, Kristina. Renesans kuma. Viktor Medvedchuk otrymuie finansovi ta politychni dyvidendy iak vid Moskvyy, tak i vid Kyieva [O renascimento do compadre. Viktor Medvedchuk recebe dividendos financeiros e políticos tanto de Moscou, quanto de Kiev]. **NV**, 20 out. 2017. Disponível em: <https://nv.ua/ukr/ukraine/politics/renesans-kuma-viktor-medvedchuk-otrimuye-finansovi-ta-politichni-dividendi-yak-vid-moskvi-tak-i-vid-kiyeva-arhiv-nv-2095532.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

BESEDY «Sergeia Glazieva» o Kryme i besporiadkakh na vostoce Ukrainy. Rasshifrovka [As conversas de “Sergei Glaziev” sobre a Crimeia e às agitações no leste da Ucrânia. Transcrição]. **Meduza**, 22 ago. 2016. Disponível em: <https://meduza.io/feature/2016/08/22/besedy-sergeya-glazieva-o-kryme-i-besporiadkakh-na-vostoce-ukrainy-rasshifrovka>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BIRCHAK, Volodymyr; SEREDA; Sofiia. Taemnytsia spravy bat'ka Medvedchuka: natsysty, OUN, KDB, GPU i Harvard [O segredo do processo do pai de Medvedchuk: nazistas, OUN, KGB, GPU e Harvard]. **Radio Svoboda**, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://www.radiosvoboda.org/a/29605028.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BODROVA, Hanna. Hennadii Trukhanov, mer Odesy. V obgruntovanii zlobi do voroha maiemo zberehty oblychchia hidnoï natsii [Hennadii Trukhanov, prefeito de Odesa. No justificado rancor ao inimigo, devemos manter a face de uma nação digna]. **Ukrinform**, 9 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ukrinform.ua/rubric-regions/3883149-gennadij-truhanov-mer-odesi.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BOL'SHAIA STROIKA, ipotechnye skandaly, nastroeniia gorozhan. Chto seichas proiskhodit v Mariupole [Grandes construções, escândalos com hipotecas, o humor dos habitantes. O que está acontecendo agora em Mariupol]. **Strana.ua**, 8 abr. 2024. Disponível em: <https://ctrana.news/news/460541-mariupol-2024-chto-sejchas-proiskhodit-v-horode.html>.

Acesso em: 13 jun. 2024.

BORDACHEV, Timofei. Kakim budet reshenie ukrainskogo voprosa [Qual será a solução para a questão ucraniana]. **Vzgliad**, 24 ago. 2021a. Disponível em: <https://vz.ru/opinions/2021/8/24/1115238.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BORDACHEV, Timofei. Posledniaia imperiia i ee sosedi [O último império e seus vizinhos]. **Russia in Global Affairs**, v.19, n.2, 2021b, p.8-24.

BORDACHEV, Timofei. Osobennosti rastvoreniia ukrainskoi gosudarstvennosti [As particularidades da dissolução da condição de Estado da Ucrânia]. **Vzgliad**, 10 jan. 2023. Disponível em: <https://vz.ru/opinions/2023/1/10/1194324.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BUDERATSKYI, Ievhen; KOZLIUK, Stas. Tak pochynalasia viina. Iak FSB pidryvala doviru do Ievromaidanu i hotuvala vtorhnennia rosiis'koï armii [Assim começou a guerra. Como o FSB minou a confiança no Euromaidan e preparou a invasão do exército russo]. **Ukrains'ka pravda**, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/articles/2024/03/26/7448114/>. Acesso em: 17 maio 2024.

CHARAP; Samuel; RADCHENKO, Sergey. The Talks That Could Have Ended the War in Ukraine. **Foreign Affairs**, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/ukraine/talks-could-have-ended-war-ukraine>. Acesso em: 1 maio 2024.

CHEPURIN, Aleksandr. Vystuplenie A. Chepurina [Discurso de A. Chepurin]. In: ZATULIN, Konstantin (Ed.). **Materialy «kruglogo stola» «Russkoiazychnaia Ukraina: vozmozhnosti i problemy konsolidatsii»** (Moskva, 27 aprelia 2009 goda) [Materiais da mesa redonda “A Ucrânia russófona: possibilidades e problemas de consolidação” (Moscou, 27 de abril de 2009)]. Moscou: Comissão do Governo da Rússia para Assuntos dos Compatriotas no Exterior e Instituto da Diáspora e da Integração (Instituto dos Países da CEI), 2009.

CHERNOMYRDIN pozhalovalsia OBSE na pritesneniia russkoiazychnykh v Ukraine [Chernomyrdin queixou-se à OSCE a respeito da opressão sobre russófonos na Ucrânia]. **Focus**, 22 abr. 2009. Disponível em: <https://focus.ua/politics/39252>. Acesso em: 4 mar. 2024.

CHOBIT, Dmytro. **Nartsys, abo shtrykhy do politychnoho portretu Viktora Medvedchuka** [Narciso, ou traços para um retrato político de Viktor Medvedchuk]. Kiev e Brody: Prosvita, 2001.

CHOTINER, Isaac. Why John Mearsheimer Blames the U.S. for the Crisis in Ukraine. **The New Yorker**, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/why-john-mearsheimer-blames-the-us-for-the-crisis-in-ukraine>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CHTO IZVESTNO o liudiakh, kotorye popali v novyi spisok sanktsii RF [O que se sabe sobre as pessoas incluídas na nova lista de sanções da Federação Russa]. **Ukrains'ka pravda**, 25 dez. 2018. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/articles/2018/12/25/7202280/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CHY VLASTYVI ukrainsiam nastroi separatyzmu [Os sentimentos separatistas são característicos dos ucranianos]? **Fundação Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv**, 11 abr. 2014. Disponível em: <https://dif.org.ua/article/chi-vlastivi-ukraintsyam-nastroi-separatizmu>.

Acesso em: 22 abr. 2024.

CMS GREEN. Region of Galicia in modern Europe map. **Wikimedia Commons**, 12 out. 2020. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Region\\_of\\_Galicia\\_in\\_modern\\_Europe\\_map.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Region_of_Galicia_in_modern_Europe_map.png). Acesso em: 17 jul. 2024.

CONSELHO DA PROVÍNCIA DE LUHANSK. **Reshenie 26 noiabria 2004 g. N°16/1. Ob ukreplenii organizatsionnoi struktury mestnoi vlasti v Luganskoi oblasti** [Decisão de 26 de novembro de 2004. N°16/1. Sobre o fortalecimento da estrutura organizacional do poder local na oblast' de Luhansk], 26 nov. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150301143805/http://oblrada.lg.ua/node/2159>. Acesso em: 15 nov. 2023.

COOK, Steven A. Loving Dictators Is as American as Apple Pie. **Foreign Policy**, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/04/26/loving-dictators-is-as-american-as-apple-pie/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

COOPER, Helene; GIBBONS-NEFF, Thomas; SCHMIDT, Eric; BARNES, Julian E. Troop Deaths and Injuries in Ukraine War Near 500,000, U.S. Officials Say. **The New York Times**, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/08/18/us/politics/ukraine-russia-war-casualties.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CSONU. **Provisional verbatim record of the three thousand two hundred and fifty-sixth meeting**, 20 jul. 1993. Disponível em: [https://digitallibrary.un.org/record/170212/files/S\\_PV.3256-EN.pdf?ln=en](https://digitallibrary.un.org/record/170212/files/S_PV.3256-EN.pdf?ln=en). Acesso em: 11 maio 2023.

D'ANIERI, Paul. Gerrymandering Ukraine? Electoral Consequences of Occupation. **East European Politics and Societies**, v.33, n.1, 2019, p.89-108.

D'ANIERI, Paul. Introduction. In: KOSTENKO, Yuri. **Ukraine's Nuclear Disarmament**. A History. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

D'ANIERI, Paul. Ucrânia e Rússia: dos acordos de Minsk à invasão de 2022. In: LOUREIRO, Felipe (Org.). **Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

D'ANIERI, Paul. **Ukraine and Russia**. From Civilized Divorce to Uncivil War. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

DEKLARATSIIA «Russkii Kherson» [Declaração “Kherson russa”]. **Fórum Social “Nós estamos juntos com a Rússia”**, 30 jul. 2022. Disponível em: [https://khogov.ru/wp-content/uploads/2022/08/6\\_m\\_doc-24-print\\_0208.pdf](https://khogov.ru/wp-content/uploads/2022/08/6_m_doc-24-print_0208.pdf). Acesso em: 16 ago. 2022.

DERGACHEV, Vladimir; GALIMOVA, Natalia; PODOSENOV, Sergei. Uvazhaem, no ne priznaem [Respeitamos, mas não reconhecemos]. **Gazeta.ru**, 5 nov. 2014. Disponível em: [https://www.gazeta.ru/politics/2014/11/05\\_a\\_6290025.shtml](https://www.gazeta.ru/politics/2014/11/05_a_6290025.shtml). Acesso em: 1 jul. 2024.

DEVLIN, Kayleen; HORTON, Jake; ROBINSON, Olga. Ukraine crisis: Is Russia staging

'false flag' incidents? **BBC**, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/60470089>. Acesso em: 9 jul. 2024.

DEYERMOND, Ruth. The Uses of Sovereignty in Twenty-first Century Russian Foreign Policy. **Europe-Asia Studies**, v.68, n.6, 2016, p.957-984.

DMITRII MEDVEDEV vyrazil podderzhku usiliyam partii «Oppozitsionnaia platforma – Za zhizn'» po nedopushcheniiu vvedeniia tsenzury protiv trekh ukrainskikh telekanalov [Dmitry Medvedev manifestou apoio aos esforços do partido “Plataforma de Oposição – Pela Vida” para impedir a introdução da censura contra os três canais televisivos ucranianos]. **Rússia Unida**, 6 fev. 2021. Disponível em: <https://er.ru/activity/news/dmitrij-medvedev-vyrazil-podderzhku-usiliyam-partii-oppozitsionnaya-platforma-za-zhizn-po-nedopushcheniyu-vvedeniya-cenzury-protiv-treh-ukrainskikh-telekanalov>. Acesso em: 4 jul. 2024.

DNR. **Deklaratsiia o suverenitete Donetskoi Narodnoi Respubliki** [Declaração de soberania da República Popular de Donetsk], 7 abr. 2014a. Disponível em: <https://www.mk.ru/politics/article/2014/04/07/1010161-russkaya-vesna-v-dokumentah-kakie-aktyi-prinyala-donetskaya-narodnaya-respublika.html>. Acesso em: 2 maio 2014.

DNR. **Akt o provozglashenii gosudarstvennoi samostoiatel'nosti Donetskoi Narodnoi Respubliki** [Ato de Declaração de Autonomia Estatal da República Popular de Donetsk], 7 abr. 2014b. Disponível em: <https://www.mk.ru/politics/article/2014/04/07/1010161-russkaya-vesna-v-dokumentah-kakie-aktyi-prinyala-donetskaya-narodnaya-respublika.html>. Acesso em: 2 maio 2014.

DNR. **Obrashchenie Donetskoi Narodnoi Respubliki k Vladimiru Putinu** [Apelo da República Popular de Donetsk a Vladimir Putin], 7 abr. 2014c. Disponível em: <https://www.mk.ru/politics/article/2014/04/07/1010161-russkaya-vesna-v-dokumentah-kakie-aktyi-prinyala-donetskaya-narodnaya-respublika.html>. Acesso em: 2 maio 2014.

DO DNIA zakhysnyka Ukraïny [Ao Dia do Defensor da Ucrânia]. **Rating Group**, 2018. Disponível em: [https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/rg\\_defender\\_s\\_day\\_102018.pdf](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_defender_s_day_102018.pdf). Acesso em: 28 jun. 2024.

DOGOVOR o postoiannom neutralitete i garantiakh bezopasnosti Ukrainy. Proekt po sostoianiiu na 15.04.2022 (12.15) [Acordo sobre a Neutralidade Permanente e Garantias de Segurança para a Ucrânia. Projeto conforme a situação em 15/04/2022 (12:15)]. **The New York Times**, 15 abr. 2022. Disponível em: <https://static01.nyt.com/newsgraphics/documenttools/17f655b584276917/07ec81ce-full.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

DOKTRINA «Russkii Donbass» [Doutrina “Donbas russo”]. **Russkii tsentr**, 2021. Disponível em: [https://russian-center.ru/wp-content/uploads/2021/01/Doktrina\\_Russkii\\_Donbass.pdf](https://russian-center.ru/wp-content/uploads/2021/01/Doktrina_Russkii_Donbass.pdf). Acesso em: 19 jun. 2024.

DOKTRINA «RUSSKII DONBASS» prizvana stat' manifestom nashego vybora – Pushilin [A doutrina “Donbass Russo” pretende tornar-se um manifesto da nossa escolha – Pushilin]. **Governo da República Popular de Donetsk**, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210519145700/https://pravdnr.ru/news/doktrina-russkij-donbass-prizvana-stat-manifestom-nashego-vybora-denis-pushilin/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

DOKUMENTATSIU na osvobodzhennykh territoriakh Khar'kovskoi oblasti budut vesti na russkom iazyke [A documentação nos territórios liberados da província de Kharkiv será feita na língua russa]. **TASS**, 6 jul. 2022. Disponível em: <https://tass.ru/mezhdunarodnaya-panorama/15143583>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DOKUMENTY na grazhdanstvo Rossii v Zaporozhskoi oblasti podaiut do 1,5 tys. chelovek v den' [Até 1,5 mil pessoas por dia apresentam documentos para cidadania da Rússia na província de Zaporizhzhia]. **TASS**, 31 jul. 2022. Disponível em: <https://tass.ru/obschestvo/15355649>. Acesso em: 23 jun. 2024.

DUMKY I POHLIADY shchodo vykladannia rosiis'koï movy v ukrains'komovnykh shkolakh i nadannia nepidontrol'nym terytoriiam Donbasu avtonomiï u skladi Ukraïny: Berezen' 2019 roku [Opiniões e visões sobre o ensino da língua russa em escolas ucranianófonas e a concessão de autonomia dentro da Ucrânia aos territórios do Donbass fora de controle: março de 2019]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=832>. Acesso em: 2 jul. 2024.

DUMKY ta pohliady zhyteliv Pivdenno-Skhidnykh oblastei Ukraïny: kviten' 2014 [Opiniões e visões dos habitantes das províncias do sudeste da Ucrânia: abril de 2014]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 20 abr. 2014. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=302>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DYNAMIKA IDEOLOHICHNYKH markeriv [Dinâmica dos marcadores ideológicos]. **Rating Group**, 2012. Disponível em: [https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/rg\\_national\\_markers\\_122012.pdf](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_national_markers_122012.pdf). Acesso em: 23 fev. 2024.

DYNAMIKA IDEOLOHICHNYKH markeriv [Dinâmica dos marcadores ideológicos]. **Rating Group**, 2013. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/2013-27238947/27238947>. Acesso em: 28 jun. 2024

DYNAMIKA REITYNHU partii na vyborakh do Verkhovnoï Rady Ukraïny i kandydativ na vyborakh Prezydenta Ukraïny: rezul'taty telefonnoho opytuvannia, provedenoho 5-13 liutoho 2022 roku [Dinâmica de aprovação dos partidos nas eleições para o Conselho Supremo da Ucrânia e dos candidatos na eleição para presidente da Ucrânia: resultados de pesquisa telefônica realizada em 5-13 de fevereiro de 2022]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=1100>. Acesso em: 3 jul. 2024.

DYNAMIKA STAVLENNIA naseleennia Ukraïny do Rosii ta naseleennia Rosii do Ukraïny, iakykh vidnosyn z Rosiieiu khotily b ukraïntsi [Dinâmica das visões da população da Ucrânia sobre a Rússia e da população da Rússia sobre a Ucrânia, quais relações com a Rússia os ucranianos desejariam]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 4 mar. 2014. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=236>. Acesso em: 21 maio 2024.

«EDINAIA ROSSIIA» VYDVINULA kandidatov na vybory v zaksobraniia i organy mestnoi vlasti novykh regionov [“Rússia Unida” lançou candidatos nas eleições para as assembleias legislativas e órgãos de governo locais das novas regiões]. **Rússia Unida**, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://er.ru/activity/news/edinaya-rossiya-vydvinula-kandidatov-na-vybory-v-zaksobraniya-i-organy-mestnoj-vlasti-novykh-regionov>. Acesso em: 20 jun. 2024.

EDMAPS.COM. **Partition of Ukraine after the Truce of Andrusovo (1667)**, 2022a. Disponível em: <[https://www.edmaps.com/html/map\\_ukraine\\_1667.html](https://www.edmaps.com/html/map_ukraine_1667.html)>. Acesso em: 16 jul. 2024.

EDMAPS.COM. **New Russia (Novorossiia) Governorate, 1796-1802**, 2022b. Disponível em: [https://www.edmaps.com/html/map\\_novorossiia\\_ukraine\\_1800.html](https://www.edmaps.com/html/map_novorossiia_ukraine_1800.html). Acesso em: 16 jul. 2024.

EDMAPS.COM. **The Soviet Ukraine in December 1922**, 2022c. Disponível em: [https://www.edmaps.com/html/map\\_ukraine\\_december\\_1922.html](https://www.edmaps.com/html/map_ukraine_december_1922.html). Acesso em: 16 jul. 2024.

EDMAPS.COM. **Soviet Ukraine, 1953-1991**, 2022d. Disponível em: [https://www.edmaps.com/html/map\\_ukraine\\_1953\\_1991.html](https://www.edmaps.com/html/map_ukraine_1953_1991.html). Acesso em: 17 jul. 2024.

EKS-GLAVA Donetskoi i Luganskoi SBU Petrulevich: Rossiia planirovala zakhvatit' vsiu Ukrainu v tri etapa [Petrulevich, ex-diretor do SBU de Donetsk e Lugansk: a Rússia planejava tomar toda a Ucrânia em três etapas]. **Gordon**, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://gordonua.com/news/war/eks-glava-doneckoy-i-luganskoy-sbu-petrulevich-rossiya-planirovala-zahvatit-vsyu-ukrainu-v-tri-etapa-180775.html>. Acesso em: 28 maio 2024.

EKS-MINISTRI OSVITY Ukraïny Dmytro Tabachnyk otrymav medal' "Uchasnyka spetsial'noï viis'kovoï operatsiï" [Ex-ministro da educação Dmytro Tabachnyk recebeu medalha de "Participante da Operação Militar Especial"]. **Istorychna pravda**, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://www.istorychna.com.ua/short/2024/04/3/163807/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ESTADOS UNIDOS. **Trilateral Statement by the Presidents of the United States, Russia, Ukraine**, 14 jan. 1994a. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41036699>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ESTADOS UNIDOS. **Memorandum on security assurances in connection with Ukraine's accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons**, 5 dez. 1994b. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%203007/Part/volume-3007-I-52241.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

ESTADOS UNIDOS. **Memorandum of conversation. Meeting with President Kuchma of Ukraine**, 16 maio 1997. Disponível em: <https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101469>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ESTADOS UNIDOS. Departamento do Tesouro. **Treasury Designates Four Individuals Involved in Violating Ukrainian Sovereignty**, 17 mar. 2014. Disponível em: <<https://home.treasury.gov/news/press-releases/j12326>>. Acesso em: 9 maio 2024.

ESTADOS UNIDOS. Casa Branca. **Readout of President Joseph R. Biden, Jr. Call with President Vladimir Putin of Russia**, 26 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/01/26/readout-of-president-joseph-r-biden-jr-call-with-president-vladimir-putin-of-russia/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Casa Branca. **U.S.-Russia Presidential Joint Statement on Strategic Stability**, 16 jun. 2021b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing->

room/statements-releases/2021/06/16/u--s-russia-presidential-joint-statement-on-strategic-stability/. Acesso em: 19 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Casa Branca. **Joint Statement on the U.S.-Ukraine Strategic Partnership**, 1 set. 2021c. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/09/01/joint—statement-on-the-u-s-ukraine-strategic-partnership/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Casa Branca. **Remarks by President Biden in Press Conference**, 14 jun. 2021d. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/06/14/remarks-by-president-biden-in-press-conference-3/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ESTADOS UNIDOS. Departamento do Tesouro. **Treasury Sanctions Russian-Backed Actors Responsible for Destabilization Activities in Ukraine**, 20 jan. 2022a. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0562>. Acesso em: 9 maio 2024.

ESTADOS UNIDOS. **Non-paper. Areas of Engagement to Improve Security**, 2 fev. 2022b. Disponível em: [https://elpais.com/infografias/2022/02/respuesta\\_otan/respuesta\\_otan\\_eeuu.pdf](https://elpais.com/infografias/2022/02/respuesta_otan/respuesta_otan_eeuu.pdf). Acesso em: 9 jul. 2024.

FEDORENKO, Konstyantyn; RYBIY, Olena; UMLAND, Andreas. The Ukrainian Party System before and after the 2013–2014 Euromaidan. **Europe-Asia Studies**, v.68, n.4, 2016, p.609-630.

FEKLYUNINA, Valentina. Soft power and identity: Russia, Ukraine and the ‘Russian world(s)’. **European Journal of International Relations**, v.22, n.4, 2016, p.773-796.

FERNANDES, Marcelo. Imperialism and the Question of System Stability. **Contexto Internacional**, v.40, n.1, 2018, p.33-51.

FERRARO, Vicente. A guerra na Ucrânia: Uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. **Conjuntura Austral**, v.13, n.64, 2022a, p.25-50.

FERRARO, Vicente. As contradições nos argumentos de Vladimir Putin para invadir a Ucrânia: os mitos da Otan, da proteção de minorias e de desnazificação. In: GOMIDE, Bruno; JALLAGEAS, Neide (Orgs.). **Ensaio sobre a guerra Rússia Ucrânia**. São Paulo: Kinoruss, 2022b.

FERRARO, Vicente. **O dilema entre democracia e ordem em sociedades divididas: conflitos separatistas, ameaça social e preferências autoritárias na Rússia e na Ucrânia**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022c.

FERT, Andriy. Ukraine’s largest Orthodox church accused of collaborating with Russia. **Open Democracy**, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/odr/ukraine-orthodox-church-moscow-patriarchate-collaboration/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FINKEL, Eugene. What’s happening in Ukraine is genocide. Period. **The Washington Post**,

5 abr. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2022/04/05/russia-is-committing-genocide-in-ukraine/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FORTES, Denis Matoszko. **A Federação Russa e a crise ucraniana de 2013-2014**: entre o jogo das potências e as disputas históricas no "exterior próximo". Dissertação de mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2017.

FREIRE, Maria Raquel. A Rússia em 2021. **Janus**, n.21, 2022, p.62-63.

FREIRE, Maria Raquel. A política externa russa um ano depois: narrativas múltiplas e as suas implicações. **Relações Internacionais**, n.77, 2023, p.45-52.

FROLOV, Kirill. 26 dekabria. Chto posle? [26 de dezembro. O que vem depois?]. **Materik**, 2004. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=98&bulsectionid=8957>. Acesso em: 16 jan. 2024.

GALIAMOV, Rashid; VANDYSHEVA, Ol'ga. Sergei Karaganov: «Chast' liudei poteriali strakh pered adom. Nuzhno vosstanovit'» [Sergei Karaganov: "Parte das pessoas perdeu o medo do inferno. É preciso recuperar"]. **Biznes online**, 7 jan. 2024. Disponível em: <https://www.business-gazeta.ru/article/619108>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GATINSKII, Andrei; ANISIMOVA, Nataliia. Putin otvetil na obrashchenie Gosdumy o priznanii DNR i LNR [Putin respondeu ao apelo da Duma Estatal sobre o reconhecimento da DNR e da LNR]. **RBK**, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.rbc.ru/politics/15/02/2022/620bba399a794790a44eb566>. Acesso em: 9 jul. 2024.

GDP GROWTH (annual %) - Russian Federation. **Banco Mundial**, s.d. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=RU>. Acesso em: 19 jul. 2024.

GEDA, Elena. Ukrainu raskladyvaiut po chastiam [A Ucrânia está sendo desmontada em pedaços]. **Kommersant**, 16 jul. 2012. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/1981639>. Acesso em: 4 maio 2024.

GEOPOLITICHESKIE ORIENTATSII zhitelei Ukrainy: iiun' 2021 goda [Orientações geopolíticas dos habitantes da Ucrânia: junho de 2021]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 18 jul. 2021. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/index.php?lang=rus&cat=reports&id=1054>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GIULIANO, Elise. The Social Bases of Support for Self-determination in East Ukraine. **Ethnopolitics**, v.14, n.5, 2015, p.513-522.

GIULIANO, Elise. Who supported separatism in Donbas? Ethnicity and popular opinion at the start of the Ukraine crisis. **Post-Soviet Affairs**, v.34, n.2-3, 2018, p.158-178.

GLAZIEV I ZATULIN otvetili na publikatsiiu proslushki ikh razgovorov o Kryme [Glaziev e Zatulin responderam à publicação do grampo de suas conversas sobre a Crimeia]. **RBK**, 23 ago. 2016. Disponível em: <https://www.rbc.ru/rbcfreenews/57bc262b9a7947855ab36bf2>. Acesso em: 10 abr. 2024.

GONIK, Nicole; CIARAMELLA, Eric. War and Peace: Ukraine's Impossible Choices.

**Carnegie Endowment for International Peace**, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2024/06/ukraine-public-opinion-russia-war?lang=en>. Acesso em: 14 jul. 2024.

GORIACHKIN, Dmitrii. Kak zakalialas' griaz'. Zhizn' i prikliucheniia Viktora Medvedchuka – ukrainskogo oligarkha, serogo kardinala i kuma Putina [Como a lama endureceu. A vida e as aventuras de Viktor Medvedchuk – o oligarca, eminência parda e compadre ucraniano de Putin]. **Republic**, 29 set. 2022. Disponível em: <https://republic.ru/posts/105367>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GORSOVETY L'vova, Ivano-Frankovska i Vinnitsy priznali Iushchenko prezidentom. Gorsovety Kieva vyrazil nedoverie TSIK [Conselhos municipais de Lviv, Ivano-Frankivsk e Vinnytsia reconheceram Iushchenko como presidente. Conselho municipal de Kiev manifestou desconfiança à Comissão Eleitoral Central]. **Newsru**, 22 nov. 2004. Disponível em: <https://www.newsru.com/world/22nov2004/screenplays.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GRAHAM-HARRISON, Emma; HARDING, Luke; ROTH, Andrew. Confusion over UK claim that Putin plans coup in Ukraine. **The Guardian**, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/jan/22/confusion-over-uk-claim-that-putin-plans-coup-in-ukraine>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GRIGAS, Agnia. **Beyond Crimea**. The New Russian Empire. New Haven e Londres: 2016.

GUNKEL', Elena. Dogovor o druzhbe, sotrudnichestve i partnerstve mezhdU Ukrainoi i RF prekratil deistvie [O Acordo de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Ucrânia e a Federação Russa expirou]. **Deutsche Welle**, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/cda/ru/договор-о-дружбе-сотрудничестве-и-партнерстве-между-украиной-и-рф-прекратил-действие/a-48152810>. Acesso em: 13 maio 2024.

GUSHCHIN, Aleksandr; LEVCHENKOV, Aleksandr. Ukraina posle Evromaidana. Piat' let krizisa i nadezhd [A Ucrânia após o Euromaidan. Cinco anos de crise e esperanças]. **Russian International Affairs Council**, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://russiancouncil.ru/activity/workingpapers/ukraina-posle-evromaydana-pyat-let-krizisa-i-nadezhd/>. Acesso em: 8 maio 2024.

HAHN, Gordon M. Russia in 2012: From “Thaw” and “Reset” to “Freeze”. **Asian Survey**, v. 53, n.1, 2013, p.214-223.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. Londres: The Macmillan Press, 1994.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HARAN, Olexiy; BELMEGA, Vasyl. **Left and Center-Left Parties in Ukraine**. Berlim: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.

HARRIS, Shane; DEYOUNG, Karen; KHURSHUDYAN, Isabelle; PARKER, Ashley; SLY, Liz. Road to war: U.S. struggled to convince allies, and Zelensky, of risk of invasion. **The Washington Post**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/national-security/interactive/2022/ukraine-road-to-war/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

HASLAM, Jonathan. **A necessidade é a maior virtude**: o pensamento realista nas relações internacionais desde Maquiavel. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HAUTER, Jakob. **Russia's Overlooked Invasion**. The Causes of the 2014 Outbreak of War in Ukraine's Donbas. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2023.

HEADLEY, James. **Russia and the Balkans**: Foreign Policy from Yeltsin to Putin. London: Hurst Publishers, 2008.

HILL, Fiona; STENT, Angela. The World Putin Wants. **Foreign Affairs**, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/world-putin-wants-fiona-hill-angela-stent>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HORODYS'KYI, Ivan. Zminy do Konstytutsii 2019 roku ta inozemni viis'kovi bazy: shcho my (ne) vtratyly? [As mudanças de 2019 na constituição e as bases militares estrangeiras: o que nós (não) perdemos?]. **Iurydychna hazeta**, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://yur-gazeta.com/publications/practice/inshe/zmini-do-konstituciyi-2019-roku-ta-inozemni-viyskovyi-bazy-shcho-mi-ne-vtratili.html>. Acesso em: 23 maio 2023.

HROMADS'KA DUMKA pro sytuatsiiu na Donbasi ta shliakhy vidnovlennia suverenitetu Ukraïny nad okupovanymy terytoriiamy (liutyi 2020r.) [Opinião pública sobre a situação no Donbass e os passos para a restauração da soberania da Ucrânia sobre os territórios ocupados (fevereiro de 2020)]. **Tsentr Razumkov**, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://razumkov.org.ua/napriamky/sotsiologichni-doslidzhennia/gromadska-dumka-pro-sytuatsiiu-na-donbasi-ta-shliakhy-vidnovlennia-suverenitetu-ukrainy-nad-okupovanymy-terytoriiamy-liutyi-2020r>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HRUSHETSKYI, Anton. Level of trust in politicians, electoral rating and attitude to certain initiatives / events: January 2021. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 2 fev. 2021. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1003>. Acesso em: 4 jul. 2024.

HRUSHETSKYI, Anton. Dynamics of the population's attitude to Russia and the emotional background due to the war: the results of a telephone survey conducted on May 13-18, 2022a. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 26 maio 2022a. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1112>. Acesso em: 15 jun. 2023.

HRUSHETSKYI, Anton. Iakymy ukraïntsi bachat' vidnosyny Ukraïny i rosii: rezul'taty telefonnoho opytuvannia, provedenoho 6-20 lypnia 2022 roku [Como os ucranianos veem as relações entre Ucrânia e Rússia: resultados de pesquisa telefônica realizada em 6-20 julho de 2022]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 1 ago. 2022b. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=rus&cat=reports&id=1127>. Acesso em: 28 jun. 2024.

HRUSHETSKYI, Anton. Iakymy ukraïntsi bachat' vidnosyny Ukraïny i Rosii: rezul'taty telefonnoho opytuvannia provedenoho 26 travnia – 5 chervnia 2023 roku [Como os ucranianos veem as relações entre Ucrânia e Rússia: resultados de pesquisa telefônica realizada em 26 de maio – 5 junho de 2023]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=1253>. Acesso em: 12 jul. 2024.

HRUSHETSKYI, Anton. Dynamika stavlennia do statusu rosiis'koï movy v Ukraïni [Dinâmica de visões sobre o status da língua russa na Ucrânia]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 12 mar. 2024a. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=1385>. Acesso em: 12 jul. 2024.

HRUSHETSKYI, Anton. Spryniattia ukraïntsiamy mety Rosiï u viini proty Ukraïny [Percepção dos ucranianos sobre o objetivo da Rússia na guerra contra a Ucrânia]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 13 jun. 2024b. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=1415>. Acesso em: 13 jun. 2024.

HRUSHETSKYI, Anton. Dynamika hotovnosti do terytorial'nykh postupok ta stavlennia do okremykh paketiv myrnykh domovlenosti [Dinâmica de disposição para concessões territoriais e posicionamentos com relação a determinados pacotes de acordos de paz]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 23 jul. 2024c. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=1421>. Acesso em: 23 jul. 2024.

HURAK, Ihor; D'ANIERI, Paul. The Evolution of Russian Political Tactics in Ukraine. **Problems of Post-Communism**, v.69, n.2, 2022, p.121-132.

IAK VIINA zminyla mene ta kraïnu. Pidsumky roku [Como a guerra me mudou e mudou o país. Balanços do ano]. **Rating**, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/how-the-war-changed-me-and-the-country-summary-of-the-year/255973182>. Acesso em: 15 jul. 2024.

IAK ZMINILASIA dumka ukraïntsiv pro rosiis'ko-ukraïns'ku viinu za dva roky prezidentstva Zelens'koho [Como mudou a opinião dos ucranianos sobre a Guerra Russo-Ucraniana em dois anos da presidência de Zelensky]. **Fundação Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv**, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://dif.org.ua/uploads/doc/1036098559645d0b0cd11051.44311350.docx>. Acesso em: 3 jul. 2024.

IAKYM IE RIVEN' pidtrymky mesedzhiv rosiï'skoï propahandy u zoni konfliktu: sotsiologichne opytuvannia [Qual o nível de apoio às mensagens da propaganda russa na zona de conflito: survey sociológico]. **Detektor media**, 20 mar. 2015. Disponível em: <https://ms.detektor.media/mediadoslidzhennya/post/12847/2015-03-20-yakym-ie-riven-pidtrymky-mesedzhiv-rosiyskoi-propagandy-u-zoni-konfliktu-sotsiologichne-opytuvannya/>. Acesso em: 28 maio 2024.

IAKYM SHLIAKHOM ity Ukraïni — do iakoho soiuzu pryiednuvatys'? [Qual caminho a Ucrânia deve seguir — ingressar em qual união?]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 3 out. 2013. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=196>. Acesso em: 9 abr. 2024.

IANUKOVICH OBRATILSIA k Zelenskomu [Ianukovich dirigiu-se a Zelensky]. **RIA Novosti**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://ria.ru/20220308/ukraina-1777122765.html>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IANUKOVICH PREDLOZHIL vvesti dlia ukraïntsev dvoïnoe grazhdanstvo [Ianukovych propôs a adoção da cidadania dupla para ucranianos]. **Lenta**, 27 set. 2004. Disponível em:

<https://lenta.ru/news/2004/09/27/citizenship/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IANUKOVICH ROSSII ne tovarishch? [Ianukovych não é um camarada para a Rússia?]. **RBC Daily**, 9 jul. 2004. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=85&bulsectionid=7462>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IANUKOVYCH, Viktor. Predvybornaia programma Ianukovicha. Polnyi tekst [Programa eleitoral de Ianukovych. Texto completo]. **Ukraïns'ka pravda**, 12 jul. 2004. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/news/2004/07/12/4379785/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IANUKOVYCH, Viktor. Tri postulata oppozitsii. K chemu stremitsia Partiiia regionov Ukrainy [Os três postulados da oposição. O que busca o Partido das Regiões da Ucrânia]. **Gazeta 2000**, n.43, 2005a. Disponível em: <https://textbooks.lecture.center/uchebnik-mejdunarodnie-otnosheniya/tri-postulata-oppozitsii-chemu-stremitsya-24712.html>. Acesso em: 22 jan. 2024.

IANUKOVYCH, Viktor. Vystuplenie Predsedatelia Partii regionov Viktora Ianukovicha na rasshirennom zasedanii Politsoвета Partii regionov 2 iulia 2005 goda [Discurso do Presidente do Partido das Regiões, Viktor Ianukovych, na reunião expandida do Conselho Político do Partido das Regiões em 2 de julho de 2005]. **Materik**, 2 jul. 2005b. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=115&bulsectionid=11233>. Acesso em: 15 nov. 2023.

IANUKOVYCH, Viktor. **Zaiava** [Comunicado], 1 mar. 2014a. Disponível em: <https://www.unian.net/politics/10028060-poyavilsya-polnyy-tekst-obrashcheniya-yanukovicha-k-putinu-o-vvedenii-voysk-v-ukrainu.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

IANUKOVYCH, Viktor. **Carta a Vladimir Putin**, 1 mar. 2014b. Disponível em: <https://www.unian.net/politics/10028060-poyavilsya-polnyy-tekst-obrashcheniya-yanukovicha-k-putinu-o-vvedenii-voysk-v-ukrainu.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

IAVKA DO 95%. Kakie rezul'taty "vyborov" na zakhvachennykh territoriiakh Ukrainy ob'iavila RF [Taxa de comparecimento de até 95%. Quais resultados a Federação Russa anunciou para as "eleições" nos territórios capturados da Ucrânia]. **Strana.ua**, 11 set. 2023. Disponível em: <https://ctrana.news/news/445014-kakie-rezultaty-rossijskikh-vyborov-na-zakhvachennykh-territorijakh-ukrainy.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

IDET VTOROI mesiats voiny v Ukraine. Obstanovka v gorodakh i polozenie na fronte. Obnovliaetsia [A guerra na Ucrânia está em seu segundo mês. A situação nas cidades e no front. Em atualização]. **Strana.ua**, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://ctrana.news/news/383369-vojna-v-ukraine-26-marta-poteri-rf-i-situatsija-v-kieve-kharkove-mariupole-nikolaev.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

IELTSIN, Boris. Predsedatel' Verkhovnogo Soveta RSFSR El'tsin B.N. Tekst vystupleniia B.N. Iel'tsina v Verkhovnom Sovete Ukrainy v sviazi s podpisaniem dogovora ob osnovakh mezhgosudarstvennykh otnoshenii Ukrainy i Rossii 18.11.1990g. [Presidente do Conselho Supremo da RSFSR B.N. Ieltsin. Texto do discurso de B.N. Ieltsin no Conselho Supremo da Ucrânia com relação à assinatura do acordo sobre os princípios das relações interestatais entre Ucrânia e Rússia de 18/11/1990]. **Iel'tsin Tsentr**, 18 nov. 1990. Disponível em: <https://yeltsin.ru/archive/paperwork/9574/>. Acesso em: 28 set. 2023.

IELTSIN, Boris. Zaiavlenie Borisa El'tsina [Comunicado de Boris Ieltsin]. **Presidente da Rússia**, 31 dez. 1999. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/transcripts/24080>. Acesso em: 14 dez. 2023.

INDIKATORY [Indicadores]. **Centro Levada**, s.d. Disponível em: <https://www.levada.ru/indikatory/>. Acesso em: 20 maio 2024.

INTERV'IU dlia Maksima Nazarova i YouTube-kanala DA ETO TAK [Entrevista para Maksim Nazarov e o canal do YouTube DA ETO TAK]. **Iury Boiko**, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0YaMfOqiiKU>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ISHCHENKO, Volodymyr. Far right participation in the Ukrainian Maidan protests: an attempt of systematic estimation. **European Politics and Society**, v.17, n.4, 2016a, p.453-472.

ISHCHENKO, Volodymyr. The Ukrainian Left during and after the Maidan Protests. **Center for Social and Labor Research**, 26 jan. 2016b. Disponível em: <https://www.cslr.org.ua/en/the-ukrainian-left-during-and-after-the-maidan-protests-2/>. Acesso em: 17 maio 2024.

ISHCHENKO, Volodymyr. Behind Russia's War Is Thirty Years of Post-Soviet Class Conflict. **Jacobin**, 3 out. 2022a. Disponível em: <https://jacobin.com/2022/10/russia-ukraine-war-explanation-class-conflict>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ISHCHENKO, Volodymyr. Towards the Abyss. **New Left Review**, n.133-134, 2022b. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii133/articles/volodymyr-ishchenko-towards-the-abyss>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ISHCHENKO, Volodymyr. The Minsk Accords and the Political Weakness of the "Other Ukraine". **Russian Politics**, v.8, n.2, 2023, p.127-146.

ISTOCHNIK: SOTRUDNIK FSB Beseda nakhodilsia v Kieve 20-21 fevralia [Fonte: o agente do FSB, Beseda, encontrava-se em Kiev em 20-21 de fevereiro]. **TASS**, 5 abr. 2014. Disponível em: <https://tass.ru/politika/1099468>. Acesso em: 2 maio 2024.

IU. BOIKO ocholyv nove ob'iednannia u Verkhovnij Radi «Platforma za zhyttia ta myr» [Iury Boiko liderou o novo grupo no Conselho Supremo, "Plataforma pela Vida e a Paz"]. **PZZhM**, 21 abr. 2022a. Disponível em: <https://t.me/OppositionPlatformForLife/1355>. Acesso em: 14 jul. 2024.

IUNANOV, Boris; MOKRUSHIN, Sergei. «A Zaporozh'e chego molchit?» ["E porque Zaporizhzhia está calada?"]. **Novoe vremia**, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://newtimes.ru/articles/detail/116645/>. Acesso em: 27 maio 2024.

IUSHCHENKO, Viktor. Prohrama kandidata na post prezydenta Ukraïny Iushchenka Viktora Andriiovycha [Programa do candidato ao posto de presidente da Ucrânia Viktor Andriiovych Iushchenko]. **Viktor Iushchenko**, 9 jul. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040820162308/www.yuschenko.com.ua/ukr/Future/885/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IUSHCHENKO, Viktor. Lyst Prezydenta Ukraïny Viktora Iushchenka Prezydentu Rosiis'koï

Federatsii Dmytru Medvedievu [Carta do presidente da Ucrânia, Viktor Iushchenko, ao presidente da Federação Russa, Dmitrii Medvedev]. **Conselho Supremo da Ucrânia**, 13 ago. 2009. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/n0028100-09#Text>. Acesso em: 8 mar. 2024.

IUSUPOVA, Irina. Partiiia regionov podpisala soglashenie o sotrudnichestve s «Edinoi Rossiei» [Partido das Regiões assinou acordo de cooperação com o “Rússia Unida”]. **Inter**, 2 jul. 2005. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=115&bulsectionid=11245>. Acesso em: 15 nov. 2023.

IVANOV, Gleb. «Dazhe esli zakhochet mira, emu ne dadut». Chego ozhidat’ Rossii ot Zelenskogo [“Mesmo que queira a paz, a ele não será permitido”. O que a Rússia pode esperar de Zelensky]? **Argumenty i fakty**, 23 abr. 2019. Disponível em: [https://aif.ru/politics/world/dazhe\\_esli\\_zahochet\\_mira\\_emu\\_ne\\_dadut\\_chego\\_ozhidat\\_rossii\\_ot\\_zelenskogo](https://aif.ru/politics/world/dazhe_esli_zahochet_mira_emu_ne_dadut_chego_ozhidat_rossii_ot_zelenskogo). Acesso em: 13 maio 2024.

IVSHINA, Ol’ga. «Voina — delo mododykh». Chto izvestno o poteriikh Rossii v Ukraine za 855 dnei voyny [“A guerra é um assunto dos jovens”. O que se sabe sobre as baixas da Rússia na Ucrânia em 855 dias de guerra]. **BBC**, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/russian/articles/c728lr7ellzo>. Acesso em: 15 jul. 2024.

IZMENENIIA v zakone “Ob oborone”, razreshaiushchie prezidentu RF otpravliat’ armiiu za rubezh [Mudanças na lei “Sobre defesa” que permitem ao presidente da Federação Russa enviar o exército para o exterior]. **Rossiiskaia Gazeta**, 13 nov. 2009. Disponível em: <https://rg.ru/documents/2009/11/13/armia-dok.html>. Acesso em: 27 fev. 2024.

KAK ZAKONCHILIS’ referendumy o prisoedinenii k Rossii chetyrekh regionov [Como se encerraram os referendos de incorporação das quatro regiões à Rússia]. **RBK**, 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.rbc.ru/politics/28/09/2022/6332fded9a794742db2baab8>. Acesso em: 23 jun. 2024.

KAKAIA UKRAINA nam nuzha? Kontury budushchego [De que tipo de Ucrânia precisamos? Contornos do futuro]. **Ukraina.ru**, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://ukraina.ru/20230731/1048377060.html>. Acesso em: 25 jun. 2024.

KAKIM PUTEM idti Ukraine – k kakomu soiuzu prisoediniat’sia? [Qual caminho a Ucrânia deve seguir – a qual bloco aderir?]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 3 out. 2013. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=rus&cat=reports&id=196>. Acesso em: 28 jun. 2024.

KANALY Medvedchuka finansiruiutsia iz kompanii v ORLO – istochniki [Os canais de Medvedchuk são financiados por empresas em determinados distritos da província de Luhansk - fontes]. **Ukrains’ka pravda**, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/news/2021/02/3/7282148/>. Acesso em: 9 maio 2024.

KANAT, Kilic B. Diversionary Foreign Policy in Authoritarian States: The Use of Multiple Diversionary Strategies by Saddam Hussein during the Gulf War. **Journal of Strategic Security**, v.7, n.1, 2013, p.16-32.

KAPPELER, Andreas. **Nerivni braty**. Ukraïntsi ta rosiiany vid seredn’ovichchia do suchasnosti [Irmãos desiguais. Ucrânios e russos da Idade Média à contemporaneidade].

Chernivtsi: Knyhy XXI, 2018.

KARAGANOV, Sergei. Izbezhat Afganistana-2 [Evitar um Afeganistão-2]. **Vedomosti**, 28 jul. 2014. Disponível em: <https://www.vedomosti.ru/opinion/articles/2014/07/28/izbezhat-afganistana-2>. Acesso em: 8 maio 2024.

KARAGANOV, Sergei. Liudi real'nosti v SShA smeniaiut liudei ideologii [Pessoas da realidade nos Estados Unidos substituem pessoas da ideologia]. **Rossiiskaia gazeta**, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://rg.ru/2016/12/30/sergej-karaganov-liudi-realnosti-v-ssha-smeniaiut-liudej-ideologii.html>. Acesso em: 1 abr. 2024.

KARAGANOV, Sergei. Ot konstruktivnogo razrusheniia k sobiraniuu [Da destruição construtiva à agregação]. **Russia in Global Affairs**, v.20, n.2, 2022, p.52-69.

KARAGANOV, Sergei. Sergei Karaganov: Nedopustimo sokhranenie ukrainskoi gosudarstvennosti na osnove smesi rusofobii i chudovishchnogo kompradorstva ee elit [Sergei Karaganov: é inaceitável a preservação do Estado ucraniano fundado na mistura da russofobia e do monstruoso compradorismo de sua elite]. **Rossiiskaia gazeta**, 1 mar. 2023. Disponível em: <https://rg.ru/2023/03/01/ukraina-i-sibir.html>. Acesso em: 15 jul. 2024

KASIANOV, Heorhii. **Ukraina 1991-2007: ocherki noveishei istorii** [Ucrânia 1991-2007: ensaios de história recente]. Kiev: Nash chas, 2008.

KASIANOV, Heorhii. **Ukraina i sosedi: istoricheskaia politika.1987-2018** [A Ucrânia e seus vizinhos: política histórica 1987-2018]. Moscou: Novoe literaturnoe obozrenie, 2019a.

KASIANOV, Heorhii. Bez dekkommunizatsii i UPA. Chto prineset smena glavy Ukrainского instituta natsional'noi pamiati [Sem descomunização e a UPA]. O que trará a mudança de diretor do Instituto Ucraniano de Memória Nacional?. **Carnegie Berlin Center**, 4 out. 2019b. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/posts/2019/10/ukraine-prepares-to-grasp-the-nettle-of-its-history-politicsagain?lang=ru&center=russia-eurasia>. Acesso em: 5 jul. 2024.

KASIANOV, Heorhii. “Denazification” and the Use of the Ukrainian Nationalist History Myth by Russia. **IEŚ Policy Papers**, n.10, 2023, p.15-30.

KASSR. Conselho Supremo. **Deklaratsiia o gosudarstvennom suverenitete Kryma** [Declaração de soberania estatal da Crimeia], 4 set. 1991. Disponível em: <https://www.interfax.ru/30years/785823>. Acesso em: 10 maio 2023.

KATCHANOVSKI, Ivan. **Cleft Countries**. Regional Political Divisions and Cultures in Post-Soviet Ukraine and Moldova. Stuttgart: ibidem-Verlag, 2006.

KATCHANOVSKI, Ivan. The Separatist War in Donbas: A Violent Break-up of Ukraine? **European Politics and Society**, v.17, n.4, 2016, p.473-489.

KAUROV, Valerii. Novorossia prosnulas'! [A Novorossiia acordou!]. **Materik**, s.d. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=98&bulsectionid=8966>. Acesso em: 16 jan. 2004.

KAZAKI, byvshie “Slugi naroda” i Tabachnik. Kto idet na “vybory” na zakhvachennykh

territoriiakh Ukrainy [Cossacos, ex-“Servos do povo” e Tabachnik. Quem vai às “eleições” nos territórios capturados da Ucrânia]. **Strana.ua**, 10 set. 2023. Disponível em: <https://ctrana.news/news/444783-rossijskie-vybory-2023-na-zakhvachennykh-territorijakh-ukrainy.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KAZANSKY, Denys; VOROTYNTSEVA, Maryna. **Iak Ukraïna vtrachala Donbas** [Como a Ucrânia perdeu o Donbass]. Kiev: Chorna hora, 2020.

KERMACH, Ruslan. Attitudes of Ukrainians toward Russia and Russians: Dynamics and Main Trends. In: HARAN, Olexiy; YAKOVLYEV, Maksym (eds.). **Constructing a Political Nation: Changes in the Attitudes of Ukrainians during the War in the Donbas**. Kiev: Stylos Publishing, 2017.

KHERSONS’KA oblrada na ekstrenomu zasidanii vidkynula ideiiu stvorennia “KhNR” [Conselho da província de Kherson, em sessão de emergência, rejeita a ideia de criação de uma “República Popular de Kherson”]. **Ukraïns’ka pravda**, 12 mar. 2022. Disponível em: <https://www.prawda.com.ua/news/2022/03/12/7330824/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

KHIMSHIAVILI, Polina; TADTAEV, Georgii. Kreml’ otkazom otvetil na prizyv Simon’ian prisoadinit’ Donbass k Rossii [O Kremlin respondeu com negativa ao apelo de Simonian pela anexação do Donbass à Rússia]. **RBK**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.rbc.ru/politics/29/01/2021/6013d8289a79473a8af3b982>. Acesso em: 16 abr. 2024.

KHISAMOV, Iskander. Zatulin: oshibkoi bylo uderzhivat’ opolchenie Donbassa [Zatulin: foi um erro conter a milícia do Donbass]. **Ukraina.ru**, 3 out. 2018. Disponível em: <https://ukraina.ru/20181003/1021299994.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

KHMELKO, Valery; DYSHEVLYI, Oleksandr. Pivroku Ievromaidanu: do IES hotovi pryiednatysia na 20% bil’she ukraïntsiiv, nizh do Mytnoho Soiuzu [Meio ano do Euromaidan: 20% a mais dos ucranianos estão prontos para entrar na UE do que na União Aduaneira]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 30 maio 2014. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=336>. Acesso em: 26 jul. 2024.

KHMILEVS’KA, Viktoriia. «Glava DNR» hotuie try varianty zvernennia do Putina [“Glava da DNR” prepara três variantes de apelo a Putin]. **Dzerkalo tyzhnia**, 10 abr. 2021. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/POLITICS/hlava-dnr-hotuje-tri-varianti-zvernennja-do-putina.html>. Acesso em: 8 jul. 2024.

KLIMIN, I.I. **Rossiia i Ukraina**. Trudnyi put’ k vzaimoponimaniuu (1990-2009) [Rússia e Ucrânia. Um difícil caminho para o entendimento mútuo (1990-2009)]. São Petersburgo: Nestor, 2009.

KOLESNICHENKO, Vadym. Vystuplenie V. Kolesnichenko [Discurso de V. Kolesnichenko]. In: ZATULIN, Konstantin (Ed.). **Materialy «kruglogo stola» «Russkoiazycznaia Ukraina: vozmozhnosti i problemy konsolidatsii»** (Moscou, 27 de abril de 2009) [Materiais da mesa redonda “A Ucrânia russófona: possibilidades e problemas de consolidação” (Moscou, 27 de abril de 2009)]. Moscou: Comissão do Governo da Rússia para Assuntos dos Compatriotas no Exterior e Instituto da Diáspora e da Integração (Instituto dos Países da CEI), 2009.

KOMITET spaseniia Ukrainy vydvinul kandidata v prezidenty [Comitê de Salvação da Ucrânia nomeou candidato a presidente]. **Vedomosti**, 3 ago. 2015. Disponível em: <https://www.vedomosti.ru/politics/articles/2015/08/03/603231-komitet-spaseniya-ukraini-vidvinul-kandidata-v-prezidenti>. Acesso em: 25 jan. 2023.

KOMMENTARII k itogam prezidentskikh vyborov na Ukraine [Comentários sobre o resultado da eleição presidencial na Ucrânia]. **TV Tsentr**, 28 dez. 2004. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=99&bulsectionid=9067>. Acesso em: 16 jan. 2024.

KOMMIUNIKE po itogam konsul'tatsii 28-30 marta 2022 goda. Osnovnye polozeniia Dogovora o garantiakh bezopasnoti Ukrainy [Comunicado após as consultas de 28-30 de março de 2022. Principais disposições do Acordo sobre Garantias de Segurança para a Ucrânia]. **The New York Times**, 2022. Disponível em: <https://static01.nyt.com/newsgraphics/documenttools/a5214f759bae786d/166ec410-full.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

KONCEPT federatyvnoï reformy v Ukraïni [Conceito de reforma federativa na Ucrânia]. **Escolha Ucraniana**, 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140403231236/http://vybor.ua/documents/federalization/19.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

KONFLIKT s Ukrainoi: osnovnye indikatory, otvetstvennost', povody dlia bespokoistva, ugroza stolknoveniia s NATO i primeneniia iadernogo oruzhiia [O conflito com a Ucrânia: principais indicadores, responsabilidade, motivos para preocupação, ameaça de confronto com a OTAN e do uso de armas nucleares]. **Centro Levada**, 4 jul. 2024.. Disponível em: <https://www.levada.ru/2024/07/04/konflikt-s-ukrainoj-osnovnye-indikatory-otvetstvennost-povody-dlya-bespokoistva-ugroza-stolknoveniya-s-nato-i-primeneniya-yadernogo-oruzhiya/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

KONONCHUK, Svitlana; IAROSH, Oleh. **Priorytety zovnishn'oi polityky u politychnykh pozytsiakh kandydativ u prezidenty Ukraïny** [Prioridades de política externa nos posicionamentos políticos dos candidatos a presidente da Ucrânia]. Kiev: Ukrainian Center for Independent Political Research, 2009.

KONSTANTIN ZATULIN: Federalizatsiia Ukrainy – garantii nepriniatiia antirossiiskikh reshenii [Konstantin Zatulín: a federalização da Ucrânia é uma garantia de não tomada de decisões antirussas]. **Krymskie novosti**, 11 set. 2014. Disponível em: <https://zatulin.ru/konstantin-zatulín-federalizaciya-ukrainy-garantii-neprinyatiya-antirossijskix-reshenij/>. Acesso em: 27 maio 2024.

KORZUN, Iuliia. V Kieve Sivokho prezentuet Natsional'nuiu platformu primireniia s Donbassom [Sivokho apresenta a Plataforma Nacional de Reconciliação com o Donbass em Kiev]. **Strana.ua**, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://ctrana.news/news/254381-serhej-sivokho-prezentuet-natsionalnuju-platformu-primirenija-s-donbassom.html>. Acesso em: 27 jun. 2024.

KOSHKINA, Sonia. **Maidan**. Nerasskazannaia istoriia [Maidan. A história não contada]. Kiev: Bright Star, 2015.

KOSHKINA, Sonia. Troe v lodke i Akhmetov za bortom [Três no barco e Akhmetov ao mar].

**LB**, 14 set. 2018. Disponível em:

[https://rus.lb.ua/news/2018/09/14/407500\\_troe\\_lodke\\_ahmetov\\_bortom.html](https://rus.lb.ua/news/2018/09/14/407500_troe_lodke_ahmetov_bortom.html). Acesso em: 3 maio 2024.

KOTOV, Pavel. Forsait-forum “Kakaia pobeda nam nuzhna?” Kak demilitarizirovat’ i denatsifitsirovat’ Ukrainu [Fórum prospectivo “De qual tipo de vitória precisamos? Como desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia”]. **Ukraina.ru**, 30 maio 2024. Disponível em: <https://ukraina.ru/20240530/1055392258.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KRASNER, Stephen. Rethinking the sovereign state model. **Review of International Studies**, v.27, 2001, p.17-42.

KRAVETS’, Roman; ROMANIUK, Roman. Dva plany Kremlia. Khto mav keruvaty Ukraïnoiui, iakby vpav Kyïv [Os dois planos do Kremlin. Quem lideraria a Ucrânia se Kiev tivesse caído]. **Ukraïns’ka pravda**, 28 fev. 2023. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/articles/2023/02/28/7391273/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

“KROT” v Chernobyle i propavshii Bakanov. Chto govornitsia v stat’e Reuters ob “agentakh Kremlia” v ukrainskoi vlasti [O “espião” em Chernobyl e o desaparecido Bakanov. O que se diz no artigo da Reuters sobre os “agentes do Kremlin” no poder ucraniano]. **Strana.ua**, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://strana.today/news/401493-rassledovanie-o-sekretnykh-ahentakh-kremlja-v-ukraine.html>. Acesso em: 11 dez. 2022.

KRYSHANTANOVSKAYA, Olga; WHITE, Stephen. Putin's Militocracy. **Post-Soviet Affairs**, v.19, n.4, 2003, p.289-306.

KS: ZAKON pro funktsionuvannia ukraïns’koï movy iak derzhavnoï konstytutsiinyi [Corte Constitucional: a lei sobre o funcionamento da língua ucraniana como língua estatal é constitucional]. **Ukraïns’ka prada**, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2021/07/14/7300512/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

KUBAN KAZAK. Russians Ukraine 2001. **Wikimedia Commons**, 21 maio 2007. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Russians\\_Ukraine\\_2001.PNG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Russians_Ukraine_2001.PNG). Acesso em: 18 jul. 2024.

KUCHMA, Leonid. Leonid Kuchma sklav prysiahu na virnist’ ukraïns’komu narodovi [Leonid Kuchma fez o juramento de lealdade ao povo ucraniano]. **Holos Ukraïny**, 21 jul. 1994. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20200523063901/https://a.uguu.se/j2on5GJwtpdx\\_HolosUkrajiny%2821lypnia1994%29.pdf](https://web.archive.org/web/20200523063901/https://a.uguu.se/j2on5GJwtpdx_HolosUkrajiny%2821lypnia1994%29.pdf). Acesso em: 6 maio 2023.

KUCHMA, Leonid. Inavhuratsiina promova Prezydenta Ukraïny L.D.Kuchmy [Discurso de posse do presidente da Ucrânia, L.D. Kuchma]. **Brama**, 30 nov. 1999. Disponível em: <http://www.brama.com/news/press/991130kuchmainaugural.html>. Acesso em: 3 jan. 2024.

KUDELIA, Serhiy. The House that Yanukovich Built. **Journal of Democracy**, v.25, n.3, 2014a, p.19-34.

KUDELIA, Serhiy. Domestic Sources of the Donbas Insurgency. **PONARS Eurasia Policy**

**Memo**, n.351, 2014b, p.1-7.

KUDELIA, Serhiy. Ukraine's occupied towns are facing a tough choice: collaborate or resist? **Open Democracy**, 7 mar. 2022a. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/odr/ukraines-occupied-towns-are-facing-a-tough-choice-collaborate-or-resist/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

KUDELIA, Serhiy. Putin's Occupation Options for Ukraine: Keep or Trade? **PONARS Eurasia**, 4 abr. 2022b. Disponível em: <<https://www.ponarseurasia.org/putins-occupation-options-for-ukraine-keep-or-trade/>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

KUDELIA, Serhiy. The Ukrainian State under Russian Aggression: Resilience and Resistance. **Current History**, v.121, n.837, 2022c, p.251-257.

KULYK, Volodymyr. National Identity in Ukraine: Impact of Euromaidan and the War. **Europe-Asia Studies**, v.68, n.4, 2016, p.588-608.

KULYK, Volodymyr. Mova ta identychnist' v Ukraïni na kinets' 2022-go [Língua e identidade na Ucrânia ao fim de 2022]. **Zbruč**, 7 jan. 2023. Disponível em: <https://zbruc.eu/node/114247>> Acesso em: 30 jun. 2024.

KUZIO, Taras. Russian Policy toward Ukraine during Elections. **Demokratizatsiya**, v.13, n.4, 2005, p.491-517.

KUZIO, Taras. The Russian Factor in Ukraine's 2010 Presidential Elections. **Eurasia Daily Monitor**, 14 jan. 2010a. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/the-russian-factor-in-ukraines-2010-presidential-elections/>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

KUZIO, Taras. **The Crimea**: Europe's Next Flashpoint? Washington: The Jamestown Foundation, 2010b.

KUZIO, Taras. **Ukraine**: democratization, corruption, and the new Russian imperialism. Santa Barbara: Praeger, 2015a.

KUZIO, Taras. Rise and Fall of the Party of Regions Political Machine. **Problems of Post-Communism**, v.62, n.3, 2015b, p.174-186.

KUZIO, Taras. **Viina Putina proty Ukraïny**. Revoliutsiia, natsionalizm i kryminalitet [A guerra de Putin contra a Ucrânia. Revolução, nacionalismo e criminalidade]. Kiev: Dukh i Litera, 2018.

KUZIO, Taras. Why Russia Invaded Ukraine. **Horizons**, n.21, 2022, p.40-50.

KUZNETS, Dmitrii; SAFONOVA, Kristina. Rossiia priznaet DNR i LNR? Esli da, budet voina? A esli net — zachem rossiiskie vlasti eto ustroili? [A Rússia reconhecerá a DNR e a LNR? Se sim, haverá guerra? E se não — por que as autoridades russas organizaram isso?]. **Meduza**, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://meduza.io/feature/2022/02/16/rossiya-priznaet-dnr-i-lnr-esli-da-to-budet-voyna-a-esli-net-zachem-rossiyskie-vlasti-vse-eto-ustroili>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LARISA SHESLER: kto ona [Larisa Shesler: quem ela é]. **Ukraina.ru**, 5 maio 2023.

Disponível em: <https://ukraina.ru/20230505/1045971040.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

LARUELLE, Marlene. The three colors of Novorossiia, or the Russian nationalist mythmaking of the Ukrainian crisis. **Post-Soviet Affairs**, v.32, n.1, 2016, p.55-74.

LARUELLE, Marlene. **Is Russia Fascist?** Unraveling Propaganda East and West. Ithaca: Cornell University Press, 2021.

LAVROV: ROSSIIA BUDET nastaivat' na federalizatsii Ukrainy [Lavrov: a Rússia insistirá na federalização da Ucrânia]. **RBK**, 29 mar. 2014. Disponível em: <https://www.rbc.ru/politics/29/03/2014/57041a409a794761c0ce8696>. Acesso em: 1 maio 2024.

LAVROV: ROSSIIA POMOZHET ukrainskim grazhdanam izbavit'sia ot antinarodnogo rezhima [Lavrov: a Rússia ajudará os cidadãos ucranianos a se livrarem do regime antipopular]. **Kommersant**, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5479857>. Acesso em: 11 dez. 2022.

LEGVOLD, Robert. **Return to Cold War**. Cambridge: Polity Press, 2016.

LEWIS, David. The Quiet Transformation of Occupied Ukraine. **Foreign Affairs**, 18 jan. 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/ukraine/quiet-transformation-occupied-ukraine>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LIEVEN, Anatol. Russkoiazychnye regiony Ukrainy: troianskii kon'? [As regiões russófonas da Ucrânia: um cavalo de Troia?]. In: FURMAN, Dmitrii (ed.). **Ukraina i Rossiia: obshchestva i gosudarstva** [Ucrânia e Rússia: sociedades e Estados]. Moscou: Prava cheloveka, 1997.

LIEVEN, Dominic. **Empire**. The Russian Empire and its Rivals. New Haven e Londres: Yale University Press, 2000.

LIEVEN, Dominic. The elites. In: LIEVEN, Dominic (Ed.). **The Cambridge History of Russia**. Volume II: Imperial Russia, 1689-1917. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LIKHACHEV, Viacheslav. The Far Right in the Conflict between Russia and Ukraine. **Russie.Nei.Visions**, n.95, 2016, p.1-27.

LIMA, Felipe Costa. **A federação contra-ataca?** A guerra civil ucraniana como palco do conflito hegemônico entre Ocidente e Federação Russa. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2017.

LIMA, Jean Santos; LIMA, Nathalia Suellen Rodrigues. Crimeia e além: a política externa assertiva da Rússia e seus impasses com o Ocidente. **Mural Internacional**, v.12, 2021, p.1-13.

LIPSKII, Andrei. «Predstavliaetsia pravil'nym initsirovat' prisoedinenie vostochnykh oblastei Ukrainy k Rossii» [“Parece correto iniciar a anexação das províncias orientais da Ucrânia à Rússia”]. **Novaia gazeta**, 25 fev. 2015. Disponível em:

<https://novayagazeta.ru/articles/2015/02/24/63168-171-predstavlyaetsya-pravilnym-initsirovat-prisoedinenie-vostochnyh-oblastey-ukrainy-k-rossii-187>. Acesso em: 27 maio 2024.

LÓPEZ, Matias. Elite theory. **Sociopedia.isa**, 2013, p.1-12.

LOUREIRO, Felipe. Reflexões sobre a longa história de construção nacional russa e ucraniana: do Principado de Kiev ao governo de Volodymyr Zelensky. In: LOUREIRO, Felipe (Org.). **Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022a.

LOUREIRO, Felipe. A Guerra da Ucrânia e as relações Rússia-Estados Unidos: uma nova Guerra Fria?. In: LOUREIRO, Felipe (Org.). **Linha vermelha: a guerra da Ucrânia e as relações internacionais do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022b.

LOZHNAIA tsel'. Pochemu Putin nachal vtorzhenie, a Zelenskii v nego ne veril. Rekonstruksiia sobytii [Alvo falso. Por que Putin iniciou a invasão, mas Zelensky não acreditava nela. Reconstituição dos acontecimentos]. **Strana.ua**, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://strana.today/articles/istorii/426144-pochemu-putin-nachal-vtorzhenie-a-zelenskij-v-neho-ne-veril-rekonstruktsija-sobytij.html>. Acesso em: 9 jul. 2024.

LUGANSK KHOCHET otdelit'sia i ishchet podderzhki u Putina [Lugansk quer se separar e busca apoio de Putin]. **Ukrain's'ka pravda**, 26 nov. 2004. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/news/2004/11/26/4383318/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

LUGANSKAIA oblast' Ukrainy ob'javila ob avtonomii [A província de Lugansk da Ucrânia declarou autonomia]. **Rosbalt**, 26 nov. 2004. Disponível em: <https://www.rosbalt.ru/main/2004/11/26/186991.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LUKASHEVICH, Aleksandr. Vystuplenie Postoiannogo predstavitelia Rossiiskoi Federatsii A.K. Lukasevicha na zasedanii Postoiannogo soveta OBSE 23 maia 2019 goda. O zakone Ukrainy «Ob obespechenii funktsionirovaniia ukrainskogo iazyka kak gosudarstvennogo» [Discurso do Representante Permanente da Federação Russa, A.K. Lukasevich, na sessão do Conselho Permanente da OSCE de 23 de maio de 2019. Sobre a lei da Ucrânia “Sobre a garantia do funcionamento da língua ucraniana como língua estatal”]. **Representação Permanente da Federação Russa na OSCE**, 23 maio 2019. Disponível em: [https://osce.mid.ru/vystuplenia-i-interv-u-postoannogo-predstavitela/-/asset\\_publisher/yRVnbANeUqIG/content/a-k-lukasevic-o-zakone-ukrainy-ob-obespecenii-funkcionirovaniia-ukrainskogo-azyka-kak-gosudarstvennogo-23-maa-2019-goda](https://osce.mid.ru/vystuplenia-i-interv-u-postoannogo-predstavitela/-/asset_publisher/yRVnbANeUqIG/content/a-k-lukasevic-o-zakone-ukrainy-ob-obespecenii-funkcionirovaniia-ukrainskogo-azyka-kak-gosudarstvennogo-23-maa-2019-goda). Acesso em: 5 jul. 2024.

LUKIANOV, Fiodor. Zolotaia aktsiia Iugo-Vostoka [O golden share do sudeste]. **Gazeta.ru**, 15 maio 2014a. Disponível em: <https://www.gazeta.ru/comments/column/lukyanov/6034113.shtml>. Acesso em: 7 maio 2024.

LUKIANOV, Fiodor. “Euromaidan” nanes Ukraine moshchnyi udar [O Euromaidan desferiu um poderoso golpe na Ucrânia]. **Rossiiskaia gazeta**, 10 jun. 2014b. Disponível em: <https://www.rg.ru/2014/06/11/ukraine.html>. Acesso em: 8 maio 2024.

LUKIANOV, Fiodor. Ukrainskii vopros dlia budushchego Rossii [A questão ucraniana para o futuro da Rússia]. **Russia in Global Affairs**, v.16, n.2-3, 2018, p.170-181.

LUKIANOV, Fiodor. Ushli s maidana [A praça foi deixada]. **Profil**, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://profile.ru/abroad/ushli-s-majdana-vybory-v-radu-pokazali-chto-v-ukrainskoj-politike-nachalsya-novyj-etap-159950/>. Acesso em: 14 maio 2024.

MACKINNON, Mark. Sergey Karaganov: The man behind Putin's pugnacity. **The Globe and Mail**, 30 mar. 2014. Disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/news/world/sergey-karaganov-the-man-behind-putins-pugnacity/article17734125/>. Acesso em: 19 maio 2023.

MAKIO, Danielle; FUCCILLE, Alexandre. The 2014 Russian Invasion of Crimea: Identity and Geopolitics. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.66, n.1, 2023, p.1-20.

MANIFEST Obshchestvennogo dvizheniia «Ukrainskii vybor» [Manifesto do movimento social “Escolha Ucrâniana”]. **Escolha Ucrâniana**, 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20121129065137/https://vybor.ua/documents/reformy/2.html>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MARCETIC, Branko. The State of Ukrainian Democracy Is Not Strong. **Jacobin**, 25 fev. 2023. Disponível em: <https://jacobin.com/2023/02/ukraine-censorship-authoritarianism-illiberalism-crackdown-police-zelensky>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MARTEN, Kimberly. Russia's use of semi-state security forces: the case of the Wagner Group. **Post-Soviet Affairs**, v.35, n.3, 2019, p.181-204.

MARTIN, Terry. An Affirmative Action Empire. The Soviet Union as the Highest Form of Imperialism. In: SUNY, Ronald Grigor; MARTIN, Terry (Eds.). **A State of Nations**. Empire and Nation-Making in the Age of Lenin and Stalin. Nova York: Oxford University Press, 2001.

MASTERS, Jonathan. Russia, Trump, and the 2016 U.S. Election. **Council on Foreign Relations**, 26 Feb. 2018. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/russia-trump-and-2016-us-election>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MATSUZATO, Kimitaka. Domestic Politics in Crimea, 2009-2015. **Demokratizatsiya**, v.24, n.2, 2016, p.225-256.

MATUSZAK, Sławomir. **The oligarchic democracy**. The influence of business groups on Ukrainian politics. Varsóvia: Centre for Eastern Studies, 2012

MATVEEVA, Anna. **Through Times of Trouble**. Conflict in Southeastern Ukraine Explained from Within. Lanham: Lexington Books, 2018.

MATVEEVA, Anna. Donbass at limbo: self-proclaimed republics in the inter-war period (2014–2021). **Pathways to Peace and Security**, v.62, n.1, 2022a, p.92-106.

MATVEEVA, Anna. Donbas: Seven Years On, Peace No More in Sight. **IFS Insights**, n.2, 2022b, p.1-8.

MCFAUL, Michael. Moscow's Choice. **Foreign Affairs**, v.93, n.6, 2014, p.167-171.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton &

Company, 2001.

MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**, v.93, n.5, 2014, p.77-84.

MEARSHEIMER, John. John Mearsheimer on why the West is principally responsible for the Ukrainian crisis. **The Economist**, 19 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.economist.com/by-invitation/2022/03/11/john-mearsheimer-on-why-the-west-is-principally-responsible-for-the-ukrainian-crisis>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MEDVEDCHUK, Viktor. Movna problema: ne nashkodyty [O problema linguístico: não fazer mal]. **Viktor Medvedchuk**, s.d.. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20020701175246/http://www.medvedchuk.org.ua/position/3C7B69CF>. Acesso em: 29 maio 2023.

MEDVEDCHUK, Viktor. Nova rosiis'ka polityka [A nova política russa]. **Viktor Medvedchuk**, 2002. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20020701175800/http://www.medvedchuk.org.ua/position/3C5E6A1A>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MEDVEDCHUK, Viktor. Pochemu vlast' boretsia protiv federalizatsii [Por que o governo luta contra a federalização]. **Korotko pro**, 16 abr. 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240515151255/https://kp.ua/politics/448539-pochemu-vlast-boretsia-protyv-federalyzatsyy>. Acesso em: 15 maio 2024.

MEDVEDCHUK, Viktor. O budushchem ukrainskogo i russkogo narodov [Sobre o futuro dos povos ucraniano e russo]. **Strana.ua**, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://ctrana.news/opinions/343956-viktor-medvedchuk-vyskazalsja-o-state-putina-pro-edinstvo-ukrainskoho-i-russkoho-narodov.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MEDVEDCHUK, Viktor. Ukrainskii sindrom. Anatomiiia sovremennogo voennogo protivostoianiiia [A síndrome ucraniana. Uma anatomia da confrontação militar contemporânea]. **Izvestiia**, 16 jan. 2023a. Disponível em: <https://iz.ru/1454275/viktor-medvedchuk/ukrainskii-sindrom-anatomiiia-sovremennogo-voennogo-protivostoianiiia>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MEDVEDCHUK, Viktor. Prichiny konflikta. Byla li ukrainskaia tragediia neizbezhnoi [As razões do conflito. A tragédia ucraniana era inevitável?]. **RIA Novosti**, 8 fev. 2023b. Disponível em: <https://ria.ru/20230208/ukraina-1850358624.html>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MEDVEDCHUK, Viktor. Ukrainskii natsizm, ili Pochemu neobkhodim novyi Niurnberg [O nazismo ucraniano, ou por que é necessário um novo Nuremberg]. **Argumenty i fakty**, 17 abr. 2023c. Disponível em: [https://aif.ru/politics/world/ukrainskiy\\_nacizm\\_ili\\_pochemu\\_neobhodim\\_novyy\\_nyurnber](https://aif.ru/politics/world/ukrainskiy_nacizm_ili_pochemu_neobhodim_novyy_nyurnber). Acesso em: 19 maio 2023.

MEDVEDCHUK, Viktor. Viktor Medvedchuk: Chto nuzhno znat' ukraintsam o mirnom predlozhenii prezidenta Rossiiskoi Federatsii Vladimira Putina [Viktor Medvedchuk: o que os ucranianos precisam saber sobre a proposta de paz do presidente da Federação Russa, Vladimir Putin]. **Drugaia Ukraina**, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://theotherukraine.info/2024/06/14/viktor-medvedchuk-chto-nuzhno-znat-ukrainczam-o->

mirnom-predlozhenii-prezidenta-rossijskoj-federaczii-vladimira-putina/. Acesso em: 11 jul. 2024.

MEDVEDEV, Dmitry. Vystuplenie na vstreche s predstaviteliami politicheskikh, parlamentskikh i obshchestvennykh krugov Germanii [Discurso no encontro com representantes de círculos políticos, parlamentares e sociais da Alemanha]. **Presidente da Rússia**, 5 jun. 2008. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/transcripts/320>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MEDVEDEV, Dmitry. Rossiia, vpered! Stat'ia Dmitriia Medvedeva [Rússia, avante! Artigo de Dmitry Medvedev]. **Presidente da Rússia**, 10 set. 2009a. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/news/5413>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MEDVEDEV, Dmitry. Poslanie Prezidentu Ukrainy Viktoru Iushchenko [Mensagem para o presidente da Ucrânia, Viktor Iushchenko]. **Presidente da Rússia**, 11 ago. 2009b. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/news/5158>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MEDVEDEV, Dmitry. Pochemu bessmyslenny kontakty s nyneshnim ukrainskim rukovodstvom [Porque os contatos com a atual liderança ucraniana não possuem sentido]. **Kommersant**, 11 out. 2021. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5028300>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MENON, Rajan. How to End the War in Ukraine. **Boston Review**, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.bostonreview.net/forum/how-to-end-the-war-in-ukraine/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MENON, Rajan; RUMER, Eugene. **Conflict in Ukraine**. The Unwinding of the Post-Cold War Order. Cambridge: MIT Press, 2015.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. **Contexto Internacional**, v.28, n.1, 2006, p.223-258.

MIELNICZUK, Fabiano. O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica. **Estudos Internacionais**, v.1, n.2, 2013, p.157-166.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais. **Conjuntura Austral**, v.5, n.23, 2014, p.4-19.

MIELNICZUK, Fabiano. Rússia e Ucrânia: por uma alternativa à guerra que "não pode ser vencida". **Conjuntura Austral**, v.13, n.64, 2022, p.7-15.

MILLER, Alexei. **The Ukrainian Question**. The Russian Empire and Nationalism in the Nineteenth Century. Budapeste: Central European University Press, 2003.

MILLER, Greg; BELTON, Catherine. Russia's spies misread Ukraine and misled Kremlin as war loomed. **The Washington Post**, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2022/russia-fsb-intelligence-ukraine-war/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

MINAKOV, Mykhailo. Just Like All the Others: The End of the Zelensky Alternative? **Wilson Center**, 2 nov. 2021. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/just-all->

others-end-zelensky-alternative. Acesso em: 4 jul. 2024.

MIRSKY, Anton. Dying to kill. The Russian neo-Nazis fighting Vladimir Putin’s war to ‘denazify’ Ukraine. **Meduza**, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://meduza.io/en/feature/2022/07/15/dying-to-kill>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MOROZOV, Viatcheslav. Subaltern Empire? **Problems of Post-Communism**, v.60, n.6, 2013, p.16-28.

MOSKALENKO, Iuliia. Mistsevi vybory 2020: khto zibrav naibil’she mandativ v obradakh [Eleições locais 2020: quem conquistou mais mandatos nos conselhos regionais]. **Dzerkalo tyzhnia**, 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://zn.ua/ukr/POLITICS/mistsevi-vibori-2020-khto-zabrav-najbilshe-mandativ-v-obradi.html>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MOSKALENKO, Iuliia. Rada zaklykala mizhnarodnu spil’notu konsoliduvaty vzaiemodiiu shchodo vidnovlennia tsilisnosti Ukraïny [Conselho Supremo conclamou a comunidade internacional a consolidar a cooperação sobre a restauração da integridade da Ucrânia]. **Dzerkalo tyzhnia**, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/POLITICS/rada-zaklikala-mizhnarodnu-spilnotu-konsoliduvati-vzajemodiju-shchodo-vidnovlennja-tsilisnosti-ukrajini.html>. Acesso em: 3 jul. 2024.

MUPPER-SAN. 2010 Ukrainian presidential election, second round. **Wikimedia Commons**, 26 nov. 2023. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:2010\\_Ukrainian\\_presidential\\_election,\\_second\\_round.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:2010_Ukrainian_presidential_election,_second_round.svg). Acesso em: 22 jul. 2024.

MY BUDEM zashchishchat’ Ukrainu [Nós defenderemos a Ucrânia]. **Iury Boiko**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dNfo36CsDL4>. Acesso em: 14 jul. 2024.

NA OSVOBOZHDENNYKH territoriakh Khar’kovskoi oblasti utverdili gerb i flag [Brasão e bandeira foram aprovados nos territórios liberados da província de Kharkiv]. **TASS**, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://tass.ru/mezhdunarodnaya-panorama/15171721>. Acesso em: 22 jun. 2024.

NELSON, Rebecca. The Economic Impact of Russia Sanctions. **Congressional Research Service**, 13 dez. 2022. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12092/3>. Acesso em: 14 abr. 2023.

NET—GOSUDARSTVENNOMU perevorotu [Não ao golpe de Estado]! **Slava Sevastopolia**, 24 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=98&bulsectionid=8977>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

NEWSONE skasuvav telemist z telekanalom Kremlia [NewsOne cancelou a ponte televisiva com o canal do Kremlin]. **Ukraïns’ka pravda**, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2019/07/8/7220316/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

NIKITENKO, Serhii; ANTYPENKO, Ivan. Okupatsiina vlada na Khersonshchyni: khto tsi liudi i iak vony “keruiut” rehionom [O governo de ocupação na região de Kherson: quem são essas pessoas e como elas “governam” região]. **Most**, 5 set. 2022. Disponível em: [https://most.ks.ua/news/url/okupatsijna\\_vlada\\_na\\_hersonschini\\_hto\\_tsi\\_ljudi\\_i\\_jak\\_voni\\_ker](https://most.ks.ua/news/url/okupatsijna_vlada_na_hersonschini_hto_tsi_ljudi_i_jak_voni_ker)

ujut\_regionom/. Acesso em: 21 jun. 2024.

NO-ITSME. Ukraine presidential elections 1994, second round. **Wikimedia Commons**, 28 jan. 2014. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukraine\\_presidential\\_elections\\_1994,\\_second\\_round.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukraine_presidential_elections_1994,_second_round.png). Acesso em: 18 jul. 2024.

NORDNORDWEST. Ukraine location map. **Wikimedia Commons**, 21 jul. 2008. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukraine\\_location\\_map.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukraine_location_map.svg). Acesso em: 18 jul. 2024.

NOVYE VLASTI Khersonskoi oblasti vystupili za nalazhivanie otnoshenii s Rossiei [Novas autoridades da província de Kherson defenderam a melhoria de relações com a Rússia]. **RT**, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://russian.rt.com/ussr/news/976958-hersonschina-otnosheniya-rossiya>. Acesso em: 21 jun. 2024.

NUNES, Thainá Penha Baima Viana. **Entre ataque e defesa**: intervenções russas no século XXI. Dissertação de mestrado. Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

NUNES, Thainá Penha Baima Viana; SILVA, Mayane Bento. A Retomada da Geopolítica Russa: a Influência do Eurasianismo na Anexação da Crimeia à Rússia. **Intellector**, v.15, 2018, p.17-28.

O KOMPLEKSE mer po vovlecheniiu Ukrainy v evraziiskii integratsionnyi protsess [Sobre o pacote de medidas para o envolvimento da Ucrânia no processo de integração eurasiático]. **Dzerkalo tyzhnia**, 16 ago. 2013. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/internal/o-komplekse-mer-po-vovlecheniyu-ukrainy-v-evraziyskiy-integracionnyy-process-.html>. Acesso em: 5 maio 2024.

OGUSHI, Atsushi. The Opposition Bloc in Ukraine: A Clientelistic Party with Diminished Administrative Resources. **Europe-Asia Studies**, v.72, n.10, 2020, p.1639-1656.

O'LOUGHLIN, John; SASSE, Gwendolyn; BAKKE, Kristin. A new survey of the Ukraine-Russia conflict finds deeply divided views in the contested Donbas region. **The Washington Post**, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2021/02/12/new-survey-ukraine-russia-conflict-finds-deeply-divided-views-contested-donbas-region/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

O'LOUGHLIN, John; SASSE, Gwendolyn; BAKKE, Kristin. To Russia with Love. **Foreign Affairs**, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2020-04-03/russia-love>. Acesso em: 27 jun. 2024.

O'LOUGHLIN, John; TOAL, Gerard; SASSE, Gwendolyn. Do people in Donbas want to be 'liberated' by Russia? **The Washington Post**, 15 abr. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2022/04/15/russia-ukraine-donbas-donetsk-luhansk-public-opinion/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ONUUCH, O.; DOYLE, D.; ERSANILLI, E.; SASSE, G.; TOMA, S.; VAN

STEKELENBURG, J. **MOBILISE Project Determinants of “Mobilisation” at Home & Abroad. Technical Report Ukraine Nationally Representative Survey May/June 2024. KIISS OMNIBUS (Data collected/commission by MOBILISE French Team)**, 2024.

Disponível em: [https://mobiliseproject.com/wp-content/uploads/2022/06/mobilise-project-mayjune-2024-survey-of-the-ukrainian-population-technical-report\\_20240610.pdf](https://mobiliseproject.com/wp-content/uploads/2022/06/mobilise-project-mayjune-2024-survey-of-the-ukrainian-population-technical-report_20240610.pdf). Acesso em: 15 jul. 2024.

“OPPOBLOK” obzhaloval v KSU zakon o dekomunizatsii [Opoblok recorreu à Corte Constitucional da Ucrânia contra a lei de descomunização]. **LB**, 31 maio 2017. Disponível em: [https://rus.lb.ua/news/2017/05/31/367845\\_oppoblok\\_obzhaloval\\_ksu\\_zakon.html](https://rus.lb.ua/news/2017/05/31/367845_oppoblok_obzhaloval_ksu_zakon.html). Acesso em: 1 jun. 2023.

OPPOSITION to Russian Military Intervention Strong in all Regions. **International Republican Institute**, 24 abr. 2014. Disponível em:

<https://www.iri.org/wp-content/uploads/legacy/iri.org/2014%20April%202024%20Survey%20of%20Residents%20of%20Ukraine,%20April%203-12,%202014.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

OP-ZZH osuzhdaet liubuiu kollaboratsiiu s vragami strany [O OPZZh condena qualquer colaboração com os inimigos do país]. **OPZZh**, 5 abr. 2022. Disponível em:

[https://web.archive.org/web/20220406121231/https://zagittya.com.ua/news/zajavlenija/oplzzh\\_osuzhdaet\\_liubuju\\_kollaboraciju\\_s\\_vragami\\_strany.html](https://web.archive.org/web/20220406121231/https://zagittya.com.ua/news/zajavlenija/oplzzh_osuzhdaet_liubuju_kollaboraciju_s_vragami_strany.html). Acesso em: 14 jul. 2024.

ORTEGA, Felipe Afonso. **Cores da Mudança?** As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP), 2009.

OSCE. **Protokol po itogam konsul'tatsii Trekhstoronnei kontaknoi gruppy otnositel'no sovmetnykh shagov, napravlennykh na implementatsiiu Mirnogo plana Prezidenta Ukrainy P. Poroshenko i initsiativ Prezidenta Rossii V. Putina** [Protocolo na sequência das consultas do Grupo de Contato Trilateral com relação às medidas conjuntas voltadas para a implementação do Plano de Paz do presidente da Ucrânia, P. Poroshenko, e as iniciativas do presidente da Rússia, V. Putin], 5 set. 2014. Disponível em:

<https://www.osce.org/files/f/documents/a/a/123258.pdf>. Acesso em: 3 maio 2024.

OSCE. **Kompleks mer po vypolneniiu Minskikh soglashenii** [Pacote de medidas para a implementação dos Acordos de Minsk], 12 fev. 2015. Disponível em:

<https://www.osce.org/files/f/documents/5/b/140221.pdf>. Acesso em: 3 maio 2024.

OSOBLIVOSTI sotsial'no-kulturnoi i hromadians'koï identychnosti dominuiuchykh v AR Krym natsional'no-etnichnykh hrup [Especificidades da identidade sociocultural e cívica dos grupos nacional-étnicos na República Autônoma da Crimeia]. **Natsional'na bezpeka i oborona**, n.104, v.10, 2008, p.3-18.

OTAN. **Charter on a Distinctive Partnership between the North Atlantic Treaty Organization and Ukraine**, 9 jul. 1997. Disponível em:

[https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_25457.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25457.htm). Acesso em: 29 maio 2023.

OTAN. **Bucharest Summit Declaration**, 3 abril 2008. Disponível em:

[https://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_8443.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm). Acesso em: 27 abr. 2023.

OTAN. **Madrid Summit Declaration**, 29 jun. 2022a. Disponível em: <[https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_196951.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_196951.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2023.

OTAN. **NATO's military presence in the east of the Alliance**, 21 dez. 2022b. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_136388.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_136388.htm). Acesso em: 4 abr. 2023.

OTNIAT' i prisoedinit'. Zachem Rossiia uskoriat podgotovku k aneksii ukrainskikh territorii [Tomar e incorporar. Por que a Rússia está acelerando os preparativos para a anexação de territórios ucranianos]. **Strana.ua**, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://ctrana.online/news/394868-kak-rossija-aneksiruet-dnr-lnr-khersonskuju-i-zaporozhskuju-oblasti.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

OTSINKA HROMADIANAMY sytuatsii v kraïni, dovira do sotsial'nykh instytutiv, polityko-ideolohichni oriientatsii hromadian Ukraïny v umovakh rosiis'koï ahresii (veresen'-zhovten' 2022r.) [Avaliação dos cidadãos sobre a situação no país, confiança nas instituições sociais, orientações político-ideológicas dos cidadãos da Ucrânia nas condições da agressão russa (setembro-outubro de 2022)]. **Centro Razumkov**, 28 out. 2022. Disponível em: <https://razumkov.org.ua/napriamky/sotsiologichni-doslidzhennia/otsinka-gromadianamy-sytuatsii-v-kraïni-dovira-do-sotsialnykh-instytutiv-politykoideologichni-oriientatsii-gromadian-ukrainy-v-umovakh-rosiiskoi-agresii-veresen-zhovten-2022r>. Acesso em: 12 jul. 2022.

OTSINKA SITUATSIÏ v kraïni, dovira do sotsial'nykh instytutiv, vira v peremohu, stavlennia do vyboriv (berezen' 2024r.) [Avaliação da situação no país, confiança em instituições sociais, crença na vitória, posição sobre eleições (março de 2024)]. **Centro Razumkov**, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://razumkov.org.ua/novyny/otsinka-sytuatsii-v-kraïni-dovira-do-sotsialnykh-instytutiv-vira-v-peremogu-stavlennia-do-vyboriv-berezen-2024r>. Acesso em: 12 jul. 2024.

OWEN IV, John M. The Foreign Imposition of Domestic Institutions. **International Organization**, V.56, n.2, 2002 p.375-409.

PANIUSHKIN, Valerii; ZYGAR', Mikhail. **Gazprom**. Novoe russkoe oruzhie [Gazprom. A nova arma russa]. Moscou: Zakharov, 2008.

PARTIIA REGIONOV raspisalas' s rossianami, no desanta ne budet [Partido das Regiões assinou com os russos, mas não haverá uma aterrissagem]. **Ukraïns'ka pravda**, 4 ago. 2007. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/news/2007/08/4/4422181/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PASECHNIK poprosil Putina priznat' nezavisimost' LNR [Pasechnik solicitou a Putin o reconhecimento da independência da LNR]. **Izvestiia**, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://iz.ru/1294733/2022-02-21/pasechnik-poprosil-putina-priznat-nezavisimost-lnr>. Acesso em: 9 jul. 2024.

PAVLENKO, Olena. Novi hauliaitery Kharkivs'koï oblasti. Iak zminiuet'sia vlada na okupovanykh terytoriiakh [Os novos gauleiter da província de Kharkiv. Como está se transformando o governo nos territórios ocupados]. **Kharkiv Today**, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://2day.kh.ua/ua/kharkow/novi-hauliyatery-kharkivskoyi-oblasti-yak-zminyuyetsya-vlada-na-okupovanykh-terytoriyakh>. Acesso em: 21 jun. 2024.

PEACH, Gary; DANILOVA, Maria. Russian Passport Handout Stirs Fears. **The Moscow Times**, 25 fev. 2009. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/archive/russian-passport-handout-stirs-fears>. Acesso em: 4 mar. 2024.

PELNĒNS, Gatis; KIVIRÄHK, Juhan; MALIUKEVIČIUS, Nerijus; KONDRATENTKO, Dmytro; YEREMEEV, Olexandr; VRABIE, Radu; DEVDARIANI Nana; TSATSANASHVILI, Mariam; BACHIASHVILI, Nato; PKHALADZE, Tengiz; KUDORS, Andis; PAPANINSKIS, Mārtiņš; DIMANTS, Ainārs; LERHIS, Ainārs. **The “Humanitarian Dimension” of Russian Foreign Policy Toward Georgia, Moldova, Ukraine, and the Baltic States**. Riga: Centre for East European Policy Studies, International Centre for Defence Studies, Centre for Geopolitical Studies, School for Policy Analysis at the National University of Kyiv-Mohyla Academy, Foreign Policy Association of Moldova, International Centre for Geopolitical Studies, 2010.

PEREDVYBORCHA PROHRAMA KANDIDATA na post prezidenta Ukraïny Volodymyra Zelens'koho [Programa eleitoral do candidato ao cargo de presidente da Ucrânia Volodymyr Zelensky]. **Volodymyr Zelensky**, s.d. Disponível em: <https://files.ze2019.com/assets/program.pdf>. Acesso em: 13 maio 2024.

PEREDVYBORCHA PROHRAMA MOROZA. Povnyi tekst [Programa eleitoral de Moroz. Texto completo]. **Ukraïns'ka pravda**, 21 jul. 2004. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2004/07/21/3001309/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PEREDVYBORCHA PROHRAMA PARTIÏ REHIONIV. Stabil'nist' ta dobrobut [Programa eleitoral do Partido das Regiões. Estabilidade e bem-estar]. **Partido das Regiões**, 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20071023114146/http://www.partyofregions.org.ua/pr-east-west/46b4844cdde5c/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

PEREDVYBORCHA PROHRAMA SYMONENKA. Povnyi tekst [Programa eleitoral de Symonenko. Texto completo]. **Ukraïns'ka pravda**, 12 jul. 2004. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2004/07/12/3001089/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PEREDVYBORNÁ prohrama Politychnoi partii «Opozytsiïnyi blok». Ukraïna: pravo na maibutnie [Programa eleitoral do partido político “Bloco de Oposição”. Ucrânia: direito ao futuro]. **Opoblok**, 2014. Disponível em: <https://www.rbc.ua/ukr/vyboru2014/party/p89/program>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PERSHYM VBYTYM na Maidani buv ne Nihoian – DBR [A primeira pessoa morta no Maidan não foi Nihoian – Escritório Estatal de Investigações]. **Ukraïns'ka pravda**, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2022/01/21/7321258/>. Acesso em: 30 maio 2024.

PERSON, Robert; MCFAUL, Michael. What Putin Fears Most. **Journal of Democracy**, v.33, n.2, 2022, p.18-27.

PERTSEV, Andrei. «Podderzhki, konechno, malo» [“O apoio, é claro, é pequeno”]. **Meduza**, 5 ago. 2022. Disponível em: <https://meduza.io/feature/2022/08/05/podderzhki-konechno-malo>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PESKOV ZAIIVIL, chto Medvedchuk nikogda ne imel zakulisnkykh otnoshenii s Rossiei [Peskov afirmou que Medvedchuk nunca teve relações nos bastidores com a Rússia]. **TASS**, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://tass.ru/politika/14367539>. Acesso em: 14 jul. 2024.

PETRO, Nicolai. **The Tragedy of Ukraine**. What Classical Greek Tragedy Can Teach Us About Conflict Resolution. Berlin e Boston: Walter de Gruyter, 2023.

PETROV, Nikolai; RYABOV, Andrei. Russia's Role in the Orange Revolution. In: ÅSLUND, Anders; MCFAUL, Michael (Eds.). **Revolution in Orange: The Origins of Ukraine's Democratic Breakthrough**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2006.

PHILLIPS, Christopher. **The battle for Syria: international rivalry in the new Middle East**. New Haven: Yale University Press, 2020.

PIFER, Steven. **The Eagle and the Trident**. U.S.-Ukraine Relations in Turbulent Times. Washington: The Brookings Institution, 2017.

PIVDOROZHNI, Oleksii. «Hauliaitery» Luhanshchyny: shcho vidomo pro vladu na okupovanii terytorii [Os “Gauleiter” da região de Luhansk: o que se sabe sobre o governo no território ocupado]. **Zmist tyzhnia**, 3 jul. 2022. Disponível em: <https://zmist.org/articles/gauliyayteri-luganshchiny-shcho-vidomo-pro-vladu-na-okupovaniy-teritoryi>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PLAN-KONTSEPTSIIA uregulirovaniia krizisa na Iugo-Vostoke Ukrainy putem poetapnogo sozdaniia uslovii dlia realizatsii Minskikh soglashenii ot 12.02.2015 goda [Plano-Conceito de resolução da crise no sudeste da Ucrânia por meio do estabelecimento de condições para a realização dos Acordos de Minsk de 12/02/2015]. **OPZZh**, s.d. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20220222065942/https://zagittya.com.ua/page/mirnyj\\_plan/planlkonceptija.html](https://web.archive.org/web/20220222065942/https://zagittya.com.ua/page/mirnyj_plan/planlkonceptija.html). Acesso em: 3 jul. 2024.

PLOKHY, Serhii. The Ghosts of Pereyaslav: Russo-Ukrainian Historical Debates in the Post-Soviet Era. **Europe-Asia Studies**, v.53, n.3, 2001, p.489-505.

PLOKHY, Serhii. **The Gates of Europe**. A History of Ukraine. Nova York: Basic Books, 2015.

PLOKHY, Serhii. **The Russo-Ukrainian War**. Penguin Books, 2023.

POCHEMU ROSSIIA ne priznaet DNR i LNR [Por que a Rússia não reconhece a DNR e a LNR]? **Argumenty i fakty**, 27 nov. 2014. Disponível em: <https://aif.ru/dontknows/actual/1390137>. Acesso em: 1 jul. 2024.

POKOLINNIA Nezalezhnosti: tsinnosti ta motyvatsii [A geração da independência: valores e motivações]. **Rating Group**, 2021. Disponível em: [https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/rg\\_generation\\_of\\_independence\\_082021.pdf](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_generation_of_independence_082021.pdf). Acesso em: 28 jun. 2024.

POLGODA Euromaidanu: k ES gotovy prisoedinit'sia na 20% bol'she ukanitsev, chem k Tamozhennomu soiuzu [Meio ano do Euromaidan: 20% a mais de ucranianos prontos para aderir à UE do que à União Aduaneira]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 30

maio 2014. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=rus&cat=reports&id=336>. Acesso em: 28 jun. 2024.

POLITICHESKII SOVET OPZ-Zh: glavnaia zadacha partii – pomoshch’ liudiam [Conselho Político do OPZZh: a principal tarefa do partido é ajudar as pessoas]. **OPZZh**, 8 mar. 2022. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20220308153413/https://zagittya.com.ua/news/novosti/resheniya\\_politsoveta\\_oplzzh.html](https://web.archive.org/web/20220308153413/https://zagittya.com.ua/news/novosti/resheniya_politsoveta_oplzzh.html). Acesso em: 14 jul. 2024.

POLITTI, James; SEDDON, Max; OLEARCHYK, Roman. US shares fresh claims of Moscow coup plot for Ukraine. **Financial Times**, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.ft.com/content/57792de1-664f-4d8e-a706-c8cea30015f0>. Acesso em: 11 jul. 2024.

POLUKHINA, Iuliia. Zakhvat s perevorotom [Tomada com golpe]. **Novaia gazeta**, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://novayagazeta.ru/articles/2017/11/23/74652-zahvat-s-perevorotom>. Acesso em: 19 jun. 2024.

POPOVA, Maria; SHEVEL, Oxana. **Russia and Ukraine**. Entangled Histories, Diverging States. Cambridge: Polity Press, 2024.

POSOL’STVO RF: rossiiskie pasporta v Krymu nikto ne razdaet [Embaixada da Federação Russa: ninguém distribui passaportes russos na Crimeia]. **RIA Novosti**, 6 set. 2008. Disponível em: <https://ria.ru/20080906/151032554.html>. Acesso em: 4 mar. 2024.

POVERNENNIA KRYMU: iakym ukraïntsi bachat’ ioho politychne maibutnie [O retorno da Crimeia: como os ucranianos veem seu futuro político]. **Fundação Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://dif.org.ua/article/povernennya-krimu-yakim-ukraïntsi-bachat-yogo-politichne-maibutne>. Acesso em: 3 jul. 2024.

PREDVYBORNIAIA programma politicheskoi partii «Oppozitsionnaia platforma – Za Zhizn’». «Mir! Otvetstvennost’! Zabota!» [Programa eleitoral do partido político “Plataforma de Oposição – Pela Vida”. “Paz! Responsabilidade! Cuidados!”]. **OPZZh**, s.d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220215105901/https://zagittya.com.ua/page/programma.html>. Acesso em: 3 jul. 2024.

PROVATOROV, Sergei. Vystuplenie S. Provatorova [Discurso de S. Provatorov]. In: ZATULIN, Konstantin (Ed.). **Materialy «kruglogo stola» «Russkoiazychnaia Ukraina: vozmozhnosti i problemy konsolidatsii»** (Moscou, 27 de abril de 2009) [Materiais da mesa redonda “A Ucrânia russófona: possibilidades e problemas de consolidação” (Moscou, 27 de abril de 2009)]. Moscou: Comissão do Governo da Rússia para Assuntos dos Compatriotas no Exterior e Instituto da Diáspora e da Integração (Instituto dos Países da CEI), 2009.

PUSHILIN, Denis. Obrashchenie Glavy DNR Denisa Pushilina k Prezidentu Rossii Vladimiru Putinu o priznanii Donetskoi Narodnoi Respubliki [Apelo do Glava da DNR, Denis Pushilin, ao presidente da Rússia, Vladimir Putin, sobre o reconhecimento da República Popular de Donetsk]. **Glava da República Popular de Donetsk**, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://denis-pushilin.ru/news/obrashhenie-glavy-dnr-denisa-pushilina-k-prezidentu-rossii-vladimiru-putinu-o-priznanii-donetskoy-narodnoj-respubliki/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

PUSHILIN ZAIAVIL, CHTO Bakhmut poluchit sovetskoe nazvanie Artemovsk [Pushilin anunciou que Bakhmut receberá o nome soviético Artemovsk]. **Kommersant**, 23 maio 2023.

Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/6000379>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PUSHILIN ZAI AVIL O ZHELANII DNR voiti v sostav RF [Pushilin anunciou o desejo da DNR de tornar-se parte da Federação Russa]. **RIA Novosti**, 13 set. 2019. Disponível em: <https://ria.ru/20190912/1558616733.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

PUTIN POBLAGODARIL “Ukrainskii vybor” za prosvetitel’skuiu rabotu, v chastnosti, za osveshchenie temy slavianskogo edinstva [Putin agradeceu ao Escolha Ucrâniana pelo trabalho educativo, em particular pelo destaque ao tema da unidade eslava]. **RBK Ukraïna**, 27 jul. 2013. Disponível em: <https://www.rbc.ua/rus/news/putin-poblagodaril-ukrainskiy-vybor-za-prosvetitel'skuyu-27072013164700>. Acesso em: 2 abr. 2024.

PUTIN RAZRESHIL deportirovat’ grazhdan Ukrainy s territorii, kotorye zakhtavila Rossiia. Za eto ego tozhe budut sudit’ v Gaage? (Gipoteticheski — da) [Putin autorizou a deportação de cidadãos da Ucrânia dos territórios que a Rússia ocupou. Ele também será julgado por isso em Haia? (Hipoteticamente – sim)]. **Meduza**, 4 maio 2023. Disponível em: <https://meduza.io/cards/putin-razreshil-deportirovat-grazhdan-ukrainy-s-territoriy-kotorye-zahvatila-rossiya-za-eto-ego-tozhe-budut-sudit-v-gaage>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PUTIN, Vladimir. Rossiia na rubezhe tysiacheletii [A Rússia na virada do milênio]. **Nezavisimaia gazeta**, 30 dez. 1999. Disponível em: [https://www.ng.ru/politics/1999-12-30/4\\_millenum.html](https://www.ng.ru/politics/1999-12-30/4_millenum.html). Acesso em: 15 dez. 2023.

PUTIN, Vladimir. Poslanie Federal’nomu Sobraniuu Rossiiskoi Federatsii [Discurso à Assembleia Federal da Federação Russa]. **Presidente da Rússia**, 25 abr. 2005. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>. Acesso em: 2 jan. 2024.

PUTIN, Vladimir. Vystuplenie i diskussii na Miunkhenskoï konferentsii po voprosam politiki bezopasnosti [Discurso e discussão na Conferência de Segurança de Munique]. **Presidente da Rússia**, 10 fev. 2007. Disponível em: <https://kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 2 jan. 2024.

PUTIN, Vladimir. Novyi integratsionnyi proekt dlia Evrazii – budushchee, kotoroe rozhdaetsia segodnia [O novo projeto de integração para a Eurásia é o futuro que está nascendo hoje]. **Izvestiia**, 3 out. 2011. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170615001023/https://iz.ru/news/502761>. Acesso em: 28 mar. 2024.

PUTIN, Vladimir. Rossiia i meniaiushchiisia mir [A Rússia e o mundo cambiante]. **Moskovskie novosti**, 27 fev. 2012a. Disponível em: <https://www.mn.ru/politics/78738>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PUTIN, Vladimir. Rossiia: natsional’nyi vopros [Rússia: a questão nacional]. **Nezavisimaia gazeta**, 23 jan. 2012b. Disponível em: [https://www.ng.ru/politics/2012-01-23/1\\_national.html](https://www.ng.ru/politics/2012-01-23/1_national.html). Acesso em: 27 mar. 2024.

PUTIN, Vladimir. Vladimir Putin vnes obrashchenie v Sovet Federatsii [Vladimir Putin submeteu solicitação ao Conselho da Federação]. **Presidente da Rússia**, 1 mar. 2014a. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/20353>. Acesso em: 1 maio 2024.

PUTIN, Vladimir. Obrashchenie Prezidenta Rossiiskoi Federatsii [Discurso do presidente da

Federação Russa], 18 mar. 2014b. **Presidente da Rússia**, 18 mar. 2014b. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/20603>. Acesso em: 3 maio 2024.

PUTIN, Vladimir. Stat'ia Vladimira Putina «Ob istoricheskome edinstve russkikh i ukrainsev» [Artigo de Vladimir Putin “Sobre a unidade histórica de russos e ucranianos”]. **Presidente da Rússia**, 12 jul. 2021a. Disponível em: <https://kremlin.ru/events/president/news/66181>. Acesso em: 29 mar. 2023.

PUTIN, Vladimir. Vladimir Putin otvetil na voprosy o stat'e « Ob istoricheskome edinstve russkikh i ukrainsev» [Vladimir Putin respondeu a perguntas sobre o artigo “Sobre a unidade histórica de russos e ucranianos”]. **Presidente da Rússia**, 13 jul. 2021b. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/news/66191>. Acesso em: 6 jul. 2024.

PUTIN, Vladimir. Obrashchenie Prezidenta Rossiiskoi Federatsii [Discurso do presidente da Federação Russa]. **Presidente da Rússia**, 21 fev. 2022a. Disponível em: <https://kremlin.ru/events/president/news/67828>. Acesso em: 9 jul. 2024.

PUTIN, Vladimir. Obrashchenie Prezidenta Rossiiskoi Federatsii [Discurso do presidente da Federação Russa]. **Presidente da Rússia**, 24 fev. 2022b. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/transcripts/statements/67843>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PUTIN, Vladimir. Podpisanie dogovorov o priniatii DNR, LNR, Zaporozhskoi i Khersonskoi oblasti v sostav Rossii [Assinatura dos acordos sobre a incorporação da DNR, da LNR e das províncias de Zaporizhzhia e Kherson à Rússia]. **Presidente da Rússia**, 30 set. 2022c. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/69465>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PUTIN, Vladimir. Vstrecha s rukovodstvom MID Rossii [Encontro com a liderança do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia]. **Presidente da Rússia**, 14 jun. 2024. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/74285>. Acesso em: 23 jun. 2024.

PUTIN NAZVAL zakon o perekhodnom periode v Donbasse vykhodom Ukrainy iz minskikh soglashenii [Putin classificou a lei sobre o período de transição no Donbass como a saída da Ucrânia dos Acordos de Minsk]. **Interfax**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.interfax.ru/world/785613>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RADCHENKO, Sergey. ‘Nothing but humiliation for Russia’: Moscow and NATO’s eastern enlargement, 1993-1995. **Journal of Strategic Studies**, v.43, n.6-7, 2020, p.769-815.

RAFAL'SKII, Denis; STUDENNIKOVA, Galina. Donbass mezhdou strok. Kak pomeniaut Ukrainu predlozhennye Zelenskim izmeneniia v Konstitutsiiu [Donbass nas entrelinhas. Como as emendas à constituição propostas por Zelensky mudarão a Ucrânia]. **Strana.ua**, 16 dez. 2019. Disponível em: <https://strana.today/articles/analysis/239615-chto-oznachaet-prezidentskij-zakonoproekt-po-detsentralizatsii-.html>. Acesso em: 5 jul. 2024.

RAFAL'SKII, Denis; STUDENNIKOVA, Galina. Sanktsii i vera. Gotoviat li vlasti zapret Ukrainskoi pravoslavnoi tserkvi i kakovy budut posledstviia [Sanções e a fé. O governo está preparando a proibição da Igreja Ortodoxa Ucraniana? Quais serão as consequências]. **Strana.ua**, 3 dez. 2022. Disponível em: <https://strana.today/news/417311-chto-budet-s-upts-v-ukraine-i-kak-tserkov-otvetit-na-dejstvija-vlastej-v-otnoshenii-nee.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

RAMANI, Samuel. **Putin's War on Ukraine**. Russia's Campaign for Global Counter-Revolution. Londres: Londres: Hurst & Company, 2023.

RAZGROM “Slug naroda”, pobydy mestnykh partii, sensatsiia v Kieve. Piat' glavnykh itogov mestnykh vyborov [Derrota dos “servos do povo”, vitórias dos partidos locais, surpresa em Kiev. Cinco principais conclusões das eleições locais]. **Strana.ua**, 25 out. 2020. Disponível em: <https://ctrana.news/news/297045-rezultaty-mestnykh-vyborov-2020-v-ukraine.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

RAZMAKHININ, Anton. Ekspert o razryve «Bol'shogo dogovora»: «Vostochnaia granitsa Ukrainy – pod voprosom» [Especialista sobre a ruptura do “Grande Acordo”: “a fronteira oriental da Ucrânia está em questão”]. **Moskovskii komsomolets**, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://www.mk.ru/politics/2018/08/28/ekspert-o-razryve-bolshogo-dogovora-vostochnaya-granica-ukrainy-pod-voprosom.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

REFERENDUMY V DNR, LNR, Zaporozhskoi e Khersonskoi oblastiakh: iavka i golosovanie [Referendos na DNR, LNR e províncias de Zaporizhzhia e Kherson: comparecimento e votação]. **VTsIOM**, 23 set. 2022. Disponível em: <https://wciom.ru/analytical-reviews/analiticheskii-obzor/referendумы-na-ukraine-javka-i-golosovanie>. Acesso em: 23 jun. 2024.

REINO UNIDO. Ministério das Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento. **Kremlin plan to install pro-Russian leadership in Ukraine exposed**, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/kremlin-plan-to-install-pro-russian-leadership-in-ukraine-exposed>. Acesso em: 11 dez. 2022.

REITYNH PARTII na vyborakh do Verkhovnoi Rady: porivniannia rezul'tativ telefonnoho opytuvannia i opytuvanniam metodom osobystykh (“face-to-face”) interv'iu [Intenções de votos nos partidos nas eleições para o Conselho Supremo: comparação de resultados de pesquisa telefônica e pesquisa com método de entrevistas pessoais (“face-to-face”)]. **Fundação Iniciativas Democráticas Iko Kucheriv**, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://dif.org.ua/article/rejting-partiy-na-vyborakh-do-verkhovnoi-radi-porivnyannya-rezultativ-telefonogo-opytuvannya-i-opytuvannyam-metodom-osobistikh-face>. Acesso em: 4 jul. 2024.

RENZ, Bettina. Putin's Militocracy? An Alternative Interpretation of Siloviki in Contemporary Russian Politics. **Europe-Asia Studies**, v.58, n.6, 2006, p.903-924.

RESHENIE Vseukrainskogo s'ezda deputatov Verkhovnoi Rady AR Krym, mestnykh sovetov vsekh urovnei [Decisão do Congresso Pan-ucraniano de deputados do Conselho Supremo da ARK e dos conselhos locais de todos os níveis]. **Materik**, 28 nov. 2004. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analytics&bulid=96&bulsectionid=8704>. Acesso em: 15 jan. 2023.

REZNIKOVA, Ekaterina. Komu mat' rodna. Chast' tret'ia. Putevoditel' po rossiiskim okkupantam i ukrainskim kollaboratsionistam [Para quem a mãe é querida. Terceira parte. Guia sobre os ocupantes russos e colaboracionistas ucranianos]. **Proekt**, 29 set. 2022. Disponível em: <https://www.proekt.media/guide/kto-rukovodit-okkupirovannymi-territoriyami-ukrainy/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

REZOLIUTSIIA MITINGA Russkoi obshchiny Kryma, organizovannogo v podderzhku Viktora Ianukovycha i sobliudeniia konstitutsionnykh prav grazhdan Ukrainy [Resolução do comício da Comunidade Russa da Crimeia em apoio a Viktor Ianukovych e à observação dos direitos constitucionais dos cidadãos da Ucrânia]. **Materik**, 7 dez. 2004. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=98&bulsectionid=8992>. Acesso em: 16 jan. 2024.

REZOLIUTSIIA OBSHCHEGORODSKOGO sobraniia predstavitelei Odesskoi territorial'noi gromady g. Odessa. Dumskaiia ploschad' [Resolução da assembleia municipal dos representantes da Comunidade Territorial de Odessa. Praça Dumskaiia]. **Materik**, 26 nov. 2004. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=96&bulsectionid=8691>. Acesso em: 12 jan. 2024.

REZOLIUTSIIA SESSII Luganskogo oblastnogo soveta 2 marta 2014 [Resolução da sessão do Conselho da Província de Luhansk de 2 de março de 2014]. **Telekanal Lot**, 2 mar. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b6vO2DGpNnE>. Acesso em: 25 abr. 2024.

REZOLIUTSIIA S'EZDA (priniataia za osnovu) [Resolução do congresso (tomada como base)]. **Ukraina. Informatsionno-analiticheskii monitoring**, n.8, 2008, p.39-42.

RIBEIRO, Renata Corrêa. Assimetrias da política externa russa para a Crimeia e a Transnístria. **Conjuntura Internacional**, v.13, n.2, 2016, p.102-110.

RICKARD, Kit; TOAL, Gerard; BAKKE, Kristin; O'LOUGHLIN, John. How Reliable Are Polls In Wartime Ukraine? **PONARS Eurasia**, 15 fev. 2023. Disponível em: [https://www.ponarseurasia.org/wp-content/uploads/2023/02/Pepm830\\_Rickard-Toal-Bakke-OLoughlin\\_Feb2023-1.pdf](https://www.ponarseurasia.org/wp-content/uploads/2023/02/Pepm830_Rickard-Toal-Bakke-OLoughlin_Feb2023-1.pdf). Acesso em: 14 jul. 2023.

RINAT AKHMETOV, vystuplenie v Donetske: Ia iz bednoi sem'i, spali my na polu, na raskladushke ... [Rinat Akhmetov, discurso em Donetsk: eu sou de uma família pobre, nós dormíamos no chão, em uma cama dobrável]. **Ukraïns'ka pravda**, 20 fev. 2006. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/articles/2006/02/20/3067236/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

RK. Conselho Supremo. **Akt o provozglashenii gosudarstvennoi samostoiatel'nosti Respubliki Krym** [Ato de Proclamação da Autonomia Estatal da República da Crimeia], 5 maio 1992a. Disponível em: <http://sevkrimrus.narod.ru/ZAKON/1992ref.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

RK. Conselho Supremo. **Ob Akte o provozglashenie gosudarstvennoi samostoiatel'nosti Respubliki Krym** [Sobre o Ato de Proclamação da Autonomia Estatal da República da Crimeia], 5 maio 1992b. Disponível em: <http://sevkrimrus.narod.ru/ZAKON/1992ref.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

RK. Conselho Supremo. **Postanovlenie Verkhovnogo soveta Kryma. O provedenii obshchekrymskogo referendumu** [Resolução do Conselho Supremo da Crimeia. Sobre a realização do referendo geral da Crimeia], 5 maio 1992c. Disponível em: <http://sevkrimrus.narod.ru/ZAKON/1992ref.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

RK. Conselho Supremo. **Postanovlenie Verkhovnogo soveta Kryma. O politicheskoi**

**situatsii v Krymu i Postanovlenie Verkhovnogo Soveta Ukrainy ot 13 maia 1992 goda “Ob Akte provozglasheniia gosudarstvennoi samostoiatel’nosti Respubliki Krym”**

[Resolução do Conselho Supremo da Crimeia. Sobre a situação política na Crimeia e a Resolução do Conselho Supremo da Ucrânia de 13 de maio de 1992 “Sobre o Ato de Proclamação da Autonomia Estatal da República da Crimeia”], 21 maio 1992d. Disponível em: <http://sevkrimrus.narod.ru/ZAKON/1992otme.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

**RK. Conselho Supremo. Postanovlenie Verkhovnogo soveta Kryma. O politicheskoi situatsii v Krymu i Postanovlenie Verkhovnogo Soveta Ukrainy ot 13 maia 1992 goda “Ob obshchekrymskom referendume”**

[Resolução do Conselho Supremo da Crimeia. Sobre a situação política na Crimeia e a Resolução do Conselho Supremo da Ucrânia de 13 de maio de 1992 “Sobre o referendo geral da Crimeia”], 21 maio 1992e. Disponível em: <http://sevkrimrus.narod.ru/ZAKON/1992otme.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

ROMANENKO, Valentyna. RNBO zaprovadyla sanktsii shchodo telekanalu “NASH” [RNBO impôs sanções contra o canal televisivo “NASH”]. **Ukraïns’ka pravda**, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2022/02/11/7323685/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

ROMANENKO, Valentyna. Z’iavlylsia kadry z mistsia likvidatsii Kyvy [Apareceram imagens do local da liquidação de Kyva]. **Ukraïns’ka pravda**, 11 dez. 2023a. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2023/12/11/7432525/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ROMANENKO, Valentyna. Pidozriuvannyi u derzhzradi Tabachnyk zibravsia balotuvatys’ na “vybory” okupantiv [Suspeito de traição ao Estado Tabachnyk concorrerá nas “eleições” dos ocupantes]. **Ukraïns’ka pravda**, 27 abr. 2023b. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2023/04/27/7399751/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ROMANIUK, Roman. Vid “kapituliatsii” Zelens’koho do kapituliatsii Putina. Iak idut’ perehovory z Rosiieiu [Da “capitulação” de Zelensky à capitulação de Putin. Como vão as negociações com a Rússia]. **Ukraïns’ka pravda**, 5 maio 2022. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/articles/2022/05/5/7344096/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ROSHCHENKO, Olena. Pro avtonomiiu v zakoni pro status Donbasu hovoryty ne mozhemo – Zelens’kyi [Não podemos falar sobre autonomia na lei sobre o status do Donbas – Zelensky]. **Ukraïns’ka pravda**, 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2019/10/10/7228733/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

ROSIIANY ZMINIUIUT’ demohrafichnyi sklad naseleniia okupovanoi Zaporizhchyny: zbyraiut’ sia zavezty do 40 tysiach «spetsialistiv» z rodynamy [Russos modificam a composição demográfica da população da região de Zaporizhzhia ocupada: tencionam trazer até 40 mil “especialistas” com suas famílias]. **Tsentr zhurnalisty’kykh rozsliduvan’**, 13 jun. 2024. Disponível em: <https://investigator.org.ua/ua/news-2/pivden/267489/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ROSSIIA OBESHCHAET maksimal’no ispol’zovat’ ukrainskii iazykovoi zakon [Rússia promete utilizar ao máximo a lei de línguas ucraniana]. **UNIAN**, 27 ago. 2012. Disponível em: <https://www.unian.net/politics/687620-rossiya-obeschaet-maksimalno-ispolzovat-ukrainskiy-yazykovoy-zakon.html>. Acesso em: 3 abr. 2024.

ROSSIISKII KURATOR boevikov rasskazal, kak chelovek Putina razviazyval voynu na

Donbasse [Curador russo dos militantes contou como um homem de Putin começou a guerra no Donbass]. **Apostrof**, 11 ago. 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220218194038/https://apostrophe.ua/news/society/accidents/2018-08-11/rossiyskiy-kurator-boevikov-rasskazal-kak-chelovek-putina-razvyazyival-voynuna-donbasse/138221>. Acesso em: 28 maio 2024.

ROSSOTRUDNICHESTVO to open offices in over 100 countries-Kosachev. **TASS**, 24 abr. 2012. Disponível em: <https://tass.com/archive/674112>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RSFSR. **Deklaratsiia prav narodov Rossii** [Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia], 2 nov. 1917. Disponível em: [https://ru.wikisource.org/wiki/Декларация\\_прав\\_народов\\_России](https://ru.wikisource.org/wiki/Декларация_прав_народов_России). Acesso em: 30 ago. 2023.

RSFSR. **Dogovor mezhdu Rossiiskoi Sovetskoi Federativnoi Sotsialisticheskoi Respublikoi i Ukrainskoi Sovetskoi Sotsialisticheskoi Respublikoi** [Acordo entre a República Socialista Federativa Soviética Russa e a República Socialista Soviética Ucraniana], 19 nov. 1990. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/1900094>. Acesso em: 5 maio 2023.

RSFSR. **Soglashenie o sozdanii Sodruzhestva Nezvisimyk Gosudarstv** [Acordo sobre o Estabelecimento da Comunidade de Estados Independentes], 8 dez. 1991. Disponível em: [https://ru.wikisource.org/wiki/Соглашение\\_о\\_создании\\_Содружества\\_Независимых\\_Государств](https://ru.wikisource.org/wiki/Соглашение_о_создании_Содружества_Независимых_Государств). Acesso em: 6 maio 2023.

RUDLING, Per Anders. The OUN, the UPA and the Holocaust: A Study in the Manufacturing of Historical Myths. **The Carl Beck Papers in Russian & East European Studies**, n.2107, 2011, p.1-72.

RUSEISHVILI, Svetlana. Em defesa (crítica) do direito da Ucrânia à autodeterminação: entre a Cila da agressão imperialista russa e a Caribdis da marginalização na Europa. In: GOMIDE, Bruno; JALLAGEAS, Neide (Orgs.). **Ensaio sobre a guerra Rússia Ucrânia**. São Paulo: Kinoruss, 2022.

RUSEISHVILI, Svetlana. Chanceler russo não deveria ser recebido pelo Brasil. **Folha de São Paulo**, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2023/04/chanceler-russo-nao-deveria-ser-recebido-pelo-brasil.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RÚSSIA. Conselho da Federação. **Komissiia Soveta Federatsii po podgotovke voprosa o pravom statuse goroda Sevastopolia** [Comissão do Conselho da Federação sobre a preparação da questão sobre o status legal da cidade de Sevastopol], s.d.a. Disponível em: <http://council.gov.ru/services/reference/10221/>. Acesso em: 18 maio 2023.

RÚSSIA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Ob uregulirovanie krisiza na Ukraine** [Sobre a resolução da crise na Ucrânia], s.d.b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20201025222511/https://www.mid.ru/situacia-na-ugo-vostokey-ukrainy>. Acesso em: 15 maio 2024.

RÚSSIA. **Ukaz Prezidenta Rossiiskoi Federatsii N° 375. O perekhode pod iurisdiksiuu Rossiiskoi Federatsii Chernomorskogo flota** [Decreto do Presidente da Federação Russa N°

375. Sobre a transferência da Frota do Mar Negro para a jurisdição da Federação Russa], 7 abr. 1992a. Disponível em:  
[https://ru.wikisource.org/wiki/Указ\\_Президента\\_РФ\\_от\\_07.04.1992\\_№\\_375](https://ru.wikisource.org/wiki/Указ_Президента_РФ_от_07.04.1992_№_375). Acesso em: 22 maio 2023.

RÚSSIA. Conselho Supremo. **Postanovlenie ot 21 maia 1992 goda N° 2809-I. O pravovoi otsenke reshenii vysshikh organov vlasti RSFSR po izmeneniiu statusa Kryma, prinatykh v 1954. godu** [Resolução N° 2809-I de 21 de maio de 1992. Sobre a avaliação legal das decisões dos altos órgãos de governo da RSFSR a respeito da mudança do status da Crimeia tomadas em 1954], 21 maio 1992b. Disponível em:  
[https://ru.wikisource.org/wiki/Постановление\\_ВС\\_РФ\\_от\\_21.05.1992\\_№\\_2809-I](https://ru.wikisource.org/wiki/Постановление_ВС_РФ_от_21.05.1992_№_2809-I). Acesso em: 6 maio 2023.

RÚSSIA. **Kontseptsiiia vneshnei politiki Rossiiskoi Federatsii** [Conceito de Política Externa da Federação Russa], 23 abr. 1993a.

RÚSSIA. Conselho Supremo. **Postanovlenie ot 9 iulia 1993 goda N° 5359-I. O statuse goroda Sevastopolia** [Resolução N° 5359-I de 9 de julho de 1993. Sobre o status da cidade de Sevastopol], 9 jul. 1993b. Disponível em:  
[https://ru.wikisource.org/wiki/Постановление\\_ВС\\_РФ\\_от\\_09.07.1993\\_№\\_5359-I](https://ru.wikisource.org/wiki/Постановление_ВС_РФ_от_09.07.1993_№_5359-I). Acesso em: 10 maio 2023.

RÚSSIA. **Strategicheskii kurs Rossii s gosudarstvami – uchastnikami Sodruzhestva Nezavisimkykh Godudarstv** [Linha estratégica da Rússia com os Estados participantes da Comunidade dos Estados Independentes], 14 set. 1995a. Disponível em:  
[https://www.mid.ru/ru/foreign\\_policy/official\\_documents/1695744/](https://www.mid.ru/ru/foreign_policy/official_documents/1695744/). Acesso em: 28 out. 2023.

RÚSSIA. Duma Estatal. **Postanovlenie Gosudarstvennoi Dumy Federal'nogo Sobraniia Rossiiskoi Federatsii v sviazi s obrashcheniem Verkhovnogo Soveta Kryma** [Resolução da Duma Estatal da Assembleia Federal da Federação Russa com relação ao apelo do Conselho Supremo da Crimeia], 17 maio 1995b. Disponível em:  
<http://sevkrimrus.narod.ru/ZAKON/1995ref.htm>. Acesso em: 10 maio 2023.

RÚSSIA. **Soglasheniie mezhdru Rossiiskoi Federatsiei i Ukrainoi po Chernomorskomu flotu** [Acordo entre a Federação Russa e a Ucrânia sobre a Frota do Mar Negro], 14 jun. 1995c. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/1900600>. Acesso em: 23 maio 2023.

RÚSSIA. Duma Estatal. **Proekt postanovleniia Gosudarstvennoi Dumy. O statuse gorodageroia Sevastopolia – glavnoi bazy Rossiiskogo Chernomorskogo Flota** [Projeto de Resolução da Duma Estatal. Sobre o status da cidade-heroi de Sevastopol – principal base da Frota do Mar Negro Russa], 9 dez. 1996a. Disponível em:  
[https://ru.wikisource.org/wiki/Постановление\\_Госдумы\\_о\\_статусе\\_Севастополя](https://ru.wikisource.org/wiki/Постановление_Госдумы_о_статусе_Севастополя). Acesso em: 18 maio 2023.

RÚSSIA. Conselho da Federação. **Obrashchenie. O statuse goroda Sevastopolia** [Declaração. Sobre o status da cidade de Sevastopol], 4 dez. 1996b. Disponível em:  
<http://council.gov.ru/activity/documents/5206/>. Acesso em: 18 maio 2023.

RÚSSIA. **Dogovor o druzhbe, sotrudnichestve i partnerstve mezhdru Rossiiskoi**

**Federatsiei i Ukrainoi** [Acordo de amizade, cooperação e parceria entre a Federação Russa e a Ucrânia], 31 maio 1997a. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/1902220>. Acesso em: 5 abr. 2023.

**RÚSSIA. Soglasheniie mezhdru Rossiiskoi Federatsiei i Ukrainoi o statuse i usloviikh prebyvaniia Chernomorskogo flota Rossiiskoi Federatsii na territorii Ukrainy** [Acordo entre a Federação Russa e a Ucrânia sobre o status e as condições de estadia da Frota do Mar Negro da Federação Russa no território da Ucrânia], 28 maio 1997b. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/901737969>. Acesso em: 23 maio 2023.

**RÚSSIA. Soglasheniie mezhdru Rossiiskoi Federatsiei i Ukrainoi o parametrakh razdela Chernomorskogo flota** [Acordo entre a Federação Russa e a Ucrânia sobre os parâmetros de divisão da Frota do Mar Negro], 28 maio 1997c. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/1902222>. Acesso em: 23 maio 2023.

**RÚSSIA. Soglasheniie mezhdru Pravitel'stvom Rossiiskoi Federatsii i Pravitel'stvom Ukrainy o vzaimoraschetakh, svyazannykh s razdelom Chernomorskogo flota i prebyvaniiem Chernomorskogo flota Rossiiskoi Federatsii na territorii Ukrainy** [Acordo entre o Governo da Federação Russa e o Governo da Ucrânia sobre os entendimentos mútuos relacionados com a divisão da Frota do Mar Negro e a presença da Frota do Mar Negro da Federação Russa no território da Ucrânia], 28 maio 1997d. Disponível em: <https://docs.cntd.ru/document/901737970>. Acesso em: 23 maio 2023.

**RÚSSIA. Duma Estatal. Zaiavlenie Gosudarstvennoi Dumy Federal'nogo Sobraniia Rossiiskoi Federatsii. V svyazi s zakrepleniiem v Konstitutsii Avtonomnoi Respubliki Krym ukrainskogo iazyka kak edinstvennogo gosudarstvennogo iazyka na territorii Avtonomnoi Respubliki Krym** [Declaração da Duma Estatal da Assembleia Federal da Federação Russa. Com relação à fixação da língua ucraniana na Constituição da República Autônoma da Crimeia como única língua de Estado no território da República Autônoma da Crimeia], 23 out. 1998. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20220608054107/http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?doc\\_itself=&nd=102056099&page=1&rdk=0&link\\_id=.link\\_number#10](https://web.archive.org/web/20220608054107/http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?doc_itself=&nd=102056099&page=1&rdk=0&link_id=.link_number#10). Acesso em: 8 nov. 2023.

**RÚSSIA. Kontsepsiia vneshnei politiki Rossiiskoi Federatsii**, 28 jun. 2000. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20161003162546/https://docs.cntd.ru/document/901764263>. Acesso em: 21 dez. 2023.

**RÚSSIA. Presidente da Rússia. Interv'iu Dmitriia Medvedeva rossiiskim telekanalam** [Entrevista de Dmitry Medvedev a canais de televisão russos], 31 ago. 2008a. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/transcripts/1276>. Acesso em: 25 abr. 2023.

**RÚSSIA. Presidente da Rússia. Zaiavleniie dlia pressy i otvety na voprosy zhurnalistov po okonchaniu peregovorov s Prezidentom Ukrainy Viktorom Iushchenko i vtorogo zasedaniia Rossiisko-Ukrainskoi mezhgosudarstvennoi komissii** [Declarações à imprensa e respostas às perguntas de jornalistas ao final das negociações com o presidente da Ucrânia, Viktor Iushchenko, e da segunda reunião da Comissão Interestatal Russo-Ucraniana], 12 fev. 2008b. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/transcripts/24833>. Acesso em: 26 jan. 2024.

**RÚSSIA. Kontsepsiia vneshnei politiki Rossiiskoi Federatsii**, 15 jul. 2008c. Disponível

em: <http://kremlin.ru/acts/news/785>. Acesso em: 21 dez. 2023.

RÚSSIARÚSSIA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Zaiavlenie MID Rossii o rossiisko-ukrainskikh otnosheniakh** [Comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia sobre as relações russo-ucranianas], 11 set. 2008d. Disponível em: <https://www.mid.ru/ru/maps/ua/1605500/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

RÚSSIA. Duma Estatal. **Obrashchenie Gosudarstvennoi Dumy Federal'nogo Sobraniia Rossiiskoi Federatsii "K prezidentu Rossiiskoi Federatsii i Pravitel'stvu Rossiiskoi Federatsii v sviazi s itogami parlamentskikh slushanii na temu 'Sostoianie rossiisko-ukrainskikh otnoshenii i vypolnenie obiazatel'stv po Dogovoru o druzhbe, sotrudnichestve i partnerstve mezhdru Rossiiskoi Federatsiei i Ukrainoi'"** [Apelo da Duma Estatal da Assembleia Federal da Federação Russa "Ao presidente da Federação Russa e ao governo da Federação Russa com relação aos resultados das audiências parlamentares com o tema 'O estado das relações russo-ucranianas e o cumprimento das obrigações do Acordo de amizade, cooperação e parceria entre a Federação Russa e a Ucrânia'"], 4 jun. 2008e. Disponível em: <https://zatulin.ru/obrashhenie-gosudarstvennoj-dumy-2/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Strategiia natsional'noi bezopasnosti Rossiiskoi Federatsii do 2020 goda**, 12 maio 2009a. Disponível em: [www.kremlin.ru/acts/bank/29277/page/4](http://www.kremlin.ru/acts/bank/29277/page/4). Acesso em: 4 mar. 2024.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **The draft of the European Security Treaty**, 29 nov. 2009b. Disponível em: [www.en.kremlin.ru/events/president/news/6152](http://www.en.kremlin.ru/events/president/news/6152). Acesso em: 12 fev. 2024.

RÚSSIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Kontseptsiiia vneshnei politiki Rossiiskoi Federatsii** [Conceito de Política Externa da Federação Russa], 12 fev. 2013. Disponível em: <http://static.kremlin.ru/media/events/files/41d447a0ce9f5a96bdc3.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

RÚSSIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Zaiavlenie MID Rossii o Gruppe podderzhki dlia Ukrainy** [Comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia sobre o Grupo de Apoio para a Ucrânia], 17 mar. 2014. Disponível em: <https://www.mid.ru/tv/?id=1700559&lang=ru>. Acesso em: 1 maio 2024.

RÚSSIA. **Kontseptsiiia vneshnei politiki Rossiiskoi Federatsii** [Conceito de Política Externa da Federação Russa], 30 nov. 2016. Disponível em: <http://static.kremlin.ru/media/events/files/41d447a0ce9f5a96bdc3.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Konstitutsiia Rossiiskoi Federatsii**, 1 jul. 2020a. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/acts/constitution/item>. Acesso em: 18 jul. 2024.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Vstrecha s Viktorom Medvedchukom** [Encontro com Viktor Medvedchuk], 6 out. 2020b. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/64165>. Acesso em: 6 jul. 2024.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Vstrecha s rukovoditeliami fraktsii Gosudarstvennoi Dumy** [Reunião com os líderes das bancadas da Duma Estatal], 17 fev. 2021a. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/65013>. Acesso em: 4 jul. 2024.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Soveshchanie s postoiannymi chlenami Soveta Bezopasnosti** [Reunião com os membros permanentes do Conselho de Segurança], 14 maio 2021b. Disponível em: [www.kremlin.ru/events/security-council/65572](http://www.kremlin.ru/events/security-council/65572). Acesso em: 11 jul. 2023.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Press-konferentsiia po itogam rossiisko-amerikanskikh peregovorov** [Conferência de imprensa após as negociações russo-americanas], 16 jun. 2021c. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/65870>. Acesso em: 8 jul. 2024.

RÚSSIA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Dogovor mezhdou Rossiiskoi Federatsiei i Soedinennymi Shtatami Ameriki o garantiakh bezopasnosti** [Acordo entre a Federação Russa e os Estados Unidos da América sobre garantias de segurança], 17 dez. 2021d. Disponível em: [https://mid.ru/ru/foreign\\_policy/rso/nato/1790818/](https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790818/). Acesso em: 9 jul. 2024.

RÚSSIA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Soglashenie o merakh obespecheniia bezopasnosti Rossiiskoi Federatsii i gosudarstv-chlenov Organizatsii Severoatlanticheskogo dogovora** [Acordo sobre medidas de garantia de segurança da Federação Russa e dos Estados-membro da OTAN], 17 dez. 2021e. Disponível em: [https://mid.ru/ru/foreign\\_policy/rso/nato/1790803/](https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790803/). Acesso em: 9 jul. 2024.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Soveshchanie s postoiannymi chlenami Soveta Bezopasnosti** [Reunião com os membros permanentes do Conselho de Segurança], 25 fev. 2022a. Disponível em: <http://www.kremlin.ru/events/president/news/67851>. Acesso em: 11 dez. 2022.

RÚSSIA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **O peredache pis'mennoi reaksii na otvet amerikanskoi storony po garantiiam bezopasnosti** [Sobre a entrega de uma reação em escrito à resposta da parte estadunidense sobre as garantias de segurança], 17 fev. 2022b. Disponível em: [https://mid.ru/ru/foreign\\_policy/news/1799157/](https://mid.ru/ru/foreign_policy/news/1799157/). Acesso em: 9 jul. 2024.

RÚSSIA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **O telefonnom razgovore Ministra inostrannykh del Rossii S.V.Lavrova s Federal'nym ministrom inostrannykh del FRG A.Berbok** [Sobre a conversa do ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, S.V. Lavrov, com a Ministra Federal dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, A. Baerbock], 21 fev. 2022c. Disponível em: [https://www.mid.ru/ru/foreign\\_policy/news/1799799/](https://www.mid.ru/ru/foreign_policy/news/1799799/). Acesso em: 9 jul. 2024.

RÚSSIA. **Dogovor o druzhbe, sotrudnichestve i vzaimnoi pomoshchi mezhdou Rossiiskoi Federatsiei i Donetskoi Narodnoi Respublikoi** [Acordo de amizade, cooperação e auxílio mútuo entre a Federação Russa e a República Popular de Donetsk], 21 fev. 2022d. Disponível em: <http://publication.pravo.gov.ru/Document/View/0001202202280001>. Acesso em: 9 jul. 2024.

RÚSSIA. **Dogovor o druzhbe, sotrudnichestve i vzaimnoi pomoshchi mezhdou Rossiiskoi Federatsiei i Luganskoi Narodnoi Respublikoi** [Acordo de amizade, cooperação e auxílio mútuo entre a Federação Russa e a República Popular de Luhansk], 21 fev. 2022e. Disponível em: <http://publication.pravo.gov.ru/Document/View/0001202202280002>. Acesso em: 9 jul. 2024.

RÚSSIA. Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Kontseptsiiia vneshnei politiki Rossiiskoi Federatsii** [Conceito de Política Externa da Federação Russa], 31 mar. 2023. Disponível em:

[https://mid.ru/ru/foreign\\_policy/official\\_documents/1860586/](https://mid.ru/ru/foreign_policy/official_documents/1860586/). Acesso em: 19 jul. 2024.

RÚSSIA. **Ukaz Prezidenta Rossiiskoi Federatsii “Ob osobennostiakh pravovogo polozheniia ot del’nykh kategorii inostrannykh grazhdan i lits bez grazhdanstva v Rossiiskoi Federatsii”** [Decreto do Presidente da Rússia “Sobre as especificidades da situação legal de determinadas categorias de cidadãos estrangeiros e indivíduos sem cidadania na Federação Russa”], 27 abr. 2023. Disponível em: <http://publication.pravo.gov.ru/Document/View/0001202304270013>. Acesso em: 14 jun. 2024.

RUSSIA NOT seeking regime change in Ukraine – Foreign Ministry. **RT**, 9 mar. 2022. Disponível em: <https://www.rt.com/russia/551550-russia-ukraine-regime-change/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

RÚSSIA UNIDA. **Soglashenie o sotrudnichestve mezhd Vserossiiskoi politicheskoi partiei «Edinaia Rossiia» e Partiei regionov (Ukraina)** [Acordo de cooperação entre o Partido Político de toda a Rússia “Rússia Unida” e o Partido das Regiões (Ucrânia)], 2 jul. 2005. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=115&bulsectionid=11232>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RUSSIAN FM urges Council of Europe to give its opinion of Ukraine’s decommunization law. **TASS**, 19 maio 2015. Disponível em: <https://tass.com/world/795614>. Acesso em: 18 jun. 2024.

RUSSKII IAZYK v Zaporozhskoi oblasti stanet gosudarstvennym [A língua russa se tornará língua do Estado na província de Zaporizhzhia]. **RIA Novosti**, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://ria.ru/20220609/zaporozhe-1794332954.html>. Acesso em: 22 jun. 2024

RUSTAMOVA, Farida. Ukraine's 10-point plan. **Faridaily**, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://faridaily.substack.com/p/ukraines-10-point-plan?s=r>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RYBA, Oleksandr. Rosiany pidtverdily pryznachennia eksholovy SBU ochil’nykom okupatsiinoi “spetssluzhby” Khersonshchyny [Russos confirmaram a nomeação do ex-diretor do SBU como diretor do “serviço especial” de ocupação da região de Kherson]. **Most**, 26 dez. 2022. Disponível em: <https://most.ks.ua/news/url/rosijani-pidtverdili-priznachennja-eksgolovi-sbu-ochilnikom-okupatsijnoji-spetssluzhbi-hersonschini/>. Acesso em: 17 maio 2024.

SAGAN, Ol’ga. Vystuplenie O. Sagan [Discurso de O. Sagan]. In: ZATULIN, Konstantin (Ed.). **Materialy «kruglogo stola» «Russkoiazychnaia Ukraina: vozmozhnosti i problemy konsolidatsii»** (Moscou, 27 de abril de 2009) [Materiais da mesa redonda “A Ucrânia russófona: possibilidades e problemas de consolidação” (Moscou, 27 de abril de 2009)]. Moscou: Comissão do Governo da Rússia para Assuntos dos Compatriotas no Exterior e Instituto da Diáspora e da Integração (Instituto dos Países da CEI), 2009.

SAITO, Mari; TSVETKOVA, Maria. How Russia spread a secret web of agents across Ukraine. **Reuters**, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/investigates/special-report/ukraine-crisis-russia-saboteurs/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

- SAKWA, Richard. **Russian Politics and Society**. Nova York: Routledge, 2008a.
- SAKWA, Richard. **Putin**. Russia's Choice. Nova York: Routledge, 2008b.
- SAKWA, Richard. **The crisis of Russian democracy: the dual state, factionalism, and the Medvedev succession**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- SAKWA, Richard. **Putin redux: power and contradiction in contemporary Russia**. Nova York: Routledge, 2014.
- SAKWA, Richard. **Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands**. London: I.B. Tauris, 2015.
- SAKWA, Richard. **The Putin Paradox**. Londres: I.B. Tauris, 2020.
- SAL IP. USSR map. **Wikimedia Commons**, 19 abr. 2008. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:USSR\\_map.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:USSR_map.svg). Acesso em: 17 jul. 2024.
- SALIZHENKO, Oleksandr. “Posol'stvo RF” u Verkhovnii Radi: iak OPZZh lobiiuie vykonannia Mins'kykh uhod [A “embaixada da Federação Russa” no Conselho Supremo: como o OPZZh faz lobby pela implementação dos Acordos de Minsk]. **Chesno**, 14 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.chesno.org/post/5130/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- SALIZHENKO, Oleksandr. Neimovirne perevzuvannia OPZZh. Soratnyky Medvedchuka zaboroniaiut' rossii'sku muzyku i «vstupaiut'» v IES [A incrível transformação do OPZZh. Parceiros de Medvedchuk estão proibindo a música russa e “entrando” na UE]. **Hlavkom**, 20 jun. 2022b. Disponível em: <https://glavcom.ua/country/politics/neymovirne-perevzuvannya-opzzh-yak-soratniki-medvedchuka-zaboronyayut-rosiysku-muziku-i-vstupayut-v-jes-854349.html>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- SANKEY, Evan. Reconsidering Spheres of Influence. **Survival**, v.62, n.2, 2020, p.37-47.
- SARGIN, Aleksandr. «Rossiia prosto obrechena na to, chtoby okazyvat' podderzhku DNR i LNR!» [“A Rússia está simplesmente fadada a apoiar a DNR e a LNR!”]. **Argumenty nedeli**, 23 out. 2014. Disponível em: <https://argumenti.ru/live/2014/10/372549>. Acesso em: 1 jul. 2024.
- SAROTTE, Mary. **Not One Inch**. America, Russia, and the Making of Post-Cold War Stalemate. New Haven e Londres: Yale University Press, 2022.
- SASSE, Gwendolyn. **The Crimea Question: Identity, Transition, and Conflict**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- SASSE, Gwendolyn; LACKNER, Alice. Attitudes and identities across the Donbas front line. What has changed from 2016 to 2019? **ZoIS Report**, 2019. Disponível em: [https://www.zois-berlin.de/fileadmin/media/Dateien/3-Publikationen/ZOiS\\_Reports/2019/ZOiS\\_Report\\_3\\_2019.pdf](https://www.zois-berlin.de/fileadmin/media/Dateien/3-Publikationen/ZOiS_Reports/2019/ZOiS_Report_3_2019.pdf). Acesso em: 16 abr. 2024.
- SATARIANO, Adam; REINHARD, Scott. How Russia Took Over Ukraine's Internet in Occupied Territories. **The New York Times**, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2022/08/09/technology/ukraine-internet-russia-censorship.html>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SAVCHUK, Maksym. Vtikachi ta obvynuvachenni u derzhradi. Z kym Medvedchuk namahaiet'sia robyty novyi proiekt u Rosii [Fugitivos e acusados de traição ao Estado. Com quem Medvedchuk está tentando fazer um novo projeto político na Rússia]? **Radio Svoboda**, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.radiosvoboda.org/a/skhemy-medvedchuk-drugaya-ukraina/32380546.html>. Acesso em: 11 set. 2023.

SBU REKOMENDULA RNBO vvesty sanktsii do proroisii'kykh propahandystiv i spivrobotnykiv spetssluzhb RF [SBU recomendou ao RNBO introduzir sanções a propagandistas pró-russos e colaboradores dos serviços especiais da Federação Russa]. **SBU**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://ssu.gov.ua/novyny/sbu-rekomendovala-rnbo-vvesty-sanktsii-do-proroisii'kykh-propahandystiv-i-spivrobotnykiv-spetssluzhb-rf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SBU SERVES Anatolii Sharii notice of suspicion. **SBU**, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://ssu.gov.ua/en/novyny/sbu-oholosyla-pro-pidozru-vidomomu-proroisiskomu-propahandystu-sharii>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SCHMEMANN, Serge. Why Russia Believes It Cannot Lose the War in Ukraine. **The New York Times**, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/07/19/opinion/russia-ukraine-karaganov-interview.html>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SCHWIRTZ, Michael; TROIANOVSKI, Anton; AL-HLOU, Yousur; FROLIAK, Masha; ENTOUS, Adam; GIBBONS-NEFF, Thomas. Putin's War. **The New York Times**, 17 dez. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2022/12/16/world/europe/russia-putin-war-failures-ukraine.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SEDDON, Max; MILLER, Christopher; SCHWARTZ, Felicia. How Putin blundered into Ukraine — then doubled down. **Financial Times**, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/80002564-33e8-48fb-b734-44810afb7a49>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SEGRILLO, Angelo. A questão da democracia na Rússia pós-soviética. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pinelli (org.). **O renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI**. Brasília: IPEA, 2012.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo**. Curitiba: Prismas, 2014.

SEGRILLO, Angelo. **Rússia: Europa ou Ásia?** A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e suas consequências hoje na política da Rússia entre Ocidente e Oriente. Curitiba: Prismas, 2016.

SEGRILLO, Angelo. A Guerra na Ucrânia: alguns elementos explicativos (ensaio impressionista). In: GOMIDE, Bruno; JALLAGEAS, Neide (Orgs.). **Ensaio sobre a guerra Rússia Ucrânia**. São Paulo: Kinoruss, 2022.

SEIKOEN. Principalities of Kievan Rus' (1054-1132).jpg. **Wikimedia Commons**, 2011. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Principalities\\_of\\_Kievan\\_Rus\\_%27\\_\(1054-1132\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Principalities_of_Kievan_Rus_%27_(1054-1132).jpg). Acesso em: 16 jul. 2024.

SELIGMAN, Lara; BERTRAND, Natasha. Can Ukraine deploy U.S.-made weapons against the Russians? **Politico**, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2021/04/12/ukraine-us-missile-weapons-russia-480985>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SEREDA, Sofiia. Pidtrymuit' Zelens'koho i kurs na IES ta planuiut' rebrendynh: iak zhyve OPZZh pislia rozkolu i zaborony [Apoiam Zelensky, o caminho à UE e planejam um rebranding: como está vivendo o OPZZh após o colapso e a proibição]? **Radio Svoboda**, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.radiosvoboda.org/a/rada-opzzh-boyko-stolar-zelenskyi-sluga-narodu/31933389.html>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SERGEITSEV, Timofei. Chto Rossiia dolzhna sdelat' s Ukrainoi [O que a Rússia deve fazer com a Ucrânia]. **RIA Novosti**, 3 abr. 2022. Disponível em: <https://ria.ru/20220403/ukraina-1781469605.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SERYO93. Karta territorii Donetskoi i Luganskoi oblasti s osobym poriadkom mestnogo samoupravleniia (Krym v polosku) [Mapa dos territórios das províncias de Donetsk e Luhansk com ordem especial de autogestão especial (Crimeia em listras)]. **Wikimedia Commons**, 9 fev. 2016. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Карта\\_территорий\\_Донецкой\\_и\\_Луганской\\_области\\_с\\_особым\\_порядком\\_местного\\_самоуправления\\_\(Крым\\_в\\_полоску\).svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Карта_территорий_Донецкой_и_Луганской_области_с_особым_порядком_местного_самоуправления_(Крым_в_полоску).svg). Acesso em: 20 jul. 2024.

S'EZD DEPUTATOV vsekh urovnei v Khar'kove. Transliatsia [Congresso dos deputados de todos os níveis em Kharkiv. Transmissão]. **Mediaport**, 22 fev. 2014. Disponível em: <https://www.mediaport.ua/sezd-deputatov-vseh-urovney-v-harkove-tekstovaya-translyaciya>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SHEKHOVTSOV, Anton. From Para-Militarism to Radical Right-Wing Populism: the rise of the Ukrainian far-right party Svoboda. In: WODAK, Ruth; KHOSRAVINIK, Majid; MRAL, Brigitte. **Right-Wing Populism in Europe**. Politics and Discourse. Londres: Bloomsbury, 2013a.

SHEKHOVTSOV, Anton. Vseukrainskoe ob'edinenie «Svoboda»: problema legitimnosti bor'by za vlast' [A União Pan-ucraniana Svoboda: o problema da legitimidade da luta pelo poder]. **Forum noveishei vostochnoevropeskoï istorii i kul'tury**, v.10, n.1, 2013b, p.22-63.

SHEKHOVTSOV, Anton. The Uneasy Reality of Antifascism in Ukraine. **Anton Shekhovtsov's blog**, 14 mar. 2015. Disponível em: <https://anton-shekhovtsov.blogspot.com/2015/03/the-uneasy-reality-of-antifascism-in.html>. Acesso em: 3 jun. 2024.

SHEKHOVTSOV, Anton. How Alexander Dugin's Neo-Eurasianists geared up for the Russian-Ukrainian war in 2005-2013. **Anton Shekhovtsov's blog**, 25 jan. 2016. Disponível em: <https://anton-shekhovtsov.blogspot.com/2016/01/how-alexander-dugins-neo-eurasianists.html>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SHEVTSOVA, Lilia. **Yeltsin's Russia**. Myths and Reality. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1999.

SHOSTE zahal'nonatsional'ne opytuvannia. Movne pytannia v Ukraïni [Sexta pesquisa

nacional geral. A questão linguística na Ucrânia]. **Rating Group**, 19 mar. 2022. Disponível em:

[https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/rg\\_ua\\_1000\\_ua\\_032022\\_mova\\_press.pdf](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_ua_1000_ua_032022_mova_press.pdf). Acesso em: 30 jun. 2024.

SHOSTYI rik dekomunizatsii: stavlennia naseleunia do zaborony symvoliv totalitarnoho mynuloho [Sexto ano da descomunização: posição da população com relação à proibição dos símbolos do passado totalitário]. **Fundação Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv**, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://dif.org.ua/article/shostiy-rik-dekomunizatsii-stavlennya-naselennya-do-zaboroni-simvoliv-totalitarnogo-minulogo>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SHUMILIN, Oleksandr. Eksministr Tabachnyk, iakyi dopomahav okypantam iz “referendumamy”, otrymav novu pidozru [Ex-ministro Tabachnyk, que auxiliou os ocupantes com os “referendos”, recebeu uma nova notificação de suspeita]. **Ukrains’ka pravda**, 12 maio 2023. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2023/05/12/7401872/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SHUSTER, Simon. **The Showman**. Inside the Invasion That Shook the World and Made a Leader of Volodymyr Zelensky. Londres: William Collins, 2024.

SHVETS, Dmitrii. Vintovka rodila vlast’. Kogo Rossiia ob’iavljaet merami i gubernatorami zakhvachennykh territorii [O rifle deu origem ao poder. Quem a Rússia está declarando como prefeitos e governadores nos territórios capturados]. **Mediazona**, 12 maio 2022. Disponível em: <https://zona.media/article/2022/05/12/saldo>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SKORKIN, Konstantin. Vo chto veriat «DNR» i «LNR» [No que acreditam a “DNR” e a “LNR”]? **Real’na hazeta**, 15 out. 2015. Disponível em: <https://realgazeta.com.ua/vo-chto-veryat-lnr-i-dnr/>. Acesso em: 17 maio 2024.

SKORKIN, Konstantin. 25 let donbasskogo separatizma [25 anos do separatismo no Donbass]. **Real’na hazeta**, 15 mar. 2016a. Disponível em: <https://realgazeta.com.ua/25-let-donbasskogo-separatizma-1/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SKORKIN, Konstantin. 25 let donbasskogo separatizma. Chast’ vtoraja [25 anos do separatismo no Donbass. Segunda parte]. **Real’na hazeta**, 24 mar. 2016b. Disponível em: [https://realgazeta.com.ua/25-let-donbasskogo-separatizma\\_-chast-vtoraya/](https://realgazeta.com.ua/25-let-donbasskogo-separatizma_-chast-vtoraya/). Acesso em: 16 nov. 2023.

SKORKIN, Konstantin. Elity i kontrelity Donbassa. Kak sformirovalos’ rukovodstvo DNR-LNR [Elites e contraelites do Donbass. Como se formou a liderança da DNR e da LNR]. **Carnegie Berlin Center**, 19 jan. 2018a. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/posts/2018/01/a-counter-elite-takes-power-the-new-leaders-of-the-donbas?lang=ru&center=russia-eurasia>. Acesso em: 22 maio 2024.

SKORKIN, Konstantin. Vozrozhdenie ili raskol. Udastsia li Vostoku Ukrainy vernut’ politicheskoe vliianie v Kieve [Renascimento ou divisão. O leste da Ucrânia conseguirá recuperar a influência política em Kiev?]. **Carnegie Endowment for International Peace**, 14 nov. 2018b. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/commentary/77694>. Acesso em: 31 maio 2023.

SKORKIN, Konstantin. Ob’iedniai i vlastvui. Kak ustroeny i kuda dvizhutsia rezhimy DNR i

LNR [Una e governe. Como são estruturadas e para onde se movimentam a DNR e a LNR]. **Carnegie Berlin Center**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/posts/2021/03/merge-and-rule-whats-in-store-for-the-donetsk-and-luhansk-republics?lang=ru>. Acesso em: 22 maio 2024.

SKORKIN, Konstantin. Kto pomogaet Kremliu zakrepat'sia na okkupirovannykh territoriiakh? [Quem está ajudando o Kremlin a se firmar nos territórios ocupados?]. **Meduza**, 14 maio 2022a. Disponível em: <https://meduza.io/feature/2022/05/14/narodnye-mery-i-kovid-dissidenty>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SKORKIN, Konstantin. Krakh prorossiiskoi Ukrainy. Kak voina izmenit politicheskuiu zhizn' ukrainskogo Iugo-Vostoka [O colapso da Ucrânia pró-russa. Como a guerra mudará a vida política do sudeste ucraniano]. **Carnegie Politika**, 25 nov. 2022b. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/politika/88489>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SKORKIN, Konstantin. Pasyunki anneksii. Kakoe mesto v rossiiskoi vlasti zaniali elity okkupirovannykh regionov Ukrainy [Os enteados da anexação. Qual lugar as elites das regiões ocupadas da Ucrânia assumiram no poder na Rússia]. **Carnegie Politika**, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2023/08/occupied-ukraines-turncoat-elites-struggle-to-make-their-mark-in-russian-politics?lang=ru>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SMIRNOV, Iurii. Skrepy moskovskie. Kak ustroeny klany OPZZh, i za chto oni voiuut mezhdub soboi [Os laços moscovitas. Como Como funcionam os clãs do OPZZH e por que eles lutam entre si]. **Liha.net**, 18 mar. 2021a. Disponível em: <https://www.liga.net/politics/articles/skrepy-moskovskie-kak-ustroeny-klany-opzj-i-za-chto-voyuyut-mejdu-soboy>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SMIRNOV, Iurii. "Medvedchuk poprosil". Zachem Kreml' vvel sanktsii protiv Liovochkina, i zhdet li OPZZh raskol ["Medvedchuk pediu". Por que o Kremlin adotou sanções contra Liovochkin. O OPZZh passará por um cisma?]. **Liha.net**, 9 set. 2021b. Disponível em: <https://www.liga.net/politics/articles/medvedchuk-poprosil-zachem-kreml-vvel-sanktsii-protiv-levochkina-i-jdet-li-opzj-raskol>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SNYDER, Timothy. Ukrainians and Poles. In: LIEVEN, Dominic (Ed.). **The Cambridge History of Russia**. Volume II: Imperial Russia, 1689-1917. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SNYDER, Timothy. Russia's genocide handbook. **Thinking about ...**, 8 abr. 2022. Disponível em: <https://snyder.substack.com/p/russias-genocide-handbook>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SOLCHANYK, Roman. **Ukraine and Russia**. The Post-Soviet Transition. Oxford: Rowman & Littlefield, 2001.

SOLONYNA, Ievhen; ZAKALIUZHNYI, Mykola. «Ukrains'kyi vybir» Putina: Ianukovykh chy Medvedchuk [A “escolha ucraniana” de Putin: Ianukovykh ou Medvedchuk?]. **Radio Svoboda**, 19 ago. 2013. Disponível em: <https://www.radiosvoboda.org/a/25080123.html>. Acesso em: 4 maio 2024.

SOLOV'EV, Vladimir. Kiev vzial Berlin [Kiev tomou Berlin]. **Kommersant**, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5207841>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SOLZHENITSYN, Aleksandr. **Publitsistika**: v trekh tomakh. Tom 1 – stat’i i rechi [Jornalismo de opinião: em três volumes. Vol 1 – artigos e discursos]. Iaroslavl’: Verkhnevolzhskoe knizhnoe izdatel’stvo, 1995.

S’OME zahal’nonatsional’ne opytuvannia: Ukraïna v umovakh viiny [Sétima pesquisa geral nacional: a Ucrânia nas condições de guerra]. **Rating Group**, 31 mar. 2022. Disponível em: [https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/rg\\_ua\\_1500\\_ua\\_032022\\_v\\_\\_\\_press.pdf](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_ua_1500_ua_032022_v___press.pdf). Acesso em: 28 jun. 2024.

STANOVAIA, Tatiana. Stabilizatsiia dlia razgovora. Dlia chego Putin ispol’zoval bol’shuu press-konferentsiiu [Estabilização para o diálogo. Para quê Putin utilizou a grande conferência de imprensa]. **Carnegie Politika**, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2023/12/putins-end-of-year-event-was-a-doomed-invitation-to-dialogue?lang=ru&center=russia-eurasia>. Acesso em: 26 jun. 2024.

STAVLENNIA UKRAÏNTSIV DO RISHENNIA Rosiï pro vvedenia viis’k v Ukraïnu [Posicionamento dos ucranianos sobre a decisão da Rússia sobre o envio de tropas à Ucrânia]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 16 mar. 2014. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=245&y=2014&m=3&page=1>. Acesso em: 22 abr. 2024.

STAVLENNIA V UKRAÏNI TA ROSIÏ do aksii protestu v Ukraïni [Posicionamento na Ucrânia e na Rússia sobre as ações de protesto na Ucrânia]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 28 fev. 2014. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=231>. Acesso em: 23 abr. 2024.

STENOGRAMMA Severodonetskogo s’ezda 29 noiabria 2004 goda [Transcrição do Congresso de Sievierodonetsk de 29 de novembro de 2004]. **Skhidnyi Variant**, 9 jan. 2009. Disponível em: <https://v-variant.com.ua/article/stenogramma-severodoneckogo-sezda-28-noyabrya-2004-goda/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

STENT, Angela. **The limits of Partnership**: U.S.-Russian Relations in the Twenty-First Century. New Jersey: Princeton University Press, 2015.

STENT, Angela. **Putin’s World**. Russia against the West and with the Rest. Nova York: Twelve, 2019.

STESHIN, Dmitrii. Kto by ni pobedil na Ukraine, proigraet Bandera [Quem quer que vença na Ucrânia, Bandera perderá]. **Komsomol’skaia pravda**, 5 fev. 2010. Disponível em: <https://zatulin.ru/kto-by-ni-pobedil-na-ukraine-proigraet-bandera/>. Acesso em: 9 mar. 2024.

STRATEGIIA dlia Rossii. Nekotorye tezisy dlia doklada Soveta po vneshnei i oboronnoi politike [Estratégia para a Rússia. Algumas teses para o relatório do Conselho de Política Externa e de Defesa]. **Nezavisimaia gazeta**, 19 ago. 1992. Disponível em: <https://www.svop.ru/files/meetings/m037913400978831.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

STRATEGIIA dlia Rossii. Tezisy Soveta po vneshnei i oboronnoi politike [Estratégia para a Rússia. Teses do Conselho de Política Externa e de Defesa]. **Nezavisimaia gazeta**, 27 maio 1994. Disponível em: <https://www.svop.ru/files/meetings/m036013400917151.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

STRATEGIIA dlia Rossii. Rossiiskaia vneshniaia politika: konets 2010-kh—nachalo 2020-kh godov. Tezisy rabochei gruppy Soveta po vneshnei i oboronnoi politike [Estratégia para a Rússia. A política externa russa: fim dos anos 2010 – início dos anos 2020. Teses do grupo de trabalho do Conselho de Política Externa e de Defesa]. **SVOP**, 2016. Disponível em: [https://svop.ru/wp-content/uploads/2016/05/тезисы\\_23мая\\_sm.pdf](https://svop.ru/wp-content/uploads/2016/05/тезисы_23мая_sm.pdf). Acesso em: 18 jul. 2024.

STRATEGIIA Rossii v XXI veke: analiz situatsii i nekotorye predlozheniia [Estratégia para a Rússia no século XXI: análise da situação e algumas propostas]. **Nezavisimaia gazeta**, 18 jun. 1998. Disponível em: <https://www.svop.ru/files/meetings/m031113382808421.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SUSHENTSOV, Andrei. Ukrainskii konflikt: otgolosok Karibskogo krizisa i strategicheskie interesy Rossii [O conflito ucraniano: o eco da Crise dos Mísseis e os interesses estratégicos da Rússia]. **Valdai Discussion Club**, 27 dez. 2023. Disponível em: <https://ru.valdaiclub.com/a/highlights/ukrainskiy-konflikt-otgolosok-karibskogo-krizisa/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

SUSLOV, Mikhail. “Russian World” Concept: Post-Soviet Geopolitical Ideology and the Logic of “Spheres of Influence”. **Geopolitics**, v.23, n.2, 2018, p.330-353.

SUSPIL’NI nastroi na Donbasi-2020 – rehional’ne opytuvannia [Posições sociais no Donbass-2020 – pesquisa regional]. **Fundação Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv**, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://dif.org.ua/uploads/pdf/1891465342645d57cc185e59.16038226.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SUSPIL’NO-POLITYCHNI nastroi naseleennia [Posições sociopolíticas da população]. **Rating**, 25 jul. 2021. Disponível em: [https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/rg\\_ukraine\\_2500\\_072021\\_2\\_press.pdf](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_ukraine_2500_072021_2_press.pdf). Acesso em: 10 jul. 2024.

SUSPIL’NO-POLITYCHNI nastroi naseleennia Ukraïny: lypen’ 2019 roku [Posições sociopolíticas da população da Ucrânia: julho de 2019]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=875>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SVAD’BA Iriny Medvedchuk. Foto s prazdnika, gde guliala vcherashniaia elita [O casamento de Irina Medvedchuk. Fotos da festa, onde andou a ex-elite]. **Ukraïns’ka pravda**, 1 nov. 2023. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/rus/articles/2006/11/1/4407822/>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SVEN TESCHKE. Ukraine einfach Wahlen 3WG english. **Wikimedia Commons**, 28 dez. 2004. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukraine\\_einfach\\_Wahlen\\_3WG\\_english.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukraine_einfach_Wahlen_3WG_english.png). Acesso em: 20 jul. 2014.

SVOP. **Strategiia dlia Rossii**: povestka dnia dlia prezidenta-2000 [Estratégia para a Rússia: uma agenda para o presidente-2000]. Moscou: VAGRIUS, 2000.

SYLINA, Tetiana; MOSTOVA, Iuliia. Russkii plan, osmyslennyi i besposhchadnyi [O plano russo, inteligente e impiedoso]. **Dzerkalo tyzhnia**, 16 ago. 2013. Disponível em:

[https://zn.ua/columnists/ruskiy-plan-osmyslenny-i-besposchadny-127664\\_.html](https://zn.ua/columnists/ruskiy-plan-osmyslenny-i-besposchadny-127664_.html). Acesso em: 5 maio 2024.

SZEPTYCKI, Andrzej. **Ukraina wobec Rosji**. Studium zależności [A Ucrânia com relação à Rússia. Estudo da dependência]. Varsóvia: Editora da Universidade de Varsóvia, 2013.

TALANOVA, Daria; VOL'ZHSKII, Ilia. «Ukraina kvartiru dala, a Rosiia teper' otbiraet» [“A Ucrânia deu o apartamento, e agora a Rússia o toma”]. **Novaia gazeta Evropa**, 20 maio 2024. Disponível em: <https://novayagazeta.eu/articles/2024/05/20/ukraina-kvartiru-dala-a-rossiia-teper-otbiraet>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TIMOFEEV, Ivan. Somnitel'naia effektivnost'? Sanktsii protiv Rossii do i posle fevralia [Efetividade duvidosa? As sanções contra a Rússia antes e depois de fevereiro]. **Russia in Global Affairs**, v.20, n.4, 2022, p.136-152.

TITOVA, Viktoriia. Dmitrii Tabachnik: Den'gi pobedili ideologiiu i razrushili Ukrainu [Dmytro Tabachnyk: o dinheiro vence a ideologia e destruiu a Ucrânia]. **Ukraina.ru**, 31 maio 2024. Disponível em: <https://ukraina.ru/20240531/1055412419.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TOAL, Gerard. **Near Abroad**. Putin, the West, and the Contest over Ukraine and the Caucasus. Nova York: Oxford University Press, 2017.

TREATY on (settlement of the situation in Ukraine, its neutrality and) security guarantees of Ukraine. Draft as of 17.03.2022. (22:00). **The New York Times**, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://static01.nyt.com/newsgraphics/documenttools/e548b273c4d42a3a/5e73b566-full.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

TREISMAN, Daniel. Crimea: Anatomy of a Decision. In: TREISMAN, Daniel (Ed.). **The New Autocracy**. Information, Politics, and Policy in Putin's Russia. Washington: Brookings Institution Press, 2018.

TRENIN, Dmitri. Russia's spheres of interest, not influence. **Washington Quarterly**, v.32, n.4, 2009, p.3-22.

TRENIN, Dmitri. **Post-Imperium**: a Eurasian Story. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2011.

TRENIN, Dmitri. Europe's Nightmare Coming True: America vs. Russia...Again. **The National Interest**, 29 jul. 2014. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/europes-nightmare-coming-true-america-vs-russiaagain-10971>>. Acesso em: 17 maio 2024.

TRENIN, Dmitri. Poniat' Ukrainu. Novyi etap stanovleniia rossiiskogo gosudarstvennogo proekta [Entender a Ucrânia. Uma nova etapa na formação do projeto estatal russo]. **Russia in Global Affairs**, v.15, n.5, 2017, p.172-183.

TRENIN, Dmitri. European Security: From Managing Adversity to A New Equilibrium. **Carnegie Moscow Center**, 2018. Disponível em: [https://carnegieendowment.org/files/CP329\\_Trenin\\_Euro\\_Security\\_WEB.pdf](https://carnegieendowment.org/files/CP329_Trenin_Euro_Security_WEB.pdf). Acesso em: 1 abr. 2024.

TRENIN, Dmitri. **Novyi balans sil. Rossiia v poiskakh vneshnepoliticheskogo ravnovesiia** [O novo equilíbrio de poder. A Rússia em busca do equilíbrio de política externa]. Moscou: Al'pina, 2021.

TROIANOVSKI, Anton; ENTOUS, Adam; SCHWIRTZ, Michael. Ukraine-Russia Peace Is as Elusive as Ever. But in 2022 They Were Talking. **The New York Times**, 15 jun. 2024. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2024/06/15/world/europe/ukraine-russia-ceasefire-deal.html>. Acesso em: 26 jun. 2024.

TSARIOV, Oleg. Vystuplenie O. Tsariova [Discurso de O. Tsariov]. In: ZATULIN, Konstantin (Ed.). **Materialy «kruglogo stola» «Russkoiazychnaia Ukraina: vozmozhnosti i problemy konsolidatsii»** (Moscou, 27 de abril de 2009) [Materiais da mesa redonda “A Ucrânia russófona: possibilidades e problemas de consolidação” (Moscou, 27 de abril de 2009)]. Moscou: Comissão do Governo da Rússia para Assuntos dos Compatriotas no Exterior e Instituto da Diáspora e da Integração (Instituto dos Países da CEI), 2009.

TSARUK, Maksym. Ponad 20% ukraïntsiiv dosi bachat' mozhlyvist' prymyrennia z Rosiieiu – opytuvannia [Mais de 20% dos ucranianos ainda enxergam a possibilidade de reconciliação com a Rússia]. **Dzerkalo tyzhnia**, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/war/ponad-20-ukrajintsiiv-dosi-bachat-mozhlyvist-primirennja-z-rosijeju-opytuvannja.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

TSYGANKOV, Andrei. Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy. **Post-Soviet Affairs**, v.31, n.4, 2015, p.279-303.

TSYGANKOV, Andrei. **Russia and America**. The Asymmetric Rivalry. Cambridge: Polity, 2019.

TSYGANKOV, Andrei. **Russia's Foreign Policy**. Change and Continuity in National Identity. Londres: Rowman & Littlefield, 2022a.

TSYGANKOV, Andrei. At War with the West: Russian Realism and the Conflict in Ukraine. **Journal of Strategic Military Studies**, v.22, n.2, 2022b, p.110-128.

TYMOSHENKO, Iuliia. Containing Russia. **Foreign Affairs**, v.86, n.3, 2007, p.69-82.

TYMOSHENKO, Iuliia. Peredvyborcha prohrama kandydata na posadu Prezydenta Ukraïny Iulii Tymoshenko “UKRAÏNA PEREMOZHE. UKRAÏNA – TSE TY!” [Programa eleitoral da candidata ao cargo de presidente da Ucrânia Iuliia Tymoshenko. “A UCRÂNIA VENCERÁ. A UCRÂNIA É VOCÊ!”]. **Iuliia Tymoshenko**, 31 out. 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20091103063843/https://www.tymoshenko.ua/uk/article/axeawa5s>. Acesso em: 7 mar. 2024.

TYSHCHENKO, Kateryna. Zelens'kyi pro statti RIA Novosti: Odyn z dokaziv dlia maibutnioho trybunalu [Zelensky sobre o artigo da RIA Novosti: uma das provas para o futuro tribunal]. **Ukraïns'ka pravda**, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://www.pravda.com.ua/news/2022/04/4/7337177/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

UCHASTNIKI mitinga v Sevastopole potrebovali prisoedineniia Kryma k Rossii [Participantes de manifestação em Sevastopol demandaram a incorporação da Crimeia à Rússia]. **Novyi region – Krym**, 6 dez. 2004. Disponível em:

<http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=98&bulsectionid=8983>. Acesso em: 16 jan. 2024.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Khartiia ukrains'ko-amerykans'koho partnerstva, druzhby i spivrobitnytstva** [Carta de Parceria, Amizade e Cooperação Ucrâniano-Estadunidense], 22 nov. 1994. Disponível em: [https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/840\\_015#Text](https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/840_015#Text). Acesso em: 29 maio 2023.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Zakon Ukraïny. Pro zasady vnustrishn'oï i zovnishn'oï polityky** [Lei da Ucrânia. Sobre os fundamentos de política doméstica e externa], 1 jul. 2010a. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2411-17/ed20100701#Text>. Acesso em: 21 fev. 2024.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Uhoda mizh Ukraïnoi ta Rosiis'koïu Federatsieiu z pytan' perebuvannia Chornomors'koho flotu Rosiis'koï Federatsii na terytorii Ukraïny** [Acordo entre a Ucrânia e a Federação Russa sobre a questão da presença da Frota do Mar Negro da Federação Russa no território da Ucrânia], 27 abr. 2010b. Disponível em: [https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/643\\_359#Text](https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/643_359#Text). Acesso em: 21 fev. 2024.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Zakon Ukraïny. Pro zasady derzhavnoi movnoi polityky** [Lei da Ucrânia. Sobre os fundamentos da política linguística do Estado], 3 jul. 2012. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/5029-17/ed20120703#Text>. Acesso em: 3 abr. 2024.

UCRÂNIA. Conselho de Segurança Nacional e Defesa. **Stenohrama zasidannia Rady natsional'noi bezpeky i oborony pid holovuvanniam v.o. Prezydenta Ukraïny, Holovy Verkhovnoi Rady Ukraïny O.V. Turchynova** [Transcrição da reunião Conselho de Segurança e Defesa Nacional sob liderança do presidente em exercício da Ucrânia e presidente do Conselho Supremo da Ucrânia. O.V. Turchynov], 28 fev. 2014a. Disponível em: <https://www.rnbo.gov.ua/files/2016/stenogr.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2024.

UCRÂNIA. Presidente da Ucrânia. **Myrnyi plan Prezydenta Ukraïny shchodo vrehuliuvannia sytuatsii v skhidnykh rehionakh Ukraïny** [Plano de paz do presidente da Ucrânia sobre a resolução da situação nas regiões orientais da Ucrânia], 20 jun. 2014b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140621173749/https://www.president.gov.ua/news/30566.html>. Acesso em: 19 abr. 2024.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Zakon Ukraïny. Pro osoblyvyi poriadok mistsevoho samovriaduvannia v okremykh raionakh Donets'koï ta Luhans'koï oblasti** [Lei da Ucrânia. Sobre o ordenamento especial do autogoverno local em determinados distritos das províncias de Donetsk e Luhansk], 21 mar. 2015. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/1680-18/ed20150321#Text>. Acesso em: 29 abr. 2024.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Zakon Ukraïny. Pro osoblyvosti derzhavnoi polityky iz zabezpechennia derzhavnoho suverenitetu Ukraïny na tymchasovo okupovanykh terytoriiakh u Donetskii ta Luhanskii oblastiakh** [Lei da Ucrânia. Sobre as especificidades da política estatal de garantia da soberania estatal da Ucrânia nos territórios temporariamente ocupados nas províncias de Donetsk e Luhansk], 18 jan. 2018. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/go/2268-19/ed20180118>. Acesso em: 23 abr. 2024.

UCRÂNIA. Comissão Eleitoral Central. **Pozacherhovi vybory narodnykh deputativ**

**Ukrâiny 26 zhovtnia 2014 roku. Politychna partiia “Opozytsiinyi blok”** [Eleições extraordinárias de deputados do povo da Ucrânia, 26 de outubro de 2014. Partido político “Bloco de Oposição”], 18 jul. 2019. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220124094720/https://cvk.gov.ua/pls/vnd2014/wp302pt001f01=910pf7171=199.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Konstytutsiia Ukraïny** [Constituição da Ucrânia], 1 jan. 2020a. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/cgi-bin/laws/main.cgi?nreg=254%EA%2F96%2D%E2%F0#Text>. Acesso em: 24 out. 2023.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Zakon Ukraïny. Pro ochyshchennia vladyy** [Lei da Ucrânia. Sobre a purificação do poder], 20 mar. 2020b. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/1682-18/ed20200320#Text>. Acesso em: 26 jun. 2024.

UCRÂNIA. Ministério para a Reintegração dos Territórios Temporariamente Ocupados da Ucrânia. **Proiekt. Zakon Ukraïny. Pro zasady derzhavnoï polityky perekhidnoho periodu** [Projeto. Lei da Ucrânia. Sobre os fundamentos da política estatal do período de transição], 5 ago. 2021a. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20210805182915/https://www.minre.gov.ua/sites/default/files/1.\\_zakonoprojekt\\_pro\\_zasady\\_dppp.pdf](https://web.archive.org/web/20210805182915/https://www.minre.gov.ua/sites/default/files/1._zakonoprojekt_pro_zasady_dppp.pdf). Acesso em: 28 jun. 2024.

UCRÂNIA. Conselho Supremo. **Zakon Ukraïny. Pro korinni narody Ukraïny** [Lei da Ucrânia. Sobre os povos indígenas da Ucrânia], 1 jul. 2021b. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/1616-20/ed20210701#Text>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UCRÂNIA. Presidente da Ucrânia. **Stratehiia voiennoï bezpeky Ukraïny. Voienna bezpeka – vseokhopliuiucha oborona** [Estratégia de segurança militar da Ucrânia. Segurança militar – defesa abrangente], 25 mar. 2021c. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/documents/1212021-37661>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UCRÂNIA. Presidente da Ucrânia. **Prezydent Ukraïny proviv telefonnu rozmovu z Heneral’nym sekretarem NATO** [Presidente da Ucrânia realizou uma conversa telefônica com o secretário-geral da OTAN], 6 abr. 2021d. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/prezident-ukrayini--proviv-telefonnu-rozmovu-z-generalnim-sek-67813>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UCRÂNIA. Presidente da Ucrânia. **Stratehiia deokupatsii ta reintehratsii tymchasovo okupovanoï terytorii Avtonomnoï Respubliky Krym ta mista Sevastopolia** [Estratégia de Desocupação e Reintegração do Território Temporariamente Ocupado da República Autônoma da Crimeia e da cidade de Sevastopol], 24 mar. 2021e. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/documents/1172021-37533>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UCRÂNIA. Presidente da Ucrânia. **Kryms’ka platforma. Deklaratsiia** [Plataforma da Crimeia. Declaração], 23 ago. 2021f. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/krymska-platforma-deklaraciya-70293>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UCRÂNIA. Presidente da Ucrânia. **The Kyiv Security Compact**, 13 set. 2022a. Disponível em: [https://www.president.gov.ua/storage/j-files-storage/01/15/89/41fd0ec2d72259a561313370ce1be6e\\_1663050954.pdf](https://www.president.gov.ua/storage/j-files-storage/01/15/89/41fd0ec2d72259a561313370ce1be6e_1663050954.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

UCRÂNIA. Escritório Estatal de Investigações. **DBR zavershylo rozsliduvannia u provadzhenni pro derzhzradu Viktora Medvedchuka** [Escritório Estatal de Investigações finalizou investigação no caso de traição ao Estado de Viktor Medvedchuk], 2 jun. 2022b. Disponível em: <https://dbr.gov.ua/news/dbr-zaversshilo-rozsliduvannya-u-provadhenni-pro-derzhzradu-viktora-medvedchuka>. Acesso em: 9 maio 2024.

UCRÂNIA. Serviço de Segurança da Ucrânia. **Ivan Bakanov rozpoviv detali spetsoperatsii SBU z zatrymannia Medvedchuka** [Ivan Bakanov contou detalhes da operação especial do SBU para a detenção de Medvedchuk], 13 abr. 2022c. Disponível em: <https://ssu.gov.ua/novyny/ivan-bakanov-rozpoviv-detali-spetsoperatsii-sbu-z-zatrymannia-medvedchuka>. Acesso em: 17 maio 2023.

UCRÂNIA. Presidente da Ucrânia. **Ukaz Prezydenta Ukraïny №153/2022** [Decreto do presidente da Ucrânia N°153/2022], 19 mar. 2022d. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/documents/1532022-41765>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UCRÂNIA. Oitavo Tribunal Administrativo de Apelação. **Rishennia imenem Ukraïny. Sprava N° P/857/8/22** [Decisão em nome da Ucrânia. Processo N° P/857/8/22], 20 jun. 2022e. Disponível em: <https://minjust.gov.ua/files/general/2022/06/28/20220628145949-50.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UCRÂNIA. Oitavo Tribunal Administrativo de Apelação. **Rishennia imenem Ukraïny. Sprava N° P/857/12/22** [Decisão em nome da Ucrânia. Processo N° P/857/12/22], 8 jun. 2022f. Disponível em: <https://minjust.gov.ua/files/general/2022/06/13/20220613093902-50.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UCRÂNIA. Oitavo Tribunal Administrativo de Apelação. **Rishennia imenem Ukraïny. Sprava N° P/857/9/22** [Decisão em nome da Ucrânia. Processo N° P/857/9/22], 14 jun. 2022g. Disponível em: <https://minjust.gov.ua/files/general/2022/06/22/20220622094650-75.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UKRAINA: PREDPOSYLKI krizisa i stsenarii budushchego [Ucrânia: antecedentes da crise e cenários de futuro]. **Valdai Discussion Club**, 2014. Disponível em: <https://ru.valdaiclub.com/files/22576/>. Acesso em: 8 maio 2024.

UKRAINE VOTES To Abandon Neutrality, Set Sights On NATO. **Radio Free Europe**, 23 dez. 2014. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/ukraine-parliament-abandons-neutrality/26758725.html>. Acesso em: 29 jun. 2024.

UKRAINE'S LOSSES in the war. **Ukrainian Losses**, 2024. Disponível em: <https://ualosses.org/soldiers/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

UKRAINE: TORTURE, Disappearances in Occupied South. **Human Rights Watch**, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/07/22/ukraine-torture-disappearances-occupied-south>. Acesso em: 21 jun. 2024.

“UKRAINSKII VYBOR” VYSTUPAET za provedenie vseukrainskogo referendumu o vstuplenii v Tamozhennyi soiuz [Escolha Ucrâniana defende a realização de um referendo nacional ucraniano sobre a entrada na União Aduaneira]. **Interfax Ukraïna**, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://interfax.com.ua/news/political/131542.html>. Acesso em: 4 maio 2024.

URSR. **Konstytutsiia (osnovnyi zakon) Ukraïns'koï Radians'koï Sotsialistychnoï Respubliky** [Constituição (lei básica) da República Socialista Soviética Ucraniana], 20 abr. 1978. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/go/888-09>. Acesso em: 18 maio 2023.

URSR. **Zakon Ukraïns'koï Radians'koï Sotsialistychnoï Respubliky pro movy v Ukraïns'kii RSR** [Lei da República Socialista Soviética Ucraniana sobre as línguas na República Socialista Soviética Ucraniana], 28 out. 1989. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/go/8312-11>. Acesso em: 24 out. 2023.

URSR. **Deklaratsiia pro derzhavnyi suverenitet Ukraïny** [Declaração de soberania estatal da Ucrânia], 16 jul. 1990. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/55-12#Text>. Acesso em: 21 maio 2023.

URSR. Conselho Supremo. **Akt proholoshennia nezalezhnosti Ukraïny** [Ato de proclamação da independência da Ucrânia], 24 ago. 1991. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/1427-12>. Acesso em: 9 maio 2023.

V DNR nachali razrabotku doktriny “Russkii Donbass” [Na DNR, teve início a elaboração da doutrina “Donbass Russo”]. **TASS**, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://tass.ru/mezhdunarodnaya-panorama/10247715>. Acesso em: 19 jun. 2024.

V DONETSKE predlagaiut pereimenovat' Patiiu regionov i unichtozhit' Ukrainu [Em Donetsk, sugeriu-se mudar o nome do Partido das Regiões e destruir a Ucrânia]. **Novosti Donbassa**, 26 mar. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140517115246/http://novosti.dn.ua/details/43066/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

V. IANUKOVYCH obeshchaet sdelat' russkii iazyk vtorym gosudarstvennym [V. Ianukovych promete tornar a língua russa a segunda estatal]. **RBK Ukraïna**, 2 set. 2009. Disponível em: [https://daily.rbc.ua/rus/show/v\\_yanukovich\\_obeshchaet\\_sdelat\\_russkiy\\_yazyk\\_vtorym\\_gosudarstvennym\\_1251909650](https://daily.rbc.ua/rus/show/v_yanukovich_obeshchaet_sdelat_russkiy_yazyk_vtorym_gosudarstvennym_1251909650). Acesso em: 23 fev. 2024.

V KHERSONSKOM gorsoвете samoraspustilas' fraktsiia OPZZh [A bancada do OPZZh no Conselho Municipal de Kherson se autodissolveu]. **Kherson Online**, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://khersonline.net/top/299889-v-hersonskom-gorsovete-samoraspustilas-frakciya-opzzh.html>. Acesso em: 21 jun. 2024.

V KRYMU sobiraiut podpisi za vossoedinenie s Rossiei [Assinaturas pela reunificação com a Rússia estão sendo coletadas na Crimeia]. **Regions.ru**, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=98&bulsectionid=8898>. Acesso em: 16 jan. 2024.

V LUGANSKE ob'iaвлена narodnaia respublika [Uma República Popular foi anunciada em Luhansk]. **Lenta**, 28 abr. 2014. Disponível em: <https://lenta.ru/news/2014/04/28/lugansk/>. Acesso em: 2 maio 2024.

V MELITOPOLE OTKRYLI pamiatnik Pavlu Sudoplatovu [Monumento a Pavel Sudoplatov foi inaugurado em Melitopol]. **RIA Novosti**, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://ria.ru/20220707/melitopol-1801007033.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

V MELITOPOLE PEREIMENOVALI ulitsu imeni teoretika ukrainskogo natsionalizma [Rua com nome de teórico do nacionalismo ucraniano foi renomeada em Melitopol]. **RIA Novosti**, 26 maio 2022. Disponível em: <https://ria.ru/20220526/melitopol-1790881466.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

V NACHALE byla Tuzla. Kak 20 let nazad proshla “repetitsia” rossiisko-ukrainskoi voiny [No começo foi Tuzla. Como ocorreu o “ensaio” da Guerra Russo-Ucraniana vinte anos atrás]. **Strana.ua**, 26 out. 2023. Disponível em: <https://ctrana.news/news/448733-kak-razvorachivalsja-konflikt-vokruh-ostrova-tuzla-20-let-nazad-retrospektiva.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

V OPZZH prokomentirovali veroiatnoe trebovanie Rossii na peregorovakh naznachit' Boiko prem'er-ministrom Ukrainy [No OPZZh, comentaram a possível demanda da Rússia nas negociações pela nomeação de Boiko como primeiro-ministro da Ucrânia]. **Gordon**, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://gordonua.com/news/war/v-opzzh-prokomentirovali-veroyatnoe-trebovanie-rossii-na-peregorovah-naznachit-boyko-premer-ministrom-ukrainy-1598737.html>. Acesso em: 11 dez. 2022.

V UKRAĬNI ZARAZ 4,6 mil'iona pereselentsiv – Vereshchuk [Na Ucrânia há atualmente 4,6 milhões de refugiados – Vereshchuk]. **Ukrinform**, 13 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ukrinform.ua/rubric-society/3874328-v-ukraini-zaraz-46-milijona-pereselenciv-veresuk.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

V UKRAĬNI ZROSTAIE hotovnist' chynyty opir rosiis'kym interventam: rezul'taty telefonnoho opytuvannia, provedennoho 5-13 liutoho 2022 roku [Cresce a disposição para resistir aos interventores russos na Ucrânia: resultados de pesquisa telefônica, 5-13 de fevereiro de 2022]. **Instituto Internacional de Sociologia de Kiev**, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=1099>. Acesso em: 21 jun. 2024.

V ZAPOROZHSKOI oblasti naznachili glav podkontrol'nykh Rossii administratsii [Chefes das administrações sob controle da Rússia foram nomeados na província de Zaporizhzhia]. **RIA Novosti**, 26 maio 2022. Disponível em: <https://ria.ru/20220526/glavy-1790819987.html>. Acesso em 21 jun. 2024.

VAN HERPEN, Marcel H. **Putin's wars: the rise of Russia's new imperialism**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

VASCONCELLOS, Patrícia Fernandes. **Da Crimeia aos Bálcãs: a projeção de poder russa e a questão étnico-cultural**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, 2016.

VAVILOV, Andrei. Idei federalizma v ukrainskoi politike [As ideias do federalismo na política ucraniana]. **Comparative Politics Russia**, v.12, n.4, 2021, p.109-123.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. O quadrilátero da crise. A guerra na Ucrânia e o governo Biden. **Estudos e Análises de Conjuntura do Observatório Político dos Estados Unidos**, n.21, 2023, p.3-53.

VENDIK, Iurii. Azarov ob'iaivil o sozdanii Komiteta spaseniia Ukrainy [Azarov anunciou a criação do Comitê de Salvação da Ucrânia]. **BBC**, 3 ago. 2015. Disponível em: [https://www.bbc.com/russian/rolling\\_news/2015/08/150803\\_rn\\_azarov\\_saving\\_committee.A](https://www.bbc.com/russian/rolling_news/2015/08/150803_rn_azarov_saving_committee.A)

cesso em: 25 jan. 2023.

VENK, Viktoriia. Minskaia zrada. Pochemu Ermaka obvinili v gosizmene za sozdanie Konsul'tativnogo soveta po Donbassu [A traição de Minsk. Por que Iermak foi acusado de traição ao Estado pelo estabelecimento do Conselho Consultivo sobre o Donbass]. **Strana.ua**, 13 mar. 2020a. Disponível em: <https://ctrana.news/news/254696-hto-takoe-konsultatsionnyj-sovet-i-pochemu-iz-za-neho-sobirajut-majdan.html>. Acesso em: 3 jul. 2024.

VENK, Viktoriia. Khroniki pikiruiushchikh “slug”. Chto proiskhodit s reitingom partii Zelenskogo [Crônicas dos “servos” em queda. O que está acontecendo com a aprovação do partido de Zelensky?]. **Strana.ua**, 6 ago. 2020b Disponível em: <https://ctrana.news/news/282813-rejtin-sluhi-naroda-v-avhuste-2020-pochemu-on-padaet.html>. Acesso em: 4 jul. 2024.

VERGARA, Alejandro Garrido. Elites, political elites and social change in modern societies. **Revista de Sociología**, n.28, 2013, p.31-49.

VITRENKO stala kandidatom v Prezidenty [Vitrenko tornou-se candidata a presidente]. **Korrespondent**, 4 jul. 2004. Disponível em: <https://korrespondent.net/ukraine/politics/97453-vitrenko-stala-kandidatom-v-prezidenty-obnovleno>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VLAST', provalivshaia vosstanovlenie mira v Ukraine i reintegratsiiu Donbassa, dolzha uiti [O governo que falhou em restaurar a paz na Ucrânia e a reintegração do Donbass deve sair]. **OPZZh**, 22 fev. 2022. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20220222103214/https://zagittya.com.ua/news/zajavlenija/vlast\\_provalivshaja\\_vosstanovlenie\\_mira\\_v\\_ukraine\\_i\\_reintegraciju\\_donbassa\\_dolzhna\\_ujti.html](https://web.archive.org/web/20220222103214/https://zagittya.com.ua/news/zajavlenija/vlast_provalivshaja_vosstanovlenie_mira_v_ukraine_i_reintegraciju_donbassa_dolzhna_ujti.html). Acesso em: 10 jul. 2024.

VOENNO-GRAZHDANSKAIA administratsiia Khersonskoi oblasti khochet vernut' gerb vremen Rossiiskoi imperii [Administração militar-civil da província de Kherson quer retomar o uso de brasão da época do Império Russo]. **Kommersant**, 7 maio 2022. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/5346665>. Acesso em: 22 jun. 2024.

VASYL' BABYCH. Vybory 1999 [Eleições 1999]. **Wikimedia Commons**, 26 maio 2009. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Вибори\\_1999.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Вибори_1999.png). Acesso em: 18 jul. 2024.

VEDERNIKOVA, Inna. Viina chy myr. Ukraïntsi khochut' povernuty kordony 1991 roku, ale chyïmy rukamy? Rezul'taty sotsiologichnoho doslidzhennia [Guerra ou paz. Os ucranianos querem recuperar as fronteiras de 1991, mas com as mãos de quem? Resultados de pesquisa sociológica]. **Dzerkalo tyzhnia**, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://zn.ua/ukr/UKRAINE/vijna-chi-mir-ukrajintsi-khochut-povernuti-kordoni-1991-roku-ale-chijimi-rukami-rezultati-sotsiologichnoho-doslidzhennja.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

VIACHESLAV VOLODIN i Viktor Medvedchuk obsudili vopros aktivizatsii mezhpaparlamentskogo vzaimodeistviia v ramkakh «normandskogo formata» [Viacheslav Volodin e Viktor Medvedchuk discutiram a questão da ativação da interação interparlamentar no âmbito do “Formato da Normandia”]. **Duma Estatal**, 6 out. 2020. Disponível em: <http://duma.gov.ru/news/49652/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

VIKHROV, Maksim. Luganskii putch. Pochemu nachalsia i chem zakonchitsia vooruzhennyi

konflikt v LNR [O golpe de Luhansk. Por que começou e como se encerrará o conflito armado na LNR]. **Carnegie Russia Eurasia Center**, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/posts/2017/11/the-luhansk-coup-why-armed-conflict-erupted-in-russias-puppet-regime?lang=ru&center=russia-eurasia>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VLADIMIR KORNILOV: kto on [Vladimir Kornilov: quem ele é]. **Ukraina.ru**, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://ukraina.ru/20190708/1024171138.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

VOINA ZA VYZHIVANIE pravoslavnoi rossii – smotriashchii po Melitopoliu prizval rusifitsirovat' ukrainsev tsenoi zhizni (video) [A guerra pela sobrevivência da Rússia ortodoxa – o supervisor de Melitopol apelou pela russificação dos ucranianos à custa da vida (vídeo)]. **RIA Melitopol**, 3 jun. 2024. Disponível em: [https://ria-m.tv/news/351733/voyna\\_za\\_vyijivanie\\_pravoslavnoy\\_rossii\\_smotryaschiy\\_po\\_melitopolyu\\_prizval\\_rusifitsirovat\\_ukrainsev\\_tsenoy\\_jizni.html](https://ria-m.tv/news/351733/voyna_za_vyijivanie_pravoslavnoy_rossii_smotryaschiy_po_melitopolyu_prizval_rusifitsirovat_ukrainsev_tsenoy_jizni.html). Acesso em: 20 jun. 2024.

VORONINA, Anfisa; RUDNEVA, Elena. Rossiia pomozhet Ianukovichu [A Rússia ajudará Ianukovych]. **Vedomosti**, 5 jul. 2005. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=115&bulsectionid=11249>. Acesso em: 15 nov. 2023.

«VOROVALI na Donbasse pachkami, no zakhotelos' bol'she». Prigozhin ozvuchil svoi versii prichin napadeniia Rossii na Ukrainu [“Roubaram aos montes no Donbass, mas queriam mais”. Prigozhin expressou suas versões sobre as razões do ataque da Rússia à Ucrânia]. **Zerkalo**, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://news.zerkalo.io/world/42087.html>. Acesso em: 11 jul. 2024.

VOZRODITSIA li Soiuz? Budushchee postsovetskogo prostranstva [A União ressuscitará? O futuro do espaço pós-soviético]. **Nezavisimaia gazeta**, 23 maio 1996. Disponível em: <http://www.svop.ru/files/meetings/m034113383646491.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

VSUKRAÏNS'KE opytuvannia [Pesquisa pan-ucraniana]. **Rating**, 5 abr. 2024. Disponível em: [https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/ukr\\_february\\_2024\\_national\\_survey\\_public.pdf](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/ukr_february_2024_national_survey_public.pdf). Acesso em: 12 jul. 2024.

VYBORY NA UKRAINE: interaktivnaia karta rezul'tatov [Eleições na Ucrânia: mapa interativo dos resultados]. **BBC**, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/russian/features-47767331>. Acesso em: 24 jun. 2024.

VYBORY PREZIDENTA na Ukraine [Eleição presidencial na Ucrânia]. **Ekho Moskvu**, 7 fev. 2010. Disponível em: <https://zatulin.ru/vybory-prezidenta-na-ukraine/>. Acesso em: 9 mar. 2024.

VYBORY V VERKHOVNUIU RADU: interaktivnaia karta rezul'tatov [Eleições para o Conselho Supremo: mapa interativo dos resultados]. **BBC**, 21 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/russian/features-49066115>. Acesso em: 24 jun. 2024.

VYSTUPLENIE VLADIMIRA PUTINA na sammite NATO (Bukharest, 4 aprelia 2008 goda) [Discurso de Vladimir Putin na cúpula da OTAN (Bucareste, 4 de abril de 2008)]. **UNIAN**, 18 abr. 2008. Disponível em: <https://www.unian.net/politics/110868-vyistuplenie-vladimira-putina-na-sammite-nato-buharest-4-aprelia-2008-goda.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.

WALKER, Shaun. Jailed as collaborators: the stories of Ukrainians who ended up in prison. **The Guardian**, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/feb/02/jailed-as-collaborators-the-stories-of-ukrainians-who-ended-up-in-prison>. Acesso em: 27 jun. 2024.

WALT, Stephen. Friends in Need. What the War in Ukraine Has Revealed About Alliances. **Foreign Affairs**, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/ukraine/friends-in-need-war-in-ukraine-alliances-stephen-walt>. Acesso em: 17 abr. 2023.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WAR IN UKRAINE. **Council on Foreign Relations**, 20 maio 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/conflict-ukraine>. Acesso em: 15 jul. 2024.

WAY, Lucan. Ukraine's Post-Maidan Struggles: Free Speech in a Time of War. **Journal of Democracy**, v.30, n.3, 2019, p.48-60.

WILSON, Andrew. **Ukraine Crisis**. What it means for the West. New Haven e Londres: Yale University Press, 2014.

WOHLFORTH, William C. Realism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Eds.). **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WRIGHT MILLS, Charles. **The Power Elite**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YAKIV GLUCK. Ukrainian People's Republic in comparison with Ukraine in Europe. **Wikimedia Commons**, 20 fev. 2018. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukrainian\\_People\\_%27s\\_Republic\\_in\\_comparison\\_with\\_Ukraine\\_in\\_Europe.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ukrainian_People_%27s_Republic_in_comparison_with_Ukraine_in_Europe.svg). Acesso em: 16 jul. 2024.

YAMOKOSKI, Alexis; DUBROW, Joshua K. How Do Elites Define Influence? Personality and Respect as Sources of Social Power. **Sociological Focus**, v.41 n.4, p.319-336.

YEKELCHYK, Serhy. The western republics: Ukraine, Belarus, Moldova and the Baltics. In: SUNY, Ronald Grigor (Ed.). **The Cambridge History of Russia**. Volume III: The Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

YOUNG, Robert J.C. **Postcolonialism**. An Historical Introduction. Malden: Willey, 2016.

ZABORONA TSERKOV poliykamy – bezzakonna i seredniovichne dykunstvo [A proibição de igrejas por políticos é uma ilegalidade e uma selvageria medieval]. **PZZhM**, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://t.me/OppositionPlatformForLife/1428>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ZAGORSKII, Andrei. **Rossiiia v sisteme evropeiskoi bezopasnosti** [A Rússia no sistema da segurança europeia]. Moscou: IMEMO RAN, 2017.

ZAHAL'NONATSIONAL'NE opytuvannia #25. Dynamika stavlennia ukraïntsiv do mizhnarodnykh soiuziv [Pesquisa nacional nº25. Dinâmica de posicionamentos dos ucranianos sobre alianças internacionais]. **Rating**, 29 nov. 2023.. Disponível em: [https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/rg\\_ua\\_international\\_unions\\_112023\\_press.p](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_ua_international_unions_112023_press.p)

df. Acesso em: 12 jul. 2024.

ZAHROZA novoho vtornennia: hromads'ka dumka pro konflikt, mozhlyvi kompromisy ta protydiu Rosii [A ameaça de uma nova invasão: opinião pública sobre o conflito, os possíveis compromissos e a resistência à Rússia]. **Fundação Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv**, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://dif.org.ua/uploads/doc/303297644645ccdaa2d1016.00129454.docx>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ZAIAVLENIE CHLENA Prezidiuma General'nogo soveta Partii "Edinaia Rossiia" Konstantin Kosachev posle podpisaniia Soglasheniia o sotrudnichestve i vzaimodeistvii mezhdru "Edinoi Rossiei" e Partiei regionov [Declaração do membro do Presidência do Conselho Geral do partido "Rússia Unida", Konstantin Kosachev, após a assinatura do Acordo de Cooperação e Colaboração entre o "Rússia Unida" e o Partido das Regiões]. **Materik**, 2 jul. 2005. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=115&bulsectionid=11234>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ZAKHAROV, Andrei. Ego voina. Fil'm o tom, kak Putin nachal voinu protiv Ukrainy v 2014 godu [A guerra dele. Um filme sobre como Putin iniciou a guerra contra a Ucrânia em 2014]. **Proekt**, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www.proekt.media/guide/putin-2014/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ZAKON pro perekhidnyi period vidklykaly z Rady na doopratsiuvannia – Arakhamiia [Lei sobre o período de transição foi removida da Rada para revisão – Arakhamiia]. **Ukrinform**, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.ukrinform.ua/rubric-polytics/3391055-zakon-pro-perekhidnij-period-vidklikali-z-radi-na-dopracuвання-arahamia.html>. Acesso em: 27 jun. 2024.

ZAKREVS'KA, Sofiia. Ziat' Medvedchuka "zasvityvsia" v zakhoplennomu Mariupoli: mozhe otrymaty vazhlyvu posadu vid okupantiv [Genro de Medvedchuk "aparece" na Mariupol capturada: ele pode receber dos ocupantes um importante cargo]. **Obozrevatel'**, 20 ago. 2022. Disponível em: <https://war.obozrevatel.com/ukr/zyat-medvedchuka-zasvityvsya-v-zahoplennomu-mariupoli-mozhe-otrimati-vazhlyvu-posadu-vid-okupantiv-foto.htm>. Acesso em: 9 jan. 2024.

ZASHLI v lichnuiu zhizn'. Pochemu v Ukraine uchastilis' iazykovye skandaly [Entraram na vida privada. Por que escândalos linguísticos tornaram-se mais frequentes na Ucrânia?]. **Strana.ua**, 7 jun. 2023. Disponível em: <https://ctrana.news/news/436356-pochemu-v-ukraine-uchastilis-jazykovye-skandaly.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ZATULIN, Konstantin. Ispytanie Ukrainoi. Ekzamen na obshchenatsional'nuiu vneshnuiu politiku [A provação pela Ucrânia. Uma prova de política externa nacional]. **Nezavisimaia gazeta**, 15 maio 1996. Disponível em: <https://zatulin.ru/ispytanie-ukrainoj-ekzamen-na-obshhenatsionalnuyu-vneshnyuyu-politiku/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

ZATULIN, Konstantin. I porazhen'e ot pobedy ty sam ne dolzhen otlichat'? [E você mesmo não deveria distinguir a derrota da vitória?]. **Nezavisimaia gazeta**, 21 jan. 1998. Disponível em: <https://zatulin.ru/i-porazhenie-ot-pobedy-ty-sam-ne-dolzhen-otlichat/>. Acesso em: 23 maio 2023.

ZATULIN, Konstantin. Interv'iu K. Zatulina dlia ukrainskogo zhurnala "Korrespondent" [Entrevista de Konstantin Zatulín à revista ucraniana "Korrespondent"]. **Korrespondent**, 2004a. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=85&bulsectionid=7533>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ZATULIN, Konstantin. Chto budet s Ukrainoi posle vyborov. Nakanune reshaiushchego tura vyborov na Ukraine [O que acontecerá com a Ucrânia após as eleições. Às vésperas do turno decisivo das eleições na Ucrânia]. **Rossiiskaia gazeta**, 16 nov. 2004b. Disponível em: <https://rg.ru/2004/11/16/zatulin.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ZATULIN, Konstantin. Bor'ba za Ukrainu. Chto dal'she? [A luta pela Ucrânia. O que vem a seguir?]. **Russia in Global Affairs**, v.3, n.1, 2005a, p.76-86.

ZATULIN, Konstantin. Vystuplenie Konstantina Zatulina na Politsoвете Partii regionov (Ukraina) 2 iiulia 2005 goda [Discurso de Konstantin Zatulín no Conselho Político do Partido das Regiões (Ucrânia) em 2 de julho de 2005]. **Materik**, 2 jul. 2005b. Disponível em: <http://www.materick.ru/index.php?section=analitics&bulid=115&bulsectionid=11235>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ZATULIN, Konstantin. Vystuplenie Pervogo zamestitelia predsedatelia Komiteta Gosudarstvennoi Dumy RF po delam SNG i sviaziam s sootchestvennikami Konstantina Zatulina [Discurso de Konstantin Zatulín, Primeiro Vice-Presidente do Comitê da Duma Estatal da Federação Rússia para Assuntos da CEI e Relações com os Compatriotas]. **Ukraina. Informatsionno-analiticheskii monitoring**, n.8, 2008, p.38-35.

ZATULIN, Konstantin. Zatulín: U Partii est' svoi vzgliad na situatsiiu v Ukraine [Zatulín: o partido tem sua visão sobre a situação na Ucrânia]. **Rússia Unida**. 24 dez. 2009a. Disponível em: <https://zatulin.ru/zatulin-u-partii-est-svoj-vzglyad-na-situaciyu-v-ukraine/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

ZATULIN, Konstantin. Vystuplenie K. Zatulina [Discurso de K. Zatulín]. In: ZATULIN, Konstantin (Ed.). **Materialy «kruglogo stola» «Russkoiazychnaia Ukraina: vozmozhnosti i problemy konsolidatsii»** (Moscou, 27 de abril de 2009) [Materiais da mesa redonda "A Ucrânia russófona: possibilidades e problemas de consolidação" (Moscou, 27 de abril de 2009)]. Moscou: Comissão do Governo da Rússia para Assuntos dos Compatriotas no Exterior e Instituto da Diáspora e da Integração (Instituto dos Países da CEI), 2009b.

ZATULIN, Konstantin. Kak Ianukovich stanet prezidentom Ukrainy [Como Ianukovich se tornará presidente da Ucrânia]. **Argumenty i fakty**, 15 jan. 2010. Disponível em: <https://zatulin.ru/kak-yanukovich-stanet-prezidentom-ukrainy/>. Acesso em: 9 mar. 2024.

ZATULIN, Konstantin. Pokazat' silu, chtoby ee ne primeniat' [Mostrar força para não utilizá-la]. **Izvestiia**, 7 mar. 2014a. Disponível em: <https://iz.ru/news/567193>. Acesso em: 6 maio 2024.

ZATULIN, Konstantin. Prognoz dlia Ukrainy: vozmozhny grozy [Previsão para a Ucrânia: possíveis trovoadas]. **Rossiiskaia Federatsiia Segodnya**, 2 jun. 2014b. Disponível em: <https://zatulin.ru/prognoz-dlya-ukrainy-vozmozhny-grozy/>. Acesso em: 27 maio 2024.

ZATULIN, Konstantin. Vystuplenie K.F.ZATULINA 2 oktiabria 2014 goda na seminare

Instituta stran SNG «Minskie dogovorennosti i parlamentskie vybory na Ukraine» [Discurso de K.F. Zatulin no seminário “Os Acordos de Minsk e a eleição parlamentar na Ucrânia”, do Instituto dos Países da CEI, em 2 de outubro de 2014]. **Konstantin Zatulin**, 21 out. 2014c. Disponível em: <https://zatulin.ru/vystuplenie-k-f-zatulina-2-oktyabrya-2014-goda-na-seminare-instituta-stran-sng-minskie-dogovorennosti-i-parlamentskie-vybory-na-ukraine/>. Acesso em: 28 maio 2024.

ZATULIN, Konstantin. Ispytanie Ukrainoi. Tret'ia popytka [A provação pela Ucrânia. Terceira tentativa]. **Russia in Global Affairs**, v.20, n.3, 2022a, p.64-70.

ZATULIN, Konstantin. V ogne broda net [Não há vau no fogo]. **Konstantin Zatulin**, 15 mar. 2022b. Disponível em: <https://zatulin.ru/v-ogne-broda-net/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ZATULIN, Konstantin. Vystuplenie Konstantina Zatulina na forsait-forume «Kakaia Ukraina nam nuzhna?» [Discurso de Konstantin Zatulin no fórum prospectivo «De qual Ucrânia precisamos?»]. **Konstantin Zatulin**, 1 jun. 2023. Disponível em: <https://zatulin.ru/vystuplenie-konstantina-zatulina-na-forsajt-forume-kakaya-ukraina-nam-nuzhna/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ZATULIN, Konstantin; MIGRANIAN, Andranik. SNG: nachalo ili konets istorii. K smene vekh [A CEI: começo ou fim da História. Rumo a uma mudança de marcos]. **Nezavisimaia gazeta**, 26 mar. 1997. Disponível em: <https://zatulin.ru/sng-nachalo-ili-konec-istorii-k-smene-vekh/>. Acesso em: 27 out. 2023.

ZAVIADKY SBU v Ukraïni likvidovano merezhu «hromads'kykh orhanizatsii» Medvedchuka, iaki hotuvaly derzhpervorot u Kyievi u 2022 rotsi [Graças ao SBU, foi liquidada na Ucrânia uma rede de “organizações sociais” de Medvedchuk que preparavam um golpe de Estado em Kiev em 2022]. **SBU**, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://ssu.gov.ua/novyny/zavdiaky-sbu-v-ukraini-likvidovano-merezhu-hromads'kykh-orhanizatsii-medvedchuka-yaki-hotuvaly-derzhpervorot-u-kyievi-u-2022-rotsi>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ZELENSKY, Volodymyr. My robymo svii vyznachal'nyi krok, pidpysuiuchy zaiavku Ukraïny na vstup u pryshvydshenomu poriadku do NATO - zvernennia Prezydenta Volodymyra Zelens'koho [Estamos dando um passo decisivo ao assinarmos o pedido de entrada acelerada na OTAN - discurso do presidente Volodymyr Zelensky]. **Presidente da Ucrânia**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://www.president.gov.ua/news/mi-robimo-svij-viznachalnij-krok-pidpisuyuchi-zayavku-ukrayi-78173>. Acesso em: 4 abr. 2023.

ZHIRINOVSKII – persona non-grata na Ukraine [Zhirinovskiy persona non-grata na Ucrânia]. **Vedomosti**, 7 jun. 2006. Disponível em: <https://www.vedomosti.ru/library/articles/2006/06/07/zhirinovskij---persona-non-grata-na-ukraine>. Acesso em: 17 jan. 2024.

ZHEGULEV, Il'ia. Kak Putin voznenavidel Ukrainu [Como Putin passou a odiar a Ucrânia]. **Vertska**, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://verstka.media/kak-putin-pridumal-voynu>. Acesso em: 15 maio 2023.

ZHURZHENKO, Tatiana. Terror, collaboration and resistance. Russian rule in the newly

occupied territories of Ukraine. **Eurozine**, 17 jan. 2023. Disponível em: <https://www.eurozine.com/terror-collaboration-and-resistance/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ZIUGANOV, Gennady. **Geografiia pobedy**. Osnovy rossiiskoi geopolitiki [A geografia da vitória. Os fundamentos da geopolítica russa]. São Petersburgo: Sankt-Peterburgskaia tipografiia, 1997.

ZLENKO, Anatoly. **Letter dated 14 July 1993 from the Minister of Foreign Affairs of Ukraine to the United Nations addressed to the President of the Security Council**, 14 jul. 1993. Disponível em: [https://digitallibrary.un.org/record/170500/files/S\\_26100-EN.pdf?ln=en](https://digitallibrary.un.org/record/170500/files/S_26100-EN.pdf?ln=en). Acesso em: 11 maio 2023.

ZOLKINA, Maria; HARAN, Olexiy. Changes in the Foreign Policy Orientations of Ukrainians after the Euromaidan: National and Regional Levels. In: HARAN, Olexiy; YAKOVLYEV, Maksym (eds.). **Constructing a Political Nation: Changes in the Attitudes of Ukrainians during the War in the Donbas**. Kiev: Stylos Publishing, 2017.

ZOVNISHN'OPOLITYCHNI nastroiï [Visões sobre política externa]. **Rating Group**, 23 jan. 2023. Disponível em: [https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg\\_files/rg\\_ua\\_international\\_1000\\_012023.pdf](https://ratinggroup.ua/files/ratinggroup/reg_files/rg_ua_international_1000_012023.pdf). Acesso em: 30 mar. 2023.

ZVERNENNIA deputativ Melitopol'skoï mis'koï rady Zaporiz'koï oblasti VIII sklykannia [Comunicado dos deputados da oitava legislatura do Conselho Municipal de Melitopol, província de Zaporizhzhia]. **Conselho Municipal de Melitopol**, 13 mar. 2022. Disponível em: <https://www.mlt.gov.ua/?r=posts.client.view&id=1644>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ZVIAGEL'SKAIA, Irina. **Blizhnevostochnyi klinch**: konflikty na Blizhnem Vostoke i politika Rossii [O clinch do Oriente Médio: os conflitos no Oriente Médio e a política da Rússia]. Moscou: Aspekt Press. 2014.

ZYGAR', Mikhail. **Vsia kremlevskaia rat'**: Kratkaia istoriia sovremennoi Rossii [Toda a tropa do Kremlin: uma breve história da Rússia contemporânea]. Moscou: Intellektual'naia literatura, 2016.

ZYGAR', Mikhail. **War and Punishment**: Putin, Zelensky, and the Path to Russia's Invasion of Ukraine. Nova York: Scribner, 2023.